



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2018 - 2023

Belo Horizonte

Dezembro de 2018

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Número de instituições parceiras por país	175
Figura 2	Número de parcerias que incluem intercâmbio de Graduação, por país.....	176
Figura 3	Organograma – Biblioteca Universitária	244
Figura 4	Processo de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação na UFMG	289
Figura 5	Conceito Preliminar de Cursos – CPC na UFMG – média por área, 2007-2016	292
Gráfico 1	Número de vagas anuais nos cursos presenciais.....	43
Gráfico 2	Número de vagas anuais nos cursos noturnos de Graduação	44
Gráfico 3	Total de egressos dos cursos de Graduação presenciais, de 2000 a 2017.....	47
Gráfico 4	Número de egressos nos cursos de Graduação noturnos, de 2000 a 2017.....	48
Gráfico 5	Número de egressos dos cursos de licenciatura presenciais, de 2000 a 2017.....	49
Gráfico 6	Número de egressos dos cursos presenciais que oferecem licenciatura, de 2000 a 2017	49
Gráfico 7	Evolução do número de teses de Doutorado defendidas na UFMG entre 2000 e 2017.....	63
Gráfico 8	Evolução do número de dissertações de Mestrado defendidas na UFMG entre 2000 e 2017	63
Gráfico 9	Evolução do número de estudantes matriculados em cursos de Mestrado e de Doutorado na UFMG entre 2000 e 2017.....	64
Gráfico 10	Evolução do número total de docentes com credenciamento permanente nos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> da UFMG, de 2010 a 2018	65
Gráfico 11	Evolução do percentual e docentes por colégios	74
Gráfico 12	Produção bibliográfica histórica da UFMG	74
Gráfico 13	Evolução da Produção bibliográfica da UFMG	75
Gráfico 14	Evolução da razão de artigos publicados por docente da UFMG	76
Gráfico 15	Total de publicações de autores da UFMG registradas na base <i>Web of Science</i> no período 1996-2017	76
Gráfico 16	Proporção de publicações registradas na base <i>Web of Science</i> no período 1996-2007, de autores da UFMG em relação ao total das seis instituições brasileiras com maior número de publicações, que inclui a UFMG	77

Gráfico 17	Evolução da produção bibliográfica da UFMG nas bases de dados SCOPUS (a) e <i>Web of Science</i> (b)	78
Gráfico 18	Impacto da produção da UFMG em diferentes áreas.....	79
Gráfico 19	Citação média normalizada dos artigos da UFMG por áreas	80
Gráfico 20	Evolução do JCR médio da base <i>Web of Science</i> e das revistas nas quais os docentes da UFMG publicam seus trabalhos.....	80
Gráfico 21	Aumento da produção científica da UFMG em revistas de alto impacto (JCR > 10) da base de dados SCOPUS.....	81
Gráfico 22	Distribuição de áreas entre as produções mais citadas da UFMG nas bases SCOPUS e <i>Web of Science</i> e <i>Google Scholar</i>	82
Gráfico 23	Distribuição por tipo de documento entre as produções mais citadas da UFMG nas bases SCOPUS e <i>Web of Science</i> e <i>Google Scholar</i>	82
Gráfico 24	Comparação dos índices H médios para cada uma das nove grandes áreas do conhecimento da CAPES dos docentes da UFMG em diferentes bases	83
Gráfico 25	Evolução no número de bolsistas de produtividade da UFMG em relação ao número de docentes da UFMG	84
Gráfico 26	Distribuição de bolsistas de produtividade da UFMG por Grande Área do Conhecimento	85
Gráfico 27	Distribuição de bolsistas de produtividade da UFMG por nível de bolsa	86
Gráfico 28	Evolução no número de bolsistas de produtividade da UFMG comparado com o total de bolsas disponibilizadas pelo CNPq	86
Gráfico 29	Distribuição de grupos de pesquisa da UFMG por área de conhecimento	87
Gráfico 30	Citação média anual dos trabalhos da UFMG produzidos com e sem coautoria internacional na base SCOPUS	88
Gráfico 31	Percentual trabalhos produzidos pelos docentes da UFMG com coautoria internacional depositados na base SCOPUS	89
Gráfico 32	Perfil de formação em nível de Doutorado dos docentes da UFMG	90
Gráfico 33	Percentual de treinamento /experiência internacional em nível de Pós-Doutorado na UFMG	90
Gráfico 34	Países de formação ou de treinamento internacional dos docentes da UFMG	91
Gráfico 35	Percentual de formação acadêmica (Doutorado pleno e sanduíche) e treinamento internacional (Pós-Doutorado) dos docentes da UFMG. Departamentos envolvidos com cursos e Pós-Graduação com conceito 7 da CAPES	92
Gráfico 36	Evolução do número de bolsas de produtividade concedidas a mulheres docentes da UFMG por nível entre 2010 e em 2017.....	93

Gráfico 37	Evolução do crescimento de liderança feminina em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq	94
Gráfico 38	Distribuição por institutos de docentes do sexo feminino na autoria dos 100 trabalhos mais citados da UFMG	94
Gráfico 39	Participação de docentes do sexo feminino na autoria dos 100 trabalhos mais citados da UFMG, por ano de publicação	95
Gráfico 40	Evolução anual da demanda e das concessões nos Editais PIBIC – PIBIC AF/CNPq e PROBIC/FAPEMIG	101
Gráfico 41	Evolução dos recursos captados pela UFMG junto aos setores público e privado.....	103
Gráfico 42	Quantidade de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços desenvolvidos na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017	114
Gráfico 43	Ações de extensão desenvolvidas na UFMG por áreas temáticas no ano de 2017	114
Gráfico 44	Participação dos discentes nas ações de extensão desenvolvidas na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017	115
Gráfico 45	Participação da comunidade externa nas ações de extensão desenvolvidas na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017	116
Gráfico 46	Distribuição entre sexo feminino e masculino de estudantes por área do conhecimento, na UFMG, no primeiro semestre de 2018	137
Gráfico 47	Resposta dos estudantes à pergunta “Onde você nasceu?”, 2009-2018/1	138
Gráfico 48	Resposta dos estudantes à pergunta “Qual é a sua cor ou raça?”, 2009-2018/1	139
Gráfico 49	Resposta dos estudantes à pergunta “Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?”, 2009-2018/1	140
Gráfico 50	Resposta dos estudantes à pergunta “Qual é a renda mensal de seu grupo familiar?”, 2009-2018/1.....	141
Gráfico 51	Histórico do crescimento da demanda por assistência estudantil na UFMG nos últimos 8 anos	144
Gráfico 52	Número de depósitos de patentes por ano, de 1992 a agosto de 2018.....	150
Gráfico 53	Evolução da Distribuição dos Docentes por tempo de UFMG, entre 2013 e 2018.....	187
Gráfico 54	Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o regime de trabalho, segundo o Censo Educação Superior, 2013-2017	190
Gráfico 55	Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o regime de trabalho, segundo o Relatório de Gestão 2014-2018	190

Gráfico 56	Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o grau de formação, segundo o Censo da Educação Superior, 2013-2017	191
Gráfico 57	Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o grau de formação, segundo Relatório de Gestão 2014-2018.....	192
Gráfico 58	Distribuição do corpo docente da UFMG no magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, de acordo com a titulação, segundo o Relatório de Gestão 2014-2018	192
Gráfico 59	Distribuição dos Servidores TAEs da UFMG de acordo com o Grau de Formação, segundo o Censo Educação Superior 2013-2017.....	197
Gráfico 60	Acesso ao Portal UFMG	220
Gráfico 61	Avaliação do Desempenho Didático dos Docentes da Faculdade de Medicina, realizada pelos estudantes, 2017	284
Gráfico 62	Rendimento acadêmico de estudantes de Engenharia Elétrica de acordo com a modalidade de entrada na UFMG	287
Gráfico 63	Rendimento acadêmico de estudantes de Comunicação Social de acordo com a modalidade de entrada na UFMG	287
Gráfico 64	Rendimento acadêmico de estudantes de Odontologia de acordo com a modalidade de entrada na UFMG	288
Gráfico 65	Indicadores da UFMG no ENADE 2014, 2015 e 2016	292
Gráfico 66	Percepção discente sobre as condições do processo formativo dos cursos de Graduação na UFMG – Questionários do ENADE 2014, 2015 e 2016.....	294
Quadro 1	Sínteses das Políticas para os Estudantes da UFMG	146-147
Quadro 2	Infraestrutura Física do <i>Campus Pampulha</i> – Unidades Acadêmicas	231
Quadro 3	Infraestrutura Física do <i>Campus Pampulha</i> – Demais Instalações de Ensino, Pesquisa e Extensão	231-232
Quadro 4	<i>Campus Pampulha</i> – Instalações Administrativas e de Apoio.....	232
Quadro 5	Órgãos situados no <i>Campus Saúde</i>	233
Quadro 6	Outras Instalações em Belo Horizonte.....	233
Quadro 7	<i>Campus Regional de Montes Claros</i>	233
Quadro 8	Outras Instalações em Minas Gerais.....	234
Quadro 9	Obras paralisadas no <i>Campus Pampulha</i>	237
Quadro 10	Obras planejadas para o <i>Campus Pampulha</i>	237
Quadro 11	Obra planejada para o <i>Campus Saúde</i>	238
Quadro 12	Obras planejadas para o <i>Campus Regional de Montes Claros</i>	239
Quadro 13	Planejamento da autoavaliação (relatórios parciais 2014 e 2015)	282-283

Quadro 14	Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG	297-299
Tabela 1	Servidores docentes e técnico-administrativos – 2013-2017	19
Tabela 2	Discentes e oferta de vagas nos cursos de Graduação da UFMG – 2013-2017	20-21
Tabela 3	IGC contínuo da UFMG de 2011 a 2016.....	46
Tabela 4	Número de estudantes de Graduação em intercâmbio de 2007 a 2017	47
Tabela 5	Número de estudantes de outras instituições matriculados em intercâmbio na UFMG de 2007 a 2017.....	47
Tabela 6	Número de egressos dos cursos cuja oferta não é regular (cursos de oferta pontual), no período de 2010 a 2017	50
Tabela 7	Evolução do número e do percentual de programas de Pós-Graduação stricto sensu da UFMG, por nota, de 2007 a 2017.....	62
Tabela 8	Evolução dos números de vagas e de matrículas nos programas de Pós-Graduação stricto sensu da UFMG, por nota, de 2007 a 2017	63
Tabela 9	Evolução do número total de docentes com credenciamento permanente nos programas de Pós-Graduação stricto sensu da UFMG, de 2010 a 2018	65
Tabela 10	Evolução do Mestrado Profissional na UFMG, por nota, de 2010 a 2017.....	65
Tabela 11	Pós-Graduação <i>lato sensu</i> na UFMG: 2007-2017	66
Tabela 12	Número de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado concedidas à UFMG por agências governamentais de fomento	67
Tabela 13	Distribuição da produção científica na forma de artigos da UFMG nos colégios de Vida, Humanidades e Exatas e Tecnologia	79
Tabela 14	Docentes com perfis em diferentes bases de dados	83
Tabela 15	Docentes ativos permanentes identificados com unidades da UFMG com perfis em diferentes bases de dados. Índice-H avaliado entre os meses de fevereiro e julho de 2018.....	84
Tabela 16	Distribuição de bolsistas de produtividade do CNPq	85
Tabela 17	Programas institucionais de fomento à pesquisa coordenados pela PRPq	99
Tabela 18	Editais da PRPq lançados a partir de 2017	100
Tabela 19	Montante de Recursos privados captados por área do conhecimento entre 2012-2017	104
Tabela 20	Valores captados para obras e equipamentos – FINEP e CAPES	105
Tabela 21	Composição das equipes das ações de extensão da UFMG, em 2017	115
Tabela 22	Número de egressos dos cursos de Especialização a distância de 2007 a 2017	131

Tabela 23	Número de egressos dos cursos de Graduação a distância de 2011 a 2017.....	132
Tabela 24	Polos onde já ocorreu a oferta dos cursos de Graduação a distância.....	132
Tabela 25	Características dos Processos.....	136
Tabela 26	Histórico do crescimento da demanda por assistência estudantil na UFMG nos últimos 8 anos	144
Tabela 27	Número de estudantes que declararam deficiência, de 2016 a 2018	167
Tabela 28	Percentual dos ingressantes com deficiências, por área do conhecimento dos cursos, na primeira chamada do SISU 2018	167
Tabela 29	Distribuição dos servidores docentes e TAEs, de acordo com tempo na UFMG, comparação entre 2013 e 2018.....	187
Tabela 30	Evolução da produção do CEDECOM – 2014 a 2017	219
Tabela 31	Estrutura física da UFMG, em metros quadrados.....	234
Tabela 32	Área física das bibliotecas (m ²)	246
Tabela 33	Acervo das bibliotecas	247
Tabela 34	HC-UFMG em números	264
Tabela 35	Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2016)	290-291
Tabela 36	Tendência temporal do IGC da UFMG, 2007 a 2016.....	291
Tabela 37	Percentual de estudantes que consideram que “os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional”	295
Tabela 38	Percentual de estudantes que consideram que “as metodologias de ensino utilizadas no curso os desafiaram a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas”	295
Tabela 39	Percentual de estudantes que consideram que “o curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade”	295
Tabela 40	Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária”	296
Tabela 41	Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica”	296
Tabela 42	Opções de ingresso em cursos de Graduação em 2018	303-305
Tabela 43	Número de vagas oferecidas nos cursos presenciais da UFMG no período de 2000 a 2016.....	306-309
Tabela 44	Número de estudantes de Graduação em intercâmbio no período de 2007 a 2017	310-312

Tabela 45	Número de estudantes de Graduação de outras instituições em intercâmbio na UFMG	313-315
Tabela 46	Número de egressos dos cursos de Graduação presenciais de 2000 a 2017.....	316-318
Tabela 47	Número de egressos dos cursos de Graduação noturnos no período de 2000 a 2017.....	319-320
Tabela 48	Número de egressos dos cursos presenciais de licenciatura no período de 2000 a 2017	321
Tabela 49	Resultados do ENADE dos Cursos de Graduação da UFMG, 2014-2015-2016	322-325
Tabela 50	Número de teses de Doutorado defendidas de 2000 a 2017	327-329
Tabela 51	Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017.....	330-333
Tabela 52	Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017	334-340
Tabela 53	Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017	341-344
Tabela 54	Número de matrículas em cursos de Doutorado, de 2000 a 2017	345-348
Tabela 55	Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018	349-352
Tabela 56	Programas de residência médica do Hospital das Clínicas com entrada direta, número de vagas oferecidas por ano e tempo de duração.....	368
Tabela 57	Programas de residência médica do Hospital das Clínicas com entrada com pré-requisito, número de vagas oferecidas por ano e tempo de duração.....	369
Tabela 58	Programas de residência médica do Hospital das Clínicas de ano opcional, número de vagas, pré-requisito da Área básica e duração	370
Tabela 59	Programas de residência multiprofissional do Hospital das Clínicas classificados por área profissional e número de vagas	371
Tabela 60	Programas de Residência Integrada em Medicina Veterinária do Hospital Veterinário, todos com duração de dois anos.....	372

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	–	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	–	Advocacia Geral da União
ANDIFES	–	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
AUF	–	Agence Universitaire de la Francophonie
AUGM	–	Asociación de Universidades Grupo Montevidéu
AULP	–	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BHTEC	–	Parque Tecnológico de Belo Horizonte
BIC Júnior	–	Bolsas de Iniciação Científica Júnior FAPEMIG
BITIB	–	Bolsa de Iniciação de Tecnologia Industrial Básica
BU	–	Biblioteca Universitária
CAAD	–	Centro de Atividades Administrativas e Didáticas
CAC	–	Coordenadoria de Assuntos Comunitários
CAD	–	Centro de Atividades Didáticas
CADV	–	Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual
CAED	–	Centro de Apoio à Educação a Distância
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECOM	–	Centro de Computação
CEDECOM	–	Centro de Comunicação
CENEX	–	Centros de Extensão
CEPE	–	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETEA	–	Comitê de Ética em Experimentação Animal
CEU	–	Centro Esportivo Universitário
CEUA	–	Comissão de Ética no Uso de Animais
CGD	–	Comitê de Governança Digital
CGRC	–	Comitê de Governança, Riscos e Controles
CGU	–	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	–	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIS	–	Comissão Interna de Supervisão
CISME	–	Comissão Institucional de Saúde Mental
CM	–	Centro de Microscopia
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	–	Comitê Olímpico Brasileiro
COEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
COLTEC	–	Colégio Técnico
COPEVE	–	Comissão Permanente do Vestibular
COPI	–	Diretoria de Cooperação Institucional
CP	–	Centro Pedagógico
CPAPNE	–	Comissão Permanente de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
CPB	–	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CPC	–	Conceito Preliminar de Curso

CPPD	–	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC	–	Conselho Regional de Contabilidade
CT&I	–	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTE	–	Centro de Treinamento Esportivo
CTIT	–	Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica
DAC	–	Diretoria de Ação Cultural
DAI	–	Diretoria de Avaliação Institucional
DAP	–	Departamento de Administração de Pessoal
DAST	–	Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador
DAV	–	Divisão de Áreas Verdes
DCE	–	Diretório Central dos Estudantes
DDC	–	Diretoria de Divulgação Científica
DDP	–	Divisão de Desenvolvimento de Pessoal
DE	–	Dedicação Exclusiva
DEMAI	–	Departamento de Manutenção e Infraestrutura
DGA	–	Departamento de Gestão Ambiental
DGI	–	Diretoria de Governança Informacional
DGR	–	Divisão de Gestão de Resíduos
DIARQ	–	Diretoria de Arquivos Institucionais
DINTER	–	Doutorado Interinstitucional
DISA	–	Divisão de Infraestrutura Sanitária
DLO	–	Departamento de Logística de Suprimentos e Serviços Operacionais
DO	–	Departamento de Obras
DPC	–	Diretoria de Produção Científica
DPFO	–	Departamento de Planejamento Físico e de Obras da UFMG
DPP	–	Departamento de Planejamento e Projetos
DRC	–	Divisão de Redes de Comunicação
DRCA	–	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DRH	–	Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
DRI	–	Diretoria de Relações Internacionais
DTI	–	Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD	–	Educação a Distância
EBAP	–	Escola de Educação Básica e Profissional
EBC	–	Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH	–	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT	–	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EEFFTO	–	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	–	Exame Nacional do Ensino Médio
FACE	–	Faculdade de Ciências Econômicas
FAE	–	Faculdade de Educação
FAFICH	–	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FAPEMIG	–	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FALE	–	Faculdade de Letras

FCO	–	Fundação Christiano Ottoni
FEPE	–	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FHEMIG	–	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FIEMG	–	Federação das Indústrias de Minas Gerais
FINEP	–	Financiadora de Estudos e Projetos
FORIPES	–	Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais
FRMFA	–	Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade
FUMP	–	Fundação Universitária Mendes Pimentel
FUNDEP	–	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNDEPAR	–	FUNDEP Participações
GIFES	–	Curso de Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior
HRTN	–	Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves
HUST	–	Huazhong University of Science and Technology
IBEU	–	Projeto Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	–	Instituto de Ciências Biológicas
ICTs	–	Instituições de Ciência e Tecnologias
IEAT	–	Instituto de Estudos Transdisciplinares
IES	–	Instituição de Educação Superior
IFES	–	Institutos Federais de Ensino Superior
IFMG	–	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IGC	–	Índice Geral de Cursos
IGC	–	Instituto de Geociências
INCTs	–	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	–	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPA	–	Bolsas de Iniciação à Pesquisa em Artes
IPEAD	–	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
IsF	–	Idiomas sem Fronteiras
LAPPEEI	–	Laboratório de Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	–	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LI	–	Licença de Implantação
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
LO	–	Licença de Operação
LOA	–	Lei Orçamentária Anual
MEC	–	Ministério da Educação
MHNJB	–	Museu de História Natural e Jardim Botânico
MINTER	–	Mestrado Interinstitucional
MPF	–	Ministério Público Federal
MPMG	–	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

NAI	–	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NAIPE	–	Núcleo de Atendimento e Integração Pedagógica
NAPqs	–	Núcleos de Apoio à Pesquisa
NESCON	–	Núcleo de Educação em Saúde Coletiva
NCA	–	Núcleo de Ciências Agrárias
NITS	–	Núcleo de Inovação Tecnológica e Social
NTCA	–	Núcleo de Tecnologia em Ciências Agrárias
NUPAD	–	Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico
OLEI	–	Orientação para Licenciamento de Empreendimento de Impacto
PAIE	–	Programa de Apoio Integrado a Eventos
PAPIA	–	Programa Acadêmico de Promoção da Inclusão e Acessibilidade
PARAMEC	–	Projeto de Extensão do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG
PASME	–	Programa de Extensão de Saúde Mental
PASS	–	Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor
Público Federal		
PBH	–	Prefeitura de Belo Horizonte
PBEXT	–	Bolsas para Programas e Projetos de Extensão
PCCTAE	–	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCP	–	Progressões por Capacitação Profissional
PDI	–	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE	–	Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior
PDTI	–	Plano Diretor de TI
PET	–	Programa de Educação Tutorial
PGRSE	–	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais
PIBIC	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-AF	–	Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIBIC-EM	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIBID	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBIT	–	Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica
PIBITI	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIDTAE	–	Plano Institucional de Desenvolvimento dos Técnico-Administrativos em Educação
PIFD	–	Programa de Incentivo à Formação Docente
PIPA	–	Programa de Apoio a Inclusão e Promoção à Acessibilidade
PLA	–	Português como Língua Adicional
PNAES	–	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRA	–	Pró-Reitoria de Administração
PRAE	–	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROBIC	–	Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica
PROEX	–	Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT	–	Programa de Apoio à Extensão Universitária

PROGRAD	–	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	–	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PRORH	–	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PRPG	–	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PRPq	–	Pró-Reitoria de Pesquisa
ReCAD	–	Relatório Anual de Atividades dos Departamentos
REDECOMEPE	–	Rede metropolitana de Alta Velocidade de Belo Horizonte
ReDoc	–	Relatório Anual de Atividades dos Docentes
REUNI	–	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP	–	Rede Nacional de Pesquisa
RJU	–	Regime Jurídico Único
RSM	–	Rede de Saúde Mental
SB	–	Sistema de Bibliotecas
SEBRAE	–	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEJ	–	Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude
SEI	–	Sistema Eletrônico de Informações
SESu	–	Secretaria do Ensino Superior
SIAPE	–	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIARQ	–	Sistema de Arquivos
SIASS	–	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	–	Serviço de Informação ao Cidadão
SIEX	–	Sistema de Informação da Extensão
SIGA	–	Sistema de Gestão Acadêmica
SINAES	–	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDIFES	–	Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino
SISU	–	Sistema de Seleção Unificada
SMMA	–	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNCTI	–	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SPF	–	Specific Pathogen Free
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TAE	–	Servidor Técnico-Administrativo em Educação
TCU	–	Tribunal de Contas da União
TI	–	Tecnologia da Informação
TILS	–	Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais
TU	–	Teatro Universitário
UAB	–	Universidade Aberta do Brasil
UFABC	–	Universidade Federal do ABC
UFES	–	Universidade Federal do Espírito Santo
UFLA	–	Universidade Federal de Lavras
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	–	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR	–	Universidade Federal de São Carlos
UFV	–	Universidade Federal de Viçosa
UMG	–	Universidade de Minas Gerais
UnB	–	Universidade de Brasília
UNICAMP	–	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	–	Universidade Federal de São Paulo
USEC	–	Unidade Seccional de Correição
USP	–	Universidade de São Paulo
WUN	–	<i>Worldwide Universities Network</i>

SUMÁRIO

1. Perfil Institucional	17
1.1. Objetivos da Instituição	17
1.2. Missão	17
1.3. Breve Histórico	17
1.4. Princípios Institucionais	22
1.5. Áreas de Atuação	23
1.6. Organização Administrativa	23
1.7. Inserção Regional, Nacional e Internacional	26
1.8. Controle Social	29
1.9. Governança	32
2. Projeto Pedagógico Institucional	35
3. Políticas Acadêmicas	41
3.1. Ensino de Graduação	41
3.2. Ensino de Pós-Graduação	59
3.3. Pesquisa	72
3.4. Extensão	109
3.5. Cultura	120
3.6. Ensino Básico e Profissional	125
3.7. Educação a Distância	129
3.8. Políticas para Estudantes	136
3.9. Inovação e Empreendedorismo	149
3.10. Esporte e Lazer	154
4. Desenvolvimento Institucional	159
4.1. Cidadania: Direitos Humanos, Saúde Mental, Acessibilidade e Inclusão	159
4.2. Autonomia e Relações institucionais	170
4.3. Internacionalização	173
4.4. Ambiente e Sustentabilidade	182
5. Políticas de Gestão	185
5.1. Gestão de Pessoas	185
5.2. Gestão Administrativa	202
5.3. Planejamento, Orçamento e Sustentabilidade Financeira	212
5.4. Comunicação e Informação	217
6. Infraestrutura	231
6.1. Infraestrutura Física	231
6.2. Serviços de Apoio	244
6.2.1. Bibliotecas	244
6.2.2. Imprensa	252
6.2.3. Editora	252

6.3. Fundações de Apoio	258
6.4. Outras Estruturas de Apoio	262
6.4.1.Hospital das Clínicas	262
6.4.2.Hospital Risoleta Tolentino Neves	266
6.4.3.Instituto Casa da Glória	266
6.4.4.Hospital Veterinário	268
6.4.5.Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo	268
6.4.6.Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa	269
6.4.7.Fazenda Experimental Professor Hamilton de Abreu Navarro	270
6.4.8.Fazenda Pequi-Porteirinha	270
6.4.9. <i>Campus</i> Cultural de Tiradentes	270
6.4.10. Museus, Patrimônio e Acervo	271
7. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	280
ANEXOS	302
I. Graduação	302
II. Pós-Graduação	326
III. Inovação e Empreendedorismo	353
IV. Resolução sobre Direitos Humanos	355
V. Política de Saúde Mental	358
VI. Política de Internacionalização	364
VII. Residências no Hospital das Clínicas	367

CAPÍTULO 1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Objetivos da Instituição

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida.

1.2 Missão

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável.

1.3 Breve Histórico

No século XVIII, a criação de uma universidade em Minas Gerais integrava o projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892, em Ouro Preto; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911, e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em, respectivamente, 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com área equivalente a 500.000 m², nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Com o tempo, a área destinada para a futura edificação da Cidade Universitária foi se alterando, em decorrência de sua localização central e de seu valor econômico: em 1937, para as imediações do Parque Municipal e, no início da década de 1940, para a região da Pampulha, onde viria a se instalar.

O Plano Diretor para a Cidade Universitária, que definia o sistema viário e o zoneamento das atividades por áreas de conhecimento e serviços, foi concluído em 1957, quando foram iniciadas as respectivas obras de infraestrutura e de apoio. Em seguida, foram projetadas e construídas as primeiras edificações, entre as quais, o prédio da Reitoria, inaugurado em 1962.

Na segunda metade dos anos 1940, a UMG ampliou-se consideravelmente, no plano acadêmico, com a incorporação de diversas escolas livres criadas em Belo Horizonte, posteriormente à fundação da Universidade: a de Arquitetura, em 1946, e as Escolas Livres de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1948. Em 1949, houve a federalização da UMG, mas seu nome e sua sigla permaneceram inalterados, por mais de uma década. Em 1950, ocorreu a incorporação da Escola de Enfermagem, originalmente subordinada à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais e incorporada à UMG por ter sido anexada à Faculdade de Medicina.

Nos anos de 1960, a UMG sofreria profundas transformações. Na primeira metade da década, devido a um expressivo programa de expansão, com a incorporação da Escola de Veterinária, em 1961, do Conservatório Mineiro de Música – que daria origem à Escola de Música –, em 1962, da Escola de Biblioteconomia – a atual Escola de Ciência da Informação –, em 1963, e, no mesmo ano, a criação da Escola de Belas Artes. Em 1965, o nome e a sigla da UMG foram alterados, de forma a incorporar sua vinculação à estrutura administrativa federal, passando a denominar-se Universidade Federal de Minas Gerais, com a sigla UFMG.

Na segunda metade da década de 1960, a estrutura e a vida universitária seriam alteradas em decorrência da Reforma Universitária de 1968, que modernizou a universidade brasileira, mas também em virtude de circunstâncias políticas mais gerais. A reforma universitária acarretou o desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dando origem, em um primeiro momento aos assim chamados Institutos Básicos – o Instituto de Ciências Biológicas (ICB), o Instituto de Ciências Exatas (ICEEx) e o Instituto de Geociências (IGC) – e, logo a seguir, à Faculdade de Educação (FAE) e à Faculdade de Letras (FALE). Em decorrência dessas transformações, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve seu nome alterado para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Decorreu também da reforma universitária a institucionalização da atividade de pesquisa, o estabelecimento de padrões mais bem definidos para a regulação dos cursos de Pós-Graduação, a formalização da atividade de extensão como parte da missão da Universidade e a criação do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva para os docentes dedicados aos trabalhos de investigação acadêmica. Ainda nesse período, em 1969, a UFMG incorporaria em sua estrutura a Escola de Educação Física – hoje, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

A vida da UFMG seria também bastante alterada, nos anos de 1960 e subsequentes, em decorrência do pronunciamento militar que interrompeu a normalidade democrática no país em 1964. Em consequência desse pronunciamento, agravado em 1968 com a edição do Ato Institucional 5, a UFMG teve um de seus reitores afastados temporariamente de suas funções, o Reitor Aluísio Pimenta, outro cassado, o Professor Géron Brito de Melo Boson, e diversos professores e funcionários cassados e presos, estudantes expulsos, presos e assassinados. A Instituição reagiu com altivez a esse tempo sombrio, tendo seus reitores e seu Conselho Universitário manifestado, com firmeza, sua condenação à arbitrariedade e à violência da repressão política, bem como, recusado, sempre que possível, a implantação de medidas e procedimentos que consideraram academicamente inconvenientes e inadequados.

O adensamento das construções do *Campus* Pampulha, a Cidade Universitária, se deu em períodos distintos, sendo mais intenso nos anos 1970, na primeira metade da década de 1990 e na primeira década deste século. Atualmente, das dezenove Unidades Acadêmicas sediadas em Belo Horizonte, quinze têm suas instalações integralmente situadas no *Campus* Pampulha. Na área central da cidade, encontram-se o *Campus* Saúde, constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas (atualmente administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH), bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas localizadas em prédios isolados e com perspectivas de, no futuro, terem suas instalações transferidas para o *Campus* Pampulha. Além das Unidades Acadêmicas, encontram-se também no *Campus* Pampulha a Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP), integrada pela Escola Fundamental – Centro Pedagógico (CP), o Colégio Técnico (COLTEC) e o Teatro Universitário (TU).

Fora da Capital, a UFMG possui um terceiro *Campus* universitário, situado em Montes Claros, município do norte de Minas Gerais. O *Campus* Regional de Montes Claros oferece cursos de Graduação e Pós-Graduação vinculados ao Instituto de Ciências Agrárias, a vigésima Unidade Acadêmica da Universidade. Em Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória e a Casa Silvério Lessa, ambos vinculados ao Instituto de Geociências. Em Tiradentes, a UFMG mantém, em convênio com a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA), um *Campus* Cultural que compreende o Museu Casa do Inconfidente Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro de Estudos, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos. Merecem ainda uma menção destacada, por sua importância no projeto acadêmico da UFMG, o Hospital Veterinário, as fazendas de Montes Claros, Igarapé e Pedro Leopoldo, a Biblioteca Universitária, o Centro Cultural, o Espaço do Conhecimento, o Centro de Microscopia, o Conservatório, a Editora, o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) e o Centro de Treinamento Esportivo (CTE). E, como espaço primordialmente voltado ao lazer da Comunidade Universitária, o Centro Esportivo Universitário (CEU).

Ao lado de uma política de expansão que perpassa sua trajetória desde a fundação, a UFMG tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos e de relevância social em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação expressiva em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas. Nos últimos anos, ganhou força o debate sobre políticas de inclusão e democratização do acesso e da permanência no sistema de ensino superior, começando pela ampliação das vagas e criação de novos cursos no período noturno, passando pela experiência da política de bônus, seguidas pela política de cotas para candidatos egressos de escolas públicas (complementadas por critérios relativos à renda familiar, critérios étnico-raciais e a reserva de vagas para pessoas com deficiência), a ampliação dos gastos com a assistência estudantil e a promoção de políticas voltadas para a afirmação da cidadania, da diversidade, da igualdade e da inclusão e o combate às diferentes formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos.

No período entre 2013 e 2017, segundo dados informados com metodologia padronizada pelo Censo da Educação Superior (Tabela 1), o corpo docente cresceu 7,7%, sendo que 88% dos docentes trabalham em regime de tempo integral e 89% são doutores. O corpo Técnico-Administrativo em Educação (TAE) cresceu 1,8% e aprimorou sua qualificação, sendo que mais da metade dispõe de formação em nível de Pós-Graduação.

TABELA 1
Servidores docentes e técnico-administrativos – 2013-2017

ANO		2013	2014	2015	2016	2017
Docentes em exercício		3219	3269	3114	3465	3468
	Tempo Integral	2936	2878	2817	3139	3056
	Tempo Parcial	283	391	297	326	412
	Com Mestrado	424	409	377	397	331
	Com Doutorado	2698	2700	2651	2980	3085
Técnicos por grau de formação		4313	4675	4442	4366	4393
	Fundamental	286	382	322	241	201
	Ensino Médio	1344	1347	1140	963	887
	Ensino Superior	806	1307	1339	1169	969
	Especialização	1486	1251	1241	1464	1696
	Mestrado	309	316	325	436	514
	Doutorado	82	72	75	93	126

Fonte: Censo da Educação Superior, 2013-2017.

Quanto ao corpo discente, o total de estudantes matriculados em cursos de Graduação ao longo do período situou-se entre 31 e 33 mil, com média anual de aproximadamente 7.500 ingressantes e 4.600 concluintes, para um total de 6.740 vagas novas ofertadas anualmente nos cursos com oferta regular, conforme mostrado na Tabela 2.

TABELA 2
Discentes e oferta de vagas nos cursos de Graduação da UFMG – 2013-2017

(Continua)

ANO		2013	2014	2015	2016	2017
Total de vagas oferecidas - Graduação		9593	7309	8028	8327	8739
Vagas novas oferecidas	Presencial	6740	6740	6740	6740	6740
	EAD	0	141	0	0	0
Vagas remanescentes	Presencial	2242	288	1288	1587	1999
oferecidas	EAD	611	0	0	0	0
Total de ingressantes - Graduação		8866	8445	7461	7469	7523
Ingressantes por vagas	Presencial	7935	8108	6740	6594	6686
novas	EAD	0	137	0	0	0
Ingressantes por vagas	Presencial	919	128	647	822	788
remanescentes	EAD	0	0	0	0	0
Ingressantes por convênio	Presencial	12	18	25	25	15
PEC-G	EAD	0	0	0	0	0
Ingressantes por	Presencial	-	19	20	11	18
transferência ex-ofício	EAD	-	0	0	0	0
Ingressantes por decisão	Presencial	-	35	29	17	16
judicial	EAD	-	0	0	0	0

TABELA 2
Discentes e oferta de vagas nos cursos de Graduação da UFMG – 2013-2017

(Conclusão)

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Total de matrículas - Graduação	33304	33016	32389	32144	31613
Presencial	32207	32103	31854	31746	31529
EAD	1097	913	535	398	84
Total de concluintes - Graduação	4017	4458	4654	4993	4870
Presencial	3960	4238	4587	4695	4842
EAD	57	220	67	298	28
Total de matrículas trancadas - Graduação	1411	1579	1630	1871	1918
Presencial	1387	1557	1620	1863	1913
EAD	24	22	10	8	5
Total de desvinculados - Graduação	3871	4076	3875	2847	3141
Presencial	3366	3756	3659	2765	3102
EAD	505	320	216	82	39
Total de estudantes com apoio social	13857	14337	16481	16881	9891
Total de estudantes em atividade extracurricular	5302	8710	8202	2885	8593

Fonte: Censo da Educação Superior, 2013-2017.

Atualmente a UFMG oferta 90 cursos de Graduação presenciais e 5 cursos a distância.¹ Dos 90 cursos presenciais, 16 são licenciaturas, 73 são bacharelados e um é tecnológico. Dos cinco cursos a distância, quatro são licenciaturas e um, bacharelado (ver a relação completa dos cursos de Graduação no Anexo I).

Observa-se no período recente uma tendência geral de melhoria nos indicadores de qualidade da Pós-Graduação, da pesquisa e da extensão na UFMG. Até 2010, o sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG estava constituído por 70 programas que contavam com pouco mais de 1.500 orientadores credenciados e pouco mais de 6.500 estudantes. Em 2018, a UFMG somava 84 programas de Pós-Graduação (ver Anexo II), envolvendo 70 cursos de Doutorado, 75 cursos de Mestrado acadêmico e 8 cursos de Mestrado Profissional, totalizando mais de 2.000 orientadores credenciados e 9.600 estudantes matriculados. O número total anual de dissertações de Mestrado, no mesmo período, passou de cerca de 1.300 para cerca de 1.600, e o número total anual de teses de Doutorado defendidas passou de pouco mais de 500 para quase 900. O processo de melhoria da qualidade da Pós-Graduação *stricto sensu* na UFMG, ocorrido no mesmo período, é atestado pela avaliação quadrienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que indica que a UFMG passou de um percentual de 36% de programas que alcançaram conceitos 6 e 7 em 2010, para um percentual de 43% de programas nesses níveis em 2017. Esses conceitos são conferidos a cursos com padrão de excelência internacional. No mesmo período, a UFMG passou de um percentual de 63% para um percentual de 68% de cursos com conceitos 5, 6 ou 7.

Alguns indicadores para acompanhamento da produção intelectual (orientações concluídas, patentes registradas e produção bibliográfica) da UFMG estão disponíveis para consulta pública por meio do sistema Sistemas UFMG

¹ Neste cômputo, adotou-se a definição de curso estabelecida pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que prevê que os cursos de Graduação presenciais devem ser definidos por nome, grau (Bacharelado, Licenciatura ou Superior de Tecnologia) e local de oferta, e os cursos à distância por nome e grau. Ao agrupar os cursos que ofertam Bacharelado e Licenciatura em um único, totalizam-se 77 cursos presenciais.

(<http://somos.ufmg.br/indicadores>). Entre 2012 e 2016, a produção científica manteve-se em patamar elevado, em torno de 5.800 artigos por ano, com uma parcela crescente desses artigos contando com indexação pelo DOI. No mesmo período, houve uma redução do número de “trabalhos em eventos”, o que parece refletir a redução do peso desse tipo de publicação nos diversos processos de avaliação da pesquisa, internos e externos, ocorrido ao longo da última década, levando a um concomitante processo de direcionamento dos esforços dos pesquisadores à confecção de publicações de maior potencial de impacto.² Quanto à qualidade dessas publicações, ela pode ser avaliada por alguns indicadores. Assim, em 11 das 27 áreas da base de dados SCOPUS, os artigos publicados por docentes da UFMG recebem um número igual ou maior à média de citações das demais instituições presentes na base. Além disso, a produção científica da UFMG mantém-se concentrada em revistas com JCR (parâmetro de impacto da revista) superior ao da média da base *Web of Science*: em 2017, a produção da UFMG foi publicada em revistas com JCR médio de 2,6, contra uma média de 2,2 das revistas da base.

Além disso, deve-se mencionar que a UFMG sedia ou possui coordenadores de 17 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).³ A Universidade tem atualmente 746 bolsistas de produtividade em pesquisa e 24 bolsistas de produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora, o que confere à UFMG a quarta posição entre as instituições com o maior número de bolsas de produtividade concedidas no Brasil (4,9% do total de bolsas) e a primeira no estado de Minas Gerais (44,4% do total de bolsas).

Por fim, destacamos que o Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX/UFMG) registrava, em 2017, 185 programas, 1.125 projetos, 377 cursos, 368 eventos e 335 prestações de serviço, totalizando 2.390 ações de extensão, com o envolvimento de 1.872 docentes, 476 servidores TAEs e quase 4.000 estudantes. Ações de extensão são hoje desenvolvidas em todas as Unidades Acadêmicas da UFMG, englobando as oito áreas temáticas (saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura), com envolvimento de cerca de 1500 docentes e com relato de mais de 3.000 produtos anuais, sendo a maioria trabalhos apresentados em eventos acadêmicos-científicos e produtos audiovisuais.

Outros aspectos mais detalhados do desenvolvimento institucional na UFMG serão destacados nos capítulos seguintes deste PDI.

1.4 Princípios Institucionais

Dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro, a gestão responsável de uma instituição de ensino superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem. A Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse

² Estes números resultam de consulta à base em junho de 2018. Como as informações empregadas pelo Somos UFMG provém dos currículos Lattes dos professores, que são atualizadas periodicamente, os valores podem se alterar com o tempo.

³ O programa de INCTs é um programa nacional, promovido em parceria pelo CNPq e as agências estaduais de fomento à pesquisa, que visa apoiar os grupos de maior destaque e com reconhecido papel de liderança em suas áreas de atuação. Através da articulação de suas redes de atuação, procura mobilizar os melhores grupos de pesquisa do país, para o desenvolvimento das fronteiras da ciência e das áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País.

patrimônio de maneira lúcida e transparente, em nome do interesse público e do futuro do país. Para tanto, continuamente, deve orientar-se pelos seguintes princípios:

- a) defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infraestrutura e recursos humanos adequados a esse propósito;
- b) estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional;
- c) gratuidade do ensino, entendida como a inexistência de anuidade ou mensalidade nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado;
- d) afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição;
- e) defesa permanente da autonomia universitária;
- f) interação continuada com a sociedade;
- g) integração, articulação e compromisso com os demais níveis e graus de ensino;
- h) consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional;
- i) apoio ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas;
- j) gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição;
- k) aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da Comunidade Universitária;
- l) respeito à diversidade que constitue a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de servidores TAEs, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.

1.5 Áreas de Atuação

A UFMG desenvolve programas e projetos de ensino – nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação –, pesquisa e extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento. Ocupa-se, também, da oferta de cursos de Educação Básica e Profissional – na EBAP, no *Campus Pampulha*. Além de se constituírem em campo de experimentação para a formação no ensino superior, esses sistemas de Educação Básica e Profissional da UFMG compõem um *locus* de produção teórica e metodológica sobre questões referentes a esses níveis de ensino, inclusive de propostas de integração entre ambos.

1.6 Organização Administrativa

Compõem a UFMG os seguintes órgãos, distribuídos de acordo com suas respectivas esferas de competência:

- I. Órgãos de deliberação superior: Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).
- II. Órgão de fiscalização econômico-financeira: Conselho de Curadores.
- III. Órgãos de administração superior: Reitoria, Pró-Reitorias, Órgãos Assessores e Auxiliares e Conselho de Diretores.

IV. Órgãos de ensino, pesquisa e extensão: as Unidades Acadêmicas e os Órgãos Complementares e Suplementares.

Ao Conselho Universitário incumbe formular a política geral da Instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. É integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, pelos Diretores-Gerais das Unidades Especiais não vinculadas a Unidades Acadêmicas, por representantes docentes, discentes e servidores TAEs, nos termos do Estatuto da UFMG.

Ao CEPE – órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão – compete exercer, entre outras, as seguintes funções: estabelecer as diretrizes do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade; submeter ao Conselho Universitário proposta de criação de câmaras acadêmicas; manifestar-se sobre criação, desmembramento, fusão e extinção, pelo Conselho Universitário, de Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais, departamentos ou estruturas equivalentes; estabelecer as condições para criação e atribuição de atividades acadêmicas curriculares; fixar número de vagas; aprovar o currículo, o projeto de funcionamento e o regulamento de cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, bem como de cursos sequenciais que conduzam a diploma e outros; e determinar a localização dos colegiados de curso, por proposta das respectivas câmaras, observado o disposto no Estatuto da UFMG. Esse Conselho é integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores que presidem as câmaras acadêmicas – de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão – e por representantes docentes e discentes nos termos do Estatuto da UFMG.

Ao Conselho de Curadores, cabe, entre outras atribuições, apreciar a proposta orçamentária e o orçamento-programa e pronunciar-se conclusivamente sobre os balanços e a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos Diretores de Unidades, de Órgãos Suplementares e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Sua composição prevê membros eleitos pela Comunidade Universitária, bem como representantes indicados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG) e pelo Ministério da Educação.

A administração do ensino, da pesquisa e da extensão na UFMG é regulamentada por normas estatutárias e regimentais, bem como por resoluções aprovadas pelos órgãos competentes.

A Reitoria, órgão de Administração Central, supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade e, para esse fim, compete-lhe estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. É integrada pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelas Pró-Reitorias, pela Procuradoria Jurídica, por Assessorias e pelos Órgãos Auxiliares.

Nos termos do Estatuto da UFMG, o Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de quatro anos, são nomeados pelo Presidente da República, que os escolhe em lista tríplice de docentes, organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, do CEPE e do Conselho Curador. O processo de consulta à Comunidade Universitária para escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que precede a elaboração dessa lista tríplice, é estatutário e regulamentado pelo Conselho Universitário. Podem concorrer à lista tríplice os docentes da UFMG, desde que membros da carreira de magistério superior e em efetivo exercício, respeitada a legislação vigente. Os Pró-Reitores e os Assessores são de livre escolha do Reitor.

Entre as atribuições do Reitor, incluem-se: representar a UFMG em juízo e fora dele; administrar, superintender e fiscalizar as atividades da Instituição; presidir reuniões de Órgãos Colegiados dessa Universidade; nomear os Diretores e Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas,

empossando-os em sessão pública; nomear e empossar os dirigentes de órgãos e repartições da área administrativa e de órgãos suplementares; praticar, por proposta fundamentada pelos órgãos competentes, os atos relativos a admissão, vida funcional e exoneração ou demissão dos servidores docentes e TAEs da Instituição; apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFMG, o plano de trabalho, o orçamento, o relatório e a prestação de contas de sua gestão; conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos.

O Conselho de Diretores é órgão de assessoria executiva da administração superior da UFMG, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir daquelas que lhe forem delegadas por esse órgão e assessorar nas de competência do Reitor. Integram esse Conselho o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores-Gerais das Unidades Especiais e representantes do corpo discente e do corpo TAE.

As Unidades Acadêmicas, estabelecimentos de ensino que possuem sede e estruturas administrativas próprias, realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão e oferecem cursos superiores que resultam na concessão de diplomas de Graduação e de Pós-Graduação. As Unidades Acadêmicas podem se organizar de forma a contemplar estruturas de nível hierárquico a elas inferior, sendo a estrutura departamental uma das suas formas possíveis de organização. Essas unidades são administradas pela Congregação e pela Diretoria. A Congregação, cuja competência é supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Unidade Acadêmica, é integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e por representantes dos segmentos docente, discente e TAE. Ao Diretor compete atuar como principal autoridade administrativa da Unidade Acadêmica, supervisionando as atividades didático-científicas e dirigindo os serviços administrativos – incluídos pessoal, finanças e patrimônio.

As Unidades Acadêmicas são sedes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFMG, que são coordenados pelos Colegiados de curso. Aos Colegiados de curso incumbe a coordenação didática de cada curso de Graduação e de Pós-Graduação. Compete-lhes, entre outras funções: orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao departamento, ou estrutura equivalente, a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso; decidir das questões referentes a matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecidas as normas pertinentes; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso. A composição do Colegiado de curso é estabelecida no respectivo regulamento, aprovado pelo CEPE. A juízo desse Conselho, poderão ser criados Colegiados Especiais, sujeitos à aprovação pelo Conselho Universitário, com atribuições específicas.

O Estatuto da UFMG permite formas diversificadas de organização das Unidades Acadêmicas, mas a estrutura departamental é adotada em todas as Unidades Acadêmicas, salvo na FALE e no Instituto de Ciências Agrárias (ICA). Às câmaras departamentais cabe, sob a presidência dos respectivos chefes, entre outras atribuições, planejar e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos departamentos, bem como avaliar os planos de trabalho dos docentes a eles vinculados e atribuir-lhes encargos; estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do Departamento e propor aos Colegiados de curso os créditos correspondentes; propor a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho desses; manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores TAEs, para fins de acompanhamento, aprovação

de relatórios, estágio probatório e progressão. No âmbito dos departamentos, atuam, ainda, as Assembleias Departamentais, às quais compete a eleição do Chefe de Departamento e o exercício de funções consultivas em relação às Câmaras Departamentais.

As Unidades Especiais são estabelecimentos de ensino que possuem sede e estrutura administrativa próprias, podendo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas não oferecem cursos que resultem na concessão de diplomas de Graduação. As atividades de Educação Básica, por exemplo, são desenvolvidas na EBAP – integrada pelo CP, pelo COLTEC e pelo TU – e em outros cursos relacionados ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação profissional.

Entre as Unidades Especiais inclui-se também o Hospital das Clínicas da UFMG. Trata-se de um hospital universitário, público e geral, totalmente inserido no Sistema Único de Saúde (SUS) e, atualmente, administrado pela EBSERH. Atende a uma clientela universalizada e realiza atividades de ensino, pesquisa e assistência, sendo referência no sistema municipal e estadual de saúde no atendimento aos pacientes portadores de doenças de média e alta complexidades.

Com vistas ao cumprimento de sua missão institucional, por meio de convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde, a UFMG e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), com interveniência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), a gestão do Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves (HRTN) possibilitou à UFMG construir um novo polo educacional na área da saúde, unindo a educação permanente e a produção do conhecimento ao SUS.

As duas instituições hospitalares, juntamente com ações usuais no âmbito das diferentes profissões de saúde abrigadas nas Unidades Acadêmicas, fundamentam e asseguram a capacidade inequívoca da UFMG em estar intimamente ligada às demandas e necessidades da sociedade, particularmente por intermédio de uma ativa e proeminente inserção no SUS. Essa atuação no contexto institucional público traz consigo a necessidade de uma contínua e incessante construção de alternativas consistentes aos princípios preconizados pela Universidade.

A Universidade dispõe, ainda, de Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e de Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas. Sem lotação própria de pessoal docente, os órgãos suplementares e complementares colaboram para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu funcionamento é disciplinado por regimentos próprios, aprovados, respectivamente, pelo Conselho Universitário e pelas congregações das respectivas Unidades Acadêmicas.

1.7 Inserção Regional, Nacional e Internacional

A UFMG é uma instituição de ensino superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do estado de Minas Gerais e do país. Para consolidar tal missão, esta Universidade procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais em andamento ou em fase de planejamento.

Partindo da compreensão de que a educação superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social,

com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. Essa política advém da compreensão, pela Comunidade Universitária, de que a expansão da educação superior pública, gratuita e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social que se verificam tanto intrarregional e inter-regionalmente, quanto em cenários internacionais.

A inserção da UFMG no estado e no país operacionaliza-se de forma variada. Em primeiro lugar, pela participação na titulação e qualificação de docentes de outras Instituições de Ensino Superior públicas, comunitárias e privadas, em atendimento a demandas individuais ou com vistas ao desenvolvimento de parcerias interinstitucionais. Além desses projetos, merecem destaque os diversos programas de mobilidade discente em vigor na Universidade, sejam programas que proporcionam aos estudantes da UFMG uma experiência acadêmica internacional, sejam aqueles que fomentam a vinda de estudantes de outras instituições, brasileiras e estrangeiras, para a UFMG.

Em segundo lugar, pela proposição de projetos de cooperação, que não se esgotam nessas finalidades, mas se estendem, em muitos casos, à formação de núcleos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a qualidade e a relevância social das produções acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais.

Em terceiro lugar, pelo desenvolvimento de projetos especiais voltados à integração de seus docentes e estudantes, mediante programas de extensão e pesquisa promovidos em instituições da rede pública e em organizações não-governamentais, sediadas no país e no exterior. Um desses projetos de maior impacto social e regional compreende um conjunto de atividades que se realizam, sob a responsabilidade dessa Universidade, no Hospital das Clínicas e no HRTN, unidades hospitalares integrantes do SUS, que oferecem assistência ambulatorial, clínica e cirúrgica à população em geral, nas mais diversas áreas de especialidade.

Ainda na área da saúde, é preciso ressaltar a contribuição da UFMG para o processo de consolidação do SUS no país – sobretudo por meio da qualificação de profissionais da rede, desenvolvimento de pesquisa aplicada, bem como diversas ações de extensão. Destacam-se como exemplos a atuação do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON), que desenvolve projetos multidisciplinares para induzir avanços na atenção primária, e o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD) que realiza o Programa de Triagem Neonatal em Minas Gerais. Na mesma linha, o Núcleo de Telessaúde, participante do Programa Telessaúde Brasil Redes (Ministério da Saúde), tem o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento no SUS, integrando educação e saúde por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação: teleconsultoria, telediagnóstico e teleeducação. Podem ser citados também o Projeto BH-Telemed, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, o Telecardiologia e o Telemonitoramento de Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Destaca-se ainda o “internato rural”, em que estudantes da etapa final dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia, sob orientação de professores e supervisão de profissionais dos serviços de saúde, desenvolvem atividades curriculares em regiões periféricas do interior de Minas Gerais.

No âmbito da extensão universitária estão cadastradas aproximadamente 3.000 ações desenvolvidas prioritariamente no estado de Minas Gerais, mas que também abrangem municípios de outros estados. As áreas temáticas às quais essas ações estão vinculadas são saúde (968 ações), educação (579 ações), tecnologia e produção (517 ações), trabalho (74 ações), cultura (349 ações), comunicação (95 ações), atingindo um público estimado de dois milhões de pessoas. As equipes responsáveis são integradas por servidores e estudantes da UFMG e por parceiros de diferentes setores

da sociedade como órgãos governamentais e não governamentais, instituições privadas, associações de moradores e movimentos sociais. As Redes UFMG buscam reunir e articular grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa da UFMG em torno de temas emergenciais das sociedades contemporâneas. De caráter interdisciplinar, propõem a construção de uma agenda de trocas, interlocução e cooperação continuada entre os membros da Rede em diálogo com outros atores da sociedade (políticas públicas, movimentos sociais, organizações sociais). Destacamos, como exemplo, o Programa Participa UFMG Mariana-Rio Doce, que buscou reunir docentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão com o objetivo de colaborar, por meio do conhecimento técnico, com o processo de reconstrução após o mais grave desastre ambiental da história de Minas Gerais: o rompimento da barragem do “Fundão”, localizada no distrito de Bento Rodrigues. Atualmente encontram-se em funcionamento as seguintes Redes: Rede Juventude; Rede Saúde Mental; Rede Cidades; Rede Direitos Humanos; Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais; Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce.

Outra prioridade da UFMG consiste na interiorização das suas atividades, o que se dá tanto pelo fortalecimento dos seus espaços de atuação situados no interior do Estado – o *Campus Regional* de Montes Claros; o Instituto Casa da Glória, em Diamantina; o *Campus Cultural*, em Tiradentes –, quanto pela proposição de programas e projetos de extensão universitária ou de ação cultural.

Nessa perspectiva de interiorização, merece atenção especial o *Campus Regional* de Montes Claros. Situado em uma região de transição geográfica, econômica e sociocultural, considerando-se o contexto nacional, esse *Campus Regional* identifica como sua missão primordial realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro. Ali, o antigo Núcleo de Ciências Agrárias foi transformado na vigésima Unidade Acadêmica da UFMG, ampliando sua inserção tanto no ensino de Graduação, quanto no de Pós-Graduação, bem como iniciando o processo de adequação de suas instalações físicas a essa nova realidade.

Outro instrumento importante, nesse processo de interiorização, está sendo a consolidação e a ampliação das atividades da UFMG no campo da Educação a Distância (EAD). A Universidade tem investido, de maneira crescente, em programas de formação de recursos humanos através da EAD, notadamente na formação de licenciados nas áreas de Ciências e Matemática, em Pedagogia e em cursos de Especialização direcionados para os serviços de saúde. Atuando hoje em mais de 20 polos, alguns dos quais com oferta de vários cursos, a UFMG tem possibilitado a formação de recursos humanos em regiões do estado com notável deficiência de oferta de Educação Superior em cursos presenciais, sobretudo no caso daqueles ofertados por instituições públicas.

A UFMG tem ainda fomentado, seja na constituição de redes colaborativas, seja na realização de projetos de ensino e pesquisa bilaterais ou consorciados, um diálogo produtivo e desenvolvido projetos de impacto no cenário nacional. Pela própria dimensão dessa Instituição, suas ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão estendem-se, hoje, pelo país afora, por intermédio de programas de cooperação acadêmica com instituições e órgãos de ensino e pesquisa de outros estados, numa iniciativa apoiada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES) e, ainda, pelos Fóruns Universitários de Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

A par dessa inserção regional e nacional, a UFMG tem tido presença marcante em importantes redes e consórcios internacionais interuniversitários. A cooperação acadêmica e científica multilateral é necessária não somente para o estabelecimento de parcerias de qualidade geradoras de conhecimento

e na formação de grupos temáticos, que envolvem vários países e continentes, mas também como força política na defesa da educação como bem público e na luta contra uma globalização predatória e geradora de crescentes desigualdades. Entre os consórcios de que a UFMG tem participado ativamente, destacam-se a Asociación de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), que tem como foco central o Mercosul e engloba instituições do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; o Grupo Tordesilhas, de que participam Instituições da Espanha, Portugal e Brasil; a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); a Worldwide Universities Network (WUN); a Agence Universitaire de la Francophonie (AUF), entre outras. Muitas das atividades desses consórcios têm produzido excelentes resultados, criando condições para novas formas de cooperação, como no caso da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu, que impulsiona a parceria com os países da América do Sul, mediante ações e pesquisas conjuntas, que se realizam no interior de Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos, e por meio de intercâmbios concretizados no âmbito do Programa Escala, de mobilidade docente e discente.

Em período mais recente, a UFMG deu um importante passo em suas atividades de cooperação internacional, com a criação de cinco centros de estudos voltados para a investigação científica e o intercâmbio docente, discente e de servidores TAEs. São eles: o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos da Ásia Oriental, o Centro de Estudos Europeus, o Centro de Estudos Indianos, o Centro de Estudos Latino-americanos e Centro de Estudos Norte-Americanos, criado em 2018. Além deles, a Universidade, em parceria com o Hanban e com a prestigiosa Huazhong University of Science and Technology (HUST), abriga o Instituto Confúcio para a promoção do ensino da língua chinesa e da comunicação nos níveis acadêmicos e culturais entre UFMG, HUST e outras instituições chinesas de ensino superior. Outras parcerias relevantes incluem aquelas estabelecidas com a Comissão Fulbright (EUA) e a Embaixada da França, resultando, respectivamente, nas cátedras Fulbright e Franco-brasileiras. A UFMG preconiza, assim, a diversificação geo-acadêmica de suas cooperações, envolvendo países e regiões em relação aos quais a atividade, até recentemente desenvolvida, ainda era incipiente. Na atualidade, a UFMG possui mais de 600 acordos de cooperação internacionais, envolvendo instituições diversas localizadas nos cinco continentes.

Voltada, precipuamente, à formação de qualidade dos seus estudantes, em todos os níveis, a UFMG atua de forma comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social do estado, da região e do país. Agregada a essa missão acadêmica, esta Universidade assume as responsabilidades de: i) desenhar soluções para os problemas socioeconômicos de Minas Gerais, do Brasil e de países cooperantes e ii) qualificar e oferecer educação permanente aos indivíduos e às comunidades das diferentes localidades que abrigam os inúmeros projetos e programas extramurais. Essas ações interinstitucionais possibilitam à UFMG manter-se de portas abertas para a sociedade, numa enriquecedora troca de experiências, construindo uma rede de ações e intervenções transformadoras em áreas temáticas distintas, definidas segundo prioridades sociais regionais e nacionais.

1.8 Controle Social

O controle social é uma prática que, gradativamente, vem sendo adotada pela sociedade brasileira, em todos os setores, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Por controle social entende-se a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Essa prática, desenvolvida em vários níveis – por exemplo, o orçamento participativo ou os conselhos municipais de saúde –, procura fortalecer, de modo geral, a participação do cidadão em todas as áreas sob a tutela do Estado.

Algumas áreas de atuação da UFMG têm experimentado, com sucesso, a participação da sociedade, de maneira efetiva, com possibilidade de contar não somente com a opinião da população, mas também com interferências positivas desta em suas ações. Podem-se citar, como exemplos, o Conselho de Saúde do Hospital das Clínicas e o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Ambos iniciaram essa experiência por força de lei – mais precisamente, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde – e, atualmente, é impossível prescindir de tal participação. Em outras áreas, essa presença tem ocorrido por determinação da própria UFMG, quando se faz necessário avaliar a população diretamente beneficiada, o que ocorre no caso de atividades desenvolvidas em comunidades – entre outras, o Internato Rural e alguns programas de extensão.

A UFMG entende que um primeiro passo para a prática do controle social em uma instituição pública consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e de relevância e os resultados obtidos. Entende-se, portanto, a visibilidade pública como fundamental na prática do controle social. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos.

Nesse sentido, a UFMG tem intensificado ações visando a dar transparência à sua atuação. Assim, em 2017, a Universidade lançou um novo portal na *internet*, que recebe mais de 13 milhões de visitantes ao ano. Desenvolvido pela equipe do Centro de Comunicação (CEDECOM) da UFMG com base em projeto de comunicação institucional e de pesquisas com usuários que possibilitaram identificar novas necessidades e serviços de informação e tendências em *web*, o novo portal destaca-se pela facilidade de busca sobre informações gerais da UFMG, de seus cursos, pesquisas, documentos e pessoas. O sistema também conta com calendário de eventos e serviços de *newsletter* e alertas para notícias, calendário acadêmico e eventos. O mesmo portal ainda disponibiliza demonstrativos detalhados de toda a movimentação financeira realizada com recursos orçamentários da UFMG, na página da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Na mesma direção, a UFMG promove o conhecimento de suas atividades por meio de sua presença nas redes sociais, pela programação de qualidade produzida pela TV UFMG (veiculada pelo Canal Universitário de Belo Horizonte) e pela rádio UFMG Educativa, 104.5 FM, pela criação do aplicativo Viver UFMG, disponível para aparelhos com sistema Android ou IOS, e que não apenas facilita o acesso a informações sobre a Universidade como já foi empregado na avaliação de serviços voltados para a assistência estudantil, pelo desenvolvimento do portal Somos UFMG, desenvolvido para facilitar o mapeamento das competências da UFMG e incrementar a interação da Universidade com instituições públicas e privadas.

Ainda no que concerne ao controle social, a UFMG conta com a Diretoria de Governança Informacional (DGI) que inclui a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC-UFMG). Cabe à DGI a execução de ações orientadas a assuntos que envolvam diferentes iniciativas e políticas institucionais relacionadas à promoção da governança informacional na UFMG.

A Ouvidoria foi implantada em 2009 com a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a Comunidade Universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento. Em 2017, a Ouvidoria da UFMG aderiu ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal para receber elogios, sugestões, reclamações e denúncias por meio do *site* e-Ouv, sistema que atende à Portaria 3681/2016, da Ouvidoria Geral da União.

O SIC-UFMG foi implantado em 16 de maio de 2012, estando integrado às ações do Governo Federal nessa área (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Essa lei estabelece que a informação sob guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isso significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a esses dados (que compõem documentos, arquivos e estatísticas) constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta. Estão disponíveis dados sobre auditorias, convênios, despesas, prestação de contas, licitações e contratos, servidores, informações sobre a própria lei e uma parte dedicada a solicitação de informações.

Outro órgão integrante do sistema de controle social e governança da UFMG, a Auditoria Geral foi instituída em 1972 como serviço vinculado ao Conselho Universitário, por disposição do art. 20, inciso b do Estatuto da UFMG, tendo sido implantada definitivamente em julho de 1974. O referido órgão permanece estatutariamente vinculado ao órgão máximo de deliberação da Instituição, tendo tido o seu primeiro Regimento Interno aprovado em 14 de junho de 1985, mediante a Resolução nº 8, do Conselho Universitário da UFMG, e o Regimento vigente aprovado pela Resolução nº 2, de 8 de junho de 2006.

Cabe à Auditoria examinar, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, assegurando a boa e regular aplicação dos recursos públicos orçamentários, financeiros e patrimoniais da UFMG, visando aprimorar sua aplicação, assegurar o cumprimento de normas e regulamentos vigentes e promover o aperfeiçoamento dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa.

Outra iniciativa que complementa e, ao mesmo tempo, fortalece os procedimentos e mecanismos de controle social, transparência e governança da UFMG diz respeito à Comissão de Ética. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, dispõe sobre o Código de Ética do servidor público civil do Poder Executivo Federal e tem como objetivo estipular as normas que devem reger a conduta ética dos servidores. O referido decreto determina que todos os órgãos, entidades da administração pública federal direta, indireta, autárquica e fundacional criem suas próprias comissões de ética.

O Decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007, instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, com a finalidade de promover atividades sobre a conduta ética do servidor e regulamentou o Decreto nº 1.171/94. A Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, estabeleceu as normas de funcionamento e ritos processuais para as comissões de ética.

A Comissão de Ética da UFMG foi instituída em 11 de setembro de 2006 e está subordinada à Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República. Trata-se de instância consultiva que tem por função orientar e aconselhar o servidor sobre a ética profissional no tratamento com as pessoas, com o patrimônio público, atuar na apuração de desvios éticos, competindo-lhe ainda conhecer concretamente os procedimentos suscetíveis de censura. Tem ainda a função de tratar as situações que possam configurar conflito de interesses privados e públicos. O objetivo da Comissão de Ética da UFMG é atuar no sentido de prevalecer o exercício de sua função pedagógica, em detrimento do caráter repressor, privilegiando as ações educativas, de informação e de conscientização da comunidade.

1.9 Governança

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, considera-se governança a combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração de um órgão para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos. Especificamente no setor público, essa prática compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão de um determinado órgão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Na UFMG, a estrutura orgânica de controle que garante a prática da governança está definida em seu Estatuto, aprovado por meio da Resolução nº 04/99, de 4 de março de 1999, que descreve como órgãos da UFMG:

- I. De Deliberação Superior: o Conselho Universitário e o CEPE.
- II. De Fiscalização Econômico-Financeira: o Conselho de Curadores.
- III. De Administração Superior: a Reitoria, as Pró-Reitorias, os Órgãos Assessores e Auxiliares e o Conselho de Diretores.
- IV. De ensino, pesquisa e extensão: as Unidades Acadêmicas, os Órgãos Suplementares e os Órgãos Complementares.
- V. De consulta: o Conselho de Integração Comunitária.

Ao Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação, incumbe formular a política geral da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. O CEPE é órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

A composição do Conselho Universitário inclui as Comissões Permanentes, eleitas dentre os membros desse órgão, para estudo de matérias submetidas a seu exame, por iniciativa da Presidência ou por deliberação do Plenário. As Comissões Permanentes, inclusive a de Orçamento e Contas, funcionam de acordo com normas estabelecidas pelo Plenário do Conselho Universitário.

Além dessas, há também as Comissões Especiais, instituídas para estudo de matérias específicas, constituídas por iniciativa da Presidência do Conselho Universitário, ou por deliberação do Plenário.

Como órgão de fiscalização econômico-financeira está constituído o Conselho de Curadores, responsável pela aprovação das contas do Reitor entre outras atribuições. Estão previstas também as comissões instituídas para estudo e assessoramento ao Reitor e aos conselhos como Comissão de Orçamento e Contas e Comissão de Legislação.

A Reitoria, como órgão de administração superior, supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade, competindo-lhe, para esse fim, estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. É integrada pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelas Pró-Reitorias e Órgãos Assessores.

O Conselho de Diretores, por sua vez, é o órgão de assessoria executiva da administração superior da Universidade, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir sobre aquelas que lhe forem delegadas por este órgão e assessorar nas de competência do Reitor.

As Unidades Acadêmicas são administradas pela Congregação e pela Diretoria. A Congregação, analogamente ao Conselho Universitário, é o órgão de deliberação superior da Unidade Acadêmica, competindo-lhe supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito desta. São integradas pelo Diretor da Unidade Acadêmica, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; pelo Vice-Diretor; por membros docentes, definidos conforme proposta da Unidade Acadêmica aprovada pelo Conselho Universitário; por integrantes do corpo técnico e administrativo, eleitos por seus pares, nos termos do art. 84 do Estatuto, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução; e por integrantes do corpo discente da Unidade Acadêmica, nos termos do art. 78.

Os departamentos e os cursos de Graduação e de Pós-Graduação são subordinados às Unidades Acadêmicas. Cada curso é administrado por um Colegiado, cuja autoridade máxima é o Coordenador. Os estudantes são diretamente vinculados ao Colegiado de Curso, que se constitui a primeira instância à qual o discente recorre para dirimir dúvidas e solucionar eventuais problemas.

Os departamentos compreendem a Câmara e a Assembleia, sendo a Câmara Departamental, presidida pelo Chefe de Departamento, constituída pelo subchefe do Departamento; por professores eleitos pelo corpo docente do Departamento; por integrantes do corpo TAE, em exercício no Departamento, eleitos por seus pares; por integrantes do corpo discente.

Dentre outras atribuições previstas no Estatuto da UFMG, os departamentos exercem o controle ao planejar e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Departamento, bem como avaliar os planos de trabalho individuais dos docentes a ele vinculados e atribuir-lhes encargos; manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores TAEs, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão; elaborar a proposta orçamentária e o plano de aplicação de verbas do Departamento; manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua execução se dê em observância às normas pertinentes.

Problemas apresentados por quaisquer das instâncias citadas recebem análise das propostas para regularização e normatização das falhas e, na eventualidade de impropriedades serem apontadas, essas são encaminhadas para o Órgão de Correição e caso necessário implantação de novos procedimentos de controle.

Os Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas, funcionam sem lotação própria de pessoal docente para colaborar no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo seu funcionamento disciplinado em regimentos próprios, aprovados, no primeiro caso, pelo Conselho Universitário e, no segundo, pelas respectivas congregações.

A estrutura da Administração Central da Universidade abrange Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenadorias e demais instâncias administrativas que se ocupam de promover ações e políticas estratégicas e dar consequência às decisões do Conselho Universitário e do CEPE.

A UFMG é regida pela legislação federal pertinente, por seu Estatuto, por seu Regimento Geral, por Resoluções de seus Órgãos Colegiados de Deliberação Superior e por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais referidos nos itens anteriores que contribuem para a manutenção da governança no âmbito da Universidade.

A Universidade conta ainda com uma unidade de auditoria interna denominada Auditoria-Geral, cuja responsabilidade reside na prestação de apoio técnico no exame, orientação, acompanhamento e avaliação dos atos praticados pelos gestores da UFMG com o objetivo de assegurar a regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade.

A Política Institucional de Governança administrativa vem sendo aprimorada e registrada desde a aprovação de um dos seus primeiros estatutos, por meio do Decreto 167 de 16 de maio de 1935.

Em 10 de maio de 2017, a UFMG instituiu, por meio da Portaria nº 59/2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), com competência para aprovação e monitoramento de políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e controles internos no âmbito da Universidade. Nesse sentido, a Instituição tem envidado esforços para melhoria na qualidade de sua governança e transparência. O Comitê é presidido pelo Reitor e composto pelo Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, pelo Pró-Reitor de Administração e pelo Pró-Reitor de Recursos Humanos. Por fim, encontram-se em desenvolvimento estudos para a implantação e desenvolvimento de um Plano de Integridade para a Instituição, a ser aprovado pelo Conselho Universitário, em conformidade com o Decreto nº 9.203/2017.

CAPÍTULO 2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Universidades são instituições desenvolvidas e organizadas em função do conhecimento. O saber é componente essencial à vida do ser humano. É o conhecimento que lhe permite delinear para si, para seus contemporâneos e para as gerações futuras uma vida maior, de melhor qualidade e mais prazerosa. Uma universidade mantida com recursos públicos necessita aliar o seu compromisso com o conhecimento ao seu compromisso social como meio imprescindível para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa. Uma universidade pública federal busca sempre se posicionar no tempo e espaço que habita, vislumbrando soluções e construindo projetos inovadores. Ciente de seu indispensável papel na produção e disseminação de conhecimento de qualidade e excelência para o estado e o país, a UFMG deve permanecer comprometida com essa função primordial de uma instituição universitária. Na diversidade de áreas, de abordagens, de saberes, na multiplicidade de atores sociais nela presentes, na atenção à realidade social, no compromisso com a transformação da sociedade é que a universidade traduz sua relevância, se afirmando como um bem reconhecido pela cidade e pelo país que a abrigam. A UFMG se constrói pela interação permanente entre essas diferentes faces de seu *ethos* institucional.

É em vista dessa meta de natureza ética que devem ser pensadas as instâncias formativas com que conta a Universidade. Ensino, pesquisa e extensão, ao lado da dinâmica interna a cada uma dessas dimensões, devem, de forma concertada, proporcionar a formação consistente, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista social, que cumpre esperar de uma instituição pública de ensino superior.

Essa tem sido a trajetória da UFMG ao longo de sua história, de seus quase 100 anos de existência. Ela foi trilhada de forma determinada e consistente, de tal sorte que, hoje, a UFMG desfruta de reconhecimento acadêmico, nacional e internacional, e de grande respeitabilidade social, por suas raízes solidamente estabelecidas em Minas Gerais e no Brasil.

Esse são os princípios a partir dos quais deve ser conduzida a ação pedagógica na UFMG. No âmbito da Graduação, cada um dos nossos cursos ancora-se numa proposta conceitual que indica seu histórico, sua contextualização e o perfil profissional que é visado para o formando. Cada currículo, devidamente discutido nos conselhos superiores da Universidade, deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais propriamente profissionalizante. Entretanto, sem a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades inter e transdisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas, os currículos sofreriam um rápido processo de defasagem. É tendo isso em vista que esses currículos devem ser compostos a partir de política curricular institucional consubstanciada no princípio da flexibilização curricular, primeiramente expresso na Manifestação do CEPE, de 19 de abril de 2001, e posteriormente detalhado nas Normas Gerais de Graduação, em 2018. É cada vez mais evidente, e isso vem sendo demonstrado reiteradamente no mundo contemporâneo, que a competência específica, não importa em qual área, ficará limitada aos aspectos mais rotineiros de uma profissão se a formação se restringe ao que ortodoxamente pertence à área em vista. Serão formados melhores profissionais, em qualquer campo do conhecimento, se, além dos conhecimentos inerentes à formação profissionalizante mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis de uma permanente revisão, além da discussão de temas gerais necessária à compreensão e à interpretação de tendências no âmbito das ciências, das

tecnologias e da sociedade. Assim oxigenados, os currículos serão capazes de abrigar as mudanças exigidas pelo campo de formação do estudante, e os egressos da UFMG estarão preparados para assumir um protagonismo frente a tais mudanças.

A essa preocupação com uma formação sempre mais abrangente e qualificada academicamente, soma-se a de criação das condições que permitam ao estudante uma crescente interação com os processos sociais de uma forma mais geral. Essa dupla orientação na formação se desdobra na construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de uma diversidade de recursos pedagógicos que podem incluir a aula teórica, o seminário, a aula prática no laboratório ou no campo, o estágio, o desenvolvimento de projetos, a monografia, além de toda uma diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em atividades complementares de ensino, de pesquisa e de extensão e a frequência a eventos acadêmico-científicos. Merece atenção a crescente participação dos estudantes em programas especiais de formação que lhes permitam uma interação muito próxima, seja com o processo de construção do conhecimento na área de seu curso, seja com uma prática profissional efetiva, seja ainda no contato direto com realidades sociais cuja abordagem mobiliza e ressignifica o conhecimento acadêmico, sempre sob orientação e acompanhamento de professores. A atribuição de bolsas acadêmicas a várias dessas atividades contribui para que elas possam ser adequadamente configuradas, ganhando um contexto que, de fato, se aproxima da atividade que o graduando terá no futuro, seja em ambiente acadêmico ou similar, seja no exercício profissional. Por compreender ações intencionais de formação e a construção, organização e realização das atividades de todos os envolvidos, o Projeto Pedagógico deve extrapolar a perspectiva curricular, incorporando as dimensões acadêmicas, de política institucional e da sociedade no seu conjunto.

Destaca-se a particular importância de que a UFMG estabeleça parcerias de longo prazo e longo alcance com órgãos e entidades de determinadas naturezas: as redes públicas de educação básica, os serviços públicos de saúde, além de outros órgãos de Estado que desenvolvem programas públicos diversos de assistência social e de promoção da cidadania. Nesses casos, para muito além da dimensão da parceria com um campo de estágio, trata-se do estabelecimento de cooperações duradouras, articuladoras de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão. Assim, ao mesmo tempo em que se formam egressos capazes de compreender os contextos da atenção às necessidades da população e de neles atuar, estabelecem-se condições para que a Universidade colabore para uma melhor estruturação desses serviços, potencializando o impacto da geração e da disseminação do conhecimento acadêmico.

Ainda no contexto do ensino de Graduação, parece fundamental, no mundo atual, em que as tecnologias de informação e comunicação encurtam sensivelmente distâncias e contribuem fortemente para a aproximação dos povos e das nações, que se busque agregar à formação de nossos estudantes um componente de internacionalização. A convivência de nossos estudantes com outras culturas; expressando-se, por escrito e oralmente, em idioma que não o seu; convivendo em ambientes acadêmicos diferentes daquele que habitualmente frequentam, com regras de convivência próprias; imersos em uma sociedade diversa da sua, certamente constitui um notável enriquecimento curricular. Enrichimento similar advém da presença habitual, nos bancos escolares da UFMG, de estudantes oriundos das mais diferentes culturas e países ou mesmo de outras regiões do Brasil. É por essas razões que a UFMG, já há alguns anos, tem estabelecido, como uma de suas prioridades, os programas de intercâmbio acadêmico na Graduação, que se espera sejam ainda mais habituais nos próximos anos.

Complementarmente, a UFMG tem consolidado políticas internas de promoção linguística que atentam para o letramento acadêmico e para a diversidade das línguas na Universidade. Em relação ao

letramento acadêmico, são promovidas ações que aproximam os estudantes de práticas sociais de leitura e escrita que estimulam a produção, a divulgação e a publicação de conhecimentos em gêneros textuais variados e tipicamente esperados no contexto universitário. Essas práticas ocorrem mediadas por diferentes estratégias de linguagem, o que inclui reflexões intencionais sobre o uso das línguas na sua diversidade de modalidades e registros. Ao caracterizar a UFMG como um espaço social constituído pela multiplicidade de culturas e de línguas, a discussão permanente sobre suas políticas linguísticas é relevante para que a Instituição construa um ambiente cada vez mais democrático, plural, ético e justo, favorecendo processos de inclusão de grupos tradicionalmente excluídos desses espaços.

No domínio dos programas de Pós-Graduação, seja no Mestrado, seja no Doutorado, devem estar presentes os mesmos valores que indissociam a formação acadêmica da atenção à relevância social. Graduações qualificadas – essa é a dinâmica do conhecimento – resultam necessariamente em programas de Pós-Graduação igualmente qualificados. Esses mesmos programas, robustecidos, retornam sobre a Graduação, gerando um círculo virtuoso. Na medida em que estão mais próximos da linha móvel que assinala a fronteira do conhecimento, os programas de Pós-Graduação acham-se diante do desafio de formar pesquisadores com alta competência na área específica e com sensibilidade para a detecção das aproximações que o objeto de investigação demanda. Assim, também na Pós-Graduação, pretende-se que os programas, habitualmente com nítidos recortes disciplinares, sejam enriquecidos com atividades que apontem para a inter e a transdisciplinaridade. Por outro lado, deve-se desenvolver, a propósito da formação do pós-graduando, não importa em qual área, uma atitude de escuta atenta ao que, de um ponto de vista mais tradicional, estaria fora do seu campo de interesse. Nos diversos programas, respeitada a especificidade de cada um, a Universidade busca estabelecer mecanismos de aproximação crítica com a agenda social, entendida de forma ampla.

Os programas de Pós-Graduação exigem ainda ações muito bem articuladas direcionadas à internacionalização. Os docentes de nossos programas de Pós-Graduação devem, com regularidade, visitar programas congêneres das melhores universidades do mundo na área, inclusive para a realização de estágios como professor visitante. Por outro lado, a presença na Universidade de professores visitantes estrangeiros deve ser francamente incentivada, sobretudo para estágios de longa duração. É ainda desejável, especialmente no nível de Doutorado, que parcelas expressivas dos discentes possam ter parte de sua formação em instituições parceiras no exterior, assim diversificando o campo temático e as abordagens desenvolvidas em suas teses, bem como ampliando as redes de interação acadêmica nas quais se inserem. Como contraparte a esse movimento, deve-se estabelecer a UFMG como destino de um número crescente de doutorandos provenientes de instituições parceiras do exterior que aqui venham complementar sua formação. Por fim, no campo das ações de internacionalização na Pós-Graduação, deve-se enfrentar o desafio de contribuir para que o Brasil aprofunde seus laços de cooperação acadêmica na América Latina, tornando-se um local habitual de formação de mestres e doutores para os nossos vizinhos da América do Sul.

A dimensão da pesquisa, condição inseparável da qualificação de uma universidade é, de forma muito evidente, presença nuclear na Pós-Graduação. Na Graduação essa presença se manifesta principalmente por meio dos programas de iniciação científica, entendidos na dupla via da inclusão do graduando numa pesquisa mais específica ou como recurso na formação mais geral do estudante. Esses programas estão disponíveis desde os períodos iniciais da Graduação e constituem instâncias de aquisição de créditos. Também se prevê a integração entre os níveis de ensino de Graduação e de Pós-Graduação, abrindo possibilidades para que graduandos optem por trajetórias de formação que incluam

atividades acadêmicas curriculares integrantes da Pós-Graduação, permitindo a constituição de perfis de egressos orientados à pesquisa e à geração de conhecimento.

Tanto na Pós-Graduação como na Graduação, os laços que atam a Universidade com a sociedade devem estar presentes na formação. As ações de extensão, indicações da relevância social presente na formação dos estudantes, devem converter-se em objetos de pesquisa e em temas disciplinares que sejam trabalhados em sala de aula, seja na Graduação, seja na Pós-Graduação. O componente da extensão é parte inseparável da formação do estudante. Entendida como produção efetiva de conhecimento e como intervenção mais imediata na realidade que cerca a Universidade, as atividades de extensão indicam o tipo de interação com a sociedade que a UFMG acredita ser apropriada a uma instituição pública de ensino superior. Seja no que diz respeito às políticas públicas, seja na construção de um espaço privilegiado de interdisciplinaridade, seja na aproximação do ensino com os desafios postos por problemas mais complexos de intervenção social a partir de recursos de conhecimento, a extensão se constitui em um instrumento singular e insubstituível na formação do estudante da UFMG.

A atuação de cada uma dessas instâncias, que, juntas, integram e conferem identidade ao Projeto Pedagógico da UFMG, deve ser objeto de constantes avaliações. À cultura da avaliação, já em curso há bastante tempo entre nós, busca-se atribuir crescente importância, atestada, de forma inequívoca, em cada Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A UFMG considera que a formação qualificada e responsável de pessoal, professores, pesquisadores e profissionais nas mais diversas áreas e instâncias – no ensino de Graduação e de Pós-Graduação, na educação profissional e nos programas especiais de formação – constitui uma tarefa intransferível da universidade pública brasileira e condição da viabilidade de uma sociedade justa e inclusiva. Adicionalmente, a atuação da UFMG também na educação básica se faz necessária como requisito para articular os seus diversos cursos de formação de professores – permitindo a constituição de projetos pedagógicos para esses cursos que sejam orientados à transformação da realidade educacional brasileira.

Nesse sentido, a UFMG estabelece os princípios norteadores dos projetos pedagógicos, para todos os cursos da Instituição, conforme listados a seguir:

- I. A elaboração e implementação de propostas curriculares comprometidas com a inserção regional e nacional dos egressos.
- II. A flexibilidade curricular, embasada na ampliação do conceito de atividade acadêmica e no entendimento do conceito de percurso para fins de integralização curricular.
- III. A consistência e qualidade dos projetos acadêmicos, propiciando aos estudantes liberdade de acesso ao conhecimento, autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação ética e formação cidadã, em sintonia com as necessidades regionais e nacionais.
- IV. A revitalização permanente dos currículos acadêmicos, ancorados em avanços conceituais e metodológicos e em sintonia com as fronteiras do conhecimento em cada campo.
- V. A construção de ambiente acadêmico orientado à constituição da cidadania cultural dos discentes, por meio de uma ampla oferta de atividades acadêmicas curriculares que objetivem a constituição de repertório de ferramentas de análise e de matrizes de interpretação dos fenômenos da sociedade e da cultura.

- VI. O permanente esforço de inovação metodológica no ensino, visando à elevação da qualidade dos cursos.
- VII. A inserção internacional de estudantes de Graduação e Pós-Graduação, em especial em programas de mobilidade discente regidos pelo princípio da reciprocidade.
- VIII. O estímulo para que estudantes estrangeiros, sobretudo os residentes na América do Sul, realizem etapas de sua formação pós-graduada, Mestrado e Doutorado, na UFMG, bem como aqueles oriundos dos países de língua portuguesa.
- IX. O estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas inter e transdisciplinares, com particular ênfase na disponibilização de percursos curriculares com esse desenho tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação.
- X. A integração permanente e efetiva entre os níveis de Graduação e de Pós-Graduação, com a construção de percursos articulados que atravessem esses níveis, e com a expansão de atividades que promovam a interação entre estudantes dos dois níveis.
- XI. A integração efetiva das atividades de pesquisa e extensão e dessas com as atividades de ensino de Graduação e de Pós-Graduação, inclusive com a criação de estruturas curriculares que visem ao incremento do transbordamento destas para o ensino.
- XII. A condução de processos avaliativos realimentadores do projeto acadêmico institucional, como vetor indispensável à consecução de níveis crescentemente qualificados de funcionamento dos cursos e programas, bem como à prestação de contas à sociedade por parte da Instituição.
- XIII. O compromisso com o avanço qualitativo dos projetos pedagógicos da educação básica e profissional, em particular com o aprofundamento das questões conceituais e da experimentação didática.
- XIV. A consolidação de programas em educação a distância como instrumento de disseminação do acesso à formação superior qualificada.
- XV. A expansão do número de programas de Mestrado Profissional, visando conferir uma preparação em nível de Pós-Graduação orientada à formação para o exercício profissional no contexto de uma sociedade em que um crescente número de profissões requer uma maior intensidade de conhecimento para o exercício de tarefas de maior complexidade.
- XVI. A estruturação dos cursos de formação inicial e continuada de professores para a educação básica com a previsão de ampla integração com o ensino básico, incluindo o planejamento e implementação de programa abrangente de atividades formativas para os graduandos na escola de ensino fundamental da UFMG, bem como o estabelecimento de parcerias de longo prazo com escolas das redes públicas de educação básica que envolvam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.
- XVII. A construção de uma política de acesso e oportunidades que garanta níveis de equidade sempre mais satisfatórios, bem como a construção de um ambiente acadêmico inclusivo, capaz de acolher pessoas das mais diversificadas origens socioculturais.
- XVIII. A promoção de políticas que deem especial atenção para prover os meios acadêmicos necessários para viabilizar a formação de pessoas com deficiências.
- XIX. A constituição de um ambiente universitário em que tenha primazia a noção de solidariedade como elemento estruturante das relações entre indivíduos.

XX. O estabelecimento de políticas de combate a todas as manifestações de opressão, preconceito e exclusão, assim como de mecanismos de apoio para pessoas expostas a situações de sofrimento mental ou de violações de direitos humanos.

Tais diretrizes buscam traduzir no cotidiano da Instituição o seu ideário fundamental. Certamente que se trata de um processo sempre em vias de construção, seja em virtude dos possíveis obstáculos que possam surgir, seja em virtude das eventuais divergências entre as forças constitutivas da vida acadêmica num cenário, como é o desta Universidade, caracterizado pela aposta permanente na liberdade de expressão e no debate democratizado e academicamente qualificado. Não obstante, a UFMG tem constituído, ao longo das décadas, um Projeto Pedagógico que lhe é peculiar, no cenário nacional e internacional, e que vem sendo bem-sucedido na tarefa de formação de pessoas aptas a liderar processos de transformação em diversos contextos da sociedade. Como continuidade dessa determinação institucional, mantém-se o compromisso com a permanente experimentação de novas fórmulas acadêmicas, sempre ancoradas no avanço do conhecimento e no compartilhamento de saberes plurais, sempre visando ao aumento da relevância de sua presença na sociedade.

Este Capítulo apresentou as linhas gerais do Projeto Pedagógico Institucional da UFMG. Detalhes mais específicos são apresentados no Capítulo 3 – Políticas Acadêmicas – o qual deve ser considerado parte integrante deste Projeto Pedagógico Institucional.

CAPÍTULO 3 POLÍTICAS ACADÉMICAS

3.1 Ensino de Graduação

Bases Conceituais

O ensino de Graduação na UFMG visa conferir ao egresso uma formação acadêmico-profissional com sólida fundamentação científica, tecnológica, artística e humanística, que lhe proporcione autonomia intelectual, capacidade crítica e de aprendizagem continuada, fornecendo-lhe a base para que desenvolva uma atuação ética, em acordo com as necessidades da sociedade.

O aparato normativo interno à UFMG referente ao ensino de Graduação encontra-se consolidado nas Normas Gerais de Graduação, cuja versão mais recente foi aprovada pelo CEPE em fevereiro de 2018. De acordo com essas Normas, o ensino de Graduação será pautado por:

- a) articulação com a investigação científica, tecnológica, artística e cultural;
- b) interação permanente com a realidade social, econômica, cultural e ambiental do país e do mundo;
- c) esforço permanente de atualização das áreas de conhecimento;
- d) flexibilidade curricular que atenda tanto aos requisitos da formação específica, quanto à necessidade de diversificação na aquisição do conhecimento;
- e) integração entre os diversos cursos de Graduação, inclusive com a constituição de estruturas formativas compartilhadas entre cursos ou comuns a toda a Graduação na Instituição; e
- f) integração com o ensino de Pós-Graduação.

Cursos de Graduação da UFMG podem ser oferecidos de acordo com os seguintes formatos pedagógicos: i) ensino presencial, formato pedagógico no qual as atividades acadêmicas curriculares são desenvolvidas predominantemente por encontros presenciais dos estudantes com o docente ou os docentes responsáveis, em horários e locais preestabelecidos; ii) ensino a distância, formato pedagógico no qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre predominantemente com a utilização de meios e tecnologias de informação; iii) ou ensino em alternância, formato pedagógico no qual as atividades acadêmicas curriculares são desenvolvidas alternando períodos nos quais as turmas encontram-se reunidas em um só local e a carga horária é desenvolvida de forma concentrada e períodos nos quais as turmas das atividades acadêmicas curriculares encontram-se geograficamente dispersas junto a comunidades ou locais de trabalho externos à UFMG.

Além disso, em adição aos cursos ditos regulares, que preveem a seleção anual de novos ingressantes, sem especificação de um prazo delimitado para a existência desses cursos, são também previstos os chamados Cursos de Oferta Pontual, para os quais cada oferta de vagas iniciais deve ser especificamente aprovada pelas instâncias colegiadas. Esses cursos destinam-se a atender a demandas temporárias, podendo também abrigar cursos de caráter experimental.

O elemento básico constituinte dos currículos dos cursos, a Atividade Acadêmica Curricular, pode ser dos seguintes tipos: i) disciplina; ii) projeto; iii) programa; iv) estágio e v) evento. É prevista ainda a existência de uma estrutura intermediária: a Estrutura Formativa, que é constituída de um conjunto de atividades acadêmicas curriculares articuladas segundo um projeto, e que podem ser

entidades comuns aos currículos de cursos diversos. Há dois tipos de estruturas formativas: a Estrutura Formativa de Tronco Comum e a Estrutura Formativa de Formação Complementar. No primeiro caso, essas estruturas formativas são articuladas em torno de eixos temáticos comuns a cursos de determinado campo do conhecimento, que objetivam propiciar ambientes compartilhados de formação de estudantes. No segundo caso, tratam-se de estruturas disponíveis para estudantes de cursos diversos, articuladas em torno de eixos temáticos, que propiciem a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que caracterizem a constituição de um campo de competências que extrapole o domínio tradicional de cada curso.

Os cursos de Graduação devem ter estrutura curricular constituída dos seguintes núcleos: i) núcleo específico, constituído pelos saberes característicos do curso, contemplando a aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o desenvolvimento das competências esperadas na área de atuação do egresso; ii) núcleo complementar, constituído por conjuntos articulados de atividades acadêmicas curriculares que propiciem ao estudante a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes em campos do conhecimento diferentes daqueles que são característicos de seu curso; núcleo geral, composto por atividades acadêmicas curriculares que abordem temas de amplo interesse, orientadas para a formação intelectual, crítica e cidadã, em um sentido amplo, e iii) núcleo avançado, constituído por um conjunto de atividades acadêmicas curriculares integrantes de currículos de cursos de Pós-Graduação às quais tenham acesso estudantes do curso de Graduação.

Deve-se mencionar que a integralização do núcleo complementar será normalmente feita por meio da vinculação do estudante a uma Estrutura Formativa de Formação Complementar, que muitas vezes será, ela própria, parte de um curso de Graduação existente, disponibilizada para estudantes de outros cursos. Um caso especial de Estrutura Formativa de Formação Complementar é a chamada Formação Transversal, que consiste em um pequeno currículo de caráter transdisciplinar, tipicamente abordando temas emergentes, que são disponibilizadas para estudantes de cursos de diferentes áreas. Também é prevista a possibilidade da Formação Complementar Aberta, em que o próprio estudante, sob supervisão docente, propõe a definição de um elenco de atividades acadêmicas curriculares, dentre aquelas regularmente oferecidas na Universidade, para compor uma formação que atenda a objetivos específicos propostos pelo estudante.

Também são previstos mecanismos específicos para o aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito de programas de mobilidade acadêmica nacional ou internacional.

O conceito de Percurso Curricular é outro elemento estruturante dos cursos de Graduação na UFMG. Por percurso curricular entende-se uma possibilidade de formação, prevista na estrutura curricular de um curso, propiciadora de diferentes trajetórias de formação de estudantes e dotada de especificidade temática caracterizada por determinados conhecimentos, habilidades e atitudes próprios ao perfil do egresso. Esse conceito implica uma grande diversidade de possibilidades de formação que podem ser acessadas pelos estudantes, incluindo a opção de cursar ou não uma formação complementar, um núcleo de formação avançada ou de formação geral, ou programas de mobilidade acadêmica, sendo que cada uma dessas opções se encontra disponível segundo diferentes recortes temáticos.

É importante mencionar ainda um dispositivo previsto nas Normas Gerais de Graduação, que permite a constituição de regimes acadêmicos especiais para o atendimento a pessoas com deficiência, pessoas em condição de sofrimento mental, doenças crônicas, gestantes, guarda e companhia de filhos menores de quatro anos, responsabilidade legal por cuidados a pessoas doentes ou com deficiência, ou casos análogos.

Histórico

O ensino de Graduação da UFMG passou por significativas mudanças nos últimos 30 anos, balizadas por diretrizes que buscaram promover a sua expansão em simultâneo com outros objetivos destinados a assegurar a inclusão de estratos sociais mais amplos, a melhoria continuada das práticas acadêmicas e a maior mobilidade nacional e internacional dos estudantes. Esse conjunto combinado de iniciativas e orientações vem reconfigurando a Universidade e, ao mesmo tempo, fixando perspectivas renovadas de transformações, coerentemente com as exigências, demandas e expectativas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

As alterações mais evidentes dizem respeito à ampliação de vagas e de cursos que conduziram a UFMG de um total de 52 opções de entrada em cursos, correspondendo a 4167 vagas iniciais anuais, em 2000, para um total de 98 opções de ingresso, com 6740 vagas para ingressantes em 2018. A Tabela 2 mostra a evolução do número de vagas nos cursos nesse período. Embora o processo de criação de cursos e de vagas tenha operado continuamente ao longo da maior parte desse período, deve-se destacar o momento da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo governo federal por intermédio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que subsidiou a criação de 27 novas opções de cursos e um aumento de 44% na oferta de vagas iniciais entre 2008 e 2010. O Gráfico 1 mostra a evolução do número de vagas oferecidas anualmente nos cursos de Graduação presenciais, de 2000 a 2016.

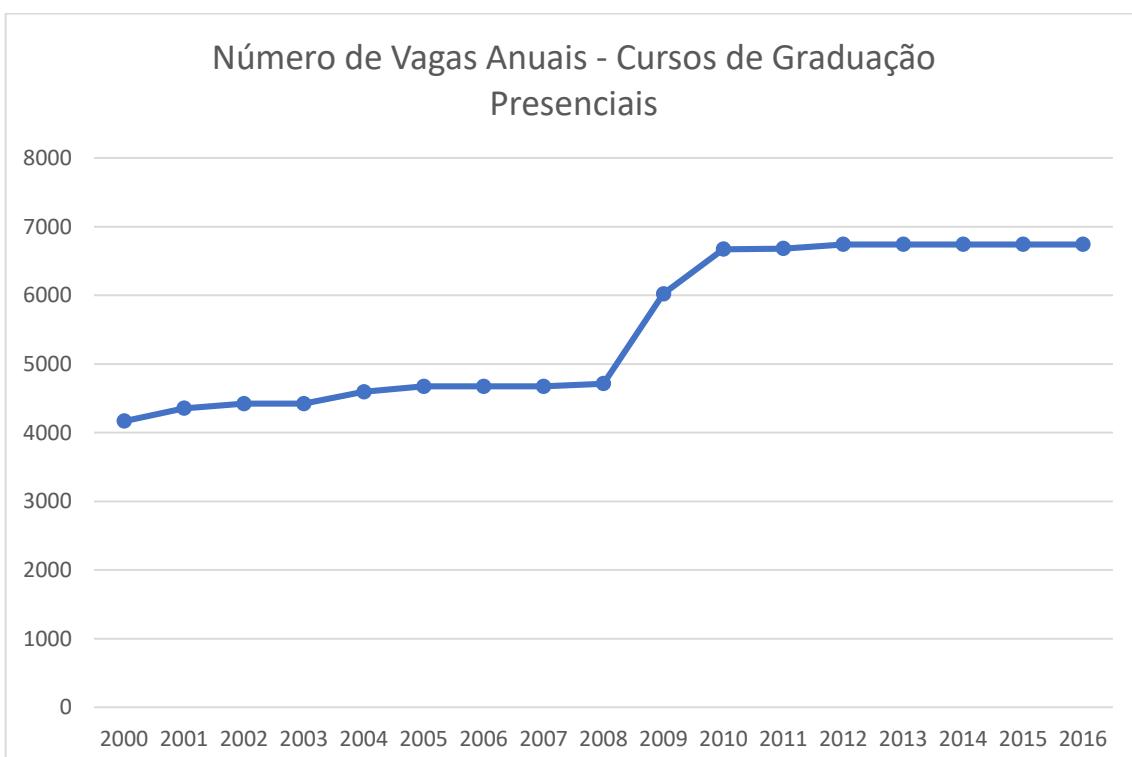


GRÁFICO 1 – Número de vagas anuais nos cursos presenciais

No início do Século XXI, a UFMG passou a experimentar a oferta de modelos de cursos de Graduação cujas atividades não se encontravam concentradas em suas instalações. Em 2003, foi iniciado o Projeto Veredas, cujo objetivo era o de proporcionar formação, em nível superior (curso Normal Superior), para um expressivo contingente de profissionais de redes públicas de educação básica que não tinham formação nesse nível, em um modelo de formação em serviço, estruturado

segundo o formato a distância. Em 2005 e 2006, respectivamente, tiveram início os projetos experimentais de Licenciatura em Pedagogia da Terra e de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, visando à formação de educadores do campo e de educadores indígenas, em ambos os casos segundo o formato da alternância, que previa períodos de tempo em que os estudantes vinham participar de imersões no *Campus* da UFMG, seguidos por períodos em que as atividades seriam desenvolvidas de maneira descentralizada, nas respectivas comunidades, sempre com o devido acompanhamento de docentes. Essas três experiências pioneiras deram lugar a fórmulas institucionalizadas, sendo criados, como cursos regulares, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, ambos no modelo de alternância – que passou a ser explicitamente previsto nas Normas Gerais de Graduação. Por sua vez, o programa Veredas se transformou, em 2008, no curso a distância de Pedagogia. Mais ou menos simultaneamente, entre 2007 e 2009, foram criados os cursos a distância de Licenciatura em Química, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Geografia. Os cursos de Graduação no formato a distância, por sua vez, passaram a ser explicitamente previstos nas Normas Gerais de Graduação como Cursos de Oferta Pontual, que requerem a aprovação de cada oferta pelas instâncias colegiadas da Instituição.

A expansão estrutural da capacidade de atendimento da Graduação da UFMG não negligenciou aspectos inclusivos e abarcadores, sendo pautada por parâmetros e objetivos destinados a incorporar estratos sociais historicamente marginalizados e que por razões socioeconômicas se defrontam com maiores dificuldades de acesso e de permanência no ensino superior. Assim, diversas iniciativas vieram a ser implementadas com a finalidade de democratizar e tornar a Universidade cada vez mais abrangente e aberta aos diferentes segmentos da sociedade. Um procedimento adotado foi o de fundamentar o crescimento prioritariamente na abertura de cursos noturnos, que até o início da década passada eram pouco expressivos e tinham pequena participação no total de vagas existentes na UFMG. Das 2.101 vagas pactuadas no bojo do REUNI, 1.455 (69% do total) foram originadas em cursos noturnos. No total existem hoje 2335 vagas anuais em cursos noturnos, que correspondem a 34,6% das vagas ofertadas. A evolução do número de vagas nos cursos noturnos é mostrada no Gráfico 2.

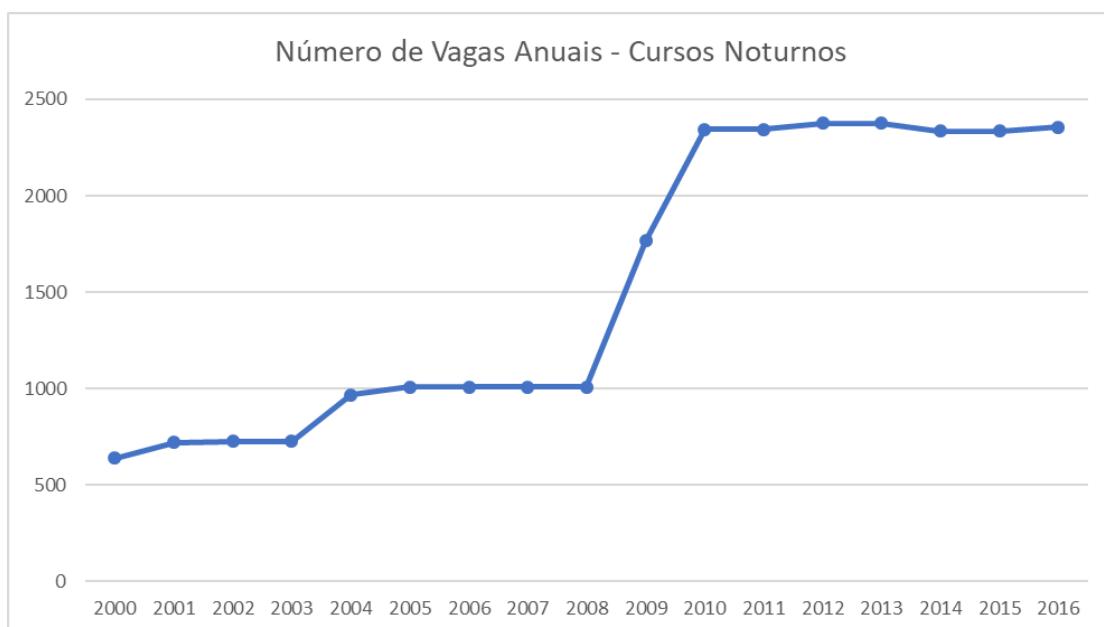


GRÁFICO 2 – Número de vagas anuais nos cursos noturnos de Graduação

Adicionalmente, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manteve uma política bem sedimentada de concessão de bolsas de cunho acadêmico para estimular a vocação científica e acadêmica dos estudantes. Especial atenção foi dada aos estudantes dos cursos noturnos, para os quais foi constituído o Programa Especial de Bolsas Acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos de Graduação – Pronoturno, que veio a se somar a outras modalidades de bolsas.

Uma estratégia inclusiva mais incisiva foi adotada pela Universidade em 2009, com a implementação do sistema de bônus nos processos seletivos, pelo qual eram acrescidos 10% na pontuação final dos candidatos que tivessem cursado pelo menos três anos do ensino médio e os últimos quatro anos do ensino fundamental em escola pública. Para os candidatos desse mesmo grupo que se autodeclaravam pretos ou pardos, era somado mais um percentual de 5%, perfazendo um bônus total de 15%. Durante a vigência desse programa autônomo de bonificação inclusiva, o perfil do corpo discente veio se alterando, com uma participação crescente de estudantes egressos da rede pública de ensino, de menor renda e de cor preta ou parda. Em 2008, por exemplo, pouco mais de um terço dos candidatos aprovados (33,01%) era oriundo de escola pública, ao passo que no vestibular de 2012, esse percentual já havia atingido 47,45%, o que significou aumento de 44% nessa proporção. Ainda em 2008, 26,75% dos ingressantes se declaravam pretos ou pardos, tendo essa proporção passado para 46,9% em 2012. No que diz respeito à renda familiar, em 2008 um total de 29,8% dos ingressantes eram oriundos de famílias com renda familiar até cinco salários mínimos, enquanto em 2012 tal proporção atingiu 48,5% dos ingressantes.

A partir de 2013, entrou em vigor a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que passou a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e por turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público. As vagas reservadas inicialmente se distribuíram da seguinte forma: i) 50% para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, e ii) 50% para estudantes de escolas públicas, sem restrição quanto à renda familiar. Em ambos os casos é levado em conta percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o recenseamento demográfico mais recente efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A implantação do novo sistema ocorreu de forma progressiva: no ano letivo de 2013, a UFMG reservou 13,67% das vagas disponíveis, fração que cresceu até alcançar, a partir de 2015, metade das vagas totais ofertadas anualmente pela UFMG. Em 2017, a Lei de Cotas foi alterada passando a prever que, a partir de 2018, cada uma das quatro modalidades de cotas seria ainda subdividida de maneira a prever vagas reservadas para pessoas com deficiência, na proporção desse grupo na população do estado.

Quase simultaneamente à entrada em vigor da Lei de Cotas, a UFMG também aderiu ao processo de seleção do SISU (Sistema de Seleção Unificada), que é organizado pelo Ministério da Educação, tomando como base a nota obtida pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por meio desse exame, os candidatos concorrem a vagas ofertadas na maioria das universidades federais brasileiras por meio de um processo seletivo único que não demanda o seu deslocamento até a localidade da instituição.

Os efeitos combinados da Lei de Cotas e da seleção pelo SISU levaram às seguintes mudanças no perfil dos ingressantes de 2012 a 2017: a proporção de pessoas com renda familiar *per capita* até cinco salários mínimos subiu de 48,5% para 54,1%; a proporção de egressos de escolas públicas subiu de 47,1% para 53%; a proporção de pessoas oriundas de outros estados subiu de 4,8% para 10,4%, e a proporção de pessoas oriundas do interior de Minas Gerais verificou ligeiro aumento, de 20,8% para

22,7%. Já a proporção de pessoas que se declaravam pretas ou pardas manteve-se essencialmente constante, variando de 46,9% dos ingressantes em 2012 para 47,1% dos ingressantes em 2017. Foi observado também um aumento expressivo no número de candidatos, que passaram de 60.264 no vestibular de 2013 para 186.123 no processo seletivo do SISU do primeiro semestre de 2014. Em particular, se verificou um efeito de aumento expressivo da procura pelos cursos anteriormente menos concorridos, tendo o curso com menor proporção de candidatos por vaga em 2014 atingido 11,38 candidatos por vaga, contra a situação do ano anterior, em que 15 cursos contavam com menos de dois candidatos por vaga e 55 cursos contavam com menos de cinco candidatos por vaga.

Deve-se notar que, embora a Lei de Cotas preveja a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretos, pardos ou indígenas, a proporção de indígenas aprovados após a vigência dessa lei até decaiu, tendo passado de 0,28% em 2008 para 0,1% em 2017. A observação da dificuldade do acesso dos povos indígenas à educação superior motivou a UFMG a adotar, a partir de 2009, uma política específica de criação de vagas adicionais para indígenas em alguns cursos de Graduação de maior interesse para esses povos. Nesses cursos, passou a haver o ingresso de um ou dois indígenas por ano, selecionados por meio de processo seletivo específico, inicialmente em caráter experimental. Esse programa de vagas adicionais para indígenas foi transformado em programa permanente a partir de 2017.

As medidas inclusivas adotadas e a expansão do ensino de Graduação têm sido acompanhadas pelo concomitante aprimoramento contínuo das práticas acadêmicas aplicadas pela Universidade, como atesta o desempenho obtido nas sucessivas avaliações realizadas sob a ótica do Índice Geral de Cursos (IGC) e do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que abrangem, entre outros elementos, as notas auferidas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Na avaliação divulgada em 2018, referente a 2016, a UFMG novamente manteve a nota máxima de 5 no IGC, com média 4,23 no IGC contínuo, o que a situou em terceiro lugar entre as 13 instituições que alcançaram nota máxima. A Tabela 3 mostra a evolução do desse indicador da UFMG nos últimos seis anos, que indica uma tendência de elevação ao longo dos anos.

TABELA 3
IGC contínuo da UFMG de 2011 a 2016

2011	2012	2013	2014	2015	2016
4,14	4,10	4,14	4,19	4,21	4,23

Outra dimensão da aprendizagem é dada pela mobilidade acadêmica, que permite aos estudantes de Graduação da UFMG a exposição a diferentes experiências educacionais e realidades sociais. O fluxo de estudantes da Universidade em direção a instituições no exterior cresceu expressivamente de 2007, quando não chegava a 200 estudantes, até 2014, quando atingiu um pico de quase 2.900 estudantes. Esse aumento foi propiciado pelo programa Ciência Sem Fronteiras, hoje descontinuado. O número de estudantes em intercâmbio em 2017 foi pouco maior que 400. A Tabela 4 mostra a evolução do número de estudantes em intercâmbio entre 2007 e 2017. O detalhamento desses números, por curso, é apresentado na Tabela 44 (Anexo I).

TABELA 4
Número de estudantes de Graduação em intercâmbio de 2007 a 2017

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
192	276	359	396	553	876	1606	2893	2642	1127	422

Fonte: Armazém de dados – CECOM.

O número anual de estudantes de outras instituições matriculados em intercâmbio em cursos de Graduação na UFMG cresceu no período compreendido entre 2007 e 2017, tendo atingido um patamar de cerca de 500 estudantes por ano em 2016 e 2017, contra 135 dez anos antes. A Tabela 5 mostra os dados referentes ao período entre 2007 e 2017, incluindo estudantes de outras instituições do país e estudantes estrangeiros. Na Tabela 45 (Anexo I) é apresentado o detalhamento da distribuição desses estudantes intercambistas por curso.

TABELA 5
Número de estudantes de outras instituições matriculados em intercâmbio na UFMG de 2007 a 2017

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
135	213	237	299	329	318	322	412	469	501	495

O efetivo resultado do esforço institucional empenhado no ensino de Graduação só se concretiza com a conclusão do curso pelos estudantes. O número de egressos dos cursos de Graduação presenciais, de 2000 a 2017, por curso, é apresentado na Tabela 46 (Anexo I). A evolução do total de egressos dos cursos presenciais da UFMG nesse período é mostrada no Gráfico 3. O número de egressos teve incremento ano a ano, entre 2000 e 2009, e sofreu uma queda entre 2010 e 2013. A partir de 2014, o total de egressos voltou a crescer. Em 2017, a proporção do número de formandos em relação ao número de ingressantes atingiu 74% o que, ainda que represente índice significativamente superior à média nacional, aponta para a necessidade de esforços para o crescimento de tal proporção nos próximos anos.

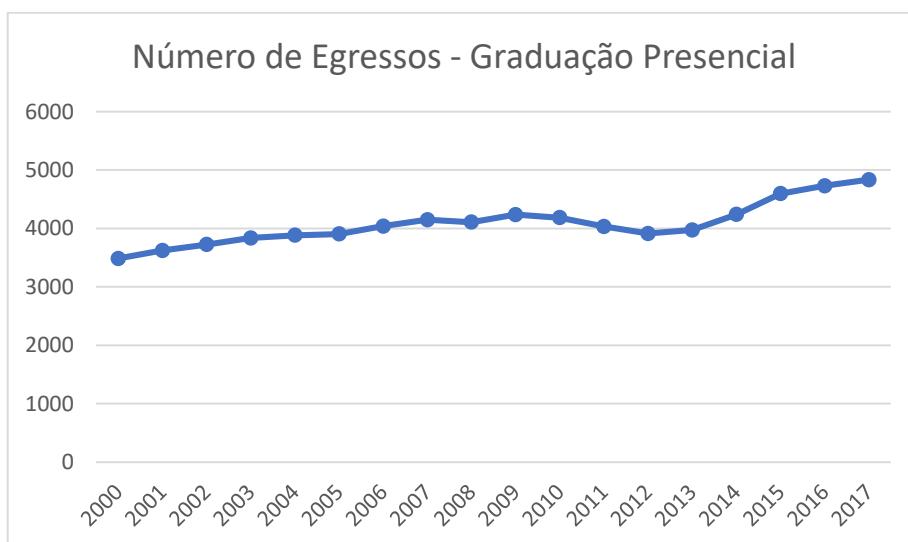


GRÁFICO 3 – Total de egressos dos cursos de Graduação presenciais, de 2000 a 2017

Examinando o número de egressos apenas nos cursos noturnos, nota-se um padrão um pouco diferente, conforme pode ser observado no Gráfico 4. Também se verifica um aumento contínuo do número de egressos, com um decrescimento desse número apenas em 2011. No entanto, a taxa de crescimento do número de egressos no turno noturno é significativamente maior: deve-se notar que o turno noturno responde pela quase totalidade do crescimento total do número de egressos. O detalhamento do número de egressos dos cursos noturnos entre 2000 e 2017, por curso, é apresentado na Tabela 47 (Anexo I).

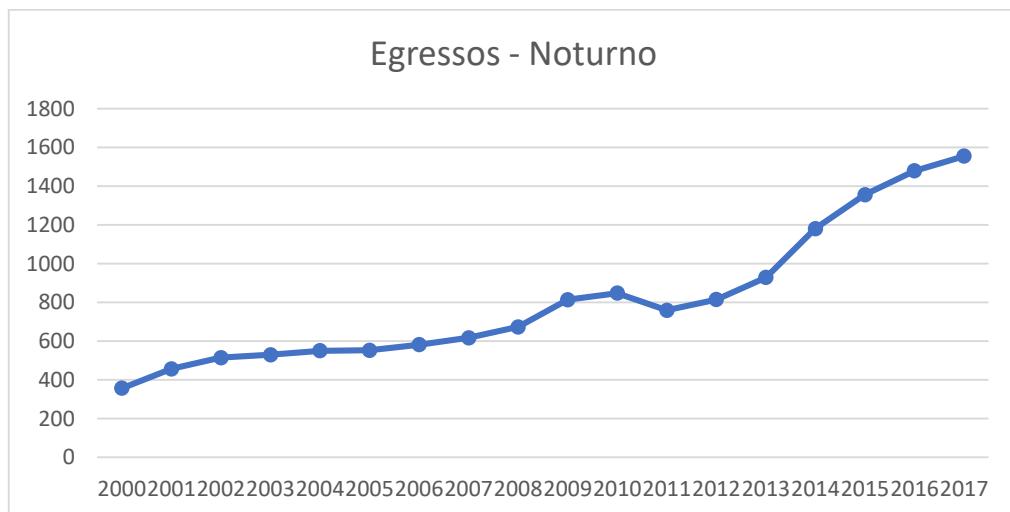


GRÁFICO 4 – Número de egressos nos cursos de Graduação noturnos, de 2000 a 2017

É importante também examinar o número de egressos verificado especificamente nos cursos de licenciatura (cursos de formação de professores para a educação básica), dado o caráter estratégico desses cursos para a UFMG e para a sociedade brasileira. Em 2018, a UFMG contou com 17 cursos de licenciatura regularmente oferecidos, sendo 15 no formato presencial e dois no formato de alternância. O Gráfico 5 mostra que o número de egressos desses cursos permaneceu em patamar aproximadamente constante entre 2000 e 2007. De 2008 a 2012 ocorreu expressiva queda do número de egressos das licenciaturas, com a redução do número de formandos ano após ano, até se atingir uma redução global de quase 40% em relação ao patamar anterior. A partir de 2012 nota-se uma tendência à recuperação do número de licenciados, entretanto com ritmo de crescimento mais lento que a queda anteriormente observada, sendo que nos dois últimos anos o número de egressos das licenciaturas ainda é 20% menor que o número exibido até 2007, apesar do aumento do número de vagas experimentado pelos cursos de licenciatura por ocasião da adesão da UFMG ao Programa REUNI. A Tabela 48 (Anexo I) mostra o número de egressos dos cursos de licenciatura presenciais (inclusive cursos em alternância) entre 2000 e 2017, por curso.

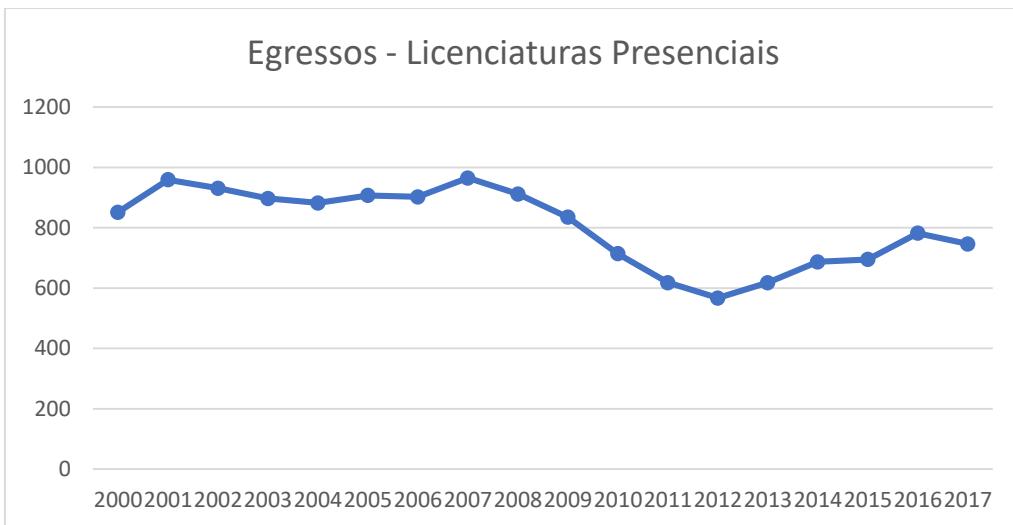


GRÁFICO 5 – Número de egressos dos cursos de licenciatura presenciais, de 2000 a 2017

Para que se tenha uma correta compreensão do significado dessa série do número de egressos dos cursos de licenciatura é preciso notar que grande parte dos cursos que oferecem o grau de licenciatura na UFMG também permitem a opção pelo grau de bacharelado. A série do número de egressos desses cursos é mostrada no Gráfico 6. Esse Gráfico mostra que o total de egressos desses cursos oscila muito menos que o total de egressos que obtêm o grau de licenciatura. Há uma redução, ano a ano, do número de egressos desses cursos entre 2008 e 2012, mas em proporção muito menor, da ordem de 20% de diminuição em relação a 2008. A partir de 2013 o total de egressos volta a crescer, retornando em 2016 ao patamar equivalente a 2007. Pode-se assim inferir que a queda do número de licenciados esteja relacionada principalmente ao aumento da proporção de estudantes que optam pelo bacharelado, e não necessariamente a um aumento da evasão dos cursos de licenciatura.

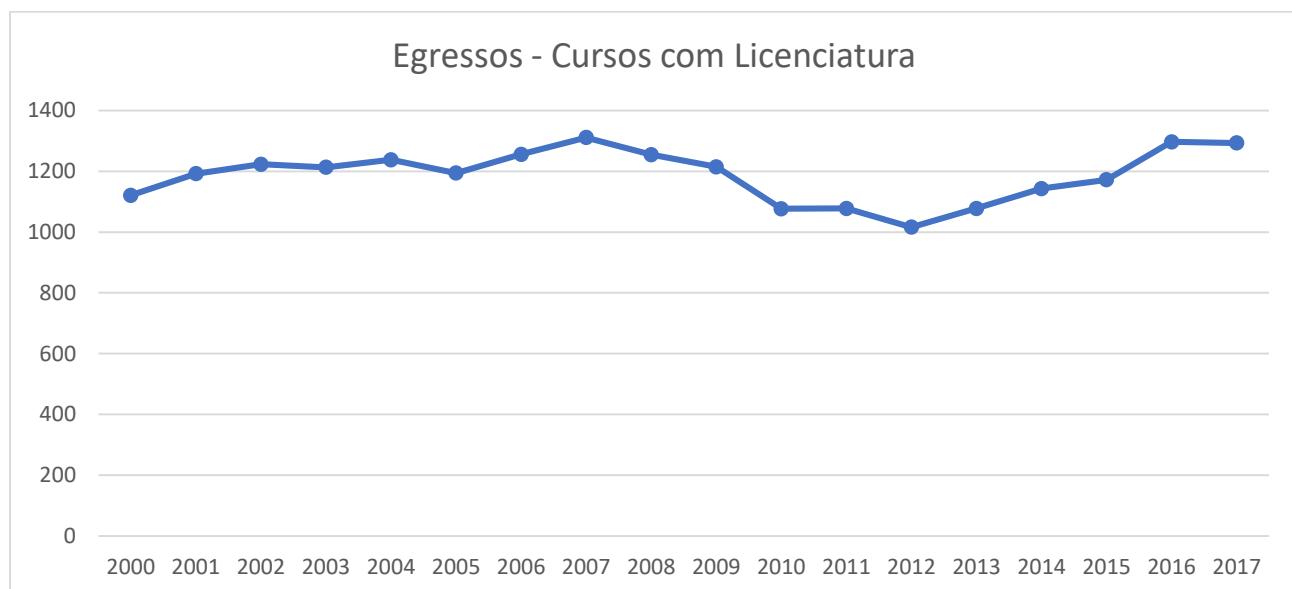


GRÁFICO 6 – Número de egressos dos cursos presenciais que oferecem licenciatura, de 2000 a 2017

Por fim, deve-se mencionar que os cursos de Graduação criados para atender a demandas específicas, e que têm aprovada a entrada de um número determinado de turmas, vêm cumprindo um

importante papel complementar aos cursos regulares. A Tabela 6 mostra o total de egressos dos cursos criados nesses moldes. Tais cursos correspondem aos cinco cursos ofertados na modalidade Ensino a Distância (licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia e Química, e bacharelado em Geografia), e mais o curso Normal Superior, precursor do curso de Pedagogia a Distância, e os cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Formação Intercultural de Educadores Indígenas, precursores dos cursos regulares que foram criados por ocasião da adesão da UFMG ao Programa REUNI, e que mantiveram os mesmos nomes.

TABELA 6
Número de egressos dos cursos cuja oferta não é regular (cursos de oferta pontual),
no período de 2010 a 2017

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Normal Superior	231	-	-	-	-	-	-	-
Curso de Licenciatura em Educação do Campo	46	56	-	-	-	-	-	-
Formação Intercultural para Educadores Indígenas	1	123	-	-	-	-	-	-
Ciências Biológicas (EAD - Licenciatura)	-	-	38	29	64	29	37	13
Geografia (EAD - Bacharelado)	-	18	14	12	14	9	8	5
Matemática (EAD - Licenciatura)	-	-	-	16	7	15	9	5
Pedagogia (EAD - Licenciatura)	-	306	29	1	131	10	241	-
Química (EAD - Licenciatura)	-	-	5	6	7	4	6	4
TOTAL	278	503	86	64	223	67	301	27

Configuração Atual

A Tabela 42 (Anexo I) mostra as opções disponibilizadas pela UFMG em 2018 para entrada nos seus cursos de Graduação presenciais. São 98 opções de ingresso distintas, incluindo 6430 vagas em cursos oferecidos em Belo Horizonte, 240 vagas em cursos oferecidos em Montes Claros, e mais 70 vagas em cursos oferecidos no formato de alternância. Dessas opções, 61 são para cursos diurnos, perfazendo 4405 vagas diurnas, e 37 para cursos noturnos, perfazendo 2335 vagas noturnas. Deve-se notar que essas 98 opções de entrada se referem a 90 cursos de Graduação distintos, de acordo com a definição estabelecida pela Portaria nº 21, 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação que estabelece que cada curso presencial de uma instituição de ensino é caracterizado por: i) nome do curso; ii) grau concedido (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia), e iii) cidade da oferta.

Programas de Bolsas de Graduação

A PROGRAD administra um programa de bolsas acadêmicas destinadas a estudantes de Graduação, que tem contemplado, a cada ano, mais de 1100 estudantes, o que corresponde a cerca de 4% do alunado de Graduação da UFMG. Tendo sido reformulado diversas vezes ao longo das duas últimas décadas, esse programa é hoje constituído das seguintes modalidades de bolsas:

1. Monitoria de Graduação – tem por propósito iniciar o estudante nas atividades de docência no ensino superior, bem como apoiar os professores nas suas tarefas didáticas. Cada Unidade

Acadêmica dispõe de uma cota de bolsas, estabelecida a partir da consideração do número de estudantes a que ela atende e da natureza das atividades didáticas nela realizadas.

2. Pronoturno – destina-se a possibilitar dedicação integral aos estudos a estudantes do turno noturno que mais se destacam por seu desempenho acadêmico. Sua concepção guarda similaridade com o Programa de Educação Tutorial (PET), gerenciado pela Secretaria do Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC). Condicionadas ao cumprimento de um conjunto de requisitos acadêmicos, tais bolsas são garantidas aos estudantes desde os períodos iniciais do curso e no transcorrer dos demais períodos letivos. Nesse caso, os bolsistas cumprem um período de treinamento, que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3. Imersão à Docência na Escola Básica – bolsas especificamente destinadas a estudantes de cursos de licenciatura, prevê atividades para esses estudantes na escola de educação fundamental da UFMG, o CP. Tem por objetivo promover uma iniciação dos estudantes à docência na educação básica, ao mesmo tempo em que esses apoiam as atividades dos docentes nessa escola. Em 2017 foram implementadas cerca de 30 bolsas nessa modalidade.

Esses programas de bolsas passarão por um processo de avaliação durante os anos de 2018 e 2019, visando à sua adequação à realidade dos cursos de Graduação, a qual vem mudando de diferentes maneiras nos últimos anos. Pretende-se também, nesse processo, aumentar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e assegurar a publicação de editais integrados à política de Ações Afirmativas da UFMG.

Além dessas bolsas que são custeadas pela PROGRAD, deve-se mencionar uma importante iniciativa, que teve início em 2016, de criação de bolsas para apoio às atividades de Formação em Extensão Universitária. Essas bolsas são oferecidas por meio de edital conjunto da PROGRAD e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), e visam dar suporte à organização de atividades no âmbito da Formação em Extensão Universitária – uma modalidade de atividade que visa oferecer de maneira ampla aos estudantes a oportunidade de participação em atividades de extensão estruturadas de maneira tal que facilite a inserção em maior escala dessas atividades nos currículos dos cursos de Graduação. Os estudantes bolsistas dão apoio à organização, além de participar dessas atividades, que devem permitir a obtenção de créditos por um grande número de estudantes não-bolsistas. Deve-se mencionar que, dentre as motivações para a formulação do modelo de atividade de Formação em Extensão Universitária, encontra-se a necessidade de prover mecanismos para o atendimento à Estratégia 12.7 da Meta 12 do Plano Nacional de Educação, que estabelece que 10% dos créditos exigidos para a integralização de cursos de Graduação deverão ser obtidos por meio da participação dos estudantes em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Outro importante programa de bolsas para estudantes de Graduação, coordenado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), é o Programa de Incentivo a Inclusão e Promoção da Acessibilidade (PIPA). Esse programa foi criado pela PROGRAD em 2014, com o nome de Programa Acadêmico de Promoção da Inclusão e Acessibilidade (PAPIA), visando oferecer bolsas para estudantes de Graduação da UFMG participantes de projetos voltados à promoção da inclusão e da acessibilidade nos vários espaços da Universidade. Em 2015, com a criação do NAI, considerando a proximidade da temática apoiada pelo programa, esse passou a ser coordenado por esse Núcleo. Em 2016, o PAPIA foi reformulado, passando à sua denominação atual. Os editais passaram a incentivar o desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, incentivando com maior especificidade o estudo e

construção de novas ferramentas e metodologias de ensino voltadas para as pessoas com deficiência e a promoção de ações que busquem reduzir ou eliminar as barreiras atitudinais, das comunicações, metodológicas, instrumentais, digitais e físicas, de maneira a garantir o acesso, permanência e participação da pessoa com deficiência nos diferentes contextos na UFMG.

Deve-se mencionar ainda que existem outras modalidades de bolsas relacionadas a atividades de ensino de Graduação que contemplam expressivo número de estudantes da UFMG cujo financiamento é feito diretamente por órgãos governamentais, a exemplo do PET e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Complementando o elenco de programas que visam dar suporte ao ensino de Graduação, a PROGRAD ainda mantém o chamado Programa de Incentivo à Formação Docente (PIFD). Esse programa prevê o pagamento de ajuda de custo a estudantes de Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado) que se encontrem em atividades de estágio-docência junto a cursos de Graduação.

Práticas Acadêmico-Profissionais (Estágios)

A partir do levantamento da legislação e das normas jurídicas relativas aos estágios, bem como das diretrizes curriculares, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), com suas respectivas alterações, estabeleceu-se uma política para a realização dessas atividades nos cursos de Graduação da UFMG. Com esse objetivo buscou-se, também, conhecer a realidade dos estágios já praticados, nesse nível, na Universidade, além de desenvolver uma pesquisa sobre sua demanda potencial existente nos cursos da Instituição. Foram, ainda, aplicados questionários e realizadas reuniões com os coordenadores de Colegiados de Curso.

Em junho de 2006, o CEPE aprovou a Resolução nº 06, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre os Estágios Acadêmicos de estudantes matriculados em cursos de Graduação e da Educação Básica e Profissional. Nos termos dessa Resolução, o Estágio Curricular – obrigatório ou não – configura-se como vivência profissional complementar que se deve realizar sob a responsabilidade de um Professor Orientador; incluir um plano de trabalho por ele aprovado; constar no sistema de registro de atividades acadêmicas da UFMG; e incluir a obrigatoriedade de Relatório Final avaliado pelo Supervisor do Campo de Estágio e pelo Orientador responsável. Tal atividade deve constar da proposta pedagógica do curso em que se insere, com a respectiva especificação do número de créditos e da instância responsável pelo seu acompanhamento, e implicar uma jornada semanal compatível com seu projeto curricular. O estágio realizado com fins de enriquecimento curricular poderá, a critério do Colegiado de Curso envolvido, contar créditos ou apenas constar do histórico escolar do estudante.

Para a realização do estágio curricular, impõe-se a celebração de instrumentos jurídicos específicos, devidamente regulamentados em portarias do Reitor. O início de tal atividade é precedido de Termo de Compromisso, assinado entre o estudante e o campo de estágio, com a interveniência da UFMG, de modo a se configurar a inexistência de vínculo empregatício entre as partes. É facultado aos Colegiados de Curso ou às instâncias universitárias responsáveis pelo acompanhamento do estágio estabelecer normas específicas, quando couber.

Formação Pedagógica para o Ensino Superior e Assessoria Pedagógica

A Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ) foi criada em 2008, no contexto do Programa REUNI, com o objetivo de aprimorar as práticas de ensino na Graduação. Inicialmente apoiou a implantação dos cursos criados no âmbito daquele programa, com o assessoramento para a elaboração das novas propostas curriculares. Com o início do funcionamento dos novos cursos, gradualmente foi assumindo o atendimento a demandas de assessoria pedagógica para todos os cursos da UFMG. O GIZ tem como missão desenvolver, de forma inovadora, colaborativa e contextualizada, uma rede de práticas educativas, flexíveis e personalizadas de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a formação de sujeitos autônomos.

As Assessorias Pedagógicas que o GIZ oferece são voltadas para professores efetivos da UFMG, Coordenações e Colegiados de Cursos de Graduação e Diretorias de Unidades Acadêmicas. O propósito das Assessorias é oferecer apoio pedagógico para questões relacionadas aos cursos de Graduação, tais como: reformulação de projetos pedagógicos, apoio na elaboração de recursos educacionais (materiais didáticos, vídeos, objetos de aprendizagem, roteiros, materiais para ambiente Moodle), apoio e acompanhamento na elaboração de instrumentos de avaliação de disciplinas, projetos pedagógicos de cursos, propostas transversais, apoio na montagem de ambientes virtuais de aprendizagem voltados para promoção de educação convergente (presencial e a distância), apoio na oferta de cursos de formação de professores e/ou estudantes de Unidades Acadêmicas e/ou cursos, voltados para atender situações pedagógicas específicas.

Os Percursos Formativos em Docência do Ensino Superior são ofertados regularmente pelo GIZ desde 2010 a professores e estudantes de Pós-Graduação que desenvolvem atividades acadêmicas nos cursos de Graduação da UFMG. Essa formação tem como objetivo ampliar as estratégias de mediação da aprendizagem e colaborar para a constituição de uma rede de compartilhamento de experiências do corpo docente da Instituição. Está em construção, o repositório de recursos educacionais da UFMG, que se configura como um espaço institucional criado exclusivamente para disponibilizar diferentes materiais de ensino, aprendizagem e investigação, em qualquer suporte digital, de acesso livre ou restrito (resumos), elaborados para fins de uso e apropriação nos cursos de Graduação ou Pós-Graduação.

O Percurso Discente Universitário é outra ação do GIZ que visa identificar, promover e aprimorar as habilidades necessárias ao estudante de Graduação no desenvolvimento da sua autonomia na vida acadêmica. Oferece diversas oficinas, como: Redes de Aprendizagem, Planejamento de Jogos Digitais, Projeto de Pesquisa, Introdução à Leitura Acadêmica, Introdução à Escrita Acadêmica, Apresentações de Trabalhos Acadêmicos, Produção de Vídeos, Mapas Conceituais, Portfólio e A Voz e Seus Cuidados.

Destaca-se ainda como ação coordenada pelo GIZ, desde 2015, a realização do Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior. Esse evento anual visa possibilitar reflexões, promover a troca de experiências e fomentar a produção e divulgação, em rede, de práticas didático-metodológicas inovadoras no ensino superior, nas diferentes áreas do conhecimento.

A Revista Docência do Ensino Superior tem como missão constituir-se em mais um espaço e fórum de debates relacionados à docência no ensino superior no contexto das inovações em metodologias e tecnologias de ensino. Essa Revista é uma publicação do GIZ e destina-se à publicação de artigos originais, resultados de pesquisas, relatos de experiências relativos à docência no ensino superior e entrevistas. Em 2014, foi lançado o número especial “Inovação no fazer docente” no formato impresso, e foram reestruturadas todas as edições anteriores. A partir de 2015, a Revista passou a ser

publicada com periodicidade semestral. Em 2016, a Revista passou a receber a classificação Qualis B1 da CAPES, na área de Ensino.

Formação de Professores para a Educação Básica

A UFMG conta com um complexo sistema de formação voltado para o ensino básico e profissional que inclui cursos de formação, no nível de Graduação, de professores para a educação básica (cursos de licenciatura), além de um diversificado conjunto de cursos de formação continuada de docentes (cursos de extensão e de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*).

No âmbito da Graduação, como diretriz geral, os cursos de licenciatura visam à formação de docentes com um conjunto de saberes que os qualificam para exercer a profissão, quer no âmbito do ensino, da gestão educacional, da coordenação pedagógica ou dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, e indissociavelmente comprometidos com a inclusão e a democratização cognitiva e social e com a promoção dos direitos humanos.

A configuração atual da oferta é composta por 17 (dezessete) cursos de licenciatura, sendo que dois cursos são ofertados no formato de alternância, quinze no formato presencial e, destes, quatro também no formato a distância, atendendo a diferentes públicos. Vem sendo crescentemente reconhecida a necessidade de se realizar a formação dos futuros docentes, tanto em conteúdos específicos de cada campo do conhecimento quanto nos conteúdos pedagógicos, em estreito diálogo com as redes de ensino por meio das práticas de ensino, do estágio, da extensão e da pesquisa. Assim se antevê, em um futuro próximo, uma maior integração entre a UFMG e as redes públicas de educação básica, além de uma inserção mais orgânica do CP e do COLTEC nos processos formativos das licenciaturas. A UFMG também mantém uma diversificada oferta de cursos para a formação continuada dos professores em diferentes níveis: extensão, Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) e Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Foi estabelecida recentemente a meta, a ser atingida em médio prazo, de integrar todas essas instâncias de formação e de geração de conhecimento. Dessa forma pretende-se coordenar as ações em todos os níveis e em todas as dimensões do processo de formação de professores para a educação básica, formando educadores capacitados para atuar pela transformação da realidade educacional brasileira, em articulação com as redes de ensino.

Para a gestão desses processos, a Instituição conta com os Colegiados dos Cursos de Licenciatura, um Colegiado Especial que articula todos os Colegiados desses cursos, além dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* diretamente ligados à temática da Educação. Foi recentemente constituída, por meio da Portaria nº 87, de 10 de abril de 2018, uma comissão para discussão e elaboração das políticas de formação em nível de Graduação e Pós-Graduação.

GRADUAÇÃO

OBJETIVO GERAL

Aperfeiçoar a formação discente, com ênfase na flexibilidade dos projetos curriculares e na associação da adequada aquisição de conteúdos ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências, promovendo a autonomia intelectual, a capacidade de aprendizagem continuada e independente, o pensamento crítico, a conduta ética e a responsabilidade social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Efetivar plenamente na UFMG o projeto pedagógico de flexibilização curricular, conforme disposto nas Normas Gerais de Graduação, garantindo uma oferta diversificada e abrangente de formações complementares e de formações transversais, disponibilizando um número crescente de atividades acadêmicas complementares, provendo uma oferta regular de atividades voltadas para a formação geral, bem como assegurando a integração entre projetos curriculares de Graduação e de Pós-Graduação e a adequada previsão do aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito de mobilidade acadêmica e de projetos de extensão e de pesquisa.
2. Intensificar a experimentação pedagógica no ensino, com o incremento do uso de metodologias ativas de aprendizado.
3. Aumentar a proporção de atividades acadêmicas curriculares que façam uso de tecnologias de informação e de comunicação.
4. Intensificar o protagonismo dos estudantes da UFMG em ações com relevância acadêmica e social que contribuam para sua formação.
5. Intensificar os programas de intercâmbio discente, na Graduação e na Pós-Graduação, com especial atenção para aqueles que se orientem pelo princípio da reciprocidade.
6. Envidar esforços para intensificar a diversidade sociocultural do corpo discente, em conexão com a ampliação do acesso para grupos historicamente excluídos do ensino superior. Cabe especial atenção às pessoas com deficiências, aos indígenas, aos negros e aos refugiados.
7. Garantir o acesso dos estudantes de cursos noturnos às diversas oportunidades acadêmicas oferecidas pela Universidade, tais como: acesso a disciplinas de Pós-Graduação, acesso a formações complementares, acesso a atividades de extensão e de pesquisa, e outros.
8. Fomentar a realização de programas colaborativos e integradores de conhecimento, incentivando a inclusão de atividades com tais características nos currículos dos cursos.
9. Consolidar a infraestrutura disponível para o funcionamento dos cursos de Graduação, garantindo a disponibilidade de espaços de aprendizado devidamente equipados e em boas condições.
10. Consolidar a avaliação de indicadores de retenção e evasão, visando subsidiar a formulação de políticas para aumentar a proporção de concluintes dos cursos.

AÇÕES⁴

ANO	1	2	3	4	5
1. Garantir a implantação das novas Normas Gerais de Graduação, assegurando a infraestrutura normativa, administrativa e de sistemas informatizados necessária.					
2. Garantir uma oferta diversificada de Formações Complementares para os diversos cursos de Graduação, procurando um equilíbrio entre a oferta de Formações Complementares de caráter específico e de Formações Transversais.					
3. Articular a oferta de um elenco diversificado de formações complementares que sejam constituídas a partir dos cursos de Graduação existentes.					
4. Ampliar a oferta de Formações Transversais, de forma a que essas passem a abranger um maior conjunto de temas emergentes e de grande potencial transdisciplinar, bem como temas de relevância para o país e a sociedade.					
5. Apoiar a criação de Formações Complementares direcionadas para os cursos de Licenciatura, com o objetivo de diversificar as opções de formação dos estudantes e de formar um repertório de competências dos egressos que seja capaz de atender, de maneira estratégica, a demandas da sociedade.					

⁴ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

6. Criar espaços para o protagonismo estudantil, seja com experimentação de metodologias inovadoras nos diversos ambientes de aprendizagem, seja na escolha de percursos curriculares diversificados e interdisciplinares.				
7. Incorporar, nos currículos, conjuntos de atividades acadêmicas curriculares que visem estimular o protagonismo discente, potencializando o desenvolvimento de atitudes tais como: a responsabilidade social e ambiental, o foco na inovação, a atuação em equipes interdisciplinares.				
8. Garantir que os projetos curriculares sejam compatíveis com o desenvolvimento, pelo estudante, de atividades formativas de naturezas diversificadas que estimulem o protagonismo e a reflexão, incluindo trabalhos extraclasse, projetos, atividades práticas, além de tempo para estudo, não se limitando a prever atividades de “sala de aula”.				
9. Expandir a oferta de um elenco diversificado de atividades de Formação Geral orientadas para a formação intelectual, crítica e cidadã.				
10. Consolidar a oferta de eventos na programação das atividades complementares do turno noturno de forma a garantir a diversidade de áreas, temas e abordagens.				
11. Ampliar a oferta de atividades na modalidade de formação em extensão universitária, visando expandir a participação dos estudantes da UFMG em ações com relevância acadêmica e social que contribuam para sua formação, garantindo o registro dessas atividades nos históricos escolares.				
12. Criar mecanismos para garantir que todos os currículos de Graduação incorporem atividades de extensão, em especial aquelas que atendam às diretrizes aprovadas na Resolução do CEPE que instituiu a formação em extensão.				
13. Criar mecanismos para garantir a presença, em todos os currículos de Graduação, de percursos curriculares que incluam atividades acadêmicas curriculares integrantes de cursos de Pós-Graduação, assim constituindo os Núcleos de Estudos Avançados dos currículos.				
14. Construir políticas de fomento para apoiar a articulação entre Graduação, Pós-Graduação e Extensão.				
15. Implementar a modalidade de continuidade de estudos para obtenção de novo diploma.				
16. Assegurar que as atividades complementares, de ensino, de pesquisa e de extensão sejam incorporadas como atividades integralizadoras de créditos nos projetos pedagógicos.				
17. Assegurar que as atividades culturais e esportivas sejam incorporadas como atividades integralizadoras de créditos nos projetos pedagógicos.				
18. Estimular a oferta de atividades acadêmicas curriculares optativas em língua estrangeira.				
19. Incentivar a diversificação das atividades acadêmicas curriculares disponíveis para os cursos de Graduação, com o uso de tecnologias como ferramenta para tal ampliação, a exemplo de: oferta de disciplinas a distância, realização de seminários por videoconferência, organização de atividades colaborativas a distância envolvendo estudantes da UFMG e de outras instituições, e outras.				
20. Acompanhar e atualizar os programas de bolsas acadêmicas mantidos pela PROGRAD, de forma a assegurar que tais programas resultem na melhoria da qualidade do ensino.				

21. Estimular e fomentar os programas de estágio-docência, em que estudantes de Pós-Graduação participam da preparação, organização e realização de atividades acadêmicas curriculares para a Graduação, sob a supervisão de docente.				
22. Investir na formação didático-pedagógica continuada dos professores da UFMG, ampliando também o acesso dos discentes de cursos de Mestrado e de Doutorado a tal formação.				
23. Incentivar a criação de núcleos de inovação para a educação nas Unidades, vinculados ao GIZ/PROGRAD, a fim de dar suporte às inovações curriculares nos projetos pedagógicos da Graduação.				
24. Impulsionar projetos pedagógicos inovadores a partir da experimentação de novas metodologias, incluindo o ensino a distância e a produção de material pedagógico de qualidade.				
25. Envidar esforços para a constituição de metodologias pedagógicas projetadas para dar suporte a pessoas com deficiências, considerando a especificidade de cada tipo de deficiência, e abrangendo desde a adaptação de material didático e a adequação dos procedimentos desenvolvidos durante a execução das atividades acadêmicas curriculares, indo até a formulação de metodologias para a adaptação de percursos curriculares às necessidades individuais de cada estudante em tal situação.				
26. Articular políticas institucionais de ações afirmativas com políticas de promoção da inserção acadêmica dos públicos dessas ações, assim potencializando o efeito das políticas de inclusão.				
27. Rever o programa de reserva de vagas para refugiados para que este se adeque à realidade mundial emergente de aumento dos fluxos de pessoas deslocadas de seus países de origem.				
28. Dar continuidade aos esforços para que os cursos noturnos tenham condições de funcionamento adequado, com especial atenção aos seguintes aspectos: a. Assegurar o funcionamento noturno das estruturas administrativas necessárias aos cursos noturnos, tais como Colegiados, bibliotecas, setores de suporte ao ensino e outros; b. Ampliar e diversificar as atividades acadêmicas complementares noturnas; c. Fomentar a oferta de formações complementares e de formações transversais no turno noturno.				
29. Estimular a produção e aquisição de livros didáticos em formato digital para ampliar as ações de ensino e aprendizagem.				
30. Estimular a criação de espaços alternativos que propiciem atividades de ensino e aprendizagem mais interativas e colaborativas.				
31. Investir na recuperação e modernização da estrutura dos laboratórios de ensino.				
32. Fomentar, por meio de editais, projetos de melhoria da qualidade do ensino de Graduação.				
33. Envidar esforços para realizar a integração do sistema de matrícula da Graduação com o sistema da Pós-Graduação.				
34. Atuar institucionalmente, em conjunto com os Colegiados dos cursos das áreas da saúde e áreas afins, na organização das atividades desenvolvidas em cenários de prática da rede pública de saúde.				
35. Buscar soluções para a estruturação de espaços de aprendizagem de clínica-escola ou farmácia-escola para os cursos para os quais tais estruturas sejam imprescindíveis para a formação profissional.				

36. Estabelecer convênios com as redes estadual e municipal de educação básica de forma a viabilizar projetos bilaterais de cooperação entre a UFMG e escolas dessas redes, assim viabilizando: i) a articulação orgânica das atividades de estágios das licenciaturas com as atividades das escolas envolvidas; ii) o desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade centradas nas escolas, de forma a apoiar seus programas de aperfeiçoamento; iii) a oferta de atividades de formação continuada para docentes dessas escolas, em articulação com o planejamento das mesmas, e iv) o desenvolvimento de pesquisas conjuntas entre docentes da UFMG e das escolas, com o objetivo de geração de avanços do conhecimento na área da educação que sejam prontamente aplicáveis à melhoria do ensino nas escolas envolvidas.					
37. Estruturar programas de atividades a serem desenvolvidas por estudantes dos cursos de licenciatura no CP da EBAP, disponibilizando tais programas para eventual inclusão nos currículos dos cursos de licenciatura, de forma a consolidar o papel dessa Escola na formação de docentes para a educação básica.					
38. Investir em projetos pedagógicos cujo objetivo seja que o perfil do docente a ser formado pelos cursos de licenciatura esteja em diálogo com as demandas das redes de ensino e da sociedade.					
39. Fomentar e consolidar políticas sociais e acadêmicas de apoio aos estudantes dos cursos de formação de professores visando a, especialmente, garantir a realização das práticas de ensino e de estágio nas escolas situadas em diferentes contextos socioterritoriais;					
40. Ampliar e consolidar estruturas de gestão que articulem a participação de representantes dos cursos de Graduação, de Pós-Graduação e das redes de ensino.					
41. Implantar e acompanhar a avaliação anual dos cursos de Graduação a ser conduzida pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos.					

3.2 Ensino de Pós-Graduação

Bases Conceituais

Os programas de Pós-Graduação da UFMG, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação, investem na qualificação de pessoal para o exercício de atividades de ensino e pesquisa, bem como para o mercado de trabalho. Os cursos de Pós-Graduação são oferecidos nos níveis de Doutorado e Mestrado Acadêmico e Profissional – que conferem graus e expedem diplomas de, respectivamente, Doutor e Mestre e são referenciados como cursos da modalidade *stricto sensu* – e de Especialização – que expedem certificados de especialista, sendo referenciados como da modalidade *lato sensu*.

Os principais elementos normativos internos relativos à Pós-Graduação encontram-se compilados nas Normas Gerais de Pós-Graduação, cuja versão atual foi aprovada pelo CEPE em 4 de julho de 2017. Além dos aspectos formais que norteiam os cursos de Pós-Graduação na UFMG, as Normas Gerais, em seu art. 2º, definem o perfil do egresso a ser formado, a saber:

- I. A Especialização tem por objetivo aprofundar a qualificação profissional em campo específico ou interdisciplinar do conhecimento, podendo ser ofertada nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância.
- II. O Mestrado tem por objetivos aprofundar o conhecimento acadêmico e profissional, bem como aprimorar a capacidade de realizar pesquisas em área específica ou interdisciplinar do conhecimento.
- III. O Doutorado tem por objetivo desenvolver a capacidade de propor e conduzir, de forma autônoma, pesquisas originais em área específica ou interdisciplinar do conhecimento.

Segundo as Normas Gerais da Pós-Graduação, o ensino da Pós-Graduação na UFMG será pautado por:

- a) qualidade das atividades de ensino, de investigação e de produção científica, tecnológica e artística;
- b) atualização contínua nas áreas do conhecimento contempladas na proposta do curso;
- c) flexibilidade curricular;
- d) interdisciplinaridade;
- e) internacionalização;
- f) integração com as atividades de Graduação pertinentes;
- g) intercâmbio com instituições acadêmicas e culturais, bem como com a sociedade em geral;
- h) para os cursos de Doutorado e Mestrado Acadêmico e Profissional, divulgação do resultado das atividades de pesquisa, sob forma reconhecida pelas respectivas áreas do conhecimento e modalidade acadêmica ou profissional.

Como diretriz fundamental a Pós-Graduação da UFMG estabelece uma integração das atividades de pesquisa nela desenvolvidas com a extensão como uma maneira de aumentar o vínculo com a realidade social e impacto na sociedade. Também é fundamental a integração da Pós-Graduação com o ensino da Graduação sendo estimulada a inserção de atividades acadêmicas curriculares da pós-Graduação nos currículos de Graduação, bem como o acesso de estudantes de Pós-Graduação a toda a diversidade das atividades curriculares ofertadas em cursos de Graduação.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A organização didática dos cursos de Doutorado e de Mestrado Acadêmico e Profissional dá-se em torno das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. Entende-se por área de concentração o campo específico do conhecimento que constitui o objeto de estudo dos cursos. Já a linha de pesquisa aponta para a diretriz de investigação dotada de identidade própria e coerente com a proposta acadêmica do respectivo curso. Ambas, contudo, devem estar apoiadas por atividades acadêmicas consideradas necessárias à formação de doutor e de mestre acadêmico e profissional. Essas atividades acadêmicas, classificadas como obrigatorias ou optativas, podem ser oferecidas nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância, respeitando a especificidade de cada área do conhecimento e as particularidades de cada curso.

As estruturas curriculares, bem como o número de horas/créditos necessários para a integralização de cada uma delas, variam de acordo com a proposta didático- pedagógica definida no regulamento de cada Programa, atendidos os termos do Regimento Geral e das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG. Na perspectiva de uma flexibilização curricular, 50% dos créditos necessários para a integralização podem ser obtidos por outras atividades acadêmicas que não disciplinas. Além do cumprimento de todos os requisitos regimentais, normativos e regulamentares, para a obtenção dos diplomas de doutor, de mestre acadêmico ou profissional, o estudante deve elaborar trabalho final, respectivamente de tese, dissertação ou trabalho equivalente, conforme o nível, a ser aprovado por banca examinadora.

Para atuarem nos cursos, todos os docentes, sejam eles permanentes, colaboradores ou visitantes, devem possuir o grau de doutor ou título equivalente e passarem por processo de credenciamento ou recredenciamento aprovado pelo Colegiado do Curso e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG). Os docentes vinculados aos cursos de Mestrado Profissional podem, excepcionalmente, não ser doutores. Para o processo de credenciamento ou recredenciamento, os docentes devem comprovar produção intelectual relevante de acordo com os critérios estabelecidos pelos cursos e devidamente aprovados pela PRPG.

No ano de 2017, um importante passo foi dado pela UFMG no intuito de reduzir a seletividade social de acesso a vagas em seus cursos. Foi aprovada pelo CEPE, em 4 de abril, a Resolução nº 02/2017 que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência na Pós-Graduação *stricto sensu*. O acesso dá-se por meio de processo seletivo regular ou suplementar. Para as pessoas negras, esta inserção ocorre por processo seletivo regular, quando os cursos *stricto sensu* devem reservar de 20% a 50% de suas vagas disponibilizadas anualmente para aqueles candidatos que se autodeclararem nesta condição. Já para os candidatos indígenas ou com deficiência, sua entrada ocorre por meio de processo seletivo suplementar, ou seja, específico para estes grupos. Além disso, a UFMG tem promovido ações específicas para esses grupos de tal forma que sua inserção possa ocorrer em sua plenitude.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

A estrutura dos cursos de Especialização pode estar definida por área de concentração e deve se encontrar apoiada por atividades acadêmicas consideradas necessárias à formação do especialista. Essas atividades podem ser realizadas nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Para obter o certificado de especialista, além da integralização de, no mínimo, 24 créditos, o estudante deve comprovar, nos termos do regulamento de cada curso, aprovação em trabalho final.

Um dos pontos essenciais para o oferecimento dos cursos de Especialização é a qualificação e a experiência do corpo docente, por meio de suas realizações no campo de atuação da Especialização proposta. O corpo docente dos cursos de Especialização é constituído por docentes com o título de Especialista, Mestre ou Doutor, tendo em mente a legislação vigente. Contudo, excepcionalmente, podem ser admitidos docentes sem título de Pós-Graduação, mas que comprovem reconhecida capacidade técnico-profissional.

A UFMG, entendendo seu compromisso com a formação qualificada de profissionais inseridos em serviços, tem acolhido propostas de cursos de Especialização voltadas para a capacitação de professores inseridos na rede pública de ensino, bem como de servidores públicos inseridos na gestão. Importante destacar, contudo, que esses são apenas exemplos de seu compromisso com a capacitação de profissionais atuantes em diferentes atividades de relevância para a comunidade.

Avaliação da Pós-Graduação

Faz parte da essência da UFMG um comprometimento com a crescente qualificação de sua atividade. Assim, apesar da existência de um consolidado sistema nacional de avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*, a UFMG tem tomado a iniciativa de periodicamente promover processos internos de avaliação de seus cursos. No ano de 1989 foi publicada a primeira avaliação referente aos anos 1987-89. A segunda avaliação institucional ocorreu duas décadas após, sendo publicada em 2006 e referindo-se aos anos 2005-06. Em ambas as avaliações, todos os cursos foram visitados por uma comissão de docentes da própria UFMG que, baseados em documentos existentes e na visita realizada, desenvolveram um diagnóstico institucional e estabeleceram metas e diretrizes de fortalecimento para cada um dos cursos. Essa sistemática de reflexão interna tem permitido o sólido avanço da Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, que assume destaque no cenário nacional. Está programada mais uma avaliação institucional da Pós-Graduação promovida pela UFMG, que deverá ocorrer dentro dos próximos três anos, até 2022.

No que diz respeito aos cursos de Especialização, não existe hoje uma sistemática nacional de avaliação como a que se consolidou para a Pós-Graduação *stricto sensu*. Dessa forma, coloca-se como desafio para a UFMG a organização, no futuro próximo, de um processo avaliativo abrangente para seus cursos desse nível.

Configuração Atual

O sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, constituído atualmente de 84 programas, que envolvem 70 cursos de Doutorado e 83 de Mestrado, dos quais oito são mestrados profissionais, abrangendo as nove áreas do conhecimento, mantém-se de forma consolidada no cenário nacional. Os seis programas que oferecem exclusivamente Mestrado são cursos criados recentemente, que se encontram em fase de consolidação.

Para atender à matrícula que, em 2018, superou 9.600 estudantes, esses programas contam com o envolvimento de um corpo docente que compreende, aproximadamente, 2.100 docentes orientadores. Na Avaliação Quadrienal 2017 realizada pela CAPES, a UFMG se destacou no cenário nacional, dado que 16 programas alcançaram nota 7, 18, nota 6, 21, nota 5, 18, nota 4 e 7, nota 3. Considerando que as notas de excelência (Notas 6 e 7) podem ser conferidas somente àqueles cursos que possuem o nível de Doutorado, tem-se que em torno de 50%, dos cursos de Doutorado foram avaliados como tal. Em anexo, encontram-se informações sobre os cursos, contendo a nota obtida na Avaliação Quadrienal

2017/CAPES, número de estudantes por curso no primeiro semestre de 2018, número de orientadores por curso no primeiro semestre de 2018, número de teses e dissertações defendidas nos últimos 5 anos.

A UFMG ofertou, em 2016, 61 cursos de Especialização que, abrangendo todas as áreas do conhecimento, atenderam a mais de 4.600 estudantes. Ocorreram em torno de 1.500 conclusões. Importante salientar que a oferta dos cursos de Especialização não é regular uma vez que os cursos não oferecem vagas anualmente, levando a uma flutuação nos números ao longo do tempo.

Um aspecto relevante sobre essa oferta referente ao ano de 2016 é que 16 cursos foram ofertados gratuitamente à comunidade ou com financiamento público. A oferta de cursos de Especialização a distância também deve ser destacada, dado que cinco foram ofertados nessa modalidade e se voltaram para a formação de profissionais para a área da Saúde ou de professores para a Educação Básica, com um ingresso de 1.200 estudantes.

Histórico: Pós-Graduação na Modalidade *Stricto Sensu*

Nos anos iniciais deste século, a Pós-Graduação na UFMG caracterizou-se por substancial crescimento do número de programas melhor conceituados na avaliação conduzida pela CAPES, conjugado com também expressivo aumento do número de vagas e de matrículas em todos os seus programas. As Tabelas 7 e 8 evidenciam tal processo. Os dados nela apresentados revelam que, ao longo do período dos últimos 15 anos, a UFMG: i) praticamente triplicou o número e o percentual de programas com notas 6 ou 7; ii) aumentou, em 6 vezes, o número de vagas e em quase 5,5 vezes o de matrículas; iii) o acréscimo de vagas e de matrículas foi bem mais pronunciado nos cursos 6 ou 7 que, em seu conjunto, aumentou em 13 vezes o número de vagas e em 12 vezes o número de matrículas, e iv) a relação entre o número de matrículas e o de vagas diminuiu de cerca de 2,7 para aproximadamente 2,4, o que sugere redução do tempo médio de titulação.

Outra observação importante diz respeito ao processo que veio ocorrendo de criação de novos programas de Pós-Graduação, que se acentuou nos anos mais recentes, e que em parte explica a persistência de um número ainda significativo de cursos com notas 3 e 4 na Instituição, uma vez que essas são as notas usualmente atribuídas aos cursos quando de sua criação.

Os Gráficos 7 e 8 mostram a evolução do número de defesas de teses de Doutorado e de dissertações de Mestrado na UFMG, de 2000 a 2017. O Gráfico 9 mostra a evolução do número de matrículas nos cursos de Mestrado e de Doutorado.

TABELA 7
Evolução do número e do percentual de programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG,
por nota, de 2007 a 2017

Nota	2007	2010	2013	2017
7	4 (6%)	9 (13%)	13 (19%)	16 (20%)
6	9 (14%)	16 (23%)	18 (26%)	18 (22%)
5	27 (41%)	19 (27%)	21 (30%)	21 (26%)
4	16 (24%)	20 (29%)	13 (19%)	18 (23%)
3	10 (15%)	6 (9%)	5 (7%)	7 (9%)
Total	66	70	70	80

Fonte: Assessoria Acadêmica/PRPG

Nota: Os dados de 2007 referem-se ao período 2004-2006, os de 2010 referem-se a 2007-2009, os de 2013 referem-se a 2010-2012 e os de 2017 referem-se a 2013-2016.

TABELA 8

Evolução dos números de vagas e de matrículas nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, por nota, de 2007 a 2017

Nota	2004-2006		2007-2009		2010-2012		2013-2017	
	vagas	matrícula	vagas	matrícula	vagas	matrícula	vagas	matrícula
7								
6	360	1.000	710	1.720	2.029	5.208	3.863	10.483
5	230	660	910	2.320	2.989	7.390	3.889	9.616
4	1.020	2.800	780	1.740	2.408	5.754	3.531	8.707
3	530	1.500	570	1.320	1.885	4.274	1.888	4.120
	150	340	90	200	376	743	684	1.708
Total	2.300	6.300	3.060	7.300	9.687	23.369	13.855	34.634

Fonte: Assessoria Acadêmica/PRPG



GRÁFICO 7 – Evolução do número de teses de Doutorado defendidas na UFMG entre 2000 e 2017

Fonte: Armazém de Dados / CECOM.

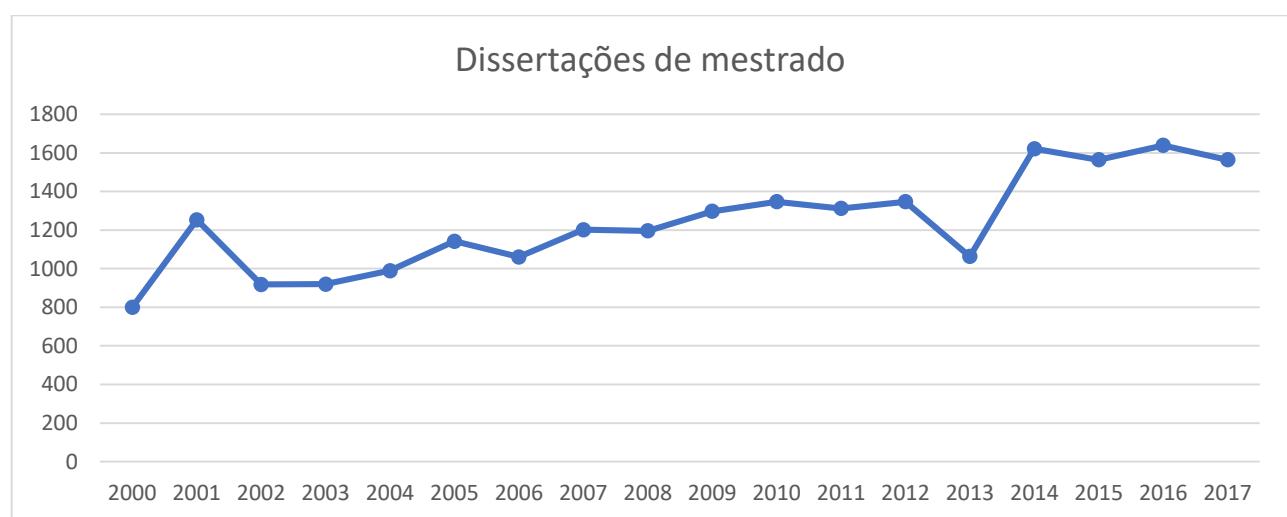


GRÁFICO 8 – Evolução do número de dissertações de Mestrado defendidas na UFMG entre 2000 e 2017

Fonte: Armazém de Dados / CECOM.

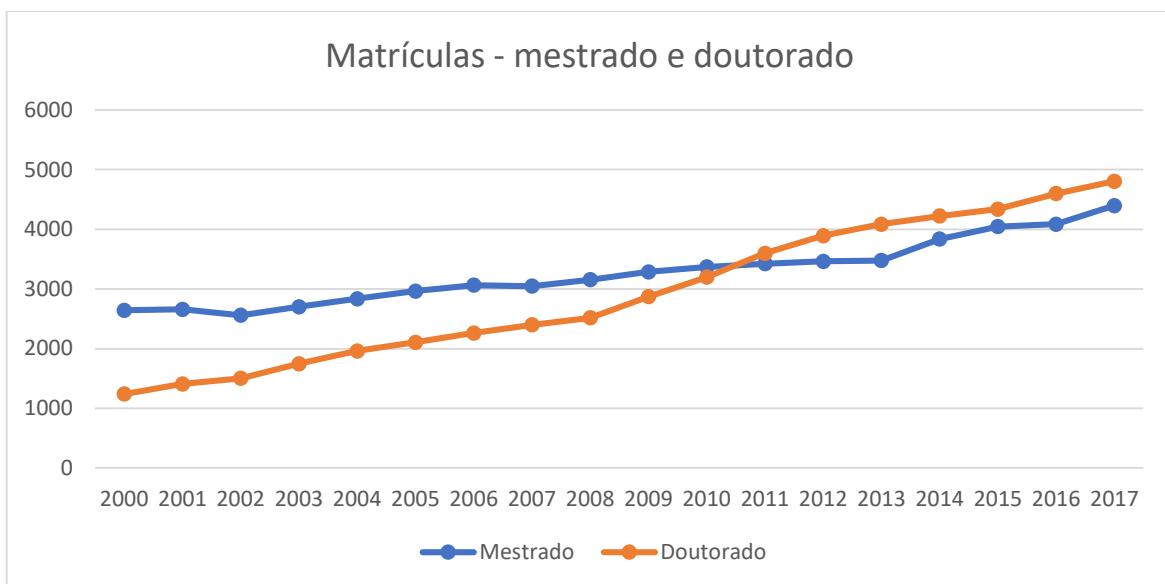


GRÁFICO 9 – Evolução do número de estudantes matriculados em cursos de Mestrado e de Doutorado na UFMG entre 2000 e 2017

Fonte: Armazém de Dados / CECOM.

No que diz respeito ao número de estudantes matriculados, tanto o número de matrículas no Doutorado quanto no Mestrado apresentou crescimento contínuo no período considerado, sem a verificação de mudanças expressivas nessa tendência ao longo dos dezoito anos examinados. O crescimento do número de matrículas no Doutorado, ao longo de todo o período, foi mais rápido que o crescimento no número de matrículas no Mestrado, o que levou a que, a partir de 2011, o número de estudantes de Doutorado se tornasse maior que o de Mestrado. O total de estudantes de Pós-Graduação *stricto sensu* passou de 3884 no ano 2000 para 9204 em 2017.

Examinando agora as conclusões de trabalhos, tanto no caso do número de defesas de teses de Doutorado quanto de dissertações de Mestrado, a maior parte do período de 2000 a 2013 foi caracterizado por um crescimento aproximadamente contínuo, que no caso do Mestrado levou o número de conclusões de cerca de 800 por ano para um patamar de cerca de 1400 por ano, e no caso do Doutorado levou o número de defesas de cerca de 200 por ano para um patamar de cerca de 600 por ano. Em ambas as séries, ocorre uma descontinuidade precisamente de 2013 para 2014: nesse momento, o número de dissertações por ano passa de 1400 para um patamar de cerca de 1600 por ano, e o número de teses por ano passa de cerca de 600 para um patamar de cerca de 900. A partir de 2015, ambos os patamares se mantêm estabilizados. Embora não pareça simples explicar a causa do aumento, simultâneo e expressivo, do patamar das duas séries, ocorrido em 2014, seguido de uma inédita estabilização também em ambas as séries a partir de então, parece plausível buscar elementos para tal explicação na adesão da UFMG ao programa de expansão das universidades federais, o REUNI, que teve como efeitos um expressivo aumento do corpo docente da UFMG e um igualmente expressivo aumento do número de bolsas de Pós-Graduação disponíveis a partir de 2010.

Um outro aspecto importante a ser observado no crescimento da Pós-Graduação *stricto sensu* na UFMG diz respeito à parcela do corpo docente que participa dos programas de Pós-Graduação. O Gráfico 10 mostra a evolução do número de docentes com credenciamento permanente nesses programas, no período de 2010 a 2018.

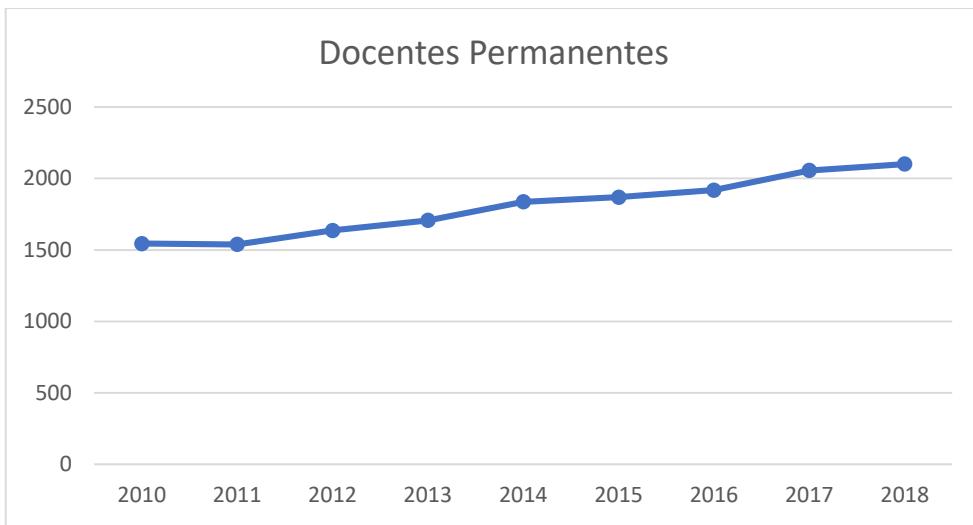


GRÁFICO 10 – Evolução do número total de docentes com credenciamento permanente nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, de 2010 a 2018

Fonte: Assessoria Acadêmica/PRPG.

TABELA 9

Evolução do número total de docentes com credenciamento permanente nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, de 2010 a 2018

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1545	1539	1636	1707	1837	1869	1918	2056	2101

Fonte: Assessoria Acadêmica/PRPG.

Deve-se notar, da análise da Tabela 9, a tendência verificada nos últimos anos a um aumento pronunciado no número de docentes com credenciamento permanente nos programas de Pós-Graduação da UFMG. Embora haja docentes com credenciamento em dois programas diferentes, o que causa sua dupla contagem nessa Tabela, deve-se notar que esses números não incluem os docentes cuja atuação ocorre na categoria de colaborador. Considerando esses dois efeitos, a Tabela 9 apresenta números que se encontram ainda subestimados no que diz respeito ao total de docentes da UFMG que atuam na Pós-Graduação *stricto sensu*. A observação conjunta das informações contidas nas Tabelas 10 e 11 sugere que esteja em curso um processo de ampliação da proporção de docentes com atuação no nível de Pós-Graduação que é concomitante com a elevação do patamar qualitativo dos programas de Pós-Graduação.

Examinando agora especificamente os programas de Mestrado Profissional, a Tabela 10 mostra a evolução do número de programas, com suas respectivas notas. Deve-se observar que esses programas têm história muito recente na UFMG.

TABELA 10
Evolução do Mestrado Profissional na UFMG, por nota, de 2010 a 2017

Nota	2010	2013	2017
5	1	1	1
4	0	0	4
3	0	1	2
Total	1	2	7

O primeiro Mestrado Profissional da UFMG, Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, iniciou suas atividades em 2009. A seguir, em 2011, foi implantado o Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência para, em 2014, serem iniciados outros três mestrados profissionais: Microbiologia Aplicada, Educação e Docência e Odontologia em Saúde Pública. Em 2017 foram abertos o Mestrado Profissional em Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas e o PROFBIO – Ensino de Biologia em Rede Nacional. Esse é um curso em rede que envolve 18 instituições de ensino superior de todas as regiões brasileiras sendo sua sede na UFMG. Por fim, em 2018 foi aberto o Mestrado Profissional em Gestão de Serviços de Saúde.

Em se tratando de cursos em rede, a UFMG participa ainda de outros sete cursos nessa modalidade, sendo um desses, Mestrado Acadêmico em Sociedade, Ambiente e Território, aqui sediado. Desse conjunto de cursos em rede, dois são mestrados profissionais. Essa associação a outras IES pode envolver parceria com uma outra única instituição ou com várias outras. Deve-se ainda ressaltar a atividade desenvolvida pelos programas de Pós-Graduação da UFMG visando apoiar a consolidação de outras instituições, por meio de programas como o Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER).

As tabelas contidas no Anexo 1 apresentam um detalhamento dos dados que foram apresentados de maneira sintética nesta seção.

Histórico: Pós-Graduação na Modalidade *Lato Sensu*

No segundo semestre de 1986, os cursos de Especialização passaram a ser acompanhados pela PRPG. Ao longo desses anos, em que se pese seu papel na qualificação de profissionais inseridos nos diferentes setores públicos e privados, tem se observado uma flutuação com tendência de queda nessa modalidade de curso. A Tabela 11, referente aos anos 2007 a 2017, demonstra essa tendência. Esse aspecto aponta para uma migração de esforços para a expansão e a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu*.

TABELA 11
Pós-Graduação *lato sensu* na UFMG: 2007-2017

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Número de cursos	73	83	81	80	79	77	68	66	67	61	55
Número de vagas	3088	5671	3670	4768	3444	4364	3106	5058	2850	3409	3963
Número de estudantes novos	2358	4490	2735	3436	2258	3161	2339	3799	1439	1284	2730
Número total de estudantes	6248	7365	6656	7060	6015	6157	4013	7036	6400	4644	4473
Número de conclusões	1862	1867	2099	2132	2080	1937	1859	1578	2226	1424	920

Fonte: Assessoria Acadêmica/PRPG - * 2017 - Dados parciais

Importante destacar que, no ano de 2014, houve a inserção de um maior número de estudantes novos. Isso ocorreu por conta do oferecimento de 2.472 vagas de cursos a distância, muitos com financiamento do Ministério da Educação ou da Saúde que utilizam polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2017 houve também um considerável número de estudantes de ensino a distância, sendo um total de 2001. Em anexo encontram-se informações detalhadas dos cursos de Especialização oferecidos no ano de 2016.

Um aspecto essencial para a UFMG é o fato de que, para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, não há um sistema nacional de avaliação. Quando de sua abertura ou reoferta, esses cursos passam por uma criteriosa avaliação realizada pela Assessoria Acadêmica da PRPG para, em seguida, serem analisados pela Câmara de Pós-Graduação. Contudo, ainda não está implementada uma metodologia de auto-avaliação das ações desenvolvidas e dos resultados obtidos. Desta feita, estruturar este sistema de avaliação interna passa a ser um desafio a ser enfrentado.

Programas de Bolsas de Pós-Graduação

A disponibilidade de bolsas que permitam a dedicação integral dos estudantes às atividades acadêmicas é um fator essencial para a constituição de um ambiente propício à Pós-Graduação de excelência. A Tabela 12 sumariza os dados referentes às bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado atribuídas por agências governamentais de fomento a estudantes da UFMG, entre 2014 e 2018. Deve-se notar que há bolsas concedidas no âmbito de convênios com o setor privado e que não são contabilizadas nessa Tabela.

TABELA 12

Número de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado concedidas à UFMG por agências governamentais de fomento

CAPES - Demanda Social	CAPES - PROEX		FAPEMIG		CNPQ		PNPD	
	Ano	M	D	M	D	M	D	Pós-D
2014	679	486	440	548	255	268	514	466
2015	693	698	616	891	246	231	393	487
2016	549	563	597	930	246	230	(*)	(*)
2017	538	612	(*)	(*)	260	245	(*)	(*)
2018	475	528	622	1043	260	245	376	480

(*) Dados não disponíveis. M= Mestrado; D= Doutorado

Os dados apresentados na Tabela 12 revelam uma relativa estabilidade do número de bolsas de Mestrado e de Doutorado fornecidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período considerado, com tendência de um pequeno declínio ao longo do tempo. No caso de bolsas fornecidas pela CAPES, observa-se um aparente aumento de 2014 para 2015, seguido de uma relativa estabilidade a partir de então. Esse aumento é apenas aparente, sendo principalmente decorrente da transformação das bolsas que a UFMG havia obtido no âmbito do Programa REUNI, de expansão das universidades federais, em 2009, as quais foram incorporadas pela CAPES aos programas usuais de bolsas a partir de 2015. Assim, o que de fato se observa, mesmo no número de bolsas concedidas pela CAPES, é uma tendência levemente declinante em sua oferta, ao longo do período observado.

É importante observar, ainda, o crescente número de bolsas de Pós-Doutorado concedidas à UFMG. Embora, no total, o número dessas bolsas seja ainda pequeno em relação à demanda, seu aumento relativo traduz um processo de amadurecimento dos programas de Pós-Graduação envolvidos, uma vez que a pesquisa associada a projetos de Pós-Doutorado tende a corresponder a empreitadas científicas de maior fôlego.

Internacionalização da Pós-Graduação

Frente aos desafios mundiais a Pós-Graduação tem consolidado as ações de internacionalização. As novas Normas Gerais de Pós-Graduação, aprovadas em 2017, consideram a internacionalização como um componente essencial da política de Pós-Graduação da Instituição.

Essa ação se soma ao tradicional processo de envio de estudantes para realizar estágio doutoral no exterior, além do acolhimento de estudantes oriundos do exterior. Em 2017 foram 195 estudantes bolsistas de Doutorado-Sanduíche CAPES gerenciados pela Pró-Reitoria, número esse subestimado dentro do universo da UFMG já que vários estudantes realizam esta atividade sem que se tenha o gerenciamento direto da PRPG, com a captação de bolsas gerenciada pelos próprios cursos. No início de 2018, havia 32 estudantes em regime de cotutela em diferentes institutos de referência internacional.

Da mesma maneira a mobilidade docente é relevante. Contudo, a participação de nossos docentes em atividades no exterior ainda é maior que o acolhimento de pesquisadores estrangeiros visitantes. Com o intuito de incrementar a internacionalização da Pós-Graduação, além da forte parceria existente com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), a Pró-Reitoria, desde 2015, estabeleceu a Assessoria de Apoio à Internacionalização com as seguintes atribuições:

- a) apoiar ações que favoreçam a internacionalização da Pós-Graduação da UFMG;
- b) assessorar os Colegiados dos Programas de Pós-Graduação sobre o atendimento a estudantes estrangeiros;
- c) orientar os estudantes estrangeiros sobre os procedimentos acadêmicos necessários para sua matrícula e permanência na Universidade;
- d) providenciar os trâmites relativos a editais de alcance internacional.

Programa Institucional de Internacionalização

Uma oportunidade para o incremento do processo de internacionalização da Pós-Graduação na UFMG foi identificada com a publicação do Edital 041/2017 da CAPES – Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt. No início de 2018 a PRPG da UFMG criou um Grupo de Trabalho, denominado GT PrInt/UFMG, encarregado de formular uma proposta da UFMG para fins de submissão ao Edital 041/2017 da CAPES.

Esse grupo de trabalho nomeou quatro temas para os quais a Instituição tem expertise consolidada e capacidade instalada para responder a desafios contemporâneos, socialmente relevantes, alinhados aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas. Esses quatro temas são i) Sustentabilidade, Manejo de Risco e Governança; ii) Novas Tecnologias e Fronteiras da Ciência; iii) Saúde e Bem-estar; iv) Direitos Humanos. Dando continuidade à construção de uma proposta com ampla capilaridade interna, 57 Programas de Pós-Graduação manifestaram interesse em aderir à proposta. Com base na demanda recebida, organizou-se um conjunto de 28 projetos, relacionados aos quatro temas, eixos norteadores do Projeto Institucional de Internacionalização da UFMG. O caráter inédito e inovador da proposta se configura por meio da construção de uma matriz com quatro temas horizontais e 28 projetos verticais, observando-se diversos pontos de interseção entre temas e projetos. Tal procedimento resultou em uma proposta institucional de caráter transversal e transdisciplinar que consegue agrupar em torno de quatro grandes eixos temáticos propostas convergentes de 57 Programas de Pós-Graduação de diferentes áreas do conhecimento.

A proposta do Projeto Institucional de Internacionalização da UFMG foi aprovada pela CAPES em setembro de 2018, havendo a expectativa de que os trabalhos se iniciem ainda em novembro de 2018. Estão previstos recursos para apoiar bolsas de Doutorado com estágio no exterior do Programa

de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), sendo enfatizado o apoio à mobilidade rumo ao exterior de doutorandos que desenvolvam suas teses em regime de cotutela. Em segundo lugar, serão priorizadas propostas para a captação de jovens talentos e pós-doutorandos com experiência no exterior, considerando-se o aspecto estratégico da internacionalização em casa devido ao seu alto potencial de capilaridade interna.

O terceiro eixo de investimento recairá na capacitação de professores visitantes júnior no exterior. Esta ação tem por objetivo buscar solucionar a endogenia observada entre os membros mais jovens do corpo docente da Instituição que necessita capacitação e experiência profissional no exterior. O quarto eixo de fomento incidirá sobre a organização de *workshops* temáticos na UFMG com vistas a aumentar a interação entre grupos de pesquisa da UFMG e grupos de pesquisa de reconhecida excelência nas instituições parceiras no exterior. Por fim, em escala decrescente, serão apoiadas a capacitação de professores visitantes sênior no exterior e a vinda de professores visitantes estrangeiros à UFMG.

Cumpre ressaltar que o objetivo central do Projeto Institucional de Internacionalização da UFMG é criar uma cultura de internacionalização da Pós-Graduação por meio de um enfoque transversal que permita a grupos de Programas de Pós-Graduação envidar esforços conjuntos para alavancar iniciativas entre programas com notas diferenciadas, trabalhando em temas estratégicos de caráter interdisciplinar. A médio prazo, os grupos de pesquisa da UFMG, em conjunto com as instituições estrangeiras que se tornarem parceiras do Projeto Institucional da Internacionalização da UFMG, irão formar agrupamentos internacionais de excelência com impacto na produção de conhecimento e na visibilidade da UFMG como uma Universidade reconhecida internacionalmente.

PÓS-GRADUAÇÃO

OBJETIVO GERAL

Aprimorar a qualidade e a excelência da Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Melhorar os indicadores de inserção internacional dos programas de Pós-Graduação da UFMG.
2. Estimular a produção intelectual qualificada do conjunto do corpo docente da UFMG, de forma a ampliar a proporção de docentes credenciados como orientadores em programas de Pós-Graduação.
3. Incentivar a consolidação acadêmico-científica dos grupos de pesquisa emergentes de forma a viabilizar o estabelecimento de pós-graduações *stricto sensu*, incluindo os níveis de Mestrado e de Doutorado, que abranjam a totalidade das áreas de conhecimento abrigadas na UFMG.
4. Expandir as matrículas na Pós-Graduação.
5. Ampliar a integração dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* com os cursos de Graduação.
6. Promover maior articulação entre o ensino de Graduação e o de Pós-Graduação, pela realização integrada de atividades de pesquisa e de extensão.
7. Intensificar os programas de mobilidade acadêmica na Pós-Graduação, com especial atenção para aqueles programas que se orientem pelo princípio da reciprocidade.
8. Aumentar a proporção de estudantes provenientes de outros países no corpo discente da Pós-Graduação da UFMG, em especial aqueles oriundos da América do Sul e da África lusófona.
9. Intensificar a diversidade sociocultural do corpo discente, em conexão com a ampliação do acesso para grupos historicamente excluídos do ensino superior, com especial atenção às pessoas com deficiências, aos indígenas, aos negros e aos refugiados.

10. Intensificar as ações de solidariedade institucional, apoiando a consolidação de grupos de pesquisa e cursos de Pós-Graduação em outras instituições brasileiras.
11. Consolidar a infraestrutura disponível para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação, garantindo a disponibilidade de espaços de aprendizado devidamente equipados, com especial atenção na preparação de condições para o atendimento a pessoas com deficiência.
12. Estimular a inter e a transdisciplinaridade na Pós-Graduação.

AÇÕES⁵

ANO	1	2	3	4	5
1. Promover ações para apoiar os programas de Pós-Graduação consolidados para que atinjam patamares crescentes de qualidade e ampliem sua atuação internacional e ações específicas para a melhoria dos programas com conceitos ainda não consolidados.					
2. Articular ações estratégicas por meio de editais específicos para o fortalecimento dos programas recém-criados e daqueles em fase de consolidação, reconhecendo a diversidade e heterogeneidade das áreas.					
3. Definir ações para cursos cuja avaliação resultou em decréscimo de nota com workshops específicos, com docentes e discentes, para interpretação dos resultados da avaliação e estabelecimento de metas e acompanhamento anual, prévio ao envio dos relatórios anuais à CAPES, para detecção de lacunas e melhoria da qualidade de dados.					
4. Estimular a criação de mestrados profissionais em todas as áreas, ampliando a abrangência da UFMG e a possibilidade de formação de recursos humanos para a sociedade.					
5. Estimular o estágio de docentes como professor visitante no exterior, visando parcerias que fortaleçam a cooperação internacional, seja pela realização de projetos interinstitucionais, seja pelos programas de mobilidade acadêmica docente e discente.					
6. Incrementar o número de docentes/pesquisadores estrangeiros visitantes participando de atividades nos cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .					
7. Estimular a acolhida de solicitações de estágio para pesquisa de pós-doutoramento, aprimorando-o para esse fim.					
8. Estruturar as condições institucionais necessárias para permitir uma expansão do número de pós-doutorandos em todos os programas de Pós-Graduação.					
9. Incentivar que uma maior proporção de estudantes de Graduação inicie estudos na Pós-Graduação ainda antes do término da Graduação.					
10. Fomentar os programas de estágio-docência, em que estudantes de Pós-Graduação participam da preparação, organização e realização de atividades acadêmicas curriculares para a Graduação, sob a supervisão de docente, assim se preparando para a docência no ensino superior.					
11. Assegurar que maior proporção de estudantes da Pós-Graduação da UFMG seja contemplada com bolsas, tanto pelo aumento das cotas estabelecidas pelas agências de fomento, quanto por meio de dotações orçamentárias da UFMG.					
12. Adotar as medidas necessárias para estimular a admissão, na Pós-Graduação, de estudantes provenientes de outros países, de modo a garantir uma maior proporção					

⁵ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

desses estudantes no alunado da Pós-Graduação da UFMG. Em especial, deve ser fortalecida a presença de estudantes oriundos da América do Sul e da África lusófona.				
13. Acompanhar as ações afirmativas introduzidas na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , garantindo sua efetiva implementação.				
14. Apoiar a criação e consolidação de programas de Pós-Graduação em outras instituições, por meio de programas como o MINTER e DINTER.				
15. Ofertar, com periodicidade adequada, os cursos de Especialização que apresentam demanda relevante, demonstrem potencial para gerar impacto social e revelem indicadores positivos de qualidade. Incentivar a criação de novos cursos com tais características.				
16. Realizar uma avaliação institucional dos cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> .				
17. Atuar para ampliar as formas de divulgação das pesquisas realizadas e dos resultados obtidos pelos vários pesquisadores, grupos de pesquisa e programas de Pós-Graduação da UFMG.				
18. Ampliar a divulgação no âmbito nacional dos processos seletivos para os programas de Pós-Graduação da UFMG.				
19. Envidar esforços para integrar o sistema de matrícula da Pós-Graduação com o sistema da Graduação.				
20. Incentivar a participação de estudantes de Mestrado e de Doutorado em bancas de defesas de trabalhos de conclusão de cursos no âmbito dos cursos de Graduação da UFMG.				
21. Envidar esforços para a instalação de facilidades nas Unidades Acadêmicas que permitam a realização mais intensiva e qualificada de atividades por videoconferência.				
22. Apoiar a elaboração e manutenção de páginas bilíngues dos programas de Pós-Graduação.				
23. Ofertar disciplinas de ética e integridade científica para todos os programas de Pós-Graduação, visando prevenir a ocorrência de plágio em dissertações e teses.				
24. Promover ciclo de seminários com relatos de “boas práticas” institucionais na Pós-Graduação.				
25. Realizar a autoavaliação da Pós-Graduação com seminários para a reflexão crítica do resultado da Avaliação Quadrienal 2017, com a participação de convidados estrangeiros e de outras instituições brasileiras, para fornecer subsídios ao estabelecimento de metas de crescimento.				
26. Propiciar condições para articulações transversais de programas de Pós-Graduação, que possibilitem a aproximação de competências já instaladas e a execução de projetos de impacto.				
27. Estimular a oferta de grupos de atividades acadêmicas comuns que atendam diversos programas de Pós-Graduação e diferentes Unidades Acadêmicas, em moldes semelhantes aos das Formações Transversais já implementadas na Graduação.				
28. Estimular novos formatos de programas de Pós-Graduação que contemplem demandas da sociedade, sejam tecnológicas, culturais ou sociais.				

3.3 Pesquisa

Bases Conceituais

O conceito de universidade hoje consagrado em diferentes países e culturas a define a partir das tarefas de geração e disseminação do conhecimento. A especificidade da universidade em relação a outros tipos de instituição decorre, por um lado, precisamente de que o tipo de disseminação do conhecimento que a caracteriza só encontra as condições para se manifestar em um ambiente no qual o conhecimento seja continuamente reprocessado, criticado e expandido. Por outro lado, o tipo de produção do conhecimento que nela tem lugar diz respeito a conhecimento de um tipo específico, que articula *práxis* e *logos*, e que constitutivamente tem a ambição de contribuir como elemento estruturante das cosmovisões da humanidade, só se tornando sustentável, como atividade e como projeto, na medida em que ocorra concomitantemente com uma atividade intensa de formação das pessoas que serão as portadoras desse legado. A pesquisa em uma universidade contemporânea, portanto, é indissociável do ensino, seja de Graduação, seja de Pós-Graduação.

Também faz parte da caracterização contemporânea de uma universidade o seu movimento contínuo de estabelecimento de vínculos cada vez mais fortes com a sociedade em que se situa. Em sua especificidade de instituição que gera, guarda e dissemina conhecimento, quando a universidade escolhe enfocar as questões colocadas por uma realidade social, por uma demanda do sistema produtivo, por um questionamento à cultura hegemônica, esta potencializa o impacto de sua atividade, aumentando sua relevância. Dialogicamente, tal interação alimenta de significado o conhecimento, já em seu processo de construção. Assim, também a extensão e a inovação devem vir associadas à Pesquisa, em uma universidade que aspira constituir elemento transformador na sociedade que a abriga.

O Estatuto da UFMG prevê a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Pratica-se hoje na UFMG o que é, em parte, a continuidade de uma política que já vem de várias décadas, de inserção dos estudantes de Graduação no desenvolvimento de projetos de pesquisa, principalmente por meio dos projetos de iniciação científica. Essa inserção passou a fazer parte dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação a partir de 1998 quando, por Resolução do CEPE, as atividades de iniciação científica passaram a poder ser utilizadas para o fim de geração de créditos nos currículos. No que diz respeito ao ensino de Pós-Graduação *stricto sensu*, este já foi definido, desde sua criação na UFMG, como uma atividade que necessariamente devia envolver o treinamento e a prática do desenvolvimento de pesquisa. Também a atividade de extensão, desde seus primórdios, veio constituindo rica fonte de questões a serem tratadas no âmbito de projetos de pesquisa. Tal interlocução entre pesquisa e extensão vem se acentuando nos últimos anos com o surgimento de grupos com esse tipo de atuação em cada vez mais áreas do conhecimento.

A geração de conhecimento e a inovação são atividades humanas que ocorrem incessantemente em todos os tempos e lugares. No entanto, a partir da invenção da universidade tendo como atributo a atividade de pesquisa, tornou-se possível uma escalada sem precedentes, tanto em abrangência quanto em profundidade, do conhecimento sistematizado disponível. A construção do que hoje se entende como os campos do saber científico ocorreu em grande medida apoiada em um tipo de rede de interações que têm as universidades em posição de centralidade. À medida em que o saber científico se expandia e se tornava disponível este passou a impactar profundamente a sociedade, que modificou gradualmente os modos de articulação das condições materiais de sua existência. Ao mesmo tempo

também mudavam os quadros interpretativos dos próprios fenômenos sociais. Assim a Pesquisa, entendida como o processo de geração do conhecimento, segue além de seu papel de elemento definidor da instituição universitária e se transforma também em um insumo essencial de que faz uso a sociedade como condição para a busca do bem-estar. Expandindo a sua compreensão sobre a natureza e paralelamente adquirindo conhecimento sobre si própria, a humanidade vai adquirindo, nesse processo, a possibilidade de fazer escolhas.

Um elemento-chave definidor do papel que podem desempenhar as universidades em um país como o Brasil é o entendimento de nossa condição de país em desenvolvimento, juntamente com a formulação de uma escolha, estrategicamente estruturada, para a superação dessa condição. Não é de pouca monta a aceleração do ritmo de diversas transformações que afetam os modos de vida das pessoas e as formas de organização da sociedade, que vem singularizando este início de milênio. Entre seus traços mais marcantes, ressalta, com nitidez, o reconhecimento do papel representado pelo conhecimento no cenário globalizado das sociedades contemporâneas. Certamente, a nova riqueza das nações está – como sempre esteve – associada à capacidade de cada uma delas de produzir, assimilar e utilizar conhecimento. Essa é uma das razões por que se deve insistir na posse produtiva de conhecimento como requisito indispensável de cidadania – tanto num sentido clássico, referente aos indivíduos, como num sentido mais amplo, por referência às nações – nas sociedades contemporâneas. As figuras da dominação entre povos diversos, que ainda teimam em marcar a história moderna, estão fortemente associadas, hoje, ao domínio do conhecimento. Uma maioridade consolidada no concerto das nações depende, de forma muito significativa, de um forte e constante investimento no que é, presentemente, o maior dos bens – um parque produtor de conhecimento, capaz de nutrir um permanente desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Sem contínuas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, não haverá soberania nem desenvolvimento nacional.

Diante de tal quadro, a UFMG acha-se diante de complexos desafios. De um lado, ela se vê dotada de um corpo respeitável de pesquisadores, de um parque universitário robusto e de uma capacidade instalada em termos de pesquisa relativamente bem consolidada. Como demonstram vários indicadores, além de abrigar uma parte expressiva das pesquisas produzidas no Estado de Minas Gerais e no País, a UFMG é corresponsável pela formação da competência científico-tecnológica instalada no Brasil, sedia programas muito bem qualificados de Pós-Graduação e constitui-se como referência indiscutível nas mais diversas áreas da Graduação. De outro lado, esta Universidade vem sendo pressionada pela retração substantiva do financiamento à pesquisa, pela perda de recursos humanos altamente qualificados, pela necessidade de assegurar crescentes níveis de excelência, e de responder, eficazmente, às novas demandas da sociedade. O que a leva a exigir, dos segmentos que a constituem, esforços excepcionais e continuados na condução da sua própria gestão e no estabelecimento de uma agenda estratégica para seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Comprometida com a construção dessa perspectiva de produzir um reposicionamento do país em tal quadro histórico, a UFMG estrutura sua atuação na atividade de pesquisa na busca de uma sempre crescente expansão, diversificação e qualificação da produção científica desenvolvida na Instituição, bem como na atenção à especificidade da pesquisa conduzida como componente de um sistema de inovação.

Panorama da Produção Bibliográfica

A UFMG conta no momento de preparação deste documento com 3.112 docentes. Desses, 2.830 possuem Doutorado e currículos Lattes atualizados, 1.719 docentes são do sexo masculino e 1.393, do sexo feminino. A evolução do total de docentes da UFMG por colégio é apresentada no Gráfico 11.

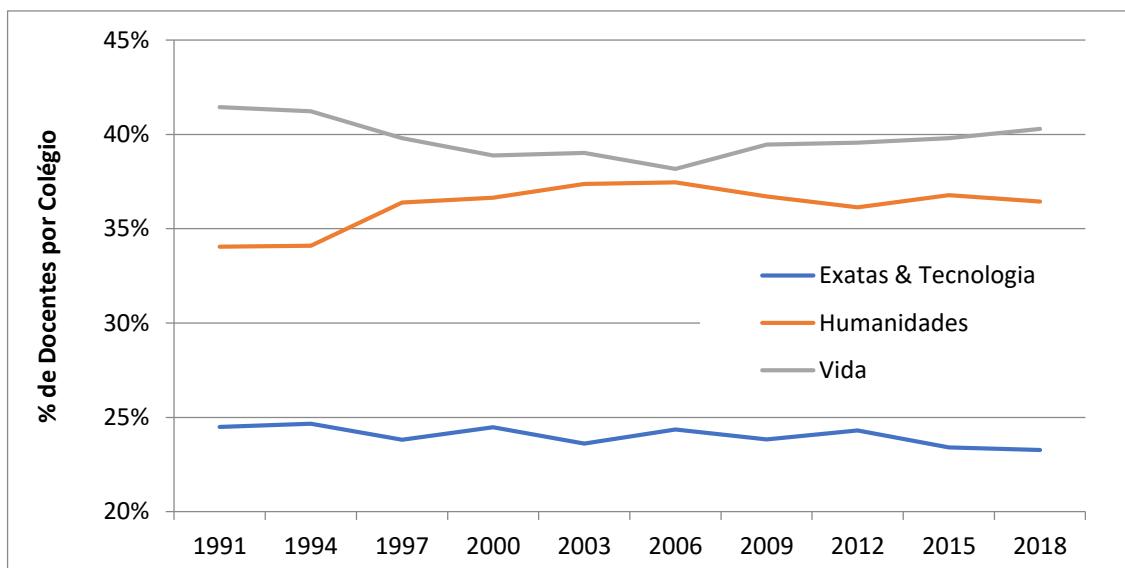


GRÁFICO 11 – Evolução do percentual de docentes por colégios

Fonte: Planilha de docentes da PRORH.

O volume da produção bibliográfica da UFMG, contado a partir dos registros inseridos nos currículos Lattes dos docentes vinculados à Instituição, é mostrado no Gráfico 12. Esses dados são disponibilizados através do portal SOMOS (www.somos.ufmg.br) atualmente sob responsabilidade da Diretoria de Produção Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da UFMG.

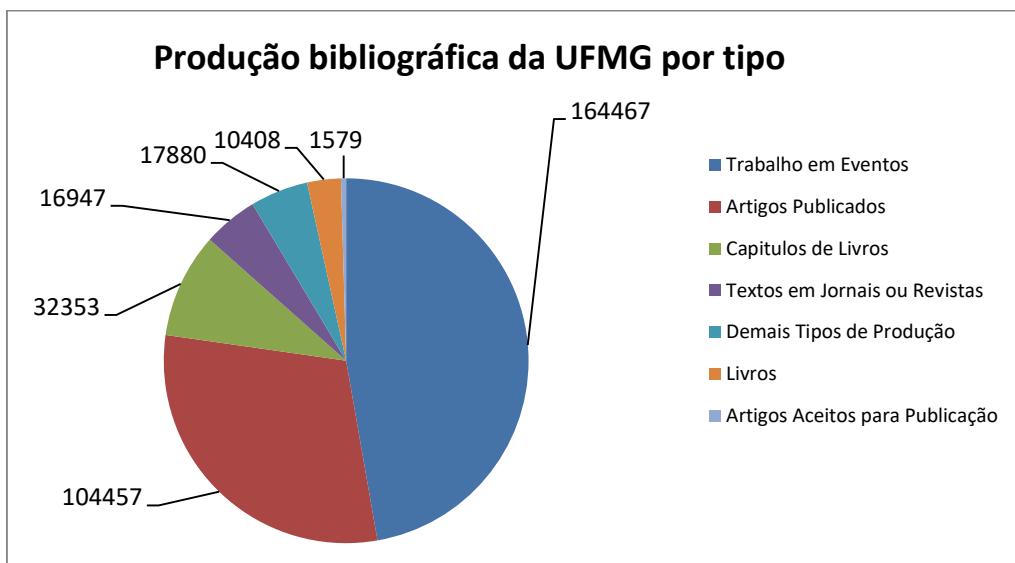


GRÁFICO 12 – Produção bibliográfica histórica da UFMG

Fonte: www.somos.ufmg.br. Acesso em 11 de julho de 2018.

De acordo com os dados disponibilizados na plataforma SOMOS, os docentes da UFMG contribuíram para a produção de cerca de 312 mil documentos (artigos, livros, capítulos de livros, resumos em eventos). Desses, aproximadamente 47% são trabalhos em eventos e 30% artigos publicados em periódicos científicos, conforme mostrado no Gráfico 12.

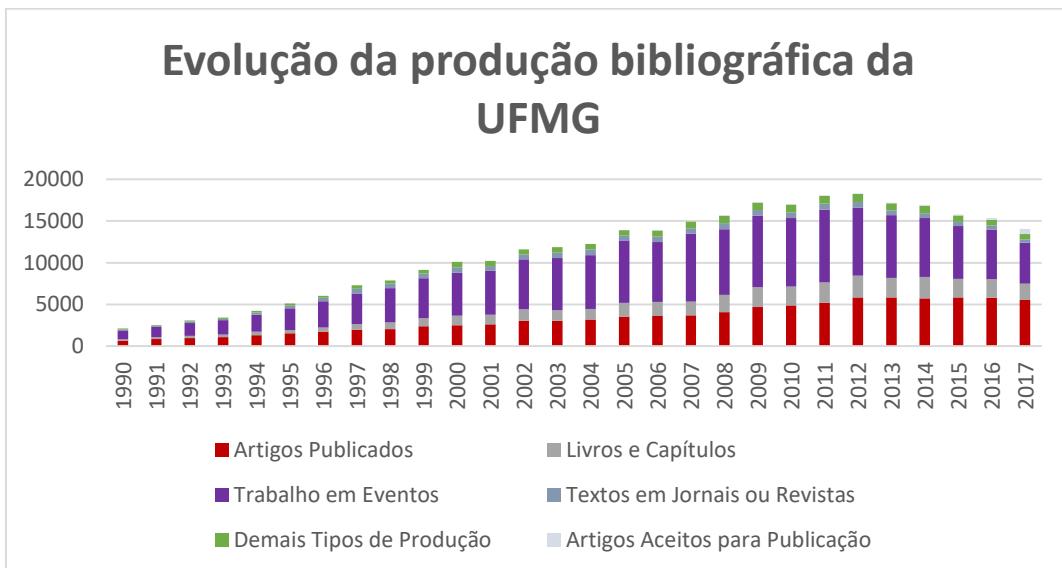


GRÁFICO 13 – Evolução da Produção bibliográfica da UFMG

Fonte: www.somos.ufmg.br.

Deve-se preliminarmente notar que a Plataforma Lattes foi disponibilizada pelo CNPq em meados da década de 1990. Portanto, os registros de publicações de docentes da UFMG se referem às publicações de docentes vinculados à UFMG desde aquele momento, o que significa que o número de publicações com datas anteriores encontra-se subestimado.

Como mostrado no Gráfico 13, fica visível que a produção bibliográfica da UFMG cresceu de forma acelerada desde 1990, atingindo um patamar com certa estabilidade no início da presente década, para então começar a decair a partir de 2012: 18.326 documentos foram produzidos em 2012 e 13.956 em 2017. A redução do número anual de itens publicados entre 2012 e 2017 se deve principalmente à expressiva queda do total de trabalhos publicados em eventos (8.115 em 2012 e 4.914 em 2017). Ao longo da primeira década do século, o número de trabalhos publicados em eventos gradualmente perdeu sua importância enquanto indicador de “produtividade científica”, tanto no cenário nacional quanto internamente à UFMG. Talvez não seja coincidência o fato de que o pico do número de publicações em eventos ocorra precisamente em 2008 (8.703), ano em que a UFMG mudou substancialmente a metodologia adotada para mensurar a atividade de seus departamentos – até então, um trabalho em evento era contado da mesma forma que um artigo em periódico indexado ou um livro. Desde então, o número de trabalhos em eventos tem declinado. Esse decréscimo acelerado ocorre posteriormente a partir de 2011, alguns anos antes do início da atual grave escassez de recursos para financiamento à pesquisa. Olhando dessa forma, esse declínio parece não ser atribuível somente a tal escassez de recursos.

Analizando-se a produção de livros e capítulos de livros, pode-se observar que essa produção corresponde a parte expressiva da publicação de maior relevância para várias áreas do conhecimento, notadamente no campo das humanidades. Portanto, sua dinâmica é bastante distinta da publicação de

trabalhos em eventos. Nota-se, na série histórica, uma relativa estagnação do número de livros e capítulos com variação pouco expressiva do total a partir de 2008.

Semelhante estabilidade também ocorre no número de artigos publicados no período de 2012 a 2017. Deve-se notar que para a maioria das áreas do conhecimento, a publicação de artigos em periódicos corresponde ao tipo de produção de maior relevância e que requer maior investimento de tempo para sua elaboração. Entre 2012 e 2017 o número de artigo produzidos pelos docentes da UFMG se manteve estável e próximo a 5.500 documentos por ano. Quando se normaliza a produção de artigos ao total de docentes ativos permanentes, observa-se um pico de 2,07 artigos por docente em 2012 e principalmente um aumento da média anual de artigos publicados, que passou de 1,05 para 1,79 por docente entre 2001-2017 (GRAF.14).

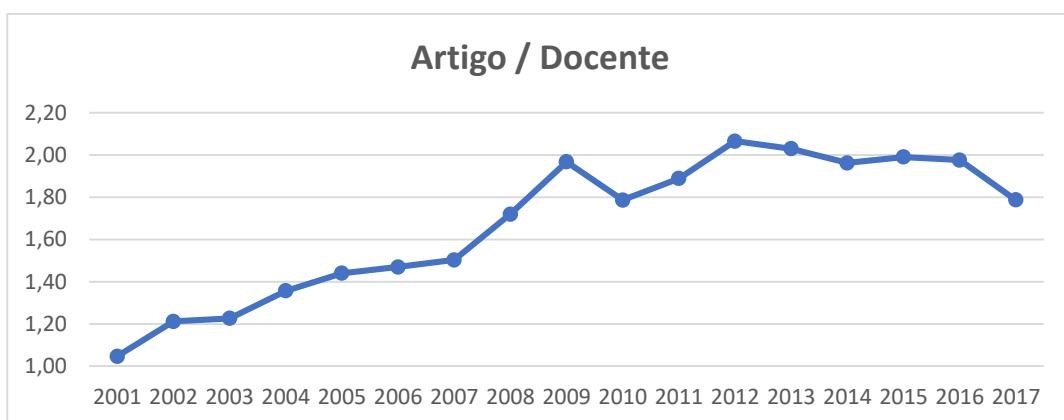


GRÁFICO 14 – Evolução da razão de artigos publicados por docente da UFMG

Fonte: www.somos.ufmg.br.

A estabilização tanto da produção de livros e capítulos de livros quanto da produção de artigos em periódicos poderia indicar estagnação do crescimento da atividade científica na UFMG aproximadamente a partir do início da década de 2010. Há, entretanto, outra possibilidade de explicação para o fenômeno: é possível que esteja em curso um movimento de qualificação da produção, com a concentração de esforços na elevação do impacto e da relevância das publicações, e com menor ênfase na quantidade de itens.

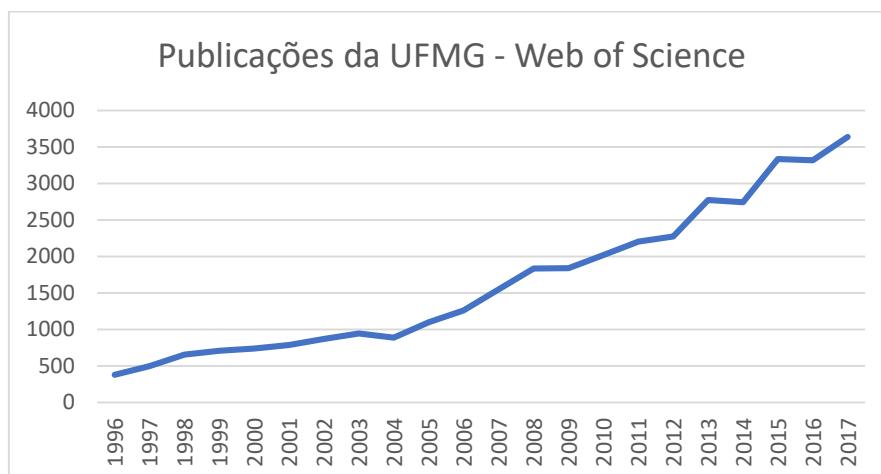


GRÁFICO 15 – Total de publicações de autores da UFMG registradas na base *Web of Science* no período 1996-2017

Uma evidência em favor de tal conjectura pode ser obtida da análise do número de publicações da UFMG indexadas na base *Web of Science* (WoS). Embora tal base não seja representativa da produção nas áreas de ciências humanas e sociais e das artes, ela é usualmente reconhecida como concentrando a maior parte das publicações relevantes das demais áreas. A produção da UFMG registrada na WoS, referente ao período de 1996 a 2017, é mostrada no Gráfico 15. Esse Gráfico indica que o número de artigos publicados por docentes da UFMG nos periódicos dessa base permanece crescendo continuamente, inclusive no período de 2012 a 2017, quando o total de artigos publicados teria permanecido aproximadamente constante. Nota-se, inclusive, uma aceleração do crescimento em relação ao período anterior, de 2004 a 2012, quando o número bruto de publicações de artigos crescia mais rapidamente.

Quando se compara a proporção das publicações da UFMG no grupo das seis instituições que, ao longo dessas duas décadas, foram responsáveis pela maior parcela da produção científica nacional (46% da produção brasileira em 2017), grupo esse que inclui a UFMG, observa-se uma tendência de crescimento da participação relativa da UFMG a partir de 2005, como pode ser observado no Gráfico 16. Tal crescimento é significativo, tendo partido de uma participação de menos de 8% em 1996, chegando a 10,8% em 2017, com um aumento relativo de mais de 25%.

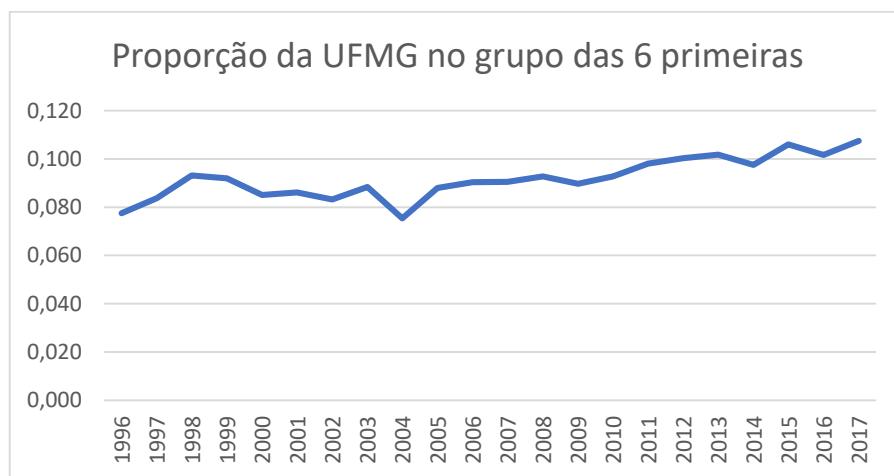


GRÁFICO 16 – Proporção de publicações registradas na base *Web of Science* no período 1996-2007, de autores da UFMG em relação ao total das seis instituições brasileiras com maior número de publicações, que inclui a UFMG

Volume, Citação, Impacto e Relevância da Produção Bibliográfica da UFMG

A avaliação do número, impacto e relevância dos artigos produzidos pelos docentes da UFMG pode ser realizada a partir de consultas às bases de dados SCOPUS (Elsevier), *Web of Science* (Clarivate Analytics) e Google Scholar. É importante ressaltar que a UFMG demonstra um crescente e considerável aumento no número de documentos indexados nas principais bases de dados internacionais, ou seja, publicados em periódicos que passaram por um rigoroso processo seletivo em relação à cobertura/conteúdo, e que permitem a recuperação dos mesmos. No período de 2005 a 2017, a produção bibliográfica da UFMG, segundo dados das bases SCOPUS e *Web of Science*, cresceu a uma taxa anual de 9% e representou 5% da produção brasileira. Tal crescimento, no entanto, segue a mesma tendência de toda a comunidade científica brasileira, conforme demonstrado nos Gráficos 17 a e b.

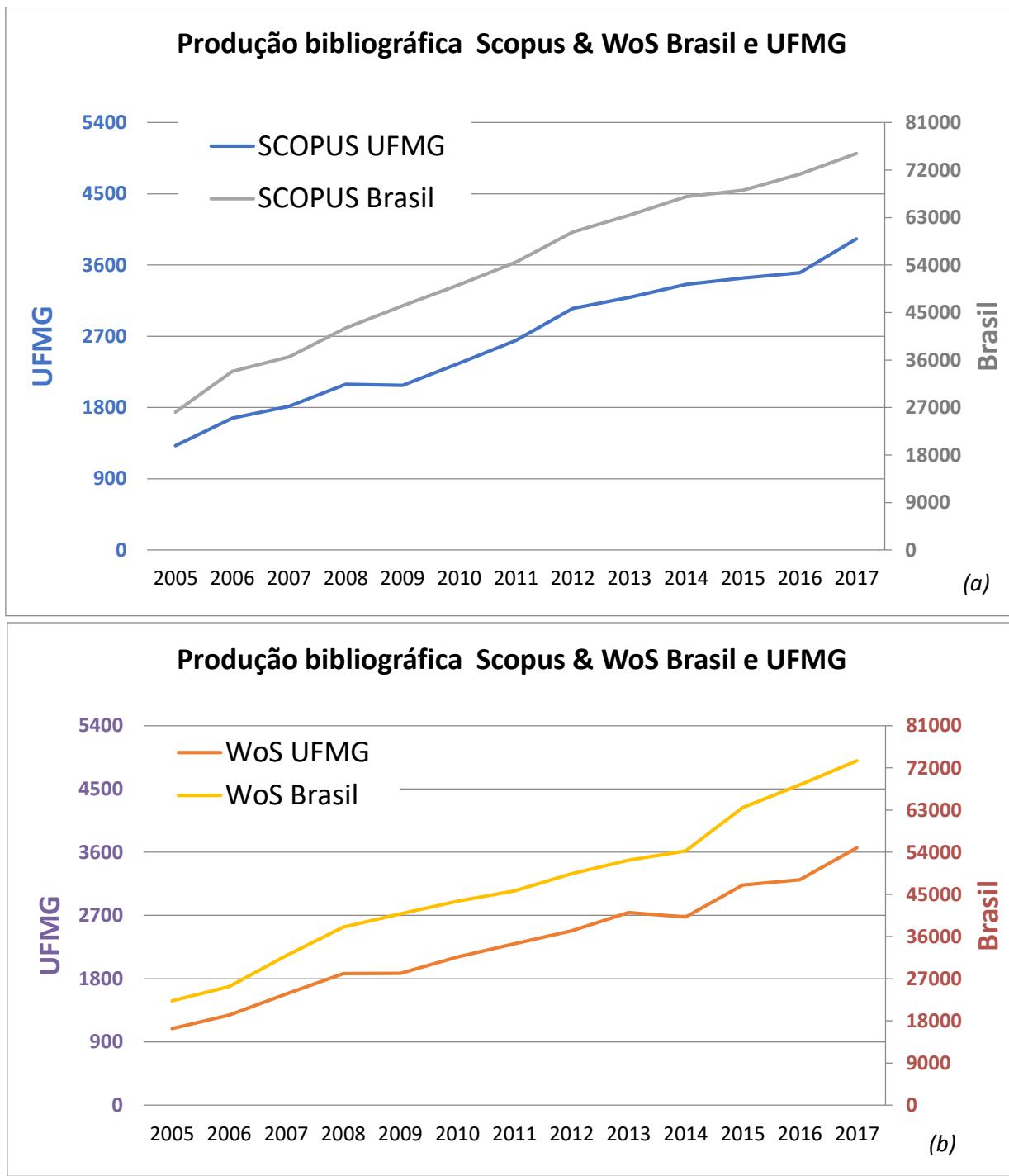


GRÁFICO 17 – Evolução da produção bibliográfica da UFMG nas bases de dados SCOPUS (a) e Web of Science (b)

Parte expressiva da produção da UFMG não é captada pelas bases SCOPUS e Web of Science, que não cobrem as áreas do conhecimento de forma equitativa. A Tabela 13 mostra a distribuição da produção científica na forma de artigos da UFMG nos três grandes colégios: Vida, Humanidades e Exatas & Tecnologia. A produção bibliográfica produzida pelos docentes do colégio de Humanidades da UFMG é particularmente mal percebida conforme evidenciado pela discrepância do percentual total da produção aferida no SOMOS (20%) e nas bases SCOPUS (7%) e Web of Science (6%).

TABELA 13
 Distribuição da produção científica na forma de artigos da UFMG nos colégios de
 Vida, Humanidades e Exatas e Tecnologia

	Total	Vida (%)	Humanidades (%)	Exatas (%)
Docentes	3112	40	37	23
Artigos SOMOS	104457	59	20	21
Artigos SCOPUS	45548	54	7	39
Artigos <i>Web of Science</i>	40784	60	6	34

Apesar da assimetria da cobertura na base SCOPUS entre as diferentes áreas, a análise dos dados dessa base permite obter informações a respeito da qualidade da pesquisa institucional usando a métrica de citações por trabalhos. O impacto da produção da UFMG na base SCOPUS em diferentes áreas pode ser aferido pela relação entre volume e citação conforme mostrado no Gráfico 8. Trabalhos da UFMG na área de Ciências da Vida e Medicina e Ciência Naturais recebem o maior número de citações. Deve-se ressalvar que o número de citações por artigo é uma característica de cada área do conhecimento que se verifica em todo o mundo, sendo que tal número para uma área tende a ser bastante diferente do número de outra área. Dessa forma, não se deve interpretar a diferença entre áreas mostrada no Gráfico 18 como indicativo de uma diferença de desempenho entre as áreas da UFMG.

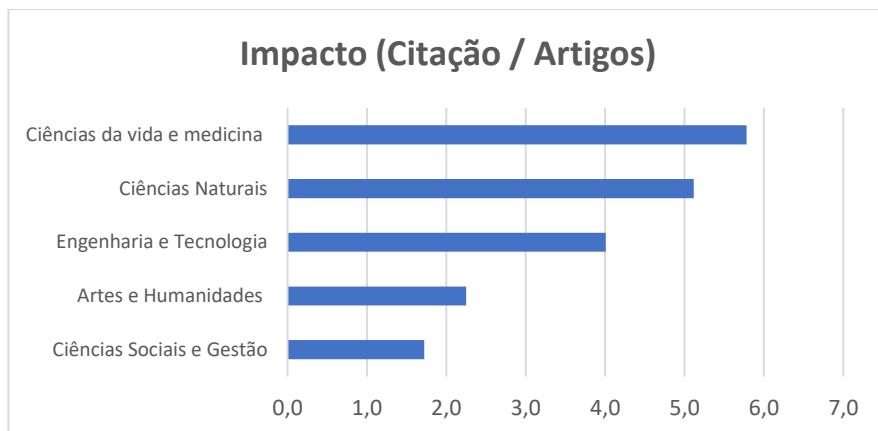


GRÁFICO 18 – Impacto da produção da UFMG em diferentes áreas

Quando analisadas por áreas, as publicações da UFMG em 11 das 27 áreas da base de dados SCOPUS recebem número maior ou igual de citações em comparação à média de citações das demais instituições presentes na base (1 = média do restante), para a mesma área do conhecimento. Esse indicador revela áreas nas quais a UFMG possui pesquisa de maior impacto. É importante destacar que as áreas mostradas no Gráfico 19 são as áreas temáticas listadas no escopo das revistas da base SCOPUS e não possuem relação direta com os nomes ou atributos dos institutos, escolas ou departamentos da UFMG, não devendo, portanto, ser diretamente relacionadas a nenhum desses órgãos.

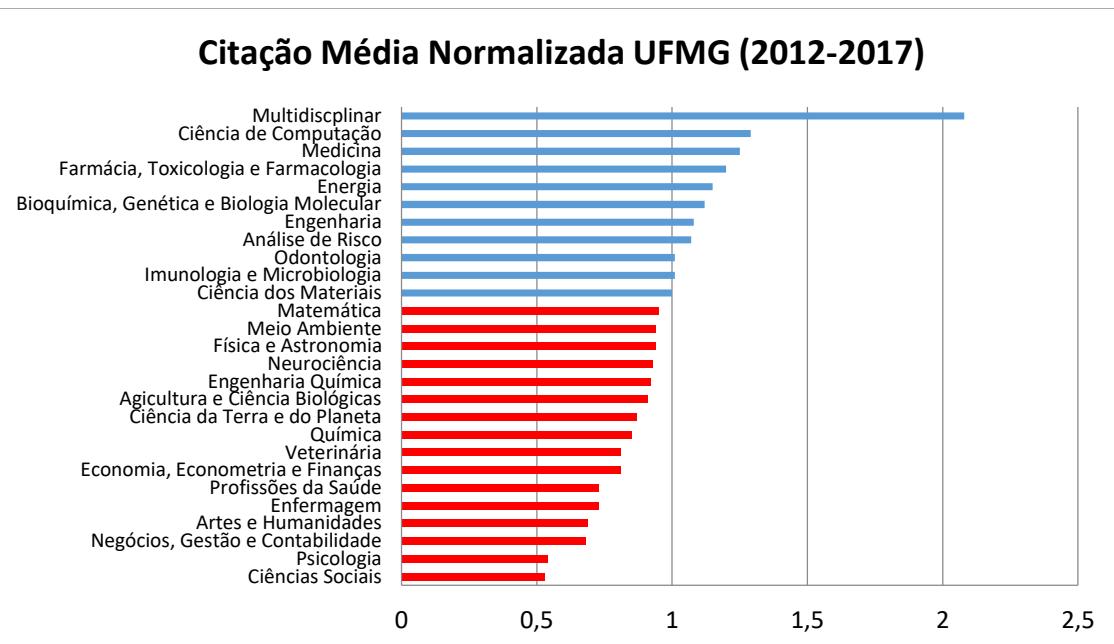


GRÁFICO 19 – Citação média normalizada dos artigos da UFMG por áreas (as áreas temáticas listadas no escopo das revistas da base SCOPUS não possuem relação com os nomes ou atributos dos institutos, escolas ou departamentos da UFMG, não devendo, portanto, ser diretamente relacionadas a nenhum desses órgãos.)

Outro aspecto importante a ser salientado é que a UFMG vem apresentando não somente um crescimento quantitativo de artigos, mas principalmente de qualidade. Esse fato pode ser observado nas bases SCOPUS e *Web of Science* pelo aumento de dois indicadores: total de artigos publicados em revistas com JCR da base de dados *Web of Science* e o crescimento não linear do Índice-H da UFMG em ambas bases. Em 2005 a produção científica da UFMG estava concentrada em revistas com JCR em torno de 2,2, passando para 2,9 em 2017. O JCR médio das revistas da base *Web of Science* era 1,5 em 2005 (7.835 periódicos) e 2,17 em 2017 (12.121 periódicos). Essa evolução é mostrada no Gráfico 20.

No que diz respeito ao índice H, a UFMG contava em 2005 com 142 trabalhos com pelo menos 142 citações na base SCOPUS (Índice-H igual a 142). Em 2017 o Índice-H da UFMG na base SCOPUS é 190.

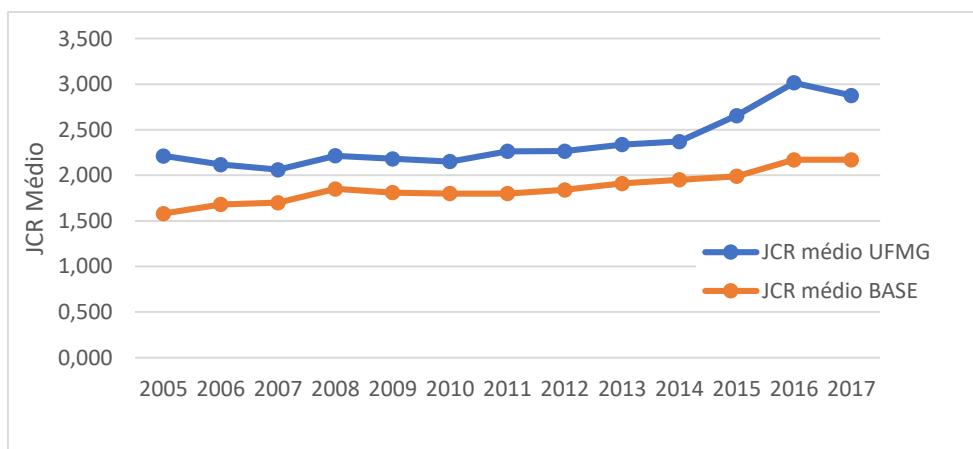


GRÁFICO 20 – Evolução do JCR médio da base *Web of Science* e das revistas nas quais os docentes da UFMG publicam seus trabalhos

Outro levantamento recente na base SCOPUS identificou um aumento da quantidade de documentos publicados com autores da UFMG em 202 revistas desta base que possuem JCR maior que 10 (JCR10+). Todas as áreas do conhecimento possuem revistas de alto impacto. Porém, áreas de Medicina, Biologia, Física, Ciências dos Materiais, Química e Farmácia concentram o maior número dessas revistas. Conforme mostrado no Gráfico 21, a UFMG duplicou o número de artigos por ano nessas revistas desde 2010 chegando à marca de 50 artigos em 2017. Artigos com esse perfil de citação estão sendo cada vez mais publicados em formato *OPEN ACCES* (acesso livre). Em 2017, 12 dos 50 artigos com JCR10+ foram publicados nessa modalidade. Também deve ser destacado que os artigos JCR10+ têm recebido em média mais de 40 citações por ano desde 2010. Como será visto na seção sobre internacionalização, a citação média por ano dos trabalhos da UFMG é de 1,4.

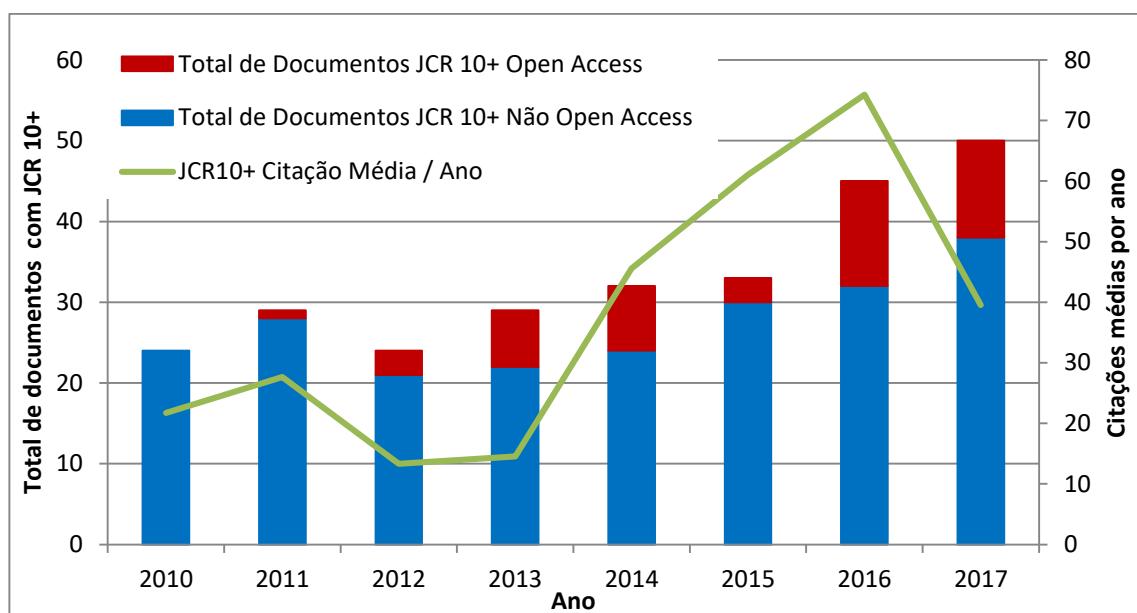


GRÁFICO 21 – Aumento da produção científica da UFMG em revistas de alto impacto (JCR > 10) da base de dados SCOPUS. O número desses artigos publicados em modalidade Open Access está em crescimento

Foram avaliadas as características das 100 publicações mais citadas da UFMG em todos os tempos: ao todo foram analisados aproximadamente 87.000 documentos das bases SCOPUS e *Web of Science* e os perfis de 1.486 docentes da UFMG na base *Google Scholar*. Analisando a distribuição dos artigos mais citados nas grandes áreas do conhecimento, verificou-se que 93 dos 100 documentos mais citados da UFMG nas bases SCOPUS e *Web of Science* e 94 dos 100 mais citados na base *Google Scholar*, são das áreas Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde, conforme mostrado no Gráfico 22. Dos 100 documentos mais citadas da UFMG nas bases SCOPUS e *Web of Science*, 71 são artigos científicos, assim como 72 dos 100 mais citados do *Google Scholar* (GRAF. 24). No *Google Scholar* 14 livros estão entre os documentos mais citados da UFMG, com destaque especial de um desses livros que se encontra na lista dos 100 mais citados nas bases SCOPUS e *Web of Science*.

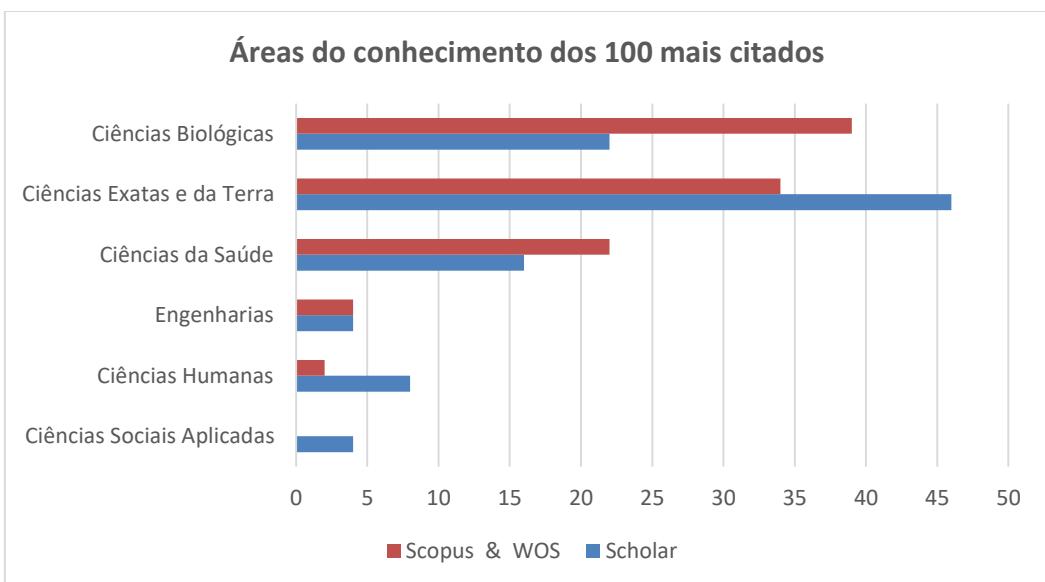


GRÁFICO 22 – Distribuição de áreas entre as produções mais citadas da UFMG nas bases SCOPUS e *Web of Science* e *Google Scholar*

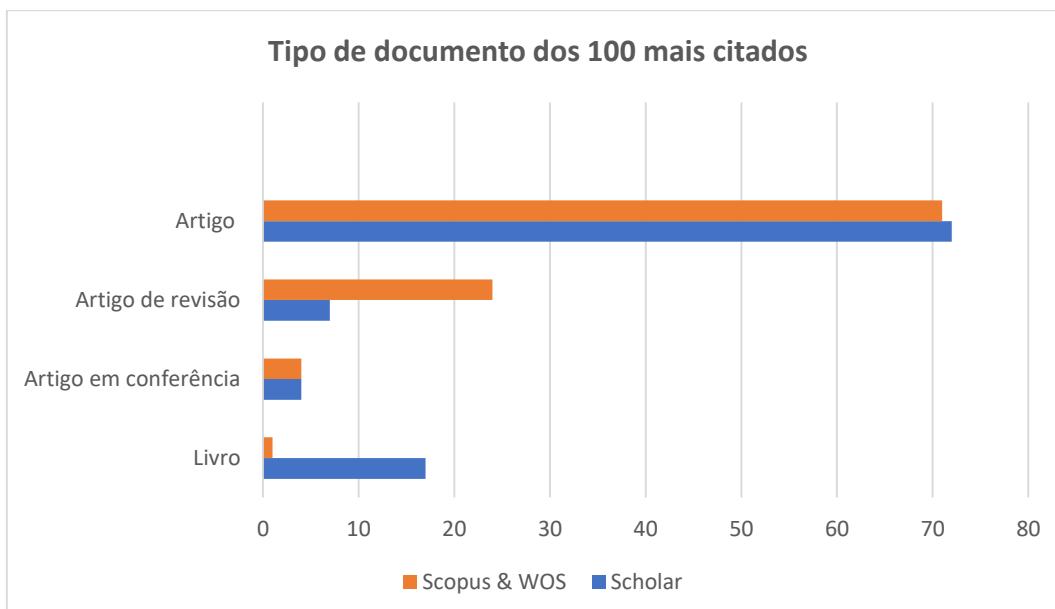


GRÁFICO 23 – Distribuição por tipo de documento entre as produções mais citadas da UFMG nas bases SCOPUS e *Web of Science* e *Google Scholar*

Em levantamento semelhante foi realizada uma análise comparativa da visibilidade da produção listada nas bases SCOPUS e *Web of Science* com aquela observada na base *Google Scholar*. Nesse levantamento foi analisado o Índice-H médio e máximo por Grande Área de conhecimento da CAPES e por Unidade Acadêmica dos docentes ativos permanentes da UFMG. Deve ser ressaltado que diferentemente das bases SCOPUS e *Web of Science* que são ferramentas de acesso restrito, o *Google Scholar* é uma base aberta. A Tabela 14 resume o total de docentes cadastrados nessas bases em fevereiro de 2018.

TABELA 14
Docentes com perfis em diferentes bases de dados

Docentes da UFMG	3.065
Docentes da UFMG com perfil no <i>Google Scholar</i>	1.486
Docentes da UFMG com perfil no <i>SCOPUS</i>	2.385
Docentes da UFMG com perfil na <i>Web of Science</i>	2.175

No Gráfico 24 é mostrada a comparação dos Índices-H das diferentes bases por grandes áreas da CAPES. Apenas docentes cadastrados nas três bases foram avaliados, para se evitar distorção das médias. Nele é evidenciado que a base Google Scholar confere Índices-H mais altos para os docentes da UFMG em todas as grandes áreas do conhecimento.

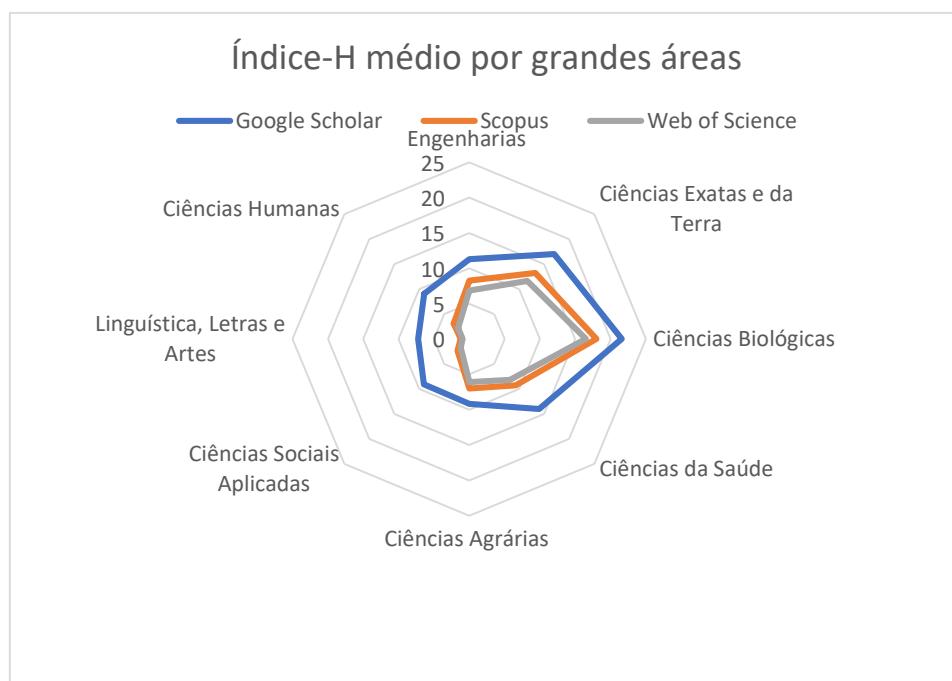


GRÁFICO 24 – Comparação dos índices H médios para cada uma das nove grandes áreas do conhecimento da CAPES dos docentes da UFMG em diferentes bases

Conforme mostrado no Gráfico 24, todas as áreas do conhecimento têm sua visibilidade aumentada (recebem mais citações) quando comparamos o Índice-H da base *Google Scholar* com a Base SCOPUS e *Web of Science*. Porém, docentes do colégio de Humanidades são os mais beneficiados pelas ferramentas de indexação heterodoxas do *Google Scholar*. Na Tabela 15 é mostrada a mudança de Índices-H médios e máximos de docentes das diferentes Unidades Acadêmicas da UFMG, organizadas por colégios. Como exemplo, o docente mais citado da Faculdade de Educação possui Índice-H igual a 12 na base SCOPUS e Índice-H igual a 46 no *Google Scholar*. Esse docente, cuja produção é mal representada na base SCOPUS, é um dos docentes mais citados e influentes da UFMG segundo o *Google Scholar*. Mudanças semelhantes de visibilidade são observadas para docentes da Faculdade de Direito, Faculdade de Letras, Escola de Música e Escola de Ciência da Informação.

TABELA 15

Docentes ativos permanentes identificados com Unidades da UFMG com perfis em diferentes bases de dados.
Índice-H avaliado entre os meses de fevereiro e julho de 2018

		Docentes	Google Scholar			Scopus			Web of Science		
	Unidades	UFMG	Docentes	H-médio	H-max	Docentes	H-médio	H-max	Docentes	H-médio	H-max
Natureza	Instituto de Ciências Exatas	341	214	17	82	332	12	71	327	11	70
	Escola de Engenharia	306	152	11	38	289	6	34	273	5	33
	Instituto de Geociências (Cartografia e Geologia)	38	15	12	41	36	5	30	32	5	27
Humanidades	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	194	95	8	21	150	2	14	113	1	11
	Faculdade de Ciências Econômicas	100	52	9	29	76	3	12	71	2	12
Vida	Instituto de Geociências (Geografia)	46	31	7	17	26	2	7	20	2	7
	Escola de Arquitetura	84	30	3	12	36	1	6	25	1	6
	Escola de Belas Artes	114	33	2	10	17	1	7	14	1	6
	Escola de Ciência da Informação	43	23	6	21	32	1	5	26	1	5
	Faculdade de Letras	147	77	6	23	67	1	3	48	1	3
	Faculdade de Educação	142	50	8	46	83	1	12	45	1	9
	Escola de Música	68	23	3	11	24	1	3	13	1	2
	Faculdade de Direito	105	37	6	18	21	1	1	10	1	1
	Centro Pedagógico	60	16	2	5	6	0	0	3	1	1
	COLTEC	47	21	7	17	27	4	18	24	4	18
	Teatro Universitário	6	2	1	1	0	0	0	0	0	0
	Instituto de Ciências Biológicas	280	187	22	82	279	16	69	279	15	68
	Faculdade de Medicina	363	94	14	51	341	8	39	331	7	36
	Escola de Veterinária	106	48	11	43	106	8	33	106	7	32
	Faculdade de Odontologia	116	66	15	43	109	7	30	103	7	27
	Escola de Educação Física, Fisioterapia e TO	93	38	13	57	83	6	36	80	5	31
	Faculdade de Farmácia	74	37	15	33	74	10	33	74	9	25
	Escola de Enfermagem	93	44	11	62	88	5	30	83	4	23
	Instituto de Ciências Agrárias	99	51	6	22	83	5	20	75	4	18

Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

O quantitativo de bolsistas de produtividade do CNPq é um indicador importante da relevância e qualidade da pesquisa realizada na UFMG. Os dados utilizados estão disponíveis na base de dados do CNPq e são disponibilizados anualmente no sítio da PRPq, com discriminação por nível da bolsa, Unidade e área do conhecimento.

O percentual de bolsistas de produtividade em pesquisa da UFMG em relação ao total de bolsas de produtividade concedidas pelo CNPq manteve-se inalterado em torno de 5% desde 2005 conforme mostrado no Gráfico 25. A UFMG tem atualmente 746 Bolsistas de Produtividade em Pesquisa e 24 Bolsistas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, o que confere à UFMG a quarta posição entre as instituições com o maior número de bolsas de produtividade concedidas no Brasil (4,9% do total de bolsas do Brasil) e a primeira no estado de Minas Gerais (44,40% do total de bolsas). Em relação ao total de docentes da UFMG, o percentual de bolsistas de produtividade evoluiu de 19% em 2005, para 24% em 2018.

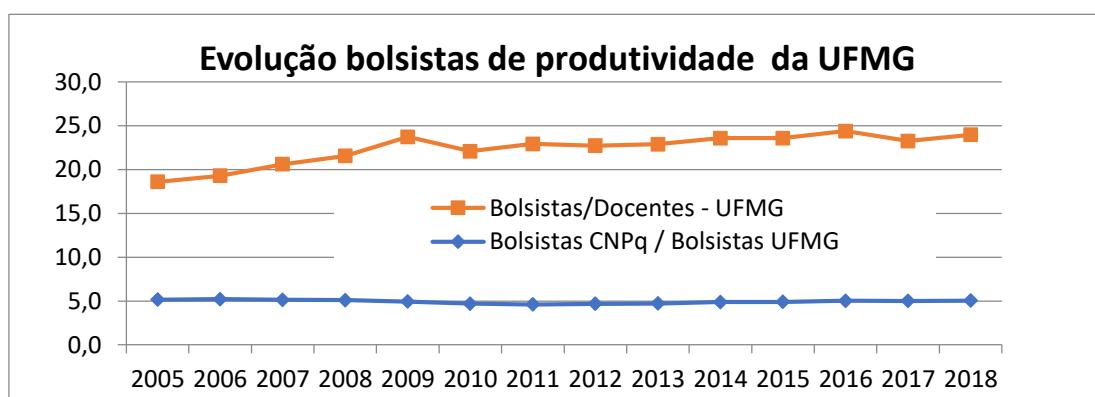


GRÁFICO 25 – Evolução no número de bolsistas de produtividade da UFMG em relação ao número de docentes da UFMG

A Tabela 16 mostra o percentual de bolsistas de produtividade das cinco instituições com maior número de bolsistas. Aproximadamente 35% dos docentes da USP e da UNICAMP são bolsistas de produtividade. Nas três universidades federais com maior número de bolsistas, apenas cerca de 25% do corpo docente possui bolsa de produtividade.

TABELA 16
Distribuição de bolsistas de produtividade do CNPq

Universidade	Docentes	Bolsas	% Docentes Bolsistas	% Bolsas Brasil
USP	6008	2073	35%	13,5
UNICAMP	2084	715	34%	4,7
UFMG	3054	746	25%	4,9
UFRJ	3993	941	24%	6,1
UFRGS	2924	679	23%	4,4
UNESP	3631	775	21%	5,1

A distribuição de bolsistas de produtividade da UFMG por Grande Área e por nível é apresentada nos Gráficos 26 e 27, respectivamente. As áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Ciências Biológicas são aquelas com maior número de bolsistas. Não obstante, a distribuição dos bolsistas pelas diversas grandes áreas do conhecimento é bem equilibrada.

Dos bolsistas de produtividade da UFMG, 54% são nível 2. Para ser enquadrado no nível 2 da maioria dos comitês de avaliação do CNPq, o pesquisador deve possuir mais de 3 (três) anos de Doutorado e produção científica regular nos últimos 5 (cinco) anos, deve demonstrar formação de recursos humanos por meio da orientação de projetos de iniciação científica e de Pós-Graduação. Um pesquisador do nível 2 também deve participar da coordenação de projetos, demonstrando atuação proativa e independente na captação de recursos para a nucleação e manutenção de infraestrutura de pesquisa. Em todos os comitês de avaliação do CNPq, além de requisitos de produtividade pesquisa, pesquisadores do nível 1 devem ter atuado como orientador principal de tese de Doutorado.

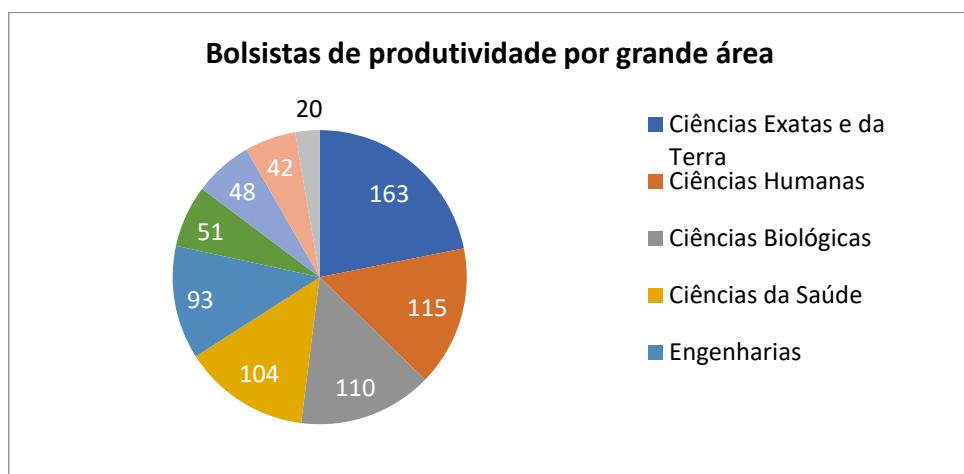


GRÁFICO 26 – Distribuição de bolsistas de produtividade da UFMG por Grande Área do conhecimento



GRÁFICO 27 – Distribuição de bolsistas de produtividade da UFMG por nível de bolsa

A evolução histórica do número de bolsistas de produtividade em pesquisa da UFMG entre 2005 e 2018 é mostrada no Gráfico 28. Com exceção do ano de 2010, a evolução do número de bolsistas da UFMG segue a tendência de aumento do número de bolsas concedidas pelo CNPq. Em 2005 a UFMG contava com 455 bolsistas, e em 2017 passou a contar com 746 bolsistas de produtividade.

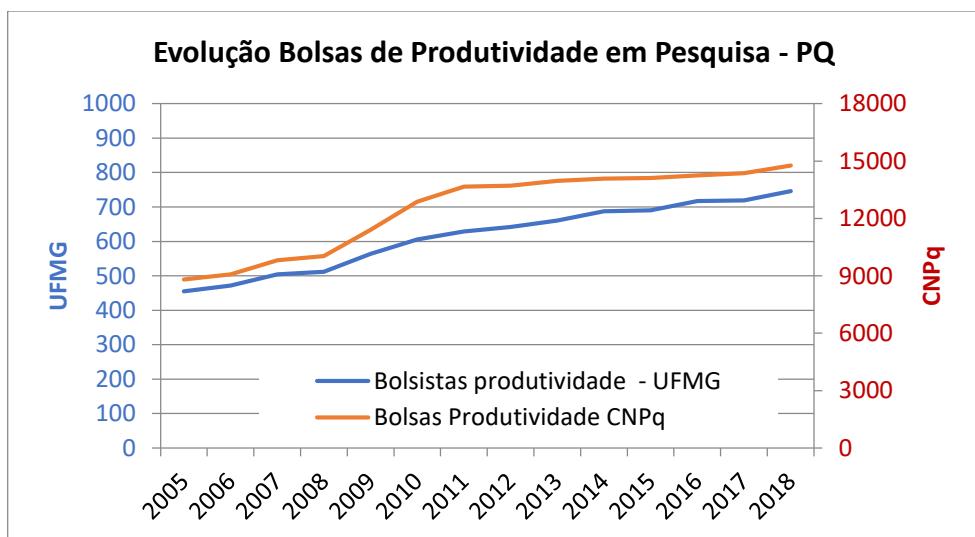


GRÁFICO 28 – Evolução no número de bolsistas de produtividade da UFMG comparado com o total de bolsas disponibilizadas pelo CNPq

Grupos de Pesquisa

Segundo os dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, a UFMG conta atualmente com 869 Grupos de Pesquisa, certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, distribuídos pelos três grandes colégios: 36% em Ciências da Vida, 44% em Humanidades e 20% em Exatas & Tecnologia. Os grupos sediados na UFMG totalizam 6.690 pesquisadores, dos quais 5.404 (81% do total) são doutores. Além disso, são desenvolvidos projetos em 3.390 linhas de pesquisa. Os grupos de pesquisa estão distribuídos em todas as áreas do conhecimento, conforme detalhado no Gráfico 29. De

acordo com levantamento realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa houve um aumento de 117% do total de grupos de pesquisa da UFMG em relação ao total observado em 2000.

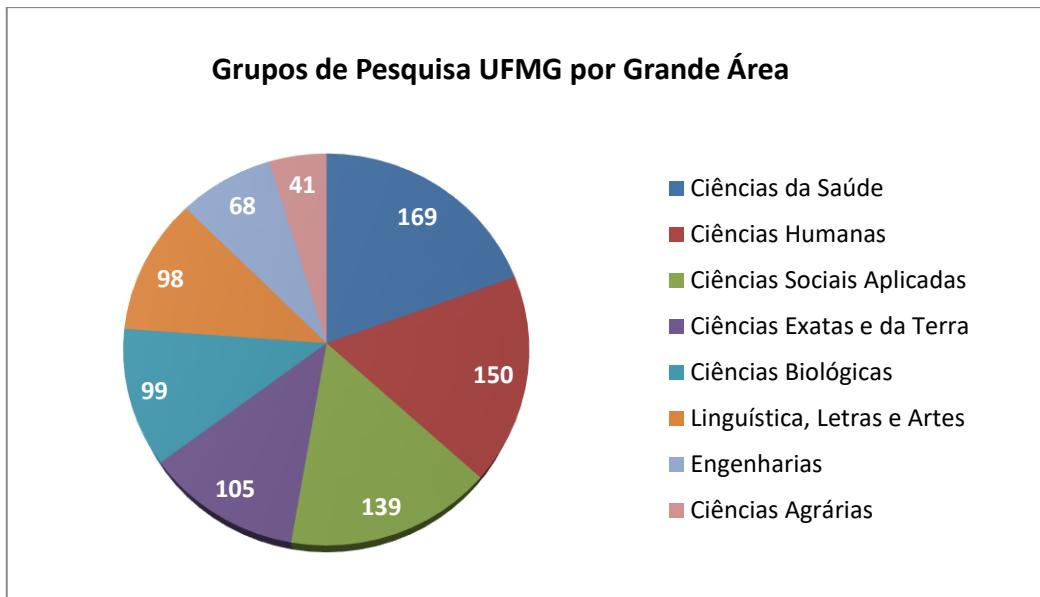


GRÁFICO 29 – Distribuição de grupos de pesquisa da UFMG por área de conhecimento

Internacionalização da Pesquisa

A ciência é cada vez mais uma busca global, com mais e mais colaborações abrangendo as fronteiras nacionais e continentais. Grupos de pesquisa de destaque compartilham ideias, recursos e resultados. Os trabalhos em coautoria internacional tendem a ser mais citados porque os pesquisadores envolvidos tipicamente realizam pesquisas de alta qualidade e impacto. Programas multinacionais de estímulo à cooperação ainda não têm demonstrado sua real eficácia enquanto ações impulsionadoras de desempenho. Entretanto, segundo a máxima de que “excelência busca excelência”, as universidades brasileiras nas quais atuam grupos de pesquisa de destaque efetivamente lideram as colaborações internacionais. O surgimento de colaborações científicas internacionais tem sido chamado de “quarta era da pesquisa”, e está alterando práticas científicas tradicionalmente insulares e trazendo mais países para a comunidade científica global.

O número de citações que o conjunto de publicações de um país recebe é impulsionado principalmente por dois fatores: reputação dos periódicos e receptividade das publicações. A reputação de um periódico, ou a qualidade do periódico no qual um artigo é publicado, influencia a visibilidade dos trabalhos produzidos: artigos em determinados periódicos, como aqueles com fatores de impacto mais altos, muitas vezes ganham maior publicidade e são capazes de atrair muitas citações. Em geral, documentos com autores de mais de um país atraem mais citações proporcionalmente ao total de artigos publicados. Os documentos internacionais são melhor percebidos e têm maior probabilidade de aparecer em periódicos de prestígio que os puramente domésticos em todas as áreas. Existem diferenças na magnitude do efeito por áreas do conhecimento, mas observa-se que a coautoria com pesquisadores de vários países é frequentemente melhor para o impacto de uma publicação.

As atuais políticas brasileiras de estímulo à produção científica foram desenhadas no início dos anos 1990 e visavam o aumento da produtividade científica brasileira – e foram bem-sucedidas nessa empreitada já que o Brasil é hoje o 14º maior produtor de artigos científicos do planeta. O processo de

avaliação de diferentes agências de fomento, quer seja para a concessão de bolsas e recursos para projetos de pesquisa, ou para aplicação e divulgação de atividades científicas, ainda está baseado nessa política que, de forma geral, beneficia cientistas produtivos. Apenas recentemente indicadores de qualidade têm começado a ser discutidos como fator de ponderação na concessão de recursos. Embora não haja unanimidade na forma de usá-los, existe um consenso de que estes são necessários para que a produção científica brasileira ganhe relevância: artigos brasileiros na base de dados SCOPUS recebem 10,44 citações em média, o que coloca o Brasil na 35^a posição entre os 50 países que mais produzem ciência no planeta. Obviamente existem fatores subjetivos que influenciam o grau de aceitabilidade de um trabalho por uma revista de alta reputação e, portanto, de maior visibilidade. Não obstante, é notório que publicar em periódicos de ponta é muito trabalhoso, visto que os revisores desses periódicos podem ter uma postura pouco receptiva ou até mesmo cética. Um sistema de avaliação que não pondere adequadamente a produção de alta qualidade pode vir a induzir pesquisadores a escolherem veículos menos expressivos e de menor impacto.

A UFMG possui aproximadamente 46 mil documentos na base de dados SCOPUS. Desses cerca de 13 mil possuem coautoria internacional (~26%). A citação média por ano dos documentos produzidos apenas com coautores Brasileiros entre 2005 e 2017 nessa base é 1,5, enquanto que a citação média daqueles com coautoria internacional é de 3,4 citações por ano (GRAF. 30). Ou seja, na média, um artigo produzido por docentes da UFMG com autores internacionais recebe 2,2 vezes mais citações que um artigo sem autores internacionais. Entre 2005 e 2017 os documentos com coautoria internacional publicados em revistas com *OPEN ACCESS* receberam, em média, 6,2 citações por ano. A citação aos trabalhos produzidos na UFMG segue uma tendência internacional na qual trabalhos realizados em parceria internacional e publicados na modalidade *OPEN ACCESS* recebem mais citações que os demais.



GRÁFICO 30 – Citação média anual dos trabalhos da UFMG produzidos com e sem coautoria internacional na base SCOPUS

É importante mencionar que de 2005 a 2013 o percentual de trabalhos produzidos pelos docentes da UFMG com coautoria internacional registrados na base SCOPUS demonstrou uma tendência decrescente, passando de 30% em 2005 para menos de 23% do total de artigos produzidos em 2013, como pode ser visto no Gráfico 31. A partir de então, veio ocorrendo uma lenta recuperação,

com o percentual em 2017 situado em 25%. Cabe, no entanto, correlacionar essa observação com aquela indicada no Gráfico 14, que indica uma fase de rápido crescimento do número anual de artigos publicados por docente no período de 2005 a 2012, com a estabilização desse número a partir de 2013. Se essa correlação for significativa, a fase de estabilidade do número total de publicações corresponderá a uma fase de concentração de esforços na qualificação dessas publicações, o que é consistente com o aumento da internacionalização da pesquisa.

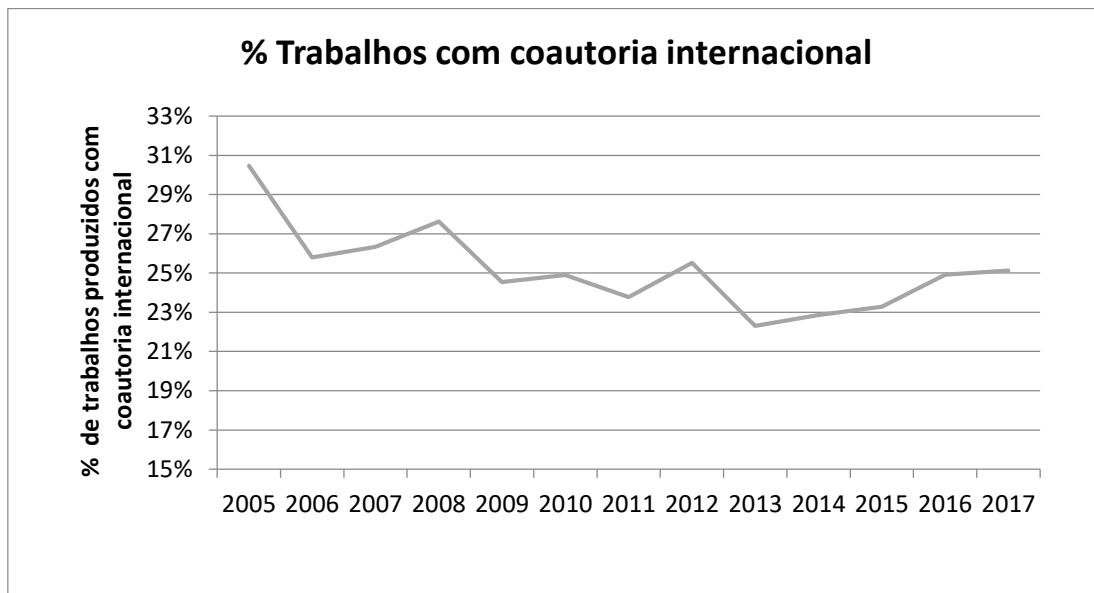


GRÁFICO 31 – Percentual trabalhos produzidos pelos docentes da UFMG com coautoria internacional depositados na base SCOPUS

O Gráfico 32 mostra o perfil de formação dos docentes da UFMG. 2824 docentes da UFMG possuem registro de Doutorado e Pós-Doutorado em seu currículo Lattes. Desses, aproximadamente 1511 (~54% do total) não realizaram sua formação (Doutorado) tampouco treinamento e/ou aperfeiçoamento (Pós-Doutorado) no exterior, e, portanto, não possuem experiência internacional. Entre os professores com formação nacional, 870 docentes (~31% do total) foram formados na própria UFMG. As Faculdades de Direito e Medicina são as Unidades Acadêmicas mais endógenas da UFMG, com mais de 50% de seus respectivos docentes formados na própria UFMG. 1437 docentes possuem experiência internacional em sua formação acadêmica de Doutorado. A Unidade Acadêmica com maior proporção de docentes com formação no exterior é o Instituto de Ciências Exatas, com 70% de seus docentes formados completamente (Doutorado pleno) ou parcialmente (Doutorado-Sanduíche) no exterior. 759 docentes (~27% do total) realizaram Pós-Doutorado no exterior (GRAF. 33) e 346 docentes (~12% do total) fizeram Doutorado e Pós-Doutorado no exterior. A Unidade que possui maior proporção de docentes com treinamento/experiência internacional em nível de Pós-Doutorado é o Instituto de Ciências Biológicas, com aproximadamente 49% dos seus docentes tendo formação com essas características.

Perfil de Formação de Doutorado da UFMG

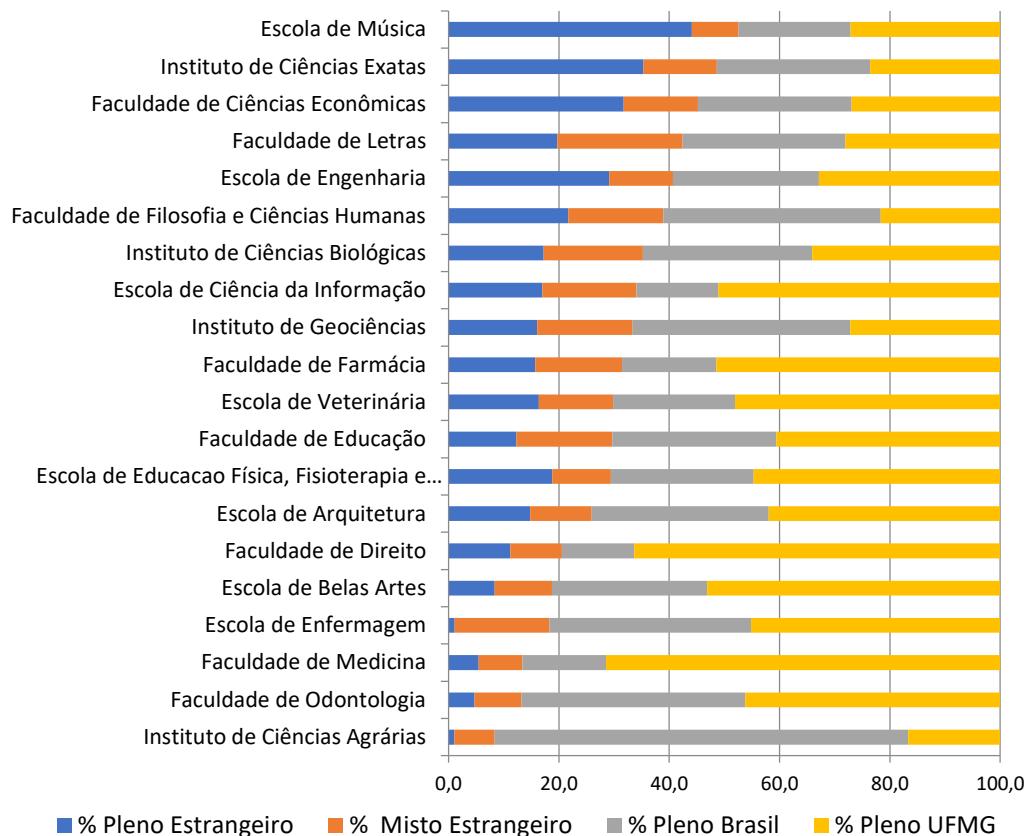


GRÁFICO 32 – Perfil de formação em nível de Doutorado dos docentes da UFMG

% Pós-Doutores com experiência internacional

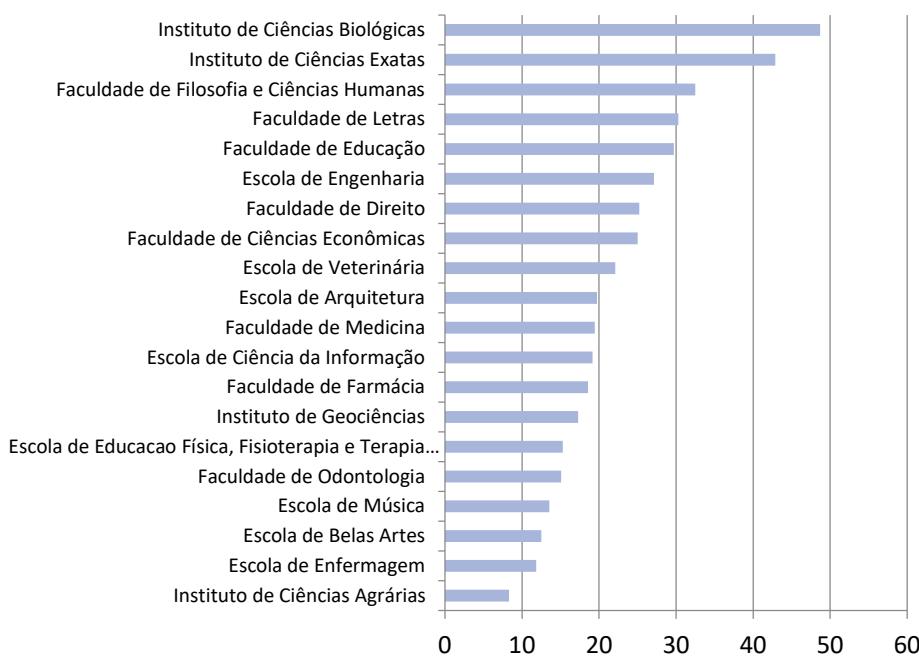


GRÁFICO 33 – Percentual de treinamento /experiência internacional em nível de Pós-Doutorado na UFMG

A formação e/ou treinamento dos docentes da UFMG que tiveram alguma experiência internacional no Doutorado ou no Pós-Doutorado ocorreu em 33 países diferentes. Dentre os países escolhidos para formação e/ou treinamento, destaca-se que 62% desses docentes obtiveram formação internacional nos Estados Unidos, França e Reino Unido (GRAF. 34).

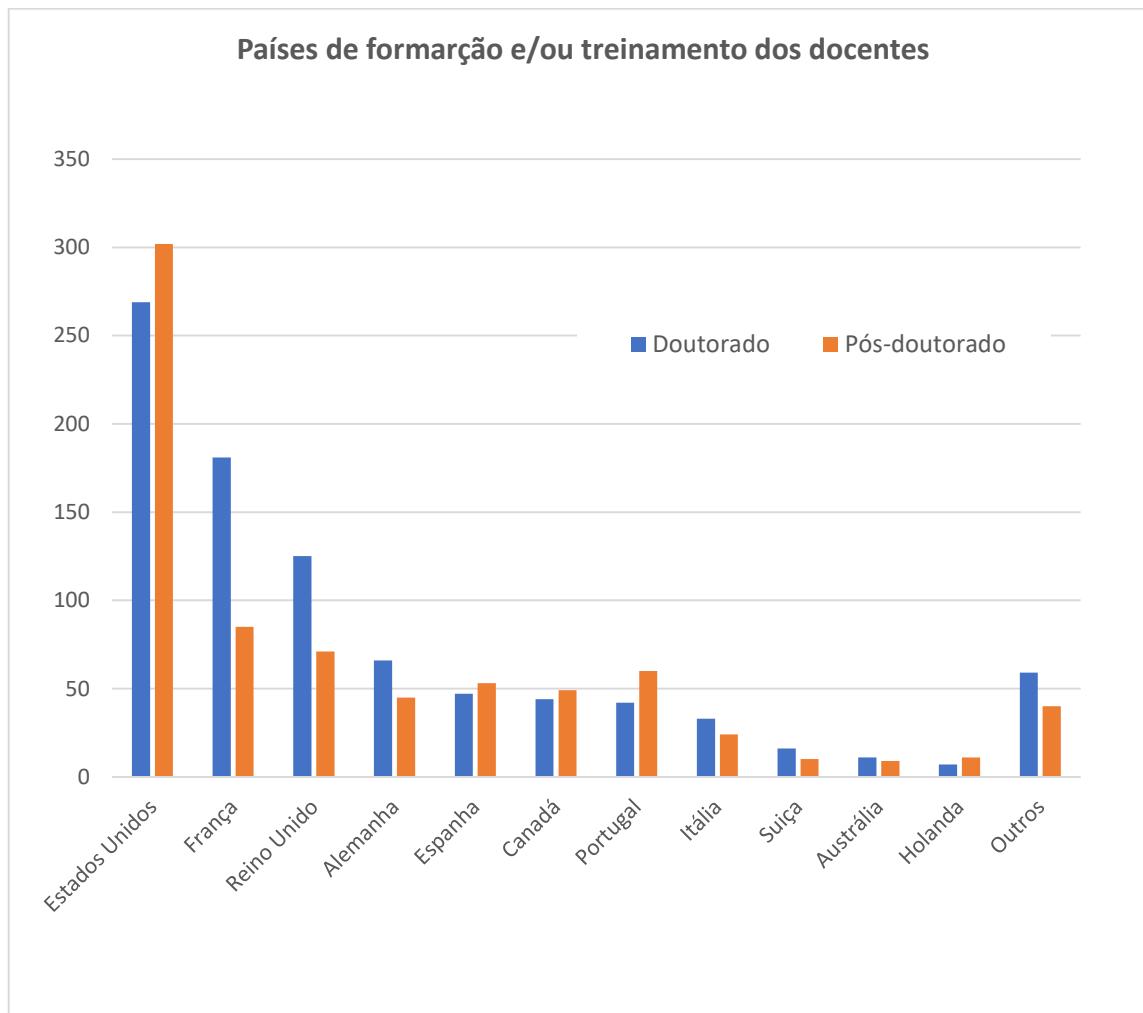


GRÁFICO 34 – Países de formação ou de treinamento internacional dos docentes da UFMG

O Gráfico 35 mostra o percentual do total de docentes de cada departamento da UFMG que realizaram formação acadêmica e/ou treinamento no exterior (chamado de taxa de internacionalização). Departamentos indicados com 7 em frente ao nome estão associados a programas de Pós-Graduação que possuem conceito 7 na CAPES. Destaca-se que a maioria deles possui taxa de internacionalização superior a 40%.

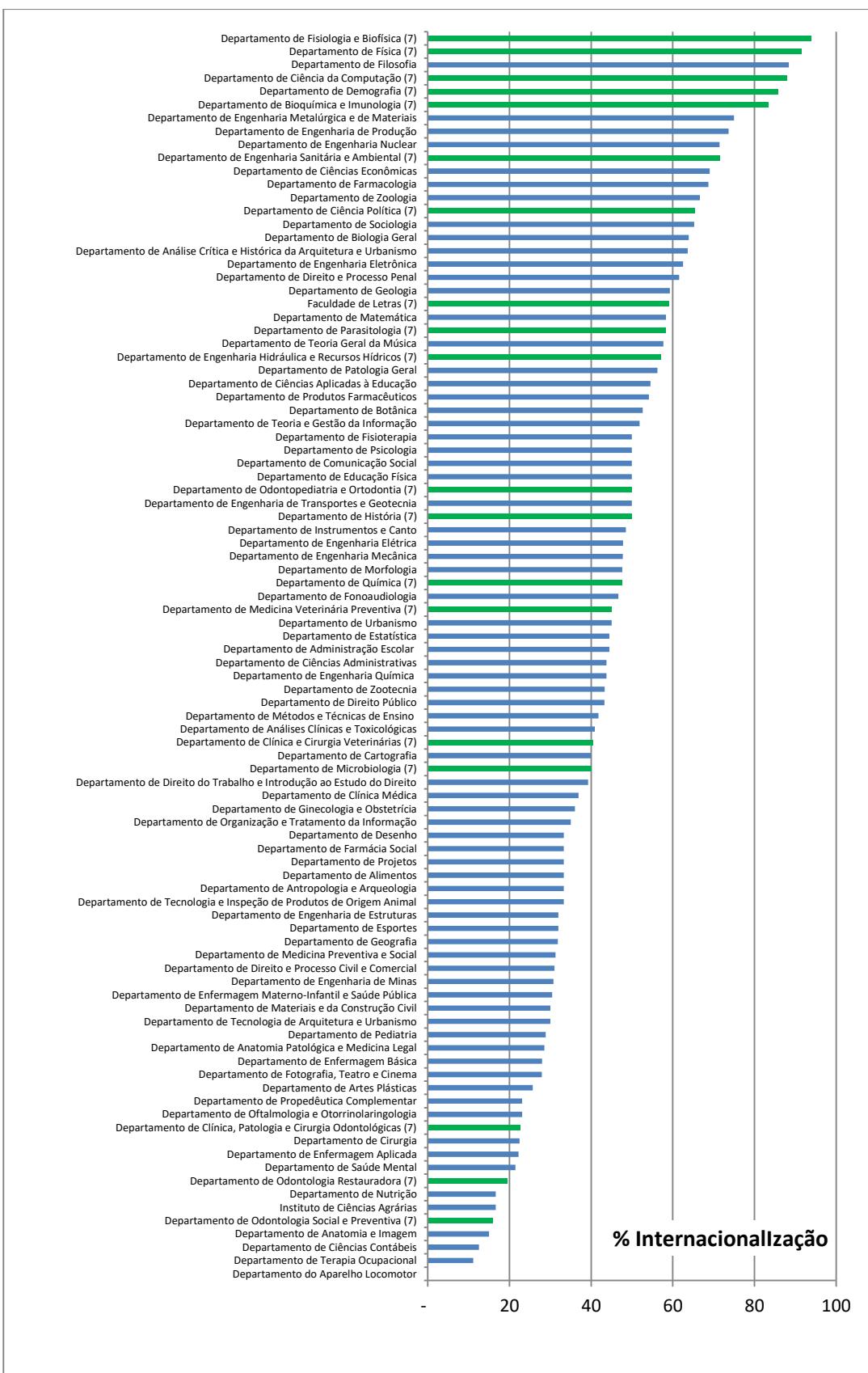


GRÁFICO 35 – Percentual de formação acadêmica (Doutorado pleno e sanduíche) e treinamento internacional (Pós-Doutorado) dos docentes da UFMG. Departamentos envolvidos com cursos e Pós-Graduação com conceito 7 da CAPES, são destacados

Pesquisa e Gênero

A análise da distribuição de bolsas de produtividade em Pesquisa do CNPq concedidas a docentes da UFMG no período compreendido entre 2010 – 2017 por gênero, mostra uma proporção estável de aproximadamente 64% de bolsas para homens e 36% das bolsas para mulheres. O número de mulheres bolsistas de produtividade aumentou nos níveis 1 nesse período, mas reduziu nos níveis 2 e sênior (GRAF. 36).

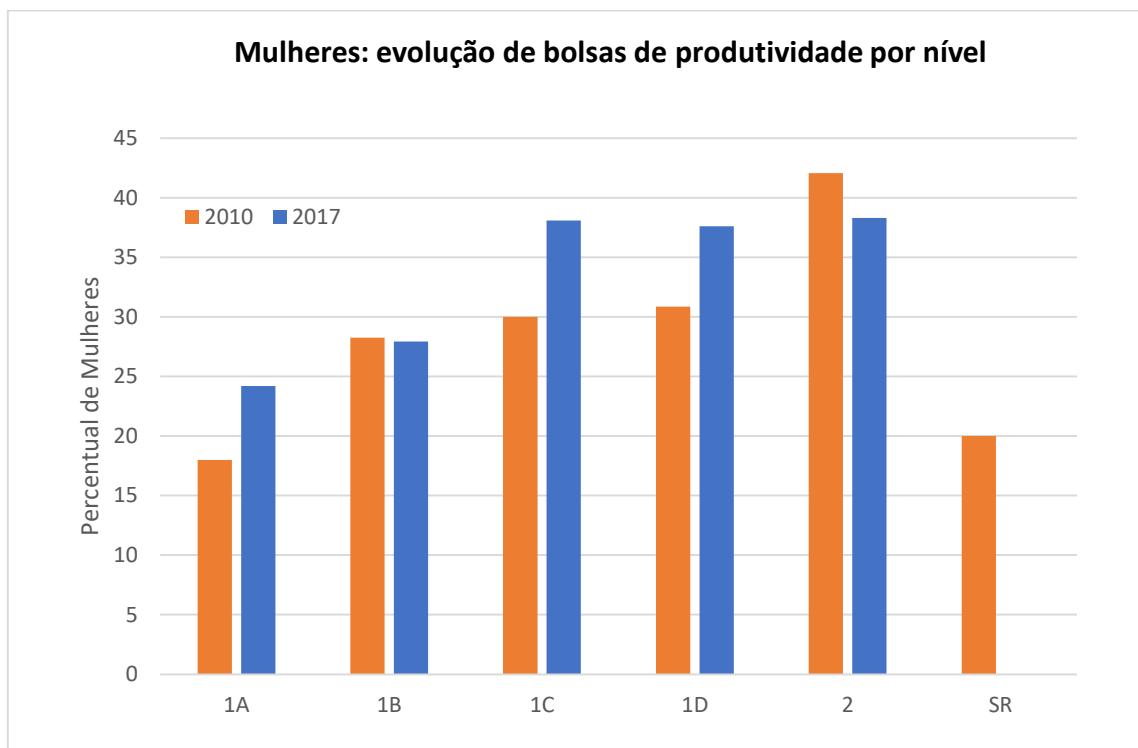


GRÁFICO 36 – Evolução do número de bolsas de produtividade concedidas a mulheres docentes da UFMG por nível entre 2010 e em 2017

Outro levantamento realizado refere-se ao número de mulheres que possuem papel de liderança nos Grupos de Pesquisa da UFMG cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Ao analisar o período entre 2007 – 2018, nota-se um aumento expressivo no número de mulheres em posição de liderança. Em 2007 aproximadamente 38% do total de lideranças nesses grupos eram femininas, passando para 44% em 2018. Analisando-se o crescimento absoluto do número de lideranças de mulheres, percebe-se que houve um acréscimo de 113 líderes (255 em 2007 para 368 em 2018), o que representa um crescimento aproximado de 45%. O Gráfico 37 mostra a evolução do crescimento da liderança de mulheres nos Grupos de Pesquisa da UFMG cadastrados no CNPq por Grande Área do conhecimento.

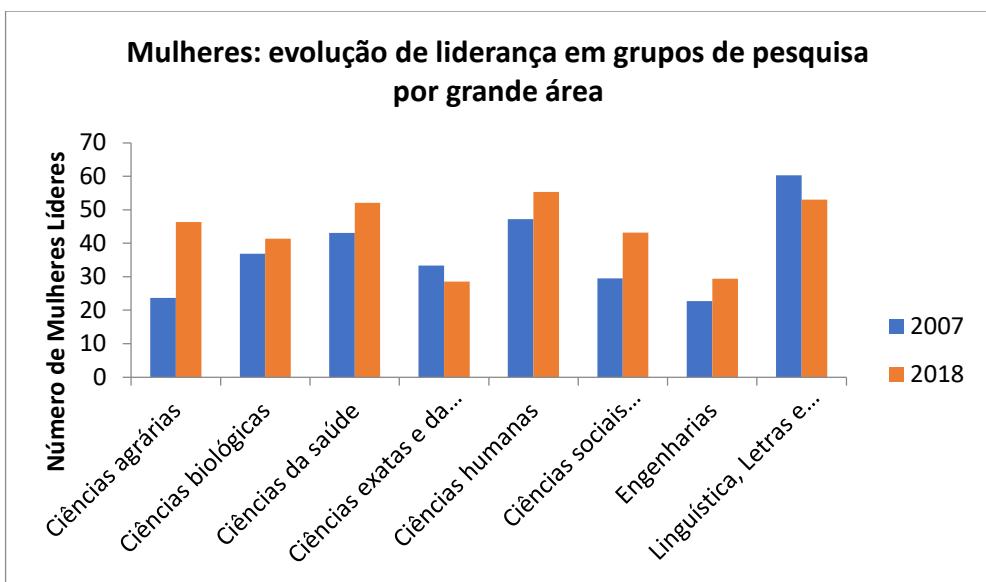


GRÁFICO 37 – Evolução do crescimento de liderança feminina em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq

Em levantamento realizado para auferir os 100 trabalhos mais citados de pesquisadores afiliados à UFMG entre 1965 e 2018 nas bases de dados internacionais SCOPUS e *Web of Science* (abril de 2018), observa-se que as pesquisadoras estão representadas. Ao todo foram computadas 47 autorias femininas nesses trabalhos, o que representa uma participação de 26% nos principais trabalhos elaborados pela UFMG. Ao se analisar os 100 trabalhos mais citados da UFMG, observa-se uma maior concentração de autoras nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, sendo que um aumento considerável na autoria desses trabalhos foi observado a partir do final da década de 90 (GRAF. 38 e 39).

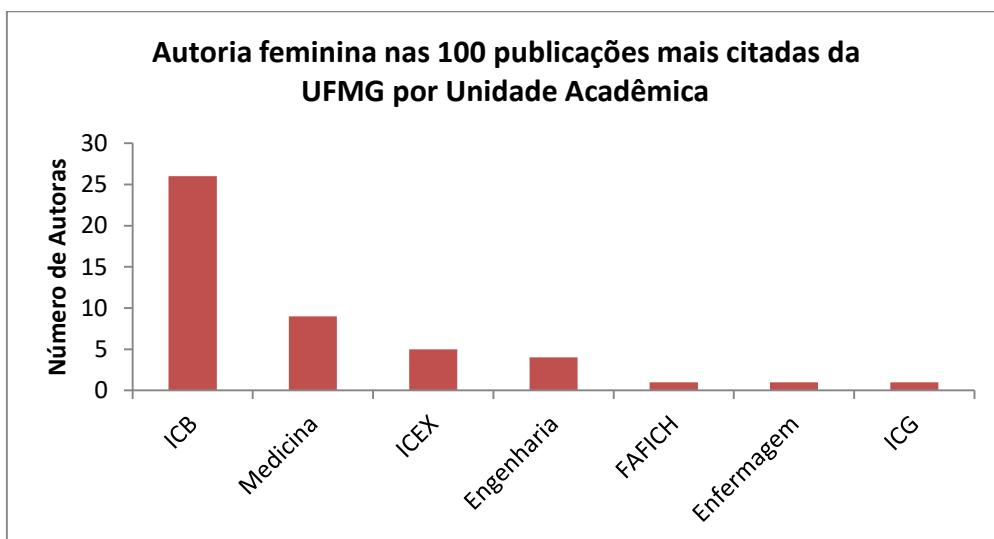


GRÁFICO 38 – Distribuição por institutos de docentes do sexo feminino na autoria dos 100 trabalhos mais citados da UFMG

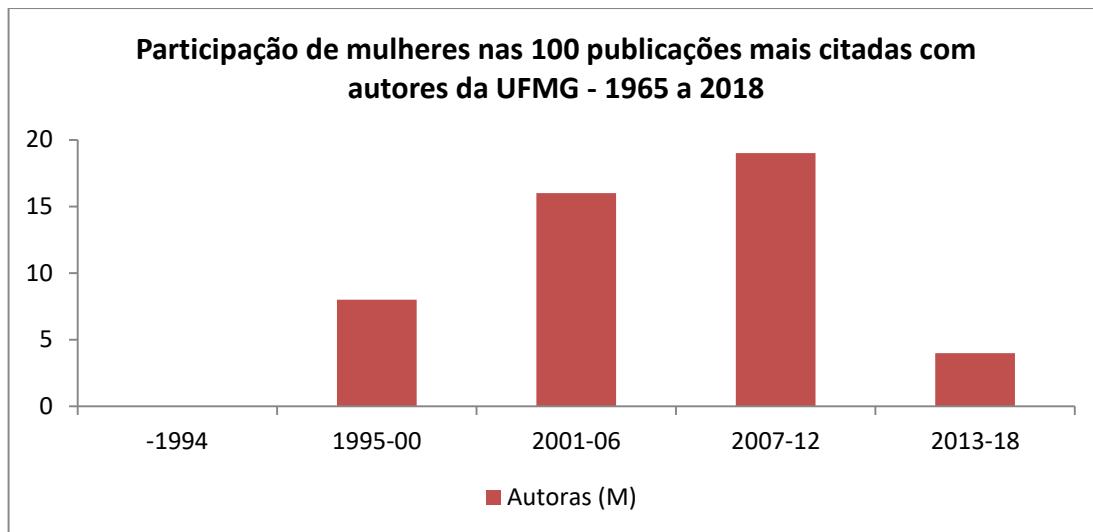


GRÁFICO 39 – Participação de docentes do sexo feminino na autoria dos 100 trabalhos mais citados da UFMG, por ano de publicação

É importante alertar o leitor para que a interpretação do Gráfico 39 seja feita corretamente: uma leitura superficial desse Gráfico poderia sugerir ter havido uma redução da participação das mulheres nos trabalhos de maior impacto da UFMG a partir de 2013. O que ocorre é que os trabalhos publicados nesse período ainda não tiveram tempo para serem incluídos entre aqueles com maior número de citações, o que faz com que o total de artigos publicados no período 2013 – 2018 situados entre os 100 mais citados seja ainda pequeno.

Transdisciplinaridade na Pesquisa

Nas duas últimas décadas, para além da produção científica associada a campos disciplinares bem estabelecidos, vêm se desenvolvendo as abordagens de pesquisas que escapam desses limites e se constituem em propostas multi, inter ou transdisciplinares. Nesse período, foi criado, estruturado e desenvolveu-se o Instituto de Estudos Transdisciplinares (IEAT) da UFMG, que vem cumprindo importante papel aglutinador, na UFMG, de trabalhos de pesquisa transversais às áreas do conhecimento.

O IEAT tem como objetivo promover a geração de um ambiente propício à realização de estudos transdisciplinares na UFMG, com características de excelência (por excederem o normal e o ordinário), de ponta (voltados para o novo e o futuro) e de indução (que interferem na maneira de gerar, organizar e difundir o saber), abrangendo as diversas áreas do conhecimento – humanidade, exatas e biológicas. Dessa forma, será buscado, em suas diferentes linhas de atuação, o chamado estado da arte do conhecimento, sem o qual não há pesquisa avançada nem grupos de excelência.

O IEAT foi criado, em caráter experimental, em 1999, como um órgão vinculado ao Gabinete do Reitor. Sua institucionalização foi realizada pela Resolução nº 03/2005, de 12 de maio de 2005, do Conselho Universitário. O IEAT tem por âmbito a pesquisa, com inserções no ensino e na extensão, e por missão a promoção da transdisciplinaridade, mediante a aproximação, a articulação e o transpassamento dos campos disciplinares e áreas do conhecimento tradicionais.

Em consonância com sua natureza de instituto de pesquisa, o IEAT atua como órgão articulador interdepartamental e supra Unidades Acadêmicas, marcando suas atividades pelas características de ineditismo, experimentalismo e transitoriedade. A opção pela transitoriedade, de fundo epistemológico

com base na transdisciplinaridade, estará presente em todas as linhas de ação do IEAT, com a preocupação de evitar a cristalização de interesses e a fixação permanente de grupos no seu âmbito. Sua principal linha de atuação é o estímulo à geração e à difusão de uma nova práxis e de um novo ideal do conhecimento, tendo por *locus* experiências coletivas de grupos de especialidades variadas, por instrumento ou meio a aproximação das disciplinas e por alvo a formação de profissionais especialistas e com capacidade de frequentar mais de uma área do saber. As abordagens multi e interdisciplinares já estão incorporados à rotina de pesquisa, ensino e extensão da UFMG e, nesse sentido, a transdisciplinaridade representa uma busca epistemológica pelo novo. O IEAT representa, assim, um dos *loci* privilegiados das ideias e da utopia na UFMG.

O IEAT articula suas atividades em torno dos Programas: Cátedras FUNDEP/IEAT, Cátedras Santander de Estudos Ibero-Latino-Americanos, Visitas Internacionais, Professor Residente do IEAT, Grupos de Pesquisa do IEAT, além de promover e apoiar eventos de viés interdisciplinar e transdisciplinar.

Estruturas Compartilhadas para Suporte à Pesquisa

Nos últimos vinte anos, um dos principais componentes da política de pesquisa na UFMG tem sido a criação de estruturas compartilhadas de apoio à pesquisa. Tal diretriz visa possibilitar a concentração de esforços que permitam instalar uma infraestrutura de elevada complexidade e de padrão internacional para o atendimento a todas as Unidades Acadêmicas que desenvolvem pesquisas que requeiram tal estrutura. Um desdobramento dessa política tem sido o direcionamento da verba captada por meio de projetos institucionais para laboratórios que prevejam a disponibilização de sua infraestrutura para todo pesquisador demandante, os chamados Laboratórios Multusuário.

Está em curso na PRPq proposta para implementação de uma plataforma dos Laboratórios Multusuários para garantir maior acessibilidade ao público interno e externo, otimizando a total utilização dos equipamentos de grande porte. A PRPq/UFMG estabeleceu em maio de 2017 uma Política (Resoluções nº 01 e 02 de 2018) sobre Infraestrutura Institucional de Pesquisa. Foram classificados:

- I. Centros Institucionais e de Pesquisa (CIPq): Órgãos Suplementares ou Complementares com Diretor definido pela Administração Central (Órgão Suplementar) ou Diretor nomeado pelo Diretor da Unidade Acadêmica ao qual estiver vinculado (Órgão Complementar).
- II. Laboratórios Institucionais de Pesquisa (LIPq): laboratórios que atendem, de forma ampla, uma comunidade de usuários internos e externos à UFMG.
- III. Laboratórios de grupos e/ou núcleos de pesquisa e de pesquisadores (LGPq): laboratórios contendo instrumentos de pesquisa de qualquer porte e em qualquer número, coordenados por um professor ou conjunto de professores.

Foi definido que todas as ações institucionais voltadas para infraestrutura de pesquisa multusuária, tais como apresentação de propostas para chamadas de financiamento em chamadas públicas internas ou externas, serão priorizadas aos centros – CIPq – e laboratórios institucionais – LIPq. E, como primeira ação de organização da infraestrutura de pesquisa da UFMG, têm sido abertas chamadas internas para cadastramento de LIPqs.

Os dois principais exemplos de estruturas compartilhadas hoje existentes, que envolveram a alocação de substanciais recursos, e que resultaram em efetiva mudança de patamar nas condições

institucionais para o desenvolvimento de pesquisa de ponta, são o *Centro de Microscopia* e o *Biotério Central*.

Biotério Central

O Biotério Central da UFMG iniciou suas atividades em 2009 e, pouco depois, por razões de conveniência de momento, sua gestão ficou subordinada à PRPq. Tem como finalidade a criação de ratos e camundongos isogênicos e heterogênicos. O Biotério Central conta com instalações modernas e equipe técnica altamente qualificada para trabalho em nível de barreira sanitária elevada para produção de roedores com *status* sanitário *Specific Pathogen Free* (SPF). Ao fornecer à comunidade científica roedores com padrão genético e sanitário definidos, o Biotério Central possibilita aos pesquisadores da UFMG acesso a animais de padrão internacional, indispensáveis para obtenção de resultados científicos mais robustos, confiáveis, homogêneos e reproduutíveis. A estrutura atualmente instalada conta com as seguintes facilidades:

- I. Colônia de fundação: as matrizes SPF são mantidas em isoladores sob rígido controle genético e sanitário.
- II. Central de esterilização: todos os insumos para a criação dos roedores são esterilizados por autoclavação.
- III. Salas de criação: todos os roedores são mantidos em mini-isoladores alojados em racks ventiladas.
- IV. Laboratório: o Biotério Central conta com laboratório equipado para realização de testes moleculares e análises microbiológicas.
- V. Central de higienização: semiautomatizada contando com equipamentos para higienização de caixas, bicos e uniformes.

Sua estrutura organizacional inclui, como órgão deliberativo, o Comitê Gestor do Biotério Central, integrado por representantes de todas as Unidades da UFMG que utilizam animais para ensino e pesquisa, pelo Presidente do Comitê de Ética em Experimentação Animal (CETEA), além de membros indicados pela Câmara de Pesquisa do CEPE.

Centro de Microscopia

O Centro de Microscopia (CM) da UFMG é órgão suplementar criado pelo Conselho Universitário em 2006. O CM/UFMG foi concebido como centro de caráter multiusuário e interdisciplinar, com infraestrutura em microscopia eletrônica, iônica e por sonda com padrão de excelência internacional, para realização de atividades de pesquisa e de base tecnológica. O CM/UFMG tem por missão proporcionar, para usuários de diversas áreas do conhecimento, infraestrutura em técnicas de microscopia, com o objetivo de viabilizar, aprimorar e promover pesquisas científicas e tecnológicas na UFMG, com inserção em atividades de ensino e de extensão.

O histórico de sua criação se inicia em outubro de 2002, quando um grupo multidisciplinar de pesquisadores da UFMG, sob estímulo da PRPq reuniu-se para elaboração de um projeto objetivando modernizar a infra-estrutura relacionada com microscopia eletrônica e técnicas correlatas necessária para pesquisa de ponta na Instituição, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Durante o primeiro semestre de 2003, consolidou-se o projeto de criação e implantação do CM/UFMG, que recebeu adesão das Câmaras de Pesquisa e de Pós-Graduação e de diferentes Unidades Acadêmicas da UFMG. Em setembro de 2003, a versão final do projeto foi apresentada à Reitoria, que o considerou prioritário

para a UFMG. As Câmaras de Pesquisa e de Pós-Graduação confirmaram o entendimento de que se deveria priorizar a criação institucional do Centro de Microscopia da UFMG.

No mesmo ano, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) lançou três editais para infraestrutura de instituições de ensino e pesquisa, sendo o CT-INFRA 04-2003 destinado à aquisição de equipamentos com valor acima de R\$100.000,00 para laboratórios multiusuários. Em setembro de 2004, a FINEP deferiu a concessão de recursos para aquisição de microscópios eletrônicos e equipamentos de preparação de amostras, tendo como contrapartida da UFMG a construção da infraestrutura de obras civis necessárias para acolher o Centro de Microscopia.

A elaboração do projeto arquitetônico do Centro esteve a cargo do Departamento de Planejamento Físico e de Obras da UFMG (DPFO), órgão à época vinculado à PROPLAN. Tendo em vista a dimensão acadêmico-científica do projeto, o mesmo contou com o apoio de uma equipe de pesquisadores da UFMG com ampla experiência em microscopia. Em 2005 foram realizadas missões científicas a laboratórios de referência em diversos países, além de visitas a fabricantes de equipamentos de microscopia. As informações assim obtidas forneceram importantes subsídios para avaliação e discussão dos aspectos técnico-científicos e administrativos pertinentes à implantação do Centro. O projeto contou, também, com a assessoria de professores do Departamento de Engenharia Mecânica do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola de Engenharia. A escolha do local de construção do Centro de Microscopia baseou-se em avaliação de vibração e campo magnético em locais apontados pela Pró-Reitoria de Administração (PRA) como passíveis de receber este tipo de construção. A construção do Centro foi iniciada em agosto de 2005 e suas instalações inauguradas em 29 de setembro de 2006.

Os equipamentos hoje instalados foram adquiridos através de sucessivas submissões de projetos a editais de órgãos de fomento. Os principais microscópios hoje disponíveis no Centro de Microscopia são:

- 1) Microscópio de Força Atômica – MFP-3D-SA ASYLUM RESEARCH
- 2) Microscópio de Força Atômica – Cypher ES Asylum Research
- 3) Microscópio Eletrônico de Transmissão Tecnai G2-12 - SpiritBiotwin FEI - 120 kV
- 4) Microscópio Óptico de Fluorescência – Axio Imager Z2-ApoTome 2 Zeiss
- 5) Microscópio Axio Imager Z2 - Apotome 2 (Zeiss)
- 6) Microscópio Eletrônico de Transmissão Tecnai G2-20 - SuperTwin FEI - 200 kV
- 7) Microscópio Eletrônico de Varredura - JEOL JSM - 6360LV
- 8) Microscópio Eletrônico de Varredura FEG - Quanta 200 FEI
- 9) Microscópio Eletrônico de Varredura FEG com Sistema de Nanofabricação FIB - Quanta FEG 3D FEI
- 10) Microssonda Eletrônica Jeol - Modelo JXA 8900RL WD/ED Combined Microanalyzer
- 11) Microscópio Óptico Leica DM4500 P LED

A estrutura organizacional do CM/UFMG prevê, como órgão deliberativo, o Conselho Diretor, integrado pelo Diretor e pelo Vice-Diretor do Centro, por seis docentes pesquisadores, por um representante dos servidores TAEs do CM/UFMG e por um discente participante de projetos desenvolvidos no CM/UFMG.

Programas de Fomento

A Tabela 17 lista os diversos programas institucionais de fomento à pesquisa coordenados pela PRPq no período de 2011 a 2017, assim como os períodos em que estiveram vigentes.

TABELA 17
Programas institucionais de fomento à pesquisa coordenados pela PRPq

Programas Institucionais	Início	Vigência
Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq	2011	2017
Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG	2011	2017
Bolsas de Iniciação Científica PIBIC Ações Afirmativas (AF)	2011	2017
Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC - EM)	2011	2017
Bolsas de Iniciação Científica Júnior - BIC JR	2011	2017
Bolsas Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI)	2011	2017
Bolsas de Iniciação Científica Voluntária	2011	2017
Apoio à Iniciação Científica Voluntária em Período de Férias	2013	2013
Bolsas de Iniciação Científica CASU/UFMG	2011	2013
Bolsas de Iniciação Científica FUNDEP/SANTANDER	2011	2011
Bolsas de Iniciação Científica Museu de História Natural e Jardim Botânico	2013	2013
Bolsas de Iniciação Científica para a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG	2014	2017
Bolsa de Iniciação de Tecnologia Industrial Básica - BITIB	2012	2012
Bolsas de Iniciação à Pesquisa em Artes (IPA) - Itaú Cultural/FUNDEP/UFMG	2011	2011
Bolsas de Apoio Científico/FUMP/UFMG	2011	2013
Bolsas de Apoio Técnico-Científico para Laboratórios Multiusuários – Biotério Central	2014	2016
Iniciação ao Empreendedorismo e Inovação/CTIT/SEBRAE	2012	2012
Apoio para Apresentação de Trabalho em Evento Científico	2011	2011
Bolsas para Agentes de Inovação/CTIT	2012	2012
Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém-Contratados ou Recém-Doutorados da UFMG - ADRC	2011	2017
Programa Institucional de Manutenção de Equipamentos de Pequeno e Médio Porte	2011	2011
Programa Institucional para Melhoria Qualitativa da Produção Científica da UFMG	2011	2017
Programa Ciência sem Fronteiras/CNPq - UFMG	2012	2012
Auxílio para Participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)	2012	2012
Programa Institucional de Apoio à Publicações na área de Humanidades	2013	2013
Programa Institucional Artista Visitante	2017	2017

Na Tabela 18 são apresentados os editais da PRPq lançados a partir de 2017. Ressalta-se a importância do edital para financiamento de infraestruturas multiusuários, que têm objetivo estruturante em relação à produção científica da UFMG.

TABELA 18
Editais da PRPq lançados a partir de 2017

PROGRAMA	Edital #	Orçamento (teto em R\$)	Lançamento do edital	Vigência
Recém-Contratados	01/2017	3.000.000,00	2/1/2017	1º/4/2017 a 30/9/2018
Melhoria Qualitativa	02/2017	120.000,00	2/1/2017	Até 20/11/2017
Artista visitante	03/2017	120.000,00	16/1/2017	Fluxo contínuo
IC voluntário	04/2017	Sem custo	Janeiro/2017	Fluxo contínuo
PIBIC/CNPq	05/2017	Financiado pelo CNPq		1º/8/2017 a 31/7/2018
PIBIC-AF/CNPq		Financiado pelo CNPq	10/2/2017	1º/8/2017 a 31/7/2018
PROBIC/FAPEMIG		Financiado pela FAPEMIG		1º/3/2018 a 28/2/2019
PIBITI / CNPq	06/2017	Financiado pelo CNPq	10/2/2017	1º/8/2017 a 31/7/2018
PIBIC EM / CNPq	07/2017	Financiado pelo CNPq	10/2/2017	1º/8/2017 a 31/7/2018
BIC Jr / FAPEMIG	09/2017	Financiado pela FAPEMIG	Setembro	1º/3/2018 a 28/2/2019
IC REDE DE MUSEUS	10/2017	48.000,00	Setembro	1º/3/2018 a 28/2/2019
Recém-contratados	11/2017	3.000.000,00	1º/5/2018	31/10/2019
IC voluntário	01/2018	Sem custo	Janeiro 2018	Fluxo contínuo
Taxa de publicação	02/2018	Sem custo	1º/3/2018	Fluxo contínuo
Infraestruturas	03/2018	1.000.000,00	14/3/2018	9/4/2018
PIBIC/CNPq	04/2018	Financiado pelo CNPq		1º/8/2018 a 31/7/2019
PIBIC-AF/CNPq		Financiado pelo CNPq	3/4/2018	1º/8/2018 a 31/7/2019
PROBIC/FAPEMIG		Financiado pela FAPEMIG		1º/3/2019 a 28/2/2020
PIBITI / CNPq	05/2018	Financiado pelo CNPq	3/4/2018	1º/8/2018 a 31/7/2019
BIC Jr / FAPEMIG	06/2018	Financiado pela FAPEMIG	3/4/2018	1º/8/2018 a 31/7/2019
TOTAL		7.288.000,00		

Programas institucionais de bolsas são dirigidos principalmente à iniciação científica, com financiamento predominante das agências de fomento. A história da iniciação científica na UFMG remonta à década de 60. O Conselho de Pesquisa da UFMG, criado pela Resolução nº 3/66 de 18 de janeiro de 1966, pelo Reitor Prof. Aluísio Pimenta, já previa no seu primeiro regulamento, bolsas de pesquisa classificadas em três categorias: iniciação científica (destinada ao corpo discente), Aperfeiçoamento I (para graduados) e Aperfeiçoamento II (para graduados e pós-graduados com pesquisa e magistério).

Essas duas últimas modalidades de bolsa foram deixando de existir à medida que a CAPES e o CNPq implementavam seus programas de estudos para estudantes de Pós-Graduação. A partir de 1970, nos objetivos das bolsas e normas para sua concessão, percebe-se uma clareza crescente quanto aos estudantes a serem beneficiados e as formas de controle e apresentação dos resultados (https://www.ufmg.br/prpq_ANTIGO/arquivos/019571.shtml).

No início, a participação dos estudantes na produção de pesquisas ocorria de forma mais difusa. O quadro mudou quando foi criado, em 1988, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. Pouco mais tarde, também a FAPEMIG adotaria medida semelhante, disponibilizando bolsas para estudantes da UFMG.

A concessão das bolsas é feita por editais e chamadas, amplamente divulgados, sendo as solicitações avaliadas por Comitês Assessores, compostos por docentes das diversas áreas do conhecimento como Ciências Biológicas e Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, e as indicações homologadas pela Câmara de Pesquisa. Os critérios de avaliação são propostos pelos Comitês Assessores e disponibilizados na página da PRPq. Todo o processo de publicação dos editais, submissão de propostas e julgamento é informatizado e acessível pela página da PRPq.

Ao longo desses anos, apesar da limitação de recursos e das dificuldades inerentes ao processo, a PRPq buscou, de forma sustentável, formas de valorização do trabalho de iniciação científica e considera hoje como extremamente positivo o saldo do investimento realizado. Além dos resultados diretamente relacionados à formação de jovens pesquisadores, a iniciação científica tem mostrado um enorme valor pedagógico e vem se constituindo em decisivo instrumento de integração das atividades de Graduação e Pós-Graduação da Universidade. O Gráfico 40 mostra a evolução da demanda e cota de bolsas IC e número de orientadores no período de 2011 a 2016 em suas várias modalidades (Iniciação Científica: FAPEMIG e CNPq; Iniciação Científica nas Ações Afirmativas: CNPq).

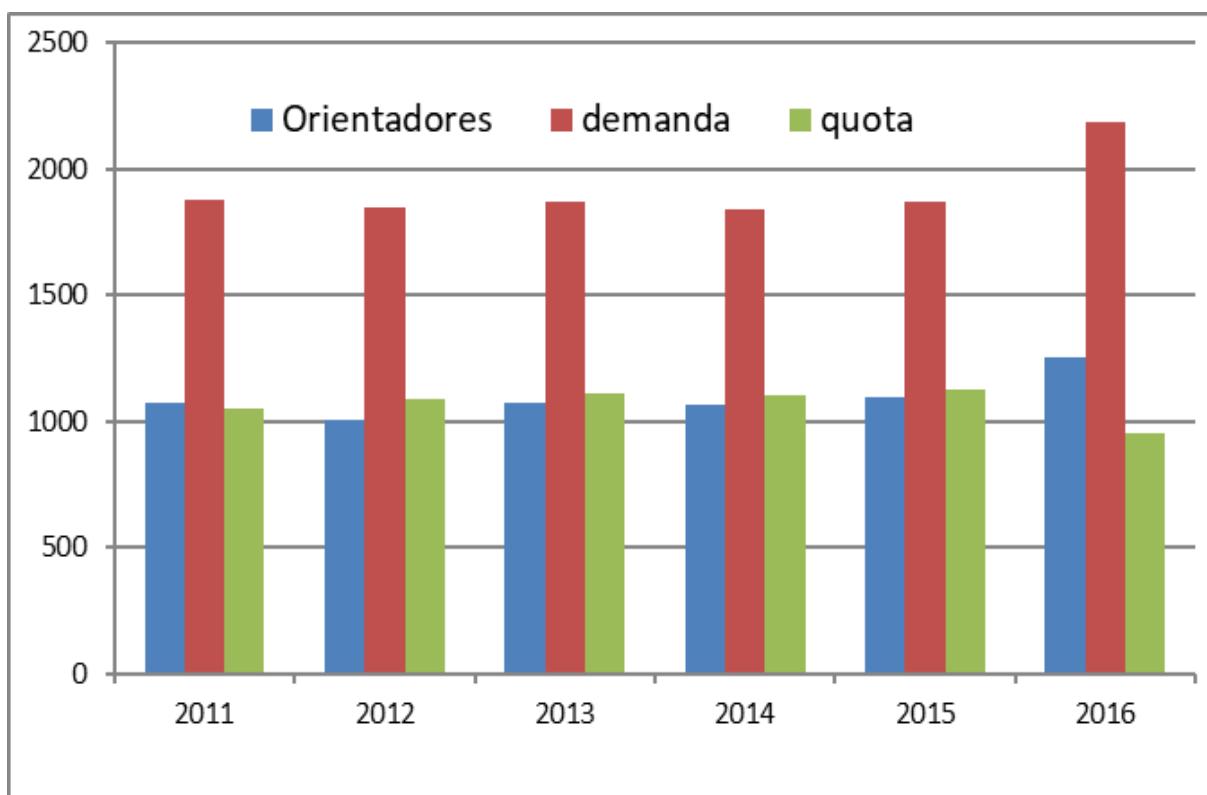


GRÁFICO 40 – Evolução anual da demanda e das concessões nos Editais PIBIC – PIBIC AF/CNPq e PROBIC/FAPEMIG

Como apresentado na Tabela 18, os programas institucionais de bolsas incluem ainda bolsas de IC concedidas com recursos próprios, para atendimento a demandas especiais tais como a Rede de Museus, Espaços de Ciência, apoio a professores recém-contratados, e bolsas de apoio científico, para apoio à participação nas atividades de laboratórios de caráter multiusuário e setores específicos da PRPq. A participação deste tipo de bolsas representa valores entre 1 a 20% do total de bolsas administradas pela PRPq, devendo se destacar que, a partir de 2015, grande parte dos programas executados com recursos próprios foram suspensos devido à redução orçamentária.

Além dos programas de bolsas, a PRPq é responsável, isoladamente ou em colaboração com a PRPG, pela coordenação dos seguintes programas de fomento à pesquisa, todos eles acessíveis por meio da submissão *on-line* de propostas:

- I. CT-INFRA. Trata-se de programa vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e administrado pela FINEP. Destina-se ao financiamento da infraestrutura de pesquisa das universidades. Normalmente tem chamada anual e cada instituição pode apresentar um único

projeto, ainda que contemplando vários subprojetos. Na UFMG, é gerido em parceria entre a PRPq e a PRPG.

- II. Auxílio à pesquisa para professores doutores recém-admitidos na UFMG. Tem o propósito de possibilitar as condições iniciais para que esses docentes tenham as condições mínimas para iniciar suas atividades de pesquisa na Universidade.
- III. Apoio à participação em eventos científicos. Tem por objetivo contribuir para a divulgação dos resultados da pesquisa realizada na UFMG, bem como facilitar a interação entre pesquisadores da UFMG e de outras instituições. O programa, de acordo com sua regulamentação e dentro de seus limites orçamentários, concede diárias a professores cujos trabalhos tenham sido aceitos para apresentação nesses eventos.
- IV. Apoio à aquisição de equipamentos de laboratórios institucionais. Programa administrado em colaboração com a PRPG. Destina-se à aquisição de equipamentos de médio e grande portes, destinados a programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES. São contemplados prioritariamente laboratórios científicos e tecnológicos cuja utilização é compartilhada por diferentes grupos de pesquisas.
- V. Apoio à redação de artigos científicos em língua inglesa. Programa destinado a apoiar a redação de artigos a serem submetidos para publicação em periódicos indexados na base de dados ISI *web of Science* ou na base de dados Scopus. Custeia-se, total ou parcialmente, a tradução, para o idioma inglês, de trabalhos redigidos em português, ou a revisão de textos já originalmente escritos na língua inglesa. Visa minimizar os efeitos negativos que a barreira do idioma tem sobre a produção científica da UFMG.
- VI. Programa institucional de pagamento de taxa de publicação em periódicos indexados. Tem por objetivo dar apoio financeiro para o pagamento de taxas necessárias para publicação de manuscritos em periódicos qualificados de circulação internacional.

Captação de Recursos para Pesquisa

O financiamento das atividades de pesquisa das universidades brasileiras se faz, em grande proporção, com recursos extraorçamentários. Parte significativa desses recursos advém dos próprios cofres públicos, federal ou estadual, mas alocados a programas determinados, que requerem a apresentação de projetos específicos e envolvem concorrência, definida por exame de mérito científico. Assim torna-se essencial que tanto os pesquisadores da UFMG quanto a PRPq se articulem e se organizem, para obter parcela considerável desses recursos.

Considerando os últimos 15 anos, a UFMG ocupa o 5º lugar na captação de recursos junto ao CNPq, com participação de aproximadamente 3,5% no total do fomento. Na FAPEMIG, a UFMG capta cerca de 20% do total de recursos liberados. Além disso, tem ocorrido de forma crescente o reinvestimento de recursos obtidos pela Universidade com licenciamentos de tecnologias e de royalties em ações de pesquisa e inovação. A UFMG sedia 16 dos 252 INCTs que tiveram sua renovação/implementação recomendada na última chamada lançada pelo governo federal e Fundações de Apoio à Pesquisa dos estados. Destes 16, apenas 6 Institutos ficaram classificados entre os 101 INCTs que já começaram a receber recursos.

Entre 2012 e 2017, a UFMG captou cerca de 1,8 bilhões de reais oriundos de fontes públicas para fomento à pesquisa. Deste total, cerca de 50% são recursos repassados pela CAPES para custeio e financiamento de programas de Pós-Graduação, cerca de 25% foram obtidos de programas/editais do CNPq. Destacam-se também os recursos recebidos da FAPEMIG (cerca de 20% do total de recursos

disponibilizados pela Fundação são direcionados à UFMG) e os recursos advindos de editais e chamadas da FINEP (5%), que possibilitaram a implantação de infraestruturas multiusuários e na aquisição e manutenção equipamentos indispensáveis à atividade de pesquisa de diversas áreas.

Embora a UFMG seja uma das instituições brasileiras líderes em captação de recursos públicos, nota-se, nos últimos anos, uma redução substancial nos valores aportados à Universidade. Comparando-se os anos de 2014 e 2017, houve redução de mais de 50% do valor recebido, conforme demonstrado no Gráfico 41.

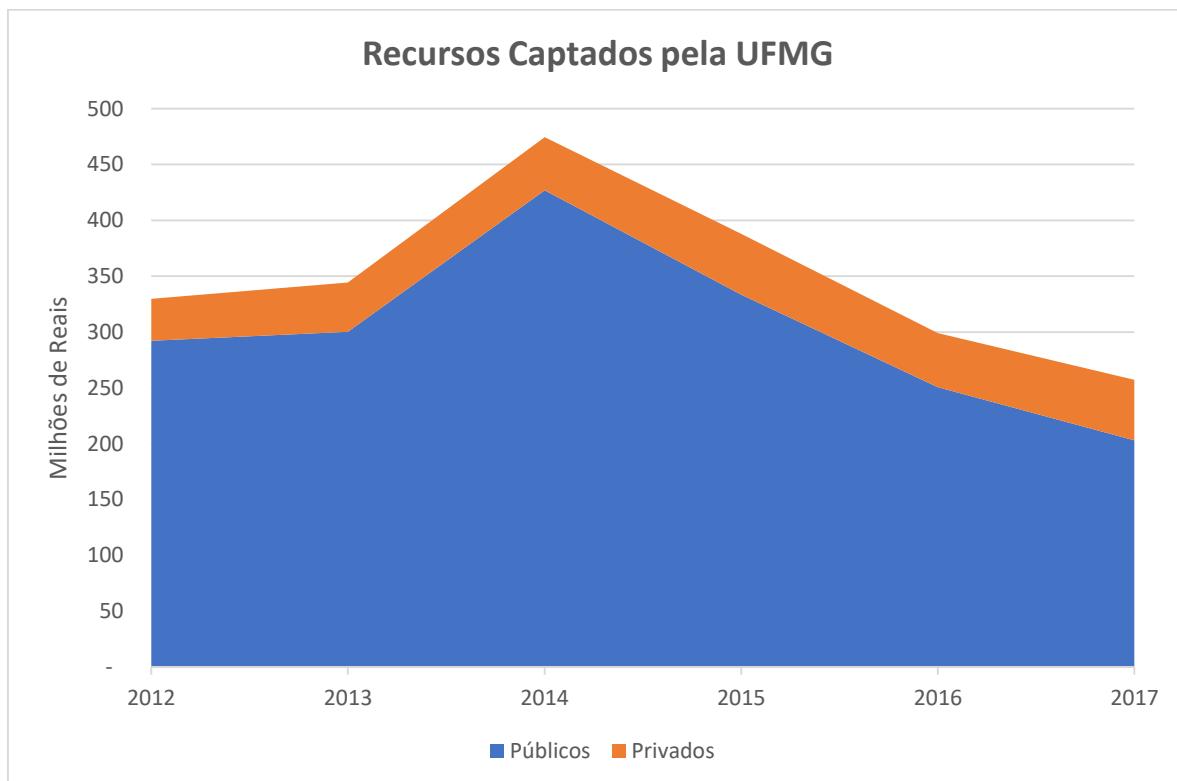


GRÁFICO 41 – Evolução dos recursos captados pela UFMG junto aos setores público e privado

Desde 2012 o total de recursos investidos na UFMG em pesquisas provenientes de fontes privadas tem crescido (TAB. 19). Esse recursos custeiam pesquisas em todas as áreas do conhecimento, com destaque para Engenharias e Tecnologia, Ciências da Vida, Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra. Esse aumento de recursos privados resistiu à queda vertiginosa de investimentos em pesquisa no Brasil desde 2014, e sinaliza que os docentes da UFMG possuem competência e expertise para realizar parcerias com o setor produtivo. Nesse sentido a UFMG está organizando sua infraestrutura de pesquisa, investindo na consolidação de laboratórios institucionais de pesquisa, que garantam análises, ensaios e insumos para tanto para a comunidade interna quanto externa da UFMG. A interação entre esse tipo de infraestrutura e o setor privado tem como base a Resolução nº 04/2018, de 6 de março 2018, que define os critérios para o compartilhamento e permissão de uso da infraestrutura e de capital intelectual da UFMG.

TABELA 19
Montante de Recursos privados captados por área do conhecimento entre 2012-2017

Áreas	Recursos captados em fontes privadas						Total Geral
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Psicologia	261.602	263.977	500.275	351.776	430.009	427.049	2.234.688
Direito	349.878	419.026	519.319	227.030	951.659	352.266	2.819.179
Educação	757.123	485.434	365.298	1.037.586	941.203	885.567	4.472.210
Economia e Negócios	1.164.741	596.105	689.264	952.820	925.230	522.659	4.850.819
Artes e Humanidades	1.333.281	2.253.114	1.521.920	1.720.753	1.026.570	3.015.995	10.871.631
Ciências da Computação	1.058.773	1.539.699	3.232.615	3.371.221	1.602.158	1.578.237	12.382.703
Ciências Sociais	1.315.011	1.927.090	2.424.477	4.312.216	3.269.386	2.182.205	15.430.385
Ciências Exatas e da Terra	4.130.565	5.499.075	7.567.269	12.768.158	6.088.607	6.077.586	42.131.261
Ciências da Saúde	8.284.019	7.551.759	7.957.098	9.051.273	10.201.495	13.637.446	56.683.090
Ciências da Vida	7.630.559	9.489.296	9.361.671	8.676.427	9.028.214	13.753.582	57.939.748
Engenharia e Tecnologia	11.219.834	14.153.622	13.206.398	12.196.686	13.931.212	11.570.847	76.278.600
Total Geral	37.505.386	44.178.196	47.345.604	54.665.946	48.395.744	54.003.439	286.094.314

A PRPq tem trabalhado junto à Comunidade Acadêmica no gerenciamento de editais PROINFRA e Laboratórios Multiusuários (FINEP) e Pró-Equipamentos (CAPES), que constituem instrumento fundamental, estruturante e indispensável da Política de Desenvolvimento Institucional em pesquisa e Pós-Graduação. A formulação de propostas para a FINEP é atualmente precedida por uma reunião onde as ideias de projetos são apresentadas pelos grupos de pesquisa e discutidas, de forma a buscar uma composição integrada e multidisciplinar que inclua a cooperação entre os vários grupos. As propostas são encaminhadas à PRPq em resposta a uma Chamada Interna, sendo analisadas e priorizadas pelas Câmaras de Pesquisa, de Pós-Graduação e pelo CEPE. Essa metodologia garante o caráter institucional da proposta, que é elaborada em consonância com as diretrizes do PDI e permite a implantação de instalações e equipamentos impactantes para a Instituição, otimização dos recursos públicos e atendimento à diversidade das áreas do conhecimento, na busca da excelência no ensino e pesquisa.

Verifica-se que os recursos concedidos à UFMG nos projetos PROINFRA tiveram impacto significativo, permitindo que a Universidade melhorasse sua produção intelectual e, por consequência, a qualidade dos seus cursos de Pós-Graduação. Essa melhoria reflete também no ensino de Graduação, com a ampliação significativa de estudantes em programas de iniciação científica.

No período 2009-2016, a UFMG captou aproximadamente R\$ 48,1 milhões para aquisição de equipamentos de médio e grande porte, e R\$ 12,9 milhões para obras, nas chamadas públicas MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA, e Laboratórios Multiusuários e nos editais Pró-equipamentos (TAB. 20). Tais projetos permitem a aquisição de equipamentos de grande porte, que são alocados preferencialmente em laboratórios multidisciplinares. O valor total captado apresentou forte crescimento (aumento de 58% comparando os anos de 2009 e 2013), interrompido pela descontinuidade do programa CT Infra (sem editais nos anos de 2012 e 2014, e com uma chamada para recursos complementares para obras em 2014).

TABELA 20
Valores captados para obras e equipamentos – FINEP e CAPES

Ano	valor captado	FINEP		pró-equipamentos	total equipamentos
		obras	equipamentos		
2009	7.024.808	873.731	3.974.392	2.176.685	6.151.077
2010	7.313.684	1.268.920	4.083.294	1.961.470	6.044.764
2011	12.275.094	6.061.142	3.447.369	2.766.583	6.213.952
2012	2.800.000	0	0	2.800.000	2.800.000
2013	1.1096.191	0	7.940.667	3.155.521	11.096.188
2014	7.830.191	4.662.576	0	3.167.615	3.167.615
2016	1.2658.245	0	12.658.245	0	12.658.245
60.998.213	12.866.369	32.103.967		16.027.874	48.131.841

Organização Institucional da Pesquisa

A atividade de pesquisa na UFMG é coordenada pela PRPq, com a observância das políticas estabelecidas pelo Conselho Universitário e das diretrizes emanadas do CEPE. Para tanto, a PRPq se estrutura com duas Diretorias, a de Fomento à Pesquisa e a de Produção Científica.

A PRPq conta com um setor voltado aos temas da ética na pesquisa, organizado em dois órgãos: o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) e a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), que têm o propósito de acompanhar de perto a observância das regulamentações exaradas pelos conselhos nacionais pertinentes, bem como de atuar de maneira pedagógica para disseminar na Universidade as boas práticas no campo da ética em pesquisa e no uso de animais em experimentação. Esses comitês também estimulam a reflexão sobre a ética na pesquisa envolvendo seres humanos ou animais. Ambos têm composição multidisciplinar e envolvem representantes de diversas áreas da UFMG.

Atendendo ao planejamento previsto no PDI 2013-2018, e em consonância com a Lei 13.243/2016, a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), anteriormente vinculada à PRPq, passou a ser estruturada como Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS) com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos, com a finalidade de executar a Política de Inovação da UFMG, aprovada pelo CEPE em 14 de novembro de 2017.

A atividade da PRPq conta ainda com importante apoio nas Unidades Acadêmicas, que contam com os chamados Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPqs). Esses núcleos, subordinados à direção de cada Unidade Acadêmica, podem executar diferentes funções de suporte à atividade de pesquisa, de acordo com a especificidade das demandas de cada área. Como tarefa comum, os NAPqs auxiliam na disseminação dos diversos editais publicados periodicamente pela PRPq, bem como no processamento das demandas associadas a esses editais.

PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Incrementar a atividade de pesquisa na UFMG, visando a que esta se torne referência nacional e alcance reconhecimento internacional em todas as áreas do conhecimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Estimular a criação e/ou qualificação de grupos de pesquisa referenciados nas respectivas comunidades científicas internacionais, em áreas do conhecimento pouco ou ainda não exploradas pela UFMG.
2. Disseminar, entre os grupos de pesquisa consolidados da UFMG, a prática do estabelecimento de metas de impacto, visando abordar as questões científicas fundamentais do atual estado do conhecimento humano e expandir de maneira significativa as fronteiras desse conhecimento.
3. Estimular o aumento quantitativo e qualitativo da produção científica da UFMG em veículos de maior impacto e visibilidade nas áreas cuja publicação da atividade de pesquisa ainda ocorra preponderantemente em veículos de baixo impacto.
4. Aumentar a visibilidade da produção científica pelo estímulo à publicação em veículos de maior visibilidade e influência em suas respectivas áreas do conhecimento.
5. Aumentar a inserção dos docentes da UFMG em redes de colaboração nas diferentes áreas do conhecimento, com ênfase no estabelecimento de vínculos geograficamente diversificados, envolvendo tanto instituições brasileiras quanto instituições do exterior.
6. Estimular a pesquisa transdisciplinar, aumentando a rede de colaborações entre docentes de diferentes áreas do conhecimento na própria Instituição.
7. Dar continuidade às ações da Política de Infraestruturas de Pesquisa da UFMG visando à instalação e o aprimoramento das infraestruturas laboratoriais de elevada complexidade para uso comum, de forma a tornar a UFMG um polo de referência nacional nos temas abrangidos por essa infraestrutura.
8. Reestruturar a Política de Periódicos Científicos da UFMG de forma a institucionalizá-la garantindo recursos e infraestrutura para promover e a melhoria continuada, a visibilidade, o armazenamento e a segurança dos dados, bem como a preservação digital e recuperação da informação relacionada aos periódicos científicos editados e/ou produzidos pela comunidade UFMG.
9. Aumentar a participação feminina na produção científica da UFMG.
10. Buscar investimentos do setor privado em infraestrutura de pesquisa na UFMG.

AÇÕES⁶

ANO	1	2	3	4	5
1. Ampliar a participação da UFMG, por meio das Pró-Reitorias, na discussão das políticas nacionais e estaduais para a Pós-Graduação e a pesquisa					
2. Fortalecer o diálogo com representantes dos órgãos de fomento nacionais e internacionais para atuar na construção de políticas para a pesquisa e apresentar às agências de fomento propostas de novas modalidades de financiamento que busquem enfrentar desafios regionais e nacionais.					
3. Diagnosticar a produção científica da UFMG e formular um planejamento estratégico de ações para o aumento de sua influência e relevância, com a participação de pesquisadores da UFMG e estrangeiros.					
4. Criar sistema de cadastro e acompanhamento de projetos de pesquisa de modo a dar visibilidade à pesquisa realizada em todas as áreas na UFMG.					

⁶ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

5. Traçar estratégias para apoiar a assessoria de imprensa institucional visando ao aumento da disseminação da produção intelectual da UFMG em meios de comunicação de alcance regional, nacional e internacional.					
6. Estimular a implantação de Laboratórios Institucionais de Pesquisa (LIPq) e de Infraestruturas de Apoio a Pesquisa (AIPq) de uso multiusuário em diferentes Unidades Acadêmicas da UFMG.					
7. Promover a avaliação de gestão e do desempenho dos LIPq e das AIPq.					
8. Intensificar a política de implantação de laboratórios e núcleos de pesquisa de caráter multiusuário, que deem suporte ao ensino e pesquisa de padrão internacional.					
9. Incentivar a articulação entre grupos de pesquisa com afinidades temáticas, visando tanto o uso compartilhado de infraestruturas laboratoriais quanto o estabelecimento de cooperações científicas.					
10. Modernizar a infraestrutura de pesquisa da UFMG, visando à abrangência de acesso intramuros e extramuros e o fomento à interdisciplinaridade.					
11. Criar um fundo para manutenção e atualização/modernização da infraestrutura em pesquisa.					
12. Criar Institutos e Centros de Pesquisa “virtuais” interdisciplinares e/ou transdisciplinares.					
13. Fortalecer as ações de internacionalização da pesquisa por meio da realização na UFMG de eventos internacionais de grande porte nas diversas áreas do conhecimento.					
14. Fortalecer as ações de internacionalização da pesquisa por meio do apoio à participação de eventos no exterior e ao desenvolvimento de teses em cotutela.					
15. Promover ações de apoio à pesquisa que atendam as diferentes áreas do conhecimento e as diferentes fases da carreira docente, abrangendo desde o apoio a recém-contratados e recém-doutores até a consolidação da infraestrutura de pesquisa de uso compartilhado e a articulação de redes temáticas de excelência.					
16. Estimular a criação e a consolidação de grupos de pesquisa emergentes em áreas de interesse estratégico.					
17. Fortalecer ações de inovação científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento e fomentar iniciativas voltadas para desenvolvimento de projetos de inovação, utilizando a infraestrutura de prototipagem do sistema de bibliotecas direcionado a estudantes.					
18. Aprimorar o programa de artista visitante em articulação com a Diretoria de Ação Cultural e as áreas do conhecimento envolvidas.					
19. Fomentar a interação entre pesquisa e o ensino de Graduação e de Educação Básica.					
20. Protagonizar a integração do desenvolvimento científico e tecnológico com o ecossistema de inovação (empresas incubadas, startups, aceleradoras).					
21. Viabilizar recursos para investimento continuado e sustentável em novas tecnologias.					
22. Estimular a aproximação de grupos de pesquisa com demais setores da sociedade promovendo o desenvolvimento de processos e produtos de base científica e tecnológica e de projetos de instrumentação científica.					
23. Promover a articulação de redes temáticas de excelência.					
24. Incentivar a realização de estágio de professor visitante por parte de docentes da UFMG em instituições internacionais de referência, visando o estabelecimento de vínculos e parcerias.					
25. Incentivar uma maior interação entre empresas e a Universidade na realização de pesquisas tecnológicas e aplicadas e na geração de inovação.					

26. Incrementar o estímulo para que jovens talentos venham a ingressar na atividade de pesquisa, potencializando os efeitos dos programas de iniciação científica e de iniciação científica júnior.					
27. Estimular um maior engajamento dos pesquisadores da UFMG em atividades de divulgação científica.					
28. Incentivar a formação de uma rede de pesquisa transdisciplinar, envolvendo docentes de diferentes Unidades Acadêmicas, que discuta as questões que permeiam o ensino superior.					
29. Articular uma rede transdisciplinar dedicada ao estudo das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.					
30. Reformular os programas de Professores Residentes do IEAT e de Grupos de Pesquisa do IEAT, visando incrementar a efetividade desses programas como indutores da disseminação e consolidação de abordagens transdisciplinares na pesquisa realizada na UFMG.					
31. Consolidar o programa de pesquisadores residentes do IEAT, possibilitando que os resultados desse programa tenham impacto nas atividades de ensino de Graduação e de Pós-Graduação.					

3.4 Extensão

Contexto

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação dialógica e transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. Consiste numa ação acadêmica e política, cujo compromisso deliberado é o estreitamento de vínculos com a sociedade para que a Universidade cumpra sua função pública e sustente sua relevância social. Essa forma de atuar tem por finalidade aprofundar as ações de democratização dos saberes científico, artístico e tecnológico, levando o conhecimento acadêmico ao encontro dos anseios e interesses da sociedade e, ao mesmo tempo, aprendendo com ela, a fim de produzir novos conhecimentos e qualificar a formação discente. Nesse sentido, ela constrói-se com base em ações que apoiem o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, nos diferentes âmbitos e espaços, e assume papel de importância destacada no enfrentamento às diferentes facetas da desigualdade social e da degradação ambiental.

A extensão cumpre papel de destaque na consolidação de um dos princípios institucionais da UFMG, especificamente, o de interação continuada com a sociedade. O Estatuto da UFMG situa a extensão universitária no mesmo patamar que a pesquisa e o ensino, como instância formativa essencial, orientada para o favorecimento das condições de produção do conhecimento e a formação de profissionais capazes de atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores de desenvolvimento social e humano. A extensão também é responsável pela promoção e qualificação dos processos de comunicação da Universidade, pautado pelo permanente diálogo entre a comunidade interna e externa à Instituição e, para isso, conta com uma ampla participação dos diferentes setores institucionais. Com esses objetivos articula programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço, que promovem relações interdisciplinares e interprofissionais.

Na UFMG, a PROEX compartilha a gestão das atividades de extensão da UFMG com 26 Centros de Extensão (CENEX), 23 destes vinculados a Unidades Acadêmicas ou Unidades Especiais da Universidade. Cabe à PROEX fomentar, acompanhar, avaliar, articular, divulgar e, por vezes, coordenar as ações de extensão da Universidade. A PROEX também representa a UFMG junto aos mais diferentes parceiros nas atividades de extensão: órgãos públicos vinculados aos governos federal, estaduais e municipais; organizações não-governamentais e da sociedade civil, movimentos sociais, bem como instituições privadas. Já os CENEX executam a gestão da política de extensão nas Unidades Acadêmicas, em consonância com a política geral de extensão universitária. Esses órgãos são responsáveis por induzir, articular e aprovar as ações de extensão no âmbito das Unidades, bem como colaborar para a natureza interdisciplinar da formação dos estudantes, buscando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG e a Estação Ecológica estão vinculadas à PROEX e são setores estratégicos no diálogo com a educação básica e no desenvolvimento de atividades de extensão, ensino e pesquisa. A Interfaces – Revista de Extensão da UFMG e o Centro Virtual de Memória da Extensão são ações também desenvolvidas no âmbito da PROEX.

Com vistas a materializar o preceito da indissociabilidade da extensão ao ensino e a pesquisa na Universidade, a PROEX desenvolveu ao longo dos anos ações em parcerias com as outras Pró-

Reitorias Acadêmicas. Muitas destas se desdobraram na criação de editais específicos de fomento, eventos acadêmicos e unificação de processos de gestão.

A PROEX, em parceria com a PROGRAD, tem implementado ações para atender as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e ampliar a inserção das atividades de extensão nos currículos dos cursos de Graduação. A formação em extensão universitária é uma das iniciativas para a integralização de créditos em cursos de Graduação, mediante participação dos estudantes em atividades que integram programas ou projetos de extensão.

A Resolução do CEPE nº 03/2016, de 17 de maio de 2016, regulamentou a proposição, a aprovação, a certificação e o funcionamento das ações de extensão universitária. As ações de extensão devem contemplar as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária e são realizadas sob as formas de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços, conforme às seguintes definições:

- I. Programa: conjunto articulado de pelo menos dois projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), desenvolvido de forma processual e contínua e que deve explicitar, necessariamente, a metodologia de articulação das diversas ações vinculadas.
- II. Projeto: ação com objetivo focalizado, com tempo determinado, podendo abranger, de forma vinculada, cursos, eventos e prestação de serviços. O projeto pode ser vinculado a um programa.
- III. Curso: ação pedagógica de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 08 horas, critérios de avaliação definidos e certificação, nos termos da Resolução nº 03/2016, de 12 de abril de 2016, do CEPE.
- IV. Evento: ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela Universidade.
- V. Prestação de serviços: constitui-se como o estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social, como o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa e como a transferência de conhecimentos ou de tecnologia à sociedade, realizados pelos servidores docentes ou técnicos-administrativos em educação, com a participação orientada de discentes, e comprometida com o projeto político acadêmico da Universidade.

As ações de extensão organizam-se em áreas temáticas: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura. Propostas de atividades de extensão são coordenadas por servidores docentes ou TAEs em educação com nível superior, ambos em efetivo exercício no quadro da UFMG. A ação de extensão deve ser registrada no SIEX/UFMG pelo seu coordenador. A orientação dos discentes participantes da ação de extensão deve estar a cargo de docentes, sejam eles o coordenador ou outro docente membro da equipe. O orientador é o responsável pelo acompanhamento pedagógico e pela avaliação do desempenho do estudante. A equipe executora da ação deve ser composta por, no mínimo, dois terços de pessoas vinculadas à UFMG e pode contar também com colaboradores externos à UFMG, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. A seleção do discente ou do voluntário para participar da ação de extensão é de responsabilidade da coordenação dessa ação, obedecendo-se, no caso de seleção de discentes, às

normas acadêmicas da UFMG. O discente participante de ações de extensão pode receber bolsa de diversas fontes, deste o Programa de Bolsas de Extensão, remunerado por recursos orçamentários da UFMG, outros editais de fomento interno da UFMG até a possibilidade de projetos que prevejam arrecadação e que disponibilizem bolsas para os estudantes. Os discentes vinculados às ações de extensão também podem se inserir como voluntários. Os estudantes têm sua participação em ações de extensão certificada por meio do Sistema de Fomento da Extensão ou pelo Centro de Extensão da Unidade em que a ação é registrada.

O Sistema de Fomento da PROEX, na UFMG, atualmente compreende os seguintes editais:

- I. Bolsas para Programas e Projetos de Extensão (PBEXT): visa, por meio da concessão de bolsas acadêmicas, estimular a participação dos discentes nos programas/projetos de extensão, buscando contribuir para a sua formação acadêmica e estimular o seu espírito crítico, bem como sua atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior. Destinado a estudantes que atuam em ações de extensão universitária, o PBEXT oferece bolsas a graduandos de todos os cursos da UFMG. Oferece duas modalidades: PBEXT, destinada a qualquer estudante de Graduação, e PBEXT Ação afirmativa, exclusiva para os estudantes classificados socioeconomicamente nos níveis I a III pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) e/ou discentes que ingressaram na UFMG pelo sistema de cotas.
- II. Programas e Projetos de Formação em Extensão Universitária: têm o objetivo de estimular a elaboração de programas e projetos que ampliem a inserção da formação em extensão universitária nos currículos de Graduação. Além de bolsas para estudantes de Graduação, os Colegiados proponentes podem pleitear verba de custeio para apoio a atividades relacionadas ao módulo de formação em extensão.
- III. Programa de Apoio Integrado a Eventos (PAIE): é mantido pelas Pró-Reitorias de Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação e tem o objetivo de fomentar a realização de eventos acadêmicos em que ensino, extensão e pesquisa sejam indissociáveis.
- IV. Programa Participa UFMG: mantido em parceria pelas Pró-Reitorias de Extensão e de Pós-Graduação, tem o objetivo de apoiar a realização de ações de extensão em interface com a pesquisa que vincule a participação de estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UFMG.

Nesse aspecto é importante mencionar que o sistema também foi utilizado para a submissão de propostas de participação na chamada nº 01/2018 de professor visitante, para propostas que pleiteavam a inserção de professores visitantes em programas de extensão universitária. Destacam-se também o Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, que é uma parceria com a PRPq, o Edital de Fomento dos Produtos destinados à educação básica oriundos de programas e projetos de extensão e o Edital para inscrição de trabalhos da Educação Básica e Profissional da UFMG e das demais escolas públicas e privadas do estado de Minas Gerais para apresentação na UFMG Jovem.

No que tange a captação de recursos, a PROEX desenvolve ações de apoio aos projetos para a captação de recursos em editais externos. Como foi, historicamente, o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) MEC/SESu, instrumento para programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos estudantes e na inclusão social nas suas mais diversas

dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais e Comunitárias de Educação Superior. A PROEX desenvolve ação continuada de levantamento de editais nacionais e internacionais para divulgação junto aos servidores coordenadores de ações de extensão.

Em relação a avaliação e monitoramento da extensão, a UFMG tem procurado desenvolvê-las em consonância com as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação da UFMG e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. A Diretoria de Fomento e Avaliação da Pró-Reitoria é uma das participantes do Projeto Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária (IBEU), do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, que tem trabalhado na construção de indicadores para avaliação da extensão universitária que permitam, inclusive, a comparação entre instituições e sejam utilizados nacionalmente.

Na avaliação baseada nos dados registrados no SIEX foi possível identificar que ações de extensão são desenvolvidas em todas as Unidades Acadêmicas da UFMG, englobando as oito áreas temáticas, com envolvimento de cerca de 1500 docentes e com relato de mais de 3.000 produtos anuais, sendo a maioria trabalhos apresentados em eventos acadêmico-científicos e produtos audiovisuais. Em 2010, o CEPE aprovou a inclusão de um indicador que avalia as ações de extensão desenvolvidas pelos departamentos na matriz para alocação de vagas do magistério superior, o qual foi aplicado pela primeira vez em 2014. Esse indicador adquiriu grande importância para valorização da extensão nos planos de trabalho individuais e dos departamentos. A avaliação da extensão compreende ainda os seguintes aspectos: perfil das ações de extensão desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas, mapeamento das ações de extensão com integralização de créditos nos cursos de Graduação, avaliação das ações de extensão pelos bolsistas e orientadores e avaliação por membros das comunidades e instituições parceiras.

Visando à ampliação da aproximação e cooperação entre ações de extensão que tenham similaridade de público alvo, a PROEX criou a política para fomento de Redes Interdisciplinares. O trabalho em rede tem proporcionado a integração e troca de experiência entre os projetos e programas de extensão, potencializando o impacto junto às comunidades e outros setores da sociedade que são parceiros nas ações de extensão e dando maior visibilidade a suas ações. Um dos princípios que orienta o trabalho das Redes é a compreensão de que os grandes problemas da sociedade brasileira não se referem a um único campo disciplinar, mas exigem a articulação e conexão de saberes e práticas diversas, incluindo os saberes dos grupos sociais parceiros. As redes em funcionamento são: Rede Juventude; Rede Saúde Mental; Rede Cidades (inclui a temática da terra e justiça ambiental); Rede Direitos Humanos; Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais (parceria da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais com diversas universidades, entre elas a UFMG), Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce (Observatório da Tragédia Mariana-Rio Doce com participação de programas e projetos de extensão da UFMG, UFOP e UFES).

Além da política de redes, a PROEX também possui como estratégia para aproximação da sociedade, por meio da educação básica, o programa UFMG Jovem e a participação na Comissão para discussão e elaboração das políticas de formação inicial e continuada – COMFIC/UFMG. A UFMG Jovem visa promover o intercâmbio de trabalhos técnico-científicos e produções culturais realizados nas escolas públicas e privadas de Minas Gerais; estimular o protagonismo juvenil em Ciência, Tecnologia & Inovação; e difundir a prática de Desenvolvimento de Projetos na Educação Básica. O COMFIC tem como objetivo principal a elaboração de um projeto institucional que estabeleça as bases para o desenvolvimento de políticas de indução, fomento, gestão e acompanhamento da formação

inicial e continuada de professores da educação básica no âmbito da Universidade, e em parceria com as redes de educação básica.

A PROEX promove, anualmente, a Jornada de Extensão, evento que tem como objetivos receber os bolsistas de extensão e voluntários das ações de extensão, incentivar os debates e estimular trocas de experiências. Desde 2014, representantes das comunidades parceiras das ações de extensão são convidados a participar dessas jornadas. Nos últimos anos, cerca de 700 estudantes estiveram presentes em cada edição do evento. Os bolsistas de extensão também têm como atribuição apresentar, na forma de resumo e pôster ou apresentação oral, as ações, resultados ou produtos, no Encontro de Extensão, que ocorre durante a Semana do Conhecimento. São apresentados, em média, entre 500 e 600 trabalhos. Estes são inicialmente apresentados em suas Unidades de origem, sendo selecionados aproximadamente 10% dos trabalhos para nova apresentação em que serão avaliados por membros da Câmara de Extensão, sendo enfim selecionados dois trabalhos de cada Área Temática da Extensão para premiação como Destaque de Extensão. Nos últimos anos, os comitês avaliadores dos trabalhos apresentados vêm contando com a participação de representantes das políticas públicas de áreas diversas. Essa participação tem sido muito frutífera tanto pela necessária avaliação pela comunidade externa à UFMG dos trabalhos desenvolvidos, quanto pelos desdobramentos possíveis das ações de extensão junto às políticas públicas.

É inegável que ao longo dos últimos anos houve avanços significativos no reconhecimento da extensão universitária como prática acadêmica e instrumento efetivo de transformação da sociedade e da própria Universidade. Nesse sentido, é necessário que haja investimento contínuo nas políticas de fomento que garantam sustentabilidade aos programas e projetos, na avaliação e monitoramento das ações de extensão e na intensificação de uma interlocução qualificada com setores diversos da sociedade, no âmbito regional, nacional e internacional. No contexto contemporâneo, apresenta-se como importante desafio para a extensão a sua incorporação curricular, ou seja, assegurar sua inserção nos projetos pedagógicos de todos os cursos de Graduação, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares. É imprescindível que sejam utilizadas metodologias inovadoras que se articulem com a pesquisa e com o ensino, de forma que o papel formador da extensão seja efetivamente reconhecido. Além disso, é urgente que sejam incorporadas novas pautas ao debate da extensão, como a interface com a tecnologia, com os saberes dos sujeitos diversos presentes na Universidade e com a pluralidade de linguagens para maior qualificação do processo de comunicação da Universidade com a sociedade, explicitada por meio dos produtos gerados a partir das ações de extensão.

Informações PROEX 2013 a 2017

Nos últimos cinco anos, entre 2013 e 2017, verificou-se um aumento gradativo no total de ações de extensão desenvolvidas na UFMG, principalmente em relação aos projetos e eventos. De forma semelhante, o número de cursos aumentou ao longo do tempo, apresentando uma pequena queda em 2017. Ao contrário, a quantidade de prestações de serviços declinou até 2015, passando em seguida, por um aumento, até atingir em 2017 um valor muito semelhante ao de 2013. Por último, a quantidade de programas praticamente não foi alterada, com uma variação bastante reduzida entre os anos (GRAF. 42).

Entre os cinco tipos de ação de extensão, havia em 2017, marcante predomínio dos projetos, seguidos dos eventos, cursos, prestações de serviços e programas (GRAF. 43). O predomínio dos projetos pode favorecer o desenvolvimento das diretrizes extensionistas, particularmente a interação dialógica com a sociedade e o impacto e transformação social. Entretanto, torna-se necessário criar

estratégias para que muitos projetos se aproximem, aglutinando-os sobre uma mesma temática, o que permitiria o fortalecimento dos programas, proporcionando ações mais interdisciplinares e com maior amplitude.

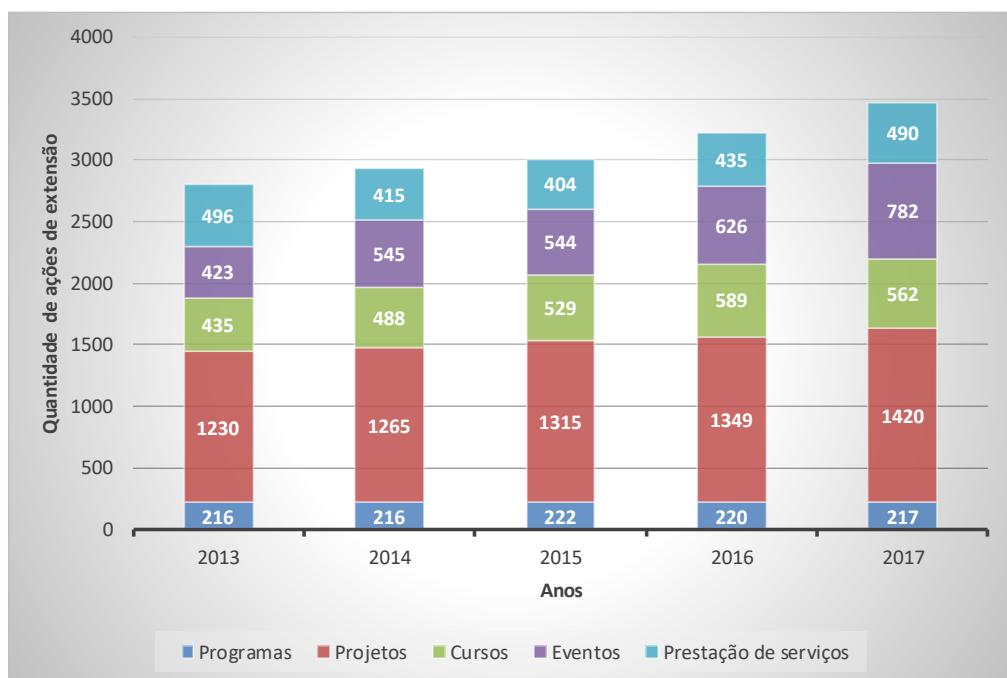


GRÁFICO 42 – Quantidade de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços desenvolvidos na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017
Fonte: SIEX/UFMG (agosto de 2018).

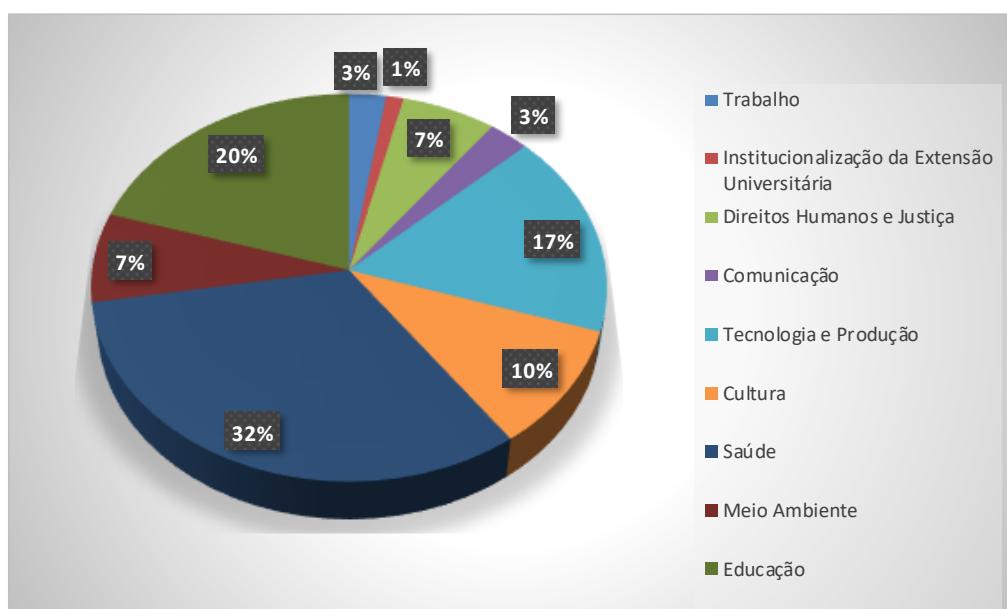


GRÁFICO 43 – Ações de extensão desenvolvidas na UFMG por áreas temáticas no ano de 2017

Fonte: SIEX/UFMG (agosto de 2018).

O cumprimento da diretriz extensionista universitária de impacto na formação dos estudantes depende fundamentalmente da inserção dos discentes em ações de extensão. Na Tabela 21, verifica-se que houve no último ano, entre os diferentes componentes das equipes, o predomínio dos estudantes de Graduação e de Pós-Graduação. Ressalta-se que a participação dos discentes apresentou crescimento sustentado no período 2013-2017 (GRAF. 44). A mesma tendência, de crescimento contínuo, pode ser observada quanto à participação de pessoas externas à UFMG nas ações de extensão (GRAF. 45).

TABELA 21
Composição das equipes das ações de extensão da UFMG, em 2017

Membros das equipes de trabalho	Número	%
Docente	1872	23,8
Técnico-administrativo	476	6,0
Estudante de Pós-Graduação	824	10,5
Estudante de Graduação	3105	39,4
Externo	1599	20,3
Total	7876	100,0

Fonte: SIEX/UFMG.

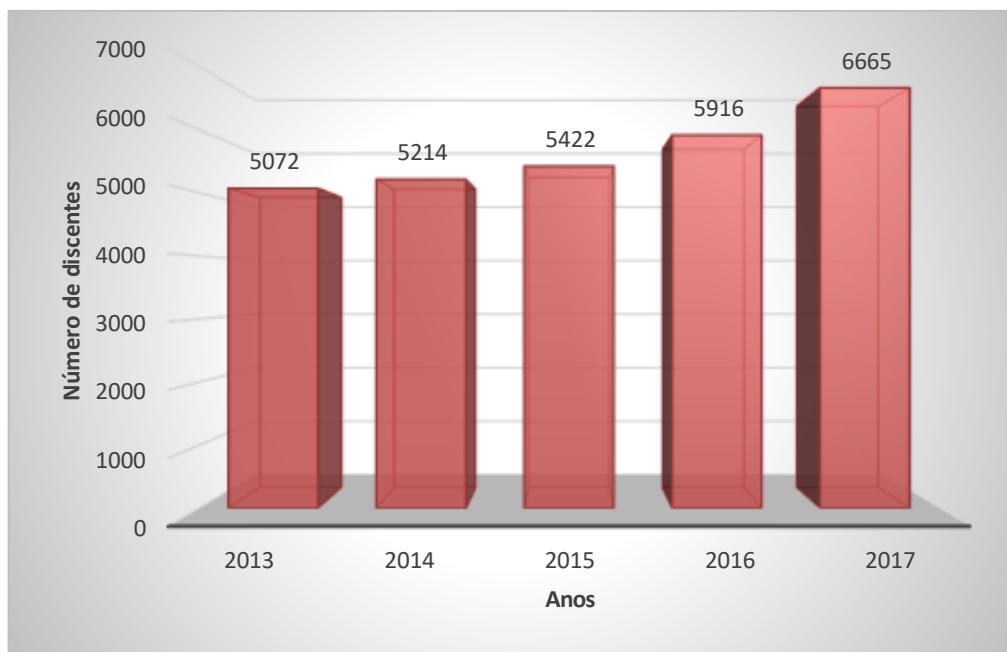


GRÁFICO 44 – Participação dos discentes nas ações de extensão desenvolvidas na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017

Fonte: SIEX/UFMG (agosto de 2018).

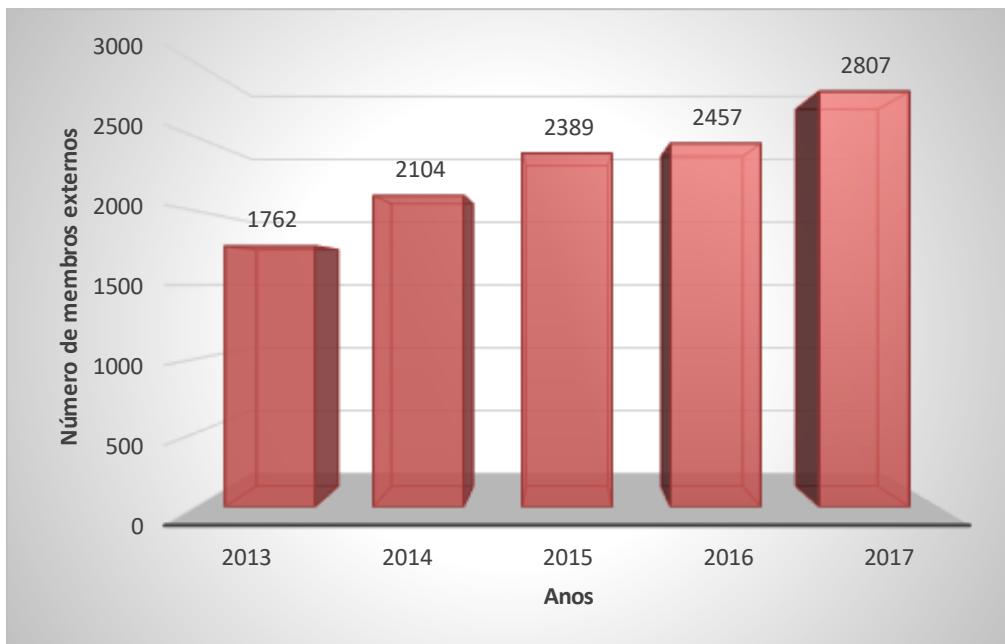


GRÁFICO 45 – Participação da comunidade externa nas ações de extensão desenvolvidas na UFMG, entre os anos de 2013 a 2017
Fonte: SIEX/UFMG (agosto de 2018).

EXTENSÃO

OBJETIVO GERAL

Ampliar a aproximação da UFMG com a sociedade em geral, numa perspectiva interdisciplinar apoiada no compromisso com o saber, o fazer e o criar, em constante diálogo com os saberes científicos e não-científicos, formação acadêmica e cidadã dos estudantes e transformação social. Fortalecer a extensão universitária, por meio de ações e processos que tomem a democratização do conhecimento – em ambos os aspectos de produção e divulgação - como princípio central, para que a UFMG cumpra sua função pública e sustente sua relevância social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Consolidar a extensão universitária como dimensão acadêmica.
2. Consolidar o trabalho das redes interdisciplinares de programas e projetos de extensão.
3. Consolidar e ampliar as estratégias direcionadas a incorporação curricular de atividades de extensão, assegurando sua inserção nos projetos pedagógicos de todos os cursos de Graduação, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares.
4. Aprimorar os processos de acompanhamento e avaliação da extensão universitária na UFMG.
5. Promover e participar de espaços de discussão, elaboração e execução de políticas públicas associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político.
6. Promover metodologias inovadoras que articulem extensão, pesquisa e ensino, reconhecendo o papel formador da extensão.
7. Ampliar as ações conjuntas com outras Pró-Reitorias Acadêmicas para que a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão possa se traduzir resultados positivos na formação discente.
8. Incorporar novas pautas ao debate da extensão, como a interface com a tecnologia, com os saberes dos sujeitos diversos presentes na Universidade e com a pluralidade de linguagens para interação com a sociedade.

9. Aprimorar o processo de aproximação à Pós-Graduação com vistas a ampliar o numero de estudantes de Pós-Graduação vinculados a ações de extensão.
10. Ampliar o processo de diálogo da Universidade com movimentos sociais e outros setores da sociedade (no contexto brasileiro e internacional) para a promoção de ações de promoção da diversidade, igualdade e justiça social.
11. Ampliar a relação entre Universidade e educação básica por meio de ações baseadas nas necessidades das redes públicas de ensino, democratização do conhecimento acadêmico, formação de professores e gestores e sensibilização dos jovens da educação básica para o acesso á educação superior.
12. Aprimorar política de democratização da ciência com foco na socialização de sujeitos diversos para o fazer científico e utilização de linguagens diversas para a comunicação da ciência.
13. Aprimorar política de informação, acervo e memória da extensão universitária.
14. Promover a internacionalização da extensão em consonância com política de internacionalização da UFMG com foco nas relações de solidariedade no eixo sul-sul.
15. Promover e integrar a divulgação científica na UFMG (Fórum de Cultura Científica – PROEX /PRPq).
16. Promover ações que possibilitem interação dialógica, criativa e formativa entre pesquisadores/as, jovens e crianças da educação básica.
17. Consolidar a Rede de Museus como política de extensão em articulação com política de acervo, memória e patrimônio.
18. Constituir agenda de trabalho conjunta (universidade, setores da sociedade) para atuar frente a problemas contemporâneos.
19. Contribuir para fortalecimento de política institucional de direitos humanos, diversidade e ação afirmativa da UFMG.
20. Consolidar a Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG como espaço de formação continuada.
21. Consolidar o Domingo no *Campus* ampliando a participação da Comunidade Universitária e de comunidades periféricas e estudantes da educação básica.
22. Consolidar a Formação Transversal em Direitos Humanos coordenada pela Rede DH UFMG.
23. Participar das atividades do Programa Viver UFMG, coordenado pela PRAE.

AÇÕES⁷

ANO	1	2	3	4	5
1. Assegurar a valorização dos diversos produtos originários das ações de extensão.					
2. Fortalecer e ampliar a divulgação do conhecimento produzido no âmbito da extensão universitária.					
3. Fortalecer o trabalho das redes interdisciplinares de programas e projetos de extensão ampliando sua abrangência e o diálogo com os movimentos sociais e outros setores da sociedade.					
4. Fomentar programas e projetos com propostas inovadoras no âmbito da extensão universitária, em especial:					
a) Ações que valorizem e avaliem as políticas de ações afirmativas e incluam estudantes com esse perfil;					
b) Ações que promovam a integração de estudantes de cursos em Educação a Distância – EAD;					
c) Ações que prevejam cooperação internacional;					
5. Aperfeiçoar e diversificar os programas de fomento à extensão:					

⁷ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

a) expansão da abrangência dos editais publicados em parceria com as demais Pró-Reitorias Acadêmicas com concessão de bolsas para estudantes de Graduação, Pós-Graduação e ensino médio;				
b) publicação de editais que atendam a questões emergenciais e contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;				
c) publicação de editais de apoio à publicação de produtos da extensão como jogos, cartilhas, livros, aplicativos, produtos audiovisuais.				
6. Fomentar e consolidar a creditação curricular das atividades em programas e projetos de extensão nos cursos da UFMG (meta 12 – PNE).				
7. Apoiar projetos acadêmicos que integrem ensino, pesquisa e extensão - editais conjuntos - PROGRAD (“Formação em Extensão”), PRPq (“Rede de Museus”, IC, EM, e JR) e PRPG (“Programa Participa UFMG”).				
8. Fomentar ações de extensão que articulem a dimensão tecnológica e de inovação com problemas da sociedade (em consonância com a política de inovação da UFMG e a Política Nacional de Extensão Universitária).				
9. Fomentar a participação de estudantes de cursos de EAD em projetos e programas de extensão.				
10. Fomentar e consolidar uma política de ensino, pesquisa e extensão na Estação Ecológica na área de meio ambiente.				
11. Desenvolver política institucional de formação continuada para profissionais da educação básica integrada à formação inicial de professores – PROEX /PROGRAD.				
12. Fomentar atividades de pesquisa e extensão em editais para estudantes da educação básica (UFMG Jovem; IC-EM; IC JR).				
13. Ampliar a abrangências das redes interdisciplinares de extensão, ensino e pesquisa, com o fortalecimento das redes: Rede Direitos Humanos, Rede Cidades, Rede Juventude, Rede Saúde Mental, Participa UFMG – Mariana/Rio Doce; e a criação das Rede Campo, Rede “Inovação e democracia”.				
14. Participar de grupos temáticos e comissões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.				
15. Participar de conselhos e espaços consultivos junto às políticas públicas (ciência, tecnologia, educação, direitos, etc.).				
16. Monitorar, avaliar e ampliar a implementação de bolsas de extensão perfil ação afirmativa (PBEXT Ação Afirmativa) em consonância com a Política de Ações Afirmativas coordenada pela PRAE.				
17. Edital conjunto de fomento a atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, internacionalização em direitos humanos.				
18. Adotar políticas que consolidem as propostas de formação em extensão por meio de apoio aos Colegiados de Cursos e Coordenadores dos Programas e Projetos de Extensão para elaboração e implementação dos módulos de atividades que permitam a integralização de créditos curriculares.				
19. Aprimorar os processos de avaliação da extensão universitária com ênfase na proposição de instrumentos de monitoramento e avaliação da extensão na UFMG junto aos estudantes e público-alvo das ações de extensão.				
20. Investir no aprimoramento contínuo do SIEX com o objetivo de facilitar e qualificar o registro das ações de extensão e aperfeiçoar os processos de certificação.				
21. Investir em um sistema mais eficiente de comunicação administrativa com os CENEX de forma a ampliar e aprimorar a circulação de informações.				

22. Ampliar as ações de formação e qualificação para os coordenadores e secretários dos CENEX.				
23. Avançar na construção e implementação de uma política de comunicação pública da ciência e tecnologia – integrada à política de comunicação institucional da Universidade – e em diálogo com as instâncias da Comunidade Acadêmica, órgãos governamentais e outros setores da sociedade envolvidos com a temática.				
24. Expandir e diversificar as ações que promovam a abertura dos <i>Campi</i> da UFMG para a comunidade externa, promovendo a integração da Universidade à vida cotidiana das cidades onde estão localizados.				
25. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs em educação que envolvam temas relacionados as ações afirmativas, diversidade, direitos humanos, acessibilidade e inclusão, meio ambiente, entre outros.				

3.5 Cultura

A cultura deve ser compreendida como espaço de interação com todos os segmentos da Comunidade Universitária, com a comunidade externa e com a cidade na qual habitamos e com a qual interagimos. Nesse sentido, a cultura potencializa a interação entre os saberes produzidos na Universidade e os saberes tradicionais e plurais, abrindo espaço para os saberes compartilhados, a reflexão crítica e a construção coletiva em campos como os direitos humanos e sociais, a inclusão, a cidadania.

O tipo de interação cultural a que se faz referência aqui, tem sentido amplo, amparado no conceito de cultura como sistema ou sistemas de significação, mediante o qual, ou os quais, uma dada ordem social é comunicada, vivida, reproduzida, transformada e estudada. Cultura torna-se um vocábulo polissêmico e, mais que isso, em transformação, em contínuo processo de ampliação e desdobramento de significados. É uma palavra que, a priori, remete à relação do indivíduo com o mundo; à civilização; ao conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que distingue dado grupo sociopolítico e permite que ele se reconheça.

A cultura pode ser vista como espaço da produção de diferenças, idiossincrasias, peculiaridades atávicas. Aquilo que as pessoas criam, atribuem sentido, transformam e podem compreender, fazendo, ao mesmo tempo, com que as pessoas se transformem e possam ser apresentadas, conhecidas e compreendidas por outras. Nesses termos, a cultura é a própria identidade nascida na história, que, ao mesmo tempo, singulariza e eterniza a humanidade. Ela é índice e reconhecimento da diversidade. É o território privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito e do entendimento.

A instituição universitária pode ser melhor situada como parte indissociável do acervo cultural da humanidade, modificando e sendo simultaneamente modificada por ele. Concebida como fundamento da identidade, da democracia, da inclusão, da vitalização e do entendimento dos povos, a cultura passa a ser considerada fator elementar do desenvolvimento e da coexistência, exigindo, assim, a sua assimilação pela instituição universitária como valor essencial para a constituição e promoção da cidadania.

A política cultural da UFMG parte do entendimento de que é necessário fortalecer as iniciativas já implementadas, dando prosseguimento a uma reflexão conceitual aprofundada sobre as muitas formas de produção cultural, articulando os vários espaços e equipamentos culturais da Instituição. As ações institucionais visam à valorização da cultura como espaço privilegiado de produção de conhecimento, articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e não simplesmente como um conjunto de atividades e eventos desvinculados das práticas acadêmicas. Assim, a cultura abre novo caminho para a integração da Universidade com a sociedade, permitindo a produção de um espaço comum de saberes compartilhados.

É necessário, entretanto, considerar que o termo cultura não deve ser compreendido apenas no domínio da experiência cotidiana, mas na sua capacidade de abranger experiências no campo da arte que tencionam as tradições e reinventam formas de representar o mundo. Por essa razão é indispensável fomentar ações artísticas em todos os campos de expressão: artes visuais, literatura, cinema, teatro, música, dentre outras.

A Diretoria de Ação Cultural (DAC) é o órgão da Administração Central que propõe e executa as políticas de cultura estabelecidas pela UFMG. Vinculada ao Gabinete do Reitor, a DAC executa o plano de gestão elaborado pelos espaços culturais a ela vinculados e articula equipamentos, programas

e projetos com finalidades culturais no âmbito da Universidade. Estão vinculados à DAC o Centro Cultural UFMG, o Conservatório UFMG, o Espaço do Conhecimento UFMG e o *Campus Cultural* UFMG em Tiradentes. O escopo de atividades e ações da Diretoria também inclui a realização dos Festivais de Inverno e de Verão, as ações do projeto DAC Muitas Culturas nos *Campi*, Quarta Doze e Trinta, Ao Cair da Tarde e Feira de Artesanato do Jequitinhonha, o programa Artista Residente, além de outras iniciativas.

O Centro Cultural UFMG se localiza no primeiro prédio construído no hipercentro de Belo Horizonte, erguido em 1906. É um espaço dedicado à experimentação artística: poesia, música, teatro, dança, cinema, fotografia, literatura, exposições e vídeo, arte e cultura. Outra atração é o Museu Vivo Memória Gráfica, com informações sobre a produção de livros, cartazes e jornais. O Centro Cultural UFMG é aberto ao público.

O prédio histórico do Conservatório UFMG foi ampliado, restaurado e teve seu novo formato inaugurado em agosto de 2000. O espaço, em que antes funcionava a Escola de Música da UFMG, agora possui salas de audição, auditórios, salas de aula e pátio interno para eventos, além de um anexo com praça coberta e uma livraria. O Conservatório tem uma agenda intensa e variada de apresentações musicais, além de cursos, exposições e lançamentos de livros. O Conservatório UFMG oferece cursos, ateliês e espetáculos musicais para todos os tipos de público, abrangendo desde o erudito até o contemporâneo. O Projeto Perspectiva, atividade que acontece no Conservatório, promove a difusão da produção local de grupos de teatro, dança, música, literatura e artes visuais por meio de performances, intervenções e instalações.

O Espaço do Conhecimento UFMG estimula a construção de um olhar crítico acerca da produção de saberes através da utilização de recursos musicais. Sua programação diversificada inclui exposições, cursos, oficinas e debates. Integrante do Circuito Cultural Praça da Liberdade, o Espaço do Conhecimento é fruto da parceria entre a UFMG e o Governo de Minas. O Espaço conta com o apoio da FAPEMIG, Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG e da DAC da UFMG. O Espaço do Conhecimento UFMG abriga o projeto Multiverso e contempla expressões culturais de diversas espécies, valorizando a produção artística local. Este espaço faz parte da Rede de Museus UFMG e do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Abriga a exposição “Demasiado Humano”, que a partir de várias áreas do conhecimento, conta a trajetória da humanidade no planeta Terra; o observatório astronômico; o planetário que exibe filmes sobre astronomia e imagens do universo captadas pelos satélites e sondas espaciais; a fachada digital que exibe imagens, além de diversas atividades destinadas ao público em geral.

O *Campus Cultural* UFMG em Tiradentes tem como objetivo desenvolver atividades na esfera de todas as manifestações da arte e da cultura, por meio de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de cooperação com instituições públicas e privadas de Tiradentes e de outras cidades da região. Criado em 2011, a partir de um Termo de Cooperação entre a Universidade e a FRMFA, o projeto é vinculado à DAC. Integram o *Campus Cultural*: o Museu Casa Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro de Estudos sobre o Século XVIII, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos.

O Festival de Inverno da UFMG é um projeto de referência nacional que ocorre anualmente na UFMG, durante o período das férias do meio do ano. Durante uma semana, o Festival reúne atividades como apresentações musicais, oficinas, minicursos, aulas abertas e residências artísticas, que são ofertadas gratuitamente em diversos espaços da Universidade. Organizado desde 1967, o Festival completou 50 anos de criação em 2017, ao longo dos quais atingiu prestígio internacional com suas

atividades. De suas oficinas, surgiram ou participam grupos hoje renomados em todo o mundo, como o Grupo Galpão, o Grupo Corpo, o Giramundo, o Uakti, entre outros.

O Festival de Verão da UFMG é realizado anualmente pela DAC desde a sua concepção, em 2007. O projeto oferece uma programação variada de atrações de caráter cultural no período das férias do início do ano, antes do Carnaval. Em sua 12^a edição, o festival apresentou o tema “Universos Expandidos”, buscando expandir o olhar e a percepção do público para a forma como a produção do conhecimento expande a nossa existência e a percepção que temos dela. Ao longo dos dias do evento, atividades como performances, exposições, oficinas e shows são dadas em diversos espaços da UFMG e da cidade.

O projeto Muitas Culturas nos *Campi* tem como objetivo principal promover a articulação, interação e interlocução entre os espaços culturais, potencializando a integração das ações artístico culturais da UFMG. A programação gratuita, diversificada e de qualidade, é apresentada em forma de circuito cultural em diversas Unidades da Universidade. A ideia é promover o intercâmbio das expressões culturais locais e regionais com a comunidade artística e acadêmica. São realizadas apresentações, oficinas, cursos e mini-cursos, palestras, exposições, instalações, residências artísticas, ciclos de debates, entre outros. Diferentes linguagens artísticas como teatro, dança, música, poesia, performances e intervenções, integram a Comunidade Acadêmica aos artistas e aos grupos diversos, incluindo-se dentre eles os provenientes dos segmentos historicamente excluídos. O projeto Quarta Doze e Trinta abre espaço para artistas iniciantes e consagrados na Praça de Serviços ou no auditório da Reitoria, com espetáculos de música, dança, teatro e outras expressões artísticas. O projeto Quinta Cultural ocorre no *Campus* Saúde da UFMG, também às 12h30. Ao Cair da Tarde, são espetáculos no *Campus* Pampulha da UFMG, às 17h30.

Com o objetivo de investir na formação cultural, artística, cidadã e crítica dos estudantes, a UFMG iniciou, em 2016, a Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos, que propõe modos de experimentação, criação e discussão acerca das artes e das culturas, de forma a articular extensão, ensino e pesquisa. A Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos expressa um compromisso da UFMG em fazer com que a Cultura seja um espaço de atuação estratégica em seu projeto político-acadêmico. Os seguintes pressupostos fundamentam a Formação Transversal: a diversidade das culturas e suas práticas, compreendendo seus processos criativos e sua dimensão patrimonial; a afirmação das culturas e das artes como campos de conhecimento em seus diversos regimes epistemológicos; o reconhecimento da ubiquidade e transversalidade da cultura e de seu relevante papel na formação acadêmica de todos os profissionais. Esses pressupostos definem as duas ênfases principais do projeto, assim denominadas: Culturas em Movimento e Processos Criativos. As atividades ofertadas também podem ser cursadas de modo isolado, sendo integralizadas como carga horária de Formção Complementar Livre ou Aberta, a critério de cada Colegiado. Os estudantes participantes dessa modalidade são convidados à fruição de produções culturais ofertadas em um circuito de atividades, realizadas por determinados espaços e instituições culturais de Belo Horizonte e de sua região metropolitana. Dessa forma, pretende-se estimular os estudantes de Graduação a vivenciar a arte e a cultura em suas múltiplas formas, enriquecendo sua experiência e sua formação cultural durante a formação universitária.

CULTURA

OBJETIVO GERAL

Promover a cultura como elemento que estabelece conexões, dá sentido e fomenta interligações contínuas nas ações da Universidade destinadas a promover e disseminar o espírito crítico, emancipatório e humanista. E, ainda, fazer da cultura uma dimensão orientadora do fazer acadêmico, assim como outros princípios, entre os quais os relacionados à ética, à justiça e à liberdade; sempre suscitando novas indagações para oferecer novas perspectivas de tratamento das problemáticas contemporâneas mais prementes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Garantir a livre expressão da diversidade cultural na UFMG e contribuir para que o mesmo ocorra na sociedade.
2. Promover o estímulo e o fomento das ações culturais.
3. Proteger, preservar e divulgar o patrimônio cultural, material ou imaterial.
4. Promover o processo de interação dinâmica entre Cultura e Educação.
5. Contribuir, pelo estímulo aos mecanismos transparentes de ação e informação cultural, a democratização da sociedade e da Comunidade Universitária.
6. Ampliar e consolidar a presença da UFMG como centro de produção cultural nas cidades de sua atuação.
7. Fortalecer a política cultural para a UFMG estruturada nos seguintes princípios: a cultura como direito do cidadão; a cultura como parte fundamental da produção de conhecimento articulada com outras áreas de conhecimento e a valorização da diversidade da produção cultural em suas diversas formas de expressão.
8. Criar uma agenda comum que divulgue as ações de cultura na Universidade.
9. Incentivar ações formativas entre estudantes, professores, técnicos e frequentadores do *Campus*, promovendo iniciativas transversais, por meio do incentivo à produção das múltiplas dimensões culturais.
10. Consolidar a DAC como protagonista de ações culturais na Universidade em articulação com outros campos de conhecimento.
11. Promover a adequação dos espaços físicos da DAC/sede, assim como de seus equipamentos no tocante à política de acessibilidade.
12. Ampliar o diálogo da DAC com outros *Campi* por meio da proposição de ações integradas.
13. Envidar esforços para transformar a DAC em Pró-Reitoria de Cultura.

AÇÕES⁸

ANO	1	2	3	4	5
1. Consolidar a reestruturação conceitual e organizacional da atual DAC, para que as políticas de cultura da Universidade sejam parte efetiva do pensamento acadêmico que rege a UFMG.					
2. Fortalecer o projeto Muitas Culturas nos <i>Campi</i> , ampliando seu escopo e sua articulação com os vários espaços e equipamentos da Instituição – Centro Cultural UFMG, Conservatório UFMG, Espaço do Conhecimento, <i>Campus</i> Cultural da UFMG em Tiradentes, entre outros.					
3. Consolidar a formação transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos, articulando-a com a política cultural da Instituição e com os demais espaços e equipamentos da UFMG.					
4. Implementar e executar a Política de Acervo Artístico da UFMG, para gestão de acervos e de patrimônios culturais (ações de diagnóstico, inventário, manutenção e visibilidade),					

⁸ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

visando o seu resguardo interno e a efetivação de intercâmbios e parcerias com órgãos similares nacionais e internacionais.				
5. Realizar esforços para a estruturação e abertura de um Centro Expositivo da UFMG para abrigar o seu importante acervo artístico.				
6. Consolidar as ações para implantação definitiva do <i>Campus</i> Cultural da UFMG em Tiradentes, aproximando-o da comunidade da Universidade para realização de projetos culturais, de ensino, de pesquisa e de extensão.				
7. Ampliar o Programa de Professor Residente no <i>Campus</i> Cultural da UFMG em Tiradentes.				
8. Propor a reestruturação do Circuito Cultural da UFMG, reunindo espaços e atividades existentes.				
9. Criar um Núcleo de Captação para Projetos Culturais e Esportivos que possam dar suporte a projetos a serem submetidos por meio de leis de incentivo.				
10. Reestruturar a FRMFA para que possa atuar como fundação de apoio à pesquisa no campo da cultura, das artes e da inovação.				
11. Ampliar os programas Residência Artística, ampliando sua atuação, buscando a interação entre cultura e tecnologia, articulando os espaços acadêmicos e os espaços inovadores.				
12. Ampliar o programa de artistas refugiados, em parceria com órgãos governamentais e associações.				
13. Constituir um “Programa Bolsa de Cultura”, para apoiar, por meio de editais e chamadas, atividades e ações da Comunidade Universitária.				
14. Criar a “Semana da Cultura” na UFMG: reconhecimento e valorização das diversas expressões culturais que representam as distintas categorias que compõem a UFMG.				
15. Potencializar o Centro Cultural da UFMG como um espaço pulsante na cena artística de Belo Horizonte, em especial da região central.				
16. Ampliar as atividades do Conservatório da UFMG para que continue atuando como espaço de atividades de diversidade musical e artísticas para a fruição da comunidade belorizontina.				
17. Ampliar as atividades do Espaço do Conhecimento da UFMG, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, potencializando sua ação educadora junto à educação básica e sua interação com a cidade de Belo Horizonte.				
18. Propor projetos culturais como forma de interiorizar a presença da Instituição no estado, constituindo ações que visam conhecer, promover, divulgar e ampliar o potencial da cultura local, em especial nos locais de inserção da UFMG.				
19. Fortalecer o Festival de Inverno e o Festival de Verão como atividades estruturantes da política cultural da UFMG e integradoras dos laços entre a cidade de Belo Horizonte e a UFMG.				
20. Estabelecer programas de intercâmbio e investigação no campo da cultura e das artes, em articulação da DAC com as Pró-Reitorias Acadêmicas e a DRI.				
21. Criar programas de qualificação na área de produção cultural dirigidos para os servidores TAEs que atuam no campo cultural.				
22. Ampliar as estratégias de comunicação e divulgação de modo a dar mais visibilidade às atividades da cultura nos <i>Campi</i> da UFMG.				
23. Ampliar as ações do Projeto Interâncias que procura estabelecer interação e parcerias com a população da cidade, com as escolas e os órgãos de cultura.				

3.6 Ensino Básico e Profissional

A educação básica e técnica na UFMG é oferecida em três escolas: Centro Pedagógico (CP), de ensino fundamental; Colégio Técnico (COLTEC), responsável pelo Ensino Médio, e Educação Profissional e Teatro Universitário (TU), responsável pela educação profissional em artes cênicas, em nível médio.

A constituição da EBAP, pela Resolução nº 07/2007, de 3 de maio de 2007 do CEPE, resultou de uma reflexão em relação à pertinência da oferta desse nível e modalidade de ensino na Universidade, especialmente no que concerne à integração entre ele e a educação superior. Caracterizada como Unidade Especial, a EBAP é constituída por um Conselho Diretor, uma Diretoria, uma Coordenadoria Pedagógica da Educação Básica e uma Coordenadoria Pedagógica da Educação Profissional. O Conselho Diretor é composto por um Diretor-Geral e por um Vice-Diretor, pelo Diretor da Faculdade de Educação, pelos Diretores das Escolas que oferecem esse nível e modalidade de ensino, pelos Coordenadores das Coordenadorias Pedagógicas supramencionadas e por representantes de professores, de servidores TAEs e de estudantes a ela vinculados.

Reunidas como EBAP da UFMG, elas têm como missão o ensino, junto ao desenvolvimento da pesquisa e extensão. Devido a essa especificidade, além de atender a parte da demanda por escolarização nesse nível e modalidade de ensino, os espaços de ensino são também campo de experimentação para a formação de professores para a Educação Básica e Profissional e local de produção teórica e metodológica referente a esse nível de ensino. Possibilita também a efetiva interação entre as Unidades Acadêmicas da UFMG e o sistema de Educação Básica e Profissional, a fim de contribuir para o aprimoramento e transformação desse sistema.

A Portaria nº 907, de 20 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, estabelece a base legal para a vinculação das escolas técnicas às universidades federais. Seu art. 2º define como missão precípua dessas escolas “dedicar-se à oferta de formação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada - FIC, em suas respectivas áreas de atuação”. O COLTEC e o TU são regidos por essa norma.

Por outro lado, a Portaria nº 959, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, estabelece diretrizes e normas gerais para os Colégios de Aplicação (unidades de educação básica) vinculados às universidades federais. Essa portaria define a finalidade desses: desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente. Em seu artigo 4º define diretrizes, definindo-os como espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada pela Universidade, estando articulados com a participação no PIBID e nos demais programas de apoio à formação de docentes. O CP deve ter sua atuação estabelecida de acordo com essa Portaria.

A atuação da UFMG na Educação Básica teve início em 1948, quando se criou o Ginásio de Aplicação – posteriormente denominado Colégio de Aplicação –, vinculado à Faculdade de Filosofia e voltado para a formação precípua de docentes para trabalharem na área que, hoje, corresponde à do ensino fundamental. Algum tempo depois, em 1952, foi fundado o Teatro Universitário, destinado à formação técnica de atores, inicialmente como um curso de extensão, posteriormente reorganizado para fornecer diploma de Nível Médio. Em 1967, foi a vez do Colégio Técnico, criado em decorrência de convênio firmado entre o Brasil e o Reino Unido e destinado à formação de técnicos em Nível Médio. A esse Colégio agregou-se o Colégio Agrícola do Núcleo de Ciências Agrárias de Montes

Claros, que foi incorporado à UFMG em 1968, tendo sido extinto em 1998. Sob a denominação de Centro Pedagógico (CP), em 1986, foram integrados o Colégio de Aplicação – com o nome de escola fundamental – e o Colégio Técnico (COLTEC), responsáveis pela oferta de cursos nos níveis fundamental, médio e técnico.

O CP atende, presentemente, 469 estudantes do ensino fundamental. O CP adota o sorteio de vagas aberto a toda a comunidade de Belo Horizonte e da região metropolitana para admissão dos estudantes por considerá-lo a forma de ingresso mais democrática, evitando mecanismos de seletividade que favoreçam quaisquer grupos sociais, e destina 6% de suas vagas para ingresso de crianças com deficiência.

Essa atuação no ensino fundamental se articula de diversas maneiras com a formação inicial de docentes da educação básica que a UFMG oferece em seus cursos de licenciatura. O Programa de Bolsas de Imersão à Docência contribui para a formação de licenciandos das diversas graduações da UFMG, com base na vivência em sala de aula, durante 25 horas semanais, em turmas de ensino fundamental regular, sob orientação de um professor da Unidade. O programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve graduandos das diversas licenciaturas, com vistas à atuação nessa modalidade de ensino, permitindo o contato efetivo com o fazer docente e a oportunidade de vivenciar práticas multidisciplinares de ensino, no curso de sua formação. Além disso, o CP recebe, por semestre, em média, 150 estudantes de Graduação para realizar estágios curriculares que são requisitos para conclusão de suas licenciaturas, sob supervisão de professores da escola.

Têm se expandido recentemente as ações desenvolvidas no CP visando à formação continuada de docentes da educação básica, com a oferta de cursos de Especialização com essa finalidade. Destaca-se, dentre essas iniciativas, a criação do Programa de Residência Docente para Formação de Educadores da Educação Básica, que é um curso de Pós-Graduação *lato sensu* caracterizado pela formação em serviço, proporcionando ao residente um processo de aprendizagem que articula a docência e a pesquisa. A organização curricular se organiza em torno de dois eixos: concentração e dispersão. O eixo concentração, de caráter teórico-prático, obrigatório, se desenvolve com atividades individuais e coletivas no CP/UFMG, totalizando 540 horas de aula e 36 créditos. Esse eixo compreende dois módulos de ensino: Conhecimentos Específicos e Coordenação e Gestão Pedagógico-Administrativas. O eixo de dispersão, de caráter prático, com 80 créditos e uma carga horária de 1200 horas de aula, representa uma inovação em cursos de Especialização em Residência Docente de educadores. Esse eixo se desenvolve prioritariamente nas escolas de origem dos cursistas, constituindo um laboratório para experimentação tanto de atividades pedagógicas como administrativas. O programa oferece 40 vagas anuais, e tem a duração de dois anos, com uma carga horária semanal de 8 horas, totalizando cerca de 2040 horas. Para ingressar no Programa Residência Docente para Formação de Educadores da Educação Básica do CP da UFMG, é preciso que o candidato seja licenciado e esteja em atuação no ensino fundamental.

Também deve ser mencionado o curso de Especialização Educação Digital 3.0, fruto de parceria com a CAPES, que oferece 240 vagas para professores da Educação Básica. Esse curso tem como objetivo principal a formação continuada de professores, educadores e profissionais administrativos da Rede Pública da Educação Básica para lidarem com inovação e tecnologias digitais na Educação, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a utilização de novas tecnologias da informação e comunicação como ferramentas didático-pedagógicas de interação, compartilhamento e produção coletiva do conhecimento. Esse curso é ofertado na modalidade a distância.

O COLTEC oferece formação de técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrônica, Análises Clínicas, Automação Industrial, Desenvolvimento de Sistemas e Química. A partir de 2018, estão em vigor as novas grades curriculares para os cursos oferecidos pelo COLTEC, objetivando uma maior integração, flexibilização e adequação do currículo às novas tecnologias, de acordo com as necessidades dos profissionais dos distintos campos de atuação. Além disso, possibilitam aos estudantes a conclusão do curso técnico integrado ao ensino médio, incluindo a realização do estágio obrigatório, em três anos. Num total de 180 vagas ofertadas, 50% são reservadas para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas brasileiras, adotando-se a política de reserva de vagas, e 50% das vagas são de ampla concorrência. Os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, após cursarem todas as disciplinas obrigatórias, bem como realizarem o estágio supervisionado, serão diplomados pelo COLTEC com a habilitação do curso técnico integrado ao ensino médio cursado. Ressalte-se que a certificação é única, não sendo possível concluir o ensino médio independentemente do ensino profissional de nível médio ou vice-versa.

A partir de 2018, o COLTEC passou a ofertar, em horário noturno, o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas com ênfase em Programação de Dispositivos Móveis e o curso de Biotecnologia com ênfase em Análises Clínicas, para quem já concluiu o ensino médio e deseja obter uma nova e sólida formação profissional de nível técnico, num total de 72 vagas ofertadas.

O TU oferece o curso Técnico em Teatro, com a oferta de 22 vagas anuais para a formação técnica de atores em nível médio e está voltado, também, para o fomento à pesquisa e à extensão relacionadas às Artes Cênicas e à montagem de espetáculos. Ao longo de sua trajetória, diversos espetáculos foram levados ao público como resultado artístico da formação de atores.

O TU também adota a reserva de vagas no processo de admissão de estudantes. Constitui uma escola de formação de atores em nível técnico que exerce importante papel no cenário artístico-cultural local e nacional. Destaca-se como pioneira, juntamente com outras instituições, na implantação dos cursos de Teatro Universitário no Brasil. Um dos seus legados foi a criação do curso superior de artes cênicas que posteriormente, foi implantado na Unidade Acadêmica de Belas Artes.

O TU estabelece diversas parcerias institucionais em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, como por exemplo, com as escolas de Direito, de Belas Artes, de Música, de Arquitetura, a FALE, como também com o Espaço do Conhecimento, com a DAC e com a PROEX. Destaca-se a importante parceria de longo tempo com a Escola de Direito pelo projeto de extensão “A Torto e à Direito” do Programa “Pólos de Cidadania”.

A partir da inserção dos estudantes do curso de teatro no mundo do trabalho, constata-se que o campo de atuação das artes cênicas vem se diversificando cada vez mais. Nesse sentido, estão sendo elaborados estudos para examinar a possibilidade de implantar novos cursos técnicos com o objetivo de proporcionar a expansão das possibilidades de atuação profissional no âmbito artístico e sociocultural.

ENSINO BÁSICO E PROFISSIONAL

OBJETIVO GERAL

Constituir um campo de experimentação para a educação básica e profissional, aprofundando o papel da UFMG como um local de produção teórica e metodológica referente a esses níveis de ensino, alcançando patamares superiores de qualidade nos seus cursos, com especial ênfase na articulação das atividades desenvolvidas na Escola de Educação Básica e Profissional com os cursos de formação de professores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Promover, no âmbito da UFMG, a integração entre a formação de professores para a educação básica e profissional e os cursos desse nível de ensino;
2. Promover a interação entre as Unidades Acadêmicas da UFMG e o sistema de educação básica e profissional, a fim de contribuir para o aprimoramento e transformação desse sistema.
3. Possibilitar a formação em extensão e a produção de pesquisa com a participação destas escolas.
4. Aprimorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de educação básica e profissional da UFMG, garantindo a qualificação do corpo docente e a permanente atividade de experimentação pedagógica e inovação no ensino.
5. Garantir o acesso, participação e pertencimento das pessoas com deficiência no âmbito da EBAP.

AÇÕES⁹

ANO	1	2	3	4	5
1. Rever a organização institucional da EBAP, reconhecendo as especificidades da educação básica e da educação profissional.					
2. Promover a avaliação dos cursos de educação básica e profissional oferecidos pela UFMG.					
3. Elaborar as Normas Gerais da educação básica e da educação profissional da UFMG com a participação da Comunidade Acadêmica do CP, COLTEC e TU.					
4. Apoiar a consolidação dos cursos técnicos subsequentes criados no COLTEC.					
5. Estabelecer programas permanentes de oferta de atividades no CP para os cursos de licenciatura, principalmente relacionados com a prática profissional que estejam efetivamente integrados aos currículos desses cursos.					
6. Apoiar e institucionalizar o programa de residência docente, recentemente criado no CP, para transformá-lo em programa de caráter permanente e integrado a outras ações que visem aprofundar o papel do CP como centro de referência para a formação de docentes para a educação básica.					
7. Acompanhar a reorganização do CP como escola de tempo integral, garantindo a oferta de atividades que viabilizem esse modelo.					
8. Adaptar os projetos pedagógicos do CP, TU e COLTEC de forma a que esses prevejam os mecanismos adequados para a inclusão de estudantes com deficiência.					

⁹ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

3.7 Educação A Distância

A questão de como educar as próximas gerações, de maneira a tornar disponível para estas o conhecimento acumulado no passado, constitui elemento essencial da própria noção de civilização. Diferentes sistemas educacionais foram concebidos ao longo dos séculos, utilizando os meios disponíveis em cada tempo, e visando aos fins que cada época estabeleceu para si. Tecnologias como a do livro impresso e a da lousa e giz, quando introduzidas, causaram impactos em múltiplas dimensões. Se foi diretamente visível seu papel para permitir a disseminação do conhecimento em muito maior escala que antes de seu aparecimento, não devem também escapar os seus efeitos menos imediatos, mas de igual alcance, relacionados com a indução de novas formas de organização do conhecimento e, em última instância, de novas determinações sobre os próprios modos de estruturação e manifestação do pensamento. Um fenômeno parecido talvez esteja em curso na época atual, relacionado com o potencial impacto das tecnologias da informação e da comunicação sobre o campo da educação.

Em meados da segunda metade do século XX a tecnologia da televisão foi utilizada nas primeiras tentativas da utilização das telecomunicações como suporte para a estruturação de processos educacionais. Como obstáculos para a assimilação em grande escala desses experimentos nos sistemas educacionais regulares podem ser citados o caráter unidirecional do fluxo de informações na mídia televisiva, que colocava obstáculos importantes ao estabelecimento da interação necessária nos processos educacionais, além do custo e complexidade envolvidos na preparação dos materiais.

Ao final da última década do século XX, a estruturação da *Internet* seguida de sua rápida expansão viabilizou o surgimento de um expressivo número de experimentos que retomavam a indagação sobre o uso das novas mídias eletrônicas como suporte para processos educacionais. Desde então, uma sucessão de distintos modelos pedagógicos vem sendo testada. É possível, com algum risco de não captar as nuances envolvidas, categorizar tais modelos da seguinte forma:

- I. Modelos que visavam reproduzir, no ambiente virtual, os fluxos de informação conforme idealizados na sala de aula tradicional. Como materiais característicos desse modelo são elencados: vídeos que reproduzem aulas expositivas tradicionais, textos em formato tradicional, videoconferências que também reproduzem aulas tradicionais, acrescidas de recursos de interação que permitem simular as “perguntas e respostas” características das aulas expositivas presenciais.
- II. Modelos que, ainda ancorados essencialmente no formato das aulas presenciais, passaram a reconhecer a especificidade dos novos suportes. Tal especificidade por um lado implicava limitações anteriormente não compreendidas e, por outro lado, abria novas possibilidades. Os vídeos de aulas expositivas passaram a seguir formatos específicos de apresentação e de organização do conteúdo adequados às novas mídias, aumentando sua eficácia. Novos tipos de interação automatizada entre o estudante e o material didático em suporte computacional passaram a ser empregados, aumentando o engajamento do estudante e a efetividade da interação.
- III. Modelos que passaram a levar em consideração a necessidade de processos de aprendizagem ativa, que abrissem espaço para o protagonismo estudantil, como elementos essenciais para a efetividade do próprio processo educacional. Há nesse momento um amplo campo de pesquisas em educação visando constituir ferramentas e métodos adequados para tratar essa

questão. Também há hoje intensa pesquisa sobre como estruturar os processos de interação entre estudantes, de forma que tais processos contribuam efetivamente e decisivamente na formação.

- IV. Modelos que abordam explicitamente os contextos de vida e as territorialidades do público de estudantes, visando elaborar experiências de aprendizado significativas.

Hoje é bastante intensa, em todo o mundo, a experimentação em torno da pedagogia específica do ensino a distância. Busca-se compreender o alcance e o significado das transformações que podem vir a operar em decorrência do novo contexto tecnológico aplicado à educação, e que podem impactar profundamente a sociedade em um horizonte de poucas décadas. Universidades em diferentes países, situadas em diferentes contextos socioculturais e atendendo a diferentes tipos de demanda de suas respectivas sociedades, vêm se empenhando no estudo dessas questões, na busca por modelos que atendam às especificidades de cada caso.

No caso dos experimentos até aqui desenvolvidos pela UFMG na educação a distância, pode-se afirmar que ainda coexistem instâncias representativas dos quatro tipos de modelos. Como política institucional, deve-se no futuro próximo incentivar que se desenvolvam experimentos enquadrados nos modelos dos tipos 3 e 4, ainda que expressivamente ancorados em ferramentas herdadas do modelo do tipo 2.

Diferentes tipos de objetivos podem orientar o desenvolvimento de processos formativos estruturados no formato de ensino a distância. No caso brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996) prevê explicitamente a possibilidade de uso do ensino a distância na educação formal, *in verbis*: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (art. 80).

Em conformidade com essa diretriz, a UFMG vem desenvolvendo ações nas seguintes frentes relacionadas ao ensino a distância nos últimos anos:

1. Formação continuada de profissionais, com características de formação em serviço, principalmente visando suprir demandas específicas de capacitação orientadas para suprir demandas críticas do setor público. Em muitos casos, há especial ênfase na situação de carência regional de pessoal qualificado. Nessa categoria se enquadram principalmente os cursos de Especialização, de aperfeiçoamento e de atualização, em grande parte orientados para a formação continuada de docentes da educação básica, de profissionais e gestores para os serviços de saúde, além de gestores públicos com diferentes recortes profissionais.
2. Oferta de educação superior no nível de Graduação, principalmente em cursos de licenciatura (formação inicial de docentes para a educação básica), visando atender regiões remotas, não cobertas pela rede de ensino superior.
3. Oferta de educação superior no nível de Graduação em regiões já cobertas pela rede de ensino superior visando atender a um público vulnerável, cuja situação de vida dificultaria ou impossibilitaria a frequência à educação superior presencial.
4. Oferta de atividades acadêmicas curriculares no formato a distância para estudantes dos cursos presenciais de Graduação.

O primeiro tipo de demanda, pela formação continuada em serviço, começou a ser atendido em 2002, quando a UFMG ofereceu sua primeira Especialização a distância, a Formação de Educadores em Saúde – Enfermagem. A Tabela 22 mostra o número de egressos em cada curso de Especialização

a distância oferecido pela UFMG, de 2007 a 2017. A maioria desses cursos contou com financiamento público, seja através de convênios com ministérios, seja pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além dos cursos de Especialização, também houve a oferta de cursos de aperfeiçoamento e de atualização, que não são listados na Tabela.

TABELA 22
Número de egressos dos cursos de Especialização a distância de 2007 a 2017

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Atenção Básica em saúde da família	-	-	84	294	500	244	304	496	7	-	-
Democracia participativa, república e movimentos sociais	-	59	-	142	2	76	1	61	3	-	-
Educação em ciências	101	1	32	38	28	87	26	69	37	63	-
Educação, pobreza e desigualdade social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116	-
Enfermagem obstétrica - Rede Cegonha	-	-	-	-	-	-	-	-	212	14	219
Ensino de artes visuais e tecnologias contemporâneas	-	-	161	106	87	3	110	18	100	30	1
Estudos avançados em lazer	32	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação de educadores em saúde	-	1	125	8	91	54	19	182	173	2	-
Gestão de Instituições Federais de Educação Superior	-	-	-	-	-	-	94	-	6	62	1
Gestão do cuidado em Saúde da Família	-	-	-	-	-	-	-	60	603	304	67
Gestão escolar	-	-	305	200	115	-	310	2	228	13	-
Gestão pedagógica nas escolas técnicas do Sistema Único de Saúde	-	-	-	-	-	37	176	14	-	-	-
Gênero e diversidade na escola linguagem, tecnologia e ensino	-	-	-	-	15	19	23	15	-	20	13
Microbiologia Aplicada	23	22	38	46	28	30	25	28	19	15	19
Políticas de promoção da igualdade racial na escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-
Projetos sociais: formulação e monitoramento	37	31	32	16	35	20	2	-	-	-	9
TOTAL	193	115	777	850	901	570	1090	945	1408	773	329

O segundo e o terceiro tipos de demanda, para prover formação no nível de Graduação tanto no caso de regiões remotas, não atendidas pelo sistema de educação superior, quanto no caso de públicos vulneráveis impossibilitados de frequentar o ensino superior presencial, mesmo em regiões onde exista tal sistema de ensino, foram simultaneamente atendidos a partir de 2008, com o oferecimento dos cursos de Graduação em Ciências Biológicas, Geografia, Pedagogia e Química. O curso de Matemática passaria a ser oferecido a partir do ano seguinte. A Tabela 23 mostra o número de egressos desses cursos de 2011 a 2017. A Tabela 24 mostra as cidades onde se localizam os polos nos quais esses cursos já foram ou vêm sendo oferecidos. Todos esses cursos vieram sendo oferecidos por meio do convênio da UFMG com o MEC, através do Sistema UAB.

TABELA 23
Número de egressos dos cursos de Graduação a distância de 2011 a 2017

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ciências Biológicas (Licenciatura)	38	29	64	29	37	13	
Geografia (Bacharelado)	18	14	12	14	9	8	5
Matemática (Licenciatura)			16	7	15	9	5
Pedagogia (Licenciatura)	306	29	1	131	10	241	
Química (Licenciatura)		5	6	7	4	6	4
Total	324	86	64	223	67	301	27

TABELA 24
Polos onde já ocorreu a oferta dos cursos de Graduação a distância

	Polo
Ciências Biológicas	Araçuaí Frutal Governador Valadares Montes Claros Teófilo Otoni Contagem
Geografia	Campos Gerais Conselheiro Lafaiete Corinto Formiga
Matemática	Araçuaí do Mato Dentro Corinto Governador Valadares Januária Montes Claros Teófilo Otoni
Pedagogia	Araçuaí Bom Despacho Buritis Campos Gerais Conselheiro Lafaiete Corinto Formiga Governador Valadares Teófilo Otoni Uberaba
Química	Araçuaí Frutal Governador Valadares Montes Claros Teófilo Otoni Contagem

Deve-se mencionar que, a partir do novo ciclo de oferta de turmas dos cursos de Graduação a distância de Química e de Ciências Biológicas, ocorrido em 2018, há uma tendência a que as novas turmas sejam ofertadas em um número menor de polos, localizados em cidades mais próximas de Belo Horizonte. Essa opção decorre da redução do financiamento provido pelo MEC para os cursos do sistema UAB. Assim, devido a essa circunstância, será privilegiado nos próximos anos o atendimento ao terceiro tipo de demanda, relacionado ao provimento de formação no nível de Graduação para públicos impossibilitados de frequentar o ensino superior presencial.

O quarto tipo de demanda, relacionado à oferta de atividades acadêmicas curriculares no formato a distância para estudantes dos cursos de Graduação presenciais, veio sendo atendido de maneira experimental desde o final da década passada, envolvendo um pequeno número de disciplinas. O objetivo da política de ofertar tais atividades para estudantes de cursos presenciais é o de propiciar a realização de situações de aprendizagem em tempos e lugares diversos, de maneira a ampliar as possibilidades educacionais disponíveis, favorecendo a diretriz institucionalmente definida pela UFMG da flexibilização de seus currículos de Graduação.

A base legal para viabilizar essas ações foi fornecida pela Portaria MEC nº 4.059, de 10 de outubro de 2004, atualizada pela Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que permitiu aos cursos presenciais ofertarem até 20% do seu conteúdo utilizando a educação a distância. A partir da regulamentação da matéria pela UFMG, através da Resolução nº 13/2018, 11 de setembro de 2018, do CEPE, espera-se a expansão da oferta de atividades a distância para um maior número de disciplinas e cursos, seguida da consolidação da experiência acumulada que deve ser traduzida na efetiva mudança dos currículos para acomodar o novo tipo de atividade.

Por fim, é preciso apontar uma importante lacuna no conjunto de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela UFMG para atendimento a demandas diversificadas. Trata-se da oferta de oportunidades educacionais, entendidas no seu sentido mais amplo que permite abranger desde a aquisição de habilidades de cunho prático sobre determinado domínio de aplicação até a aquisição de saber para a simples realização da aspiração humana pelo conhecimento. Essas oportunidades podem envolver tanto cursos com certificação formal quanto experiências educacionais não enquadráveis nos formatos tradicionais, visando atender ao público em geral. Um grande número de universidades estrangeiras vem investindo expressivos esforços para atender a demandas desse tipo, por meio do modelo dos MOOC (*Massive Open On-line Courses*). No caso de uma universidade pública brasileira, como a UFMG, talvez faça sentido empenhar esforços para ofertar oportunidades educacionais com tais características como uma contribuição para o desenvolvimento cultural e social das cidades onde está sediada. Cabe examinar essa questão no decorrer dos próximos anos.

Duas estruturas têm participação na questão do desenvolvimento do ensino a distância na UFMG: o Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) e o GIZ.

Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED)

O CAED, criado em 2003, tem por finalidades:

- a) fomentar a constituição de equipes multidisciplinares de pesquisa, ensino, extensão e gestão acadêmica voltadas a essa modalidade;
- b) potencializar o surgimento de polos regionais difusores de informações e competências necessários à formação profissional de qualidade; e
- c) estabelecer um sistema integrado de gestão educacional, capaz de otimizar investimentos e a utilização das tecnologias de informação e comunicação disponíveis na UFMG.

Diversos municípios integram o Sistema UAB. A UFMG, por meio do CAED, tem parceria com 35 polos de apoio presencial em municípios de Minas Gerais, que assistem aos cursos ofertados, através do Sistema UAB. No *Campus Pampulha*, o CAED conta com uma estrutura que inclui instalações para videoconferência e para gravação de vídeos, além de facilidades para a produção de material didático voltado para a educação a distância.

Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ)

O GIZ, ligado à PROGRAD, tem atuação diversificada junto aos cursos de Graduação, provendo o apoio pedagógico para o desenvolvimento de metodologias inovadoras de ensino. No que diz respeito ao ensino a distância, o GIZ atua na assessoria pedagógica para o desenvolvimento de materiais didáticos e para a elaboração de planos de curso, inclusive visando o desenvolvimento de processos de aprendizagem ativa.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

OBJETIVO GERAL

Ampliar, consolidar e institucionalizar a educação a distância na UFMG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Promover estudos sobre práticas pedagógicas em educação a distância, incluindo o uso de novas tecnologias, na busca de modelos inovadores capazes de dar suporte a diferentes demandas de uso da educação a distância.
2. Prospectar os avanços do conhecimento no campo da educação a distância, visando a formação de massa crítica local na UFMG capaz de propor modelos pedagógicos adequados para serem aplicados à realidade regional e nacional.
3. Ofertar cursos no formato educação a distância visando ampliar o acesso de amplas camadas da população ao ensino superior, considerando em especial o público de comunidades vulneráveis.
4. Ofertar cursos de educação continuada no formato a distância visando o atendimento a demandas estratégicas do setor público.
5. Expandir a presença de atividades acadêmicas curriculares no formato a distância nos cursos de Graduação presenciais, visando ampliar as condições para a flexibilização dos currículos.
6. Promover a convergência entre o ensino presencial e o ensino a distância, com o incremento da produção de materiais didáticos e de atividades acadêmicas a serem empregados em cursos em ambos os formatos pedagógicos.

AÇÕES¹⁰

ANO	1	2	3	4	5
1. Apoiar e incentivar a elaboração de material didático inovador para a educação a distância. Incentivar a produção e utilização de recursos educacionais abertos nos processos de ensino-aprendizagem.					
2. Ampliar o uso de tecnologias da informação e comunicação nas atividades da Graduação e Pós-Graduação nos processos de ensino-aprendizagem.					
3. Promover ações para disseminar a educação a distância junto à Comunidade Acadêmica da UFMG, incentivando sua utilização em maior escala.					

¹⁰ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

4. Aperfeiçoar continuamente a plataforma Moodle de educação a distância, a partir da avaliação de seu uso pela Comunidade Acadêmica.					
5. Fortalecer o uso de recursos de webconferência.					
6. Investir na formação de tutores para promover uma melhor qualidade da mediação pedagógica em ambientes virtuais.					
7. Incentivar a criação de disciplinas a distância com características transversais, que possam ser ofertadas para vários cursos de Graduação da UFMG, inclusive integrando a estrutura curricular de formações complementares.					
8. Ampliar a oferta de cursos a distância.					
9. Regulamentar a oferta dos cursos de Graduação a distância, para que atendam às diretrizes para os “cursos de oferta pontual”, previstas nas novas Normas Gerais de Graduação.					
10. Envidar esforços para que os cursos de Graduação a distância sejam incluídos na matriz orçamentária das universidades, garantindo sua continuidade.					

3.8 Políticas para Estudantes

Contexto

A universidade pública tem um relevante papel na produção de conhecimento, na formação de pessoas para atuarem na sociedade e, principalmente, na redução das desigualdades sociais e na equalização de oportunidades ao garantir o acesso à educação superior de amplo estrato da sociedade. Com o intuito de alcançar o objetivo de redução da seletividade social no acesso à vaga em cursos de Graduação presenciais, a UFMG adotou, nos Concursos Vestibulares 2009 a 2012, o Programa de Bônus que previa o acréscimo de 10% sobre a nota final para aqueles que, na inscrição, comprovassem o tempo mínimo de sete anos letivos de estudo em escola pública, sediada no Brasil, ou o acréscimo de 15% para aqueles que, na inscrição, optassem por se autodeclarar pretos ou pardos em adição a tal tempo de estudos na escola pública. Desde o Concurso Vestibular 2013, o Programa de Bônus foi substituído por sistema de cotas, em vista do disposto na Lei 12.711/2012. A adoção da Lei de Cotas cumpre hoje papel importante, ao reservar 50% das vagas da UFMG para egressos do ensino médio público, sendo metade da reserva necessariamente direcionada para estudantes de baixa renda, havendo ainda o requisito de que se preserve, em cada caso, a proporção de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas equivalente àquela observada no último censo populacional do estado. A partir de 2018, foi incluída na reserva de 50% de vagas um número de vagas reservado para pessoas com deficiência que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo tal reserva proporcional à população de pessoas com deficiência no estado. A Tabela 25 mostra as características dos processos seletivos para admissão na UFMG.

TABELA 25
Características dos processos

Processo Seletivo				
Ano	1ª Etapa	2ª Etapa	Número de edições	Ação Afirmativa
2009	UFMG	UFMG	-	Bônus de 10% e 15%
2010	UFMG	UFMG	-	Bônus de 10% e 15%
2011	ENEM	UFMG	-	Bônus de 10% e 15%
2012	ENEM	UFMG	-	Bônus de 10% e 15%
2013	ENEM	UFMG	-	Cotas 12,5%
2014	SISU	-	2	Cotas 25%
2015	SISU	-	2	Cotas 37,5%
2016	SISU	-	1	Cotas 50%
2017	SISU	-	1	Cotas 50%
2018	SISU	-	1	Cotas 50%

Juntamente com a aplicação de recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Lei de Cotas veio possibilitar a ampliação do espectro social dos ingressantes nos cursos da UFMG. Cumpre lembrar que, neste mesmo sentido, a UFMG implementou o curso do Formação Intercultural de Educadores Indígenas e o curso de Licenciatura em Educação no Campo, ambos realizados em modalidade de alternância, tendo em vista o acesso de públicos que historicamente encontraram barreiras para acessar a Educação Superior.

A PROGRAD tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas, em especial da Lei das Cotas, na mudança do perfil dos estudantes na UFMG. O Setor de Estatística da PROGRAD

divulgou a análise do perfil dos estudantes matriculados na UFMG, referente ao período de 2009 até 2018/1. Os ingressantes com renda familiar de até cinco salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais tradicionais, como Medicina e Direito. O percentual dos estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2018, alcançou 54% de todo o corpo discente. A adesão ao SISU elevou o percentual de estudantes que nasceram em outros estados, chegando a 13,3% em 2018. Aproximadamente um terço dos estudantes matriculados nos cursos de Graduação concluíram o ensino médio fora da região metropolitana de Belo Horizonte – 25,4% são oriundos do interior de Minas e 11,3% de outros estados. As principais características são mostradas nos Graficos 46 a 50.

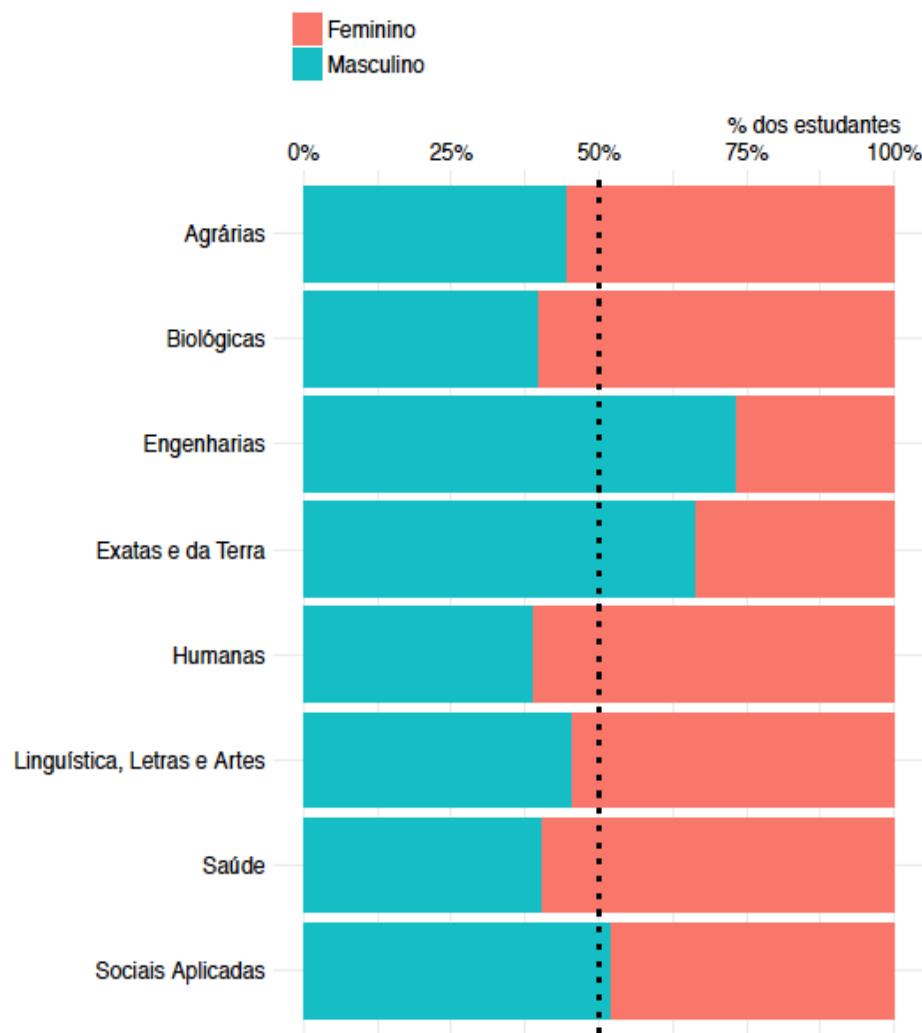


GRÁFICO 46 – Distribuição entre sexo feminino e masculino de estudantes por área do conhecimento, na UFMG, no primeiro semestre de 2018

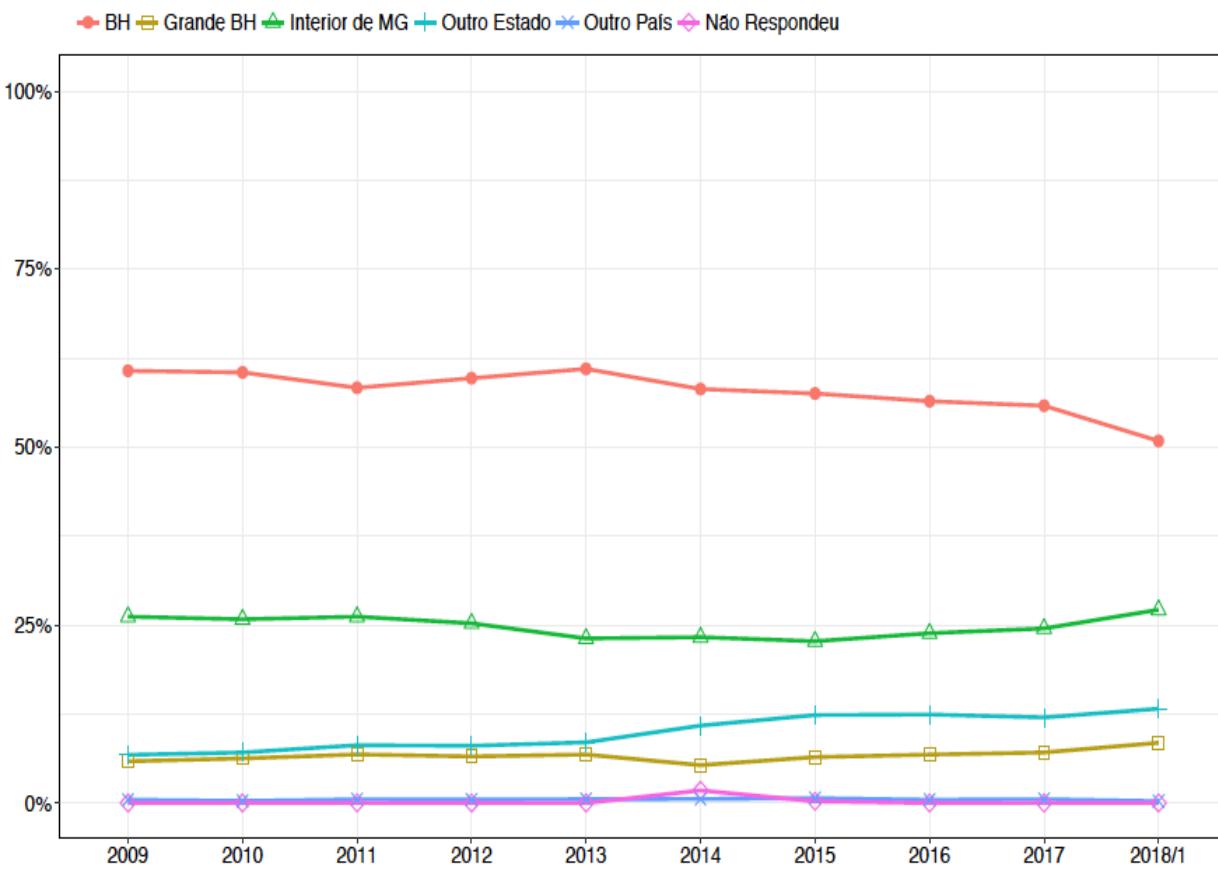


GRÁFICO 47 – Resposta dos estudantes à pergunta “Onde você nasceu?”, 2009-2018/1

Uma análise breve desses dados permite a extração de importantes conclusões. No que diz respeito à origem geográfica dos ingressantes na UFMG, o Gráfico 47 mostra um declínio da proporção de pessoas nascidas em Belo Horizonte, que representavam cerca de 60% dos ingressantes até 2013, para menos de 55% dos ingressantes em 2018. Essa redução é compensada principalmente pelo acréscimo de pessoas nascidas em outros estados do país, que passam de cerca de 7% em 2010 para mais de 12% em 2018. Tal tendência se manifesta principalmente a partir de 2014, quando do início da adoção do SISU como principal processo seletivo para as vagas iniciais, o que de certa forma era de se esperar, dada a abrangência nacional desse processo e a não necessidade de deslocamento do candidato para fora de sua cidade para a realização de provas. No entanto, chama a atenção o fato de que continua a haver uma tendência declinante do número de ingressantes provenientes da capital mineira, ano após ano, desde 2014.

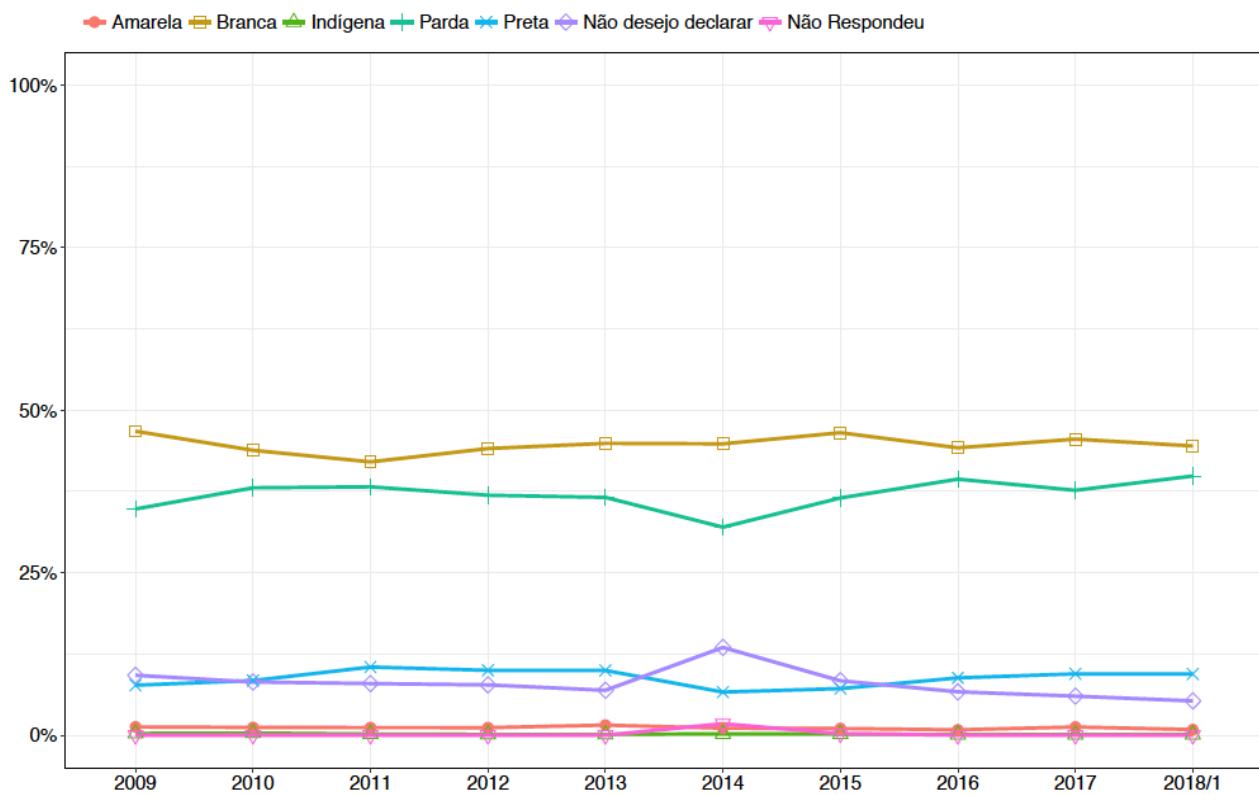


GRÁFICO 48 – Resposta dos estudantes à pergunta “Qual é a sua cor ou raça?”, 2009-2018/1

No que diz respeito à declaração de raça, as séries históricas mostradas no Gráfico 48 sugerem que de 2009 para 2018 houve relativa estabilidade nas proporções de brancos, pretos e pardos no conjunto de ingressantes. Não aparece no Gráfico a maior mudança ocorrida, que foi de 2008 para 2009, quando a proporção de pessoas declaradas negras ou pardas passou de cerca de 27% para mais de 42%. Tal aumento corresponde ao início do sistema de bônus raciais, que prevaleceu de 2009 a 2012. Verifica-se ainda pontualmente, no ano de 2014, uma redução do número de pretos e pardos nesse momento em que ocorre a transição entre o antigo sistema de bônus raciais para o sistema de cotas raciais. Nota-se, entretanto, que essa redução foi compensada com o aumento dos que não desejam declarar sua raça, e não dos declarados brancos. Como a implantação do sistema de cotas ocorreu com a aplicação de cotas progressivamente maiores, até atingir cerca de 26% de reserva para pretos, pardos e indígenas a partir de 2016, a proporção de autodeclarados pretos e pardos voltou a crescer, atingindo os patamares anteriores a 2014. O principal efeito do sistema de cotas no que diz respeito à composição racial dos ingressantes, em comparação com o antigo sistema de bônus, foi o de garantir que a proporção de estudantes cotistas em cada um dos cursos seja igual em toda a Universidade, tanto nos cursos menos concorridos quanto naqueles com vagas mais disputadas, garantia essa que o sistema de bônus não proporcionava.

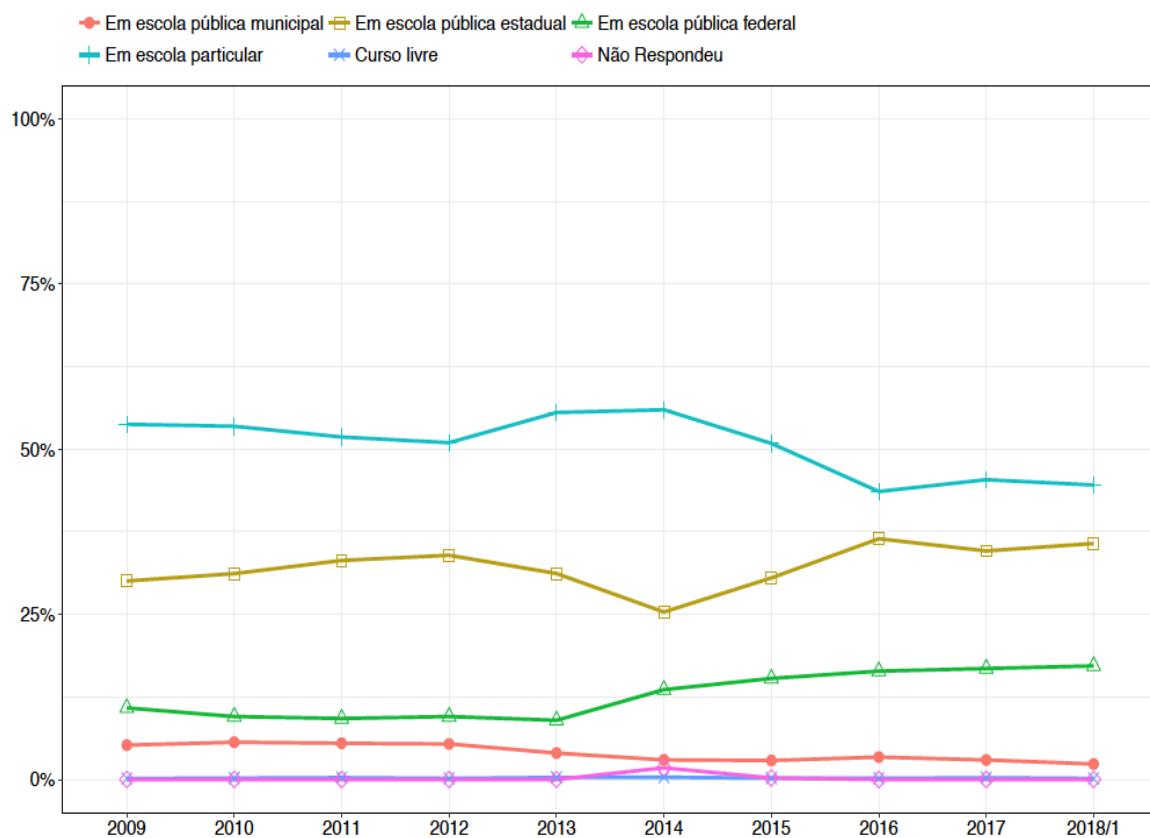


GRÁFICO 49 – Resposta dos estudantes à pergunta “Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?”, 2009-2018/1

O Gráfico 49 mostra uma complexa dinâmica de alteração das proporções relativas de ingressantes provenientes da rede privada de ensino e de diferentes redes públicas. Antes do início da série mostrada nesse gráfico, em 2008 havia ocorrido o ingresso na UFMG de 66% de ingressantes provenientes da rede privada de ensino, contra 34% de ingressantes provenientes das redes públicas. De 2008 para 2009, ocorre uma significativa mudança dessa proporção para 54% dos ingressantes vindos da rede privada e 46% das redes públicas, o que decorreu diretamente do início da aplicação do sistema de bônus para egressos do sistema público. Partindo desse patamar, a proporção de estudantes oriunda de escolas públicas permaneceu crescendo lentamente de 2009 até 2012, provavelmente em decorrência de dois processos concomitantes: a aplicação, por vários anos, do sistema de bônus para egressos do ensino público, e a abertura de uma maior proporção de cursos no turno noturno exatamente nesse período, em decorrência da adesão da UFMG ao Programa REUNI, chegando-se a 49% de ingressantes vindos de escolas públicas em 2012. Em 2013, com a extinção do sistema de bônus e o início do sistema de cotas (com uma proporção de vagas reservadas, naquele ano, de 12,5% do total) houve uma súbita reversão desse processo, com a retomada de um patamar acima de 55% de estudantes oriundos da rede privada e o retorno da participação das redes públicas para 45% do total de ingressantes. A maior parte dessa redução da proporção de egressos de escolas públicas dentre os ingressantes na UFMG ocorreu no grupo dos egressos de escolas públicas estaduais. Em 2014, esse processo se acentuou ainda mais, com a adesão da UFMG ao processo seletivo do SISU, junto com a manutenção da reserva de vagas em um patamar ainda baixo, de 25% do total. Nesse ano, a proporção de ingressantes oriundos da rede privada se manteve no patamar anterior de 55%, e a proporção de

ingressantes oriundos das redes públicas sofre uma mudança interna, com o aumento de 9% para 14% da participação das escolas públicas federais, e a redução de 31% para 25% da participação das escolas públicas estaduais. Esse movimento é resultante do súbito aumento da competitividade do processo seletivo ocasionado pela adesão da UFMG ao SISU. De 2015 em diante, com o progressivo aumento das cotas (32,5% em 2015 e 50% em 2016), volta a crescer a proporção de ingressantes provenientes das redes públicas, com uma correspondente redução da proporção dos ingressantes provenientes da rede privada. Os anos de 2016, 2017 e 2018 já indicam relativa estabilidade das proporções de ingressantes provenientes dos diversos sistemas, com uma participação de cerca de 17% das escolas públicas federais, 36% das escolas públicas estaduais e 45% da rede privada.

No que diz respeito à renda do núcleo familiar dos ingressantes, nota-se no Gráfico 50 a ascensão proporcional de dois grupos de renda: o das pessoas provenientes de famílias com rendas entre um e dois salários mínimos e o das pessoas de famílias com rendas entre dois e cinco salários mínimos. Este último grupo, que em 2008 representava 24% dos ingressantes, passou a representar 33% já em 2009, com o início do sistema de bônus, e vem mantendo cerca de 35% nos últimos três anos. Já o primeiro grupo representava, em 2008, 5% do total de ingressantes. Em 2009, passa a 9%. Vem crescendo desde então, atingindo 17% em 2018.

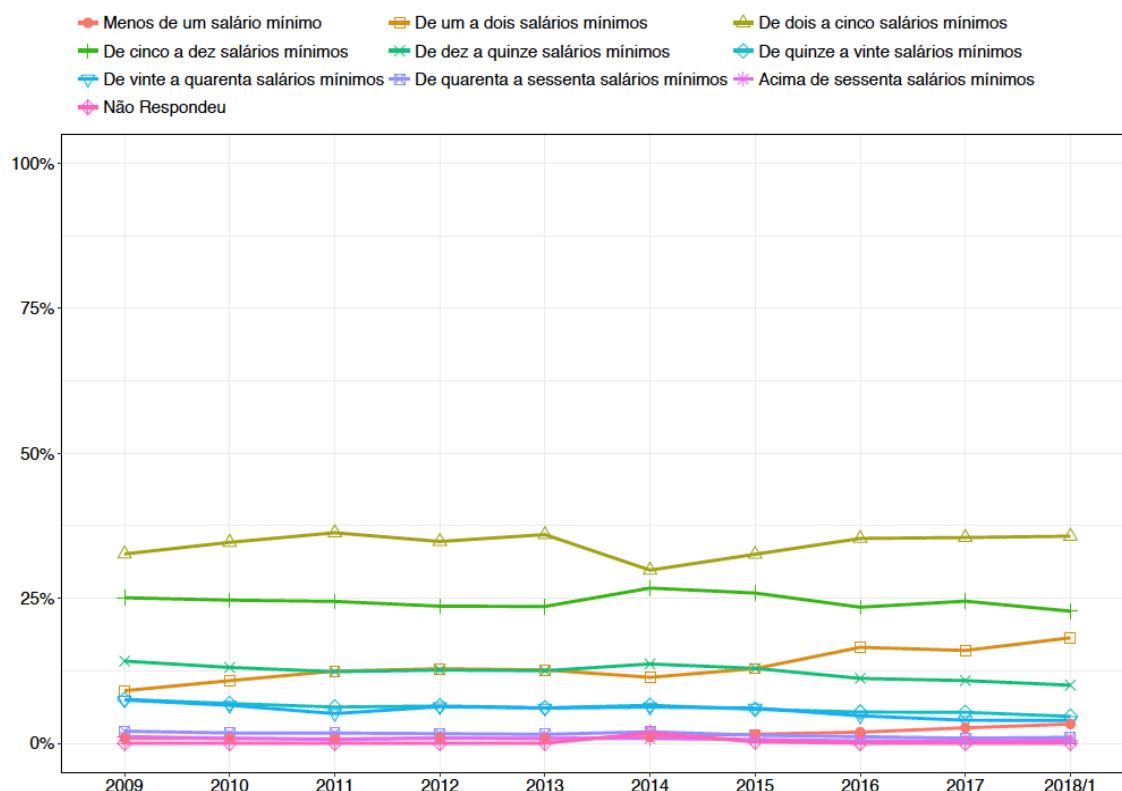


GRÁFICO 50 – Resposta dos estudantes à pergunta “Qual é a renda mensal de seu grupo familiar?”, 2009-2018/1

Assim, a UFMG vem experimentando um contínuo alargamento do acesso de novos estudantes aos seus cursos, muitos deles pertencentes a grupos raramente incluídos na educação superior em nosso país. Cada vez mais, a UFMG torna-se lugar de sociabilidade de pessoas de uma diversa e muita rica experiência cultural, com valores e horizontes de expectativas também plurais.

Acompanhando esse movimento, em 2014, o Conselho Universitário aprovou a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) com a responsabilidade de conduzir a política de assuntos estudantis da UFMG¹¹, elaborando, implementando, coordenando, executando e avaliando programas, projetos e ações para garantir o direito de estudantes à Educação Superior, atuando em parceria com a FUMP, com o apoio das demais Pró-Reitorias e em diálogo permanente com os estudantes e a sociedade – uma resposta necessária e socialmente comprometida com as novas circunstâncias que envolvem a UFMG.

A PRAE está organizada em três Diretorias: a de Políticas de Assistência Estudantil, a de Políticas de Ações Afirmativas e a de Políticas de Apoio a Projetos Acadêmicos de Estudantes. A FUMP, cuja criação remonta a 1929, é uma instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência estudantil aos estudantes de baixa condição socioeconômica da UFMG, promovendo a execução das políticas de assistência estudantil definidas pela PRAE. Na atualidade, a FUMP desenvolve programas de assistência estudantil que visam facilitar o acesso à alimentação, saúde, moradia, transporte, aquisição de material escolar e outros projetos que auxiliam os estudantes a ter um bom desempenho acadêmico, reduzindo a evasão na Universidade.

Política de Assuntos Estudantis da UFMG

A Política de Assuntos Estudantis da UFMG, em suas três dimensões (Assistência Estudantil, Ações Afirmativas e Apoio Acadêmico), está assentada em princípios, eixos estruturantes e diretrizes e critérios norteadores, apresentados a seguir.

Princípios

- I. Igualdade e direito à diferença.
- II. Justiça Social.
- III. Democracia e participação.
- IV. Protagonismo estudantil.
- V. Transparéncia.
- VI. Diversidade cultural e artística.

Eixos Estruturantes

- I. Permanência: coordenar e realizar ações para garantir a estudantes as condições básicas necessárias para uma vida de qualidade em saúde, alimentação, moradia e transporte, viabilizando sua formação acadêmica e permanência bem-sucedida na Universidade.

¹¹ Resolução n. 11, do Conselho Universitário, de 11/11/2014: “Art. 2º À Prae compete: I - elaborar, coordenar e avaliar a execução de programas, projetos e ações para compor a política de assuntos estudantis; II - elaborar, coordenar e avaliar programas e ações de fomento a projetos acadêmicos propostos pelo corpo discente; III - elaborar, coordenar e avaliar programas, projetos e ações de assistência estudantil, a serem executados Fump; IV - elaborar, coordenar e avaliar programas e projetos de ações afirmativas ligados a assuntos estudantis; V - promover o permanente combate ao preconceito e às opressões de qualquer natureza, zelando pela equidade de direitos da comunidade estudantil; VI - coordenar as atividades de suas Diretorias Administrativas, Assessorias, Coordenadorias e Comissões de Trabalho; VII - manter articulação acadêmica com a Fump, as demais Pró-Reitorias e quaisquer setores da UFMG e da comunidade interna e externa para estabelecer convênios, acordos e parcerias visando à implementação e à articulação da política de assuntos estudantis.”

- II. Enriquecimento cultural: coordenar e realizar ações para expandir a experiência cultural em diversas linguagens, potencializando a sociabilidade estudantil pela participação em manifestações culturais diversas.
- III. Apoio, acolhimento e acompanhamento: coordenar e realizar ações continuadas, integradas e sistematizadas, nas dimensões pedagógica, psicossocial e socioeconômica, que estimulem a imersão na vida acadêmica, o bem-estar e a qualidade da formação na perspectiva da emancipação.
- IV. Afirmação e Cidadania: coordenar e realizar ações para promover o acolhimento de estudantes e a inclusão social, a igualdade étnico-racial e de gênero, o respeito à diversidade sexual, a afirmação de identidades, a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação.
- V. Perfil Estudantes UFMG: coordenar e realizar ações para conhecer o perfil socioeconômico e cultural de estudantes da UFMG.

Diretrizes e Critérios Norteadores

- I. Promover o acesso, a inclusão, a permanência e a integralização da formação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco pessoal em condições apropriadas à sua formação acadêmica.
- II. Aperfeiçoar continuamente os critérios de acesso, inclusão e permanência de estudantes nos programas assistenciais.
- III. Administrar a Política de Assuntos Estudantis com a garantia da representação estudantil no planejamento, acompanhamento e avaliação de suas ações, por meio das instâncias da PRAE, em articulação com as Pró-Reitorias Acadêmicas e com outros órgãos pertinentes da UFMG;
- IV. Respeitar e valorizar a dignidade e a diversidade de estudantes da UFMG.
- V. Promover a articulação com órgãos da administração da UFMG e com pesquisadores e grupos de estudos e pesquisas para a colaboração na formulação, execução e avaliação da Política de Assuntos Estudantis.

A Dimensão das Políticas de Assistência Estudantil

As Políticas de Assistência Estudantil da UFMG visam a garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco social e cultural.¹² São compreendidas e realizadas como políticas sociais focalizadas que operam na redução das desigualdades educacionais. Assim, estão orientadas para o provimento das condições materiais e imateriais necessárias à permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e risco social e cultural, participando

¹² Caracteriza-se situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social e pessoal aquela em que se encontram estudantes da UFMG com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; instabilidade de seus vínculos familiares e sociais, produzindo sofrimento mental, desamparo e insegurança; fragilidade ou perda de condições socioeconômicas com precarização da renda familiar ou pessoal, levando ao comprometimento de seus direitos sociais, impedindo o acesso aos serviços sociais básicos, aos bens materiais e culturais; ciclos de vida; opressão social advinda de seu pertencimento regional, territorial ou religioso; identidades estigmatizadas em termos étnico-racial, cultural, de orientação sexual e de gênero, de deficiências e de saúde; exclusão pela pobreza ou no acesso às políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

também do enfrentamento a todas as formas de discriminação que os afetam. Mantida com recursos da própria Universidade e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), essa política é integrada por um conjunto de ações que incluem, entre outras: alimentação (restaurantes universitários); manutenção básica; habitação (moradias universitárias); apoio pedagógico; transporte para os *Campi*; inclusão digital; atenção às várias dimensões da saúde; auxílios emergenciais; aquisição de material acadêmico; enriquecimento cultural e expansão da formação acadêmica; lazer; esporte; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

A Tabela 26 e o Gráfico 51 apresentam a evolução da demanda por assistência estudantil na UFMG, entre 2010 e 2017.

TABELA 26

Histórico do crescimento da demanda por assistência estudantil na UFMG nos últimos 8 anos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nível I	1.655	2.653	3.550	4.088	4.508	4.767	5.410	5.956
Nível II	1.238	984	1.064	1.257	1.436	1.227	1.386	1.446
Nível III	1.520	1.095	1.203	1.247	1.489	1.553	1.810	1.965
Total	4.413	4.732	5.817	6.592	7.433	7.547	8.606	9.367

Fonte: Relatórios de prestação de contas da FUMP.

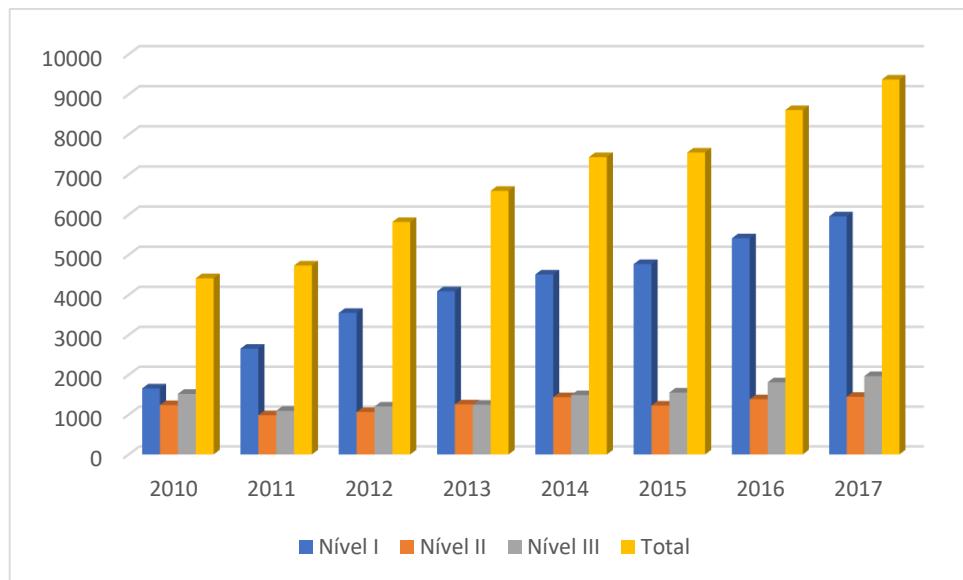


GRÁFICO 51 – Histórico do crescimento da demanda por assistência estudantil na UFMG nos últimos oito anos

Fonte: Relatórios de prestação de contas da FUMP.

A Dimensão das Políticas de Ações Afirmativas

As políticas de ações afirmativas assumem particular importância propondo o desenvolvimento de um conjunto articulado de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes em suas necessidades para aproveitar e enriquecer sua permanência na UFMG (formação cultural, acompanhamento em sua singularidade de aprendizagem, planejamento de sua vida universitária,

aconselhamento para sua carreira). Estão orientadas para o reconhecimento de identidades e de fortalecimento de vínculos de pertencimento à UFMG; para o combate às desigualdades de acesso às oportunidades acadêmicas, a garantia do princípio de equidade de direitos e o enfrentamento de discriminações que afetem a permanência e o desenvolvimento pleno de estudantes na Universidade. Para isso, há programas de ações afirmativas em vários órgãos da UFMG e também o apoio a iniciativas e projetos desenvolvidos por estudantes.

A Dimensão das Políticas de Apoio Acadêmico

As políticas de apoio acadêmico da UFMG a estudantes têm início já na recepção aos novos e às novas estudantes, quando ingressam na Universidade, e são apresentados aos cursos e às Unidades Acadêmicas – é o Programa Viver UFMG, que começa no primeiro dia letivo de cada semestre, com as aulas inaugurais, proferidas por convidados. Prossegue, com a Tenda Viver UFMG, em diferentes locais dos *Campi*, um espaço para orientações durante todo o primeiro mês de aulas; e também com os Seminários temáticos sobre diversos aspectos da vida universitária realizados em parceria por diversos órgãos da UFMG ao longo de todo o período acadêmico.

A política de apoio acadêmico ao estudante se realiza ainda em projetos e ações oferecidas ao longo de seu percurso, procurando contribuir para sua travessia acadêmica, tais como, núcleos de escuta e acompanhamento com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, dentre outros profissionais, tanto na PRAE como nas Unidades Acadêmicas; chamadas públicas para apoio a projetos acadêmicos apresentados por estudantes, investindo em suas iniciativas; diálogo com o Diretório Central dos Estudantes e com os Diretórios Acadêmicos para realização de atividades diversas; apoio aos diversos coletivos de estudantes da UFMG e também promoção de eventos culturais e acadêmicos pela PRAE.

Para a maior integração entre os discentes e destes com a Universidade são apoiadas e desenvolvidas nas Unidades e também pela Administração Central da UFMG atividades culturais, esportivas e de lazer, em espaços nos *Campi* e no CEU.

Tendo os discentes como protagonistas, a Universidade fornece apoio a projetos propostos por estudantes tanto eventos acadêmicos quanto culturais. Ainda quanto à atividade discente busca-se acolher as propostas de inovação e empreendedorismo propostas por esse segmento da Comunidade Universitária.

A UFMG comprehende que deve cuidar do acompanhamento e do apoio a estudantes em sua singularidade de aprendizagem, no planejamento de sua vida universitária, no aconselhamento para sua carreira e expansão de suas potências pessoais e profissionais. Expandir e aprimorar os cuidados com a vida acadêmica de seus estudantes é tão essencial como cuidar de sua assistência material. Não se trata apenas de preocupar-se com a sua desenvoltura acadêmica, ainda que esta seja uma ação por demais necessária, mas ir além, realizando um esforço para envolver estudantes em um enriquecimento permanente de sua formação cultural.

QUADRO 1
Sínteses das Políticas para os Estudantes da UFMG

Programa Viver UFMG	<p>Recepção de Estudantes</p> <p>Tenda Viver UFMG</p> <p>Seminários Viver UFMG</p>
Política de Assistência Estudantil	<p>Programa de Restaurantes Universitários: A UFMG possui cinco restaurantes universitários (quatro em Belo Horizonte, um em Montes Claros). Estudantes em situação de vulnerabilidade têm direito a refeições gratuitas ou parcialmente subsidiadas.</p> <p>Programa Moradias Universitárias: organizado em duas modalidades: 1) a UFMG dispõe de quatro moradias universitárias (três em Belo Horizonte, com 968 vagas, e uma Montes Claros, com 108 vagas); 2) o Programa Auxílio-moradia: apoio mensal para estudantes, para aluguel.</p> <p>Programa Auxílio-Manutenção: visa à complementação financeira de estudantes assistidos.</p> <p>Programa Auxílio-Transporte: apoio mensal para os deslocamentos de ônibus aos <i>Campi</i> da UFMG.</p> <p>Programa Auxílio a Estudantes com Filhos: apoio financeiro mensal a estudantes na educação pré-escolar de filhos.</p> <p>Programa Auxílio Material Acadêmico: contribuição financeira para aquisição de livros e outros materiais de uso acadêmico.</p> <p>Programa de Atenção à Saúde: atendimentos médico, odontológico e psicológico gratuitos são disponibilizados para estudantes assistidos pela UFMG.</p> <p>Programa Auxílio Emergencial a Estudantes: auxílio financeiro a estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade social emergencial, em decorrência de fatores sociais e familiares inesperados.</p>
Política de Ações Afirmativas	<p>Criação da Comissão Permanente de Ação Afirmativa e Inclusão Social (2017).</p> <p>Oferta da Formações Transversal “Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira”</p> <p>Reconhecimento de identidades e de fortalecimento de vínculos de pertencimento à UFMG; Combate às desigualdades de acesso às oportunidades acadêmicas.</p> <p>Combate ao preconceito, às opressões e discriminações de qualquer natureza, que afetem a permanência e o desenvolvimento pleno de estudantes na Universidade, zelando pela equidade de direitos da comunidade estudantil.</p> <p>Adoção de critérios de ação afirmativa para: i) ingresso de estudantes nos diversos cursos de Graduação e de Pós-Graduação; ii) seleção de estudantes em programas de bolsas acadêmicas (de ensino, pesquisa e extensão, na Graduação e na Pós-Graduação); iii) programas de mobilidade acadêmica (nacional e internacional).</p> <p>Apoio e acompanhamento a estudantes em vulnerabilidade social e cultural e em risco de evasão ou de abandono da Universidade.</p> <p>Chamada Pública para seleção de projetos e propostas de ações afirmativas apresentadas por estudantes e executadas no âmbito da UFMG.</p>
Política de Apoio Acadêmico	<p>Programa de Apoio e Acompanhamento Psico-Pedagógico: Núcleos de escuta, acompanhamento e orientação a estudantes.</p> <p>Chamada Pública para seleção de projetos e propostas acadêmicas apresentadas por estudantes e executadas no âmbito da UFMG.</p> <p>Apoio a Entidades Estudantis: diálogo com DCE, DAs e Coletivos de Estudantes da UFMG, para parcerias e ações conjuntas.</p>

Apoio a Projetos de aperfeiçoamento da formação acadêmico-científica de estudantes da UFMG na leitura e produção de textos dos principais gêneros acadêmicos.

Apoio a Projetos de enriquecimento da formação acadêmica, auxiliando estudantes a assumir o protagonismo em seu percurso na UFMG, apresentando-lhes ferramentas para potencializar seu desenvolvimento.

Programa de apoio a realização de atividades de natureza cultural, esportiva e de lazer por estudantes nos espaços de convivência da UFMG.

POLÍTICAS PARA ESTUDANTES

OBJETIVO GERAL

Garantir o direito social à educação superior e democratizar as condições de acesso e permanência de estudantes, reduzindo os efeitos das desigualdades sociais e regionais na educação superior.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Empregar esforços para garantir as condições de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural e risco pessoal na UFMG.
2. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais no acesso, na permanência e na conclusão da formação superior.
3. Implementar uma cultura de cidadania e diversidade na vida cotidiana da Comunidade Universitária.
4. Contribuir para a promoção da inclusão social, cultural e artística de estudantes.
5. Promover, acompanhar e apoiar os programas de atenção à saúde de estudantes.
6. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção de estudantes.
7. Assegurar a articulação entre setores, órgãos, serviços, programas, projetos, atividades e ações que sustentam esta Política.
8. Colaborar na proposição de critérios para produção de dados sociodemográficos de estudantes da UFMG, de modo que se elaborem perfis em sintonia com suas experiências, contribuindo para a efetividade desta Política.
9. Promover espaços de discussão permanente desta Política, com participação de estudantes.

AÇÕES¹³

AÇÕES	1	2	3	4	5
1. Aprimorar a interação PRAE/FUMP, com vistas a colocar em prática os termos da Resolução nº 17/2015, de 24 de novembro de 2015.					
2. Atender o mais plenamente possível à crescente demanda por bolsas de assistência estudantil.					
3. Reabrir a unidade do Restaurante Universitário na Escola de Arquitetura.					
4. Iniciar a construção do terceiro bloco de moradia universitária no <i>Campus</i> em Montes Claros (ICA).					
5. Investir em acessibilidade externa, principalmente franqueando às pessoas com deficiência o acesso aos restaurantes universitários (ação imediata: instalação de elevador no RU Faculdade de Direito); realizar adaptações imediatas internas nos restaurantes.					
6. Discutir os critérios de ocupação da Moradia Universitária Ouro Preto III (MOP III).					

¹³ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

7. Aprovar no Conselho Diretor de Moradia as normas de funcionamento das moradias universitárias da UFMG.					
8. Instituir fluxo de atendimento dos casos de saúde mental, com aproximação da rede de saúde pública do município de Belo Horizonte (Posto de Saúde Itamaraty, CERSAM e CERSAM-AD).					
9. Ampliar o programa de Bolsa Apadrinhamento da FUMP.					
10. Investir em tecnologia da informação, com a criação do aplicativo da FUMP e do aprimoramento do Armazém de Dados do Cecom.					
11. Apoiar a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social.					

– .

3.9 Inovação e Empreendedorismo

Bases Conceituais

É dos aspectos mais característicos do nosso tempo a centralidade que a ciência, a tecnologia e a inovação têm assumido no conjunto da vida social. A Universidade passa a ocupar lugar de destaque nos chamados Sistemas Nacionais de Inovação, conceito amplamente usado hoje para abranger as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação. Além das universidades, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento. Visam a transformação do conhecimento novo produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, mas, também, voltadas para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

Nesse sentido, a UFMG tem procurado manter permanente diálogo com as políticas nacional e estadual de Ciência e Tecnologia. A inovação alimenta-se do conhecimento; ela não é possível sem que o conhecimento avance. O compromisso da UFMG com a produção do conhecimento é praticamente contemporâneo à sua fundação. Não obstante os resultados satisfatórios da produção do conhecimento científico, mostra-se necessário que a UFMG contribua de forma mais efetiva para a disponibilização deste conhecimento em prol do desenvolvimento do país. Essa ação vem sendo materializada na estruturação econômica, política e legal no Brasil do conceito da inovação. O conceito engloba desde inovações tecnológicas até inovações em métodos de gestão, passando pelo sério crivo de geração de um produto concreto do qual a sociedade possa fazer uso.

Estrutura Institucional da Inovação

A UFMG conta hoje com um diversificado conjunto de instrumentos institucionais voltados à promoção da inovação. São eles: um núcleo de inovação tecnológica (Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica - CTIT), uma incubadora de empresas de base tecnológica (INOVA) vinculada à CTIT, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), um braço de uma fundação de apoio voltado para o apoio a empreendimentos de base tecnológica (FUNDEPAR) e um conjunto de empresas juniores ligadas a diversos de seus cursos de Graduação. Além disso, a UFMG desenvolve iniciativas para a formação de recursos humanos nos temas da inovação e empreendedorismo, a exemplo da Formação Transversal em Empreendedorismo e Inovação, Mestrado de Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica, e Doutorado de Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica.

A UFMG acumulou considerável experiência no campo da inovação tecnológica, a partir de 1996, com a instalação das estruturas iniciais do que viria a ser a CTIT e de uma incubadora de empresas de base tecnológica, a INOVA, a ela vinculada. A CTIT foi formalmente constituída em 1997, sendo um dos primeiros núcleos de inovação do Brasil. Em seus 21 anos de existência, a CTIT acumulou resultados importantes. Em 2016, por exemplo, a UFMG bateu seu próprio recorde de depósito de patentes e liderou o *ranking* do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), como a instituição brasileira com maior número de depósitos, entre os residentes no País. Esse número foi novamente superado em 2017. A UFMG acumula até agosto de 2018 o total de 961 (novecentos e

sessenta e um) pedidos de patentes no Brasil, nas diversas áreas do conhecimento. A evolução dos pedidos de patente apresentados pela UFMG de 1992 a agosto de 2018 é apresentada no Gráfico 52. Com o objetivo de levar as soluções tecnológicas desenvolvidas pela Universidade à sociedade, a UFMG já firmou 95 (noventa e cinco) contratos de licenciamento com instituições nacionais e internacionais, e possui diversas tecnologias já disponibilizadas no mercado.

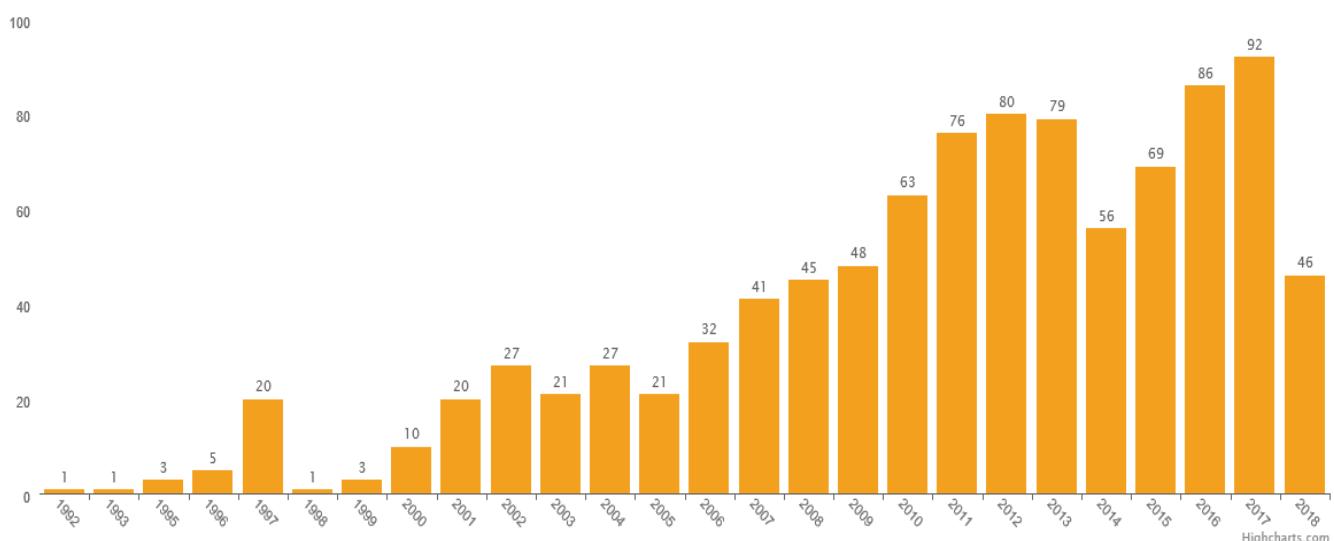


GRÁFICO 52 – Número de depósitos de patentes por ano, de 1992 a agosto de 2018

Fonte: Sistema Somos UFMG.

Criado em 2005, o BH-TEC é o resultado da parceria entre seus cinco sócios fundadores: UFMG, Governo do Estado de Minas Gerais, Município de Belo Horizonte, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE/MG) e Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), além de ser apoiado pela FAPEMIG e pela FINEP. Situado em terrenos da Universidade contíguos ao *Campus Pampulha*, o BH-TEC é uma associação civil de direito privado, de caráter científico, tecnológico, educacional e cultural, sem fins lucrativos, que funciona como um ambiente de negócios. Aluga espaços para empresas que se dedicam a investigar e produzir novas tecnologias e centros públicos e privados de Pesquisa e Desenvolvimento. Essas empresas se beneficiam tanto da proximidade com a Universidade quanto do próprio ambiente de inovação que se constitui no Parque Tecnológico. O Parque entrou efetivamente em funcionamento a partir de 2012, com a inauguração de seu edifício institucional. Em 2018, abriga nessas instalações 19 empresas de base tecnológica que atuam nos ramos de tecnologia da informação, biotecnologia, gestão, automação industrial, energias renováveis, materiais avançados, meio ambiente e engenharia eletrônica, escolhidas por meio de edital de seleção que previa como critério predominante o potencial de inovação tecnológica de cada empresa. Essas empresas faturaram, em 2016, um total de 82 milhões de reais, empregando 120 profissionais com nível de Pós-Graduação.

A FUNDEP, fundação de apoio da UFMG, criou em 2013 a FUNDEPAR (FUNDEP Participações), uma Gestora de Fundos de Investimento especializada no desenvolvimento de negócios inovadores de alto impacto que tem por objetivo apoiar empresas emergentes por meio do aporte de capital empreendedor e do suporte à gestão, com ênfase na transformação de tecnologias em produtos e serviços de alto valor agregado. A FUNDEPAR identifica e desenvolve empresas emergentes de base tecnológica de origem acadêmica, com alto potencial de crescimento e de geração de produtos

inovadores para a sociedade. O programa oferece aporte financeiro (modelo *seed money* – capital semente) e expertise de gestão para que as empresas startups se estruturem até que evoluam de maneira independente. Nessa modalidade, a FUNDEPAR torna-se sócia do negócio e realiza, ainda, captação de recursos de subvenção e conexão com outros investidores. Ao apoiar o desenvolvimento de novos negócios de base tecnológica, a FUNDEPAR amplia o leque de oportunidades para a geração de emprego, renda e competitividade, elevando o potencial da economia nacional. Com essa iniciativa, a FUNDEP é a primeira fundação de apoio do Brasil a investir capital próprio em empreendimentos dessa natureza. Também inédito no país, o modelo de financiamento da FUNDEPAR segue a tendência de experiências bem-sucedidas de universidades estrangeiras. Cabe ainda menção ao projeto Lemonade, um programa de pré-aceleração de startups realizado pela FUNDEP e FUNDEPAR. Em sua primeira edição, 27 empresas foram pré-aceleradas e, das oito finalistas, seis receberam investimentos e quatro estão em aceleração. Outras oito rodadas do Lemonade já foram realizadas.

Deve-se destacar, por fim, que o ambiente favorável à inovação tecnológica na UFMG somente torna-se possível em virtude de alguns aspectos que caracterizam a cultura acadêmica desta Instituição. O primeiro deles é que nesta Universidade estão sediados grupos de excelência que desenvolvem pesquisas em fronteiras do conhecimento científico de elevado potencial de impacto tecnológico. Esses grupos têm uma tradição consolidada de desenvolvimento de produtos tecnológicos que ocorre como desdobramento dos próprios programas de pesquisa científica por eles praticados. Deve-se mencionar, como exemplos recentes de destaque, os INCTs sediados na UFMG, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, três dos quais deram origem a empreendimentos: o CT-Web, o CT-Nano, e o CT-Vacinas, estando os dois últimos hoje situados no BH-TEC.

Em decorrência dessa atitude institucional, a UFMG figura como líder no *ranking* de instituições depositantes de patentes no Brasil no levantamento mais recente disponível, referente a 2016, com 70 pedidos (ou 91 pedidos, se incluídos aqueles em cotitularidade), segundo relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Dos 91 pedidos depositados em 2016, 50% são da área de biotecnologia, confirmando outro destaque da UFMG, que é hoje a maior depositante de pedidos de patentes de biotecnologia no Brasil. São tecnologias como diagnóstico para dengue e para doença de chagas, prognóstico de câncer de ovário e composições antineoplásicas. Depois da biotecnologia, as áreas que mais depositaram patentes em 2016 foram engenharia, farmácia e química.

Outro elemento importante que atua para favorecer a capilaridade do tema da inovação no meio acadêmico da UFMG é a sua inserção na atividade de ensino. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de Graduação no âmbito das empresas juniores podem ser aproveitadas para a obtenção de créditos na maioria dos currículos dos cursos. Além disso, há mais de duas décadas a UFMG vem abordando a questão da inserção da temática do empreendedorismo e da inovação no âmbito do ensino de Graduação e de Pós-Graduação, inicialmente a partir de ações descentralizadas, resultantes da iniciativa de grupos espalhados por várias Unidades Acadêmicas. Vários cursos de diversas áreas do conhecimento, ao longo dos últimos 15 anos, passaram a contar com disciplinas ligadas à criação de negócios, planos de negócios e cultura empreendedora. A partir de 2016, foi criada a Formação Transversal em Empreendedorismo e Inovação, que permite que estudantes de quaisquer cursos de Graduação da UFMG possam obter uma formação complementar envolvendo essa temática. Essa iniciativa perpassa todas as áreas do conhecimento da UFMG, tendo a participação, como ofertantes, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Escola de Engenharia, do Instituto de Ciências Exatas e da

Escola de Belas-Artes no 2º semestre de 2018. Com isso, a procura tem sido bastante grande, constantemente acima da disponibilidade de vagas.

Na Pós-Graduação, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito das dissertações de Mestrado e das teses de Doutorado muito frequentemente descrevem trabalhos de desenvolvimento de tecnologias que, não raro, dão origem a patentes ou a outros produtos tecnológicos. Desde 2008 a UFMG ainda oferece o Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, que conta atualmente com três áreas de concentração: i) Inovação Biofarmacêutica e Tecnológica; ii) Propriedade Intelectual; e iii) a recém-criada Gestão da Inovação e Empreendedorismo. Suas atividades envolvem a participação de oito Unidades da UFMG (Instituto de Ciências Biológicas, Escola de Engenharia, Instituto de Ciências Exatas, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito). A partir de 2015, com origem nesse curso, passou a ser oferecido também o Doutorado em Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica.

Política de Inovação

Em consonância com o exigido no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) e com o objetivo de consolidar sua missão institucional no campo da inovação e empreendedorismo, a UFMG iniciou em 2016 a construção de um documento para estabelecer, de maneira formal, sua Política de Inovação. O processo de elaboração desse documento foi conduzido de forma a aproveitar o legado de mais de vinte anos desde o início da institucionalização de estruturas ligadas ao esforço de apoio e fomento ao empreendedorismo e inovação na UFMG, promovendo a necessária atualização dessas estruturas frente ao novo arcabouço legal.

Assim, foram promovidos estudos que enfocaram principalmente a necessidade de uma nova estrutura da CTIT, a possibilidade de licenciamento para sociedade que tenha pesquisador em seu quadro societário e o compartilhamento de laboratórios. Esses estudos geraram as Diretrizes para a Política de Inovação da UFMG, as Resoluções 03/2018 e 04/2018, aprovadas pelo Conselho Universitário, além de sugerir uma nova estruturação para a CTIT, que foi consubstanciada na Portaria do Reitor nº 28/2018, referendada pelo Conselho Universitário.

A partir da Portaria nº 28/2018, a CTIT, anteriormente vinculada à PRPq, passou a ser Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS), ligado diretamente à Reitoria. Importante destacar que a Portaria nº 28/2018 previu a possibilidade de estruturação da CTIT com personalidade jurídica própria. A Portaria estabeleceu ainda a possibilidade de parceria com a FUNDEP, para apoiar a adequada implementação das competências e do funcionamento da CTIT. Em 29 de maio de 2018, foi firmado contrato com a FUNDEP no sentido de formalizar a parceria para cumprimento de tal objetivo.

Vale registrar que há outros temas que ainda deverão ser regulamentados pela UFMG em sua Política de Inovação e que serão tratados oportunamente pela Universidade.

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

OBJETIVO GERAL

Expandir a contribuição da UFMG para a formação de condições propícias à disseminação da inovação com elevada agregação de conhecimento nas diversas esferas da sociedade brasileira, de forma a alcançar crescente impacto social e econômico, com particular ênfase nos arranjos produtivos locais das regiões em que a UFMG se situa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fomentar o desenvolvimento de inovações tecnológicas de elevada agregação de conhecimento, com o estímulo à geração de patentes, bem como de outros produtos tecnológicos derivados da atividade de pesquisa, visando solidificar a vocação em inovação e empreendedorismo na UFMG.
2. Consolidar, na UFMG, o conjunto dos órgãos que formam seu sistema de inovação (parque tecnológico, incubadora de empresas, núcleo de inovação tecnológica, empresas juniores, laboratórios e grupos de pesquisa, programas de Pós-Graduação), e aprofundar a relação desse sistema com os arranjos produtivos locais e com o setor produtivo nacional, especialmente no que se refere a empresas de base tecnológica.
3. Fomentar o desenvolvimento, a difusão e a divulgação de inovação social e tecnologias sociais e promover o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social.
4. Estender as iniciativas relacionadas ao empreendedorismo e inovação às áreas ligadas à cultura, às artes e às humanidades.
5. Fomentar nos estudantes a proatividade, a liderança, as habilidades de comunicação, de negociação, de gestão de conflitos e de exposição ao risco, habilitando-os a se tornarem protagonistas da disseminação da inovação na sociedade.
6. Posicionar a execução da política de inovação da UFMG, apoiada pela CTIT, como referência nacional de excelência.

AÇÕES¹⁴

ANO	1	2	3	4	5
1. Concluir o processo de reestruturação da CTIT, efetivando sua transformação em NITS, com personalidade jurídica própria.					
2. Ampliar o número de teses e dissertações cujos resultados conduzam ao registro de patentes e outras formas de propriedade intelectual.					
3. Fortalecer a Formação Transversal em Empreendedorismo e Inovação, ampliando o número de Unidades que participam da oferta de atividades.					
4. Expandir o licenciamento das tecnologias desenvolvidas na UFMG.					
5. Construir indicadores capazes de mensurar o impacto produzido pela UFMG a partir da análise do processo de transferência de tecnologia para a sociedade.					
6. Garantir que as ações de incentivo ao empreendedorismo e à inovação sejam disponibilizadas para todas as Unidades Acadêmicas, com particular atenção para se obter um maior envolvimento das Unidades situadas fora do <i>Campus Pampulha</i> .					

¹⁴ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

3.10 Esporte e Lazer

O lazer associa-se ao bem-estar social e à qualidade de vida, conceitos amplamente difundidos no mundo contemporâneo. Por outro lado, o esporte faz parte do universo das atividades físicas que se encontram disponíveis para as pessoas, podendo ser utilizado como elemento que preenche o tempo livre, associando sociabilização, lazer e cuidado com a saúde, possibilitando estender as capacidades físicas, emocionais e sociais com qualidade de vida útil por mais tempo. Por esses motivos, deve fazer parte da missão de uma universidade tanto abrigar a ciência do esporte e do lazer como campo do conhecimento, como também incentivar e propiciar condições para a prática do esporte e do lazer pela Comunidade Universitária.

Esporte e lazer são práticas culturais de central importância para enriquecer as experiências de sociabilidade entre estudantes, servidores docentes e TAEs, e também para fortalecer os laços com a comunidade externa. Assim, cabe colocar em discussão a construção de uma política para o esporte e o lazer, situada como elemento integrante de um conjunto de ações de promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida da Comunidade Universitária. Espera-se de tal política, além de uma presença no cotidiano de parcela expressiva dessa comunidade, funcionando como elemento agregador, uma preocupação com grupos minoritários, com o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para pessoas com deficiências. Atenção especial também deve ser dedicada à terceira idade.

Hoje existem ações desenvolvidas na UFMG que se posicionam como potenciais integrantes de uma política de esportes e lazer. Cabe especial menção à programação do Domingo no *Campus*, atividade que abre o *Campus Pampulha* para receber a visitação do público em geral, uma vez por mês, ocasião em que um grande número de atividades de lazer são disponibilizadas para o público. Destaca-se também a Colônia de Férias no *Campus*, evento gratuito que atende membros da Comunidade Acadêmica e seus dependentes em primeiro grau e que encontra-se, em 2018, na sua 17^a edição. Também cumprem importante função as Associações Atléticas, que são organizações de estudantes que visam formar equipes para competição em torneios estudantis.

A UFMG oferece infraestrutura de esporte e lazer para sua comunidade e para atletas de alto desempenho, respectivamente por meio do CEU e do CTE.

Centro Esportivo Universitário (CEU)

As atividades relacionadas ao esporte e ao lazer situam-se entre os direitos de cidadania, constituindo-se um direito social, sendo fundamentais para a promoção e a prevenção da saúde, bem como para o desenvolvimento, pelos indivíduos, de hábitos saudáveis de vida.

Atenta às suas responsabilidades e objetivando oferecer à Comunidade Universitária, bem como a seus dependentes, condições para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, a UFMG criou e mantém o CEU. Órgão suplementar da Reitoria, foi construído a partir de um convênio entre a UFMG e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo sido inaugurado em 8 de março de 1971.

Além de ser o principal responsável pelo desenvolvimento da política de esporte e lazer da UFMG, o CEU tem por finalidade atuar junto às Unidades Acadêmicas e demais órgãos da UFMG, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, esse Centro serve à Universidade para fins didáticos, culturais e de lazer, atuando como núcleo de orientação, aplicação, e renovação de métodos e técnicas relacionadas às atividades físicas e desportivas.

Quem frequenta o CEU tem à sua disposição uma área de 120 mil metros quadrados, totalmente arborizada e protegida por muros, contando com segurança ostensiva, 24 horas por dia, que abriga as seguintes instalações:

- I. Uma piscina olímpica (neste momento interditada, aguardando reforma).
- II. Uma piscina semiolímpica (25 x 12m).
- III. Um parque infantil, dotado de duas piscinas infantis, *playground* e quadra de areia.
- IV. Quatro quadras de vôlei.
- V. Duas quadras de peteca.
- VI. Duas quadras de *beach tennis*.
- VII. Oito quadras poliesportivas.
- VIII. Cinco quadras de saibro para tênis.
- IX. Quatro vestiários.
- X. Uma Cantina.

As ações de esporte e lazer desenvolvidas ou apoiadas pelo CEU devem estar em sintonia com a filosofia institucional da UFMG, ou seja, voltadas para a promoção de uma educação emancipatória, humanística, integral e cidadã. Para que isso ocorra, é fundamental a busca do diálogo e o desenvolvimento de políticas acadêmicas em parceria com outros órgãos da Instituição, notadamente a PROEX, a PRAE e a DAC.

O conjunto de ações em que o CEU está envolvido representa o esforço para que a Comunidade Acadêmica da UFMG amplie suas vivências esportivas e de lazer, em uma perspectiva ampla, para que estas práticas também sejam fator de integração da comunidade interna e estimulem a construção e a difusão cultural.

Centro de Treinamento Esportivo (CTE)

O CTE da UFMG é uma referência nacional na detecção, desenvolvimento e aprimoramento de talentos esportivos, disseminação de métodos de treinamento e geração de conhecimento científico multidisciplinar nas ciências do esporte. Através de projetos que contemplam tanto atletas de alto rendimento quanto crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social, com a participação de professores e estudantes de Graduação, Mestrado e Doutorado, o CTE associa o esporte à educação e cidadania, cumprindo o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão das práticas acadêmicas. Hoje, constitui uma estrutura associada ao legado olímpico em pleno funcionamento e que contribui significativamente para o processo de internacionalização da Universidade.

O CTE é um órgão complementar da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG (EEFFTO). Foi construído através de uma parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude (SEEJ) e selecionado como um dos centros de treinamento oficiais do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) para as Olimpíadas Rio 2016.

O terreno do CTE ocupa uma área de 95.264 m² adjacente ao CEU, estando localizado junto ao *Campus Pampulha*, bem próximo ao conjunto arquitetônico que tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 2016. Seu projeto arquitetônico foi elaborado por uma equipe do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, que concebeu o conjunto em estrutura mista, combinando peças em concreto armado com estruturas metálicas. A edificação obedece aos princípios da acessibilidade ambiental e eficiência energética, destacando-se as estratégias para

ventilação e iluminação naturais. Também está adaptado ao desporto paraolímpico, possuindo rampa de acesso ao parque aquático, elevadores, corrimões, vestiários especiais, etc.

O CTE tem como missão contribuir para a melhoria dos resultados do esporte de alto rendimento de Minas Gerais e do Brasil, promovendo a excelência no desenvolvimento integrado das ciências do esporte e tecnologia aplicadas. Dessa forma, o CTE visa não apenas proporcionar a estrutura física para o treinamento esportivo, mas estabelecer uma política integrada de desenvolvimento técnico-científico de atletas de alto desempenho, treinadores, jovens com potencial para o esporte e acadêmicos, como professores, graduandos e pós-graduandos de diversos cursos ligados à prática esportiva.

Além de sediar eventos de projeção nacional e internacional, o CTE desenvolve diversas atividades voltadas ao esporte, ao ensino e à inclusão social. Atendendo a seis modalidades esportivas – atletismo, judô, nado sincronizado, natação, *taekwondo* e triatlo – o Centro contempla não apenas atletas de alto rendimento, mas também em formação, bem como estudantes que levam o nome da UFMG nas competições universitárias.

Em resumo, o CTE hoje atende e desenvolve:

- I. Atletas de sete modalidades olímpicas.
- II. Atletas bolsistas do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais.
- III. Atletas universitários vinculados às associações atléticas e equipes da UFMG, bem como competições universitárias.
- IV. Atletas de alto rendimento, atletas em formação e atletas paraolímpicos, combinando ciência e tecnologia com forte relevância social.
- V. Estagiários e bolsistas nos níveis de Graduação e Pós-Graduação e projetos de pesquisa com cooperação internacional estabelecida.
- VI. Seminários e aulas práticas, além de colaborar com escolas e faculdades públicas e particulares no desenvolvimento do ensino.

O complexo esportivo constitui-se de uma pista de atletismo, um parque aquático e um pavilhão de esportes coletivos, ginástica olímpica e lutas. Complementarmente às instalações esportivas há um espaço multimídia para palestras e reuniões técnico-científicas, seis vestiários e instalações sanitárias, quatro saunas, três banheiras de hidromassagem, dois tanques de gelo, instalações para fisioterapia, salas para técnicos, salas para atividades administrativas, sala para treinamento de força, almoxarifado (com equipamento importado completo para atletismo), além de laboratórios, consultórios, salas administrativas, vestiários para funcionários, cantina, áreas de sociabilidade e paisagismo, instalações para tratamento de água da piscina, áreas de estacionamento e apoio técnico em geral.

A pista de atletismo desenvolve-se numa área de 18.122,00m². Possui revestimento sintético, rampa de desaceleração e é equipada para a prática das 32 provas olímpicas – de campo e de pista – e provas paralímpicas. Recebeu em 2012 o mais alto grau de certificação de qualidade, a certificação de Classe I, da International Association of Athletics Federations (IAAF). As antigas arquibancadas lindeiras à pista de atletismo foram recuperadas e integradas à urbanização adjacente à pista.

O parque aquático instala-se num pavilhão com 11.683,00 m² de área edificada. Possui uma piscina olímpica multifuncional com borda móvel, com oito raias, mantida a 27°, adequada às três modalidades aquáticas olímpicas: natação, nado sincronizado e polo aquático. Essa piscina é equipada com *bulkheads*, para permitir flexibilidade de usos, possibilitando a variação do treinamento dos atletas entre a piscina olímpica e a piscina semiolímpica, visando o alcance de melhores resultados. Além disso, a divisão em duas piscinas semiolímpicas propicia o treinamento simultâneo de um maior

número de atletas. Nas instalações complementares da piscina serão disponibilizadas banheiras térmicas e saunas para a recuperação física pós-treinamento, o que contribui para a melhoria das condições de treinamento e consequente melhoria de desempenho dos atletas.

O projeto do complexo prevê ainda pavilhão de esportes coletivos, com uma área edificada de 6.200,00m² e que deverá ser construída com o apoio financeiro do Ministério do Esporte. Abrigará duas quadras poliesportivas para a prática de vôlei, basquete, futsal e handebol, área para ginástica olímpica e possibilidade de montagem de espaço para lutas. As divisões entre as quadras serão retráteis, o que permitirá o seu agrupamento num espaço contínuo, aumentando, assim, o potencial de uso do pavilhão para outras atividades. Nas instalações complementares serão disponibilizados espaços para vestiários, instalações sanitárias, salas para técnicos, depósito de material esportivo e apoio técnico.

ESPORTE E LAZER

OBJETIVO GERAL

Promover a discussão de uma política de esporte e lazer para a UFMG, contemplando toda a Comunidade Acadêmica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Consolidar o CEU como local de convivência e de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG.
2. Ampliar o alcance das ações de esporte e lazer voltadas para a Comunidade Universitária, com a disseminação de atividades em espaços diversificados em todos os *Campi*, visando atingir um público diversificado.
3. Apoiar os programas de pesquisa e o treinamento de atletas e paratletas de alto rendimento no CTE, oferecendo aos atletas de alto rendimento de Minas Gerais um Centro de Treinamento com toda a infraestrutura física e profissional.
4. Fomentar o esporte universitário, especialmente oferecendo suporte técnico e estrutural às equipes competitivas da UFMG.
5. Potencializar os resultados dos atletas de alto rendimento em Minas Gerais nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, aumentando a representatividade do Estado no cenário esportivo nacional, ao mesmo tempo consolidando a posição da UFMG como centro de excelência internacional nas Ciências do Esporte.

AÇÕES¹⁵

ANO	1	2	3	4	5
1. Promover ações de esporte e lazer através, dentre outros, da concessão de bolsas e auxílios estudantis.					
2. Recuperar e ampliar os equipamentos do CEU.					
3. Realizar a adequação das condições estruturais do CEU para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, inclusive visando promover e incentivar a prática de esportes por esse público.					
4. Instituir ações de esporte e lazer como conteúdos fundamentais das políticas de assistência estudantil da UFMG.					

¹⁵ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

5. Desenvolver ações que estimulem a apropriação dos espaços da UFMG pela Comunidade Acadêmica e externa para vivências de lazer.					
6. Criar programas permanentes de apoio aos atletas que representam a UFMG em competições esportivas.					
7. Detectar e selecionar jovens com habilidades superiores e atletas potenciais para usufruir dos programas e serviços oferecidos no CTE.					
8. Estabelecer programas de treinamento para formação e desenvolvimento dos atletas.					
9. Proporcionar aos atletas o devido suporte técnico-científico.					
10. Prover capacitação para treinadores e gestores ligados ao esporte.					
11. Apoiar os programas de pesquisa laboratoriais, de engenharia, tecnologia e demais áreas do conhecimento; apoiar a produção de dissertações, teses e monografias por estudantes da UFMG.					
12. Atender à comunidade através da extensão, fomentando a prática esportiva e a educação no esporte.					

CAPÍTULO 4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Cidadania: Direitos Humanos, Saúde Mental, Acessibilidade e Inclusão

A busca por sociedades mais igualitárias e mais justas é uma exigência a que países como o Brasil, cujos indicadores de desigualdade são muito acentuados, precisam atender. Se o combate às condições geradoras de injustiça deve estar presente nas ações conduzidas pelas instâncias governamentais, é também verdade que cabe a quaisquer instituições públicas, guardadas suas especificidades, disponibilizar instrumentos que possam colaborar para a construção de novas condições sociais, mais inclusivas e mais democráticas. Instituições de ensino públicas, como as universidades federais, acham-se singularmente desafiadas a isso, porque, por seus compromissos sociais, são chamadas a agir em consonância com valores propiciadores de justiça social. E, além disso, porque essas Instituições são responsáveis pela produção e pela disseminação do conhecimento, bem público indispensável à construção da cidadania nas sociedades contemporâneas. O debate sobre a temática da inclusão social vem ganhando importância crescente nas universidades, graças à ampliação dos espaços democráticos na sociedade brasileira e à presença, na cena pública, da diversidade das forças que compõem a sociedade. As mudanças recentes na forma de acesso a vagas na Graduação e Pós-Graduação são consequências desse debate. Para tanto a UFMG instituiu em 2018 a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social que visa a oferecer apoio no estabelecimento de políticas e ações no campo das ações afirmativas e da inclusão social para todos os seguimentos da comunidade universitária. A UFMG, motivada pelo duplo princípio da qualidade acadêmica e da relevância social, entende como indispensável que as IFES, no exercício de sua autonomia, promovam estudos e ações que possam colaborar para a formulação de políticas públicas mais abrangentes a propósito do tema da democratização do acesso e da permanência no sistema de ensino e outras como saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, trabalho etc.

A cidadania deve ser compreendida como um processo contínuo e uma construção coletiva que leva à concretização dos direitos humanos. A cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos, sociais e econômicos estabelecidos em nossa Constituição e o exercício da Cidadania pressupõe ter consciência da posição de sujeito que tem o direito a ter direitos e os direitos e obrigações propriamente ditos, colocando-os em prática. A UFMG tem o compromisso de desenvolver ações específicas com o objetivo de estabelecer uma cultura da cidadania na vida cotidiana da Comunidade Acadêmica, orientada pelos seguintes eixos: Direitos Humanos, Saúde Mental e Acessibilidade e Inclusão.

OBJETIVO GERAL

Estabelecer uma cultura da cidadania na vida cotidiana da Comunidade Acadêmica, colaborando para a construção de novas condições sociais, acadêmicas e institucionais mais inclusivas e mais democráticas.

4.1.1 Direitos Humanos

A UFMG tem buscado construir uma política institucional de direitos humanos com o intuito de fortalecer, no âmbito de sua comunidade, a perspectiva da diversidade, igualdade, inclusão e cidadania. A Resolução do Conselho Universitário nº 09/2016, de 31 de maio de 2016, dispõe sobre a violação de direitos humanos e a erradicação de atos discriminatórios de qualquer natureza no âmbito da UFMG. A Resolução baseia-se no compromisso da Instituição com a formação acadêmica e cidadã e com a erradicação de todas as formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos.

Universidades são espaços de multiplicidade e diversidade de saberes, trajetórias e sujeitos. Como instituição pública alicerçada em valores democráticos e éticos, a UFMG procura se constituir como uma universidade de qualidade e inclusiva, justa e equânime, aberta a acolher os talentos em sua diversidade característica. A consolidação dessas metas está estreitamente relacionada aos Direitos Humanos e conta com ações da Comunidade Acadêmica e com uma política institucional de respeito à diversidade, valorização da diferença e reconhecimento dos múltiplos saberes. Essa política se destina a combater o racismo, o sexismo, a homofobia, o assédio moral, as violências físicas, simbólicas ou morais e outras formas de discriminação e preconceito.

Diversas medidas estabelecidas pela UFMG têm procurado ampliar o cumprimento dessa agenda de direitos. O COEP é o órgão institucional da UFMG que visa proteger o bem-estar dos indivíduos participantes em pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. Necessitam da aprovação do COEP os projetos de pesquisa, cuja fonte primária de informação seja o ser humano, individual ou coletivamente, direta ou indiretamente – incluindo suas partes. Isto inclui material biológico ou dados já armazenados.

Recentemente foram criadas ou reformuladas algumas estruturas e setores na UFMG: a PRAE com uma Diretoria de Ações Afirmativas; o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; a Ouvidoria; a política de saúde mental da e para a UFMG. Além disso, foram publicadas algumas resoluções: a que proíbe o trote aos estudantes calouros (Resolução nº 06/2014); a que prevê o uso do nome social por travestis e transexuais em seus registros acadêmicos (Resolução nº 09/2015) e a que se refere às violações de direitos humanos na UFMG (Resolução nº 09/2016). Nessa última Resolução, a UFMG se compromete em trabalhar para a erradicação de todas as formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa, prevendo em seu art. 6º “desenvolver, de forma progressiva, programas e ações de caráter pedagógico e permanente que visem à conscientização, promoção e efetiva garantia dos direitos humanos, bem como defesa e difusão de uma cultura de tolerância, do respeito aos direitos fundamentais, de forma a promover uma convivência solidária, ética e pacífica no âmbito institucional, em conformidade com a ordem jurídicaposta”. Essa Resolução é mostrada no Anexo IV.

A Rede Direitos Humanos da UFMG é uma iniciativa da PROEX que reúne núcleos, grupos e laboratórios que atuam por meio da extensão, do ensino e da pesquisa, no campo dos direitos humanos. Os grupos que a compõe possuem um acúmulo de produções e intervenções em direitos humanos como disciplinas no âmbito da Graduação e Pós-Graduação; projetos de pesquisa; cursos de formação continuada de professores, gestores públicos, lideranças comunitárias, etc.; elaboração de publicações acadêmicas e material pedagógico; projetos e programas de extensão realizados em diálogo com setores da sociedade como as políticas públicas, os movimentos sociais, as instituições de justiça, organismos nacionais e internacionais, etc. De caráter interdisciplinar, fundamenta sua organização na necessidade de articular e potencializar a contribuição do conhecimento e das práticas desenvolvidas em direitos humanos em diálogo com outros setores da sociedade.

A Resolução nº 19/2014, de 7 de outubro de 2014, orientou a elaboração da Formação Transversal em Direitos Humanos, ofertada pela Rede, por meio da qual pretende-se proporcionar que os sujeitos em formação tenham contato com as diversas dimensões dos direitos humanos, o histórico de lutas e proposições, os marcos regulatórios, os indicadores das desigualdades, as especificidades das experiências que envolvem os direitos de minorias e ao mesmo tempo propor que planejem e desenvolvam intervenções. Espera-se que essa construção se dê em intenso diálogo com outros setores da sociedade, já que a promoção de uma cultura dos direitos humanos exige a articulação de diversos saberes. O objetivo é que o/a estudante tenha acesso a diversas perspectivas que caracterizam o intenso debate social, político e científico sobre os direitos humanos, reafirmando o papel que a universidade pública exerce na sociedade e seu compromisso social com a formação acadêmica e cidadã.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Direitos Humanos

1. Fortalecer e consolidar a Política de Direitos Humanos em todos os *Campi* UFMG, criando condições para que as normativas se transformem em atos e ações concretas com impacto na vida cotidiana das pessoas, consolidando e expandindo uma cultura dos direitos humanos.
2. Promover a formação sistemática e continuada em Direitos Humanos dos/as estudantes da UFMG, mas também do corpo técnico administrativo e de professores contribuindo com a construção de um espaço de reflexão e análise dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e uma sociedade livre, justa e solidária.
3. Estimular práticas sociais, educacionais, profissionais e institucionais em direitos humanos no âmbito da UFMG.
4. Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando diferentes áreas de conhecimento, voltadas para a compreensão e difusão da importância dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
5. Promover a ampliação de uma política institucional de Direitos Humanos buscando colaborar com a promoção de condições de trabalho e de estudo que garantam uma crescente equidade, fortalecendo uma cultura dos Direitos Humanos na UFMG e combatendo todas as formas de violação dos DH (racismo, sexism, homofobia, transfobia, entre outros).
6. Promover o fortalecimento e a transversalização dos estudos dos direitos humanos com objetivo de produzir uma agenda de trabalho permanente que contribua para uma crescente equidade e inclusão social.
7. Ampliar a participação da UFMG em redes nacionais e internacionais de Direitos Humanos, incentivando ações de colaboração acadêmica e intercâmbio.

AÇÕES¹⁶

Ações - Direitos Humanos	1	2	3	4	5
1. Realizar levantamento sistemático sobre violações dos direitos humanos na UFMG, aprofundando trabalho iniciado pela Comissão que elaborou a Resolução aprovada em maio de 2016.					
2. Instituir e apoiar a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão.					
3. Discutir com a comunidade sobre a criação de um Núcleo de Promoção dos Direitos Humanos na UFMG, para agregar e coordenar os esforços exigidos para a implementação dessa política.					

¹⁶ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

4. Promover espaços de integração entre as diversas disciplinas das Formações Transversais, discutindo as contribuições das Humanidades para as demais áreas do conhecimento.				
5. Aprimorar e expandir as Formações Transversais em Direitos Humanos; em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, Gênero e Sexualidade e Acessibilidade e Inclusão.				
6. Produzir material didático com foco interdisciplinar sobre a temática dos direitos humanos por meio de programas de EAD.				
7. Realizar conferências sobre Direitos Humanos, com a presença de referências acadêmicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, no debate sobre os diversos temas que envolvem os DH – gênero, sexualidade, raça/etnia, migração, DH e meio ambiente, moradia, memória e verdade, infância e juventude, entre outros.				
8. Lançar editais que fomentem atividades de pesquisa e extensão interdisciplinares, contribuindo para deslocar esse debate do campo exclusivo das Humanidades e do Direito, em torno de temáticas do DH por meio de uma ação conjunta entre as Pró-Reitorias Acadêmicas, a DRI, a DAC, o NAI e demais órgãos.				
9. Dar continuidade e ampliar ações que reconheçam os saberes populares que contribuíram para a expansão dos direitos humanos, promovendo a descolonização da ciência e da Universidade.				
10. Publicar produções de referências nacionais e internacionais em torno da temática da temática dos direitos humanos em parceria com a editora da UFMG e outras editoras nacionais.				
11. Pleitear receber a Cátedra Direitos Humanos da Associação Universidades do Grupo Montevideo (AUGM).				
12. Propor curso sobre Direitos Humanos no Brasil e na América Latina, juntamente com o Centro de Estudos Latino-americanos, para público composto por profissionais das políticas públicas, dos movimentos sociais, de estudantes de Graduação de países da América Latina.				
13. Desenvolver material informativo e preventivo sobre direitos humanos em relação a violações e preconceitos, como, por exemplo, cartilhas virtuais que ajudem a comunidade a nomear as violências e preconceitos vividos, a identificá-los e também a preveni-los.				
14. Realizar campanhas específicas sobre direitos humanos e ações comemorativas de datas nacionais e internacionais importantes dos direitos humanos.				
15. Aprimorar o atendimento qualificado dos setores e serviços da UFMG aos sujeitos da diversidade e criar e fortalecer setores de escuta específica a esses sujeitos.				
16. Incluir na recepção aos servidores recém-contratados – docentes e TAEs – a formação em Direitos Humanos.				
17. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs que envolvam temas dos Direitos Humanos.				
18. Articular a política de cultura, de esporte e de lazer da UFMG com a temática dos direitos humanos, promovendo, por exemplo, a acolhida dos artistas refugiados.				
19. Dar continuidade à proposta do Domingo no <i>Campus</i> , ampliando a participação das comunidades periféricas da RMBH.				
20. Estabelecer programas específicos para acolhimento de imigrantes, refugiados e vítimas de deslocamentos forçados.				

4.1.2 Saúde Mental

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, saúde mental é compreendida como um estado de bem-estar em que o indivíduo desenvolve suas capacidades, supera as situações estressantes normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade (OMS, 2013)¹⁷. Reconhecendo a necessidade de ampliar o conceito, para além do indivíduo, incluindo sua dimensão institucional e coletiva, a UFMG tem realizado várias ações com o objetivo de definir uma Política de Saúde Mental, seja por intermédio da Rede de Saúde Mental, seja pela organização de eventos e encontros realizados nas Unidades e por ação da Administração Central.

A Rede Saúde Mental da UFMG, vinculada à PROEX, foi criada em 2014 com o objetivo de reunir projetos e programas de extensão para construção de uma agenda interdisciplinar e continuada de trabalho em torno das questões relacionadas à saúde mental, políticas públicas e cidadania. Uma das principais ações que a Rede tem desenvolvido nos últimos anos, refere-se à realização da Semana de Saúde Mental e Inclusão Social que nas suas primeiras edições foi coordenada pelo Programa de Extensão de Saúde Mental (PASME) passando a ser de responsabilidade da Rede no ano de 2016. Outras ações desenvolvidas pela Rede buscam fortalecer o diálogo entre instituições, estudiosos e pesquisadores nacionais e internacionais que se dedicam à saúde mental e a comunidade interna e externa à UFMG.

Em 2015, durante a III Semana de Saúde Mental, foi realizado o *I Conversatório* entre setores que atuam em interface com a saúde mental na UFMG e naquele momento ficou evidente, devido aos casos de sofrimento mental envolvendo estudantes, servidores e funcionários contratados da Universidade, a necessidade de uma política de saúde mental da e para a UFMG. A Rede encaminhou ao Reitor a solicitação de implantação de uma comissão institucional de saúde mental que pudesse elaborar as diretrizes dessa política. Tal solicitação foi acolhida imediatamente e nesse mesmo ano foi instituída a Comissão Institucional de Saúde Mental (CISME). Por meio de uma metodologia participativa e dialógica, a Comissão elaborou um relatório (<https://www2.ufmg.br/proex/Redes>) que tem orientado desde então, as ações dos setores que participam da Rede. Um resumo desse relatório é apresentado no Anexo V.

Algumas ações e iniciativas foram realizadas envolvendo setores da Administração Central e Unidades Acadêmicas, a saber: criação do Núcleo de Escuta da PRAE; Fortalecimento e criação de núcleos de escuta acadêmica em diversas Unidades Acadêmicas (Medicina, Farmácia, Veterinária, Letras, Faculdade de Educação); ampliação dos serviços da FUMP de atenção psicológica, principalmente na moradia estudantil; definição de um fluxo de urgência e emergência para questões de saúde, incluindo a saúde mental; realização de rodas de conversa, encontros, eventos organizados por estudantes e servidores técnico administrativos, com apoio da Rede Saúde Mental; encontros de formação continuada entre os serviços da UFMG que participam da Rede e atuam em interface com a saúde mental.

Essas iniciativas precisam ser ampliadas, consolidadas e novas ações praticadas. Assim foi proposta a implementação de uma Comissão Permanente de Saúde Mental ligada à Administração Central que deverá assumir um papel de execução da política de saúde mental. Nesse contexto, busca-se uma postura mais proativa frente às situações de sofrimento mental que a UFMG vivencia e

¹⁷Organizacion Mundial de la Salud (OMS). Plan de acción sobre salud mental 2013-2020. Ginebra. 2013. Disponible en: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/97488/1/9789243506029_sp.pdf?ua=1

colocam-se em prática ações que contemplem os princípios estabelecidos no Relatório da Comissão de Saúde Mental:

- I. Universidade para todos: acolhedora, flexível, acessível, inclusiva e solidária.
- II. Protagonismo das pessoas com a experiência de sofrimento mental.
- III. Respeito à vida e aos valores éticos da convivência humana.
- IV. Sintonia e defesa do SUS; da Política Nacional de Saúde Mental (Lei nº 10.216/2001) e todo o arcabouço legal que compõe e orienta os programas municipal, estadual e nacional de saúde mental para o tratamento territorial/comunitário em liberdade; da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS); e, da Política de Direitos Humanos da UFMG (Resolução nº 09/2016, de 31 de maio de 2016).

A execução da Política de Saúde Mental representa um trabalho sistêmico, com o envolvimento de toda Comunidade Acadêmica (discentes, servidores docentes e TAEs e funcionários contratados), propondo ações que venham sensibilizar e mobilizar as diversas Unidades e Setores, sob a coordenação da Administração Central.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saúde Mental

1. Viabilizar a implementação da Política de Saúde Mental da UFMG, colocando em prática as indicações do relatório produzido pela CISME, voltadas para discentes, servidores docentes e TAEs.
2. Consolidar a Rede de Saúde Mental (RSM) da UFMG, que congrega diversas Pró-Reitorias e Órgãos de várias Unidades que se dedicam ao tema, sob coordenação da PROEX, como lugar de definição e acompanhamento da Política de Saúde Mental da UFMG.
3. Instituir comissão permanente de saúde mental que, em diálogo com a Rede, será responsável pela execução da política de saúde mental na UFMG.

Ações - Saúde Mental	1	2	3	4	5
1. Apoiar a continuidade de realização anual da Semana de Saúde Mental, coordenada pela Rede de Saúde Mental.					
2. Produzir e distribuir materiais que orientem a Comunidade Acadêmica quanto à promoção das condições de saúde mental, cuidados e tratamento do sofrimento mental.					
3. Criar espaços nos <i>Campi</i> da UFMG dedicados a atividades de convivência e interação entre os diversos sujeitos que circulam nos <i>Campi</i> .					
4. Incentivar e apoiar o desenvolvimento de políticas e ações de promoção da saúde mental nas diversas Unidades da UFMG, desenvolvidas por docentes, TAEs e discentes.					
5. Promover programa de formação permanente para servidores docentes e TAEs em temas como: relação estudante/professor e estudante/ TAEs; comunicação não-violenta; relações interpessoais; psicologia e educação; diversidade e gênero; juventudes contemporâneas; saúde e sofrimento mental na contemporaneidade, entre outros.					

4.1.3 Acessibilidade e Inclusão

O processo de inclusão dos estudantes com deficiência na UFMG teve início na década de 90 com o projeto ProAcesso, com um programa específico de atendimento às pessoas com deficiência no Vestibular e a criação do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV). O primeiro tinha como foco as questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica, o segundo voltado para o suporte dos candidatos com deficiência no momento da prova do processo seletivo (prova em diferentes formatos, uso de tecnologias, entre outros). O CADV dispunha de dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio às pessoas com deficiência visual, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Trabalhava na produção de material didático adaptado para os diversos cursos por meio da digitalização, da transcrição para o braile, de gravações em áudio, da impressão de textos ampliados.

Em 2002, foi instituída a Comissão Permanente de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (CPAPNE) com o objetivo de assegurar a permanência das pessoas com necessidades especiais no âmbito da Universidade. Essa comissão atuou até 2014, quando foi instituída uma Comissão Especial que elaborou um relatório com o panorama geral de pessoas com deficiência na Instituição, um diagnóstico da situação de acessibilidade e a proposição de ações a serem desenvolvidas no âmbito da UFMG para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes e servidores com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico, profissional e social. Dentre as propostas encaminhadas nesse relatório estava a necessidade de se criar um órgão que pudesse coordenar a política de acessibilidade e inclusão da Instituição. Atendendo essa indicação, em 2015 foi criado o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que incorporou à sua estrutura de funcionamento o CADV e a equipe de Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais (TILS) existentes na UFMG à época.

A inclusão na UFMG hoje ocorre sob o manto de uma política institucional, que se processa sob a coordenação do NAI, que tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação e execução de ações para assegurar a inclusão, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e ao acesso à informação. O trabalho é voltado para o atendimento de estudantes com deficiência matriculados nos diferentes níveis de ensino e servidores da UFMG e tem sido realizado com base nos princípios: conhecimento da população com deficiência; acompanhamento *in loco* dessas pessoas; diálogo com outras instituições; parceria com todas as instâncias da Universidade contribuindo para uma ação interdisciplinar; estímulo à formação de profissionais para a educação inclusiva; incentivo à construção do conhecimento sobre a temática. É importante ressaltar que a deficiência faz parte da condição humana e resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Dessa forma, o papel do NAI envolve, em sua essência, identificar barreiras e facilitadores; implementar ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e pertencimento; com vistas à mudar espaços, tempos, relações, procedimentos e processos no cotidiano da Universidade.

Entre as ações desenvolvidas pelo NAI, destacamos o treinamento e capacitação da Comunidade Acadêmica para o atendimento desse público; atividades de sensibilização; confecção de cartilhas sobre direitos e deveres desse público; suporte de acessibilidade nos eventos institucionais; apoio e estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática acessibilidade e inclusão (Edital Programa de Incentivo a Inclusão e Apoio à Promoção da Acessibilidade); aperfeiçoamento do processo de seleção de servidores com deficiência;

aperfeiçoamento do processo de registro e matrícula de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino oferecidos pela Universidade; confecção e disponibilização de dispositivos de tecnologia assistiva; treinamento para uso de dispositivos de tecnologia pelos estudantes e servidores; empréstimo de equipamentos para uso em classe; desenvolvimento de plano de desenvolvimento acadêmico individualizado a partir do diálogo com Colegiados; monitoria especial; orientação quanto a rotina de estudo; orientação relacionada a habilidade social; orientação aos professores na oferta e uso de métodos de avaliação diferenciados, bem como de materiais pedagógicos diferenciados; orientações pedagógicas diversas; serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); análise dos diferentes espaços com relação à acessibilidade arquitetônica, dos transportes e de mobiliário com indicação das alterações necessárias; acessibilidade nas bibliotecas; entre outras. Nota-se que as ações realizadas atendem as diferentes dimensões de acessibilidade (atitudinal, metodológica, instrumental, pedagógica, das comunicações e da informação, arquitetônica e dos transportes) não só buscando atender o disposto na legislação pertinente mas, principalmente com o fim de tornar a UFMG uma Instituição acessível e inclusiva.

É importante esclarecer que cada estudante ou servidor acompanhado pelo NAI apresenta demandas distintas em função da sua condição, curso, Unidade Acadêmica ou local de trabalho, entre outros aspectos, exigindo uma ampla gama de intervenções e diferentes suportes, sendo necessário o diálogo e parceria efetiva com o estudante, o Colegiado do Curso, professores, chefias, setores de trabalho, para potencializar as capacidades de cada um, favorecendo a permanência na Instituição.

No que diz respeito à concepção e implantação dos atuais projetos arquitetônicos e urbanísticos da Instituição, esses atendem aos princípios do desenho universal e às normas técnicas de acessibilidade da ABNT. No entanto, boa parte dos prédios da UFMG foram construídos em momento anterior a esses regulamentos e necessitam adequações. Nesses casos, a reforma ou ampliação desses espaços é executada de modo que esses se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Quanto ao transporte coletivo da Instituição, fundamental para o deslocamento no *Campus* considerando sua extensão, todos os que aqui circulam contam com dispositivo de acessibilidade. Para melhorar ainda mais esse deslocamento para as pessoas com deficiência física e dificuldade de mobilidade, o NAI adquiriu recentemente um veículo adaptado que auxiliará no deslocamento dessas pessoas nos espaços da Instituição. Espera-se que esse serviço tenha início a partir do ano de 2019, podendo ser acessado por esse público via app, desde que cadastrado no NAI e atendendo critérios específicos.

Para o desenvolvimento das atividades que lhe são pertinentes, o NAI conta com uma equipe composta por professores coordenadores, pedagogo, tradutores e intérpretes de LIBRAS, TAEs e bolsistas de Graduação. Essa equipe trabalha em parceria com diversos órgãos, setores e projetos da Instituição, formando uma rede de colaboração para o desenvolvimento das ações sobre a temática. Entre eles podemos destacar a PRA, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), a PROGRAD, a PRPG e PROEX, a PRAE, a FUMP, o Projeto de Extensão do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG (PARAMEC), o Núcleo de LIBRAS na FALE, o Laboratório de Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão (LAPPEI), os Colegiados de Curso.

Inclusão em números

A partir de 2015, a UFMG instituiu o Censo da Pessoas com Deficiência no sistema de matrícula dos estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UFMG. No momento da matrícula, os estudantes eram convidados a responderem (autodeclaração) um questionário sobre deficiência: se

tinham alguma deficiência, qual (física, auditiva, visual, intelectual, transtorno do espectro autista, múltipla), sua especificidade (por exemplo, cegueira, baixa visão), se fazia uso de dispositivos de tecnologia assistiva e quais. Esse questionário trouxe informações mais consistentes e próximas do real sobre o universo de estudantes com deficiência matriculados nos diferentes cursos da UFMG. Esse processo de captação dos dados tem sido mantido sendo que, em 2018, passou a fazer parte do cadastro realizado por todos os estudantes no momento do seu registro acadêmico e ingresso na Instituição.

É importante destacar que, a partir de 2018, em decorrência da inclusão da reserva de vagas para pessoas com deficiência dentre as modalidades de reserva de vagas no processo de admissão aos cursos de Graduação da UFMG, houve um aumento significativo no ingresso de estudantes com deficiência na Instituição, com consequente aumento no número de estudantes que demandam suporte direto do NAI. A Tabela 27 apresenta o número de estudantes que declararam ter deficiência no período de 2016 a 2018. A oscilação observada encontra justificativa no número de estudantes que concluíram seus cursos, na eventual evasão, no aumento do número de ingressantes por reserva de vagas e, eventualmente, pelo desejo de saírem da invisibilidade.

TABELA 27
Número de estudantes que declararam deficiência, de 2016 a 2018

	2016	2017	2018
Total	409	362	540
Em acompanhamento pelo NAI	39	56	164

Fonte: Censo das Pessoas com Deficiência

Dentre os tipos de deficiência, no momento, a física é a mais recorrente (49,8%), seguida da visual (26,9%), auditiva (15,7%), Transtorno do Espectro Autista (4,5%) intelectual (2,7%) e múltipla (0,4%). Esse público está matriculado em cursos de todas as áreas do conhecimento. Observamos em 2018, com o ingresso por reserva de vagas, uma maior abrangência na escolha das áreas do conhecimento, o que traz novos desafios. Se, em 2015, o maior número de matrícula estava nas áreas de humanas e sociais aplicadas, em 2018, os estudantes ingressantes optaram, em sua maioria, pela área de saúde, seguida pela área de sociais aplicadas como mostra a Tabela 28.

TABELA 28
Percentual dos ingressantes com deficiências, por área do conhecimento dos cursos,
na primeira chamada do SISU 2018

Área do conhecimento	%
Agrárias e Biológicas	5,4
Engenharias	14,8
Exatas e da Terra	8,1
Humanas	9,4
Linguística, Letras e Artes	6,7
Saúde	30,0
Sociais Aplicadas	25,6

Além do acompanhamento aos estudantes de Graduação e Pós-Graduação, o NAI também oferece suporte e orientação para o CP no atendimento dos estudantes do ensino básico e fundamental

com alguma deficiência. Cabe registrar que, desde 2016, o CP oferece 5% de vagas reservadas para crianças com deficiência nos seus editais de seleção. Esses estudantes e suas respectivas famílias, são recebidos pelo NAI no momento do registro acadêmico para acolhimento, conhecimento inicial das necessidades e funcionalidade do ingressante, bem como a definição de diretrizes gerais para suporte das atividades acadêmicas. Essas questões são discutidas com o Núcleo de Atendimento e Integração Pedagógica (NAIPE) do próprio CP, responsável pelo acompanhamento mais direto desses estudantes.

Em relação aos servidores, a UFMG atende a legislação e reserva entre 5 a 20% das vagas providas em concurso público para as pessoas com deficiência. O Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH), em parceria com o NAI, o Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (DAST) e gestores, realiza o acompanhamento funcional desses servidores a fim de promover a acessibilidade e a inclusão no trabalho.

A política de acessibilidade e inclusão da UFMG implica no trabalho em parceria, com consequente envolvimento dos diferentes atores responsáveis pela política acadêmica e administrativa da Instituição e de toda a Comunidade Universitária, buscando uma mudança de patamar nesse aspecto e viabilizando, de fato, a participação, permanência e sucesso desse público nos diversos contextos de atuação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Acessibilidade e Inclusão

1. Consolidar o NAI como órgão responsável pela coordenação e execução da política da UFMG para pessoas com deficiência.
2. Reconhecer a acessibilidade como princípio fundamental para a garantia dos direitos e para a promoção da autonomia e independência de cada um e a inclusão com o objetivo de possibilitar a participação de todos, em igualdade de condições.
3. Reconhecer o potencial de todo cidadão, estimular a participação de cada um, apreciando as diferentes experiências nas quais a limitação do indivíduo não diminui seus direitos e deveres.
4. Garantir o acesso, participação e pertencimento das pessoas com deficiência no âmbito da Instituição.
5. Eliminar ou minimizar as barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas, entre outras, que impossibilitam ou dificultam a participação social de pessoas com deficiência no contexto educacional e do trabalho.
6. Estabelecer o diálogo contínuo entre todos os envolvidos com a implantação da política de acessibilidade e inclusão da e na UFMG.

Ações - Acessibilidade e Inclusão	1	2	3	4	5
1. Promover, a partir de discussões com a comunidade, o fomento de projetos e ações que assegurem a acessibilidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida nos espaços da UFMG.					
2. Estimular uma mudança sociocultural para que a presença e a participação de pessoas com deficiência sejam valorizadas e possibilitadas em todas as instâncias da vida social.					
3. Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência e a terminalidade de estudantes com deficiência, visando assegurar as condições adequadas para o sucesso acadêmico e social.					
4. Acompanhar e avaliar o ingresso e a trajetória profissional de servidores com deficiência, visando assegurar as condições adequadas para o seu sucesso profissional e a sua inserção nos ambientes de trabalho.					

5. Estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFMG, bem como o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, em prol do desenvolvimento e consolidação das ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiência.					
6. Catalisar, prover e articular projetos, pesquisas e ações que tenham como foco a inclusão e a acessibilidade, formando uma rede de colaboradores imprescindível para o desenvolvimento das ações voltadas para a pessoa com deficiência no âmbito da UFMG.					
7. Adquirir acervo em diferentes formatos e implantar acessibilidade nas bibliotecas universitárias.					
8. Desenvolver e implementar o projeto de rotas acessíveis na UFMG.					
9. Acompanhar o plano de implantação da acessibilidade de transporte vertical nas Unidades.					
10. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.					
11. Garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso e conhecimento de ferramentas tecnológicas, que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.					
12. Garantir aos servidores com deficiência o acesso a recursos que eliminem as barreiras no processo de trabalho.					
13. Auxiliar os docentes no desenvolvimento e uso dos diversos métodos e práticas de ensino mais adequados à realidade das pessoas com deficiência.					
14. Investir em infraestrutura, visando o processo de transformação das dependências da Universidade em espaços mais acessíveis.					
15. Buscar a construção do conhecimento acerca da deficiência, suas implicações psíquicas, motoras, cognitivas e sociais, por meio de seminários, palestras, oficinas e grupos de pesquisa e publicações, a fim de difundir o conhecimento, contribuindo também com o processo de inclusão na Universidade.					
16. Buscar o intercâmbio de informações com outras instituições universitárias, objetivando o aprimoramento das ações e a difusão de boas práticas relativas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.					
17. Construir parcerias com todas as instâncias da Universidade que trabalhem direta ou indiretamente com a temática da pessoa com deficiência, visando suprir lacunas que possam vir a existir na execução dos trabalhos, além de contribuir para uma ação interdisciplinar e transdisciplinar, oportunizando o crescimento da Instituição com relação à temática da inclusão.					
18. Formar gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais.					
19. Fortalecer e expandir a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão.					
20. Elaborar, produzir e distribuir recursos educacionais para a acessibilidade.					
21. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs que envolvam temas relacionados a Acessibilidade e Inclusão.					

4.2 Autonomia e Relações Institucionais

A autonomia universitária foi estabelecida na Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988, abrigada pelo art. 207: “*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”. A introdução desse artigo deu-se, certamente, a partir da necessidade de garantir que as universidades realmente pudessem cumprir, de modo autônomo e independente, a sua verdadeira, relevante e indispensável finalidade. Pode-se dizer que a Constituição outorga “autonomia didático-científica” (atividades-fim) e “autonomia administrativa e financeira” (atividades-meio), autonomia que deve ser exercida sempre se respeitando os limites constitucionais.

A UFMG deve seguir, em todas as suas interlocuções e interações com outros agentes e instituições, uma conduta fundamental: a de uma universidade autônoma, que promove a reflexão crítica e plural, tendo como referencial o princípio ético que aponta a necessidade da construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, e que se pauta pela primazia do interesse público. Ao lado de outras universidades federais, deve promover o princípio constitucional da autonomia universitária. Também é importante que a UFMG estabeleça amplo diálogo com a sociedade que evolua para potencializar sua contribuição para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Diante da necessidade de ampliar e aprofundar articulações com a sociedade, a UFMG conta com a Diretoria de Cooperação Institucional (COPI), órgão de Assessoria da Administração Central, criada em 1998. A COPI busca estabelecer diálogo permanente entre a UFMG e a sociedade, buscando parcerias que possibilitem o desenvolvimento de projetos inovadores. Essa Diretoria atua em eixos direcionados à interação da Universidade com a sociedade, prioridade essencial, no caso de uma instituição de ensino superior pública, como é a UFMG. Desse modo, busca estabelecer interlocução com a sociedade, visando o desenvolvimento de programas de cooperação mútua. Também se constitui em canal privilegiado da interação entre a Universidade e seus egressos, compartilhando informações e divulgando oportunidades, sejam de prosseguimento de sua formação acadêmica, sejam de atuação profissional.

Por intermédio das ações da COPI tem sido possível atuar na identificação de oportunidades externas, que se associam a projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade. A COPI promove, assim, a mediação, articulação e a negociação necessárias e, ao mesmo tempo, estimula a captação de recursos, os quais permitem o desenvolvimento dos projetos pactuados nas parcerias firmadas entre a UFMG e os diferentes organismos da sociedade. Tais projetos contribuem significativamente para o fortalecimento das atividades acadêmicas da Universidade.

Em 2000, a COPI instituiu o Programa Sempre UFMG, que objetiva promover a conexão permanente entre a UFMG e seus egressos, através do contato contínuo com os ex-estudantes, possibilitando sua participação em atividades culturais e acadêmicas e acesso às suas dependências, inclusive bibliotecas e espaços de lazer. O Programa também busca estabelecer uma rede de oportunidades através do Projeto Perfil que visa a auxiliar os egressos na inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a disponibilizar a esse mercado profissionais formados por essa Universidade de reconhecida excelência nacional e internacionalmente.

Visando a atender a demanda da Comunidade Universitária e também das suas entidades representativas, foi criada, em 1990, a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), Órgão de Assessoria ligado ao Gabinete do Reitor. A função dessa Coordenadoria é prestar o atendimento à

Comunidade Universitária (discentes ou servidores docentes e TAEs) através de escuta qualificada, intervenção social, apoio técnico e logístico, dentre outras ações que promovam a facilitação do acesso a bens e serviços oferecidos pela UFMG, conforme necessidades de cada um desses segmentos, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, culturais, políticas e sociais.

AUTONOMIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

OBJETIVOS GERAIS

Defender um projeto de autonomia universitária – didático-pedagógico, administrativo, político e financeiro – e que garanta a laicidade e a liberdade de pensamento, de pesquisa, de crítica e de expressão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Buscar alternativas diversificadas para os projetos acadêmicos considerados prioritários pela UFMG, por meio de articulações entre a Universidade e a sociedade em geral, entidades privadas, do terceiro setor, empresas públicas e o poder público em seus três níveis: federal, estadual e municipal.
2. Fortalecer a cooperação com outras instituições de ensino superior, com vistas à articulação das políticas para o ensino superior no Brasil, sempre em defesa do caráter público e gratuito das universidades.
3. Promover um projeto de autonomia universitária de dimensão nacional que garanta, por meio da alocação dos recursos financeiros necessários e da implantação de instrumentos adequados, tanto o avanço das Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) já consolidadas, quanto o pleno desenvolvimento das instituições menos consolidadas, pautando-se por princípios de solidariedade que levem a um equilíbrio do sistema federal de ensino superior, em patamares crescentes de qualidade da atuação institucional.
4. Criar novos instrumentos e métodos para otimizar, na UFMG, a captação de recursos voltados para as áreas relativas à extensão, à pesquisa científica, à cultura e aos esportes da Universidade.
5. Aprimorar os mecanismos de aproximação e interação entre a Universidade e seus egressos, criando ações e oportunidades de aperfeiçoamento profissional e cultural, bem como contribuindo para sua inserção profissional.

AÇÕES¹⁸

ANO	1	2	3	4	5
1. Implementar ferramenta informacional no <i>site</i> da COPI para que a Administração Central e as Unidades Acadêmicas insiram os projetos que demandam recursos financeiros não contemplados por dotação orçamentária federal e por editais de fomento à pesquisa e à extensão.					
2. Formação de um Comitê de Cooperação Institucional para definição de prioridades e de canais adequados à captação, isto é, se por leis de incentivos, por emendas parlamentares ou por doações diretas da sociedade civil.					
3. Elaboração de um plano de divulgação das ações junto à Comunidade Acadêmica, aos egressos e à sociedade civil, através de <i>site</i> da COPI, releases para imprensa e envio de mensagens eletrônicas.					
4. Desempenhar papel protagonista nos diferentes fóruns da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e no Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (FORIPES), articulando políticas para o ensino superior no Brasil, defendendo a universidade pública e gratuita.					

¹⁸ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

5. Atuar em parceria com as bancadas parlamentares, com vistas à apresentação de projetos institucionais da UFMG, ao acompanhamento da aprovação e à implementação dos projetos direcionados a UFMG, uma vez aprovados.					
6. Atuar em parceria com os proponentes da Comunidade Universitária no sentido de contribuir na elaboração de projetos, na inserção dos projetos nos devidos meios (SalicWeb, por exemplo), no acompanhamento da execução e na prestação de contas.					
7. Construção e alimentação de uma plataforma para visualização da produção acadêmica da UFMG voltada à captação de recursos de doações de pessoas físicas (servidores na ativa, aposentados, estudantes, egressos e familiares) e de pessoas jurídicas, Lei nº 13.490, de outubro de 2017, que alterou a Lei nº 9394/96 (LDB).					
8. Desenvolvimento dos recursos necessários para abrir o sistema Quem é Quem UFMG para uso dos egressos como forma de incentivo à interlocução com a Universidade e os pares que integram o sistema em parceria com o Cecom.					
9. Organizar eventos referentes às premiações Medalha de Honra Mendes Pimentel e Medalha de Honra UFMG.					
10. Desenvolvimento dos recursos necessários para abrir o sistema Quem é Quem UFMG para uso dos egressos como forma de incentivo à interlocução com a Universidade e os pares que integram o sistema em parceria com o Cecom.					

4.3 Internacionalização

Bases Conceituais

Instituições universitárias encontram-se hoje presentes em praticamente todos os países. Não obstante toda uma diversidade de modelos institucionais e de formas de se relacionar com as suas respectivas sociedades, tal diversidade de instituições adere a uma identidade comum que se convencionou chamar Universidade. Essas instituições, via de regra, encontram-se entre os bens mais valiosos de cada povo, por uma variedade de motivos que vão do fato de que estas desempenham a tarefa de formar a juventude para o exercício das funções de maior complexidade, passam pela geração de conhecimento aplicável ao desenvolvimento dos processos produtivos e ao aperfeiçoamento dos sistemas de organização da sociedade, e muitos mais. Cabe aqui destacar um desses motivos, que assume particular importância na medida em que é estruturante de todos os demais: é por meio da sua universidade que uma sociedade obtém acesso a toda a herança do conhecimento acadêmico e científico sistematizado, construído coletivamente e descentralizadamente pela humanidade ao longo dos séculos e propagado para o futuro por meio dessas instituições.

Cumprir tal função requer não apenas, de partida, colocar em cena um arranjo de estrutura física e de equipes de pessoas desenvolvendo os papéis que remetam a uma lembrança do que seria uma universidade. A adesão de uma instituição à identidade de universidade requer, fundamentalmente, o estabelecimento de vínculos com o sistema mundial de universidades, colocando em funcionamento os mecanismos necessariamente de mão dupla de geração e de compartilhamento de saberes, mobilizando pessoas, docentes e estudantes, para se colocarem em movimento, assim materializando a presença dessa instituição no que é uma rede de relações que mutuamente define a identidade de cada um de seus nós pela singularidade desse conjunto. Assim, a ação de internacionalização, entendida como o movimento de inserção em tal rede transnacional de instituições congêneres, trata-se de processo constitutivo de uma universidade.

No plano global, a internacionalização do ensino universitário foi aprofundada nas últimas décadas, em consequência do aumento dos fluxos de pessoas e ideias, bem como de uma maior integração produtiva, financeira e comercial das economias nacionais. No Brasil, esse processo também teve impulso considerável em período recente, motivado, principalmente, pela projeção do país no cenário mundial e pelos programas governamentais que vieram a ser implementados a fim de incrementar a mobilidade e o intercâmbio internacionais de estudantes e pesquisadores.

O grau de internacionalização de uma universidade corresponde a uma medida que sintetiza o potencial instalado nessa instituição para impactar as fronteiras do conhecimento e para subsidiar transformações na sociedade. O propósito de transformar a UFMG em uma universidade mundialmente reconhecida¹⁹ requer que suas atividades de internacionalização sejam fortemente alavancadas, por meio de ações e programas que demonstrem sustentabilidade e que ocorram transversalmente na Instituição, da Graduação ao Pós-Doutorado, envolvendo discentes e docentes, e abarcando todas as suas áreas de conhecimento e os seus domínios de atuação. E, por fim, que se dê sob a égide da excelência e da solidariedade. Ou seja, é preciso investir tanto em parcerias equilibradas, assim compreendidas aquelas em que os parceiros exibem graus similares de desenvolvimento, quanto em parcerias não equilibradas, quando um dos parceiros se encontra em estágio de desenvolvimento bem mais avançado que o outro. Há que buscar aprofundar parcerias com instituições que se encontram

¹⁹ World-Class University.

em posições de centralidade, bem como oferecer àquelas que ainda não alcançaram o estágio da UFMG, o apoio e a colaboração para se desenvolverem.

Desde sua fundação, a UFMG tem mantido constante preocupação com o estabelecimento de vínculos acadêmicos com instituições do exterior. Durante os primeiros 60 anos de sua existência, a UFMG praticou esforços na direção da internacionalização de maneira descentralizada, os quais incluíam o doutoramento no exterior de parcela do corpo docente, o estabelecimento de convênios e parcerias internacionais por iniciativa dos grupos de pesquisa, a participação dos docentes em eventos internacionais, bem como o envio e a recepção de professores visitantes.

A UFMG inseriu-se no atual contexto de mudanças como uma das instituições mais ativas no Brasil, efetuando investimentos significativos e mobilizando recursos materiais e humanos próprios para intensificar a sua internacionalização, devidamente balizada em diretrizes que buscam conjugar princípios de excelência acadêmica e científica com compromissos de solidariedade com as entidades parceiras. A partir do final da década de 1990, a UFMG passou a estruturar mecanismos próprios para dar suporte ao processo de internacionalização, criando em 1998 a Assessoria de Cooperação Internacional (em substituição à antiga Coordenação de Cooperação Internacional) e dotando-a de *status* de Pró-Reitoria. Em 2002, esse órgão passou por nova reformulação e foi renomeado como Diretoria de Relações Internacionais (DRI) – denominação que permanece até o presente momento.

Estrutura Institucional da Internacionalização

A DRI apresenta-se como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, a captar, implementar e acompanhar projetos e convênios interuniversitários. Sua missão é inserir a UFMG no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior, assegurando o cosmopolitismo das atividades acadêmicas. Enquanto espaço específico para tratar e intermediar as relações da UFMG com outras instituições universitárias no exterior, a DRI vem somando esforços estratégicos voltados à indução da internacionalização, trabalhando na criação de programas e projetos que viabilizem a cooperação internacional nos diversos segmentos da UFMG.

Estudantes e professores têm participado de programas acadêmicos, convênios e intercâmbios internacionais. Atualmente, a DRI gerencia mais de 600 instrumentos jurídicos com aproximadamente 430 universidades de 53 países diferentes; e recepciona, anualmente, centenas de estudantes e um grande número de missões de universidades estrangeiras, entre outras atividades. Uma síntese, por país, das parcerias atualmente em vigor é mostrada nas Figuras 1 e 2. A UFMG, através da DRI, integra importantes consórcios de cooperação acadêmico-científica com países da Ásia, África, América Latina, América do Norte, Oceania e Europa, com o objetivo de desenvolver a colaboração recíproca nas áreas de novas tecnologias, ensino, pesquisa e extensão.

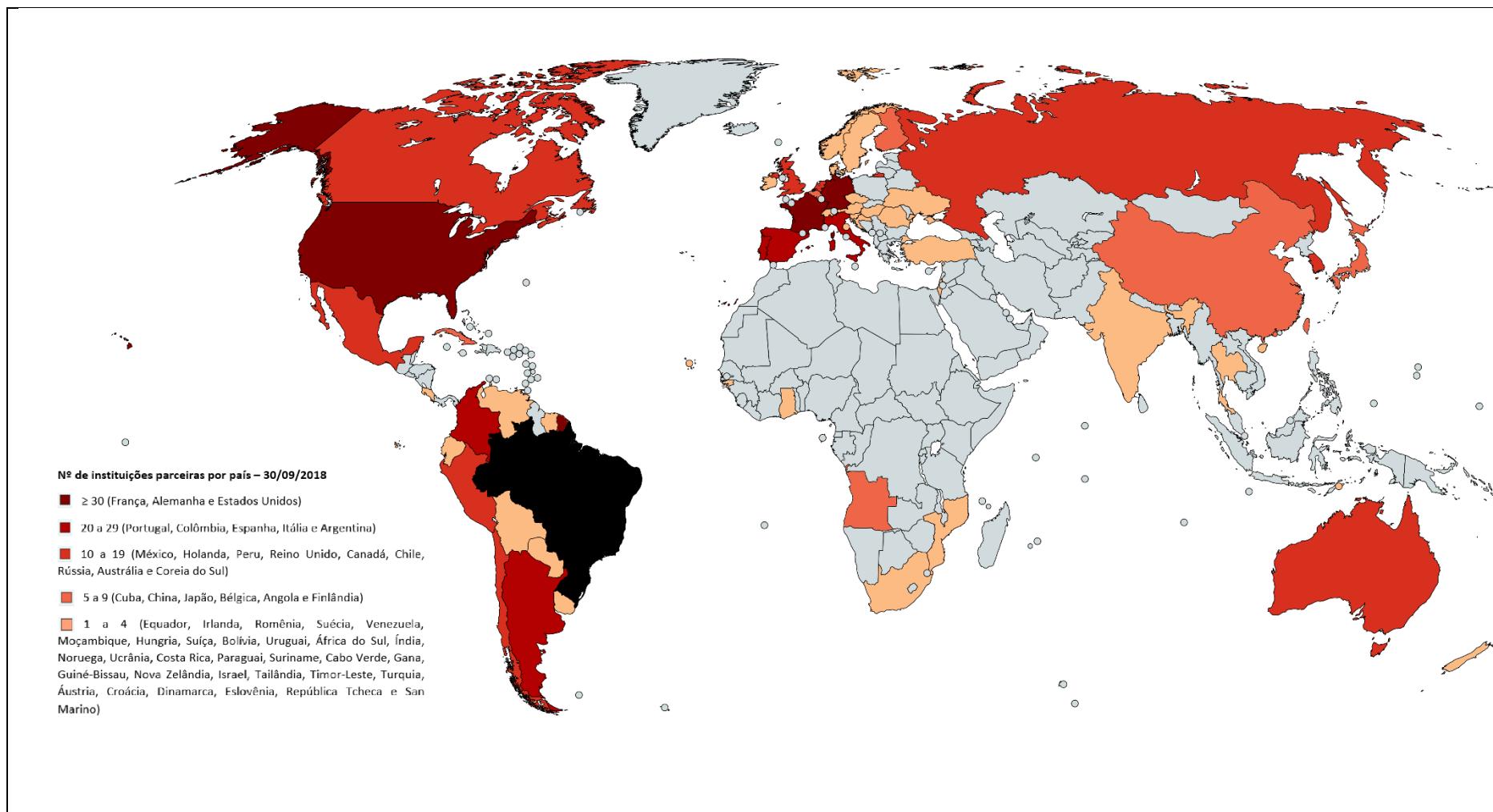


FIGURA 1 – Número de instituições parceiras por país
Fonte: Diretoria de Relações Internacionais (novembro de 2018).

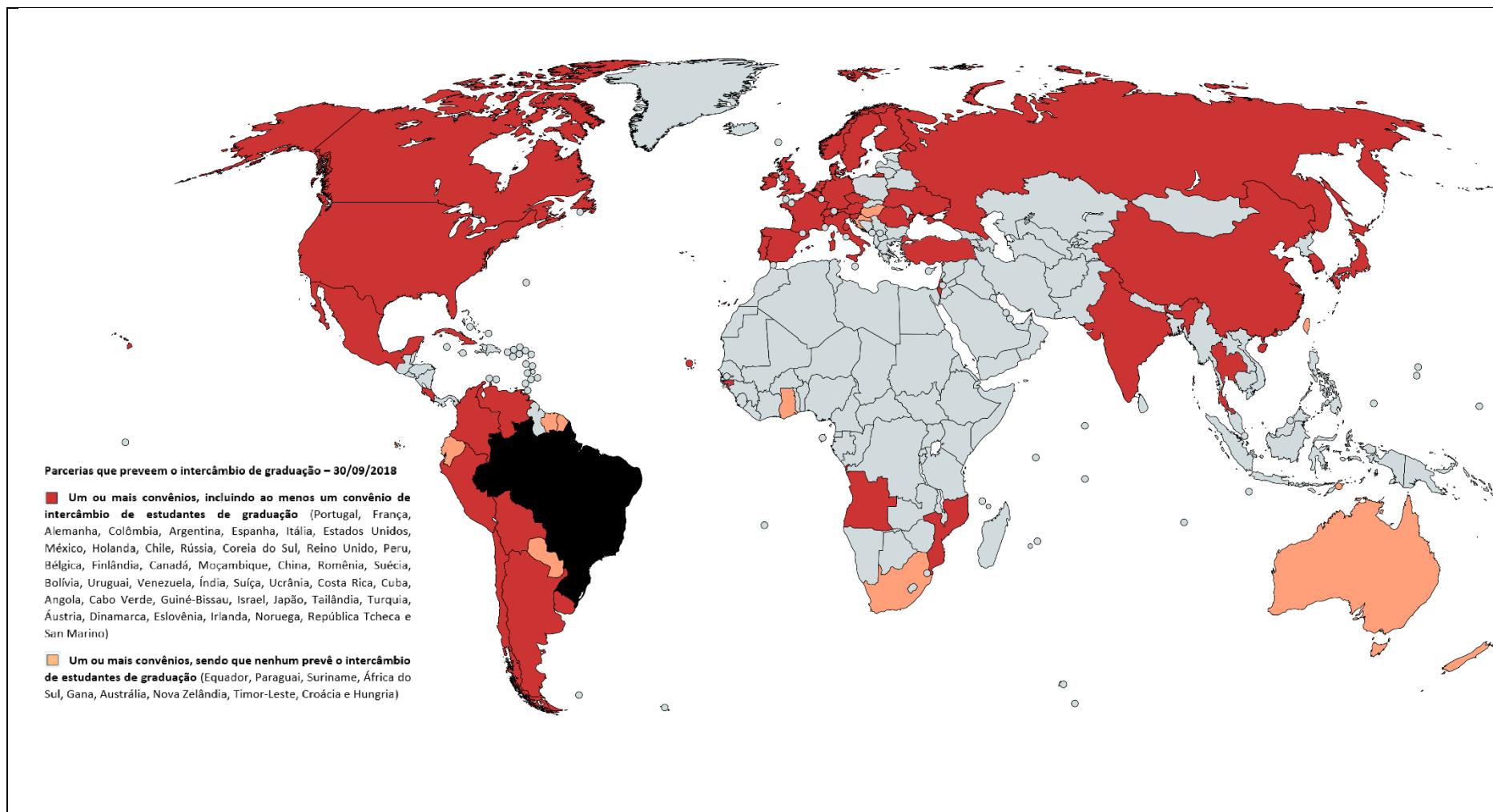


FIGURA 2 – Número de parcerias que incluem intercâmbio de Graduação, por país
 Fonte: Diretoria de Relações Internacionais (novembro de 2018).

Dentre as iniciativas coordenadas pela DRI, destaca-se a criação, a partir de 2013, dos seis Centros de Estudos Regionais da DRI – Centro de Estudos Africanos, Centro de Estudos Chineses (transformado em Centro de Estudos da Ásia Oriental, em 2015), Centro de Estudos Europeus, Centro de Estudos Indianos, Centro de Estudos Latino-Americanos e Centro de Estudos Norte-Americanos – que incorporam parâmetros e objetivos mais abrangentes para a política de internacionalização da UFMG, antes centrada prioritariamente em ações de mobilidade de estudantes e docentes. A implantação dos Centros de Estudos permitiu intensificar novas formas de interação com outras culturas e de promover o desenvolvimento de pesquisas conjuntas em âmbito internacional, objetivos esses que antes dependiam de iniciativas dos departamentos ou de ações e contatos individuais dos professores.

Ao institucionalizar os Centros de Estudos e torná-los supradepartamentais e interdisciplinares, a UFMG foi ao encontro do que é feito nas principais instituições pelo mundo, impulsionando, assim, sua inserção no cenário acadêmico internacional e o cosmopolitismo de suas atividades acadêmicas. A UFMG tem, portanto, se empenhado em institucionalizar uma política de internacionalização, incidente sobre suas ações e seus programas de Graduação, Pós-Graduação, pesquisa e extensão, que contribua para que a Universidade atenda melhor às demandas nacionais e internacionais, e possa posicionar-se, paulatinamente, como uma universidade mundialmente reconhecida.

Também foram recentemente criadas a Coordenadoria de Mobilidade e a Coordenadoria de Proficiência Linguística da DRI. A primeira concentra grande parte da atividade que veio sendo desenvolvida pela DRI desde sua criação, sendo incumbida do apoio aos diversos programas de mobilidade acadêmica. A função da segunda é propor e apoiar a execução de ações que favoreçam o desenvolvimento linguístico da comunidade da UFMG para que seus membros possam atuar em contextos acadêmicos com o nível linguístico adequado.

O propósito de avançar firmemente no campo da internacionalização requer dotar a DRI da infraestrutura adequada e necessária para tanto. Há que melhorar as condições de recepção de estrangeiros (comunicação, acolhimento, moradia, alimentação, transporte); ampliar consideravelmente o número de nossos estudantes com domínio de idiomas estrangeiros, manter adequada oferta de capacitação no idioma português para estudantes e pesquisadores que aqui estejam estagiando; ampliar a participação da UFMG em redes internacionais de universidades; consolidar a ampliar a presença da UFMG em institutos de pesquisas internacionais; assim como reiterar, com firmeza, os princípios que historicamente a UFMG defende em relação a educação superior, entendida como bem público e direito de todos, e as linhas mestras de suas políticas de internacionalização: solidariedade, respeito às diferenças, reciprocidade e equalização de oportunidades.

Programa Minas Mundi

A UFMG mantém um programa de mobilidade internacional próprio conhecido como Programa Minas Mundi, que é coordenado pela DRI. Esse programa reúne todas as vagas de intercâmbio conveniadas com as universidades parceiras e realiza um processo seletivo anual para alocação dessas vagas. Em 2018, foram oferecidas 710 vagas para a mobilidade acadêmica de estudantes de Graduação da UFMG, em universidades de 32 países.

Esse processo seletivo é completamente informatizado desde a submissão de candidaturas até a alocação final das vagas. A gestão operacional do intercâmbio e o acompanhamento dos intercambistas também são feitos por meio de plataforma informatizada. Trata-se de uma iniciativa que contribui para a visibilidade da UFMG no cenário internacional. As vagas conveniadas, sempre

em regime de reciprocidade, também trazem à UFMG estudantes estrangeiros que passam um ou dois semestres letivos na Universidade.

Política de Internacionalização

Em 3 de abril de 2018, o CEPE aprovou a Resolução nº 06/2018, que estabelece os parâmetros da Política de Internacionalização da UFMG. Essa Resolução é mostrada no Anexo VI. Tal Resolução define como princípios dessa Política:

- I. A constante busca pela qualidade e excelência em todas as suas ações.
- II. A reciprocidade em ações com as instituições parceiras.
- III. A solidariedade institucional, em especial com a América Latina e a África.
- IV. O respeito às ações individuais, sem perder de vista o caráter institucional.
- V. A orientação democrática.
- VI. A equalização de oportunidades.

Define também como seus objetivos:

- I. Fortalecer a presença da UFMG na Comunidade Acadêmica internacional, em todas as áreas do conhecimento.
- II. Reforçar as ações de internacionalização da UFMG, realçando seus pressupostos fundamentais.
- III. Desenvolver, abarcando todas as áreas de conhecimento e seus domínios de atuação, ações e programas estáveis e duradouros que ocorram transversalmente na Instituição, da Graduação à Residência Pós-Doutoral, envolvendo discentes e servidores docentes e TAEs.

Política Linguística para a Internacionalização

Há cerca de dez anos tiveram início diversas ações que englobaram apoio à oferta de cursos de línguas, aplicações de testes, entre outras, visando à preparação dos integrantes da Comunidade Universitária da UFMG para a participação em intercâmbios. Nesse contexto, foram criadas as disciplinas Inglês para Fins Acadêmicos, Francês para Fins Acadêmicos, Espanhol para Fins Acadêmicos e Alemão para Fins Acadêmicos. Qualquer estudante regularmente matriculado na UFMG tem acesso a tais disciplinas.

No que se refere à recepção de estrangeiros para a realização de intercâmbio na UFMG, a UFMG mantém há mais de duas décadas um curso de Português como Língua Adicional, que é oferecido pelo CENEX da FALE.

Visando consolidar e expandir iniciativas dessa natureza, foi aprovada em 22 de maio de 2018 a Resolução nº 07/2018 do CEPE, que institui, em caráter permanente, a Política Linguística da UFMG, tendo como princípios:

- I. O acesso democrático ao ensino de línguas.
- II. A garantia ao letramento acadêmico.
- III. O respeito à diversidade linguística.
- IV. A convivência harmônica de comunidades plurilíngues.
- V. A formação cidadã do aprendiz de línguas.
- VI. A cooperação equitativa entre instituições para o acesso ao conhecimento linguístico.

VII. A inclusão social da Comunidade Acadêmica.

VIII. A difusão internacional das produções intelectual, científica, artística e cultural realizadas na UFMG.

INTERNACIONALIZAÇÃO

OBJETIVO GERAL

Buscar a excelência acadêmica, pautando-se pela maior qualidade das parcerias internacionais a serem estabelecidas, bem como pela construção de um alto perfil institucional para a Universidade, acolhendo a diferença, abrigando saberes múltiplos e contribuindo para a constituição de uma comunidade acadêmica multicultural e aberta à diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fortalecer a presença da UFMG na comunidade acadêmica internacional, em todas as áreas do conhecimento, de forma a contribuir para a sua transformação em universidade mundialmente reconhecida.
2. Impulsionar a política de internacionalização da UFMG, realçando seus pressupostos fundamentais: a excelência, a solidariedade, a reciprocidade, a orientação democrática e a equalização de oportunidades para o intercâmbio acadêmico.
3. Implementar de ações que ampliem o comprometimento da UFMG com a internacionalização, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.
4. Aprimorar mecanismos para despertar o interesse da comunidade da UFMG no processo de internacionalização, tornando-o uma aspiração comum a todos os membros da Comunidade Universitária.
5. Implementar ações para garantir a equalização de oportunidades de intercâmbio internacional, ampliando o apoio a estudantes da UFMG com limitações socioeconômicas.
6. Ampliar as ações de internacionalização em casa.

AÇÕES²⁰

ANO	1	2	3	4	5
1. Desenvolver uma estrutura institucional de pontos focais de apoio à internacionalização nas Unidades Acadêmicas que assim o demandarem, visando aumentar a capilaridade das ações de internacionalização. Organizar encontros conjuntos entre a DRI e os pontos focais das Unidades Acadêmicas envolvidos com o processo de internacionalização da Universidade a fim de aumentar a capilaridade das ações de internacionalização.					
2. Apoiar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto Institucional de Internacionalização da UFMG, voltado para a internacionalização da Pós-Graduação.					
3. Publicar editais para atividades de internacionalização, incluindo mobilidade docente, discente e de TAEs.					
4. Aderir a editais nacionais e estrangeiros para fomento de ações de internacionalização.					
5. Realizar de escolas de verão/inverno em caráter permanente com periodicidade nos meses não letivos.					

²⁰ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

6. Realizar seminários de internacionalização voltados para a pesquisa, a Graduação, a Pós-Graduação e a extensão, buscando incentivar também o potencial de atividades extracurriculares e de eventos coordenados por grupos de pesquisa.				
7. Viabilizar a emissão de históricos escolares de Graduação e de Pós-Graduação em língua inglesa e outras línguas estrangeiras.				
8. Garantir o provimento de infraestrutura para atividades de internacionalização.				
9. Promover o acolhimento adequado a docentes e pesquisadores estrangeiros em visita à UFMG, garantindo hospedagens e tornando disponíveis gabinetes para uso temporário, em espaço que permita o uso por várias Unidades Acadêmicas.				
10. Implementar ações específicas de comunicação institucional voltadas para a internacionalização.				
11. Desenvolver sítios <i>web</i> multilíngues e produzir material de divulgação institucional em língua estrangeira, garantindo o investimento continuado em infraestrutura técnica e de recursos humanos para que os sítios <i>web</i> e demais meios de comunicação e divulgação se mantenham sempre atualizados.				
12. Realizar ações de qualificação para a gestão em internacionalização. Promover treinamento específico como parte de uma política de capacitação de recursos humanos voltada para a internacionalização da Universidade, incluindo as secretarias de departamentos, de Unidades Acadêmicas e dos programas de Pós-Graduação.				
13. Desenvolver uma estrutura informatizada de gestão adequada, dedicada à internacionalização da Universidade, incluindo o gerenciamento de ações de mobilidade internacional nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação.				
14. Promover ações para que as iniciativas individuais de colaboração internacional do corpo docente e discente sejam incorporadas institucionalmente com mais agilidade.				
15. Implementar ações específicas voltadas para a proficiência linguística e oferta de disciplinas em línguas estrangeiras, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> ampliar a oferta de cursos em língua estrangeira para a Comunidade Universitária; ampliar a oferta de cursos de Português como Língua Adicional (PLA) para estudantes estrangeiros; fortalecer as atividades do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) como ação institucional; fortalecer a política linguística da Universidade definida por meio de resolução institucional. promover ações conjuntas entre as Pró-Reitorias Acadêmicas e a DRI para aumentar a oferta de disciplinas de Graduação e Pós-Graduação em língua estrangeira visando ao acolhimento de estudantes estrangeiros. 				
16. Implementar ações específicas de acolhimento para a internacionalização da comunidade interna e da comunidade internacional: <ol style="list-style-type: none"> promover programa de orientação aos estudantes da UFMG desde o ingresso na Universidade, visando sobretudo à preparação para mobilidade internacional; promover ações de acolhimento a estudantes estrangeiros, incluindo acompanhamento informatizado de todas as partes do processo de intercâmbio; criar uma identidade institucional para estudantes e docentes estrangeiros que lhes garanta inserção institucional e acesso às dependências e infraestrutura da UFMG; elaborar um guia de orientação sobre a UFMG em línguas estrangeiras, seguindo o exemplo do aplicativo Viver UFMG; 				

	e) promover ações efetivas para acolher visitantes estrangeiros, sobretudo estudantes estrangeiros vinculados a programas de residência pós-doutoral ou professores visitantes, garantindo-lhes inclusão institucional.			
17.	Desenvolver ações voltadas para a participação em redes de colaboração interuniversitária: a) ampliar as ações envolvendo redes de cooperação tradicionais que envolvem parcerias com a Europa e a América do Norte, em princípio de reciprocidade; b) reforçar as ações envolvendo as redes de cooperação com a América do Sul AUGM e os países de língua portuguesa (como a AULP), tendo em vista a relevância geopolítica e acadêmica dessas ações; c) promover atividades com redes de adesão recente da UFMG, tais como a AUF (Agence Universitaire de la Francophonie) e a WUN (<i>Worldwide Universities Network</i>), cujo potencial de colaboração ainda não foi devidamente explorado.			
18.	Ampliar ações voltadas para a consolidação dos Centros de Estudos Regionais: a) desenvolver ações que possibilitem o aumento da capilaridade dos centros de estudos junto à Comunidade Universitária, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão; b) fortalecer a vocação dos centros de estudos como lócus de produção e difusão de conhecimento por meio de articulações com cursos de Graduação e os programas de Pós-Graduação; c) desenvolver atividades de extensão promovidas pelos centros de estudos, incluindo a realização de seminários e escolas de verão/inverno; d) implantar infraestrutura e assegurar dotação de recursos humanos adequados para o funcionamento dos centros de estudos.			
19.	Consolidar parcerias internacionais estratégicas: a) diversificar as regiões geopolíticas de cooperação, estabelecendo redes que se dediquem a projetos inovadores e transdisciplinares; b) promover a amplitude e densidade das parcerias estratégicas, tendo em vista a consolidação de redes de pesquisa interuniversitárias por meio da indução de produções em coautoria, do aumento no número de teses em regime de cotutela e do incentivo ao fluxo bidirecional de pesquisadores em diferentes estágios de formação; c) promover a expansão dos programas de cátedras, a exemplo do programa cátedras franco-brasileiras na UFMG, como forma de fortalecer parcerias estratégicas.			
20.	Garantir, no que couber, o acesso dos docentes, discentes e servidores TAEs da EBAP às oportunidades de internacionalização das atividades acadêmicas, reforçando o potencial de produtividade, colaboração, ineditismo e inovação na educação básica e profissional da UFMG.			

4.4 Ambiente e Sustentabilidade

A questão do ambiente e sustentabilidade se configura como um dos desafios centrais a serem abordados pela humanidade nas próximas décadas. Nesse preciso momento da história da civilização humana, emerge uma consciência de que processos potencialmente irreversíveis de degradação dos biomas terrestres podem, no curso deste século que se inicia, reduzir expressivamente a capacidade dos ecossistemas para sustentar a vida – assim limitando os cenários possíveis de futuro da espécie humana àqueles que configuram uma crescente escassez e uma redução do potencial de bem-estar das gerações dos próximos séculos. Tal consciência se traduz, por exemplo, na enunciação das 17 “Metas para o Desenvolvimento Sustentável”, formuladas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Essas metas constituem uma agenda ambiciosa das Nações Unidas, para ser desenvolvida de 2016 a 2030, e essencialmente reconhecem a interconexão de uma diversidade de fatores que atuam como causa e como força motriz para a degradação ambiental que é preciso deter. As metas, então, se desdobram em temas tais como a proteção à vida nos mares e a reversão da mudança climática, passando pela geração de energia limpa e construção de cidades sustentáveis, e não descuidando de questões como a redução da desigualdade, o fim da pobreza, o fim da fome.

As universidades, em todo o mundo, podem exercer importante protagonismo na articulação de esforços no âmbito da agenda ambiental. Destacam-se as tarefas de geração de conhecimento a respeito das múltiplas dimensões da questão; de formação dos especialistas dos mais diversos campos que sejam capazes de lidar de forma interdisciplinar com esses complexos desafios; de estruturação de sistemas de educação ambiental para o público em geral; tarefas estas para cuja consecução as universidades se fazem indispensáveis.

Entendendo a importância de seu posicionamento institucional, a UFMG inclui neste PDI o tópico do Ambiente e Sustentabilidade como um dos itens listados neste capítulo de Desenvolvimento Institucional – que delineia o núcleo da agenda de transformações institucionais a serem conduzidas nos próximos anos. Trata-se de articular as ações, nas diversas esferas da atividade acadêmica – o ensino, a pesquisa, a extensão – de forma a explorar as sinergias que se configuram e que a complexidade do tema requer.

Além disso, é preciso transbordar os limites tradicionais da atividade acadêmica, construindo um sistema de abordagem da questão ambiental que se configure, e seja percebido, como uma atitude institucional. Assim, é preciso que a organização de todos os aspectos da vida nos *Campi* da UFMG seja pensada para tratar, em grau crescente, de questões tais como: a captação, conservação e uso sustentáveis da água e da energia, a destinação de resíduos e rejeitos, a interação da comunidade com a vegetação, a fauna, o solo e os recursos hídricos – não apenas adequando procedimentos, mas principalmente construindo um padrão atitudinal que se transforme em uma referência, tanto para os membros de sua comunidade interna quanto para a sociedade.

A seguir, é esboçada uma agenda de objetivos e ações a serem desenvolvidos nas diversas esferas de atuação da UFMG, visando constituir esse posicionamento institucional.

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO GERAL

Constituir uma “Agenda UFMG para o Ambiente e Sustentabilidade”, integrando as diversas áreas, os diversos órgãos e setores da Instituição, visando tornar a UFMG um referencial sobre a questão ambiental para a sociedade, tanto na produção de conhecimento e formação de pessoas quanto na prática cotidiana de seu funcionamento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Garantir uma presença significativa da temática ambiental no universo do ensino de Graduação na UFMG, que assegure que todos os egressos sejam cidadãos bem informados sobre tal temática, e que exista a possibilidade, em todos os currículos, de que o estudante obtenha um aprofundamento de estudos sobre o tema, em conexão com seu campo de formação.
2. Estimular a convergência de esforços inter e transdisciplinares, no âmbito dos programas de Pós-Graduação, visando à produção de conhecimento sobre a temática ambiental em suas diferentes dimensões, em articulação com a preparação de pessoas, nos níveis de Mestrado e de Doutorado, capacitadas a tratar de maneira abrangente essa temática.
3. Intensificar e expandir ações que visem a educação ambiental articulada com o uso e o conhecimento dos espaços da UFMG.
4. Incentivar a expansão do número, do alcance e da abrangência de projetos e programas de extensão voltados para a questão ambiental, garantindo a articulação destes com as dimensões do ensino de Graduação e de Pós-Graduação e com a pesquisa.
5. Incentivo a ações que visem o apoio à produção familiar com fomento à produção agroecológica.
6. Garantir que a questão ambiental esteja presente na pauta diária da Universidade, de forma visível e permeando todas as ações: uso racional dos recursos naturais, logística, gestão adequada dos resíduos, atendimento a legislação, compras sustentáveis, proteção à fauna e flora dos *Campi*, etc.
7. Mobilizar a comunidade interna da UFMG para o seu engajamento na questão do ambiente e sustentabilidade, tanto no que diz respeito ao funcionamento cotidiano da Instituição quanto junto à sociedade em geral.

AÇÕES²¹

ANO	1	2	3	4	5
1. Garantir a presença de no mínimo uma disciplina voltada para a questão ambiental em todos os currículos de Graduação.					
2. Ofertar formações complementares ou transversais, disponíveis para estudantes de todas as áreas, que possibilitem uma compreensão aprofundada da questão ambiental, em sua articulação com temáticas tais como: ecologia, sistemas produtivos, segurança alimentar, pobreza e desigualdade, tecnologias, cidades sustentáveis, energias limpas, uso da água, mudança climática, e outros.					
3. Garantir a oferta regular de eventos que discutam a questão ambiental no elenco de atividades dirigidas ao público da Graduação.					
4. Articular esforços de pesquisa na temática ambiental, desenvolvidos no âmbito de diferentes programas de Pós-Graduação através das ações do Programa Institucional de Internacionalização da UFMG, no tema da “Sustentabilidade, Manejo de Risco e Governança”, que se desdobra nos projetos: (i) Desenvolvimento, Inclusão e Exclusão;					

²¹ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

(ii) Mudanças Climáticas; (iii) Fronteiras e Migrações; (iv) Sustentabilidade de Cidades e Territórios; (v) Recursos Naturais com Ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente; e (vi) Energia.					
5. Envolver os programas de Pós-Graduação na oferta sistemática de eventos dedicados à discussão da temática ambiental e destinados ao público interno e externo.					
6. Articular fóruns ou redes que visem aproximar as atividades de pesquisa de diferentes grupos que lidam com a questão ambiental nas diversas áreas do conhecimento.					
7. Articular a existência perene de uma Rede Temática voltada para a questão ambiental, a partir de experiências como o Participa UFMG – Mariana, e o Projeto Manuelzão.					
8. Expandir a realização de eventos em espaços da UFMG que se articulem com a questão ambiental, a exemplo de: Domingo no <i>Campus</i> , Festival de Inverno, Semana do Servidor, e outros, incluindo a expansão do programa de feiras agroecológicas nos <i>Campi</i> .					
9. Fomentar projetos de interação com produtores rurais relacionados à proteção do ambiente e à produção agroecológica.					
10. Praticar, de forma ampla, sistemática e visível, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos em todas as instalações da UFMG.					
11. Elaborar programas de proteção e recuperação dos corpos hídricos e nascentes existentes nos <i>Campi</i> .					
12. Estabelecer protocolos organizacionais para garantir a capilaridade das ações ambientais em toda a Universidade.					
13. Garantir que as fazendas da UFMG adotem práticas sustentáveis em seu funcionamento.					
14. Divulgar, junto à comunidade interna, a legislação pertinente em relação aos resíduos, efluentes e impactos diversos provocados pela atividade acadêmica (pesquisa, fluxo de pessoas, laboratórios, resíduos diversos).					
15. Divulgar, de maneira integrada, o conjunto das ações relativas ao ambiente e sustentabilidade que já estejam em curso, ou já ocorram de maneira rotineira.					
16. Planejar políticas de engajamento da comunidade interna em questões tais como: economia de água, economia de energia, geração de lixo, manutenção de instalações, a partir da divulgação de dados e de indicadores a respeito dessas questões.					
17. Sensibilizar todos os setores da Universidade quanto ao compromisso ambiental da UFMG e aos procedimentos que tal compromisso implica.					
18. Incentivar e dar visibilidade a projetos de proteção ambiental, economia de energia, economia e reuso de água, e outros relacionados à sustentabilidade.					
19. Conhecer, proteger e divulgar a biodiversidade do <i>Campus</i> .					

CAPÍTULO 5 POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A política de recursos humanos deve se pautar pelo princípio do diálogo, do respeito, da inclusão e da participação. A UFMG deve prover alternativas para que seus servidores docentes e TAE possam fazer um planejamento de trajetórias profissionais de modo que assegurem o desenvolvimento de suas potencialidades, permitindo tanto a constituição da qualidade de sua atuação profissional quanto a obtenção de satisfação de suas aspirações individuais. Nesse sentido, é papel da Instituição zelar pela saúde do servidor, compreendida como estado de bem-estar físico, emocional e social, observando suas condições de trabalho e as relações interpessoais que se desenvolvem nesse ambiente. A UFMG deve promover um ambiente solidário, colaborativo, livre de assédio, inclusivo e com respeito à diversidade.

A política de pessoal docente e TAE da UFMG é estabelecida pelo Conselho Universitário, com base em critérios e normas concernentes às atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito da Universidade. A execução dessa política é de responsabilidade da PRORH, a quem compete também a gestão dos recursos de pessoal da UFMG. A PRORH foi criada oficialmente em 30 de março de 2000. Desde então, trabalha com programas que incluem a qualificação de seus servidores, o atendimento à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho, além de sistemas de avaliação de desempenho. Por meio dessas ações, a PRORH busca conscientizar o servidor de seu papel na missão da Universidade: de produção e disseminação do conhecimento. Desde a sua criação, a PRORH age no sentido de consolidar práticas existentes na Instituição e agregar novas ações para a construção de uma política consistente de recursos humanos.

No caso específico da política de pessoal docente, a PRORH conta com a assessoria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e com a supervisão do CEPE. Atualmente, integram a PRORH, além da CPPD, o Departamento de Administração de Pessoal (DAP), o DRH, o DAST, que, desde 2010, é sede da primeira unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), e a Unidade Seccional de Correição (USEC).

O DAST desenvolve papel essencial no processo de seleção e no acompanhamento do servidor, além das atividades técnicas específicas de perícia médica e laudos relacionados a benefícios como insalubridade e periculosidade.

A USEC foi criada para cumprir determinações do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que regulamentou a organização do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Segundo disposto no art. 2º desse Decreto, integram o Sistema a Controladoria Geral da União, que é seu Órgão Central, as unidades específicas de correição organizadas em cada Ministério, identificadas como unidades setoriais, as unidades específicas em cada órgão que integra a estrutura dos ministérios, autarquias e fundações públicas, identificadas como unidades seccionais, e uma Comissão de Coordenação de Correição, que tem função consultiva. Segundo prescrito no citado Decreto e na Portaria nº 95, a USEC tem a atribuição de coordenar as atividades e iniciativas relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito da UFMG, decorrentes de comportamento de seus servidores, visando a assegurar o permanente cumprimento dos padrões éticos que devem reger o serviço público. No desempenho de sua atribuição, a USEC utiliza procedimentos de investigação e

de apuração de responsabilidade regulamentados pelo Direito Administrativo. São eles a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância e o processo administrativo disciplinar.

No sentido de qualificar o relacionamento entre a Comunidade Universitária, a UFMG possui também a Comissão de Ética com características educativa, consultiva, preventiva e conciliadora, que propõe relação de não confrontação entre os diversos segmentos da Comunidade Universitária. Tem por finalidade orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. E há ainda a Ouvidoria que tem a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a Comunidade Universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento.

Cumpre destacar a relevância da contribuição de trabalhadores, com vínculos jurídicos específicos, que não são servidores públicos da Universidade: estagiários, aprendizes da Cruz Vermelha e empregados de empresas contratadas em razão da terceirização de algumas atividades. Deve-se cuidar para que as condições de trabalho, a saúde e a atuação profissional dessas pessoas também estejam em consonância com os princípios da política de gestão de pessoas na UFMG.

A Tabela 29 mostra o quantitativo de servidores docentes e TAE, de acordo com o tempo na UFMG e sua evolução entre 2013 e 2018. Em 2013, 45% dos docentes de Magistério Superior tinham menos de 10 anos de UFMG, sendo que essa proporção subiu para 54% em 2018 (GRAF. 53), refletindo a oscilação entre admissões e aposentadorias. Em relação aos TAE, em 2013, 33% tinham menos de 10 anos de UFMG, sendo que essa proporção subiu para 44% em 2018.

TABELA 29
Distribuição dos servidores docentes e TAE, de acordo com tempo na UFMG,
comparação entre 2013 e 2018

	>35 anos		30-35 anos		25-30 anos		20-25 anos		15-20 anos		10-15 anos		5-10 anos		0-5 anos		Total		
	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	
Doc. Superior	118	149	242	87	159	165	228	485	575	195	217	265	297	888	961	702	2797	2936	
Doc. EBTT	2	2	2	4	4	6	11	11	15	0	0	13	14	37	37	42	85	115	
Doc. Total	120	151	244	91	163	171	239	496	590	195	217	278	311	925	998	744	2882	3051	
TAE A	0	4	6	8	10	0	0	31	42	0	0	1	1	0	0	0	59	44	
TAE B	7	15	23	20	52	14	18	113	135	1	1	1	1	0	0	0	1	237	165
TAE C	19	49	78	62	106	143	183	298	373	19	23	46	53	35	51	132	886	784	
TAE D	86	151	306	163	305	87	128	310	375	81	93	290	321	355	441	807	2055	2244	
TAE E	15	44	98	35	85	17	29	171	215	49	62	190	212	313	341	283	1057	1102	
TAE Total	127	263	511	288	558	261	358	923	1140	150	186	528	589	703	833	1223	4302	4339	

Fonte: Ministério do Planejamento, Brasil.

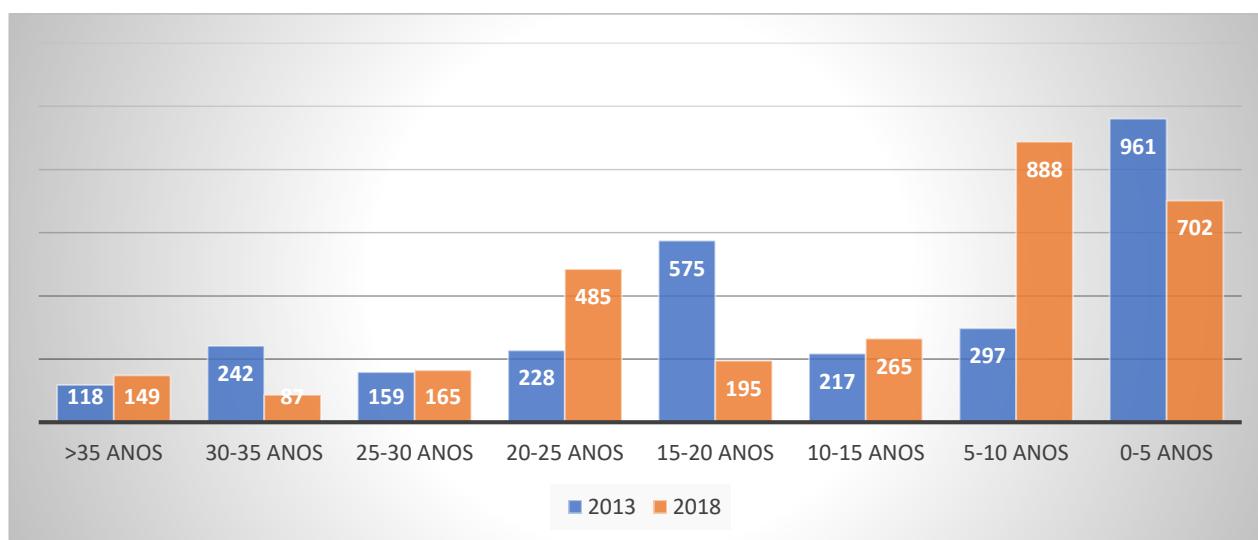


GRÁFICO 53 – Evolução da Distribuição dos Docentes por tempo de UFMG, entre 2013 e 2018

5.1.1 Servidores Docentes

O corpo docente da Universidade compreende os Docentes das Carreiras e Cargos de Magistério Federal, os Professores Visitantes e os Professores Substitutos. Nos termos do Regimento Geral da UFMG, são atribuições dos docentes as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária constantes dos planos de trabalho e dos programas elaborados pelos departamentos ou de atos emanados de órgãos competentes.

Plano de Carreira Docente

Os docentes na UFMG estão enquadrados no Regime Jurídico Único (RJU) da União. O Plano de Carreira dos Professores de Magistério do Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está estabelecido nas Leis nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e das Portarias nº 554, de 20 de junho de 2013, e nº 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministro da Educação. Internamente, o plano de carreira foi normatizado pela Resolução Complementar nº 4 de 9 de setembro de 2014 (art. 1º).

A Carreira de Magistério Superior é composta por 5 (cinco) Classes:

- I. Classe A, com três denominações, de acordo com a titulação – Professor Auxiliar, Assistente A e Adjunto A.
- II. Classe B, com a denominação de Professor Assistente.
- III. Classe C, com a denominação de Professor Adjunto.
- IV. Classe D, com a denominação de Professor Associado.
- V. Classe E, com a denominação de Professor Titular.

As Classes A e B compreendem dois níveis. As Classes C e D compreendem quatro níveis. A Classe E conta com apenas um nível.

A carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico também é composta por 5(cinco) Classes:

- I. Classe DI.
- II. Classe DII.
- III. Classe DIII.
- IV. Classe DIV.
- V. Titular.

As classes DI e DII compreendem dois níveis. As classes DIII e DIV compreendem quatro níveis. A classe Titular conta com apenas um nível.

O desenvolvimento dos docentes nas Carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dá por progressão funcional e por promoção, com procedimentos regulamentados pela Resolução Complementar nº 4/2014 do Conselho Universitário da UFMG. Progressão funcional é a passagem do docente para o nível imediatamente superior dentro de uma mesma classe. Promoção é a passagem do docente de uma classe para a subsequente. A progressão funcional tem como requisitos: o cumprimento do interstício de 24 meses e a aprovação em avaliação de desempenho. A promoção nas Carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico tem como requisito o cumprimento do interstício de 24 meses no último nível da Classe e a aprovação em processo de avaliação de desempenho. Para a Classe D, com denominação de Professor Associado no Magistério Superior, o docente deverá também possuir o título de Doutor; para a Classe E, com denominação de Professor Titular no Magistério Superior e para a Classe Titular no EBTT, o docente deverá também ser aprovado em defesa de memorial ou de tese acadêmica inédita.

Em cada Unidade, são regulamentados e detalhados os parâmetros e critérios de avaliação para progressão e promoção.

O acompanhamento e a avaliação do planejamento e da execução do trabalho docente, na UFMG, são feitos por meio da elaboração de um Relatório Anual de Atividades dos Docentes (ReDoc) e dos departamentos (ReCAD), este último encaminhado à CPPD. Anualmente, o docente apresenta ao órgão máximo do seu Departamento de lotação (Câmara Departamental) relatório detalhado com a descrição das atividades realizadas no ano anterior e plano de trabalho para o ano subsequente. Em 2016, foi incluído no relatório do docente, a avaliação de desempenho didático realizada pelos discentes. A Resolução nº 09/2016, de 21 de junho de 2016, do CEPE, estabeleceu os parâmetros para a participação discente na avaliação de desempenho didático dos docentes da UFMG.

Em 2017, iniciou-se o sistema ReDoc, no portal minhaUFMG, que consiste na geração de um relatório a partir de informações e dados existentes em bases de informação da UFMG e do currículo Lattes. O objetivo é melhorar a qualidade da informação e, ao mesmo tempo, reduzir o “retrabalho” do professor de informar suas atividades. Após verificar e eventualmente corrigir dados de seu currículo na própria plataforma Lattes, o/a docente submete o ReDoc eletronicamente ao respectivo departamento/estrutura equivalente, para aprovação.

Os docentes recém-contratados se submetem à regulamentação específica, relativa ao estágio probatório, sendo avaliados conforme Resolução nº 30-A, de 16 de dezembro de 1999, do Conselho Universitário, segundo o que determina a Seção IV do Regime Jurídico Único.

Regime de Trabalho dos Docentes

São três os regimes de trabalho docente que a UFMG disponibiliza nas vagas de magistério liberadas para concurso: o de 20 horas semanais (T-20), o de 40 horas semanais (T-40) e o de 40 horas semanais com Dedição Exclusiva (DE). O regime de trabalho em tempo integral sem Dedição Exclusiva (T-40) é concedido em casos excepcionais. Em 2014, o Conselho Universitário aprovou a Resolução Complementar No 02/2014, de 10 de junho de 2014 que dispõe sobre regimes de trabalho docente; encargos docentes; concessão, reversão de classe e alteração de regime de trabalho de vaga de magistério da carreira de Magistério Federal da UFMG. Essa Resolução estabeleceu critérios de excepcionalidade para adoção do regime de trabalho de tempo integral sem Dedição Exclusiva (T-40), em cada área. O artigo 16 dessa Resolução estabelece que a Matriz de Regime de Trabalho do Quadro Docente da UFMG deverá garantir o mínimo de 2/3 dos docentes em Regime de Tempo Integral com DE. Compete a cada Congregação propor ao CEPE a Matriz de Regime de Trabalho da Unidade. E cabe ao CEPE definir a Matriz de Regime de Trabalho de cada Unidade, considerando: I – a proposta de Matriz de Regime de Trabalho aprovada pela Congregação de cada Unidade; II – as proporções mínimas de 2/5 (dois quintos) de docentes em Regime de Tempo Integral com DE, no âmbito da Unidade, e de 2/3 (dois terços), no âmbito da UFMG; III – a disponibilidade de recursos para contratação de professores.

Os Gráficos 54 e 55²² mostram que a maioria dos docentes da carreira de magistério superior em exercício na UFMG tem regime de trabalho em tempo integral. Já na carreira de ensino básico, técnico e tecnológico, a totalidade dos docentes está no regime de Dedição Exclusiva.

²² Há diferenças metodológicas no cálculo utilizado e no momento de coleta de dados para o Censo da Educação Superior e para o Relatório de Gestão. Optou-se por incluir as duas informações para futuras comparações.

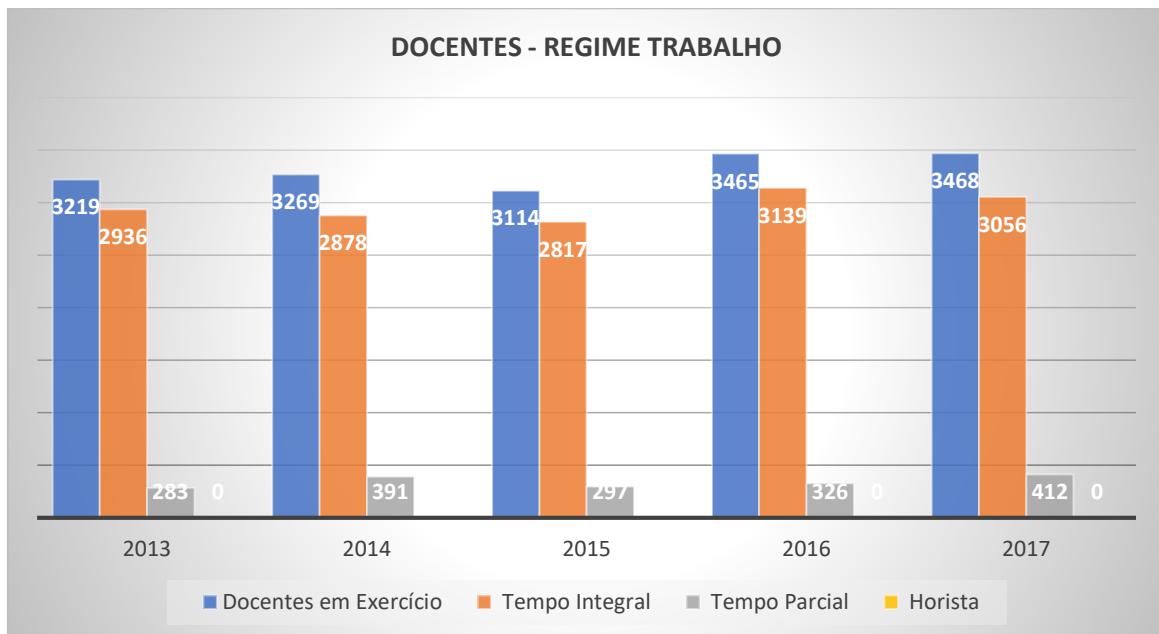


GRÁFICO 54 – Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o regime de trabalho, segundo o Censo Educação Superior, 2013-2017

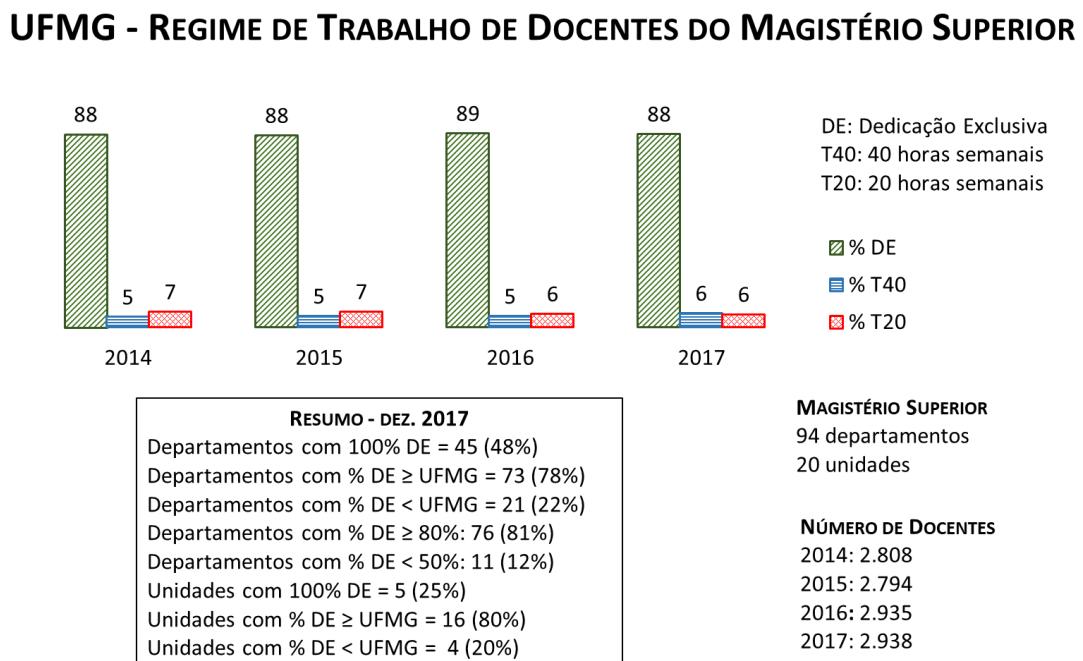


GRÁFICO 55 – Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o regime de trabalho, segundo o Relatório de Gestão 2014-2018

Desenvolvimento Docente

Desde meados dos anos de 1980, com a criação da CPPD, a UFMG vem praticando, consistentemente, uma bem sucedida política de qualificação de pessoal docente alicerçada nos seguintes princípios: i) prioridade para a admissão de professores já detentores do título de doutor; ii) planejamento para a capacitação dos docentes que ainda não alcançaram esse grau acadêmico, de modo que eles, o mais rapidamente possível, também se tornem doutores; iii) preferência pelo regime de 40 horas semanais, com DE, como instrumento indispensável para o desenvolvimento da Universidade, notadamente nos campos da pesquisa, da extensão e da produção intelectual delas decorrentes; iv) compreensão da necessidade de a Universidade contar também com a colaboração de professores em regime de tempo parcial, sobretudo quando existe forte interação entre a atividade acadêmica e a atividade profissional externa a este ambiente. Os resultados dessa política se expressam nos indicadores de produção acadêmica referidos nos capítulos anteriores deste PDI. Os Gráficos 56 e 57²³ mostram que a grande maioria dos docentes (>90%) do magistério superior na UFMG possui Doutorado. Já a carreira de ensino básico, técnico e tecnológico conta com 52% de doutores em seus quadros, como mostra o Gráfico 58.

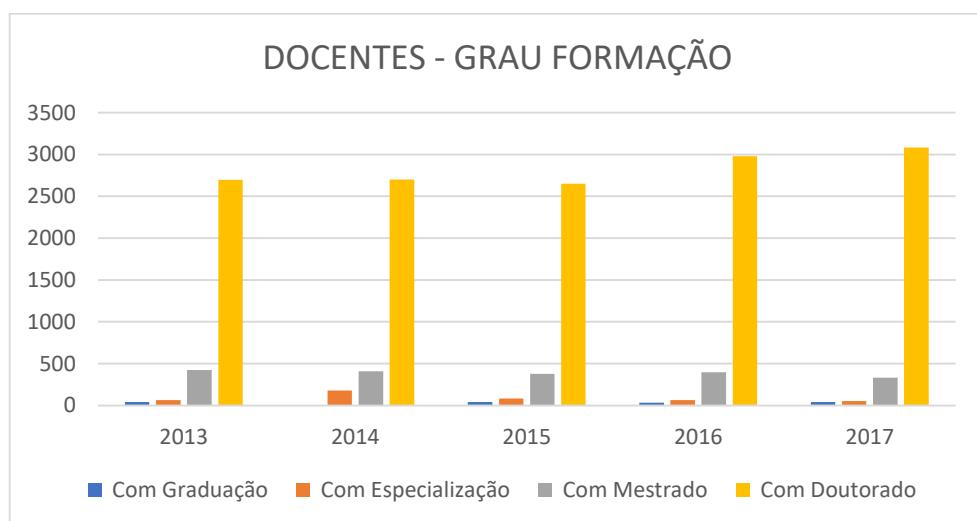


GRÁFICO 56 – Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o grau de formação, segundo o Censo da Educação Superior, 2013-2017

²³ Há diferenças metodológicas no cálculo utilizado e no momento de coleta de dados para o Censo da Educação Superior e para o Relatório de Gestão. Optou-se por incluir as duas informações para futuras comparações.

UFMG - TITULAÇÃO DE DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

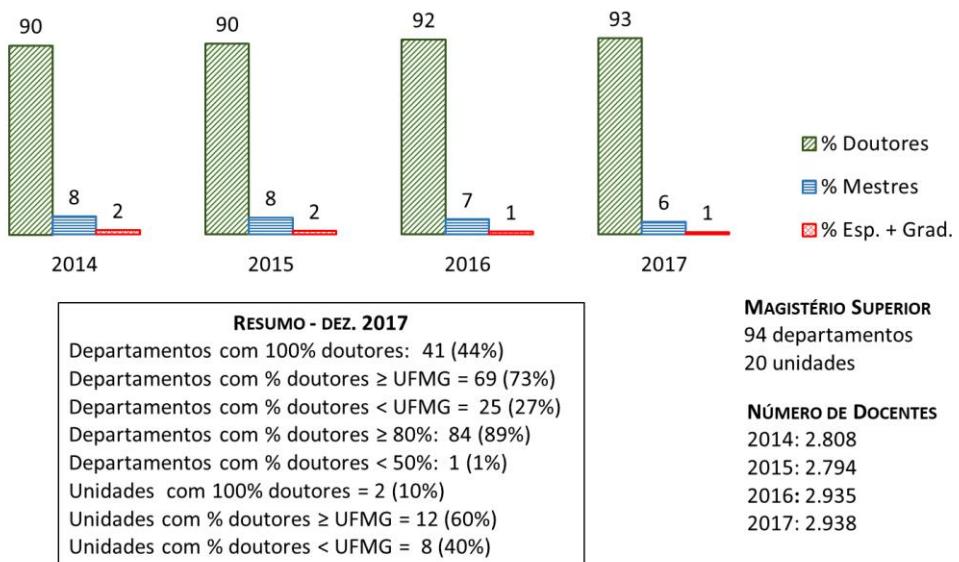


GRÁFICO 57 – Distribuição do corpo docente do magistério superior da UFMG de acordo com o grau de formação, segundo Relatório de Gestão 2014-2018

CARREIRA DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO (EBTT)

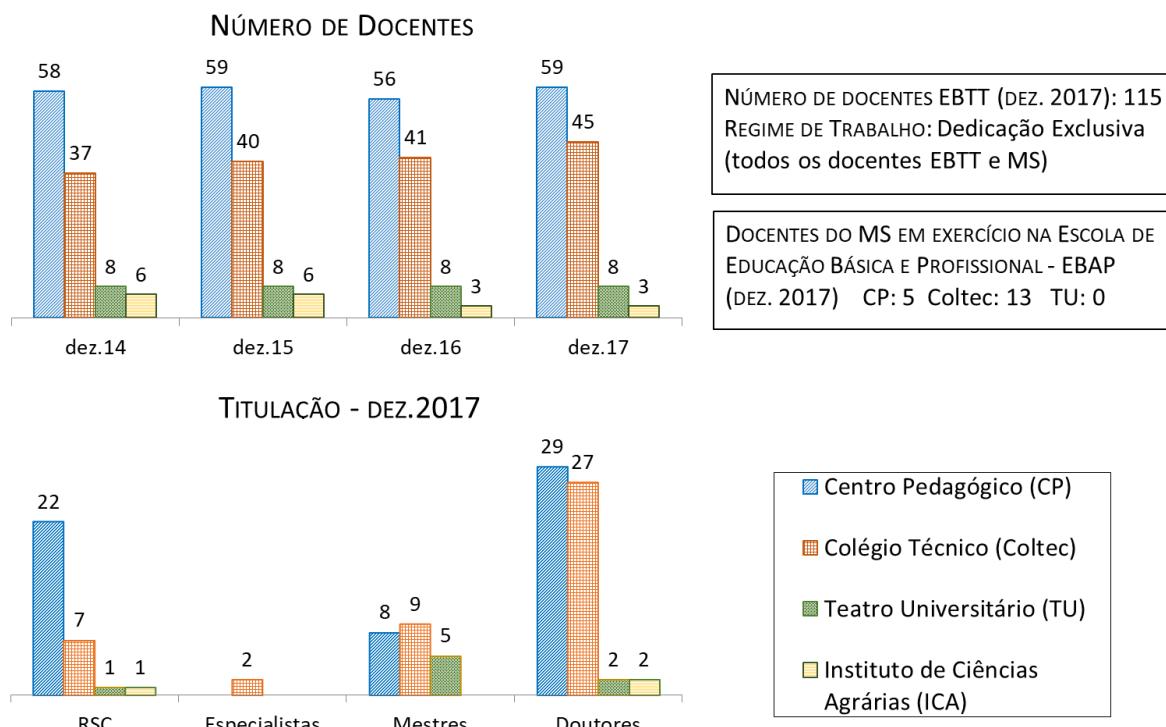


GRÁFICO 58 – Distribuição do corpo docente da UFMG no magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, de acordo com a titulação, segundo o Relatório de Gestão 2014-2018

A UFMG como universidade em que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis promove o desenvolvimento e a qualificação continuada do corpo docente, em permanente movimento de produção e aplicação do conhecimento.

Em relação ao desenvolvimento da docência no ensino superior, em 2008, foi criada a Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino, denominada GIZ, vinculada à PROGRAD, que tem como finalidade o aprimoramento das metodologias de ensino superior utilizando novas tecnologias e possibilitando a reflexão contínua sobre a prática docente. Esse trabalho considera as diferentes áreas do conhecimento, as especificidades dos contextos educativos para a formulação de propostas inovadoras e garante uma postura investigativa que identifica as mediações a serem incorporadas. As ações da Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino priorizam a articulação institucional com outros setores da UFMG de modo a promover a conexão de saberes já existentes e a constituição de uma rede colaborativa de práticas de ensino superior. Está descrita com maior detalhamento no capítulo sobre ensino da Graduação.

O Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior compõe uma das ações da “Semana do Conhecimento” e é organizado pela PROGRAD e pelo GIZ, com início em 2015. Essa ação tem como objetivo valorizar a docência do ensino superior, possibilitando reflexões e troca de experiências em comunidade, a fim de gerar inovações nas práticas de ensino e permitir o registro e divulgação da prática docente dos professores universitários.

Além das ações do GIZ/PROGRAD, a PRORH responde pelo acolhimento e desenvolvimento de atividade introdutória para os docentes recém-admitidos que está sendo sistematizado no formato de um Curso Introdutório. Existem ainda diversas iniciativas de capacitação docente desenvolvidas no âmbito das Unidades e dos cursos, geralmente promovidas pelos Colegiados, NDEs e CENEX.

Os critérios para avaliação dos relatórios anuais de atividades docentes incentivam a realização de esforços que sejam coerentes com o planejamento institucional e devem valorizar as atividades de qualificação docente.

Alocação de vagas docentes

A distribuição de vagas docentes do magistério superior constitui, na UFMG, um instrumento de execução da política de desenvolvimento institucional estabelecida por seus órgãos superiores. Para tanto, a vagas geradas por perdas docentes compõem o conjunto de vagas que são distribuídas pelo menos duas vezes por ano aos departamentos, com atualização anual de dados de produção acadêmica desses departamentos. A alocação de vagas aos Departamentos é executada pela CPPD e aprovada pelo CEPE, com base nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas pelo conjunto de docentes e nas necessidades estratégicas da própria Universidade.

Desde 1984, na UFMG, as vagas decorrentes de perdas não permanecem vinculadas aos Departamentos, passando a integrar o conjunto de cargos vagos da UFMG a ser redistribuído segundo critérios de avaliação de desempenho/necessidade. Em 2007, houve a introdução, em todas as IFES brasileiras, do conceito de Professor-Equivalente e a constituição dos bancos de professor-equivalente das IFES. Em 2008, ocorreu uma expansão de aproximadamente 400 vagas decorrente do Programa REUNI.

A distribuição de vagas docentes entre os departamentos (ou estrutura equivalente) da UFMG obedece aos critérios estabelecidos pelo CEPE da UFMG em 2009. A essência do método, resultante da aplicação desses critérios, consiste no dimensionamento de cada departamento (ou estrutura equivalente) proporcionalmente à sua produção nas várias atividades docentes, relativamente à

produção do conjunto da UFMG. Para tanto, todos os cargos (vagos e ocupados) que a UFMG possui são distribuídos, entre os departamentos, gerando uma dimensão denominada “ideal” de cada um deles. A “dimensão ideal” de um departamento é então comparada à sua dimensão real e, sendo maior do que esta, indica a atribuição de vaga(s) a este departamento, caso haja disponibilidade naquela oportunidade. A produção de cada departamento é atualizada anualmente. A “dimensão ideal” pode variar de ano para ano, caso ocorra variação do número de cargos da UFMG, assim como da produção do departamento em relação à do conjunto da UFMG.

Programa Professor Visitante

Em 2017, foi publicada Chamada do Programa Professor Visitante, para distribuição de até 50 vagas para receber pesquisadores brasileiros e estrangeiros de reconhecida competência e liderança em suas áreas de atuação. O programa constitui instrumento de execução da política de desenvolvimento acadêmico da UFMG e visa contribuir para a consolidação e o aprimoramento de seus cursos, programas e projetos de Graduação, Pós-Graduação, pesquisa e extensão. O contrato do Professor Visitante tem vigência máxima de dois anos, renovável por mais dois, para os estrangeiros, e de um ano, renovável por mais um, para brasileiros. Em ambos os casos, a duração mínima é de dois meses. As propostas são analisadas por comissão indicada pelo CEPE.

O candidato ao Programa Professor Visitante deve ter o grau de doutor há no mínimo dois anos, ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área de atuação, apresentar produção científica relevante, especialmente nos últimos cinco anos, e ter perfil compatível, no mínimo, com o exigido pela Resolução Complementar nº 04/2014 do Conselho Universitário, para promoção à classe de professor associado. Além de exposição de motivos, com justificativa da necessidade de apoio de professor visitante, as propostas devem conter objetivos e resultados esperados, detalhamento das atividades planejadas (plano de trabalho) para o professor visitante, que devem necessariamente incluir docência na Graduação e/ou na Pós-Graduação e outras atividades que denotem participação em projetos de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão. Do total de vagas, 30% são reservadas e distribuídas igualmente entre as propostas oriundas de programas de extensão, de Colegiados de Cursos de Graduação e de Colegiados de Programas Pós-Graduação. As outras 35 vagas são classificadas por mérito, independentemente da área proponente. Cabe à comissão do CEPE realizar o enquadramento do professor visitante com base nas indicações da câmara do departamento ao qual estará vinculado, para fins de equivalência da remuneração, equiparando-o ao nível 1 da classe D, denominada professor associado, ou ao nível único da classe E, denominada professor titular, segundo os parâmetros definidos pela Resolução Complementar nº 04/2014, do Conselho Universitário da UFMG. Para ser enquadrado como professor titular, o docente deve ter obtido o grau de doutor há no mínimo oito anos. O contratado fica submetido ao regime de trabalho de 40 horas semanais com dedicação exclusiva. Do ponto de vista jurídico, o programa atende à legislação pertinente, em especial às leis 8.745/93 e 12.772/12 e ao Decreto nº 7.485/11, incluindo suas respectivas alterações. Assim, os professores visitantes são contratados temporariamente com recursos previstos na legislação federal, da mesma forma que os professores efetivos e substitutos.

5.1.2 Servidores Técnico-Administrativos em Educação

A UFMG entende, valoriza e reconhece a importância da atuação dos servidores TAEs na proposição e execução das atividades meios, que são essenciais para que a UFMG alcance seus objetivos e metas. Além disso, a Universidade espera que o papel dos servidores TAEs deva ir além

da esfera administrativa, sendo também estimulada a sua participação em atividades fins de pesquisa, extensão e ensino, compreendidas como indissociáveis.

As políticas que envolvem esse segmento da Comunidade Universitária vão desde a valorização e incentivo à qualificação profissional até a divulgação do conhecimento gerado nas diversas atividades que contam com sua participação. As Jornadas de Apresentação do Conhecimento produzido pelos TAEs, durante a Semana do Conhecimento da UFMG, têm como objetivo divulgar a produção do conhecimento sistematicamente produzido pelos servidores TAEs durante cursos formais de ensino ou gerados na prática cotidiana, na busca de solução para os problemas vivenciados. A Semana do Servidor se coloca como um espaço para o debate e a reflexão das questões referentes aos servidores da Universidade.

Plano de Carreira e Grau de Formação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Os TAE na UFMG estão enquadrados no Regime Jurídico Único (RJU) da União. O Plano de Carreira dos TAE está estabelecido na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e os anexos foram modificados pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. A aprovação da Lei foi fruto de mobilizações dos servidores TAEs das instituições federais de ensino em 2004, que culminaram com a aprovação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) – Lei nº 11.091/2005.

O PCCTAE é estruturado em: 05 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D, e E); 04 (quatro) níveis de capacitação em cada nível de classificação; 49 (quarenta e nove) padrões de vencimento; com diferença constante de 3,9% (step) entre um padrão e outro de vencimento. As classes A e B foram extintas e, até a vacância, os cargos ocupados são considerados quadro em extinção. A classe C também possui cargos nessa condição; contudo, a maioria dos cargos da Classe C pode ser preenchida por meio de concurso público. Os cargos da classe C exigem dos ocupantes a escolaridade mínima de ensino fundamental; para os cargos da classe D a exigência é de ensino médio, ensino médio profissionalizante ou curso técnico; para os cargos da classe E a exigência é de nível superior. A UFMG tem um quadro de referência, fixo, com 4.403 cargos TAE. A informação sobre os cargos existentes na UFMG e a sua situação, se vagos ou ocupados, está acessível no *site* da PRORH, *link* DADOS.

O Desenvolvimento do servidor no PCCTAE se dá por duas modalidades, não excludentes: a) Por progressão por capacitação profissional, mediante a obtenção de certificação (cursos de capacitação que não sejam de educação formal) compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses. Nessa modalidade, o servidor muda de nível de capacitação (I, II, III e IV), no mesmo cargo e no mesmo nível de classificação. b) Por progressão por mérito profissional, vinculada aos resultados do programa institucional de avaliação de desempenho, a cada 18 (dezoito) meses. Nesse caso, o servidor muda de padrão de vencimento (padrões de 1 a 16, de cada nível de classificação).

A Comissão Interna de Supervisão (CIS) foi instituída com a aprovação do PCCTAE. A CIS é composta por representantes eleitos entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, no âmbito da UFMG. A Comissão se reúne quinzenalmente para tratar de temas relacionados à carreira dos servidores, além de ter representação e participação em diferentes comissões e grupos instituídos no âmbito da UFMG, particularmente aqueles ligados à PRORH. A CIS auxilia os servidores em diferentes aspectos da carreira, tais como: estágio probatório, capacitação e qualificação (incluindo afastamentos no e do país), correlação de áreas do conhecimento para fins de concessão de incentivo

à qualificação ou progressão por capacitação profissional, avaliação de desempenho, progressão por mérito profissional, dados e informações sobre a carreira, dentre outros.

O processo de seleção de servidores TAE está estabelecido na Lei nº 11.091, de 2005. Esses são selecionados por meio de concurso público de provas e o ingresso, nos cargos do Plano de Carreira, faz-se no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas em lei. O edital define as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios. No Edital também são estabelecidas as vagas de ampla concorrência e as vagas para deficientes e para negros, de acordo com as legislações específicas.

Os acompanhamentos funcionais surgem como demanda para adequação do servidor às necessidades institucionais e como forma de auxílio às questões pessoais que impactam na vida funcional dos trabalhadores, entre outras. Após a entrada em exercício, os servidores contam com o apoio da PRORH em seu processo de socialização na Universidade, durante toda a trajetória funcional. O objetivo é contribuir para a melhoria das relações e condições de trabalho dos servidores, considerando as necessidades e potencialidades individuais e coletivas, as atividades prescritas para o cargo, o ambiente de trabalho, as necessidades e objetivos institucionais e as legislações pertinentes. Em relação aos servidores com deficiência, esse acompanhamento é realizado em parceria com o NAI e com o DAST, para garantir condições de permanência na Universidade com autonomia e qualidade.

A PRORH oferece um Programa de Educação para a Aposentadoria cujo objetivo é apoiar o processo de desligamento institucional, auxiliando na construção de um projeto de vida pós aposentadoria para os servidores TAEs.

Desenvolvimento dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

A UFMG investe no desenvolvimento profissional dos servidores TAE tendo em vista uma perspectiva mais ampla, não se restringindo às questões técnicas relacionadas ao cargo ocupado, possibilitando ao servidor ter uma visão mais abrangente da Instituição, assim como compreender com mais facilidade processos diversificados, contribuindo para a excelência da UFMG e para sua trajetória profissional.

A PRORH tem atuado de forma a possibilitar ao servidor um leque de opções de aperfeiçoamento, que, ao mesmo tempo, seja adequado à sua atuação profissional e ao que a Universidade dele espera, mas também responda aos seus anseios pessoais.

Como parte das ações que visam promover a educação formal dos servidores técnico administrativos da UFMG, em 2017, a PRORH concedeu 9 afastamentos no país e 15 afastamentos do país, além de 52 licenças para fins de capacitação. Também foram concedidas 61 novas bolsas de Graduação e renovadas 359 bolsas de Graduação (169 no 1º semestre e 190 no 2º semestre) e 117 bolsas de Pós-Graduação (57 no 1º semestre e 60 no 2º semestre). Por meio de análise de processos, concedeu 568 Incentivos à Qualificação (ICQ) entre doutorados, mestrados, especializações, graduações e ensino médio/técnico; e 905 Progressões por Capacitação Profissional (PCP) para cursos de curta e média duração. Também visando ao aprimoramento e crescimento profissional dos servidores, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP/DRH) promoveu, em 2014, 65 turmas de treinamento que atenderam a um total de 902 servidores.

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES) é oferecido desde 2011. O curso, oferecido na modalidade a distância, é resultado de uma ação

conjunta da PRORH, da PROGRAD e da Faculdade de Educação (FAE), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES). O Mestrado Profissional em Gestão de IFES encontra-se em tramitação na CAPES e aguarda-se sua aprovação para que seja oferecido.

Em consonância com uma diretriz de construção coletiva, encontra-se em andamento a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos TAEs, em cujo âmbito está sendo discutida a normatização dos afastamentos integral e parcial para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, além da revisão dos procedimentos de estágio probatório. Serão ainda elaboradas resoluções sobre remoção e redistribuição.

O retorno do investimento no desenvolvimento dos TAEs fica claro no gráfico abaixo. O Gráfico 59 mostra a tendência de aumento dos servidores TAEs com Pós-Graduação na UFMG e a redução daqueles com formação apenas de ensino fundamental, no período entre 2013 e 2017.

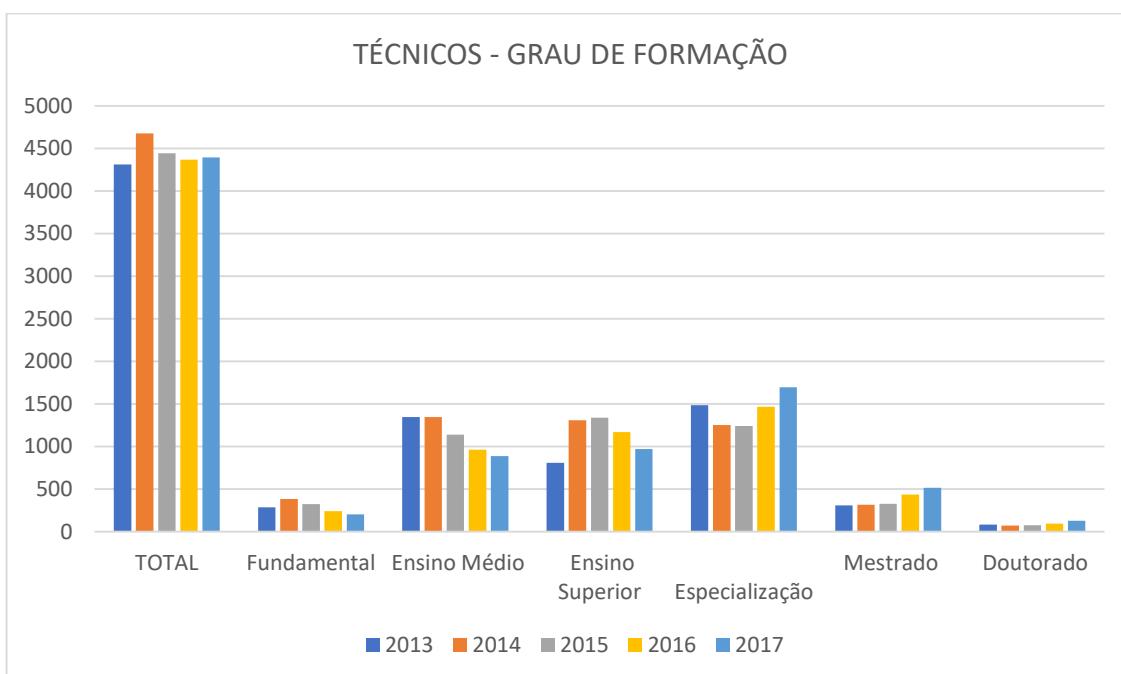


GRÁFICO 59 – Distribuição do Servidores TAE da UFMG de acordo com o Grau de Formação, segundo o Censo Educação Superior 2013-2017

A implantação do Programa de Avaliação de Desempenho dos TAE da UFMG, com seus pressupostos, diretrizes, objetivos e estrutura básica estabelecidos na Resolução Complementar nº 05, aprovado pelo Conselho Universitário da UFMG em 11 de dezembro de 2012. A Avaliação de Desempenho é uma ferramenta de gestão que visa promover a melhoria da qualificação dos serviços públicos e a subsidiar a política de gestão de pessoas voltadas para os TAE. A Avaliação de Desempenho tornou viável a reflexão dos resultados em relação ao desenvolvimento na carreira (capacitação e qualificação), no mapeamento da situação dos servidores nos ambientes de trabalho e da infraestrutura disponível para a execução das atividades nestes ambientes, a inclusão dos servidores com deficiência, assim como auxiliou na resolução de conflitos e na harmonização das relações de trabalho. Desde 2014 está informatizado e possibilita a elaboração e acompanhamento do Plano de Trabalho da Equipe.

Qualidade de Vida no e para o Trabalho

Por meio do Projeto Ginástica no CEU, promovido pela PRORH no CEU, são oferecidas aos servidores diversas atividades, cujo objetivo é promover a qualidade de vida no trabalho, além do bem-estar no dia a dia. O foco do projeto é a melhoria da qualidade de vida do servidor por meio da prática de atividade física orientada e gratuita. As modalidades ofertadas atualmente são: hidroginástica, ginástica, corrida de rua e dança de salão. Os servidores também se beneficiam de programas de treinamento, formulados no âmbito da própria PRORH.

A seguir, serão apresentados os objetivos geral e específicos que serão traçados pela PRORH para o próximo quinquênio. Tais objetivos foram construídos tomando por base os princípios que norteiam a política de gestão de pessoas da UFMG: diálogo, respeito, inclusão e participação.

GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO GERAL

Aprimorar a política de gestão de pessoas da UFMG, com ênfase em ações que fortaleçam o desenvolvimento das potencialidades individuais, coletivas e institucionais. Prover alternativas para que os servidores docentes e TAEs possam fazer um planejamento de trajetórias profissionais, permitindo tanto a constituição da qualidade de sua atuação profissional quanto a obtenção de satisfação de suas aspirações individuais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Contribuir para o desenvolvimento técnico e pessoal dos servidores docentes e TAEs da UFMG, promovendo as potencialidades do quadro de pessoal da Instituição em todas as suas dimensões.
2. Aprimorar as políticas de gestão, capacitação, dimensionamento e avaliação do desempenho dos servidores docentes e TAEs da UFMG.
3. Promover ações de acolhimento, integração e incentivo aos servidores docentes e TAEs recém-contratados, mediante atividades que lhe permitam conhecer melhor os processos acadêmicos e administrativos da UFMG; os direitos e deveres dos servidores e os direitos e deveres do público em sua interação com a UFMG.
4. Incentivar a participação dos servidores docentes e TAEs em programas de formação continuada e intercâmbios nacionais e internacionais.
5. Promover políticas para a valorização da excelência nas atividades desenvolvidas pelos servidores docentes e TAEs, no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração.
6. Aprimorar os programas voltados para a qualidade de vida, trabalho e lazer dos servidores docentes e TAEs.
7. Consolidar a política de ações preventivas e de promoção à saúde da Comunidade Universitária.
8. Consolidar boas condições de qualidade, de salubridade e de segurança no meio-ambiente de trabalho de servidores docentes, TAEs e de todos os trabalhadores que, por meio de vínculo jurídico de outra natureza, prestem serviços à Universidade.
9. Aprimorar a política de alocação de vagas do magistério superior, por meio da avaliação dos indicadores, considerando a diversidade das atividades acadêmicas.
10. Promover e ampliar a visibilidade do trabalho e da produção intelectual desenvolvidos pelos servidores.

AÇÕES²⁴

ANO	1	2	3	4	5
<i>Docentes:</i>					
1. Promover a discussão ampliada sobre os critérios de progressão e promoção na carreira docente de forma a contemplar maior diversidade de perfis acadêmicos, considerando que a avaliação deve ser parte de um processo amplo e articulado de organização do trabalho docente, de forma colaborativa, que visa promover o planejamento da trajetória acadêmica e a qualificação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.					
2. Garantir a liberdade acadêmica como elemento constitutivo fundamental de uma universidade de excelência, incentivando as iniciativas de atuação em campos inter e transdisciplinares, bem como a inovação metodológica, a exploração de novos temas e a experimentação acadêmica nas diversas dimensões da atividade docente.					
3. Incentivar a formação de redes e de comunidades interunidades e interáreas, aproximando docentes com focos comuns de trabalho, como as metodologias do ensino superior, a divulgação científica, os direitos humanos, entre outros.					
4. Incentivar e fomentar a participação dos docentes da UFMG nas comunidades nacionais e internacionais das respectivas áreas do conhecimento.					
5. Promover o acesso dos docentes a assessorias pedagógicas e a atividades de formação pedagógica, para o apoio à introdução de novas metodologias de ensino, inclusive no que se refere à utilização de tecnologias de comunicação e de informação no ensino.					
6. Elaborar um programa de desenvolvimento docente, organizado por áreas de conhecimento, que promova a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e incorporação de novas tecnologias, em articulação com a Pós-Graduação visando à formação para a docência universitária durante o Mestrado e Doutorado;					
7. Estabelecer diretrizes para a valorização das produções acadêmicas relacionadas ao ensino e à extensão nas diversas instâncias da vida institucional.					
8. Avaliar e promover ajustes na atual política de alocação de vagas do magistério superior, em discussão com a comunidade, por meio da reavaliação dos indicadores, produtos e resultados na produção intelectual, considerando a diversidade das atividades acadêmicas e visando uma distribuição justa e eficiente para efetivação das políticas acadêmicas.					
9. Implantar um programa para formação de docentes gestores recém-empossados.					
10. Avaliar e expandir o Programa Professor Visitante da UFMG.					
11. Regulamentar a atuação de professores voluntários e instituir um Programa de Professor Sênior.					
12. Ampliar a oferta de cursos que invistam em processos inovadores de ensino-aprendizagem, a partir da experiência do GIZ, para docentes e TAEs.					
13. Apoiar ações específicas para os docentes recém-contratados:					

²⁴ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

<p>14. Implantar programa de recepção para docentes recém-admitidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - viabilizar, em curto prazo, a obtenção do grau de Doutorado, caso não o possuam; - assegurar o acesso a infraestrutura institucional de pesquisa; - promover a inserção em grupos de pesquisa, com a criação de políticas de fomento específico para a integração de jovens docentes nesses grupos; - prover condições que permitam novos docentes se preparar para pleitear uma inserção em atividades de Pós-Graduação; - incentivar e fomentar a participação dos jovens docentes em ações de extensão; - promover condições para ampliação das redes de relacionamento desses docentes na Instituição, com ênfase no estabelecimento de cooperações inter e transdisciplinares. 				
<p>15. Implantar programa de capacitação de docentes para a educação inclusiva.</p>				
<p><i>Técnico-Administrativos em Educação:</i></p>				
<p>1. Estabelecer um processo efetivo de acolhimento e integração dos servidores TAEs recém-contratados, incluindo cursos modulares para tratar do papel e finalidade da universidade pública no país, seus ordenamentos, legislação e estrutura.</p>				
<p>2. Aprovar uma política de desenvolvimento dos servidores TAEs consolidando, revendo ou estabelecendo resoluções que integrem os procedimentos de admissão, remoção, cessão, aproveitamento de concurso, redistribuição, capacitação, afastamento para capacitação, estágio probatório, avaliação de desempenho, avaliação de saúde, entre outros.</p>				
<p>3. Desenvolver estudos que contribuam com a definição da relação entre os ambientes organizacionais (existentes ou a serem criados) e a capacitação profissional dos TAEs.</p>				
<p>4. Ampliar, fortalecer e aprimorar os Programas em desenvolvimento na PRORH:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apoiar servidores em cursos de Graduação e Pós-Graduação; - estimular a participação em eventos, congressos e seminários; - aprimorar o Curso de Especialização em Gestão de Instituições de Ensino Superior (GIFES); - consolidar o Programa de Avaliação de Desempenho; - elaborar o Plano Anual de Capacitação; - incentivar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. 				
<p>5. Envidar esforços para a aprovação de um Mestrado Profissional que atenda à demanda interna dos TAEs da própria UFMG, além da identificação de parcerias para oferta de outros mestrados em áreas de interesse a serem definidas.</p>				
<p>6. Apoiar a participação dos TAEs em programas de formação continuada e intercâmbios nacionais e internacionais.</p>				
<p>7. Implementar um programa de formação de gestores universitários para servidores TAEs.</p>				
<p>8. Ofertar cursos de capacitação para servidores TAEs.</p>				
<p>9. Regulamentar a progressão por capacitação profissional, em especial no que se refere à progressão com fundamento na conclusão de cursos de Graduação.</p>				
<p>10. Concluir o desenvolvimento e a implantação do conjunto de ferramentas de informática, fundamentais à gestão de recursos humanos da UFMG, contribuindo para a celeridade e assertividade nos processos e procedimentos.</p>				

11. Dar continuidade ao processo de implantação de regime especial de trabalho para os servidores TAEs, de acordo com a legislação vigente, na perspectiva de atender às necessidades advindas da expansão do ensino e de atividades no turno noturno.				
12. Dar continuidade ao processo de análise da distribuição de Funções de Confiança para os servidores TAEs, simultaneamente envidando esforços junto ao Governo Federal para a ampliação do quantitativo.				
13. Elaborar uma Matriz de Distribuição Interna de servidores TAEs, de acordo com dimensionamento de cada Setor/Unidade e respeitando a diversidade de áreas.				
14. Reestruturar a USEC, criando um Núcleo de Prevenção e Resolução de Conflitos e de Procedimentos Disciplinares, vinculado à PRORH.				
15. Promover debates, discussões e eventos relativos à temática do Assédio Moral.				
16. Aprimorar o atendimento às urgências médicas nos <i>Campi</i> (Pampulha, Saúde e Montes Claros).				
17. Aprimorar os programas voltados para a qualidade de vida, trabalho e lazer dos servidores TAEs, estimulando a utilização dos espaços da UFMG e do CEU.				
18. Consolidar a política de ações preventivas e de promoção à saúde mental da Comunidade Universitária, a partir do trabalho já realizado pela CISME.				
19. Fazer gestão no sentido de incorporar a experiência e a qualificação dos TAEs na corresponsabilidade da administração da Universidade.				
20. Realizar o mapeamento dos diversos setores com relação à acessibilidade e risco, visando subsidiar a lotação dos servidores com deficiência.				
21. Implantar programa de capacitação de TAE para a educação inclusiva.				
22. Aprimorar e fortalecer a política de inclusão dos servidores TAEs com deficiência através do NAI.				
23. Envidar esforços junto ao MEC para a ampliação do quadro de servidores efetivos.				
24. Ampliar o Programa de Educação para Aposentadoria, tendo em vista a alteração do quadro de TAEs da UFMG e que um número expressivo poderá se aposentar nos próximos anos.				
25. Ampliar, fortalecer e aprimorar a Semana do Servidor.				
26. Fortalecer e aprimorar a participação dos TAEs na Semana do Conhecimento.				

5.2 Gestão Administrativa

Diante de demandas crescentes da sociedade, a UFMG busca realizar investimentos em projetos para a expansão qualitativa e quantitativa da Instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho. Esta Universidade, importante conexão da rede de IFES existentes no território brasileiro e fruto do trabalho de tantas gerações, é, hoje, um patrimônio inegociável do Estado de Minas Gerais e do País. Para se manter em patamares de excelência e qualidade acadêmica, ela depende de fortes e constantes investimentos nos seus maiores bens: pessoal qualificado para o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade e um parque universitário capaz de nutrir um permanente desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

A sustentação desse parque universitário nos padrões desejáveis depende do bom funcionamento de um complexo aparato de gestão administrativa e de serviços de apoio e logística. Face à diversidade e complexidade das atividades executadas em uma instituição universitária e ao crescimento das demandas da comunidade, resultado do contexto recente de expansão do ensino e da pesquisa, tornou-se premente a modernização dos processos administrativos gerais da UFMG.

Nas Unidades Acadêmicas, esses processos são desenvolvidos nas secretarias de Colegiados e Departamentos e também por meio de uma estrutura organizacional que usualmente envolve órgãos tais como Seções de Ensino, Seções de Compras, Seções de Patrimônio, Almoxarifados, Seções de Serviços Gerais, Seções de Pessoal, Seções de Contabilidade, Seções de Informática, e outros. Outras Unidades Gestoras também contam com órgãos similares. No âmbito da Administração Central, além das secretarias com funções específicas relacionadas a cada órgão, têm destaque as Pró-Reitorias de Administração e de Planejamento, que executam funções de articulação e de apoio a grande parte desse sistema administrativo.

Os desafios para o aperfeiçoamento desse complexo sistema de gestão incluem, por um lado, um movimento de descentralização do planejamento, da execução orçamentária e da tomada de decisão, permitindo a formulação de políticas localmente referenciadas. Por outro lado, vários dos processos envolvidos podem se beneficiar de ganhos de escala e de acúmulo de massa crítica se forem organizados em termos de sistemas centralizados de provimento de serviços. Trata-se aqui não de uma escolha entre fórmulas contraditórias, mas da necessidade do aperfeiçoamento de mecanismos de coordenação e de cooperação que permitam a identificação e o aproveitamento de sinergias em um contexto organizacional que reconhece como valor a descentralização e a decisão compartilhada.

Coloca-se então tanto como necessidade quanto como oportunidade a questão do estabelecimento de mecanismos institucionalizados de compartilhamento de práticas e saberes relacionadas à administração universitária, tanto quanto da implantação de novas tecnologias de apoio à gestão. Por um lado, cabe estabelecer mecanismos centrais que visem fornecer suporte aos diversos gestores integrantes da administração da UFMG em temas tais como: legislação, boas práticas, tecnologias e ferramentas gerenciais, comunicação com o público e outros. Cabe ainda a formação de redes, estabelecendo fóruns comuns para setores que cumprem funções análogas, assim incentivando não apenas a troca de experiências como também a construção coletiva de conhecimento, na busca de aperfeiçoamentos nos processos de gestão.

Esforços devem ser feitos para a normalização e padronização dos processos administrativos, além de um levantamento sistemático dos saberes a eles relacionados. Constatase que há hoje uma diversidade de procedimentos nas várias Unidades e setores e que o aprendizado de rotinas, de ritos,

de procedimentos se dá usualmente por meio da transmissão oral. A ineficiência do conhecimento dos sistemas de ação administrativa e da burocracia implicam dispêndio de tempo e custos desnecessários. Assim, deve ser incentivada a construção de padrões a serem utilizados por todos os Setores e Unidades, os quais devem ser acessados uniformemente e com facilidade. Particular empenho deve ser colocado na tarefa de construir, para cada setor, as rotinas a serem seguidas sempre que se fizer necessária a substituição temporária ou permanente de pessoas, de forma a garantir a normalidade do serviço.

Outra dimensão a ser considerada, em todas as esferas da administração da UFMG, é a do cuidado na comunicação com o público. Deve ser dada ampla publicidade aos procedimentos, bem como aos eventuais entraves e às razões para uma possível morosidade no fluxo dos processos. A menção expressa às providências, por exemplo para programação e para comunicação de regularidade de atividades de manutenção preventiva e de agilidade na manutenção corretiva, é um fator importante para que a efetivação das medidas se realize na complexidade dos processos, enquanto esta constitui elemento instituidor de relação de confiança entre o público e a Instituição, fundamental para sua legitimidade social.

Pró-Reitoria de Administração (PRA)

Pelo amplo espectro de sua atuação, os desafios colocados à PRA são significativos e relacionam-se a diferentes objetivos e projetos no quadro do PDI-UFMG 2018-2023, que têm em vista reduzir a defasagem existente entre o quadro de excelência acadêmica da UFMG e as limitações do seu suporte administrativo, por meio da otimização do uso dos seus recursos e a promoção da melhoria das condições de vida da Comunidade Acadêmica, num contexto de uso cada vez mais intensivo dos *Campi* universitários e de demanda por serviços de qualidade.

Trata-se, primeiramente, de avançar na implantação de sistemas eficientes e abrangentes de gestão pública, informatizando e integrando os diversos processos administrativos (de materiais e almoxarifado, patrimônio, compras e licitações ao gerenciamento de contratos, orçamentário, financeiro e contábil). Além deles, é preciso atender ao acentuado crescimento da demanda pelos serviços prestados à comunidade (manutenção e reforma das instalações existentes, construção de novas instalações, alimentação, limpeza, segurança, mobilidade etc.) e às exigências de maior qualidade na prestação destes serviços. Finalmente, será preciso aprimorar o planejamento e a gestão ambiental da UFMG, contemplando medidas voltadas para a recuperação do passivo ambiental e a valorização urbanístico-ambiental dos *Campi* da Universidade, a preservação de seus recursos ambientais e a gestão de resíduos sólidos e especiais gerados no âmbito da Universidade.

Atualmente as atividades relacionadas com os serviços de apoio logísticos são desenvolvidas em diferentes unidades gestoras e, em grande medida no Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais (DLO), órgão ligado à PRA, que atua também na gestão da logística e dos serviços comunitários.

A PRA conta ainda com outros departamentos a ela subordinados, entre os quais: o Departamento de Gestão Ambiental (DGA), responsável pela manutenção de áreas verdes, gestão de resíduos e de infraestrutura sanitária, o Departamento de Obras (DO), responsável por todas as obras e reformas nas edificações e áreas externas da Universidade, o Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura (DEMAI), responsável por todas as atividades de manutenção predial, laboratorial, de equipamentos em geral, elevadores etc., e o Departamento de Planejamento e Projetos

(DPP), responsável pelo planejamento e desenvolvimento de projetos de intervenções no espaço físico da Universidade.

Manutenção Corretiva e Conservação do Espaço Físico

A UFMG precisa manter permanente zelo pelo espaço do seu considerável patrimônio físico. Para isso, são indispensáveis dois tipos de intervenção. O primeiro – denominado manutenção corretiva – envolve os problemas cotidianos das edificações em uso – por exemplo, troca de lâmpadas, interruptores e disjuntores, mudança de fiação em curto-circuito, revisões hidrossanitárias decorrentes de entupimentos e vazamentos, substituição de peças e metais sanitários, revisões em esquadrias e vidros.

O segundo – a manutenção de conservação –, de caráter preventivo, abrange desgastes e problemas decorrentes do tempo de uso das edificações. Alguns prédios da UFMG têm de 30 a 50 anos de uso intenso e, por esse motivo, apresentam problemas agravados, caso em que se faz necessário proceder à identificação do estado de conservação e elaborar propostas de melhoria – entre outras, substituição de telhados, recuperações estruturais, revisões em redes internas e externas de abastecimento e distribuição, revitalização de pinturas e esquadrias, modernização de elevadores. Por força das inúmeras pequenas e médias adaptações e modificações realizadas ao longo dos anos no conjunto de prédios, impõe-se fazer não só um inventário da área construída, mas também a catalogação do patrimônio verde da Universidade, de forma a reavaliá-lo e a permitir um melhor planejamento de plantio e substituição de espécies.

De forma geral, é preciso implantar um sistema de planejamento e controle de manutenção predial e de equipamentos, incluindo a implantação de técnicas preditivas capazes de orientar o desenvolvimento de ações preventivas. Complementarmente, é preciso ainda estabelecer protocolos que visem aumentar a eficácia e a agilidade, bem como reduzir o custo, das ações corretivas.

Gestão de Serviços de Apoio e Logística

Tendo em vista a complexidade de atividades que sustentam o ensino, a pesquisa e a extensão e considerando a quantidade de prédios, área construída e área urbanizada de seus *Campi*, a UFMG demanda uma gestão de serviços de apoio e logística. Deve-se buscar um atendimento cada vez mais qualificado a tal demanda, com a crescente agilidade e eficiência dos processos administrativos, a ser obtida com a implantação e integração dos diversos sistemas de gestão das atividades administrativas na UFMG.

Essa gestão inclui compras e importação de bens; serviços de correio, malote e reprografia; gestão de serviços de transporte; serviços de limpeza e conservação; serviços de portaria e de vigilância; contratação e fiscalização da exploração de restaurantes e cantinas, bem como de outras concessões e permissões remuneradas de uso; aquisição, gerenciamento e controle de estoque de bens de consumo e de bens móveis permanentes, entre outros procedimentos. No que diz respeito a essas funções, deve-se priorizar a reformulação de procedimentos visando facilitar as ações de aquisições de bens e serviços, a recepção e acompanhamento contratual, a gestão patrimonial, a estocagem, de forma a proporcionar economia de escala e rapidez nas aquisições. Não se deve descuidar, por outro lado, do desfazimento de bens inservíveis em toda a Instituição. Os instrumentos de gestão devem ser desenvolvidos com base nos fluxos efetivos de custeio, compras e serviços concernentes às diversas unidades gestoras.

Um dos aspectos da gestão administrativa que merecem particular atenção, devido ao seu grande impacto no dia a dia das pessoas da Comunidade Universitária, diz respeito à circulação de pessoas e o trânsito de veículos nos *Campi*. É preciso abordar a questão da melhoria da mobilidade da comunidade, por meio da implantação de formas alternativas de transporte interno e da melhoria do transporte coletivo.

Essa questão se articula com a do desenvolvimento urbanístico-ambiental dos *Campi* da UFMG, que requer a inclusão, nos planos diretores, dos instrumentos para garantir o seu desenvolvimento sustentável, com a previsão de intervenções que visem à melhoria da qualidade de vida da Comunidade Universitária. Cabe mencionar, dentre as ações a serem desenvolvidas: rever o planejamento territorial e urbanístico dos *Campi* e demais áreas incluindo expansões e ampliações de edificações existentes; elaborar planos diretores ambientais para os *Campi* e fazendas da UFMG; recuperar áreas degradadas e passíveis de valorização urbanística e ambiental no âmbito da Universidade; promover a cultura da sustentabilidade junto à Comunidade Universitária incorporada aos princípios de todos os processos de gestão; promover a eficientização energética no âmbito da UFMG; promover o uso racional de água.

Outro aspecto da gestão administrativa conexo com a questão ambiental, cuja importância vem crescendo é o da gestão de resíduos. É preciso promover a sua efetiva institucionalização no âmbito da UFMG, com o envolvimento pleno da comunidade, das Unidades e da Administração Central, bem como pelo estabelecimento de: i) diretrizes apropriadas; ii) infraestrutura física e funcional necessárias e iii) instrumentos adequados à sua manutenção e expansão.

É preciso ainda avançar na melhoria das condições de segurança física e patrimonial na UFMG, com a conclusão da implantação do Plano Diretor de Segurança Universitária na UFMG, aprimorando-o com o uso de novas abordagens e ferramentas de análise.

A gestão dessa gama de serviços necessita ser revista, atualizada e modernizada, para que seja feita a normatização e padronização de procedimentos das atividades de sua abrangência, de modo que a UFMG possa atingir seus objetivos com o menor uso de recursos materiais e pessoais. Esse instrumento beneficiará as atividades-fim da Instituição na realização de suas metas, além de funcionar como um elemento facilitador das ações de gestão e de fiscalização, que vão permitir a avaliação, de forma isonômica, das rotinas repetitivas nas diversas áreas; maior intercâmbio da mão-de-obra treinada; redução do custo da capacitação de executores e multiplicadores.

Gestão Ambiental

A gestão ambiental envolve aspectos diversos relativos aos meios físico, antrópico e biótico relacionados à Universidade e sua área de influência, procurando avaliar seus impactos, bem como indicar medidas capazes de mitigar os efeitos negativos e potencializar aqueles outros considerados positivos oriundos de sua operação, além de visar à proteção da saúde dos trabalhadores e da sociedade, dos recursos naturais e do meio ambiente.

Nesse contexto, o Departamento de Gestão Ambiental, vinculado ao organograma da PRA, foi concebido para centralizar e articular as questões ambientais da Universidade, até então desenvolvidas de modo relativamente isolado, em divisões e seções de departamentos distintos. Assim, o Reitorado do período 2010/2013, por meio da Portaria nº 112 de 2010, cria o Departamento de Gestão Ambiental (DGA), dentro do organograma institucional da PRA, sendo composto por três divisões: Divisões de Gestão de Resíduos (DGR), Divisão de Infraestrutura Sanitária (DISA) e Divisão de Áreas Verdes (DAV).

O DGA apresenta área de atuação bastante abrangente e multidisciplinar, envolvendo questões de gerenciamento integrado dos diversos resíduos gerados pela UFMG; os processos de regularização e licenciamento ambiental, perante os órgãos públicos competentes, das Unidades que compõe a Universidade, em conjunto com o Departamento de Planejamento e Projetos (DPP/PRA); questões de infraestrutura sanitária, como drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário, em conjunto com o Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura (DEMAI/PRA); as questões de gerenciamento de fauna e educação ambiental, além de contribuir com a Comissão de prevenção e combate a incêndio e pânico, em conjunto com o DPP/PRA.

Nas atividades diárias da UFMG são ainda gerados grandes volumes de resíduos dos mais variados tipos, conforme a especificidade e particularidade dos trabalhos desenvolvidos nas Unidades Administrativas ou Acadêmicas. Entre os principais tipos de resíduos produzidos nas atividades administrativas de rotina, de ensino e pesquisa dos *Campi* da UFMG, pode-se destacar: a produção de resíduos sólidos comuns e recicláveis, resíduos químicos perigosos, resíduos de serviços de saúde ou infectantes, lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos, entre outros. Nesse contexto, a DGR/DGA atua na proposição e execução de ações, pautadas no atendimento da legislação vigente, visando viabilizar a logística necessária para equacionar as etapas de minimização, segregação, armazenamento, transporte e destinação final correta dos diferentes resíduos gerados na Instituição. A prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos diferentes tipos de resíduos gerados na UFMG configura-se como de natureza indispensável, e cuja paralisação pode comprometer a ordem e causar prejuízos ao bom desenvolvimento das atividades acadêmicas e de serviços de saúde da UFMG, bem como riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Finalmente, a DISA é responsável pela gestão dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial nas Unidades da UFMG. São atribuições da DISA: i) o acompanhamento das condições de funcionamento e conservação dos equipamentos e acessórios dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial existentes nos *Campi* da UFMG; ii) o controle do consumo e custo mensal das faturas de água/esgoto da COPASA, com medições das Unidades Acadêmicas e administrativas do *Campus Pampulha* e externas, identificação das causas de ocorrência de anormalidades e/ou de valores de consumo elevados, e acionamento do DEMAII para possíveis reparos; iii) o acompanhamento, avaliação e revisão dos projetos técnicos de efluentes líquidos do programa PRECEND/COPASA, para o *Campus Pampulha* e acompanhamento dos resultados de análises físico-químicas bimestrais dos efluentes do Hospital das Clínicas, e iv) vistorias de rotina, para avaliação das condições de funcionamento e manutenção da Bacia de Retenção do Córrego Engenho Nogueira, administrada pela SUDECAP/PBH, situada no *Campus Pampulha* da UFMG, baseado no "Plano de Operação e Manutenção do Sistema Implantado", citado no Convênio firmado entre a UFMG e a PBH/SUDECAP em 2009.

Licenciamento Ambiental do *Campus Pampulha*

De acordo com a legislação vigente, o *Campus Pampulha* da UFMG enquadra-se em empreendimento de impacto, sujeito a licenciamento ambiental, junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Esse licenciamento visa a regularização do *Campus Pampulha* perante a legislação e os órgãos ambientais para obtenção das licenças necessárias para operação – Licença de Operação (LO) e para implantação de novas edificações – Licença de Implantação (LI), a partir da Orientação para Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) nº 0302-2012.

No final de 2016 a UFMG obteve a Licença de Operação na modalidade Adequação (LOA) nº

1004/16, válida até 22 de dezembro de 2021, condicionada ao cumprimento de condicionantes vinculadas ao certificado da Licença. Tais condicionantes apresentam naturezas e prazos para execução diferentes, devendo ser cumpridas totalmente antes do vencimento da Licença Ambiental. Para o atendimento a esses condicionantes, é necessário conduzir as seguintes ações:

- I. Visando o atendimento à condicionante Nº 03 – Anexo I da LOA nº 1004/16, faz-se necessária, por parte da Administração Central da UFMG, a criação de uma Comissão de Gestão do Licenciamento Ambiental, imprescindível para a continuidade do processo junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA).
- II. Conduzir a interlocução da Comissão de Gestão do Licenciamento Ambiental com a equipe técnica da SMMA, quanto às definições do rol de condicionantes para a LOA Nº 1004/16.
- III. Viabilizar os diversos contratos com as empresas de consultoria ambiental responsáveis pelo atendimento às demandas advindas do cumprimento das condicionantes do Licenciamento Ambiental, quando o rol das condicionantes for definitivamente emitido.
- IV. Contribuir para viabilizar a construção dos abrigos de resíduos químicos perigosos das Unidades que já possuem projetos elaborados pelo DPP/PRA, que contaram com orientação técnica do DGA, como Faculdade de Farmácia, Escola de Veterinária, Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Odontologia, Colégio Técnico, Escola de Engenharia, Instituto de Geociências e Centro de Microscopia.
- V. Contribuir para viabilizar a construção dos abrigos de resíduos recicláveis, conforme exigido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) do *Campus Pampulha*, além da conclusão das obras de alguns abrigos de resíduos infectantes como o do CP, COLTEC, DAST e Biotério Central.

Gestão de Arquivos

Todos os cidadãos têm direito a receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, contidas em documentos de arquivos, que serão disponibilizadas no prazo da Lei. Para viabilizar esse acesso, deve ser implementada a Política de Arquivos na Universidade, consistindo a mesma em ações (administrativas, científicas e de infraestrutura), integradas em um Programa Permanente de Gestão de Documentos que determine um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento a guarda permanente.

No sentido de viabilizar a implantação da política arquivística da UFMG, recomenda-se a criação dos Arquivos Setoriais nas Unidades Acadêmicas e administrativas, assim como a previsão da criação de um Arquivo Central para o conjunto da Universidade. Tanto os Arquivos Setoriais quanto o Central servirão de arquivos intermediários, para onde serão transferidos documentos que não são mais de uso corrente, além de abrigar os registros da memória institucional de guarda permanente.

A Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ), órgão auxiliar da Reitoria, foi institucionalizada por determinação do Conselho Universitário, em 31 de março de 2015. Compete à DIARQ: i) ser o órgão central do Sistema de Arquivos-SIARQ/UFMG, ii) coordenar a implantação da política arquivística da UFMG; iii) estabelecer interface com os arquivos das Unidades Acadêmicas e Administrativas da Universidade, integrantes do SIARQ/UFMG, e iv) promover eventos técnicos e científicos, visando a disseminar o acervo documental da UFMG, para fins de informação do planejamento institucional e pesquisa científica.

A DIARQ, em parceria com a DTI, promoverá a consolidação e expansão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Trata-se de um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos que tem como principais características a eliminação do uso do papel como suporte para documentos institucionais, com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. Além disso, o SEI possibilita melhorias no desempenho dos processos da Administração Pública, com ganhos em agilidade (especialmente quando se tratar de processos que precisam tramitar em vários setores), produtividade, transparência e redução de custos com papéis e espaço físico para o armazenamento de documentos.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVO GERAL

Modernizar a gestão dos processos administrativos da UFMG e aprimorar a oferta de serviços à comunidade, adequando-os à complexidade inerente ao funcionamento de uma instituição universitária. Promover de maneira gradual uma descentralização do planejamento e da execução orçamentárias, incentivando as Unidades Acadêmicas a estabelecer políticas localmente referenciadas para utilização dos recursos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprimorar o planejamento físico, territorial e urbanístico dos *Campi* da UFMG.
2. Modernizar a gestão e a execução de obras, reformas e serviços de manutenção da UFMG.
3. Produzir estratégias para melhores gestão e intercomunicação das rotinas e experiências relativamente aos processos e procedimentos administrativos.
4. Tratar a questão da Gestão Ambiental como parte de uma pauta ambiental diária da Universidade, de forma visível e permeando todas as ações: uso racional dos recursos naturais, logística, gestão adequada dos resíduos, atendimento a legislação, compras sustentáveis, etc, em articulação com as dimensões acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão.
5. Formular a Política de Arquivos da UFMG, instituindo e implementando o Sistema de Arquivos Institucionais.
6. Estabelecer uma Política de Segurança para a UFMG que preveja ações de curto, médio e longo prazos.

AÇÕES²⁵

ANO	1	2	3	4	5
<i>Administração</i>					
1. Padronizar, uniformizar e normatizar os ritos dos processos administrativos dos vários setores, estabelecendo canais para a publicidade dos procedimentos e para o compartilhamento de práticas, de soluções, de dúvidas e de críticas.					
2. Estabelecer canais de comunicação eficientes no que concerne às ferramentas de gestão.					
3. Estabelecer rotinas para serem aplicadas em cada setor, nas situações em que se fizer necessária a substituição temporária ou permanente de um servidor, de forma a garantir a normalidade do serviço.					
4. Estruturar mecanismos, junto aos órgãos da Administração Central, para apoiar setores administrativos das Unidades Acadêmicas.					
5. Estruturar um setor de apoio às Unidades Acadêmicas no tratamento questões de natureza jurídica.					

²⁵ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

6. Estabelecer fóruns específicos dos diversos tipos de setores: pessoal, compras, serviços gerais, e outros, para compartilhamento de experiências, equalização de saberes e proposição de aperfeiçoamento dos processos.				
7. Implantar os processos de Governança e Controles Internos conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.				
<i>Serviços de Apoio e Logística</i>				
8. Implantar sistemas eficientes e abrangentes de gestão pública, informatizando e integrando os processos administrativos nas áreas de materiais e almoxarifado, patrimônio, compras e licitações, gerenciamento de contratos, gerenciamento orçamentário e financeiro.				
9. Desenvolver práticas de gestão das instalações (<i>facility management</i>) considerando os aspectos interdisciplinares envolvidos nessa função organizacional que integra pessoas, lugares e processos com o ambiente construído, com o propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas e a eficiência na execução das atividades-fins.				
10. Adequar as estruturas físicas e administrativas da UFMG para a gestão de serviços de transporte, incluindo a implantação de sistemas transparentes de gestão e uso dos serviços.				
11. Atuar para aprimorar os serviços prestados por empresas terceirizadas (serviços de portaria, vigilância, limpeza, manutenção, restaurantes, cantinas, transporte interno etc.).				
12. Intensificar o planejamento plurianual de compras, não apenas aperfeiçoando os sistemas de submissão e acompanhamento, mas também realizando treinamento, qualificação e integração das equipes de compras existentes no DLO e nas Unidades Acadêmicas.				
13. Intensificar o planejamento plurianual coordenado de desfazimento, de acordo com a legislação vigente, por meio de doações e leilões.				
14. Implantar um Sistema de gestão de estoques integrado com o processo de compras de materiais, de forma a evitar o desabastecimento da Universidade com itens de manutenção básica. Particular atenção deve ser dirigida à garantia do fornecimento dos suprimentos necessários para manter as rotinas de funcionamento de laboratórios de ensino e de pesquisa.				
15. Planejar a instalação de sistemas de prevenção da interrupção de energia elétrica para assegurar o suprimento de energia para instalações consideradas críticas.				
<i>Manutenção</i>				
16. Implantar um sistema de planejamento e controle de manutenção predial e de equipamentos, incluindo ações preditivas, preventivas e corretivas.				
17. Implantar um sistema de inventário da área construída que permita conhecer a cada momento a conformação física e o uso atuais das instalações da UFMG.				
18. Estabelecer e dar ampla divulgação a planos de manutenção preventiva formulados de acordo com escalas de prioridades, a exemplo de: limpeza de bocas de lobo, calhas, lajes, etc, troca de filtros de bebedouros, limpeza das caixas d'água e dos filtros de ar condicionado e manutenção dos extintores.				
19. Estudar medidas para o controle e a redução no tempo de atendimento do Setor de Manutenção, incluindo a divulgação pública da programação de atendimento às demandas.				

<i>Mobilidade</i>				
20. Priorizar a expansão da oferta de serviços de transporte público no tratamento das questões relacionadas ao acesso aos <i>Campi</i> da UFMG.				
21. Melhorar a mobilidade da comunidade, por meio da implantação de formas alternativas de transporte interno e da melhoria do transporte coletivo.				
22. Atuar junto às esferas administrativas dos municípios de Belo Horizonte e de Montes Claros com vistas a melhorar o acesso e o deslocamento interno nos <i>Campi</i> da UFMG.				
<i>Segurança</i>				
23. Investir em segurança para os <i>Campi</i> e Unidades, considerando a adoção em maior escala de tecnologias de monitoramento eletrônico (maior cobertura com câmeras, maior estrutura de pessoal para monitoramento de imagens).				
24. Implantar normas de segurança nos diversos laboratórios e executar projetos de segurança e combate a incêndio e pânico nas diversas edificações da UFMG. Implantar sinalização de incêndio e emergência, assim como dispositivos de segurança (alarmes, saídas corta-fogo, detectores de fumaça).				
25. Elaborar planos de contingência para riscos químicos e biológicos.				
26. Estudar a expansão do sistema de controle de acesso ao interior dos prédios, incluindo o estabelecimento de contratos de manutenção de software, melhoria do controle de visitantes, renovação dos dispositivos de catracas e cancelas e fornecimento de cartões de acesso a voluntários.				
<i>Gestão Ambiental</i>				
27. Dar prosseguimento às ações para obtenção do Licenciamento Ambiental e Urbanístico dos <i>Campi</i> .				
28. Desenvolver e implantar projetos de eficiência energética e uso racional da água.				
29. Ampliar as ações de gerenciamento de resíduos orgânicos, da construção e demolição, químicos, de serviços de saúde e eletroeletrônicos.				
30. Controlar e monitorar os produtos químicos e poluentes utilizados pela pesquisa e práticas em geral, de modo a evitar acidentes e lançamentos na rede de esgotamento do <i>Campus</i> .				
31. Implementar um plano de manutenção nas caixas de retenção das saídas dos laboratórios, centros de experimentação, restaurantes e cantinas do <i>Campus</i> .				
32. Divulgar relatórios mensais sobre consumo de água e energia, individualizados por prédio.				
33. Monitorar e controlar vetores de doenças (a exemplo do <i>Aedes aegypti</i>) nos <i>Campi</i> .				
34. Estabelecer planejamento abrangente para controle de pragas a ser realizado em caráter permanente.				
35. Expandir as iniciativas de criação de feiras agroecológicas periódicas que permitam a comercialização de alimentos orgânicos e artesanais, favorecendo assim a promoção da saúde da população dos <i>Campi</i> .				
36. Implantar uma política contra o abandono de animais nos <i>Campi</i> .				
<i>Arquivos</i>				
37. Acompanhar, padronizar e normatizar a organização e gestão dos documentos, arquivos e registros, estabelecendo bases de temporalidade uniforme e dando publicidade aos procedimentos de modo a tomá-los costumeiros e seguros.				
38. Racionalizar os procedimentos de criação de documentos no âmbito da UFMG.				
39. Planejar a implementação da gestão de documentos digitais e não-digitais.				

40. Orientar procedimentos para garantir a rápida recuperação de informações por parte da administração, para fins de planejamento e promoção da transparência pública.					
41. Avaliar documentos de arquivo, evitando o acúmulo desnecessário, em salas e em mobiliário, de documentos sem valor probatório ou informativo.					
42. Assegurar a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio documental da UFMG.					
43. Promover a consolidação e expansão do SEI.					
44. Promover interação com outras áreas com a finalidade de difundir a política arquivística da Universidade.					
45. Promover treinamentos sobre organização e classificação de documentos.					
46. Prestar orientações sobre a institucionalização de arquivos setoriais e criação de Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos.					

5.3 Planejamento, Orçamento e Sustentabilidade Financeira

Planejamento

A UFMG tem considerável experiência de planejamento, seja no referente à esfera do espaço físico e territorial, seja no campo administrativo, financeiro e acadêmico. Esse trabalho esteve sempre ancorado num sólido arranjo institucional baseado em Órgãos Colegiados e estruturas administrativas regulamentadas e transparentes. Nesse sentido, se é possível apontar certa lentidão, não se deve subestimar o quanto positivo tem sido o processo de tomada de decisões na UFMG, baseado em amplo acesso à informação e debates.

Sem buscar periodização exaustiva é possível pensar a experiência de planejamento da UFMG como composta por três fases distintas. A primeira, que transcorreu desde sua criação, em 1927, até 1968/69, foi marcada pela incorporação de várias Unidades Acadêmicas ao núcleo inicial, pela federalização da Universidade em 1949, pelo início da implantação do *Campus Pampulha* e, finalmente, pela reforma universitária de 1968 e o primeiro vestibular unificado de 1969. A segunda fase, que desenrolou-se de 1968/69 até o início da implantação do REUNI²⁶, em meados dos anos 2000, teve como marcos a continuidade da implantação do *Campus Pampulha*, a criação do *Campus Montes Claros*, a implantação e crescimento do ensino de Pós-Graduação, a difusão da prática de pesquisa nas várias Unidades e Departamentos da UFMG. A terceira fase, iniciada com a implantação do Reuni, encontra-se em curso e tem como objetivos o aumento de vagas discentes e a democratização do acesso à UFMG, a intensificação e generalização das práticas, atividades e instrumentos interdisciplinares, a ampliação das políticas e atividades de mobilidade internacional de discentes e docentes e de internacionalização da UFMG, a expansão do ensino de Pós-Graduação e das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação, a evolução e aperfeiçoamento da política de assistência estudantil, a reestruturação e multiplicação das atividades culturais, a reestruturação e expansão do sistema de tecnologia de informação, a consolidação do *Campus Pampulha* com a transferência de Unidades Acadêmicas, entre outras ações em curso e metas parcialmente atingidas.

O planejamento das atividades da UFMG está voltado para assegurar que a Universidade alcance seus objetivos através da geração e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, sendo ao mesmo tempo formadora de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade.

Toda atividade acadêmica, seja de ensino, pesquisa ou extensão, é precedida de um planejamento, consubstanciado na forma de projetos, cujas diretrizes e impactos são avaliados pelas instâncias deliberativas colegiadas previstas no Estatuto da Universidade, típicas de instituições descentralizadas e colegiadas, como são as instituições de ensino superior.

Isso se mostra, por exemplo, nos relatórios individuais de atividade dos docentes. Elaborados anualmente, eles incluem também plano de trabalho para o ano corrente, contemplando a previsão do desenvolvimento de atividades de ensino e orientação a discentes, de pesquisa, de extensão e de administração universitárias, de treinamento e capacitação docente. Esses relatórios e os respectivos planos de atividades que o acompanham são apreciados pelas Câmaras Departamentais e formam a base para a elaboração dos relatórios de cada Departamento. Estes últimos, por sua vez, também contemplam um planejamento das atividades acadêmicas no nível departamental, e são avaliados pelas Congregações (instâncias máxima de cada Unidade Acadêmica) e, posteriormente, pela CPPD, de

²⁶ Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

modo a assegurar sua coerência e alinhamento com os objetivos da Instituição. É importante notar que os resultados alcançados por um Departamento, bem como o planejamento de suas atividades, são peças consideradas pela CPPD para efeito de alocação de vagas docentes entre os Departamentos.

Analogamente, a proposição de novos cursos é feita por meio de projetos que, de modo geral, são elaborados por iniciativa dos departamentos. No caso de novos projetos pedagógicos de cursos já existentes, a proposição parte dos respectivos Colegiados de cursos de Graduação e Pós-Graduação. Cada proposta contempla uma avaliação prévia do estágio de desenvolvimento da área de conhecimento do curso, da importância, necessidade e propriedade do novo curso proposto e de sua inserção na realidade institucional, regional e nacional, da existência ou não na UFMG de áreas correlatas de formação em outros cursos e, no caso dos cursos de Graduação, de uma avaliação do mercado de trabalho e do espaço potencial para o profissional a ser formado. Além disso, devem ser indicadas as condições existentes e as necessárias para a implantação do curso, como as relacionadas ao espaço físico, aquisição de mobiliário, material ou equipamentos, acervo bibliográfico, corpo docente e TAEs etc. Cada projeto é avaliado por Órgãos Colegiados, entre os quais as Congregações, no âmbito das Unidades Acadêmicas, as Câmaras de Graduação ou de Pós-Graduação do CEPE, o plenário do CEPE e o Conselho Universitário no âmbito da Reitoria.

Desse modo, o alinhamento dos planos individuais, departamentais e das Unidades Acadêmicas e administrativas ao planejamento estratégico da Instituição é assegurado pela estrutura organizacional implantada, composta por instâncias colegiadas com a participação de servidores docentes e TAEs, bem como da representação discente, que acompanham e deliberam sobre cada proposta apresentada. Assegurado este alinhamento, a realização das atividades é avaliada com base nos relatórios individuais dos docentes que, por sua vez, servem de base para a composição dos relatórios de atividades dos Departamentos. Entre os itens que são avaliados quantitativa e qualitativamente estão as publicações docentes (artigos em periódicos acadêmicos, livros publicados e organizados, capítulos de livros, e demais publicações), as orientações de estudantes de Graduação e Pós-Graduação em andamento e concluídas, as atividades de pesquisa (financiamentos obtidos, relatórios produzidos etc.), pareceres emitidos e outros trabalhos técnicos, bem como as disciplinas ministradas em cursos de Graduação e Pós-Graduação e participações em bancas avaliadoras de trabalhos finais.

É importante frisar que, por sua natureza, essas atividades estão orientadas pelos objetivos de produção e difusão de conhecimento que norteiam a vida universitária. Além disso, muitas dessas atividades são objeto de avaliação por órgãos externos. Deste modo, os cursos de Graduação e de Pós-Graduação são avaliados periodicamente pelo INEP e pela CAPES, respectivamente, enquanto os projetos e relatórios de pesquisa são objeto da avaliação de agências nacionais e internacionais de fomento e outros órgãos que financiam seu desenvolvimento, como o CNPq, a FAPEMIG, o British Council, a Fundação Ford, entre outras, sendo a produção intelectual submetida à avaliação por pares em nível nacional e internacional.

Finalmente, os Órgãos Colegiados Superiores acompanham o andamento das atividades, planos e projetos acadêmicos, como é o caso das câmaras acadêmicas do CEPE e dos relatórios produzidos pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, a CPPD.

No que diz respeito aos servidores TAEs, o Programa de Avaliação de Desempenho foi aprovado pelo Conselho Universitário em 2013 e vem sendo aplicado, de modo informatizado, desde 2014, envolvendo a avaliação do servidor pelo seu chefe, avaliação do chefe pela equipe de trabalho, a autoavaliação da equipe, do servidor e da chefia, e a avaliação e atualização do plano de trabalho.

Orçamento e Sustentabilidade Financeira

A Constituição Federal estabelece a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” e determina que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (artigos 206 e 208, respectivamente).

O texto constitucional prevê também que “a União (...) financiará as instituições de ensino públicas federais” e que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (art. 211 e 212).

Em se tratando de uma instituição federal de ensino superior, a sustentabilidade dos compromissos da UFMG com a oferta continuada de educação superior é assegurada pelos recursos previstos na LOA, que respondem pela maior parte dos seus gastos.

A alocação de recursos de custeio e de capital do Governo Federal para o funcionamento e a manutenção das IFES é, em boa medida, resultado da aplicação das diretrizes estabelecidas pelo decreto presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que “estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais”. O Decreto estabelece que o Ministério da Educação, ao elaborar as propostas orçamentárias anuais das universidades federais, deve observar uma matriz de distribuição de recursos para despesas classificadas como “Outras Despesas Correntes e de Capital”, tomado por base um conjunto de parâmetros. A matriz em uso, conhecida como Matriz ANDIFES, adota parâmetros relacionados à dimensão de cada IFES (número de estudantes de Graduação, Pós-Graduação e residência médica, ponderados por fatores como a duração, a natureza e a taxa de retenção dos diferentes cursos, que determinam o número de estudantes-equivalente), bem como parâmetros relacionados à qualidade/produtividade de cada universidade (estreitamente associado à avaliação externa dos cursos de Graduação e Pós-Graduação de cada instituição).

Em razão de sua constituição como autarquia federal, a UFMG conta também com a possibilidade de arrecadação direta de recursos financeiros. Como exemplo, podem ser mencionados os recursos captados por meio de projetos e os valores recebidos a título de aluguéis, inscrições em concursos, resarcimentos de fundações de apoio, entre outros. À Instituição é também permitida a aplicação na conta única do Tesouro Nacional dos recursos diretamente arrecadados. Além disso, conta também com a arrecadação por meio dos convênios firmados com órgãos não federais – ou seja, estados, municípios e entes privados –, todos previstos na Lei Orçamentária citada, pelo lado das receitas.

Além disso, os docentes são estimulados a captar recursos para desenvolvimento de seus projetos de pesquisa e extensão, submetendo-os aos editais lançados pelos organismos financiadores nacionais e internacionais, sejam as agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPEMIG, entre outras), sejam outros órgãos públicos e privados (FINEP, Fundação Ford, Instituto Serrapilheira, Fundação Rockefeller, Fundação Bill e Melinda Gates etc.). A captação desses recursos depende, em larga medida, da iniciativa dos líderes de grupos de pesquisa e dos docentes de modo geral, sendo os projetos apresentados e avaliados segundo os critérios estabelecidos pelos órgãos financiadores. Nesse sentido, a obtenção desses recursos é relativamente independente de políticas da Administração Central que, no entanto, apoia e estimula sua captação, atuando, sobretudo, como facilitadora ou indutora das ações

acadêmicas. Saliente-se que a execução desses projetos, além de proporcionar recursos para a aquisição de equipamentos para as Unidades responsáveis por sua execução, gera nos casos previstos o recolhimento da taxa estabelecida pela Resolução nº 10/95 do Conselho Universitário, que serve como compensação pelo uso das instalações e equipamentos da Universidade.

A distribuição dos recursos de custeio e investimento recebidos do Tesouro entre as Unidades Acadêmicas e administrativas é realizada com base em uma proposta interna elaborada anualmente pela PROPLAN. No caso das Unidades Acadêmicas, adotou-se, desde 1993, uma matriz de distribuição de recursos construída em moldes semelhantes aos adotados pelo Ministério da Educação e descritos acima. Para as Unidades Administrativas, não há um algoritmo para a distribuição dos recursos, prevalecendo uma alocação que leva em conta as necessidades de cada Unidade e as prioridades definidas no planejamento da Instituição.

Além da elaboração da proposta orçamentária anual, cabe à PROPLAN realizar o acompanhamento da aplicação orçamentária e da execução financeira, dos procedimentos contábeis, bem como da prestação de contas da Instituição. Ela orienta e oferece apoio técnico aos demais setores da UFMG no que diz respeito à análise funcional de suas atividades, a obtenção de informações, a elaboração de planos, projetos, e a viabilização de convênios, bem como presta auxílio às iniciativas de modernização administrativa e expansão de sua estrutura física. É também um dos setores responsáveis pelo atendimento às demandas de informação do MEC, da Controladoria Geral da União (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), bem como de usuários do Serviço de Informação ao Cidadão.

Finalmente, é importante observar que nos exercícios de 2014 a 2018 as restrições orçamentárias impostas à UFMG levaram à necessidade de reduzir gastos com a contratação de pessoal terceirizado, bem como realizar esforços para redução do consumo de outros bens e serviços. Essas medidas procuraram evitar que a redução de despesas incidisse sobre itens diretamente relacionados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Ainda assim, geraram efeitos imediatos sobre aspectos como a frequência da limpeza das dependências e a disponibilidade de diferentes serviços de manutenção, entre outros.

Além disso, houve crescimento sensível das demandas por assistência estudantil que não foi acompanhado por um aumento compatível dos recursos do PNAES, situação que tende a se repetir nos próximos anos. O aumento da demanda foi provocado pela piora conjuntural das condições do mercado de trabalho, bem como pela gradual mudança do perfil dos estudantes da UFMG, resultado das políticas de reserva de vagas (Lei nº12.711/2012), que tem assegurado o ingresso de estudantes oriundos de famílias com renda média mais baixa.

Na mesma linha, com a redução dos recursos orçamentários de capital previstos na LOA, seguida frequentemente do contingenciamento de limites orçamentários, bem como os problemas decorrentes da falta de periodicidade na liberação de recursos financeiros para a quitação dos compromissos assumidos, um quadro de incerteza sobre os valores que seriam efetivamente disponibilizados em cada ano se configurou, levando à necessidade de reprogramar as obras previstas e em andamento.

Nesse sentido, causam preocupação a expressiva redução dos recursos para investimentos previstos na LOA 2018 e a perspectiva orçamentária desfavorável para os próximos anos em função das regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 95/2016, seja por ameaçarem a conclusão de obras iniciadas e o início de ações prioritárias, como a construção da Moradia Universitária do *Campus*

de Montes Claros, seja por prejudicarem a aquisição de equipamentos e material de consumo para o ensino e a pesquisa, de material bibliográfico para bibliotecas, do apoio para a viabilização de intercâmbios, trabalhos de campo, e a manutenção da infraestrutura, entre outros aspectos. Desse modo, a exemplo do que ocorreu no último quinquênio, a evolução do quadro de restrições orçamentárias e financeiras que pesa sobre as IFES – e cujo controle escapa à UFMG – será um condicionante decisivo para o andamento da execução das ações e metas previstas neste PDI.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

OBJETIVO GERAL

Atuar para assegurar a sustentabilidade orçamentária e financeira dos compromissos da UFMG com o ensino, pesquisa e extensão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprimorar o planejamento orçamentário da UFMG.
2. Aprimorar a descentralização do planejamento e da execução orçamentárias, incentivando as Unidades Acadêmicas a estabelecer políticas localmente referenciadas para utilização dos recursos.
3. Apoiar o Comitê de Governança, Riscos e Controles no aperfeiçoamento dos processos de Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos na UFMG conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº01/2016.
4. Colaborar, na medida da disponibilidade dos recursos orçamentários aportados pelo Governo Federal, com a conclusão das obras paralisadas.
5. Prestar apoio à Reitoria e ao Conselho Universitário na atualização da estrutura organizacional da UFMG.
6. Aperfeiçoar tramitação de processos no âmbito da PROPLAN.

AÇÕES²⁷

ANO	1	2	3	4	5
1. Atuar junto ao Executivo e ao Legislativo federais, diretamente e por meio da ANDIFES e outras entidades representativas, para reverter as medidas que provocaram a redução dos recursos disponíveis para o custeio e os investimentos das IFES, para a educação pública de modo geral, bem como para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.					
2. Implantar sistemas informatizados nas áreas de processo eletrônico, de pagamentos das despesas, gestão de convênios, receita orçamentária, distribuição interna de recursos orçamentários.					
3. Investir na melhoria da gestão dos arquivos da PROPLAN que envolvem documentos de toda a Instituição da área de execução orçamentária e financeira.					
4. Revisar a matriz de alocação interna de recursos orçamentários às Unidades da UFMG.					
5. Instituir mecanismos de aferição de eficiência de gasto de recursos pelas Unidades Acadêmicas de tal modo que os eventuais ganhos resultantes de práticas inovadoras, sustentáveis e academicamente qualificadas sejam revertidos para as Unidades responsáveis por essas práticas.					
6. Revisar os processos de trabalho relacionados à contratação de fundação de apoio e celebração de instrumentos jurídicos afetos às atividades da PROPLAN e estabelecer canal eletrônico de informações e orientações sobre procedimentos relacionados.					

²⁷ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

5.4 Comunicação e Informação

5.4.1 Comunicação Institucional

Atuar para ressignificar, na contemporaneidade, a noção do Público na sociedade é uma das dimensões da atuação das universidades públicas. A essa premissa acrescenta-se a exigência da prestação de contas à sociedade acerca do que se faz nas Instituições Universitárias e por meio de suas realizações, assegurando, desse modo, formas de controle social sobre a ação institucional e seus resultados. Essas são responsabilidades que devem ser assumidas por toda a Comunidade e realizadas por todos os seus membros, expressão de compromisso ético da Instituição Universitária com a sociedade. Entretanto, ainda que se constituam atribuições institucionais no âmbito coletivo, essas tarefas circunscrevem um campo de atuação técnico-profissional específico – qual seja o da Comunicação Institucional. Esta objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público da UFMG, de seus projetos, políticas e realizações; contribuir para o desenvolvimento e valorização de uma sólida e consistente imagem institucional; e garantir o acesso do público a informações sobre a Universidade, de forma a possibilitar a crítica e o controle social, dimensões que se inserem no campo da Comunicação Pública.

Para dar conta de tais finalidades, torna-se imprescindível que a Instituição Universitária lance mão, cada vez com maior frequência, diversidade e competência, de estratégias de comunicação, que, em larga escala, possam dar, ao conjunto da sociedade e da própria Instituição, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico e fora dele, isoladamente ou em parceria com outros atores sociais.

A própria Universidade é um organismo vivo e dinâmico, com suas diferenças e suas contradições, apresentando diversas comunidades de discurso, de produção e recepção de conteúdo, cuja convivência postula, para expressar-se, uma multiplicidade de linguagens, instrumentos e dispositivos midiáticos.

É por essas razões que se faz necessário formular uma política de comunicação capaz de dar conta da diversidade de objetivos a serem atingidos e de públicos com os quais a Universidade busca interagir. Esta política deve, também, ser capaz de reorganizar as dinâmicas e lógicas de produção das chamadas mídias tradicionais (Rádio UFMG Educativa, TV UFMG, Boletim UFMG), assim denominadas pelo seu caráter transmissivo e analógico, incorporando e colocando em interação *expertises* e estratégias de comunicação do mundo contemporâneo. Num contexto de reconfiguração do espaço midiático, marcado pela lógica participativa e pela interconexão em rede, além das mudanças vivenciadas pela própria UFMG – com alterações significativas no perfil do público atendido, nos cursos oferecidos, nas formas de acesso, no horário de funcionamento, na característica de *multicampi* – é necessário que esta política de comunicação dê conta de requalificar os processos de produção e distribuição do conteúdo informativo institucional.

É também no entrelaçamento entre duas perspectivas de atuação – a interna e a externa à Universidade – que se estruturam as estratégias de comunicação social, a fim de permitir a visibilidade desejada às atividades e à própria Instituição. Por essa via – que se sabe importante, mas não é certamente a única –, é que se dá a obtenção de legitimidade política para suas pretensões, bem como a garantia do direito à informação acerca da vida universitária a todos os segmentos que nela atuam ou dela se servem.

Os processos comunicacionais desenvolvidos na Universidade estão inscritos no âmbito da Comunicação Pública e não podem se restringir às práticas instrumentais de difusão de informações – publicações de jornais, elaboração de peças gráficas e formulação de campanhas de conscientização, só para citar alguns exemplos relacionados a esse aspecto ferramental que muitos enxergam na comunicação. É fato que os processos comunicacionais na UFMG se têm caracterizado pela transformação, processo em construção, anunciado, principalmente, a partir do momento em que as ações de comunicação institucional na Universidade passam a ser organizadas e planejadas de forma integrada a partir dos anos 2000. Muito além de produtos, a Comunicação deve ser entendida como processo e, no caso específico da UFMG, processos comunicacionais que envolvem a construção de espaços e dinâmicas discursivas para a expressão de múltiplos interesses e vozes. Nesse sentido, a comunicação pública aqui proposta deve zelar pela prevalência do interesse coletivo e promover a transparência e a qualidade dos serviços oferecidos, além de privilegiar práticas que favoreçam a troca e o compartilhamento de informações.

A UFMG entende que um primeiro passo para a prática do controle social em uma Instituição pública consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e de relevância e os resultados obtidos. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos.

Na UFMG, cabem ao CEDECOM, resultado da fusão – ainda não institucionalizada – da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) e do Centro Audiovisual (CAV), a formulação e a execução de ações de comunicação institucional. As atribuições do CEDECOM estão estrategicamente relacionadas aos processos da gestão, atendendo, também, às Unidades Acadêmicas e administrativas da UFMG, pelo desenvolvimento de ações destinadas a proporcionar visibilidade aos projetos e programas da UFMG, por meio das mídias gerenciadas pela Universidade e da interação com a imprensa. Os processos comunicacionais incluem ainda a gestão de mídias institucionais:

- I. Boletim, publicação impressa semanal e uma das mais regulares e longevas publicações jornalísticas produzidas no meio universitário, que completou 40 anos, em 2014.
- II. TV UFMG, unidade de produção audiovisual, que completou 17 anos em 2015, e tem-se pautado pela realização de produções audiovisuais destinadas às redes sociais digitais, à grade do Canal Universitário de Belo Horizonte, emissora local por cabo – 12 da NET e 14 da Oi TV – da qual são parceiras, além da UFMG, PUC Minas, UEMG e UNIBH, e também de peças audiovisuais destinadas à publicidade institucional, como os vídeos que informam a proibição do trote, a adoção do nome social, entre outras.
- III. Rádio UFMG Educativa, a “estação do conhecimento”, com 10 anos completos em 2015, vencedora de 39 prêmios (<http://bit.ly/1fV9IVm>) – como o Roquete Pinto 2010, SEBRAE de Jornalismo de 2013 a 2015 e oito pódios no Prêmio Délia Rocha do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. A emissora, fruto de parceria entre a UFMG e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), está no ar 24 horas por dia, e sua programação pode também ser ouvida em tempo real pela internet, onde ficam armazenadas as edições dos diversos programas produzidos e/ou resultantes de parcerias entre o CEDECOM e docentes, servidores TAEs e discentes de todas as áreas de conhecimento da Universidade.

IV. Portal UFMG²⁸. No dia 6 de setembro de 2017, véspera do aniversário de 90 anos de fundação da UFMG, a Universidade lançou seu novo portal na internet, desenvolvido para facilitar o acesso do usuário a informações sobre a Instituição e ampliar sua visibilidade. A construção do Portal tomou por base o direito à informação, a internacionalização da Instituição, o aumento da diversidade social da Comunidade Universitária, a maior inserção da Universidade na sociedade e a oferta de serviços diversos.

É preciso ressaltar que ao CEDECOM cabe a principal mediação com a imprensa, buscando atender demandas apresentadas por jornalistas de veículos massivos, bem como de outros dispositivos comunicacionais como blogs, videoblogs etc., atuando ativamente na divulgação de eventos, projetos, programas e ações de interesse da própria Instituição. Ao CEDECOM cabe ainda trabalhar em conjunto com assessorias de comunicação da Universidade - levantamento realizado em 2016 apontou a existência de estruturas de comunicação, além do próprio Centro de Comunicação, em 21 Unidades Administrativas, 12 Unidades Acadêmicas e em nove projetos e programas – na mediação da relação com a imprensa, especialmente em momento de crise.

A Tabela 30 mostra a evolução da produção do CEDECOM entre 2014 e 2017 e o Gráfico 60 mostra o aumento do acesso ao Portal UFMG.

TABELA 30
Evolução da produção do CEDECOM – 2014 a 2017

TIPO DE PRODUÇÃO	2014	2015	2016	2017	Total
Edições do Boletim UFMG	40	37	40	40	157
Notícias publicadas no antigo site e novo Portal UFMG	2.559	2.444	2.164	2.073	9.240
Produções audiovisuais da TV UFMG	423	304	397	530	1.654
Entrevistas e reportagens veiculadas pela Rádio UFMG Educativa	2.550	2.520	2.286	2.008	9.364
Atendimentos a demandas de imprensa	4.750	4.501	4.340	3.846	17.437
Releases enviados à imprensa	2.379	1.027	1.071	1.381	5.858

²⁸ O novo Portal UFMG segue as regras de acessibilidade (W3C) do Governo Federal, com formato em grandes proporções, que oferece conforto visual e código que possibilita funcionamento adequado de softwares de leitura para cegos. Seguindo orientações do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o ambiente utiliza apenas alto contraste em preto e branco, para uso de pessoas com visão subnormal. A opção foi pela criação de um sistema próprio de gerenciamento de conteúdo, que mobilizou profissionais do CEDECOM da UFMG, com a colaboração da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e da equipe de TI da FUNDEP. Bases de dados e sistemas já existentes na Universidade foram mapeadas para integração progressiva ao portal, como o Sistema Acadêmico (SIGA), que reúne todas as informações sobre cursos de Graduação e de Pós-Graduação, e o Somos UFMG (www.somosufmg.br), que permanece como referência para localização de currículos dos docentes ativos, linhas de pesquisa, estrutura e laboratórios das Unidades Acadêmicas.

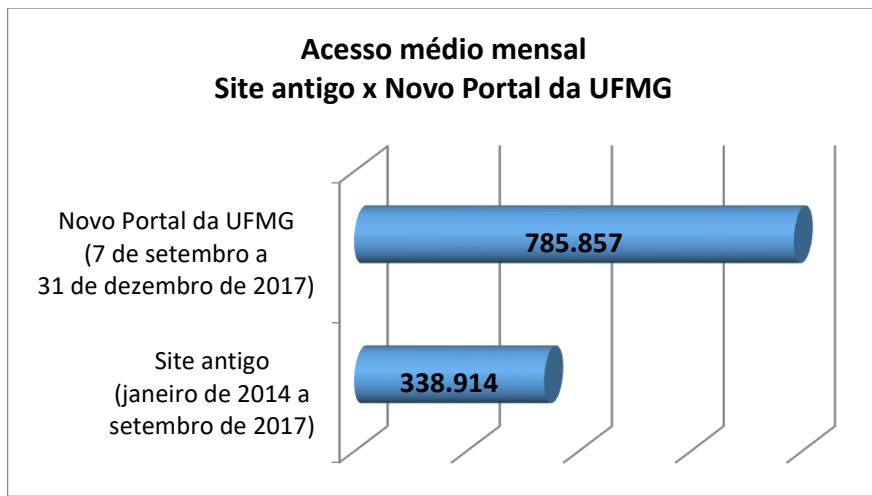


GRÁFICO 60 – Acesso ao Portal UFMG

Destaca-se também a atuação do CEDECOM no campo da produção de identidades, marcas e peças de comunicação – gráficas e virtuais – para eventos institucionais, como a Mostra das Profissões, a Semana do Conhecimento, os Festivais de Inverno e de Verão, organizados e realizados preferencialmente pelos órgãos da Administração Central. O crescimento da inserção da UFMG nas redes sociais também contribuiu para o aumento da visibilidade da Instituição. Atualmente, o CEDECOM administra 13 redes sociais. Com 122 mil “fãs”, por exemplo, a página da UFMG no *Facebook* é uma das mais acessadas entre as páginas das instituições de ensino superior brasileiras.

Também cabe destacar o CEDECOM como espaço para a formação complementar e experimentação dos estudantes de Graduação e Pós-Graduação da Universidade, inclusive de outras áreas além da Comunicação Social. O CEDECOM tem como um de seus pilares a oferta de oportunidades para que os discentes experimentem os “fazeres” inerentes aos processos comunicacionais, seja na perspectiva do jornalismo ou das outras áreas da comunicação institucional. Outra diretriz que orienta a própria existência institucional do CEDECOM é a necessidade de experimentação de novos formatos para a comunicação de massa, o que implica diálogo permanente das rotinas profissionais estabelecidas com outras oportunidades e caminhos a serem explorados. Isso acaba por fomentar um conflito propositivo e positivo, que favorece o diálogo e a aproximação entre os campos do conhecimento, sobretudo, a partir da atuação das mídias.

Comunicação Institucional em Montes Claros

Com o intuito de aumentar a visibilidade para a UFMG no Norte de Minas, o CEDECOM, articulado com o Instituto de Ciência Agrárias (ICA), promoveu uma melhor estruturação da área de comunicação institucional da UFMG em Montes Claros. O ICA passou a contar com dois profissionais (jornalista e relações públicas) que atuam em conjunto com a equipe de profissionais lotada no *Campus* Pampulha. Essa atuação resultou na proposição de vídeo institucional da UFMG para Montes Claros, reformulação do site do ICA (<https://www.ica.ufmg.br/>), produção de materiais gráficos para eventos e programações realizadas no campus regional e relacionamento com a mídia. Também foi iniciada a instalação de uma webrádio no ICA – que conta com o apoio da FAPEMIG – com início das transmissões em novembro de 2018.

5.4.2 Divulgação da Produção Acadêmica

As ações institucionais para a difusão da produção acadêmica abrangem diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação e almejam, também, o aprimoramento da própria produção intelectual e da formação de recursos humanos qualificados.

As ações relativas à produção científica da UFMG têm como objetivo aumentar a visibilidade internacional e reduzir a heterogeneidade entre as várias áreas de conhecimento. A PRPq conta com programas permanentes e específicos para estimular a produção científica e divulgação científica, tais como o Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica, o Programa de Apoio para apresentação de trabalho em Eventos Científicos e o estabelecimento de sua política de periódicos. A produção acadêmica da UFMG está disponível à comunidade por meio do portal SOMOS (www.somos.ufmg.br), um sistema de busca por palavras-chave com acesso a todo o conhecimento acumulado na Universidade de forma estruturada.

Instituída com o intuito de aumentar a visibilidade dos periódicos produzidos no âmbito da Universidade, a Política de Periódicos da UFMG está ancorada em dois princípios – inclusão e excelência. A primeira pauta o respeito à diversidade de áreas, temáticas, objetivos e formas de organização das publicações, enquanto o princípio da excelência orienta a política para garantir espaços de qualidade já existentes na Universidade, bem como fomentar e respaldar ações de melhoria dos periódicos, com base em critérios nacional e internacionalmente constituídos. A implementação da Política de Periódicos da UFMG abrange um conjunto de ações independentes e complementares, entre as quais está a elaboração de diretório que abre ao conhecimento público informações diversas, como a forma de acesso aos periódicos, foco de publicação, vínculo institucional, equipes responsáveis e classificação no Qualis CAPES. A Política também inclui a criação do Portal de Periódicos, destinado a dar visibilidade interna e externa aos periódicos elaborados na Universidade; um processo de avaliação sistemática dos periódicos, que servirá para identificação de desafios a serem superados; e ações diversas, como constantes momentos de qualificação de editores, que poderão conhecer mais sobre aspectos como indexação, diagramação, etc. Em consonância com as práticas atuais de transparência das universidades brasileiras, o trabalho de elaboração do diretório e dos outros itens que compõem a Política de Periódicos da UFMG foi realizado e implementado sob a coordenação da Diretoria de Produção Científica (DPC) da PRPq. Em 2015 foi lançado oficialmente o Portal de Periódicos da UFMG (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), que congrega hoje 62 dos periódicos da UFMG, permitindo o livre acesso a todos os interessados. Dos periódicos científicos sediados na UFMG, 61 estão classificados no Qualis (A1: 9; A2: 6; B1: 7; B2: 10; B3: 13; B4: 7; B5: 6; C: 3). O Portal de Periódicos da UFMG foi idealizado pela Diretoria de Produção Científica da PRPq e produzido pelo Núcleo Web do CEDECOM, com a participação de editores dos periódicos e representantes de diversas áreas administrativas e acadêmicas da UFMG.

Em relação à produção didático-pedagógica, destacamos a Revista “DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA” que tem como missão, constituir-se em mais um espaço e fórum de debates relacionados à docência no ensino superior no contexto das inovações em metodologias e tecnologias de ensino. A Revista Docência do Ensino Superior é uma publicação do GIZ e destina-se à publicação de artigos originais, resultados de pesquisas, relatos de experiências relativos à docência no ensino superior e entrevistas. Em 2014, o GIZ lançou o número especial “Inovação no fazer docente” no formato impresso e reestruturou todas as edições anteriores, que tinham sido lançadas *on-line*. A produção na extensão é apoiada pelo periódico “Intefaces”. Na área cultural e artística, temos a Revista Diversa, da Editora UFMG.

Uma importante ação relacionada à divulgação da produção acadêmica da UFMG está programada para ter início em 2018: a criação do Repositório Institucional da UFMG. O Repositório Institucional será um ambiente digital via *Web*, dedicado à produção acadêmica institucional. Tem por finalidade armazenar e preservar a produção intelectual, ao mesmo tempo divulgando e dando acesso a tal produção segundo o princípio do acesso e difusão livres e gratuitos, garantindo a catalogação e indexação de todo o acervo. Com a entrada em funcionamento do RI-UFMG, deverá ocorrer um incremento na visibilidade da produção acadêmica da UFMG, com a unificação de informações anteriormente armazenadas de forma dispersa.

A UFMG apresenta, ainda, diversas ações estruturadas anualmente em prol da estruturação e divulgação do conhecimento, como a Semana do Conhecimento, os editais de incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento tecnológico e inovação, ao desenvolvimento científico nas artes, dentre outros. A UFMG participa ainda da organização de incontáveis eventos regionais, nacionais e mundiais, com foco no desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento. Presta, também, serviços de auxílio à estruturação da inovação, incluindo propriedade intelectual e transferência de tecnologia (<http://www.ctit.ufmg.br/>).

Divulgação científica

A comunicação pública da ciência, cujo caráter difere da noção iluminista de transmitir conhecimentos de forma unilateral, tem a função e o objetivo de empoderar pessoas, que passam a construir, juntas, o saber. Tal prática está fortemente associada à extensão no formato adotado pelas universidades latino-americanas: a nova divulgação científica não se trata apenas de injetar informações, mas de dialogar e fazer algo junto com as comunidades. O conceito de divulgação da ciência que começa a ganhar peso tem nova perspectiva e, por isso, deve ser pensado a partir de outra lógica. Em vez de se perguntar o que as pessoas ignoram, é necessário entender o que elas sabem e o que estão fazendo com o que sabem, com o intuito de aglutinar conhecimentos e adotar práticas participativas para alcançar o que se quer. Trata-se de um cruzamento de conhecimentos, cujo objetivo, em última instância, é o de criar as condições para construir uma democracia mais forte.

Por esse motivo, os modos de atuar também têm de funcionar diferentemente. Enquanto na Europa as universidades focalizaram, sobretudo, a transferência de conhecimento para a indústria, na América Latina surgiram práticas de participação e diálogo e formas de ensinar que hoje são consideradas como revolução paradigmática. É a chamada ciência cidadã, hoje adotada por instituições e empresas em todo o mundo, que envolvem comunidades até mesmo na produção do conhecimento. Essas práticas podem ser incorporadas ao fazer acadêmico.

Outro aspecto fundamental no conceito atualizado de divulgação científica é o surgimento de novos públicos, que dispensam a mediação de divulgadores e jornalistas, como os grupos de pacientes de doenças crônicas. Há muitos estudos de casos que mostram que esses grupos montam comunidades *on-line* para troca de artigos científicos e às vezes produzem dados epidemiológicos, para ter voz nas decisões sobre suas terapias ou até mesmo questionar parte das práticas médicas. Na mesma linha, há os movimentos ambientalistas, que produzem contrarrelatórios de impacto ambiental. A nova divulgação e os novos públicos geram um novo lugar, chamado por alguns de fórum híbrido, no qual a ciência e a sociedade dialogam e todos aprendem.

Com essa perspectiva, a Diretoria de Divulgação Científica (DDC), ligada à PROEX, dedica-se a ações coordenadas de comunicação que visam promover o debate sobre a cultura científica como parte da formação cidadã, voltada para os seguintes objetivos:

- a) mapear a produção e a circulação científicas na UFMG e produzir dispositivos que promovam a sua visibilidade, circulação e acesso;
- b) promover a articulação entre saberes tradicionais e o conhecimento científico;
- c) promover eventos, cursos e ações que fomentem a formação do pesquisador juvenil;
- d) contribuir na diversificação das fontes de informação dedicadas à popularização da ciência;
- e) contribuir no debate sobre as redes nacionais e internacionais de colaboração científica;
- f) promover a produção colaborativa entre as distintas Unidades da UFMG.

A DDC desenvolve um conjunto diversificado de ações, dentre as quais se destacam a organização semestral do Fórum de Cultura Científica da UFMG, a organização da UFMG Jovem e a coordenação da Formação Transversal em Divulgação Científica.

O Fórum de Divulgação Científica da UFMG, aberto tanto à comunidade interna quanto ao público externo, é uma iniciativa construída em diálogo com diversos setores da Universidade envolvidos em ações de ensino, pesquisa e extensão. Seu objetivo é discutir temas relacionados à cultura e divulgação científica e estratégias para articular e conferir visibilidade às diversas iniciativas de comunicação pública do conhecimento produzido pelos grupos da UFMG. Esse fórum surgiu de uma iniciativa dos docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes que vinham trabalhando com a comunicação da ciência em diversas abordagens e Unidades da UFMG. Desde 2015, já foram realizadas sete edições do Fórum.

Outro projeto de divulgação científica é a UFMG Jovem, que tem mais de dez anos e que trabalha com o protagonismo juvenil da Graduação e da educação básica dentro da UFMG, promovendo a integração da comunidade interna com a comunidade externa. Durante o evento, que é uma nova forma de ver as antigas feiras de ciência, a UFMG abre as portas para acolher a educação básica. Geralmente realizada na terceira semana de outubro, coincidindo com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a UFMG Jovem recebe os melhores trabalhos selecionados nas feiras municipais de ciência e tecnologia do estado.

A Diretoria de Divulgação Científica, vinculada à PROEX, e a Diretoria de Produção Científica, vinculada à PRPq, propuseram em 2015 a criação da Formação Transversal em Divulgação Científica, para estudantes dos cursos de Graduação da UFMG. Estudantes de Pós-Graduação também podem se inscrever nessa Formação, como atividade eletiva ou isolada. A Formação Transversal em Divulgação Científica visa atender à demanda de temáticas transdisciplinares na Graduação e Pós-Graduação. Essa Formação, cujo currículo conta com mais de uma dezena de disciplinas e cuja integralização é feita quando o estudante completa 360 horas de atividades, busca produzir conhecimentos básicos sobre pesquisa científica e suas diferentes formas de produção nas várias áreas do conhecimento, e também a preparar os estudantes de forma que se sintam capacitados para explorar e discutir possíveis relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Objetivo Geral

Articular ações coordenadas de comunicação que visem promover o debate sobre a cultura científica como parte da formação cidadã, por um lado mobilizando os pesquisadores da UFMG para participar de tais ações, por outro lado ampliando os mecanismos de participação do público em geral, procurando estabelecer relações dialógicas duradouras e de crescente intensidade com os públicos e as comunidades com os quais a Instituição interage.

5.4.3 Governança Informacional

A política de governança informacional da Instituição é imprescindível para a informação e transparência das ações institucionais. A Diretoria de Governança Informacional (DGI) é um órgão consultivo e auxiliar, vinculado à Administração Central da Universidade, que se dedica a ações e parcerias orientadas a assuntos que envolvam diferentes iniciativas e políticas institucionais relacionadas à promoção da governança informacional na UFMG. Trata-se de uma iniciativa pioneira no âmbito das universidades públicas brasileiras. A DGI toma como referência as formulações das organizações sócio históricas, nacionais e internacionais, que propõem políticas e articulam a opinião pública em prol da democratização da informação como instrumento que subsidia a autonomia esclarecida dos cidadãos e o bem comum.

A Ouvidoria, implantada em 2009, faz parte da DGI e tem a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a Comunidade Universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento. A Ouvidoria da UFMG é um órgão mediador com o papel institucional de zelar pelo direito à manifestação e à informação do cidadão. Suas ações têm por objetivo aprimorar os serviços prestados, ampliar os canais de participação social na avaliação institucional, incentivar o exercício dos direitos dos cidadãos e contribuir para a formulação de políticas públicas. A UFMG acredita que as manifestações apresentadas à Ouvidoria são importantes para a atuação dos dirigentes da Universidade e favorecem a efetivação de mudanças.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-UFMG) é mais recente, tendo sido implantado em 2012 atendendo à Lei nº 12.527/2011, que estabelece que a informação sob guarda do Estado é sempre pública: www.ufmg.br/acessoainformacao. Disponibiliza dados sobre auditorias, convênios, despesas, prestação de contas, licitações e contratos, servidores, informações sobre a própria Lei e uma parte dedicada a solicitação de informações.

5.4.4 Registro e Controle Acadêmico

O Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) é um órgão auxiliar da Reitoria e está subordinado ao Vice-Reitor. Sua atividade primordial é cuidar para que os registros e os controles acadêmicos sejam realizados de acordo com a legislação educacional e as normas internas da Instituição, também garantindo a aplicação de padrões para facilitar a eventual recuperação da informação armazenada.

Os registros e controles acadêmicos começam no ingresso do estudante na Instituição e terminam com a expedição do diploma. Entretanto, a manutenção dos registros é permanente e estes não podem ser eliminados ou descartados. É extremamente importante que esses registros sejam realizados de modo a garantir, não só o cumprimento da legislação educacional, mas também gerando informações de qualidade e integridade para a Instituição e para os estudantes. O arquivamento de documentos gerados ou os registros dos atos acadêmicos nos sistemas acadêmicos são de responsabilidade de equipe específica, especialmente treinada para esse fim e capaz de manter a integridade dos dados.

A sistemática de controle das atividades administrativo-educacionais é feita por meio de processos e traz uma diversidade muito grande de procedimentos. O Registro Acadêmico é descentralizado e possui configuração personalizada. Para adotar essa estrutura, a UFMG mantém os sistemas acadêmicos *on-line* que são interligados através de rede de computadores em todas as Unidades Acadêmicas, nos órgãos auxiliares e na Administração Central. O DRCA, além de gerenciar

parte dos sistemas acadêmicos, é responsável pela guarda de documentação acadêmica e pelo controle e pelo lançamento dos registros nos sistemas acadêmicos. As Unidades Acadêmicas, por meio dos seus Departamentos Acadêmicos, Colegiados de Cursos e Seções de Ensino são outros setores responsáveis pela manutenção da qualidade e integridade desse banco de dados, fornecendo ao DRCA ou lançando nos sistemas UFMG, dados importantes como notas, conceito, frequência, trancamentos, dispensas por aproveitamento de estudos, matrículas, e outras ocorrências, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico semestralmente. As informações acadêmicas desse banco de dados, devidamente organizadas, são colocadas à disposição do corpo discente na *intranet*.

5.4.5 Tecnologia de Informação

A Tecnologia de Informação (TI) desempenha um papel estratégico na Universidade como elemento essencial para o desenvolvimento institucional, pela sua natureza transversal que permeia todas as atividades acadêmicas e da gestão e administração universitária. A excelência e a expansão da Universidade passam pela constante atualização tecnológica e oferta de serviços informatizados para a comunidade.

Com intuito de apoiar a sua gestão, desde 1970 a UFMG utiliza sistemas informatizados. Esses sistemas são continuamente ampliados e atualizados para atender às demandas da Comunidade Universitária e aos avanços da tecnologia. Os sistemas atendem as áreas administrativas, patrimonial, de recursos humanos, assim como as áreas de gestão acadêmica da Educação Básica, Profissional, Graduação e Pós-Graduação. O objetivo desses sistemas é apoiar o desenvolvimento das atividades-fim da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), garantindo o cumprimento da missão da Universidade.

O órgão responsável por traçar as políticas estratégicas referentes à TI na UFMG é a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). A missão da DTI é apoiar a UFMG em suas atividades acadêmicas e administrativas; para isso, atua orientando e fornecendo soluções corporativas, inovadoras, seguras e de excelência, por meio de aplicações de Tecnologia da Informação e Comunicação. Para atingir seus objetivos, as principais responsabilidades da DTI são: traçar e executar políticas estratégicas na área de TI, coordenar e acompanhar a implementação da TI pelos seus órgãos executivos, inserir a UFMG no espaço virtual e estimular a adoção de soluções de TI para as atividades-fim da Universidade. No cenário atual, a DTI atua de várias formas, dentre elas estão: apoio às atividades acadêmicas e administrativas, provimento de infraestrutura tecnológica e uso e a gestão de recursos virtuais e físicos da Instituição.

A DTI trabalha no sentido de encontrar as melhores soluções tecnológicas, sempre com foco no uso racional e responsável dos recursos. Para isso, incentiva a adoção de *software* livre, mas também desenvolve e mantém sistemas de informação específicos para a Universidade; além disso, junto com a PRORH, realiza cursos de capacitação dos servidores.

Com relação ao apoio à gestão acadêmica, são várias as iniciativas que contam com o apoio da DTI, sendo que dentre as mais importantes pode ser citado o Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA). Implantado em 2013, o SIGA tem passado por grandes e constantes melhorias e adaptações visando a modernização e agilização dos processos da área acadêmica (Graduação e Pós-Graduação), além de atender a demandas decorrentes de mudanças em normas e leis. Outra iniciativa é o apoio à criação do Repositório Digital da UFMG, desenvolvido para o armazenamento, organização e disseminação da produção científica da Universidade e de materiais de pesquisa de órgãos com os quais a UFMG colabora. O repositório garantirá, além dos benefícios citados anteriormente, uma maior visibilidade

da produção da UFMG. Como apoio ao ensino e aprendizagem, a DTI mantém o *Moodle*, que proporciona um ambiente colaborativo de aprendizagem, com diversos recursos de apoio ao ensino presencial e a distância. Entre outras iniciativas, a DTI oferece apoio de sistemas para a gestão do desempenho dos docentes e dos departamentos, bem como no processo de seleção e apoio na implantação de sistema de gestão acadêmica para o Ensino Básico e Profissional.

A DTI busca como objetivo estratégico a viabilização da “UFMG sem papel”. Para tanto, a DTI tem auxiliado na implantação, expansão e disseminação do SEI no contexto da Universidade, além de desenvolver novas funcionalidades nos sistemas existentes, tais como Implantação do serviço de QR Code para documentos acadêmicos. Como visão de futuro a DTI pretende implantar a assinatura digital em documentos e processos que dela necessitem, como no caso dos diplomas.

No que tange à gestão administrativa, além do SEI, a DTI desenvolveu soluções para apoiar a melhoria de processos e serviços. Como destaque, vale citar a implantação de sistemas complementares que apoiam a gestão de pessoas em complementação aos sistemas providos pelo governo federal (Siape/Sigepe).

Para viabilizar a interação entre os membros da Comunidade Acadêmica, oferece serviço de correio, sites institucionais e mais uma gama de serviços que são formalizados e publicados no Catálogo de Serviços da DTI. Especificamente para a infraestrutura administrativa, são oferecidos, entre outros, serviços de compartilhamento e armazenamento de arquivos para as diversas Pró-Reitorias e Diretorias.

A DTI também investe em ações e soluções inovadoras, tais como: implantação de soluções de Armazém de Dados para atendimento a demandas de extração de informação a partir de dados de diversas áreas; estudos na utilização de tecnologias móveis para melhoria na acessibilidade dos sistemas a partir desse tipo de plataforma; seleção e desenvolvimento de novas soluções que permitam maior acessibilidade aos recursos de TI por pessoas com deficiência; estudos de viabilidade técnica e legal para a utilização de recursos da área de computação em nuvem para a implantação e provimento de serviços acadêmicos, dentre outros. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa busca por inovações é feita sempre com atenção às determinações e orientações legais do governo federal.

No que diz respeito ao provimento de infraestrutura tecnológica, a DTI é responsável por prover uma infraestrutura que dá suporte a comunicação de dados e voz, armazenamento e acesso à rede interna da Instituição. A comunicação de voz inclui os milhares de ramais internos dos *Campi* e a ligação desses com a rede de telefonia pública. As possibilidades de conexão incluem tecnologias tradicionais e VoIP.

A comunicação de dados garante a conectividade interna entre os diversos prédios e Unidades. Para a conexão interna, entre as edificações nos *Campi*, e com as suas Unidades distribuídas no centro de Belo Horizonte, a DTI dispõe de rede própria. Para a conexão externa, a DTI possui comunicação com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e com a Rede metropolitana de Alta Velocidade de Belo Horizonte (REDECOMEPE). A comunicação com a RNP é feita através do Ponto de Presença da RNP, o POP-MG. Esse Ponto de Presença é um dos elementos constitutivos da estrutura organizacional da RNP que interliga as diversas instituições de ensino e pesquisa nacionais, fornecendo conexão de alta velocidade entre elas. Já a comunicação com a Redecomep faz a ligação entre diversas instituições vinculadas ao MEC na região metropolitana de Belo Horizonte por canais de alta capacidade.

A DTI tem procurado melhorar constantemente a sua infraestrutura para oferecer serviços com qualidade e confiabilidade. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes iniciativas: a busca pela melhoria da infraestrutura da rede sem fio dos prédios acadêmicos, administrativos e culturais e dos

espaços no seu entorno; a instalação de conexões redundantes dedicadas aos *Campi* e unidades isoladas; atualização das conexões físicas da rede de dados; melhorias no cabeamento e na distribuição dos equipamentos; monitoramento implantado com alarmes, estatísticas e registro de dados históricos.

Governança de Tecnologia da Informação

Uma área que vem crescendo na DTI é a Governança de Tecnologia da Informação. A Governança de TI compreende o desenvolvimento de um conjunto estruturado de competências e habilidades estratégicas para o planejamento, implantação, controle e monitoramento de programas e projetos de governança. O objetivo da Governança em TI é assegurar que as ações de TI estejam alinhadas com a missão da Instituição e que seu desempenho possa ser avaliado, seus recursos possam ser bem investidos e seus riscos operacionais possam ser mitigados.

A DTI tem procurado se alinhar aos propósitos de governança, seja pelos aspectos operacionais, seja pelas implicações legais, através de um conjunto de estratégias e plano de gestão, visando também otimizar a aplicação de recursos, reduzir os custos e alinhar o setor de TI às estratégias acadêmicas. Nos últimos anos, por ações promovidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e orientações oriundas do Tribunal de Contas da União, os órgãos públicos estão sendo estimulados a avançar em políticas, normas e ações que promovam a Governança em TI em seu âmbito. Anteriormente, um índice responsável por avaliar a maturidade da governança em uma instituição era o iGovTI. Durante o período em que esse índice foi publicado, a UFMG apresentou uma melhoria contínua nesse quesito. Em sua última avaliação, em 2017, a UFMG obteve nota 0,63 (em uma escala que varia de 0,0 a 1,0), que indica um nível intermediário, sendo uma das melhores pontuações em sua área de avaliação. Apesar de não estar claro se o índice iGovTI continuará sendo calculado, é objetivo da UFMG continuar investindo no aprimoramento de suas atividades de governança.

Para que se possa assegurar o atingimento do objetivo da Governança é primordial que sejam elaboradas e implantadas as etapas de planejamento na Instituição. No caso da TI, sua importância está associada à capacidade de viabilizar meios para que os objetivos do PDI possam ser alcançados. A UFMG está finalizando a formalização do Comitê de Governança Digital (CGD), que será responsável por elaborar o Plano Diretor de TI (PDTI). Este plano é essencial às atividades da DTI, pois definirá as políticas, estratégias, procedimentos, estrutura e recursos necessários com vistas à otimização do uso de TI da UFMG. O PDTI é de suma importância, pois a partir de definições de onde a Instituição quer chegar, serão definidos quais os recursos da TI que serão necessários para suportar tais decisões, além de dar transparência às atividades de TI e à sua aplicação.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

OBJETIVOS GERAIS

Comunicação Institucional:

1. Estruturar uma política de comunicação e informação que integre as estruturas e instâncias comunicacionais existentes e promova, por meio da cultura da convergência, a prática comunicativa institucional, com os diferentes públicos internos e externos, bem como a articulação com mídias externas, compreendendo o lugar estratégico da comunicação social na Instituição.

Divulgação da produção acadêmica

2. Promover o aumento da visibilidade da produção acadêmico-científico da UFMG e articular ações coordenadas de comunicação que visem promover o debate sobre a cultura científica como parte da

formação cidadã, por um lado mobilizando os pesquisadores da UFMG para participar de tais ações, por outro lado ampliando os mecanismos de participação do público em geral, procurando estabelecer relações dialógicas duradouras e de crescente intensidade com os públicos e as comunidades com os quais a Instituição interage.

Governança Informacional

3. Subsidiar, do ponto de vista da governança informacional, a defesa dos interesses públicos em matéria de educação, cultura, ciência, tecnologia e a promoção da transparência na interface Universidade-sociedade.

Registro Acadêmico

4. Assegurar a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade dos dados referentes à vida acadêmica e ao registro de diplomas dos estudantes de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como ao registro dos demais diplomas que compete à UFMG registrar.

Tecnologia de Informação

5. Proporcionar meios para manter, desenvolver, fomentar e aprimorar os sistemas, as tecnologias, a infraestrutura e os demais componentes do ecossistema de tecnologia da informação da UFMG, garantindo a disponibilidade, a acessibilidade, a confiabilidade e a integridade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, observando critérios de segurança, usabilidade, eficiência e eficácia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Comunicação Institucional:

1. Articular e aprimorar estratégias – produtos de comunicação, ações de relacionamento e de posicionamento – que objetivem, em âmbito local, regional, nacional e internacional, conferir visibilidade institucional para a UFMG.
2. Reconhecer a particularidade, que caracteriza uma instituição universitária, da polissemia que implica a porosidade comunicativa e que informa que diferentes atores manifestam suas opiniões a partir da Universidade, mas quando essa manifestação é em nome da Instituição, há atores, canais e dispositivos que têm como missão expressar a posição oficial da UFMG.

Divulgação da produção acadêmica

3. Disseminar, entre os docentes, a divulgação científica como parte da missão institucional da UFMG.
4. Promover mecanismos de formação voltados para os fundamentos e a prática da divulgação científica, destinados tanto ao público de estudantes de Graduação e de Pós-Graduação quanto ao público externo.
5. Fortalecer a interação com o público da educação básica, promovendo a cultura científica tanto de docentes quanto de estudantes desse nível de ensino.
6. Diversificar a interação com comunidades diversas, considerando suas especificidades, na promoção de uma cultura científica que possa ser apropriada por cada comunidade e incorporada em suas práticas.

Governança Informacional

7. Aprimorar a política institucional de acesso à informação para o atendimento da Lei de Acesso à Informação,
8. Aperfeiçoar o trabalho da Ouvidoria da UFMG em sua relação com a comunidade interna e externa.

Tecnologia de Informação

9. Promover a melhoria da qualidade dos serviços de TI.

- | |
|---|
| 10. Promover a ampliação e a melhoria (atualização tecnológica) da Infraestrutura e conectividade de TI. |
| 11. Adequar a gestão da área de TI às novas exigências de governança. |
| 12. Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica e administrativa. |
| 13. Manter o fomento à inovação no contexto da TI, buscando soluções inovadoras que atendam às demandas dos usuários. |
| 14. Dar suporte ao planejamento estratégico da Instituição definido no Plano de Desenvolvimento Institucional, através do provimento de sistemas, tecnologias e infraestrutura adequados. |

AÇÕES²⁹

ANO	1	2	3	4	5
<i>Comunicação Institucional</i>					
1. Promover a institucionalização do CEDECOM da UFMG.					
2. Intensificar e qualificar o espaço editorial ocupado pela UFMG no noticiário especializado e de interesse geral do país e do exterior, contribuindo para ampliar o seu processo de internacionalização.					
3. Pautar temas sociais relevantes e promover, periodicamente, campanhas internas que gerem reflexão e a adoção de ações afirmativas por toda comunidade UFMG.					
4. Estabelecer novos marcos para a presença da UFMG nas formas contemporâneas e coletivas de comunicação, colaboração e interação abrigadas na Web.					
5. Dotar a UFMG de mecanismos que favoreçam a atuação sinérgica e sistêmica da comunicação, mediante inserção qualificada do CEDECOM na comunidade, e o fortalecimento de suas dimensões extensionista e transdisciplinar.					
<i>Divulgação da produção acadêmica</i>					
6. Apoiar os esforços dos pesquisadores para efetivar publicações em periódicos, congressos e livros.					
7. Promover a crescente qualificação do Portal de Periódicos da UFMG.					
8. Implantar o Repositório Institucional da UFMG.					
9. Consolidar a Formação Transversal em Divulgação Científica, reformulando sua estrutura curricular de forma a atrair um maior número de estudantes de Graduação e de Pós-Graduação, ampliando também o elenco de atividades acadêmicas curriculares ofertadas.					
10. Estudar a criação de uma Especialização em Divulgação Científica.					
11. Ampliar a experimentação de novos modelos de divulgação científica pelos estudantes de Graduação, em especial na Semana do Conhecimento.					
12. Ampliar a experimentação de novos modelos de divulgação de ciências para públicos do ensino médio na UFMG Jovem.					
13. Assegurar a participação de Unidades das diferentes áreas do conhecimento na interação com as escolas das redes públicas de educação básica.					
<i>Governança Informacional</i>					
14. Assegurar aos cidadãos terem suas demandas apresentadas e adequadamente tratadas pelas instituições públicas, assim como respondidas dentro do prazo estabelecido.					
15. Monitorar, receber, organizar, avaliar e responder as demandas por informação públicas mantidas e ou produzidas no âmbito das atividades dos diferentes órgãos da UFMG.					

²⁹ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

16. Organizar e avaliar conjuntos de dados de interesse público produzidos pela UFMG e que possam ser disseminados como dados abertos em portal institucional.					
17. Receber, organizar, avaliar e responder a sugestões, reclamações, denúncias, elogios e pedidos de informação da Comunidade Acadêmica e da sociedade em geral em situações que envolvem a UFMG e entes a ela vinculados.					
<i>Tecnologia de Informação</i>					
18. Implantar soluções alinhadas aos objetivos dos programas governamentais de dados abertos, estratégias digitais e informatização de serviços e processos.					
19. Buscar a integração e o compartilhamento de dados e soluções com outras instituições governamentais.					
20. Avaliar a utilização de recursos de Computação em Nuvem para atender as demandas por serviços na UFMG.					
21. Investir em soluções para facilitar o acesso aos serviços da Universidade através de plataformas móveis.					
22. Fortalecer a política de segurança da informação para a Universidade e dar suporte ao monitoramento e implantação de soluções de segurança no ambiente digital.					
23. Investir em procedimentos e recursos de segurança que permitam a preservação do patrimônio de equipamentos, sistemas e dados da Universidade.					
24. Apoiar as ações do Comitê de Governança Digital na priorização e acompanhamento de projetos e na elaboração e implantação do PDTI da Universidade.					
25. Melhorar a qualidade da rede sem fio da UFMG.					

CAPÍTULO 6 INFRAESTRUTURA

6.1 Infraestrutura Física

Na Cidade Universitária – hoje denominada de *Campus Pampulha* –, onde se concentra uma das maiores áreas verdes de Belo Horizonte, localizam-se os prédios da Administração Central da UFMG e a maior parte das suas Unidades Acadêmicas. Com um fluxo diário superior a 41.000 pessoas, esse *Campus* conta com uma boa infraestrutura de restaurantes, bancos, lojas e outros serviços destinados a proporcionar maior comodidade à população que ali estuda ou trabalha e, circunstancialmente, frequenta. A relação dos órgãos situados no *Campus Pampulha* é mostrada nos Quadros 2, 3 e 4.

QUADRO 2
Infraestrutura Física do *Campus Pampulha* – Unidades Acadêmicas

Unidades Acadêmicas
Escola de Belas Artes (EBA)
Escola de Ciência da Informação (ECI)
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO)
Escola de Engenharia (EE)
Escola de Veterinária (EV)
Escola de Música (EM)
Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)
Faculdade de Educação (FAE)
Faculdade de Farmácia (FAFAR)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)
Faculdade de Letras (FALE)
Faculdade de Odontologia (FO)
Instituto de Ciências Biológicas (ICB)
Instituto de Ciências Exatas (ICEx)
Instituto de Geociências (IGC)

QUADRO 3
Infraestrutura Física do *Campus Pampulha* – Demais Instalações de Ensino, Pesquisa e Extensão
(continua)

Prédio ou Complexo	Órgãos
Biblioteca Central	Biblioteca Universitária
	Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ)
	Centro de Comunicação (CEDECOM)
	Coordenadoria de Ação Comunitária (CAC)
	“
	Centro de Atividades Didáticas I
Biotério Central	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)
Centro de Atividades Didáticas I (CAD I)	

QUADRO 3
Infraestrutura Física do *Campus Pampulha* – Demais Instalações de Ensino, Pesquisa e Extensão
(conclusão)

Prédios ou Complexo	Órgãos
Centro de Atividades Didáticas II (CAD II)	Centro de Atividades Didáticas II Editora UFMG
Centro de Atividades Didáticas III (CAD III)	..
Centro Esportivo Universitário (CEU)	..
Centro de Microscopia	..
Centro de Treinamento Esportivo (CTE)	..
Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP)	Centro Pedagógico Colégio Técnico Teatro Universitário
Estação Ecológica	..
Hospital Veterinário	..
Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec) ¹	..

¹ Entidade criada por meio de uma parceria entre a UFMG e diversos órgãos governamentais e não-governamentais.

QUADRO 4
***Campus Pampulha* – Instalações Administrativas e de Apoio**

Prédios ou Complexo	Órgãos
Reitoria	
Unidade Administrativa II	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) SAST Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) Comitê de Ética em Experimentação Animal (CETEA) Coordenadoria de Inovação e Transferência Tecnológica (CTIT)
Unidade Administrativa III	Departamento de Administração de Pessoal (DAP) Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT)
Departamento de Serviços Gerais	
Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura	
Departamento de Planejamento Físico e Projetos (DPFP)	
Departamento de Obras (DO)	
Imprensa Universitária	
Praça de Serviços	
Restaurante Setorial I	
Restaurante Setorial II	
Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI)	
Alaíde Lisboa ¹	

¹ Creche conveniada com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Fora do *Campus* Pampulha, o *Campus* Saúde encontra-se localizado na região central e no coração da área médica e hospitalar de Belo Horizonte. Os Órgãos situados nesse *Campus* são indicados no Quadro 5. Outras instalações encontram-se situadas em locais diversos de Belo Horizonte, conforme mostrado no Quadro 6.

QUADRO 5
Órgãos situados no *Campus* Saúde

Prédios

Escola de Enfermagem

Faculdade de Medicina

Hospital das Clínicas

QUADRO 6
Outras Instalações em Belo Horizonte

Prédios

Escola de Arquitetura (EA)

Faculdade de Direito (Direito)

Centro Cultural da UFMG

Conservatório UFMG

Espaço do Conhecimento

Hospital Universitário Risoleta Toletino Neves (HRTN)

Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB)

Moradias Universitárias I, II e III

Na cidade de Montes Claros, situa-se o *Campus* Regional de Montes Claros, cujas instalações são listadas no Quadro 7. Por fim, um conjunto de instalações encontram-se espalhadas por diversas cidades de Minas Gerais, conforme indicado no Quadro 8.

QUADRO 7
Campus Regional de Montes Claros

Prédios

CAAD – Centro de Atividades Acadêmicas e Administrativas

Bloco A

Bloco B

Bloco C

Restaurante Setorial

Biblioteca

Ginásio

Edificações para laboratórios (10 edificações)

Edificações para apoio administrativo e serviços (12 edificações)

Moradia Universitária

QUADRO 8
Outras Instalações em Minas Gerais

Cidade	Órgão
Caeté	Observatório Astronômico da Serra da Piedade
Diamantina	Casa da Glória Casa Silvério Lessa
Igarapé	Fazenda Experimental
Pedro Leopoldo	Fazenda Modelo
Tiradentes	Museu Casa do Padre Toledo Casarão Quatro Cantos Centro de Estudos de Cultura de Tiradentes

Hoje, a UFMG ocupa uma área de, aproximadamente, 12,7 milhões de m² e possui área construída equivalente a 699.630,00 m². Na Tabela 31, encontram-se relacionados dados quantitativos específicos sobre as áreas ocupadas e construídas da UFMG nos seus *Campi* e Unidades isoladas.

TABELA 31
Estrutura física da UFMG, em metros quadrados

Utilização	Campus Pampulha	Campus Saúde	Campus Montes Claros	Unidades isoladas	Total
Área do terreno	2.800,000	60.864	2.300,000	7.582,550	12.742.864
Prédios administrativos					
Área de ocupação	10.983	-		88	11.071
Área construída	31.047	-		126	31.173
Prédios escolares / laboratórios					
Área de ocupação	185.413	20.906	17.534	50.879	274.732
Área construída	448.442	106.265	19.115	55.510	629.332
Prédios de serviços					
Área de ocupação	22.254	1268	4.287	4.468	32.277
Área construída	26.104	1714	4.287	7.020	39.125
Total					
Área de ocupação	218.650	22.174	21.281	55.435	318.080
Área construída	505.593	107.979	23.402	62.656	699.630

Fonte: Departamento de Planejamento Físico e Projetos, agosto/2018.

Campus Pampulha

Muito embora projetos arquitetônicos das várias Unidades e órgãos existentes hoje, na UFMG, tenham sido elaborados na década de 1940, foi só na década de 1960 que o projeto de Cidade Universitária começou a se concretizar, com a construção do prédio da Reitoria.

A partir da Reforma Universitária de 1968, a implantação do *Campus Pampulha* tornou-se imperativa. Assim como as outras grandes universidades brasileiras, a UFMG viveu, nesse momento, profunda transformação em seu perfil organizacional e em seu papel institucional – ou seja, de Universidade voltada, prioritariamente, à formação profissional para Universidade de ensino e pesquisa. Sustentada, internamente, por grupos de jovens pesquisadores, esse novo modelo foi-se impondo pouco a pouco. A implantação, no *Campus Pampulha*, dos novos ICEX, ICB e IGC propiciou a aglutinação de grupos de pesquisadores para o desenvolvimento de áreas de conhecimento até então ausentes e para a consolidação da pesquisa básica, que se encontrava dispersa nas unidades profissionais.

Ao longo das últimas décadas, a UFMG veio trabalhando para consolidar o *Campus Pampulha*, por entender que o compartilhamento do espaço físico é elemento facilitador de projetos interdisciplinares, sejam eles de ensino, pesquisa ou extensão. Tal proximidade física é, também, essencial ao desenvolvimento de novos estudos transdisciplinares.

Além de conter essa dimensão integradora, com todos os benefícios acadêmicos e culturais dela decorrentes, a transferência das Unidades Acadêmicas dispersas pela capital para o *Campus Pampulha* constitui elemento gerador de maior eficiência. Desse modo, veio se tornando possível ampliar o número de estudantes de Graduação e de Pós-Graduação, pela utilização de estruturas mais modernas e adequadas, bem como pela otimização dos recursos de infraestrutura. Esses efeitos, extremamente positivos, progridem na razão direta da implantação desse *Campus* – tarefa hoje em vias de conclusão.

Histórico Recente

O processo de transferência das Unidades Acadêmicas para o *Campus Pampulha*, em curso a partir dos anos 1960, teve notável aceleração a partir de 1998, quando a UFMG lançou o Projeto *Campus 2000*, voltado à consolidação do *Campus Pampulha*, mediante a adequação da capacidade física instalada ao projeto acadêmico da Instituição. Assim compreendido, o *Campus 2000* configurou-se como parte essencial do Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFMG para a primeira década do século XXI.

A proposição desse Projeto rompeu com a tradição da UFMG de, após longos estudos e desgastantes disputas entre as Unidades Acadêmicas interessadas, definir que obra seria prioritária para, então, dar início à sua construção; e somente após a conclusão dessa é que se passava a priorizar uma nova obra, empreendendo os esforços necessários para realizá-la. Com o *Campus 2000*, substituiu-se essa estratégia “de fila india” das construções pelo desenvolvimento simultâneo de sete obras.

A estratégia de planejamento do *Campus 2000* fundou-se, ainda, no entendimento de que a UFMG deveria buscar realizar esse Projeto contando com recursos advindos da alienação de seu patrimônio, que então incluía lotes urbanos localizados no Bairro Santo Agostinho e prédios onde se encontravam instaladas Unidades que seriam transferidas para o *Campus* – a Escola Engenharia e a Faculdade de Ciências Econômicas. Tal alienação incluiu, também, os prédios da Faculdade de Farmácia e da Faculdade de Odontologia, o prédio onde funcionava o curso do Teatro Universitário – o antigo “Coleginho” da FAFICH – e dois andares do Edifício Acaiaca, localizado na Avenida Afonso

Pena, 867, no Centro de Belo Horizonte.

Os recursos advindos dessas alienações de patrimônio foram usados pela UFMG em novas construções no *Campus Pampulha*: os prédios da Faculdade de Farmácia, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Engenharia, e a ampliação das instalações da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências e do Departamento de Química do ICEx, bem como a ampliação da EEFFTO para abrigar o Departamento de Fisioterapia e o Departamento de Terapia Ocupacional.

Em 25 de outubro de 2007, o Conselho Universitário aprovou o ingresso da UFMG no Programa REUNI, que implicou na oferta de cerca de 2000 novas vagas anuais em cursos de Graduação a serem criados ou ampliados, principalmente no período noturno. Nos cinco anos que se seguiram, a Comunidade Universitária no *Campus Pampulha* teve um acréscimo de pelo menos 15 mil pessoas, entre estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos.

Conforme o art. 3º do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI, “O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a: I - Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa”.

Nessa perspectiva, a adesão ao REUNI deu início a um novo ciclo expansão e modernização da infraestrutura física da Instituição, denominado *Campus 2010*, com a implantação de equipamentos de uso compartilhado, os Centros de Atividades Didáticas 1, 2 e 3, localizados conforme as áreas de conhecimento que pretendiam atender, além da reestruturação interna e expansão de algumas Unidades Acadêmicas.

Até 2018, já foram completamente implantados, em função do Programa REUNI, os Centros de Atividades Didáticas, a expansão prevista para ICEx, a expansão prevista para o ICA, a reforma e ampliação do Restaurante Setorial I, a construção da Moradia Universitária III. Também foram previstas outras expansões cujas obras estão iniciadas e aguardam disponibilidade orçamentária para conclusão.

A expansão decorrente do REUNI, no entanto, não implicou apenas em crescimento de área construída. Para adequação às legislações ambientais municipal, estadual e federal, a UFMG avançou na elaboração e execução de um plano global de gerenciamento de seus resíduos e efluentes, com a implementação de procedimentos adequados de manejo dos resíduos (infectantes, químicos, radioativos, orgânicos, comuns recicláveis e não recicláveis) gerados nas Unidades da UFMG. O plano incluiu ainda a construção das redes de interligação e do interceptor de esgotos da bacia do córrego Engenho Nogueira, construído a partir do final do ano 2007, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais, estando ainda em processo a reformulação das redes de efluentes não domésticos para as Unidades. Houve também a construção de uma barragem de terra, com objetivo de regularizar as cheias na bacia do córrego do Engenho Nogueira, evitando as enchentes recorrentes na parte central do *Campus Pampulha* e os problemas de insalubridade daí decorrentes.

Em 2009, motivado pelo crescimento esperado pelo REUNI, O Conselho Universitário aprovou o Plano Diretor do *Campus Pampulha*, através da Resolução nº 08/2009, de 16 de junho de 2009, que institui o Regulamento de Uso e Ocupação do Solo do *Campus Pampulha* da UFMG, elaborado por uma Comissão instituída pela Portaria nº 2.024, de 19 de maio de 1998, ou seja, quase 10 anos antes dessa data.

Observa-se que, em função de toda a expansão ocorrida nas últimas duas décadas, o *Campus*

Pampulha já se encontra com a ocupação saturada em diversas áreas. Além disso, a recomendação é que um Plano Diretor seja rediscutido a cada 10 anos. Passados quase 20 anos da sua elaboração, é necessário que o Plano Diretor vigente seja rediscutido pela Comunidade, de modo a planejar e orientar o crescimento físico do *Campus* Pampulha nos próximos anos, se mantendo atualizado frente às novas necessidades e perspectivas da Universidade.

Planejamento da Expansão e Modernização da Infraestrutura

Entre as principais ações projetadas para os próximos anos no *Campus* Pampulha, encontram-se a finalização das obras paralisadas e a consolidação da expansão já planejada para o *Campus* 2010 nos últimos anos, em função do Programa REUNI, conforme indicado nos Quadros 9 e 10.

QUADRO 9
Obras paralisadas no *Campus* Pampulha

Obras paralisadas

- Anexo 3A do Departamento de Química
 - Anexo da Escola de Música
 - Anexo da Faculdade de Educação
 - Anexos da Escola de Belas Artes
 - LamLadire da Escola de Educação Física
-

QUADRO 10
Obras planejadas para o *Campus* Pampulha

Obras planejadas

- Faculdade de Direito
 - Escola de Arquitetura
 - Anexo do Instituto de Geociências
 - Reforma Global do complexo FALE / FAFICH / ECI
 - Reforma Global do ICB
 - Anexo de Aulas Práticas do ICB
 - Revitalização e adequação do complexo de quadras da EEFFTO para aulas noturnas
 - Centro de Informática e Comunicação
 - Centro de Transferência e Inovação Tecnológica
 - Unidade Administrativa 5
 - Edifício para as Coleções Taxonômicas
 - Restauro do prédio da Reitoria
-

***Campus* Saúde**

O *Campus* Saúde da UFMG está localizado na região hospitalar de Belo Horizonte, próximo da região central da cidade. Nele estão instaladas duas Unidades Acadêmicas – a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem – e uma Unidade Especial – o Hospital das Clínicas – hospital universitário de atendimento público, considerado centro de referência e excelência na área da saúde.

O *Campus* teve seu início com a cessão, pela Prefeitura do município, de um terreno então pertencente ao Parque Municipal para a instalação da Faculdade de Medicina. Em 30 de julho de 1911 na Avenida Mantiqueira – atual Av. Alfredo Balena – foi lançada a pedra fundamental do edifício da Faculdade, inaugurado em oito de setembro de 1914. A partir da instalação da Faculdade de Medicina, que naquela época abrigava os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, novos edifícios destinados a hospitais e ambulatórios foram sendo construídos no seu entorno para o ensino e prática das diversas disciplinas médicas. Em 4 de julho de 1920 iniciam-se as atividades relativas às clínicas oftalmológica e otorrinolaringológica no Hospital São Geraldo, após reforma de prédio ocupado por um dos anexos da Diretoria de Higiene, que se encontrava desocupado e era situado próximo à faculdade.

Outros hospitais foram implantados próximos à Faculdade de Medicina ao longo dos anos sendo que, em 1955, o conjunto desses hospitais – Hospital São Vicente de Paulo, Hospital São Geraldo, Instituto do Rádium, Hospital de Ginecologia – recebeu o nome de Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina. Em 1976, o Hospital das Clínicas desvincula-se da Faculdade de Medicina, tornando-se administrativamente independente. Em 1986 torna-se Órgão Suplementar, vinculado diretamente à Reitoria, oficializando sua desvinculação administrativa da Faculdade de Medicina. Em 2004, o Hospital das Clínicas foi transformado em Unidade Especial da UFMG, passando a ter voz e voto no Conselho Universitário, órgão de deliberação máxima da UFMG.

Com o passar dos anos ocorreu um significativo adensamento urbano no entorno do Hospital das Clínicas, bem como o progressivo aumento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no *Campus* Saúde. Seus espaços comuns e acadêmicos passaram a ser mais intensamente usados, a área total construída aumentou com a construção e a ampliação de edifícios e a infraestrutura de instalações nem sempre foi mantida adequada às demandas decorrentes de seu uso. Em 2000 foi elaborado um Plano Diretor para o *Campus* Saúde, que não chegou a ser implantado. Persiste ainda hoje a necessidade da discussão e aprovação de um Plano Diretor adaptado à realidade atual desse *Campus*.

Planejamento da Expansão e Modernização da Infraestrutura

Encontra-se planejada, aguardando a disponibilidade de recursos financeiros, uma obra de grande porte no *Campus* Saúde, indicada no Quadro 11.

QUADRO 11
Obra planejada para o *Campus* Saúde

Obra planejada

Anexo da Escola de Enfermagem

Campus Regional de Montes Claros

O *Campus* Regional de Montes Claros foi instituído pelo Conselho Universitário em 1976, pouco tempo depois de a UFMG ter incorporado o Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, criado, em 1964, para formar Técnicos em Agropecuária. Pouco antes, em 1975, havia sido criado o Núcleo de Tecnologia em Ciências Agrárias (NTCA), visando implantar Cursos Superiores de Curta Duração em Bovinocultura e em Administração Rural, que foram oferecidos até 1981. Em 1987, o NTCA foi incluído no Estatuto da UFMG como uma Unidade Especial, com o nome de Núcleo de Ciências

Agrárias (NCA), e, em 2008, tornou-se Unidade Acadêmica, e passou a chamar-se Instituto de Ciências Agrárias (ICA).

O *Campus* Regional de Montes Claros tem como missão institucional a de “realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro”. A atuação do *Campus* Regional da UFMG em Montes Claros, inicialmente nas áreas de Ciências Agrárias, esteve vinculada à atenção ao extrativismo vegetal e ao fomento a uma agricultura de baixo impacto sobre o meio ambiente, de forma a promover o desenvolvimento sustentável da região. O primeiro curso de Graduação ofertado nesse *Campus*, de Agronomia, teve início em 1999. Em 2005 foram iniciadas as atividades do curso de Zootecnia.

No âmbito do Programa REUNI, em 2009 foram criados os cursos de Administração, Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia Florestal. Com tal expansão, inicia-se um processo de diversificação das áreas temáticas abrangidas pelo ICA, que neste momento encontra continuidade com a tramitação da criação de um curso de formação de professores para a educação básica.

Em 2006, teve início o primeiro curso de Pós-Graduação *stricto sensu* do ICA, o Mestrado em Produção Vegetal. Atualmente, o ICA também oferece o Mestrado em Produção Animal, Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, além de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais e em Residência Agrária, bem como Doutorado em Produção Vegetal.

Planejamento da Expansão e Modernização da Infraestrutura

Encontram-se previstas algumas obras de construção de novas edificações no *Campus* Regional de Montes Claros, conforme listado no Quadro 12.

QUADRO 12
Obras planejadas para o *Campus* Regional de Montes Claros

Obras planejadas

Finalização da reforma do CAAD (Centro de Atividades Didáticas e Acadêmicas)

Ampliação e modernização da área de esportes do ICA

Construção do CPCAI (Centro de pesquisas em Ciências Agrárias II)

Ampliação da Moradia Universitária

Planejamento da Execução de Obras de Infraestrutura

O conjunto de obras que se fazem necessárias para prover o necessário apoio às atividades da UFMG requer a aplicação de expressivo volume de recursos, que extrapola em muito o montante rotineiramente destinado à Instituição pela via orçamentária usual. Por esse motivo, o processo de captação desses recursos junto ao Governo Federal requer intensa interlocução da Universidade com diversas instâncias governamentais, sendo os resultados desse processo em grande medida imprevisíveis, uma vez que há dependência em relação a fatores conjunturais que fazem variar a disponibilidade orçamentária.

Por esses motivos não é realístico apresentar neste PDI um cronograma detalhado da execução das obras elencadas. O planejamento específico da execução das obras será elaborado pelo Conselho

Universitário, a partir de estudos preparados pela sua Comissão de Obras, levando em consideração: (i) a criticidade das demandas a serem atendidas; (ii) a disponibilidade dos recursos necessários para cada obra; e (iii) aspectos técnicos e jurídicos envolvidos em cada obra.

Caracterização das Demandas de Obras de Infraestrutura

Toda uma diversidade de demandas incide sobre a UFMG, traduzindo-se na necessidade de execução de um extenso elenco de obras de infraestrutura física. Essas demandas podem ser caracterizadas conforme descrito a seguir:

- I. *Conclusão do programa de transferência das Unidades Acadêmicas da área central de Belo Horizonte para o Campus Pampulha.* Para que seja concluído tal processo, falta concretizar a transferência da Escola de Arquitetura e da Faculdade de Direito. Essas duas Unidades foram as últimas a deliberar formalmente, em suas Congregações, em favor da sua mudança para o *Campus*, o que ocorreu já no decorrer da década de 2010. Deve-se apontar que, paralelamente aos esforços para a obtenção dos recursos necessários à construção dos novos prédios destinados a abrigar essas Unidades no *Campus*, é preciso destinar recursos à manutenção de condições adequadas de funcionamento das atuais instalações, até que seja possível efetivar a mudança.
- II. *Obras relacionadas à expansão de vagas ocorrida no âmbito do Programa REUNI.* O expressivo aumento do número de vagas nos cursos de Graduação, impactou não apenas a necessidade de novos espaços para salas de aula, mas também de novos espaços e de infraestrutura adicional para laboratórios, além de novos espaços para acomodar o crescimento do corpo docente decorrente de tal expansão. Grande parte das obras elencadas como necessárias, que preveem a construção de novos prédios ou de novos anexos nos três *Campi*, dizem respeito a tal tipo de demanda.
- III. *Aumento da complexidade dos serviços.* Além do aumento do volume de atendimentos ao público decorrente do aumento do número de estudantes matriculados, uma série de mudanças vêm acontecendo na UFMG, relacionadas à complexificação de suas atividades. Exemplos disso são: o processo de internacionalização, a consolidação de um sistema de apoio à inovação, a consolidação de sistemas de apoio à formação docente, a expansão das atividades no âmbito da cultura, a implantação de diferentes mecanismos de apoio a estudantes, etc. Todos esses sistemas requerem alguma alocação de espaço físico, repercutindo na necessidade de obras.
- IV. *Instalações no limite de sua vida útil.* A UFMG conta com instalações que foram construídas em diferentes momentos, sendo algumas destas bastante recentes, enquanto outras datam de várias décadas. Em alguns casos, faz-se necessária uma substancial adequação dessas instalações, visando substituir itens ou sistemas degradados pela ação do tempo ou tornados obsoletos, além de promover a atualização das instalações para novos usos cuja necessidade veio se manifestando ao longo dos anos. De especial importância é a adequação das condições de segurança, acessibilidade, consumo de água e energia e mecanismos de destinação de resíduos, aos padrões atualmente vigentes. Algumas das obras previstas neste PDI dizem respeito a demandas deste tipo. Deve-se notar que não foi aqui apresentada a listagem completa das obras cuja necessidade se justifica por motivos desta ordem, mas apenas dos casos mais críticos, cujo tratamento requer maior urgência.
- V. *Adaptação de instalações visando à acessibilidade.* Neste momento se apresenta, de

maneira destacada, o desafio de adaptar os prédios da UFMG para a acessibilidade de pessoas com deficiência. Há urgência para o atendimento a esta demanda, uma vez que se espera para os próximos anos um rápido crescimento do número de pessoas com deficiência na Comunidade Universitária, em virtude do estabelecimento legal de cotas para pessoas com deficiência tanto nos processos seletivos de novos estudantes quanto nos processos seletivos de servidores. A magnitude desse desafio é significativa pois os prédios mais antigos, construídos há 30 anos ou mais, requerem adaptações bastante expressivas, enquanto até mesmo prédios mais recentes ainda requerem uma avaliação global de sua acessibilidade que certamente irá indicar a necessidade de adaptações pontuais.

- VI. *Obras de infraestrutura de suporte.* Os processos de expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFMG implicam a execução de um conjunto de obras destinadas à melhoria da infraestrutura física dos *Campi* Pampulha, Saúde e Montes Claros. Essas obras compreendem o atendimento das demandas tais como mobilidade (incluindo o sistema viário, o planejamento do trânsito, a fluidez e conectividade do transporte coletivo e, também, soluções para o estacionamento de veículos), iluminação, segurança, gerenciamento de resíduos, drenagem pluvial, e outras. Reconhecendo o déficit atualmente existente na abordagem desse conjunto de questões, faz-se necessário estabelecer um planejamento que viabilize a gradual constituição de soluções que sejam adequadas.
- VII. *Obras relacionadas ao crescimento vegetativo.* Esse tipo de intervenção diz respeito a pequenas adequações necessárias ao espaço físico, para possibilitar uma resposta satisfatória às alterações que ocorrem com o passar dos anos. Enquadram-se, nesse caso, as adequações espaciais para recebimento de novos equipamentos, as reformas internas para melhorar as condições de trabalho e as ampliações de espaço com vistas ao crescimento continuado do ensino, da pesquisa e da extensão. Essas intervenções fazem parte do cotidiano da Instituição e acontecem, com maior intensidade, nos espaços em que as condições tecnológicas são preponderantes. Devido ao seu caráter usualmente de pequeno porte e de curto ciclo de execução, tais obras não se encontram explicitamente listadas neste PDI.
- VIII. *Obras para o desenvolvimento institucional.* Essas obras são feitas para proporcionar uma mudança de patamar à Universidade. Esse é um crescimento renovador, que agrega, por sua relevância, incremento à produção acadêmica e abrange, também, o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao estimular o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo e ao incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, permite, de maneira inegável, a consecução dos objetivos institucionais. No passado recente, enquadram-se nessa categoria a criação do Centro de Microscopia e do Biotério de Pequenos Animais, no *Campus* Pampulha, o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina (NUPAD), os Centros de Pesquisa em Ciências Agrárias, em Montes Claros, entre outros, todos eles fundamentais para promover, no âmbito das diversas áreas de conhecimento, o desenvolvimento que a UFMG, como instituição de ensino superior, tem o dever de buscar.
- IX. *Conservação e Revitalização de Edificações Históricas e Tombadas.* A UFMG é responsável pela guarda de importante acervo de edificações históricas, que incluem prédios dos séculos XVIII e XIX situados nas cidades de Tiradentes (onde funciona o complexo do *Campus* Cultural de Tiradentes) e de Diamantina (onde funciona a Casa da Glória), um prédio da época da fundação de Belo Horizonte, onde funciona o Centro Cultural, além de prédios representativos da arquitetura modernista, como o prédio da Escola de Arquitetura

e o prédio da Reitoria, ambos tombados. Nos casos dessas edificações, a dimensão da conservação e preservação do patrimônio se sobrepõe à dimensão dos eventuais usos atuais. Faz-se necessária, em caráter permanente, uma manutenção atenta às peculiaridades dessa condição de patrimônio histórico, que requerem um redobrado esforço para mitigação de todos os riscos de danos a esse patrimônio, além de um contínuo processo de restauração, que visa reverter a ação do tempo e do uso contínuo por décadas ou séculos.

INFRAESTRUTURA FÍSICA

OBJETIVO GERAL

Prover as condições adequadas de infraestrutura física para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFMG, permitindo a expansão da excelência dessas atividades e de seu impacto social, com especial atenção à acessibilidade e inclusão de públicos cada vez mais amplos e diversos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Elaborar novos planos diretores para os *Campi*, em processos que envolvam ampla discussão com a comunidade.
2. Elaborar planejamento de longo prazo para a realização de obras de infraestrutura.
3. Garantir a transparência e a participação da comunidade no acompanhamento da execução do plano diretor e do planejamento de obras de infraestrutura.
4. Aplicar práticas de gestão e tecnologias de informação que propiciem a melhoria da qualidade e a redução de custos no desenvolvimento de projetos e no gerenciamento das obras civis.

AÇÕES³⁰

ANO	1	2	3	4	5
1. Envidar esforços de interlocução, junto ao Governo Federal, para que sejam destinados recursos às obras de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento adequado das atividades da UFMG, conforme descritas neste capítulo.					
2. Elaborar um diagnóstico geral da vida útil remanescente das instalações da UFMG que permita a formulação de políticas de longo prazo para a revitalização dessas instalações.					
3. Elaborar e executar projeto de urbanização para adequação do sistema viário e do sistema de drenagem nos <i>Campi</i> .					
4. Elaborar e executar projeto de urbanização e paisagismo das áreas comuns do <i>Campus Saúde</i> .					
5. Elaborar e executar plano de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, incluindo a possibilidade de mobilidade não motorizada, nos três <i>Campi</i> .					
6. Elaborar e executar plano de adequação das Unidades Acadêmicas à acessibilidade para pessoas com deficiências.					
7. Elaborar e implementar de projeto de comunicação visual e sinalização para os três <i>Campi</i> .					
8. Regularizar as edificações nos aspectos relacionados à prevenção e combate a incêndio e pânico.					
9. Elaborar planos de contingência para riscos químicos e biológicos.					
10. Levantar as necessidades de adequação das instalações de laboratórios de ensino e de pesquisa, com especial atenção àquelas relacionadas à segurança dos usuários.					

³⁰ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

Elaborar o planejamento para a execução dessas adequações.					
11. Planejar a instalação de sistemas de prevenção da interrupção de energia elétrica para assegurar o suprimento de energia para instalações consideradas críticas.					
12. Planejar a expansão das redes de fornecimento de energia dos <i>Campi</i> , de maneira a que estas tenham capacidade compatível com a demanda atual e futura.					
13. Elaborar um planejamento específico para a conservação e restauro das edificações históricas pertencentes à UFMG.					

6.2 - Serviços de Apoio

6.2.1 - Biblioteca

O Sistema de Bibliotecas da UFMG

A qualidade da estrutura e dos acervos de um sistema de bibliotecas universitárias é um requisito importante para o pleno desenvolvimento da produção, transmissão e disseminação de conhecimentos por uma instituição de ensino superior. Tendo em vista esse pressuposto, o Sistema de Bibliotecas (SB) da UFMG foi concebido para constituir um dos pilares da vida acadêmica na Instituição. Primariamente responsável pela guarda, disponibilização e disseminação das informações de caráter acadêmico registradas em publicações nos mais diversos formatos e mídias, sua atividade constitui um ponto de apoio indispensável para o pleno desenvolvimento das atividades-fins de ensino, pesquisa e extensão na UFMG.

A Biblioteca Universitária (BU) é Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, que além de se responsabilizar tecnicamente pelo provimento de informações necessárias à atividade de produção e transmissão do conhecimento na Universidade, também atua na coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB/UFMG), formado por 25 Bibliotecas. Sua estrutura organizacional, definida pela Resolução nº 12/2005, do Conselho Universitário, é composta por: Conselho Diretor; Diretoria da Biblioteca Universitária e suas Divisões Técnicas e Seções Administrativas; Bibliotecas da UFMG e Comissões Temporárias.

A atual estrutura da Biblioteca Universitária pode ser visualizada no organograma da Figura 3.

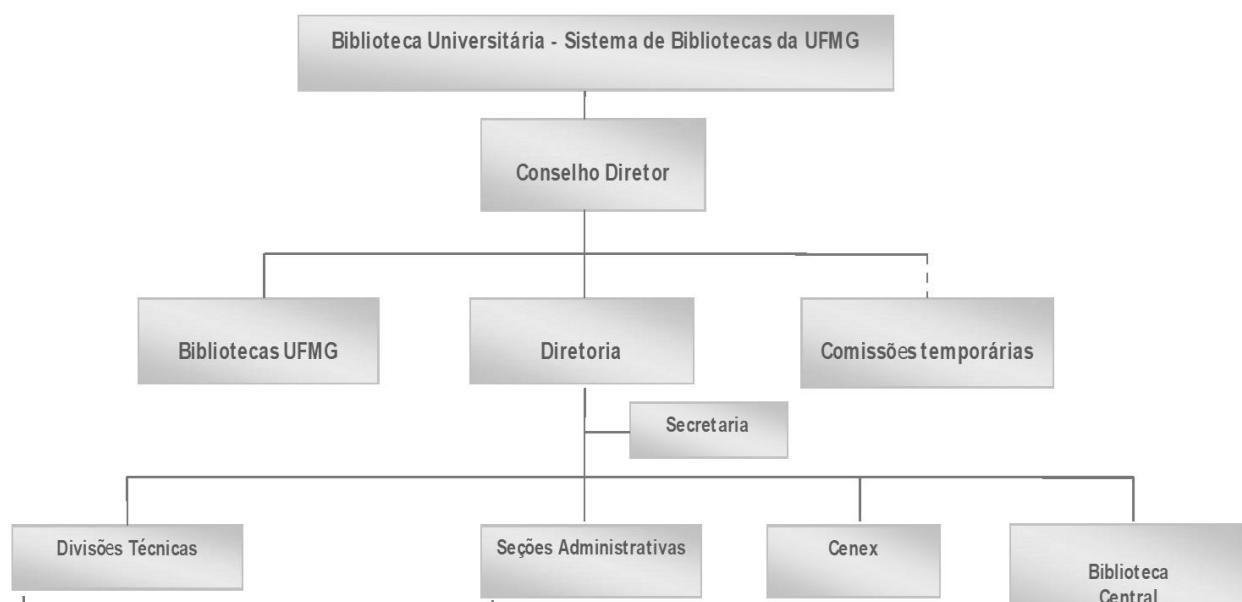


FIGURA 3 – Organograma – Biblioteca Universitária

A concepção do que hoje é a BU na UFMG foi construída em uma trajetória histórica que se inicia em 1966 com a criação do Conselho de Bibliotecários da UFMG e nomeação da professora Etelvina Lima como presidente do conselho, uma das pioneiras da Biblioteconomia em Minas Gerais e criadora do Curso de Biblioteconomia da UFMG. No ano de 1968 é criada a Coordenação de

Bibliotecas Universitárias que tinha por objetivo coordenar tecnicamente as bibliotecas da UFMG, com a finalidade de normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico da Universidade. Em 1972 a Coordenação de Bibliotecas Universitárias tem a nomenclatura alterada para Biblioteca Universitária (BU). Em 1976 ocorre a centralização e a vinculação técnica e administrativa das bibliotecas da Universidade à BU. Em 1981 é inaugurado o prédio da Biblioteca Central onde funciona, também, a administração da BU e é aprovada a primeira versão do Regimento da Biblioteca Universitária.

Atualmente o SB/UFMG é constituído por bibliotecas situadas em todas as Unidades Acadêmicas, nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia, Ciência da Saúde e Linguística, Letras e Artes. Possui, também, bibliotecas vinculadas às Unidades Especiais e atividades de extensão, cultura e lazer, assim discriminadas: Bibliotecas do COLTEC, CP, Museu de História Natural e Jardim Botânico e Carro-Biblioteca. Além destes, o SB/UFMG comporta acervos diferenciados como o Espaço de Leitura da Biblioteca Central, a Biblioteca do Sertão, o Acervo de Escritores Mineiros e o acervo vinculado à Divisão de Coleções Especiais que compreende a Memória Intelectual da UFMG, Obras Raras e Coleções Especiais. Cabe destaque para a biblioteca da Casa da Glória, vinculada ao Instituto de Geociências, e a biblioteca do *Campus Cultural de Tiradentes* que contemplam acervos específicos.

O Sistema de Bibliotecas é constituído na forma de uma rede com elevada descentralização que funciona de maneira integrada, em virtude dos recursos de automação de bibliotecas que são empregados em sua gestão. Em 1996 foi adquirida licença de uso do programa *Virginia Tech Library System* (VTLS), que impactou consideravelmente o SB/UFMG, permitindo pela primeira vez a efetiva integração em rede das bibliotecas setoriais. Em meados de 2003, exigências administrativas e necessidades técnicas do próprio sistema de bibliotecas, oriundas dos avanços na oferta de serviços e produtos biblioteconômicos convergiram para a adoção do novo sistema *Pergamum*, desenvolvido no Brasil, que ampliou a qualidade das atividades e, ao mesmo tempo, possibilitou o investimento em novo parque tecnológico computacional e no primeiro sistema de segurança eletromagnético para todas as bibliotecas da UFMG.

Estrutura Física e Acervo

O SB/UFMG ocupa uma área de 30.109, 89 m², distribuído entre as 25 bibliotecas setoriais do Sistema, conforme a Tabela 32:

TABELA 32
Área física das bibliotecas (m²)

BIBLIOTECAS	Área Total
Arquitetura	973
Belas Artes	332
Biblioteca Central	5.413,61
Biblioteca Univ. – Coleções Especiais	1909,66
<i>Campus Saúde</i>	3182
Ciência da Informação	617,03
Ciências. Informação/Carro-Biblioteca	48
Ciências Agrárias	645
Ciências Biológicas	387,07
Ciências Econômicas	1.432,2
Ciências Exatas	462,24
Ciências Exatas – Dep. Física	305
Ciências Exatas – Dep. Química	184
Centro Pedagógico	301,34
Colégio Técnico	320
Direito	1434
Educação	1142
EEFFTO	304,1
Engenharia	3.041
Farmácia	578
FAFICH	2295
Geociências	350
Letras	1900
Museu de História Natural	105,14
Música	270
Odontologia	656,5
Veterinária	1.522
TOTAL	30.109,89

Fonte: Sistema Coletaer Bibliotecas da UFMG.

O acervo patrimoniado impresso é de aproximadamente de 800.000 exemplares (dados de 2017), nas diversas áreas do conhecimento. A média anual de empréstimos domiciliares é de aproximadamente 940 mil exemplares, para mais de 206 mil usuários inscritos no SB/UFMG. O acervo por biblioteca do sistema é mostrado na Tabela 33.

TABELA 33
Acervo das bibliotecas

	Nº de títulos acervo periódicos impressos	Nº de títulos acervo livros impressos	Nº de títulos acervo outros materiais
Biblioteca Central - Biblioteca Universitária	1359	103890	5680
Biblioteca da Escola de Arquitetura	514	22341	3854
Biblioteca da Escola de Belas Artes	37	19181	3693
Biblioteca da Escola de Ciência da Informação	518	16452	1610
Biblioteca da Esc. Educ. Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional	313	12311	5058
Biblioteca da Escola de Engenharia	0	23064	414
Biblioteca da Escola de Música	21	6438	17684
Biblioteca da Escola de Veterinária	1901	15193	105
Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas	951	62295	530
Biblioteca da Faculdade de Direito	39980	35091	177
Biblioteca da Faculdade de Educação	1243	60033	5940
Biblioteca da Faculdade de Farmácia	564	6502	0
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	2634	102947	2145
Biblioteca da Faculdade de Letras	1262	56175	3531
Biblioteca da Faculdade de Odontologia	353	4257	1929
Biblioteca do <i>Campus Saúde</i>	2091	22093	6599
Biblioteca do Centro Pedagógico	8	17513	117
Biblioteca do Colégio Técnico	80	10113	230
Biblioteca do Departamento de Física	0	6488	23
Biblioteca do Departamento de Química	191	3956	1589
Biblioteca do Instituto de Ciências Agrárias	535	10139	1037
Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas	0	8155	4326
Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas	715	16864	43
Biblioteca do Instituto de Geociências	840	12556	3451
Biblioteca do Museu de História Natural e Jardim Botânico	0	3218	79
TOTAL	56110	657265	69844

Fonte: Censo do ensino superior, 2017.

Do acervo fazem parte ainda as coleções especiais, como a Coleção de Obras Raras, que reúne documentos, livros, periódicos, mapas, correspondências e fotografias do séc. XVI ao séc. XX; a patrologia Migné, que abrange textos de filosofia patrística editados em latim e grego, perfazendo um total de 392 volumes divididos em patrologia latina e patrologia grega. É destaque da coleção o “Testamento de Martim Afonso e de sua esposa Dona Ana Pimentel”, que recebeu o selo do Programa Memória do Mundo da Unesco (MOWBrasil), no ano de 2017. Dado para a UFMG em 1971 e datado de 1533, o documento trata das disposições finais de um dos primeiros exploradores e capitães donatários do Brasil e de sua esposa, Dona Ana Pimentel, que também participou da colonização do país quando Martim Afonso foi transferido para ocupar o cargo de vice-rei da Índia.

O SB/UFMG possui cerca de 70.000 títulos de materiais bibliográficos em outros formatos, tais como: arquivo de computador; atlas; catálogos; fotografias; jogos educacionais; gravação de áudio; gravação em vídeo; mapas; manuscritos; normas; partituras, entre outros formatos.

O acervo de periódicos impressos do SB/UFMG totalizou, em 2017, cerca de 56.000 títulos distribuídos entre periódicos correntes e não correntes, nacionais e estrangeiros

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG disponibiliza, na íntegra, para as comunidades interna e externa, a produção científica oriunda dos 62 programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade. Inclui registros correspondentes a textos completos digitalizados em formato.pdf, partes de textos, devidamente autorizados pelos autores, ou referências e resumos de teses e dissertações, proporcionando rapidez e facilidade na busca e acesso virtuais.

Nesse momento, cabe rever a política de constituição dos acervos abrigados no Sistema de Bibliotecas. Por um lado, deve-se considerar a mudança tecnológica e cultural que vem ocorrendo nas últimas duas décadas, que torna imperativa a constituição de acervos em formato digital. Também não se deve descuidar do papel central que as bibliotecas desempenham no apoio ao ensino de Graduação, sendo imprescindível que as referências básicas utilizadas nas disciplinas estejam disponíveis, em versões atualizadas, seja no formato eletrônico, seja no formato impresso. Por fim, é preciso ter permanentemente como foco o papel insubstituível das bibliotecas universitárias como locais de guarda do patrimônio bibliográfico do mundo. Parte dessa tarefa corresponde a manter um conjunto de obras que sejam representativas do atual estágio do conhecimento, nos diversos campos do saber. Outra parte diz respeito a manter o registro das correntes de pensamento, das teorias, das abordagens, conforme elas existiram um dia e foram evoluindo ou desaparecendo, influenciando gerações sucessivas, ou caindo no esquecimento. Obras clássicas provenientes de todos os períodos, em diferentes edições e traduções, são o testemunho da história das ideias, do pensamento e da cultura humanas, e cabe às universidades acolher e disponibilizar essa herança, a um tempo matéria para a pesquisa acadêmica e fonte primária para a futura arqueologia do tempo presente.

Serviços

O Sistema de Bibliotecas atende tanto aos usuários da comunidade interna (estudantes do ensino fundamental, médio, técnico, Graduação, Pós-Graduação, professores e funcionários), como aos usuários da comunidade externa – de outras instituições, pesquisadores, estudantes de intercâmbio e demais visitantes.

O SB/UFMG funciona, na maioria das bibliotecas setoriais, de segunda a sexta, no horário das 07h30min às 22h00min. A Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) funciona diariamente até as 21h30, com a oferta de todos os serviços. A partir das 21h30, essa biblioteca

funciona em regime de 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados, exceto Sexta-Feira da Paixão, Natal e Ano Novo, para os serviços de consulta ao acervo, acesso aos terminais de computadores.

A BU oferece cursos e treinamentos aos servidores do SB/UFMG com o objetivo de capacitá-los a utilizarem as tecnologias da informação, elaborarem projetos para captação de recursos em agências de fomento, pontencializarem suas habilidades visando a prestação de serviços de excelência aos seus usuários.

Também oferece sistematicamente programas de capacitação aos usuários com o objetivo de habilitá-los na utilização das fontes e recursos de informação. O SB/UFMG realiza atividades educacionais junto aos seus usuários, visando à aprendizagem de atividades relacionadas tanto ao ambiente da biblioteca, aos seus recursos e serviços, incluindo os conteúdos digitais, disponibilizados para a Comunidade Acadêmica, quanto às atividades complexas referentes aos processos de identificação das necessidades informacionais, busca, avaliação e uso da informação de maneira ética. Os programas de capacitação são imprescindíveis para a Comunidade Acadêmica, uma vez que, a partir deles é que o usuário terá conhecimento de todo o recurso informacional que a Universidade disponibiliza, o qual dá suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O SB/UFMG oferece aos usuários, dentre outros, os seguintes serviços e produtos: consulta ao acervo; empréstimos (domiciliar, rápido e entre bibliotecas); pesquisa bibliográfica; visitas orientadas; comutação bibliográfica; orientação e normalização bibliográfica; treinamentos de usuários; alertas, sumários correntes, jornal mural; boletins informativos; revista; exposições; eventos; montagem de quebra-cabeça; lançamentos de livros; palestras, aulas de fontes de informação e atividades de extensão.

O Carro-Biblioteca é um dos mais antigos programas de extensão da UFMG, desenvolvido pelo Centro de Extensão da Escola de Ciência da Informação (CENEX-ECI) desde 1973. O objetivo do Carro-Biblioteca é democratizar a informação e a leitura junto às comunidades socialmente vulneráveis da Grande BH, bem como promover ações culturais e educativas, além de proporcionar o desdobramento de vários outros projetos acadêmicos, de pesquisa e de extensão na ECI e oferecer bolsas de estágio (aperfeiçoamento) para os estudantes. Cada comunidade atendida recebe a visita do Carro-Biblioteca uma vez por semana. O Carro-Biblioteca tem um ponto fixo em cada comunidade, permanecendo ali por um período de duas horas.

O Centro de Extensão da Biblioteca Universitária (CENEX/BU), visando auxiliar no aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema de Bibliotecas, realiza a oferta de cursos de iniciação, qualificação, treinamento e aperfeiçoamento voltados para os servidores do Sistema e para a comunidade externa. Os cursos de extensão podem ser relacionados com a área específica da Ciência da informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia ou às demandas da comunidade e da Biblioteca universitária.

As ações administrativas do CENEX/BU são norteadas pelos seguintes documentos normativos: Regimento do CENEX/BU; Resolução nº 01/2014 – Regulamenta a propositura de cursos de extensão no CENEX/BU; Regulamento para Atividades de Extensão do CENEX/BU e Regulamento Concessão de Bolsas para cursos – CENEX/BU. Na criação de projetos do SB/UFMG, no âmbito do CENEX, o desejável é que estes projetos envolvam a capacitação e ampliação da consciência social do profissional bibliotecário, resultando na proposição de atividades que guardem em si a intencionalidade de transformação social.

O Sistema de Bibliotecas oferece atendimento ao Deficiente Visual, através do CADV atende a todos os estudantes, professores e funcionários da UFMG que necessitem de auxílio que se dá na forma de gravações e/ou leitura de textos e artigos exclusivamente acadêmicos.

Portal de Periódicos

O Portal Periódicos da UFMG foi criado em 2015, com a finalidade de aumentar a visibilidade dos periódicos produzidos no âmbito da Universidade. Sua construção faz parte de um conjunto de ações previstas na Política de Periódicos da Instituição. O Portal abriga *links* para os periódicos. São 62 periódicos científicos ativos e que atendem aos critérios de entrada e permanência do Portal de Periódicos da UFMG.

Vinculada ao Portal, a Incubadora de Periódicos é uma ação cooperativa que visa a melhoria dos periódicos da Universidade e tem como principal objetivo capacitar os corpos editoriais dos periódicos, fornecendo, também, instrumentos para a solução prática de demandas específicas dos editores. Auxilia, também, no processo de criação, na implantação e/ou recuperação de periódicos e na adequação aos critérios de qualidade, visando sua inserção no Portal de Periódicos UFMG.

Repositório Institucional

Ao longo dos anos de 2016 a 2018, um grupo de trabalho elaborou um projeto para a implantação do Repositório Institucional (RI) da UFMG. Neste momento (setembro de 2018), estão sendo tomadas providências para a entrada em funcionamento desse Repositório, que deverá funcionar junto à Biblioteca Universitária.

O Repositório Institucional será um ambiente digital via *Web*, dedicado à produção acadêmica institucional. Tem por finalidade armazenar e preservar a produção intelectual, ao mesmo tempo divulgando e dando acesso a tal produção segundo o princípio do acesso e difusão livres e gratuitos, garantindo a catalogação e indexação de todo o acervo. Com a entrada em funcionamento do RI-UFMG, deverá ocorrer um incremento na visibilidade da produção acadêmica da UFMG, com a unificação de informações anteriormente armazenadas de forma dispersa.

O projeto do RI-UFMG prevê sua organização por “Comunidades”. As primeiras Comunidades a entrarem em operação deverão ser a de Teses e Dissertações (sucedânea da atual Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que visa armazenar todas as teses e dissertações aprovadas nos programas de Pós-Graduação da UFMG), a de Publicações Científicas e Culturais (que visa armazenar a produção científica e cultural da UFMG em geral), a de Recursos Educacionais (sucedânea do Repositório de Objetos de Aprendizagem, que visa armazenar a produção acadêmica orientada ao ensino) e a de Gestão (que visa armazenar a produção intelectual gerada no contexto da atividade de gestão universitária).

BIBLIOTECA

OBJETIVO GERAL

Aprimorar a cada vez mais os produtos e serviços visando atingir um patamar de excelência no suporte informacional e disseminação do conhecimento à Comunidade Acadêmica e à sociedade, proporcionando atendimento de qualidade condizente com os anseios dos cidadãos, considerando as mudanças que vêm ocorrendo nos padrões de organização e recuperação de informações decorrentes da evolução das tecnologias de informação e comunicação, bem como nos padrões de acesso e apropriação do conhecimento pelas pessoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Elaborar e implementar plano para seleção e aquisição de livros eletrônicos.
2. Implantar o Repositório Institucional da UFMG.
3. Introduzir sistemas de descoberta de conhecimento em bases de dados na UFMG.
4. Ampliar a acessibilidade no Sistema de Bibliotecas, inclusive por meio da aquisição de acervo em diferentes formatos, acessíveis a pessoas com diferentes tipos de deficiências.
5. Assegurar o cuidado na conservação, na atualização e na qualidade do acervo das bibliotecas, inclusive mediante acesso digital.
6. Intensificar o papel das bibliotecas na formação de estudantes e pesquisadores, com a oferta de cursos de capacitação, eventos e consultorias relacionados à busca e utilização de informações para fins acadêmicos.
7. Fortalecer o Portal de Periódicos da UFMG, aumentando sua visibilidade, ampliando o papel dos periódicos da Instituição como veículos de divulgação do conhecimento;

AÇÕES³¹

ANO	1	2	3	4	5
1. Criar eventos e treinamentos visando a implantação do Resource Description and Access (RDA).					
2. Formalizar a política de catalogação, classificação e indexação do SB/UFMG.					
3. Atualizar a Política de Desenvolvimento do Acervo do SB/UFMG.					
4. Promover ações culturais no SB/UFMG.					
5. Disponibilizar o serviço de ficha catalográfica <i>on-line</i> , com validação do bibliotecário para todo o SB/UFMG.					
6. Renovar o Sistema de Segurança Eletromagnético do SB/UFMG.					
7. Ofertar cursos de capacitação relacionados a: indicadores bibliométricos, uso ético da informação, uso de bases de dados <i>on-line</i> .					
8. Implantar medidas de promoção da integridade e prevenção de plágio.					
9. Implantar o setor responsável pelo funcionamento do Repositório Institucional da UFMG, incluindo a alocação de pessoal e de recursos materiais para viabilizar seu funcionamento.					
10. Implementar uma política de avaliação sistemática dos periódicos da UFMG visando reconhecer potencialidades a serem apoiadas e fragilidades a serem superadas.					
11. Apoiar a manutenção dos periódicos qualificados e buscar modelos alternativos para seu financiamento.					

³¹ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

12. Planejar a aquisição de acervo visando atingir os patamares de atendimento às disciplinas de Graduação recomendados pelo MEC/INEP, no âmbito do sistema de avaliação de cursos.				
13. Planejar a aquisição de acervo visando criar coleções que sejam capazes de dar suporte à pesquisa, abrangendo obras referenciais atualizadas e, quando for pertinente, também obras clássicas e obras de valor histórico.				
14. Apoiar a formação de editores e de corpo técnico envolvido na edição dos periódicos.				
15. Adquirir acervo acessível em diferentes formatos, de forma a atender às necessidades específicas do público discente com deficiência.				

6.2.2 - Imprensa Universitária

A Imprensa Universitária é um Órgão Auxiliar da UFMG. Possui como missão atender a demandas dos diversos setores da Universidade por serviços de impressão. Entre os serviços rotineiramente executados pela Imprensa Universitária encontram-se a impressão dos seguintes materiais: Boletim da UFMG, livros editados pela Editora UFMG, provas para a realização de concursos vestibulares ou concursos para contratação de pessoal. Além destes, a Imprensa também atende a demandas pontuais, oriundas de toda a UFMG. Para lidar adequadamente com a impressão de materiais cujo conteúdo requeira sigilo, a Imprensa Universitária não conta com funcionários terceirizados em seu quadro.

A Imprensa Universitária, atenta às demandas da Comunidade, e suas constantes alterações tem se preparado para atender com qualidade, prazo e custos adequados. Para isto tem atualizado o seu parque gráfico e conta, atualmente com um parque de equipamentos tecnologicamente atualizados, dentre os quais deve-se citar: uma gravadora de chapa CtP; uma impressora *offset* bicolor; uma impressora *offset* quatro cores com aplicação de verniz; duas guilhotinas, duas dobradeiras, uma coladeira de livros, duas máquinas para costurar livros.

É importante mencionar que desde de 2015 a Imprensa fez a adequação do tratamento de resíduos gerados em sua operação, e não mais descarta efluentes na rede de esgoto. Todos os resíduos líquidos são separados e coletados por empresa especializada na gestão deste tipo de resíduo.

OBJETIVO GERAL

Aprimorar seus serviços de atendimento à demanda de serviços gráficos da UFMG.

6.2.3 - Editora

Criada em julho de 1985, com o objetivo de editar obras de valor científico e cultural como bens intangíveis representativos do trabalho de ensino, pesquisa e extensão da UFMG, a Editora UFMG, consolidou-se na última década como uma das editoras mais atuantes do país. A Editora propõe-se a fomentar o trânsito acadêmico entre a produção interna, a produção nacional e a produção internacional, com a publicação de autores de ponta do pensamento contemporâneo, muitos deles traduzidos pela primeira vez no país.

Derivado de uma política editorial fundada em uma perspectiva contemporânea e multidisciplinar, comprometida com a divulgação do conhecimento científico e cultural, o catálogo da Editora UFMG espelha, por um lado mais abrangente o avanço do conhecimento científico internacional e, mais localmente o crescimento dos Programas de Pós-Graduação e da pesquisa na

UFMG. Dessa maneira, traduz, por meio da diversidade e da qualidade das obras e autores publicados, no âmbito nacional e internacional, o intercâmbio científico-cultural que predomina em nosso ambiente acadêmico. A proposta da Editora é, portanto, fomentar o trânsito acadêmico entre a produção interna, a produção nacional e a produção internacional, com a publicação de autores de ponta do pensamento contemporâneo, muitos deles traduzidos pela primeira vez no país.

O exercício intensivo dessa política editorial tanto sustenta uma inovação na linguagem e na escolha de temas no universo das editoras universitárias quanto revela uma preocupação em romper o conservadorismo disciplinar e a hierarquia entre os diversos discursos que compõem o campo acadêmico, valorizando a diversidade e a pluralidade e permitindo a inclusão de minorias. Ao mesmo tempo, busca contribuir para a preservação e a divulgação da memória nacional por meio da publicação de textos referentes aos distintos trabalhos realizados nos diferentes acervos e coleções da Universidade. Soma-se a esta identidade clara e ao lugar específico onde a Editora se instala, um esforço constante para que os livros possam chegar ao maior número possível de leitores.

A Editora iniciou, em 2014, a produção de *e-books*, a fim de responder aos novos desafios provocados pelas grandes transformações ocorridas na forma de produção, circulação e armazenamento do conhecimento e, especificamente, nas tecnologias de editoração, que já não tem no livro de papel seu suporte preferencial e exclusivo. Ao ingressar no mundo do livro digital busca-se responder a uma demanda ampliada de acesso mais rápido e democrático à informação, exprimindo os novos modos de ler e escrever que têm caracterizado o saber na contemporaneidade. Dada a grande procura dos autores pela Editora UFMG, a partir de 2016, o Conselho Editorial estabeleceu uma política editorial clara para os aspirantes à publicação e vem buscando um equilíbrio entre títulos e viabilidade comercial de forma a garantir a viabilidade da Editora, sempre atenta ao fato de que a sua missão é alternativa ao circuito comercial. Com produção 40 a 50 novos títulos por ano, a Editora atingiu em 2017 a marca dos 1176 títulos publicados.

Política Editorial

Segundo proposta elaborada ao longo do ano de 2017, as publicações da Editora UFMG são organizadas em Selos com subdivisões em coleções e também com obras avulsas. A proposta segue tendência das principais editoras do Brasil, sendo observada não apenas nas comerciais, mas também nas universitárias. Os selos editoriais visam deixar claras as diferentes linhas editoriais, evitando que a convivência das mesmas sob um mesmo conjunto cause contaminações entre elas e ameace a coerência interna de cada uma dessas linhas. É uma proposta que vem agregar um nível a mais de organização aos livros editados, na medida em que o nível de “coleções” apenas não conseguiria garantir. Enquanto as “coleções” garantem apenas a separação de temas, a organização em selos impede misturas indesejáveis de campos editoriais mais do que simplesmente de temas ou de porte das edições.

Selo Editora UFMG

O Selo Editora UFMG fica reservado para as publicações de fontes mais universais de temas e origens, abrangendo livros resultantes de processos seletivos de um público mais amplo que não seja apenas o interno, as traduções de autores prestigiosos e de obras inéditas de relevância no exterior e as edições de importância diferenciada no mercado nacional. Geralmente são textos que necessitam de uma elaboração editorial mais trabalhada em função de suas características próprias.

São as seguintes as coleções atuais do Selo UFMG:

- I. *Aprender*: Textos didáticos e paradidáticos que auxiliam no processo de ensino/aprendizagem, dirigidos a estudantes e professores de todas as áreas do conhecimento.
- II. *Babel*; Obras ensaísticas contemporâneas, com textos curtos, direcionados aos profissionais da área de letras e a interessados de outras áreas.
- III. *Didática*: Em parceria com a PROGRAD, reúne textos didáticos adequados à realidade sociocultural brasileira, produzidos por professores da UFMG, cobrindo todas as áreas do conhecimento e contribuindo para ampliar as possibilidades de aprendizagem do estudante. Esta coleção passará a compor o Selo Incipit a partir de 2018.
- IV. *Edições Especiais*: Livros de teor artístico e obras que apresentam temas de impacto cultural na atualidade.
- V. *Educação a Distância*: Em parceria com a PROGRAD, destinada à produção de materiais didáticos para os novos cursos de licenciatura da UFMG, modalidade a distância, com distribuição institucional. Esta coleção passará a compor o Selo Incipit a partir de 2018
- VI. *Humanitas (e Humanitas Pocket)*: Reúne publicações ensaísticas, de origem nacional ou estrangeira, e dirige-se, sobretudo, à Comunidade Acadêmica das áreas de ciências humanas, letras e artes, e ao público em geral.
- VII. *IEAT*: Em parceria com o IEAT, objetiva publicar obras criadas a partir das atividades desenvolvidas pelo IEAT, abrangendo todas as áreas do conhecimento.
- VIII. *Inéditos & Esparsos*: Publica obras inéditas ou esparsas com o objetivo de incentivar a pesquisa em fontes primárias, o estabelecimento crítico de textos, a crítica de textos, a crítica genética, a reedição de obras esgotadas e fac-símiles de publicações raras e outros.
- IX. *Infância e Adolescência*: Em parceria com a PROEX da UFMG, tematiza as questões do processo de ensino/ aprendizagem, para maior qualidade do trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes. As publicações oriundas da PROEX passarão a compor o Selo Incipit a partir de 2018, sendo redimensionada a coleção *Infância e Adolescência*.
- X. *Ingenium*: Em parceria com a Escola de Engenharia da UFMG, contribui para a formação de estudantes e profissionais e para o engajamento da área na construção de uma sociedade melhor. Esta coleção passará a compor o Selo Universitas a partir de 2018.
- XI. *Intelectuais do Brasil*: Em parceria com a Editora Fundação Perseu Abramo, aborda a obra de um conjunto de autores, cuja reflexão sobre o Brasil seja considerada relevante para a compreensão do país.
- XII. *Midia@rte*: Apresenta publicações sobre multimídia e arte digital destinadas ao público das áreas artísticas e tecnológicas.
- XIII. *Música editada*: Em parceria com a Escola de Música da UFMG, objetiva a divulgação de trabalhos de criação e pesquisa produzidos dentro ou fora desta Universidade. É uma coleção aberta às mais diversas manifestações sonoras. Esta coleção passará a compor o Selo Incipit a partir de 2018.
- XIV. *Origem*: Criada para atender jovens autores, publica textos de caráter ensaístico nas várias áreas do conhecimento.
- XV. *População & economia*: Em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG), objetiva divulgar os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do CEDEPLAR, que levaram à consolidação do grupo de

demografia econômica e mercado de trabalho. Esta coleção passará a compor o Selo Incipit a partir de 2018.

- XVI. *Travessias*: Em parceria com o Departamento de Filosofia da UFMG, tem por finalidade possibilitar aos leitores de língua portuguesa o acesso a pequenas obras de grandes pensadores por meio de traduções fidedignas, sempre precedidas de uma breve introdução e acompanhadas de notas de esclarecimento ao texto.
- XVII. *UFMG Memória e Patrimônio Cultural*: Obras que resgatam a história da UFMG e o seu papel na formação cultural e científica do país, contribuindo para a preservação da memória da Instituição. Esta coleção passará a compor o Selo Incipit a partir de 2018.
- XVIII. *Títulos clássicos esgotados*: Proposta de nova coleção composta por obras importantes de autores clássicos que se encontram esgotadas e cujos direitos autorais estão disponíveis.

Selo Incipit

A iniciativa de criação de um novo selo editorial voltado para a produção interna da UFMG surge da identificação, por parte da Editora UFMG, da constante e crescente demanda por soluções editoriais de qualidade para publicação e divulgação das produções didáticas e de pesquisas em nossa Universidade. Assim, o Selo Incipit objetiva facilitar o atendimento às múltiplas demandas editoriais da UFMG, uma Universidade com um grande número de docentes, estudantes, TAEs e pesquisadores, distribuídos em diversas Unidades Acadêmicas, especiais, órgãos complementares e suplementares. O novo selo almeja alcançar um público em sua maior parte acadêmico, em especial estudantes de Graduação, Pós-Graduação e docentes, da UFMG e de outras universidades brasileiras.

Por meio deste novo selo, autônomo e descentralizado em relação ao de origem, a Editora UFMG reafirma sua disposição para firmar parcerias com órgãos da Administração Central da UFMG, bem como suas várias Unidades Acadêmicas, órgãos complementares e suplementares, a fim de suprir a demanda dessas instâncias e colaborar em seu papel de facilitadora e divulgadora dos diversos tipos de saberes produzidos no ambiente universitário.

O selo será composto por diversas coleções, de acordo com parcerias firmadas com Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e outros órgãos da Universidade, que serão responsáveis pela seleção e encaminhamento dos originais aprovados por comissões editoriais próprias compostas por, no mínimo, três docentes da área. Essas instâncias poderão selecionar as obras segundo seus próprios critérios e condições, por meio de editais ou chamadas de fluxo contínuo ou com prazos específicos. As obras escolhidas serão referendadas no Conselho Editorial da Editora UFMG.

Quanto à sustentabilidade deste novo selo, a proposta é que as obras selecionadas para serem publicadas neste âmbito terão parte de sua produção custeada pelas instâncias que as selecionaram, com base em orçamento elaborado pela Editora. As etapas que serão financiadas, bem como o número de obras que poderão ser encaminhadas por ano e outros detalhes da parceria serão objeto de termos de cooperação específicos entre a Editora e as respectivas instâncias da Universidade.

Reconhecendo a crescente relevância e acesso às tecnologias digitais no universo acadêmico, serão privilegiadas as publicações nos formatos digitais, com a possibilidade de download gratuito. Caberá à Editora UFMG, no entanto, a definição a respeito da modalidade do livro (impresso ou eletrônico); a tiragem e/ou os canais de distribuição; se será comercializado ou gratuito; ou, ainda, a decisão da recolocação de novas edições de uma determinada obra em seu selo principal.

Selo Estraladabão

A proposta do Selo Estraladabão é editar títulos voltados para o público infanto-juvenil visando a divulgação de conteúdos científicos para este segmento, além de suprir a demanda escolar quanto à disponibilidade de livros paradidáticos, hoje pobre em títulos nacionais. O selo busca, ainda, aproximar o público infanto-juvenil das ciências em geral, de forma a estimulá-lo a um contato mais próximo com a ciência e complementar sua formação, enfim, produzir informação multidisciplinar acessível e adequada a diferentes faixas etárias.

Coleção Universidade das Crianças

O conceito da Coleção é o de refletir a multidisciplinaridade da UFMG, abrangendo vários campos de conhecimento, aberta a incentivar a participação de todo docente da UFMG que queira dela participar através de estratégias adequadas. A faixa etária a que se destina a coleção é de 6 a 12 anos, podendo ser subdividida em subfaixas para melhor apropriação da linguagem. A Coleção não se aplica a temas de ficção, mas busca ser informativa e difundir conhecimentos a partir de uma liberdade de linguagens que melhor se adéquem a este propósito. Os títulos também buscam se adequar às normas de processos de aquisição governamentais.

A metodologia da coleção se estabelece a partir de um banco de perguntas elaboradas pelas próprias crianças aos quais cada um dos títulos deve oferecer respostas elaboradas por uma equipe autoral. Eventualmente poderão conter ilustrações e textos das próprias crianças para as perguntas suscitadas, resultante de oficinas temáticas. O banco de perguntas poderá ter como fontes a Universidade das Crianças e urna instalada no Espaço do Conhecimento da UFMG.

Obras Avulsas

Publicações que não se enquadram no perfil das coleções existentes e obras em coedições.

EDITORA

OBJETIVO GERAL

Editar obras de valor científico e cultural que expressassem o trabalho de ensino, pesquisa e extensão da própria Universidade, bem como obras de autores nacionais e estrangeiros que se articulem com a produção acadêmica da Instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Incrementar a veiculação da produção acadêmica da UFMG (frutos de pesquisas e teses e dissertações).
2. Facilitar o maior acesso à produção editorial através de publicações dotadas de tecnologias assistivas e de livros gratuitos (especialmente por ebooks).
3. Buscar sintonia social através de publicações sobre temas da atualidade.
4. Atingir diferentes faixas e tipos de público.
5. Expandir as áreas de conhecimento além daquelas tradicionalmente publicadas majoritariamente pela editora.
6. Publicar obras didáticas visando à inovação das metodologias de ensino.

AÇÕES³²

³² Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

ANO	1	2	3	4	5
1. Criar parcerias com outras editoras universitárias (notadamente as de Minas Gerais), editoras comerciais de qualidade que trabalham em linhas editoriais similares e fundações e instituições de apoio (por exemplo: FAPEMIG).					
2. Aprimorar as tecnologias de livros físicos e digitais.					
3. Adquirir equipamentos, hardwares e softwares ligados à produção editorial.					
4. Promover a qualificação permanente de pessoal.					
5. Facilitar a compreensão dos processos de submissão e seleção de originais ao público usuário da Editora.					
6. Aprimorar os editais de seleção de títulos.					
7. Formar profissionais relativos às diferentes fases de produção do livro.					
8. Criar selos e coleções diversificados, sintonizados com tipos diferenciados de produção de conhecimento.					

6.3 - FUNDAÇÕES DE APOIO

Na execução de seus projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, a UFMG conta com o apoio das fundações credenciadas pelo MEC e MCTI para esse fim, que regem suas atividades com amparo da Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010. Além disso, de acordo com a Resolução nº 10/2004, de 18 de novembro de 2004, do Conselho Universitário, as fundações de apoio à UFMG submetem-se à fiscalização financeira, contábil, operacional e patrimonial por parte da Auditoria Geral, no que tange a contratos, convênios e ajustes firmados com a Instituição. As fundações de apoio deverão, também, constituir um fundo de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão e/ou ao desenvolvimento institucional, para atendimento às Unidades e, conforme o caso, à UFMG. Para esse fundo, as fundações devem disponibilizar, no mínimo, 30% (trinta por cento) do resultado operacional líquido anual.

Os instrumentos jurídicos celebrados entre a UFMG e suas fundações de apoio ocorrem mediante contratos ou convênios, acordos de parceira, e afins, o que facilita a essas instituições prestarem apoio aos referidos projetos entendidos estes como programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infraestrutural, material e laboratorial, além da gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, que levem à melhoria mensurável da atuação da Universidade no cumprimento eficiente e eficaz de sua missão. A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura limita às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. Na execução dos contratos celebrados com base na Lei nº 8.958/94, as fundações deverão observar, ainda, o disposto nas Resoluções do Conselho Universitário, especialmente as que regulamentam a extensão, na modalidade de prestação de serviços no âmbito da UFMG, bem como aquelas, pertinentes à matéria, aprovadas pelas Congregações das Unidades Acadêmicas.

São quatro as fundações à UFMG, credenciadas de acordo com a legislação vigente: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas (IPEAD), Fundação Christiano Ottoni (FCO), a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPE). Além dessas, a UFMG também conta com uma fundação específica para dar apoio às atividades da área cultural, a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA).

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)

A FUNDEP realiza gerenciamento administrativo e financeiro de projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da UFMG e de outros centros de pesquisa e ensino no país. Criada em 1975, é uma entidade de direito privado, reconhecida pelo MEC e pelo MCTI como fundação de apoio à pesquisa. Atuando como facilitadora, a FUNDEP realiza diversas atividades que viabilizam o desenvolvimento de projetos. Entre os seus serviços, destacam-se: elaboração de propostas; captação de recursos; compras no mercado interno e externo de bens e serviços; seleção e contratação de mão de obra nas modalidades CLT, bolsistas, estagiários e autônomos; gestão financeira; gestão contábil; assessoria jurídica; assessoria de comunicação, prestação de contas e gestão de concursos, vestibulares e outros processos seletivos. Foi a primeira fundação de apoio em uma universidade brasileira a criar uma agência para identificar, investir e desenvolver negócios

inovadores que tenham potencial de crescimento e geração de produtos para a sociedade – a FUNDEPAR –, além de implementar o programa Lemonade, uma aceleradora de startups em estágio inicial. A FUNDEP tem como um de seus principais propósitos potencializar a atuação da UFMG, provendo, além da gestão administrativa de projetos, o repasse do excedente (30% do resultado operacional líquido anual).

Procurando realizar a gestão administrativa e financeira dos projetos de forma eficaz e com foco na busca de oportunidades de soluções mais amplas que atendam às necessidades dos pesquisadores, a FUNDEP busca a transformação dos profissionais analistas em “agentes de solução” comprometidos com o planejamento dos projetos, adotando uma postura antecipatória para as demandas dos pesquisadores. Pretende-se também que a FUNDEP passe a atuar de forma mais estratégica em projetos de maior vulto financeiro e impacto tecnológico.

Amparada pelas oportunidades trazidas pelo Marco Legal da CT&I, caberá ainda à FUNDEP apoiar a UFMG, além de outras Instituições de Ciência e Tecnologias (ICTs) que a contratarem, na prospecção de novas oportunidades de fomento e agentes de financiamento, focando, principalmente, em captação de recursos internacionais e da iniciativa privada. Essa atuação vem ao encontro de recentes medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, que incluem a possibilidade de novos formatos de parceria, conforme previsto no Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

Art. 3º A administração pública direta, autárquica e fundacional, incluídas as agências reguladoras, e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

Art. 6º A administração pública direta, as agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT.

Dessa forma, a administração pública direta, as agências de fomento e as ICT públicas poderão ceder o uso de imóveis, dentre outras medidas.

As mudanças trazidas na legislação federal e estadual, que são aliadas à diretriz da ampla compreensão das demandas dos pesquisadores, provocaram um movimento de adequação no modelo de atuação da FUNDEP. Assim, a FUNDEP está procurando se adaptar para atender a demandas específicas. Dentre estas, destaca-se a estruturação de uma “Unidade de Obras” que tem o objetivo de acompanhar, com rigoroso controle, a execução de obras laboratoriais, potencializando assim os resultados. O foco inicial são as obras realizadas nas estruturas da UFMG mas podendo atender, conforme demanda e disponibilidade, também outras ICTs, a partir de uma equipe composta por profissionais com competência específica e reconhecida.

Com a missão de ser um agente facilitador que busca o desenvolvimento de oportunidades e soluções, a FUNDEP adota a diretriz de constante evolução, pautada pela integração, austeridade e criatividade na gestão de projetos. Pretende seguir os próximos anos se adaptando e reinventando, na expectativa de transformações que a tornem mais sustentável e mais relevante para a UFMG.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas (IPEAD)

A IPEAD, entidade sem fins lucrativos, é credenciada pelo MEC e pelo MCT como fundação de apoio da UFMG, criada em 1948 por iniciativa de professores da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE/UFMG), com o apoio de instituições dos segmentos comercial, financeiro e industrial do Estado, a Fundação IPEAD possui reconhecimento nacional pelo desenvolvimento de metodologias que atendem aos mais rigorosos padrões científicos, além de produzir indicadores de acordo com critérios técnicos atualizados.

A Fundação IPEAD tem como principais finalidades: prestar apoio às atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da FACE/UFMG, efetuar pesquisas, estudos teóricos e aplicados, prestar serviços de consultoria e assessoria, ministrar treinamento especializado com o objetivo científico ou profissional, relacionados com as ciências econômicas, administrativas, contábeis, demográficas e afins.

A Fundação IPEAD vem atuando em cooperação com entidades nos âmbitos federal, estadual e municipal, e com instituições privadas tais como Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, BDMG, CREDIMINAS, CEMIG, COPASA-MG, Correios, BHTRANS, IBGE, Fundação João Pinheiro, Fundação Zoobotânica, Hospital das Clínicas e Odilon Behrens, Imprensa Oficial de MG, IPEA/Nações Unidas, ANVISA, ANS, Ministério do Trabalho, Plantar, Prefeituras de Belo Horizonte, São Paulo, Betim, Contagem, Jaboticatubas, Caeté, Itabirito, Ribeirão das Neves e Itabira, Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO, FAGV, CREDIMINAS, Sindicato das Concessionárias e Distribuidoras de Veículos de MG, Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Alçada, dentre outros.

Fundação Christiano Ottoni (FCO)

A FCO é uma pessoa jurídica de direito privado, entidade educacional de apoio à UFMG, em especial à Escola de Engenharia da UFMG, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de duração indeterminada, credenciada pelo MCTIC e MEC. Fundada em março de 1974 e com sede e foro em Belo Horizonte, está especialmente relacionada aos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos de processos e produtos, consultoria, laudos, perícias e pareceres, estudos e prospecção tecnológica, como também na oferta de cursos de Especialização e de curta duração, abertos para o público ou *in company* e de extensão, notadamente de prestação de serviços.

Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPE)

A FEPE é uma entidade sem fins lucrativos, credenciada pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, como fundação de apoio à UFMG, em especial à Escola de Veterinária da UFMG. A Fundação foi constituída em 1973 para prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Medicina Veterinária. A entidade realiza a gestão de projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional da Escola e de outras entidades públicas e privadas, bem como realiza a gestão do Hospital Veterinário e da Fazenda da UFMG. A Fundação também presta serviços à comunidade, mantém cooperação com outras instituições na área de sua competência, faz a captação de projetos junto à iniciativa privada ou agências financeiras oficiais, no Brasil e no exterior, prestação de serviços de consultoria e promoção de eventos.

Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade (FRMFA)

A FRMFA foi criada em 1970 com o objetivo de atuar em prol da preservação do patrimônio histórico da cidade de Tiradentes. Seus bens, dotados de valor histórico cultural e artístico, reúnem os seguintes imóveis em Tiradentes, que foram adquiridos pela Fundação, e nos anos de 1970 foram recuperados e restaurados, tendo em vista a sua preservação definitiva e a adaptação para novos usos:

- I. Centro de Estudos e Biblioteca Miguel Lins e sede da Fundação em Tiradentes, onde hoje funciona a Casa de Cultura.
- II. A antiga residência do inconfidente Padre Toledo, transformada no Museu Casa Padre Toledo.
- III. Antiga Casa da Câmara, hoje cedida para a Câmara Municipal de Tiradentes.
- IV. Antiga Casa da Cadeia, onde funcionou o Museu de Arte Sacra Tancredo Neves, atualmente cedida para o Instituto Cultural Flávio Gutierrez para a instalação do Museu de Sant'Ana.

Em 1997, uma nova fase se iniciou na trajetória da FRMFA em Tiradentes que, através de uma iniciativa de seus instituidores, transferiu para a UFMG a presidência do Conselho Curador da Fundação.

Em 2011, a UFMG criou o *Campus* Cultural UFMG em Tiradentes, ocupando os imóveis pertencentes à FRMFA, com o objetivo de desenvolver atividades na esfera de todas as manifestações da arte e da cultura, por meio de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de cooperação com instituições públicas e privadas de Tiradentes e de outras cidades da região. Integram o *Campus* Cultural: o Museu Casa Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro de Estudos sobre o Século XVIII, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos.

Recentemente, a FRMFA iniciou um processo de ampliação de seu escopo de atuação. Assim, além de manter seus objetivos iniciais, ela se prepara para passar a atuar como uma fundação destinada a apoiar as atividades da UFMG nas suas ações relacionadas à cultura.

OBJETIVO GERAL:

Incentivar, por meio das fundações de apoio, ao amparo da Lei, a ampliação das relações de parceria benéficas para os projetos institucionais.

6.4 Outras Estruturas de Apoio

A UFMG dispõe de um conjunto de Unidades e Centros Especiais que abrigam formação e atividades acadêmicas – o Hospital das Clínicas, o Hospital Risoleta Tolentino Neves, a Casa da Glória, o Hospital Veterinário, as quatro fazendas, uma situada em Igarapé, uma em Pedro Leopoldo e duas em Montes Claros, e o *Campus Cultural de Tiradentes*.

Deve-se ressaltar que a UFMG conta com inúmeras outras estruturas de apoio que são diretamente ligadas às Unidades Acadêmicas e que são abrigadas nas instalações das próprias Unidades, incluindo Órgãos Complementares, Laboratórios, Centros de Pesquisa, e outros. Essas estruturas não são aqui apresentadas em detalhe.

6.4.1 Hospital das Clínicas

O Hospital das Clínicas (HC) é um hospital de ensino³³, universitário, público, geral e integrado ao SUS. Tem como missão desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança, com ênfase na atenção especializada, na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento e tecnologia. Suas atividades norteiam-se por valores como ética, respeito, transparência, profissionalismo, equidade, humanização, responsabilidade socioambiental, patrimonial e econômica, produção de conhecimento e comprometimento com o ensino. O HC é um dos maiores prestadores de serviços de saúde de Minas Gerais e referência no tratamento de patologias de média e alta complexidade, atendendo a todas as especialidades e subespecialidades oferecidas no SUS.

Breve Histórico

A história do Hospital das Clínicas da UFMG se inicia em 1928, ano de fundação do Hospital São Vicente de Paulo, naquela época ainda pertencente à Sociedade São Vicente de Paulo. A partir de um acordo celebrado entre a Faculdade de Medicina da UFMG e o Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Belo Horizonte em 1931, o Hospital São Vicente de Paulo foi doado à Faculdade, constituindo-se como o núcleo do futuro Hospital das Clínicas.

Até então, a instituição de ensino utilizava como hospital-escola para formação de seus estudantes a Santa Casa de Belo Horizonte, o Instituto Raul Soares, o Hospital São Geraldo (hoje anexo do HC-UFMG), Hospitais de Pronto-Socorro e o Hospital Escola da Cruz Vermelha (atual Hospital Semper).

Essa doação, no entanto, foi condicionada à construção de um pavilhão destinado à assistência infantil. Foi então que a Fundação Rockefeller, em 1950, fundamentada no conceito de hospital universitário elaborado em 1890 nos Estados Unidos, o qual preconizava que as faculdades de Medicina deveriam manter seu próprio hospital de ensino, doou à Faculdade de Medicina da UFMG verba para construção do Pavilhão Alfredo Balena, que foi erguido ao lado do Hospital São Vicente de Paulo.

Cinco anos depois, o Hospital São Vicente de Paulo, o Hospital São Geraldo e o Instituto do Câncer e Radium, que já funcionavam como hospitais-escola da Faculdade de Medicina, passaram a se chamar Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina. Na mesma época, o Pavilhão Carlos

³³ Hospital de ensino certificado pelo MEC - Portaria Interministerial MEC/MS 1704 de 17 de agosto de 2004.

Chagas é ampliado e adaptado como sede da Clínica de Doenças Tropicais e da Biblioteca. Já na década seguinte, mais precisamente em 1962, o antigo prédio São Vicente de Paulo é demolido para a construção dos blocos, organizados em formato de cruz, que formam atualmente o prédio principal do Hospital das Clínicas. Em 1967 e 1969, respectivamente, o Hospital Borges da Costa e o Hospital Bias Fortes passaram a integrar o complexo hospitalar do HC-UFGM.

No início dos anos de 1970, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Fundação Kellogg financiaram a construção do primeiro CTI do Brasil no Hospital das Clínicas da UFMG, um marco no desenvolvimento da Instituição. Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro transplante de órgãos em Minas Gerais pela equipe do professor Aparício Silva de Assis no Hospital das Clínicas.

Em 1976, o Hospital das Clínicas se transformou em órgão independente da Faculdade de Medicina, adquirindo uma diretoria-geral escolhida pelo reitor e um regimento interno próprio. Isso possibilitou a criação do primeiro Plano Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG, marcado pela adoção do Modelo de Cuidado Progressivo ao Paciente. Esse modelo diferenciava o cuidado hospitalar em básico, intermediário e intensivo, conforme o perfil de necessidades do paciente. Dez anos depois, em 1986, o Hospital das Clínicas se torna Órgão Suplementar da UFMG, oficializando a sua desvinculação administrativa da Faculdade de Medicina.

A década de 2000 foi marcada pela revitalização do anexo Hospital Borges da Costa e a retomada de sua utilização, tendo como carro-chefe a Oncologia. Em 2004, o Hospital das Clínicas se transformou em Unidade Especial da UFMG. O antigo Pavilhão Carlos Chagas, que abrigou uma unidade dedicada à infectologia e à ginecologia e obstetrícia no passado, foi demolido em 2008, dando lugar ao anexo Instituto Jenny de Andrade Faria, em 2010, que se tornou um centro de referência na saúde do idoso e da mulher.

Configuração Atual

Hoje o Complexo do Hospital das Clínicas da UFMG possui uma área de 64 mil metros quadrados e é formado por um edifício principal, o Hospital São Vicente de Paulo, e oito prédios anexos para atendimento ambulatorial e ao ensino. Os seguintes cursos de Graduação desenvolvem atividades de ensino em suas instalações: Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gestão de Serviços de Saúde, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Tecnologia em Radiologia. Com a missão de desenvolver assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança, de forma indissociável e integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão, o Hospital das Clínicas da UFMG trabalha para ser reconhecido como um hospital universitário de excelência. Alguns números do HC-UFGM são mostrados na Tabela 34.

TABELA 34
HC-UFMG em números

Estudantes em atividades de ensino, por ano	2600
Residentes	620
Programas de residência médica	66
Programas de residência multiprofissional	3
Pesquisas desenvolvidas (entre 2000 e 2016)	2547
Novos projetos de pesquisa por ano	160
Número de leitos	mais de 500
Consultas (em 2017)	303.685
Exames (em 2017)	1.831.259
Internações (em 2017)	16.879
Cirurgias (em 2017)	21.028

Fonte: Catálogo Comemorativo do Hospital das Clínicas da UFMG: “90 Anos de Cuidado e Celebração da Vida”.

O HC-UFMG conta com alguns centros e núcleos que têm por finalidade ampliar o alcance de suas atividades, conforme descrito a seguir:

- I. *Centro de Pesquisas Clínicas (CPC)*: atua desde 2007 no desenvolvimento de pesquisas clínicas envolvendo a avaliação de novos fármacos, realização de ensaios de bioequivalência, formação de recursos humanos e na sistematização dos procedimentos da Pesquisa Clínica. Somente em 2018 o CPC já realizou 37 pesquisas clínicas, tendo ainda outras 80 em andamento e mais 13 sendo preparadas nas áreas de reumatologia, cardiologia, hematologia, infectologia, oftalmologia, neurologia, psiquiatria, ortopedia, oncologia, pneumologia, nefrologia e cirurgia cardiovascular.
- II. *Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS)*: inaugurado em 28 de fevereiro de 2011, sendo integrante da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde. Seu papel é oferecer ao gestor instrumentos técnicos para deliberar com base nas melhores evidências científicas disponíveis, sobre a incorporação ou manutenção de tecnologias em saúde. Além das demandas da Instituição o NATS mantém convênios com o Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Instituto Brasileiro para Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde.
- III. *Centro de Telessaúde (CTS)*: instituído em 2001, desenvolve ações de telessaúde, coordenando a Rede de Teleassistência de Minas Gerais constituída em 2005 a partir de uma parceria entre seis universidades públicas do estado: UFMG, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e está credenciado junto à FAPEMIG como uma das Redes de Pesquisa do Estado. O CTS atende atualmente 847 municípios. Sua finalidade tem sido principalmente prestar suporte assistencial e educacional para profissionais de saúde distantes dos centros universitários, por meio de centrais de teleconsultoria, telediagnóstico e telediagnóstico.

IV. *Centro de Extensão:* apoia mais de 150 ações de extensão das Unidades Acadêmicas ligadas à área da saúde, além de mais de 90 ações de extensão exclusivas do HC-UFMG.

No âmbito da assistência o HC é parte integral da Rede Metropolitana de Urgência e Emergência e assiste a todas as condições de urgências/emergências de natureza clínica e cirúrgica, não traumatológicas. É referência para atendimentos realizados em outros hospitais ou Unidades de Pronto Atendimento, em neurologia, neurocirurgia, cirurgia geral, cirurgia pediátrica, cardiologia, entre outros, atuando conforme pactuação junto à rede municipal de saúde. É referência em transplantes, tratamentos oncológicos e quimioterapia, maternidade e unidade neonatal de alto risco, implante de dispositivos cardíacos (marca-passos, cardiodesfibriladores implantáveis (CDI) e ressincronizadores cardíacos), cirurgia cardíaca, reprodução humana assistida, doenças raras, cuidado ao idoso frágil etc. O Hospital São Geraldo abriga as especialidades de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia. O Ambulatório São Vicente atende às diversas especialidades pediátricas. O Instituto Jenny de Andrade Faria abriga os serviços de Assistência à Saúde do Idoso e da Mulher, além dos ambulatórios do Instituto Alfa de Gastroenterologia. O Ambulatório Bias Fortes presta atendimento multidisciplinar a cerca de 150 mil pessoas por ano, em diversas áreas, buscando sempre a integralidade do cuidado particularmente para pacientes adultos.

Trabalham no complexo hospitalar 1172 servidores públicos vinculados à UFMG, 1700 empregados públicos contratados pela EBSERH, 1000 terceirizados legais e 400 docentes da UFMG. O HC possui 504 leitos (90 dos quais de terapia intensiva) e 344 consultórios. Mensalmente são realizadas 1.500 Internações, 4500 atendimentos de urgências e emergências; 36.000 consultas ambulatoriais, 160.000 exames Laboratoriais, 1600 Cirurgias, 200 partos. Pesquisa de satisfação realizada com usuários em 2017 apontou 97% de usuários satisfeitos ou muito satisfeitos com os cuidados recebidos. O HC é atualmente gerido administrativamente pela EBSERH, estatal vinculada ao Ministério da Educação. A gestão pela EBSERH é resultado de contrato assinado entre a UFMG e aquela empresa em dezembro de 2012.

A Carta de Serviços ao Cidadão, proposta no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por objetivo informar aos usuários os serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Público Federal, e está disponível em <http://www.ebsrh.gov.br/web/hc-ufmg/carta-de-servicos>.

Residência Médica e Multiprofissional

É destacadamente importante, como atividade desenvolvida no Hospital das Clínicas, a residência médica, com início e formalização institucional entre 1959 a 1971, e a residência multiprofissional, com início em 2009, como modalidade de ensino caracterizada por treinamento em serviço, sujeita às normas estabelecidas pela Comissão Nacional da Residência Médica, vinculado ao Ministério da Educação. São desenvolvidos, no Hospital das Clínicas, 66 Programas de Residência Médica e três de Residência Multiprofissional (ver Tabelas 56 a 59 no Anexo VII). O corpo docente da UFMG exerce importante papel tanto na função de coordenação quanto na de preceptor na de atividades rotineiras de residentes. Nesse momento são conduzidos estudos visando à vinculação desses programas à PRPG bem como para o reconhecimento dos correspondentes encargos didáticos dos docentes envolvidos nesta atividade.

6.4.2 Hospital Risoleta Tolentino Neves

Localizado no eixo norte de Belo Horizonte, o Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN) situa-se no extremo oposto à região de localização do Hospital das Clínicas (HC) tendo 1.100.000 pessoas como população de abrangência. Atua como a principal referência hospitalar regional, constituindo-se como estação de cuidado que possui base territorial definida e caracterizada pela existência de grande vulnerabilidade econômico-social com significativa repercussão na qualidade de vida e de saúde.

Mediante Convênio firmado, em 2006, entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES), a UFMG, a FUNDEP e a FHEMIG, essa Universidade assumiu a gestão do HRTN. Essa iniciativa possibilitou à UFMG inserir-se no eixo Norte de BH e Região Metropolitana, desenvolvendo papel assistencial fundamental de maneira associada às atividades de ensino e produção de conhecimento, constituindo um novo pólo educacional na área da saúde de maneira complementar ao realizado no HC e pautado num modelo de gestão que prioriza a educação permanente e une a produção do conhecimento ao SUS.

Vários foram os instrumentos jurídicos celebrados para a renovação dessa importante parceria com o gestor estadual da saúde e, a partir de janeiro de 2012, o HRTN foi descentralizado para a gestão municipal. A partir de então foram estabelecidos com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA) contratos de prestação e expansão de serviços e melhoria da qualidade de atendimento de saúde, em caráter hospitalar, ambulatorial, de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do SUS e de forma integrada à rede, visando a garantia da atenção integral à clientela atendida.

Além disso, por meio Nota Técnica nº 38 de agosto de 2013 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a FUNDEP recebeu a permissão para uso gratuito do imóvel onde funciona o HRTN pelo período de 20 anos, fortalecendo a cooperação entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Universidade.

O atual modelo institucional do HRTN é resultado de amplo e contínuo processo de discussão e negociação junto às instâncias do SUS pelo reconhecimento das principais demandas de saúde existentes nas regiões Norte, Pampulha e Venda Nova e no Eixo Norte da Região Metropolitana, que engloba principalmente Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Confins, Esmeraldas, Jaboticatubas, Contagem e São José da Lapa.

Após esse processo, o HRTN foi definido como uma instituição 100% inserida no sistema de urgência e emergência, responsável pela assistência aos pacientes de urgência clínica e cirúrgica, traumatológica e não traumatológica e às parturientes de médio e alto risco através das Linhas de Cuidado Clínico, Cirúrgico, Materno Infantil e Intensivo de maneira articulada à rede, desenvolvendo concomitantemente as atividades de ensino em saúde. Tal atuação assegura uma integração estratégica da UFMG que alia excelência técnica e relevância social.

6.4.3 Instituto Casa da Glória

O Instituto Casa da Glória é um Órgão Complementar do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG. Idealizado, em 1969, como um centro de pesquisa em Geologia por um grupo de pesquisadores alemães, funcionou durante 10 anos como Instituto Eschwege. Incorporado à UFMG em março de 1979, através da Resolução nº 05/79, de 23 de março de 1979, do Conselho Universitário, vem ministrando cursos na área de geologia de campo e mapeamento geológico para estudantes das escolas de geologia do Brasil, passando a funcionar nas dependências da Casa da Glória, adquirida

para essa finalidade pelo MEC. O Instituto Casa da Glória hoje apoia a realização de projetos de pesquisa, cursos de Graduação, Pós-Graduação e extensão em Geociências, além de atividades e eventos artísticos, culturais e de outras áreas de conhecimento da UFMG e outras instituições.

No que diz respeito ao apoio ao ensino, destaca-se o apoio a atividades de campo de diversos cursos. O trabalho de campo propicia a inserção no sítio de estudo, permitindo a compreensão da amplitude, da diversidade e da complexidade do ambiente e da multiplicidade de variáveis que o integram. É essencial para a prática de desenvolvimento da linguagem visual, apreciação de formas e estética, raciocínio e representação espacial, raciocínios de causalidade e a narrativa envolvida nos discursos históricos das Geociências.

O IGC abriga quatro cursos de Graduação (Geologia, Geografia e Turismo) e três programas de Pós-Graduação (Geologia, Geografia e Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais), além de oferecer disciplinas, pertinentes ao campo de estudo das Geociências, para diversos outros cursos da UFMG: Ciências Biológicas, Química, Arquitetura e Urbanismo, Aquacultura, Ciências Sociais, Ciências Sócio-Ambientais, e engenharias Civil, Ambiental, de Minas e Metalúrgica. Praticamente todos esses cursos preveem elevada carga horária de campo, que é desenvolvida em parte com base no Instituto Casa da Glória. A localização da casa da Glória possibilita o fácil acesso de estudantes e pesquisadores a uma área geológica e fisiograficamente diversificada, caracterizada por extensas exposições rochosas e por complexos problemas ambientais e sociais. Às potencialidades didáticas da área alia-se uma infra-estrutura dimensionada para dar suporte às atividades de campo e de laboratório das Geociências.

O apoio às atividades de ensino pelo Instituto Casa da Glória não se restringe aos cursos da própria UFMG. O Instituto é reconhecido nacionalmente pelo importante papel que cumpre na formação do geólogo e na geração do conhecimento geológico de uma das mais destacadas áreas do território brasileiro, a Serra do Espinhaço, uma cordilheira que se estende por cerca de 1.200 km, na direção norte-sul, a partir da porção central de Minas Gerais até o norte da Bahia. Com quase 50 anos de história, o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege) é o mais tradicional centro de ensino e treinamento em mapeamento geológico do Brasil. Os estágios, ministrados a todas as universidades formadoras de geólogos do Brasil, são tidos como um marco na formação de quase todos os profissionais graduados no país.

No Instituto, funciona a Biblioteca Professor Reinhardt Pflug, importante repositório de documentos relacionados à região do Vale do Jequitinhonha e às Geociências em geral. Essa biblioteca abriga razoável acervo de publicações, mapas e fotos aéreas da região do Rio Jequitinhonha, em diferentes épocas e escalas de resolução. Nesse conjunto, destacam-se aquelas em escala de, aproximadamente, 1:25.000 – serviços Cruzeiro do Sul, datados das décadas de 1950 e 1960, e DNPM/CPRM, de 1979 – e de 1:60.000 – serviço USAF, da década de 1960 –, além de faixas localizadas em escala de 1:40.000. O acervo de mapas é estimado em, aproximadamente, 750 documentos cartográficos.

Nesse total, incluem-se mapas topográficos das principais folhas 1:100.000 constituintes da região e ampliações 1:250.000 das áreas correspondentes às folhas de Diamantina e Presidente Kubitschek, assim como mapas geológicos em diferentes escalas e nos níveis local, regional ou nacional. Dada a importância dessas obras para as atividades de pesquisa dos geocientistas, a Biblioteca Professor Reinhardt Pflug tem sido utilizada, esporadicamente, por órgãos de desenvolvimento local e regional e por órgãos judiciais com vistas ao esclarecimento de litígios que envolvem pedidos de pesquisa ou de localização de limites de áreas.

6.4.4 Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário é Órgão Complementar da Escola de Veterinária da UFMG em que se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão dessa Unidade Acadêmica. Dispõe de instalações próprias, anexas à Escola de Veterinária e comuns ao Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinárias, localizadas no *Campus Pampulha* da UFMG. É composto pelos setores de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Patologia, Reprodução e Divisão de Enfermagem. O estabelecimento realiza 35.000 atendimentos por ano, e os procedimentos abrangem consultas, cirurgias, exames de imagem e laboratoriais. O Hospital Veterinário desenvolve intensa rotina de atendimento à comunidade, abrangendo pequenos, médios e grandes animais. A maior casuística é de cães e gatos, seguidos de equinos, pequenos ruminantes e bovinos. Além destes, ressalta-se também o atendimento de animais silvestres e exóticos.

O Hospital constitui ainda o principal laboratório de ensino para os estudantes de Graduação pois provê infraestrutura para a oferta de atividades práticas de 27 disciplinas do curso de Graduação em medicina veterinária e do PPG em Ciência Animal, bem como, desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, inclusive com intensa prestação de serviços à comunidade.

Além disso, oferece apoio aos programas de educação continuada e de aprimoramento discente, através de cursos de atualização e de aperfeiçoamento, garante a ministração do ensino médico da Medicina Veterinária e a realização da Especialização em Residência Médico-Veterinária e apoia programas de desenvolvimento institucional.

6.4.5 Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo

A Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, com área de 416 ha, está situada a pequena distância de Belo Horizonte. Desde 1993, têm sido firmado convênios com o Ministério da Agricultura Abastecimento e Pecuária para que seja utilizada, inicialmente pela Escola de Veterinária da UFMG. Mais recentemente, outras Unidades Acadêmicas passaram a instalar projetos na Fazenda, que passou a constituir importante alternativa para a localização de experimentos que requerem a ocupação de áreas para sua realização. Atualmente, essa fazenda encontra-se em fase final de regularização fundiária, devendo sua posse ser transferida para a UFMG em caráter definitivo.

A Fazenda Modelo tem capacidade física para alojar até 70 estudantes e infra-estrutura para hospedagem e alimentação da Comunidade Acadêmica da UFMG. Nessa Fazenda, podem ser desenvolvidas pesquisas aplicadas, assim como estágios e cursos de extensão.

As instalações da Fazenda especificamente adaptadas para a Escola de Veterinária incluem estrutura para aulas práticas de Clínica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva, Tecnologia de Alimentos, Fisiopatologia da Reprodução e Zootecnia.

A Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo também sedia o Laboratório de Geotecnologias e Geomateriais (LGG) da Escola de Engenharia, cuja finalidade está voltada para o ensino e a pesquisa do aproveitamento de resíduos e rejeitos da mineração de forma sustentável. Os resíduos de mineração são em geral materiais heterogêneos que consistem em minério, solos, minerais, rochas, sedimentos, rejeitos de processamento mineral, produtos químicos de processamento e fluidos e são indesejáveis e não têm valor econômico. Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos neste laboratório visam oferecer uma alternativa viável e mecanismos de geração de valor através da recuperação e aproveitamento de recursos no seu ciclo técnico e econômico, com base em três princípios fundamentais: a) preservação

e aumento do controle e do equilíbrio dos recursos não renováveis; b) otimização da produção de recursos através da circulação (reciclagem, remanufatura, reuso) de produtos, coprodutos e rejeitos, fazendo com que continuem circulando e contribuindo para a economia; c) fomento à eficácia do sistema através da revelação e exclusão das externalidades negativas tais como disposição de rejeitos e utilização da água.

Mais recentemente, a Escola de Arquitetura também passou a utilizar a Fazenda Modelo, onde mantém canteiro experimental de obras. Espera-se que, nos próximos anos, a utilização dos espaços da Fazenda Modelo seja intensificada, com a presença de um maior número de áreas do conhecimento fazendo uso das instalações.

6.4.6 Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa

Situada a menos de 50 km de Belo Horizonte, no município de Igarapé, a Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa (FEPHB), com uma área de 246 ha, é Órgão Complementar da Escola de Veterinária. Foi adquirida pela UFMG em 1963 e tem objetivo de dar suporte ao ensino da Graduação e Pós-Graduação e às atividades de pesquisa e de extensão, especialmente em bovinocultura de leite, avicultura de postura e de corte, forragicultura (produção de forrageiras), equinocultura, cunicultura (criação de coelhos), ovinocultura/caprinocultura e suinocultura.

Possui infra-estrutura para hospedagem e alimentação da Comunidade Acadêmica e dos funcionários dos diversos setores da UFMG. Nessa fazenda, não só se realizam pesquisas aplicadas, aulas práticas, estágios e cursos de extensão, como também são ministradas aulas práticas de Clínica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva, Tecnologia de Alimentos, Fisiopatologia da Reprodução e zootecnia.

Cabe à FEPHB dar suporte às atividades regulares de ensino; criar condições e promover estágios, cursos e atividades de qualificação e requalificação para estudantes, profissionais, criadores e outros interessados da comunidade. Ela deve, ainda, servir de base para a produção e conservação de conhecimento e transferência de tecnologia.

A FEPHB tem infraestrutura e pessoal qualificado para realização de projetos de pesquisa, nas áreas de produção e sanidade animal, e para diversas aulas práticas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia. Na experimentação animal, a Fazenda possui envolvimento em diversos projetos nas áreas de bovinocultura de leite, reprodução de bovinos e suínos, nutrição de suínos, bovinos, aves de corte e postura, codornas, coelhos, desenvolvimento e avaliação de vacinas, laticínios, saneamento, produção de forrageiras, sanidade animal e formação de pastagens. Para atender à alimentação dos animais da fazenda, dos animais da Fazenda Modelo em Pedro Leopoldo e também de animais do Hospital Veterinário e da Escola de Veterinária, a Fazenda possui uma fábrica de ração com três silos externos com capacidade para 70 toneladas cada, um misturador de capacidade de 500 kg e produção mensal de 100 toneladas de ração.

O rebanho leiteiro da fazenda é constituído de 75 vacas em lactação, com produção diária de 1500L/dia. A ordenha é realizada utilizando ordenha mecânica de circuito fechado, acoplado a três tanques de resfriamento ou de expansão com capacidade total para 5.500 litros. Na área de avicultura a fazenda possui 9.100 aves em postura (capacidade de 14000 aves), com produção diária de 20 caixas de ovos (7.200 ovos), além de possuir três galpões experimentais para frangos de corte com 60 boxes cada. O setor de cunicultura possui quatro galpões com plantel atual de 1000 coelhos para experimentação e produção de carne. A suinocultura é caracterizada como de ciclo completo com 40

matrizes (718 animais no total) e terminação de 70 animais por mês. A fazenda conta ainda com 26 equinos destinados principalmente para aulas de reprodução animal. Possui ainda o novo Setor Experimental de Bovinocultura de Corte.

A Unidade é utilizada no atendimento a atividades discentes e de pesquisa, entretanto tem também como objetivo reforçar e incrementar as atividades de extensão universitária junto à comunidade vizinha.

6.4.7 Fazenda Experimental Professor Hamilton de Abreu Navarro

A Fazenda Experimental Professor Hamilton de Abreu Navarro (FEHAN) é Órgão Complementar do Instituto de Ciências Agrárias (ICA), composta por área física de 232 hectares. Localizada no *Campus Regional Montes Claros*, a FEHAN tem como finalidades: apoiar e colaborar, prioritariamente, com a comunidade do ICA no ensino, na pesquisa e na extensão; apoiar outras Unidades e Departamentos da UFMG, por meio de instrumentos específicos, em suas atividades didático-científicas e no desenvolvimento institucional e possibilitar a realização de cursos, estágios, seminários, visitas técnicas e dias de campo.

A FEHAN possui 130 (cento e trinta) ha de pastagem; 11 (onze) ha de plantio de sorgo em sequeiro; 8 (oito) ha de plantio de milho irrigado; 02 (dois) ha de cana-de-açúcar e capineira; 2,0 (dois) ha de fruticultura; 2,5 (dois e meio) ha de horta orgânica; 46 (quarenta e seis) ha de reserva florestal e reflorestamento; 96 (noventa e seis) bovinos de leite da raça holandesa, mantidos em sistema de semiconfinamento, com 35 (trinta e cinco) animais em lactação; 48 (quarenta e oito) bovinos de corte da raça nelore mantidos a pasto; setor de suinocultura com 200 (duzentos) animais de cria, recria e engorda; setor de avicultura, com 300 (trezentas) aves de postura; 28 (vinte e oito) equinos Mangalarga Marchador; 47 (quarenta e sete) ovinos e caprinos, mantidos sob confinamento em 01 (um) capril e em piquetes.

A FEHAN possuiu funcionários e técnicos capacitados para o adequado desenvolvimento de suas atividades e dedicados a dar o apoio necessário nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

6.4.8 Fazenda Pequi-Porteirinha

Recentemente, em 2016, foi incorporada ao patrimônio da UFMG em Montes Claros a Fazenda Pequi-Porteirinha, com 108 hectares. A Fazenda foi doada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia do Norte de Minas. Os princípios metodológicos do Centro estão vinculados às ações produtivas em sintonia com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Fazenda possui áreas de pastagens e de reserva natural, incluindo área localizado junto à Serra dos Montes Claros, conhecida também como Serra do Mel ou Serra Sapucaia.

6.4.9 Campus Cultural de Tiradentes

O *Campus Cultural UFMG* em Tiradentes tem como objetivo desenvolver atividades na esfera de todas as manifestações da arte e da cultura, por meio de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de cooperação com instituições públicas e privadas de Tiradentes e de outras cidades da região. Integram o *Campus Cultural*: o Museu Casa Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro

de Estudos sobre o Século XVIII, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos.

O *Campus* Cultural da UFMG em Tiradentes foi criado em 2011, a partir de um Termo de Cooperação entre a UFMG e a FRMFA, que é vinculada à Universidade desde 1997. A Fundação foi instituída em 29 de maio de 1970, por iniciativa da Sra. Maria do Carmo Mello Franco Nabuco, que atendia um apelo do então Governador do estado de Minas Gerais, Dr. Israel Pinheiro, no sentido de criar uma entidade capaz de colaborar com os poderes públicos na preservação e recuperação do centro histórico de Tiradentes, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1938. O nome escolhido para a entidade é uma homenagem a Rodrigo Mello Franco de Andrade, Presidente do SPHAN/IPHAN desde sua criação, em 1937, até 1968, quando se aposentou. Seu patrimônio é constituído por quatro imóveis de grande valor artístico e cultural localizados no centro histórico de Tiradentes.

Desde que assumiu o controle da FRMFA, a UFMG passou a tomar providências com o intuito de recuperar os imóveis e dar-lhes uma destinação adequada. A proposta de implantação do *Campus* Cultural UFMG em Tiradentes, com o objetivo de tornar permanente e orgânica a atuação da Universidade na cidade, constitui o principal marco nessa trajetória.

Os cuidados iniciais da Universidade voltaram-se para a conservação dos imóveis pertencentes à Fundação. Importantes iniciativas foram tomadas, como a restauração arquitetônica e dos elementos artísticos do Museu Casa Padre Toledo, bem como a implantação da nova proposta expográfica. O Museu foi reinaugurado em 2012. Além disso, foi celebrada a parceria com o Instituto Flávio Gutierrez com o intuito de implantar o Museu de Sant’Ana, inaugurado em 2014, no prédio da antiga cadeia. Foi criado, também, o projeto de instalação do Centro de Estudos Culturais e da Biblioteca do *Campus* Cultural no Sobrado Quatro Cantos, assim como o projeto de transformação do imóvel onde se localiza a sede da Fundação em uma Casa de Cultura. Atualmente, o *Campus* Cultural é órgão vinculado à DAC da UFMG.

6.4.10 Museus, Patrimônio e Acervo

Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura

A Rede de Museus da UFMG, ligada à PROEX, reúne museus, centros de memória, acervos, centros de referência e outros espaços destinados a incentivar a produção e a divulgação do conhecimento científico da Universidade ao público. O trabalho da Rede também contribui para uniformizar a correta catalogação e preservação do patrimônio material e imaterial que fundamenta a trajetória institucional e da história das ciências e das artes em geral. Todos os espaços são abertos à visitação do público.

Acervo Curt Lange

Integrado em 1995 à UFMG, o acervo Curt Lange constitui-se em um centro de documentação ímpar para a pesquisa em música latino americana. Fruto da intensa e variada atividade do musicólogo Francisco Curt Lange (Eilenburg, 1903 - Montevideo, 1997), o acervo encerra, além de pequenas coleções, um material arquivístico de primeira mão, registrando o cotidiano da vida musical latino-americana entre 1928 e 1996. Localiza-se no quarto andar da Biblioteca Universitária.

Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo dos Escritores Mineiros

Espaço permanente de exposição e pesquisa, o centro de Estudos Literários e Culturais – Acervo de Escritores Mineiros abriga acervos e coleções de livros, documentos e objetos de escritores, artistas e personagens de destaque na história literária e cultural de Minas Gerais e do Brasil. Em suas salas – concebidas a partir de perspectiva museográfica e cenográfica que recria o ambiente de trabalho dos escritores – encontram-se exemplares raros e autografados de obras do modernismo brasileiro, manuscritos de textos publicados e inéditos, periódicos, fotografias, obras de arte, cartas, mobiliário e objetos pessoais. Tem o objetivo de resgatar, preservar e reelaborar o patrimônio literário e cultural – esforço contínuo de gerações de pesquisadores na busca por novas possibilidades de reflexão e construção de conhecimento. Localizado no 3º andar da Biblioteca Universitária, no *Campus Pampulha* da UFMG, possui sistemas de iluminação, ventilação e segurança apropriados que, junto com o trabalho de bibliotecários e técnicos especializados, garantem a boa conservação e o manuseio correto do material. Conta também com sala de reuniões e infra-estrutura operacional para pesquisadores. Presta atendimento a visitantes, órgãos oficiais, culturais e de imprensa, permitindo consulta no local, com acesso ao banco de dados da UFMG

Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer

Criado em 2001, o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), sediado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, constitui-se como um centro de documentação e de investigação que salvaguarda, organiza e preserva um acervo formado por uma diversidade de materiais relativos à memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, que assume características de biblioteca, museu e arquivo. O principal objetivo é recuperar, preservar e divulgar documentos relativos à história do Curso de Educação Física dessa Escola. Possui uma Linha de Acervo formada por Arquivos Institucionais, Arquivos Pessoais de Professores, Arquivo CEMEF/UFMG, Coleção História Oral, Coleção de Documentos Avulsos e Biblioteca. O CEMEF desenvolve ações de extensão, pesquisa, ensino e formação docente. Além disso, organiza e realiza atividades efetivas de produção e divulgação de conhecimentos concernentes à História da Educação do Corpo; à História da Educação Física Escolar e à História dos Esportes e das Práticas Corporais; e promove seminários, exposições, visitas guiadas e ações educativas.

Centro da Memória da Engenharia

A Associação dos Ex-Estudantes da Escola de Engenharia da UFMG criou o Centro da Memória da Engenharia em 1993, constituído pelo Museu Prof. Hugo Luiz Sepúlveda e pela Biblioteca Prof. Olavo Aurélio de Lacerda Pires e Albuquerque. As suas instalações situam-se no prédio da Rua da Bahia, 52, centro de Belo Horizonte, em edifício construído em 1920-1921, até então utilizado pela Escola de Engenharia. O acervo do Museu e da Biblioteca é muito extenso, cobrindo diversas áreas da Engenharia. Esse projeto visa valorizar a história da engenharia e da Escola, com o desenvolvimento de uma exposição permanente para torná-lo ativo e aberto ao público, além de ações educativas como oficinas, palestras, teatro e visitas guiadas.

Centro de Memória da Enfermagem

O Centro de Memória da Enfermagem (CEMENF) foi criado em 2006 e está localizado Escola de Enfermagem. Seu acervo é composto por documentação escrita e oral, iconografia, equipamentos e instrumentos do trabalho da enfermagem. Além de preservar e conservar suportes da memória

institucional da Escola de Enfermagem, o espaço conta com uma exposição permanente sobre a história da Escola e da Enfermagem e com dois laboratórios: o Laboratório da História da Enfermagem e o Laboratório da História e Educação em Saúde (LHES). Os laboratórios desenvolvem atividades que integram ensino, pesquisa e extensão sobre história e educação em Saúde, dedicando-se à produção de materiais didáticos e ao desenvolvimento de novas metodologias para ações educativas diversas.

Centro de Memória da Faculdade de Letras

O Centro de Memória da FALE foi inaugurado no dia 25 de abril de 2014 para responder à necessidade por um espaço de conservação e exposição de documentos, publicações acadêmicas e literárias e objetos que contam a história da faculdade. Diversas circunstâncias sustentaram a criação do Centro de Memória: a comemoração, em 2011, dos 70 anos do curso de Letras, o marco produtivo de duas mil teses e dissertações, em 2013, a inauguração da galeria dos Diretores da FALE, em 2014, a retomada das cerimônias de formatura, a criação de um espaço na biblioteca da Unidade para abrigar o acervo pessoal de duas importantes figuras históricas do curso de Letras da UFMG – os professores José Lourenço de Oliveira e Rubens Costa Romanelli. O Centro de Memória é local de exposições permanentes e itinerantes, de conversa com escritores e artistas das Letras, de encontro da Comunidade Acadêmica e a Memória da FALE, de visitação de calouros em descoberta da tradição do curso.

Centro de Memória da Farmácia

O Centro de Memória da Farmácia (CEMEFAR), inaugurado em 2011 na Escola de Farmácia, tem como objetivo resgatar, preservar e difundir aspectos históricos da Faculdade de Farmácia da UFMG (FAFAR/UFMG) e da profissão farmacêutica. Para isso, busca resgatar, preservar e divulgar a história do ofício farmacêutico e da FAFAR/UFMG por meio da salvaguarda de equipamentos, utensílios, documentos, fotografias e material bibliográfico que fazem parte da sua trajetória. A realização de exposições, as atividades de pesquisa e o desenvolvimento de ações educativas são suas principais linhas de trabalho para o alcance de seus objetivos. Norteados por princípios interdisciplinares, o CEMEFAR incentiva e proporciona a realização de estudos e pesquisas, oferecendo um ambiente propício também às atividades de ensino e de extensão.

Centro de Memória da Medicina

O espaço do Centro de Memória da Medicina guarda, cuida e agrupa itens ligados à memória institucional da Faculdade de Medicina e da arte médica em geral desde 1977. Seu acervo é basicamente oriundo de doações de ex-estudantes e ex-professores da Instituição: equipamentos médico-hospitalares, instrumental cirúrgico de diversas especialidades médicas, telas, arquivos, fotografias, filmes, móveis, imagens, vidraria laboratorial, quadros de formatura e biblioteca médica de cerca de 1.200 títulos sobre diversas áreas da Saúde. Localizado dentro das dependências da Faculdade de Medicina, o Cememor, abriga aspectos da vida acadêmica de estudantes notáveis como JK, Guimarães Rosa, Ivo Pitanguy, Pedro Nava e parte da memória da fundação do Ensino Médico em Minas Gerais, teses e coleções.

Centro de Memória da Odontologia

O Centro de memória da Odontologia foi criado em 2007, como parte das comemorações do centenário da Faculdade de Odontologia da UFMG. Situado nesta Faculdade, constitui-se como um laboratório de pesquisa histórica e um espaço de organização arquivística de acervos documentais

sobre a Odontologia em Minas Gerais, além de espaço museológico e lugar de memória das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Faculdade de Odontologia da UFMG.

Centro de Memória da Veterinária

O Centro de Memória da Veterinária, fundado em 2006 na Escola de Veterinária, constitui-se um espaço de estudo e de pesquisa, de monumentalização da memória e de comemoração de eventos. A Escola de Veterinária da UFMG, atenta à produção acadêmica na integridade do que significa uma instituição universitária – ensino, pesquisa e extensão em atividade integradora – se capacita para a produção da memória da ciência veterinária e, de forma pioneira, organiza fontes para a pesquisa sobre a história da Medicina Veterinária. O Centro tem promovido exposições temporárias na Escola de Veterinária e seu Arquivo Histórico conta com acervo documental iconográfico, impresso, manuscrito e de equipamentos técnicos usados no exercício profissional e no ensino, pesquisa e extensão da EV-UFMG.

Centro de Referência da Música de Minas – Museu Clube da Esquina

O Centro de Referência da Música de Minas – Museu Clube da Esquina, coordenado pela FAFICH foi criado a partir de uma parceria entre a UFMG e a Associação dos Amigos do Museu do Clube da Esquina, com o intuito de tratar e difundir um rico acervo constituído de recursos audiovisuais registrados em diversos suportes, materiais publicitários de natureza diversa, recortes de jornal e itens doados por grupos e artistas identificados com o chamado “Clube da Esquina”. Como desdobramento da parceria original, a referência ao Clube da Esquina abriu espaço para a pesquisa da música mineira em todas as suas manifestações, buscando incluir três eixos (popular-folclórico-erudito) em uma espiral histórica para identificar os traços estilísticos do que pode ser identificado como a “Música de Minas”. Atualmente, a equipe envolvida no projeto dedica-se a ações de tratamento e pesquisa do acervo, elaboração de ações educativas e montagem de uma exposição itinerante, que pretende envolver o público em uma atmosfera emocional de experimentação do caráter híbrido da “Música de Minas”. Parte do acervo está disponível para consulta pela Internet, por meio do Portal do Museu do Clube da Esquina.

Coordenadoria de Acervos Artísticos

Em seus mais de 90 anos de existência, a UFMG reuniu um patrimônio artístico numeroso, com aproximadamente 1.500 obras (objetos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografias e obras bibliográficas raras). Parte do acervo encontra-se acondicionada em uma reserva técnica no 4º andar da Biblioteca Central e as demais obras estão distribuídas pelas Unidades da UFMG no *Campus Pampulha*, *Campus Saúde* e Unidades do Centro de Belo Horizonte, como também em outras cidades como Tiradentes e Diamantina. O trabalho de gestão do Acervo Artístico da UFMG, iniciado pela DAC em 2015, visa à continuidade das ações de preservação, pesquisa e publicização do patrimônio para o público interno e externo.

O Acervo Artístico da UFMG apresenta um papel potencial para o desenvolvimento de projetos de ensino e pesquisa nos âmbitos da crítica de arte, estudos de coleção, história e teoria de arte, museologia, conservação e restauro e educação. Em conformidade com as normas e as melhores práticas museológicas, sua gestão pretende criar condições para que, tanto do ponto de vista das obras em si quanto da formação e da preservação de suas coleções, esse rico acervo se torne um laboratório capaz de contribuir, com a concorrência de várias disciplinas, para a inovação e a excelência de

projetos acadêmicos desenvolvidos em diferentes campos do conhecimento. Por ser um acervo artístico de qualidade, atende aos pressupostos que regem a extensão universitária, para ser apropriado pelos públicos externos à universidade, funcionando como uma antena que faz conexões com a comunidade, tanto quanto com outros acervos existentes em instituições brasileiras e estrangeiras. Exposições, publicações e projetos educativos asseguram sua abrangência a públicos diversificados, ampliando significativamente sua ressonância na sociedade.

Algumas coleções que compõem o Acervo Artístico da UFMG podem ser destacadas, como a Coleção Amigas da Cultura, formada principalmente por obras de artistas que atuaram em Belo Horizonte nos anos de 1960 e de 1970, e a Coleção Brasiliiana, doada à Universidade por Assis Chateaubriand, composta por obras de arte, livros e documentos de valor artístico e histórico. Outras obras dignas de nota são as do acervo artístico da FRMFA, constituído por manuscritos, desenhos, poemas, aquarelas, pinturas, esculturas dos séculos XVIII, XIX e XX, com peças de Friedrich Hagedorn, Henri Nicolas Vinet e a pintura anônima - Nossa Senhora dos Índios – do século XVI.

Espaço Memória do Cinema

O Espaço Memória do Cinema é um laboratório multimídia ligado ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da Escola de Belas Artes da UFMG. Possui um acervo com mais de 2800 itens catalogados (produções audiovisuais em diversos suportes) e equipamentos multiplataforma que permitem a transposição de conteúdos para diferentes mídias. Dedica-se, também, a documentar e pesquisar a memória audiovisual da Escola de Belas Artes.

Além disso, realiza mostras de cinema, guarda e conserva equipamentos representativos da trajetória do audiovisual. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre a história da animação em Minas Gerais e outras temáticas.

Espaço do Conhecimento

Fruto de uma parceria entre o governo do Estado de Minas Gerais e a UFMG, o Espaço do Conhecimento UFMG é um lugar de divulgação científica e cultural, instalado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Ampliando as atividades de pesquisa, ensino e extensão da Universidade para fora do *Campus*, produz conhecimento nas áreas da educação, ciência e cultura, desenvolvimento exposições criativas geradoras de reflexão crítica a um público amplo e diverso.

Instalado em um edifício de cinco andares que se assemelha a um grande cubo de vidro, o Espaço do Conhecimento tem como objetivo envolver a população, a cidade e o conhecimento. É um museu dinâmico, local de formação e experimentação de novos meios de difusão de conhecimentos produzidos na Universidade e que faz uso de recursos tecnológicos e audiovisuais de forma interativa para mostrar o universo do conhecimento científico.

Um dos destaques é o Terraço Astronômico, onde os visitantes podem observar o céu, com o auxílio de equipamentos especializados e a orientação de profissionais de astronomia. Localizado no quinto andar, o terraço divide espaço com outra atração: o Planetário. Equipamento de última geração, consiste em uma estrutura semiesférica com um sistema de projeção digital que possibilita ao público uma visão de trezentos e sessenta graus. Dessa forma, tem-se uma experiência de imersão. Diariamente, são realizadas sessões com produções audiovisuais e, semanalmente, projeções astronômicas comentadas.

Destaque também para as exposições temáticas do Espaço do Conhecimento. “Demasiado Humano”, atual exposição permanente, trata da história do ser humano no Planeta, e do surgimento

das civilizações e culturas. A exposição propõe reflexões sobre meio-ambiente e sustentabilidade. Exposições temporárias sobre os mais diversos temas e curadorias também integram a programação, juntamente com debates, cursos e oficinas.

Do lado externo, voltada para a Praça da Liberdade, a fachada frontal do prédio é revestida por um material vítreo especial, que a transforma em uma grande tela de projeção, preparada para transportar os conteúdos científicos e culturais expostos em seu interior para o exterior do Espaço, por meio de imagens, filmes e atividades interativas.

Em 21 de março de 2010, o Espaço do Conhecimento inaugurou oficialmente o Circuito Cultural Praça da Liberdade, hoje Circuito Liberdade, considerado atualmente o maior complexo cultural da América Latina.

O Espaço do Conhecimento UFMG está aberto ao público de terça-feira a domingo, recebendo, também, visitas agendadas de escolas e grupos. Como parte da política de acessibilidade, o museu disponibiliza mediação do seu conteúdo expositivo em LIBRAS para visitantes com deficiências auditivas.

Atualmente, é fruto de uma parceria entre o governo do Estado de Minas Gerais e a UFMG.

No âmbito da UFMG, o Espaço do Conhecimento integra o conjunto de espaços culturais e atividades da DAC, encontrando-se sob sua direção geral.

Estação Ecológica UFMG

A Estação Ecológica UFMG é uma Unidade de conservação, pesquisa e educação ambiental dentro do *Campus* da UFMG que abrange 114 hectares, com boa diversidade de fauna e flora. Ela atua como parque e escola oferecendo a seus visitantes atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ser uma opção saudável para a realização de caminhadas e de lazer contemplativo.

Antiga Fazenda Dalva, há aproximadamente 60 anos, e posteriormente Lar dos Meninos Dom Orione. Inaugurado por Juscelino Kubitschek em 1944, o local ainda guarda interessantes resquícios de tempos passados, tais como a olaria e ruínas de instalações rurais.

Em 13 de julho de 1976, foi apresentada a primeira proposta oficial para criar uma área de preservação no *Campus* e implementar o "Programa Ecológico para o *Campus Pampulha*". Esse programa foi aprovado através da Portaria da Reitoria da UFMG n.º 320 de 31 de janeiro de 1979, com a coordenação integrada da Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, a Prefeitura do *Campus* e os Institutos de Geociências e Ciências Biológicas. A carência de recursos orçamentários inviabilizou a continuidade dos projetos de pesquisa básica que foram desenvolvidos na área após este período.

Para promover a recuperação e a conservação da área foi criada uma comissão formada por representantes do IGC, ICB e Escola de Arquitetura, através da Portaria da Reitoria da UFMG n.º 866, de 29 de julho de 1988, foi assinado um convênio com a prefeitura de Belo Horizonte. A área passou a ser recuperada e a receber vários projetos de pesquisa, ensino e extensão, incluindo um curso de Mestrado em Ecologia Conservação e Manejo da Vida Silvestre (ECMVS).

Museu Casa Padre Toledo

O solar conhecido historicamente como “Casa do Padre Toledo” é um dos bens culturais mais preciosos construídos no século XVIII em Tiradentes, Minas Gerais. Marco arquitetônico do período de exploração mineral na Vila de São José del-Rei, da antiga Comarca do Rio das Mortes, o solar congrega espaços e tempos diversos de grande importância na vida social, política e cultural.

A casa setcentista onde se encontra hoje o Museu Casa Padre Toledo pertenceu ao inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, que nasceu em Taubaté, em 1731, Capitania de São Paulo, de onde no século anterior haviam partido tantas entradas e bandeiras, atravessando a Mantiqueira em busca das minas.

Pela Lei nº 290/1971, a Câmara Municipal de Tiradentes doou à FRMFA a Casa do Padre Toledo, no número 190 da rua com o mesmo nome. Em 1973, foi firmado um convênio entre a Fundação e o Patrimônio, no sentido de estabelecer mútua colaboração entre as duas Instituições para a preservação do acervo cultural de Tiradentes. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico se comprometeu a ceder à Fundação, por empréstimo, peças para figurar na exposição inaugural da Casa, uma vez que os seus bens, arrolados na época da devassa, não puderam ser encontrados. Esta medida recebeu as colaborações do Museu da Inconfidência e do Museu Regional de São João del-Rei, que cederam móveis e objetos restaurados para a expografia. Com os recursos da FRMFA, deu-se, nesse período, a criação do Museu Casa Padre Toledo.

Em 1997, a UFMG passou a ser a coordenadora e gestora da FRMFA. E, a partir do convênio celebrado entre a FRMFA e a UFMG em 2011, cujo objeto é a criação do *Campus Cultural*, importantes iniciativas foram tomadas em face ao Museu Casa Padre Toledo, como sua restauração e o desenvolvimento e implantação da nova proposta museográfica. O Museu, em sua forma atual, foi inaugurado em dezembro de 2012.

Museu da Escola de Arquitetura

O Museu da Escola de Arquitetura da UFMG (MEA/UFMG) está instalado no edifício da própria escola, no bairro Funcionários, Belo Horizonte. Fundado em 1966, o museu teve como acervo inicial a Coleção de Réplicas de Obras de Arte Mundiais, incluindo reproduções de peças criadas por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

A partir de 2009, quando o MEA passou a integrar a Rede de Museus da UFMG, outras cinco coleções foram integradas, enriquecendo ainda mais o conjunto de peças que registram parte da história da arquitetura, da arte e da cultura de Minas Gerais.

Todo esse acervo, que reúne cerca de 300 peças, está instalado em espaços no interior do prédio da Escola de Arquitetura, edificação que por si só se constitui em um bem histórico cultural, com projeto integrado ao movimento moderno de arquitetura, datado do início da década de 1950, assinado pelo arquiteto Shakespeare Gomese, em parceria com o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Júnior.

Fazem parte do acervo do MEA as seguintes coleções: Coleção de Réplicas de Obras de Arte Mundiais; Coleção de Instrumentos Antigos; Coleção de Pinturas; Coleção Móveis de Design; Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos; Coleção Memória e Obras Raras e Coleção de Maquetes (em organização).

Museu de Ciências Morfológicas

Museu do corpo humano "real", o Museu de Ciências Morfológicas tem como principais objetivos o de ampliar e difundir o conhecimento da estrutura e do funcionamento do organismo humano, como forma de despertar, em cada visitante, a consciência da necessidade e importância da promoção da saúde e preservação da vida com qualidade.

Com seu acervo peculiar, o MCM desenvolve atividades e projetos relacionados à educação formal e não formal, à pesquisa, divulgação e educação científica, à formação e atualização de professores de Ciências e Biologia, além de programas de apoio à inclusão social e de pessoas com

deficiência visual e outras necessidades educacionais especiais. O Museu mantém, anexo, o Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva, também disponível ao público.

Museu de História Natural e Jardim Botânico

A proposta principal do Museu de História Natural é ser um ambiente vivo, impregnado de uma história em construção que se modifica a cada dia. Em seus 600 mil metros quadrados de área verde, possui vegetação diversificada e típica da Mata Atlântica, que reúne, além das nativas, espécies exóticas. O Museu oferece atividades de pesquisa, ensino e extensão, buscando sempre ampliar e estreitar seus laços com a comunidade de Belo Horizonte.

O museu guarda um importante tesouro da arte popular: o Presépio do Pipiripau. Ele também abriga exposições permanentes de Arqueologia, Mineralogia e Paleontologia, além das exposições temporárias, que são renovadas a cada estação do ano, com o objetivo de sempre trazer novidades aos visitantes.

OUTRAS ESTRUTURAS DE APOIO

OBJETIVO GERAL

Dar suporte a atividades de ensino, pesquisa e extensão, em articulação com a execução da missão específica de cada órgão no atendimento ao público.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver, nos hospitais universitários, a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão.
2. Promover cuidado integral no âmbito da urgência, emergência e materno-infantil aos usuários do SUS, com qualidade e segurança, e contribuir para a formação de pessoas e produção do conhecimento na área da saúde.
3. Apoiar as atividades de pesquisa desenvolvidas nos hospitais universitários e nas clínicas escolas, contribuindo para a formação de recursos humanos.
4. Garantir que a atividade de atendimento nos hospitais universitários e nas clínicas escolas esteja articulada com a atividade de geração de conhecimento, abrangendo todos os campos da saúde humana.
5. Assegurar a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Veterinário.
6. Garantir que a atividade de atendimento no Hospital Veterinário esteja articulada com a atividade de geração de conhecimento e que contribua para a formação de recursos humanos.
7. Dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas Fazendas Escolas.
8. Intensificar a utilização dos espaços da Fazenda Modelo, com a presença de um maior número de áreas do conhecimento fazendo uso das instalações.
9. Consolidar o complexo do *Campus Cultural de Tiradentes* como espaço para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente atendendo às áreas relacionadas com as Artes, Patrimônio e Cultura.
10. Disseminar o conhecimento científico produzido na UFMG, enfatizando o diálogo multi, inter e transdisciplinar.
11. Contribuir para o desenvolvimento da educação científica de crianças e de jovens.
12. Promover a interdisciplinaridade, incentivando a prática de um diálogo mais aberto e, ao mesmo tempo, mais aprofundado entre ciência, arte e educação.
13. Implementar uma política de patrimônio científico e cultural da UFMG, que articule os princípios da ação museológica ao ensino, pesquisa e extensão.

14. Estruturar e institucionalizar os espaços de ciência e cultura que integram a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, fortalecendo a gestão administrativo-financeira, os espaços físicos e os recursos humanos.
15. Elaborar e implementar, em diálogo com a comunidade, uma política para a gestão do patrimônio científico e cultural da UFMG.
16. Implementar e executar a política de acervo artístico e a política de patrimônio da UFMG, para gestão de acervos e de patrimônios culturais (ações de diagnóstico, inventário, manutenção e visibilidade), visando o seu resguardo interno e a efetivação de intercâmbios e parcerias com órgãos similares nacionais e internacionais.
17. Implementar e executar uma política de gestão compartilhada do Acervo Artístico da UFMG, sob coordenação da equipe do Acervo, visando compartilhar com todas as Unidades e instâncias com tutela de obra de arte as responsabilidades próprias da curadoria.
18. Discutir e estabelecer uma política de aquisição para o Acervo Artístico da UFMG.
19. Dar Continuidade do projeto de catalogação de todo o acervo e de implantação de um sistema de informação consistente, com interface na web.
20. Implantar Reserva Técnica no 4º andar da Biblioteca Universitária.
21. Estabelecer de uma política de extroversão do acervo que considere:
- os *Campi* da UFMG, *Campus* como lugar de fruição das obras de arte, valorizando as experiências de contato da comunidade interna da UFMG com as obras no espaço cotidiano;
 - a ocupação de espaços expositivos da UFMG, mas também de Museus de Belo Horizonte e do país, para circulação das obras para novos públicos;
 - a abertura da reserva técnica para a visitação pública monitorada;
 - a programação de exposição digital em página na web.

CAPÍTULO 7 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

7.1 Histórico

Com o objetivo de institucionalizar e sistematizar a avaliação institucional a UFMG criou, em 2002, a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) como um órgão da Administração Central. Essa decisão resultou de um processo cujo início data de 1993, quando a UFMG se tornou parte integrante do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). No âmbito desse programa, as avaliações privilegiaram os cursos de Graduação, com ênfase na atuação dos docentes e nas disciplinas por eles ministradas.

O PAIUB compreendia diversas etapas, sendo a primeira delas de diagnóstico e sensibilização da comunidade. A sensibilização compreendeu o preenchimento de questionários pelos estudantes para avaliar as disciplinas cursadas e os professores que as ministraram. Além disso, os docentes foram continuamente estimulados a dialogar com a PROGRAD sobre os métodos, instrumentos e resultados da avaliação. Um “Caderno de Avaliação”, coletânea de textos relativos a estudos e discussões conceituais sobre o tema e relatos de experiências de avaliação da Graduação, produzidos na UFMG e em outras Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, teve cinco números editados, com distribuição para todas as instâncias da Universidade, bem como para outros órgãos, instituições e entidades governamentais e não governamentais. No segundo semestre de 1994 teve início a avaliação interna, estruturada em quatro componentes: i) avaliação de cursos: suas condições, processos e resultados; ii) avaliação de disciplinas; iii) avaliação do desempenho docente nas disciplinas e iv) avaliação do desempenho discente nas disciplinas. Essa etapa foi seguida pela de avaliação externa (1997-1999), realizada por comissões compostas por três membros, sendo um representante de entidade científica, um com experiência na área profissional do curso e um ex-estudante formado nos últimos cinco anos. Na avaliação externa foram considerados aspectos relativos aos currículos, aos corpos docente, discente e TAE e à infraestrutura de 37 cursos da UFMG. Os relatórios produzidos pelas comissões foram analisados pela Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação (CPA) da PROGRAD e, posteriormente, o Pró-Reitor de Graduação, juntamente com o presidente da CPA da PROGRAD, visitaram os cursos, com o objetivo de discutir os pontos destacados nos relatórios.

A promulgação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos de Graduação e do desempenho dos estudantes (ENADE). O SINAES estabeleceu que as IES deveriam fazer sua autoavaliação, conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada na UFMG em 2006 (Resolução nº 05/2006, do CEPE). A CPA da PROGRAD foi extinta, sendo suas atribuições e equipe incorporadas à DAI. A DAI permaneceu responsável pela interlocução com o MEC e outros organismos, no que concerne às informações necessárias à avaliação e gestão da Universidade. Assim, a DAI coordena os processos de regulação (Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos da Graduação), alimenta o Cadastro e-MEC sobre os cursos da UFMG, analisa os indicadores de qualidade da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), coordena o

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), coleta as informações para o Censo da Educação Superior e fornece suporte administrativo para a CPA.

O SINAES estabeleceu as dez dimensões da avaliação institucional: i) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; ii) Planejamento e Avaliação; iii) Responsabilidade Social; iv) Políticas Acadêmicas; v) Políticas de atendimento aos estudantes; vi) Comunicação com a Sociedade; vii) Políticas de Pessoal; viii) Organização e Gestão da Instituição; ix) Sustentabilidade Financeira e x) Infraestrutura Física. Essas dimensões passaram a orientar os processos avaliativos internos e externos.

A avaliação externa, institucional e de cursos de Graduação, é realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC, compostas por membros externos, pertencentes à Comunidade Acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação. A avaliação externa resulta em indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulação exercido pelo MEC, como intenciona mostrar a qualidade da educação superior para a sociedade.

Em 2014, com a publicação do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, do INEP/MEC), as dez dimensões do SINAES foram agrupadas em cinco eixos avaliativos: i) Planejamento e Avaliação; ii) Desenvolvimento Institucional, iii) Políticas Acadêmicas; iv) Políticas de Gestão e v) Infraestrutura. Esse instrumento destacou a centralidade da autoavaliação e do PDI no processo de avaliação externa, o que resultou na redefinição da composição e atuação da CPA na UFMG (Resolução nº 15/2014 do CEPE).

Reconhecendo a existência e a legitimidade de diversas iniciativas de autoavaliação que acontecem na Universidade, a nova composição da CPA foi pensada visando a representatividade da Comunidade Acadêmica (professores de diferentes áreas do conhecimento, servidores TAEs e estudantes), assim como a articulação entre setores essenciais no processo avaliativo na UFMG, como Pró-Reitorias, Diretorias, CEDECOM, FUMP e DCE. A CPA permaneceu vinculada ao Gabinete do Reitor e passou a ser constituída por: i) o Diretor e o Diretor Adjunto da DAI, indicados pelo Reitor e ii) 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo do CEPE, e nomeados por Portaria do Reitor, sendo: a) seis servidores docentes; b) cinco servidores TAEs; c) dois discentes; d) um membro não pertencente aos quadros da UFMG. As atribuições da CPA compreendem: i) sistematizar as informações sobre a Universidade e seus cursos, visando à implementação dos processos avaliativos definidos no SINAES; ii) examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional vinculados ao SINAES e emitir parecer a respeito dessa matéria, para conhecimento da Comunidade Universitária e da sociedade; iii) solicitar à DAI a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição e iv) submeter aos Colegiados Superiores da UFMG os projetos de autoavaliação institucional e o relatório final.

A CPA, entre setembro de 2014 e março de 2018, desenvolveu diversas atividades com o objetivo de promover a avaliação institucional e dos cursos de Graduação, contribuindo para a reflexão e a construção de propostas. Em 2017, a atuação da CPA foi essencial no processo de avaliação externa com finalidade de Recredenciamento Institucional, para demonstração da excelência e relevância das atividades desenvolvidas pela UFMG. A UFMG obteve nota máxima, Conceito Institucional (CI) igual a 5. Para além do significado objetivo, essa conquista tem um significado político no atual contexto de defesa da universidade pública e gratuita no nosso país.

7.2 Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional é sistematizada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES/MEC. A autoavaliação é um processo dinâmico por meio do qual a Instituição busca e constrói conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados, identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas. A autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

A participação da Comunidade Acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional. Na UFMG, essa participação faz parte da própria estrutura organizacional, baseada em Órgãos Colegiados com representantes eleitos e orientada pela escuta qualificada e pelo diálogo permanente. Além disso, a CPA promoveu encontros para discussão de temas relacionados à avaliação institucional, abertos à participação da Comunidade Acadêmica, e divulgação pelas mídias institucionais (Boletim da UFMG, Rádio UFMG e TV UFMG).

Existem na UFMG, processos de autoavaliação em diversos setores, destacando-se: i) avaliação da Graduação, realizada pela PROGRAD, a ser discutida neste Capítulo; ii) avaliação da extensão; realizada pela Diretoria de Avaliação da PROEX, descrita no capítulo sobre extensão; iii) avaliação da Pesquisa e Pós-Graduação, referenciada pelos critérios da CAPES/MEC e apresentadas nos respectivos capítulos deste PDI; iv) avaliação de desempenho dos servidores, realizada PRORH, e avaliação dos departamentos pela CPPD, discutidas no capítulo sobre Gestão de Pessoas; v) avaliação do desempenho didático do docente realizada pelo discente, acompanhada pela DAI, a ser discutida neste Capítulo.

A CPA se propôs a acompanhar e relatar esses processos avaliativos, compondo um retrato institucional em seus relatórios anuais. Além disso, desenvolveu outros estudos complementares ao processo de avaliação já existente na UFMG. O Quadro 13 mostra os estudos realizados pela CPA, 2014-2015, cujos resultados fazem parte dos Relatórios de Autoavaliação³⁴.

QUADRO 13
Planejamento da autoavaliação (relatórios parciais 2014 e 2015)

EIXO DE AVALIAÇÃO (DIMENSÃO SINAES)	TEMAS ESPECÍFICOS DA UFMG	
	2014	2015
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Avaliação Externa e Autoavaliação Visitas in loco: o que nos dizem os avaliadores externos? Censo da Educação Superior	Autoavaliação a partir dos resultados do SINAES Avaliação do ensino da Graduação na UFMG Participação da comunidade e mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Responsabilidade Social da Instituição)	Ações afirmativas na UFMG A responsabilidade social da UFMG e a relação com o SUS	Mudanças no Ensino de Graduação da UFMG: análise e perspectivas Educação superior e inclusão social: estudo sobre estudantes concluintes na

³⁴ Os Relatórios de Autoavaliação produzidos anualmente pela CPA estão disponíveis na íntegra no site da UFMG, https://www.ufmg.br/dai/auto_avaliacao.php

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Comunicação com a Sociedade)	Extensão: descrição das ações Internacionalização: descrição das ações Pós-Graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção 1 Projetos de Inovação no Ensino A expansão da oferta de cursos e vagas (REUNI) Projetos de inovação e metodologia de ensino Programas de bolsas da PROGRAD Comunicação com a Sociedade - Atuação interna e externa do Centro de Comunicação (CEDECOM)	Educação superior brasileira e na UFMG. Avaliação das ações da Diretoria de Ação Cultural Extensão: avaliação das ações Internacionalização: avaliação das ações Pós-Graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção 2 Formação de professores da UFMG no laboratório de criação de materiais didáticos para a educação a distância: experiências, desafios e perspectivas A educação a distância no contexto educacional da UFMG: dimensão histórica, ações de planejamento e de avaliação Assistência Estudantil: avaliação das ações da Fump. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Faculdade de Medicina Sustentabilidade financeira
Eixo 4 – Políticas de Gestão (Políticas de Situação, desafios, propostas e planejamento da PRORH Pessoal, Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira)	Organização e Gestão da UFMG Sustentabilidade Financeira	
Eixo 5 - Infraestrutura Física	Avaliação externa e do questionário do estudante (Enade)	Avaliação da infraestrutura: visão dos técnicos administrativos

Para alcançar os objetivos relacionados à avaliação dos cursos de Graduação, a CPA organizou encontros semestrais, tendo como público-alvo principal os Coordenadores de Colegiado e membros de Núcleo Docente Estruturante (NDE), para discussão de temas relacionados ao ensino e à extensão, principalmente. Além disso, esteve presente em eventos e reuniões promovidas por NDEs e Colegiados, realizou reuniões individuais com coordenadores de cursos de Graduação para discussão dos resultados do ENADE e acompanhou as visitas de avaliação *in loco*.

Com participação da CPA e da DAI, foi implementada uma mudança nos critérios de avaliação do desempenho didático dos docentes, feita pelos discentes, uma demanda que surgiu com a aprovação dos novos critérios para promoção e progressão na carreira docente (Resolução nº 04/2014 do Conselho Universitário). O novo questionário, disponibilizado semestralmente no período de matrícula, contém cinco perguntas fechadas e espaço para comentários livres. A pontuação em cada item varia entre -2 e +2. A CPA irá desenvolver estudos sobre a utilização desse questionário. O Relatório dessa avaliação pode ser obtido por docente, por departamento ou por Unidade Acadêmica. O Gráfico 61 exemplifica esse processo com a avaliação dos docentes da Faculdade de Medicina da UFMG.

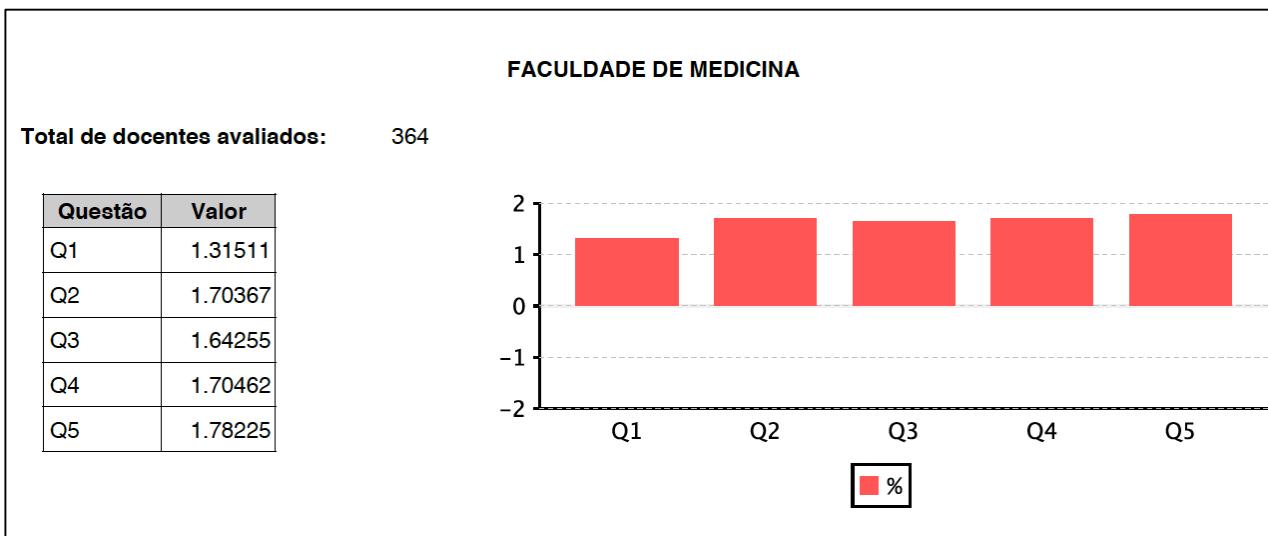


GRÁFICO 61– Avaliação do Desempenho Didático dos Docentes da Faculdade de Medicina, realizada pelos estudantes, 2017

Q1 – A atuação do(a) docente contribuiu para sua aprendizagem?

Q2 – Refere-se ao cumprimento do plano de ensino ou de orientação para a atividade.

Q3 – Refere-se à assiduidade do(a) docente responsável pela atividade.

Q4 – Como você avalia o domínio de conteúdo pelo(a) docente responsável?

Q5 – Quanto ao relacionamento com os(as) discentes, você considera que o(a) docente responsável apresentou comportamento ético e profissional?

Em 2016, a CPA se dedicou a avaliar o PDI da UFMG 2013-2017, o que compreendeu as seguintes etapas: i) análise da estrutura do PDI e comparação com documentos de referência; ii) solicitação aos setores envolvidos na implementação das ações propostas que analisassem o que estava previsto, o que foi realizado, o que não foi realizado e porquê e iii) elaboração do Relatório Avaliativo do PDI.

Em 2017, a CPA foi responsável por preparar a visita *in loco* para Recredenciamento Institucional, com preenchimento do instrumento de avaliação, organização de documentos, divulgação e orientação dos setores envolvidos.

Todo o processo de trabalho da CPA, assim como os resultados analisados, está consolidado nos Relatórios de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externa. O Relatório da CPA é postado anualmente no sistema e-MEC e divulgado na página eletrônica da UFMG. A Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP orienta um roteiro para sua elaboração, composto por um relatório de transição (postado em março 2015), dois relatórios parciais (março 2016 e 2017) e um relatório integral (março 2018). Ressalta-se que os resultados, incluindo sugestões de ações a serem implementadas, foram apresentados à equipe da Reitoria.

Os relatórios da CPA foram a referência para propor o processo de elaboração do PDI 2018-2023, aprovado pelo CEPE em maio de 2018.

7.3 - Autoavaliação dos Cursos de Graduação

Em 2003, o Conselho Universitário estabeleceu a criação de cursos noturnos como mecanismo prioritário e mais adequado para o alcance das metas de inclusão social e democratização do acesso ao

ensino superior. Essa decisão fundamentou a alocação de novas vagas da proposta de adesão ao Programa REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). As metas para o período 2008-2012 foram: ampliar o total de vagas para mais de 6.509, correspondendo a uma matrícula projetada de 32.000 estudantes; ampliar o ingresso na Pós-Graduação (8.500 mestrandos e doutorandos); expandir o turno noturno; reduzir a seletividade social do concurso vestibular; propor cursos para o atendimento das demandas emergentes.

Além de expandir vagas para o turno noturno em cursos existentes, novos cursos também foram criados no REUNI. A expansão de cursos e vagas resultou da experiência acumulada pela UFMG, no âmbito da Graduação, da Pós-Graduação e da extensão, na formação acadêmica direcionada aos mais diversos campos do saber. Esses novos cursos compartilham a experiência acumulada pela Instituição no trato da diversidade (social, cultural, étnica) e expressam, nos processos formativos que conduzem, o compromisso social assumido pela mesma ao longo de sua história. Todos os novos cursos já foram reconhecidos, com visita *in loco* do INEP/MEC.

A expansão de vagas na Graduação presencial, com acréscimo de 2066 vagas novas no período entre 2006 e 2012, permitiu o aumento em 46% da matrícula projetada: 2007 = 23.983 e 2012 = 35.133, superior à meta estabelecida no REUNI (20%). O total de 6740 vagas iniciais em cursos de Graduação presenciais, ofertadas atualmente, configura o patamar de oferta alcançado em 2012. Distribuídas entre 51 cursos, 1470 vagas (71,15%) foram destinadas para o turno Noturno. Em 2007, 21% das vagas dos cursos de Graduação eram ofertadas no turno Noturno; e em 2014, 32,7%. Na Pós-Graduação, a meta de expansão de matrícula foi atingida em 2013 (8.465).

Ao definir as metas para o PDI 2013-2017, a UFMG estabeleceu a necessidade de consolidar a expansão da Graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhandando eventuais medidas de ajuste necessárias. A adequação da infraestrutura estava em franca expansão, como exemplificado pela construção de três CADs, mas sofreu impacto de cortes orçamentários que vem ocorrendo desde 2014.

A avaliação dos resultados da expansão do REUNI, realizada pela CPA e divulgada no Relatório de Autoavaliação de 2015³⁵, tomou por referência as metas do REUNI: elevação da relação de estudantes de Graduação em cursos presenciais por professor para 18:1, e elevação gradual da taxa de conclusão (TCG) média dos cursos de Graduação presenciais para 90%; ao final de cinco anos. Com relação à alocação de docentes, a superação da meta ocorreu em 2013, ano em que a relação estudante-professor foi 20:1. A TCG foi definida como a relação entre o total de diplomados, em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela Instituição cinco anos antes. A TCG foi 86% em 2011, 82% em 2012, 65% em 2013 e 54% em 2014. As causas da redução da TCG estão sendo analisadas pela PROGRAD e, em parte, podem ser resultado da grande mobilidade dos estudantes entre cursos e instituições, acentuadas pelo SISU. Isso tem sido abordado também com políticas que visam a permanência do estudante na UFMG. Ressalta-se que, no mesmo período, a UFMG se situou em primeiro lugar em relação ao Indicador Estudante Equivalente Graduação³⁶, que reflete a eficiência da IES, analisando a relação entre número de matriculados, ingressantes e concluintes nas IES federais.

³⁵ Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/relatorio-autoavaliacao-institucional-2015.pdf>

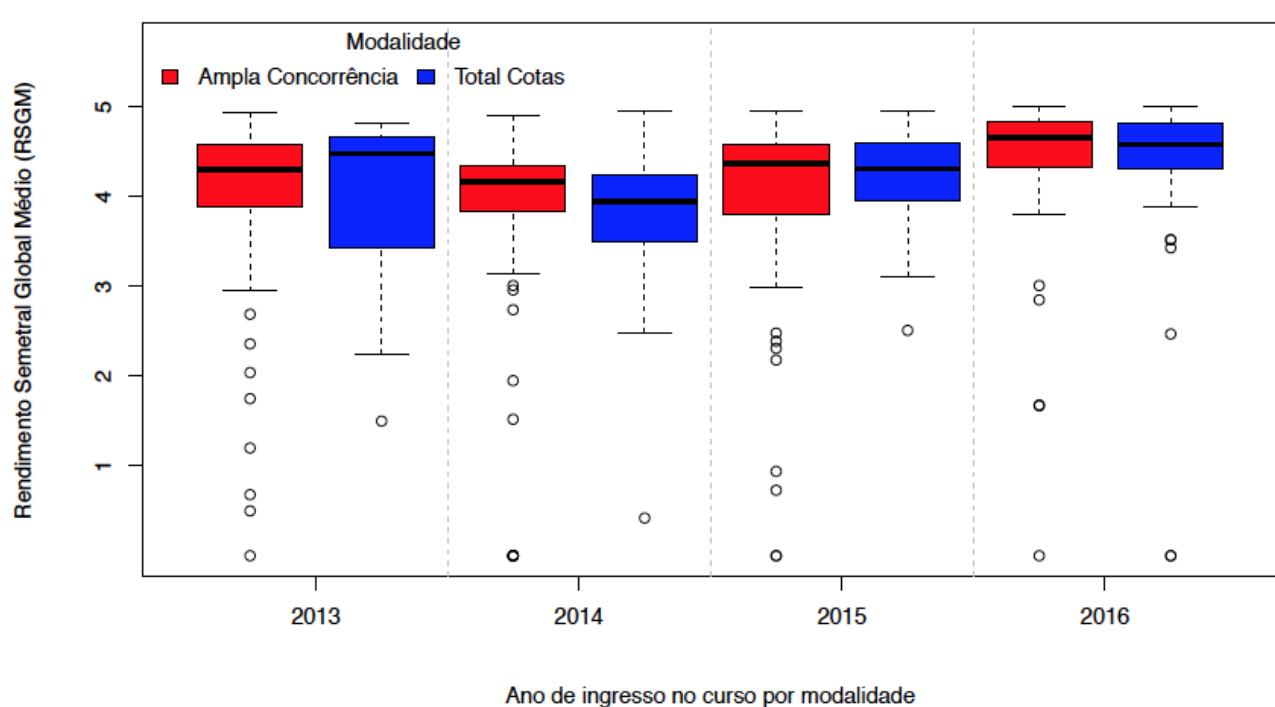
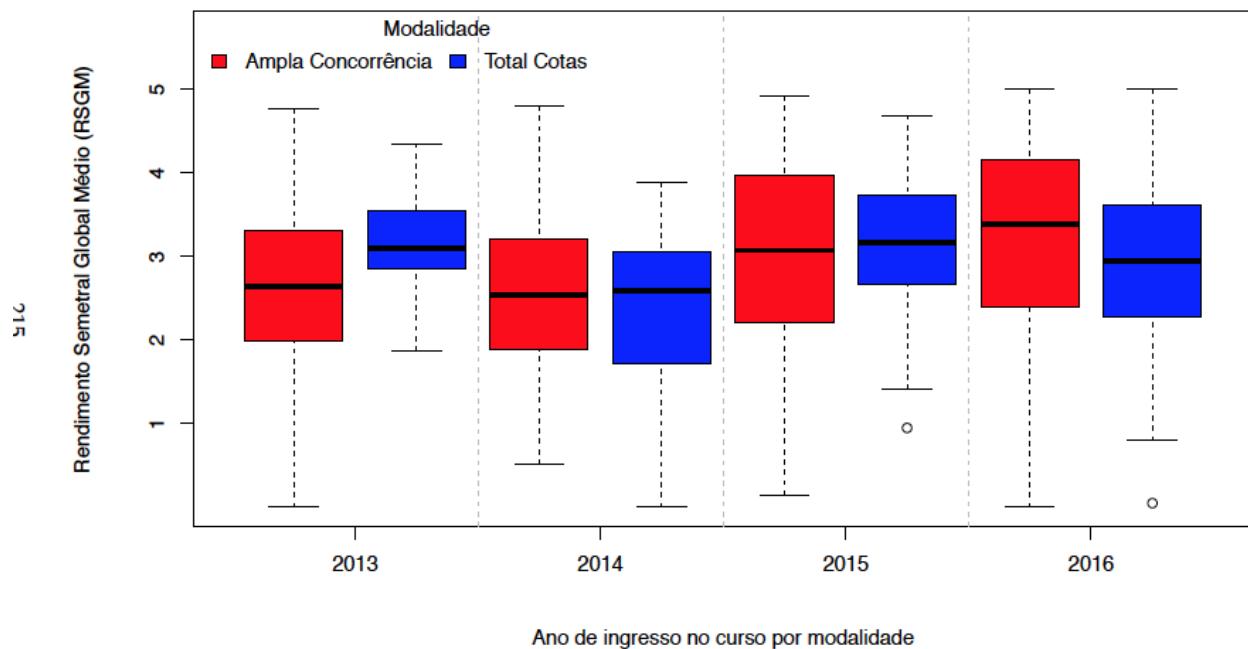
³⁶ Nota Técnica número 24, setembro de 2014, Coordenação Geral do Censo/INEP.

As ações formativas da Diretoria de Inovação em Metodologias do Ensino Superior, o GIZ, atendem, desde 2009, tanto ao aumento significativo de cursos e de estudantes quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino.

Além da ampliação de vagas e dos cursos noturnos, outra medida de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior se refere a mudanças no processo seletivo para admissão na UFMG. De 2009 a 2012, a UFMG adotou, como ação afirmativa, o Programa de Bônus, que agregava 10% à nota final dos candidatos que tinham cursado sete anos em escola pública. Os candidatos que também se autodeclaravam pardos ou pretos recebiam bônus de 15% em sua nota final. O Programa de Bônus elevou o percentual de egressos de escola pública: 31% de 2007 para 45%, em 2009. Em 2013, o Programa de Bônus foi substituído por cotas, como definidas pela Lei nº 12.711. A Lei de Cotas previa o aumento do percentual de vagas reservadas, de 12,5%, no primeiro ano, até atingir 50%, em 2016. Além disso, o Vestibular foi substituído em 2014 pelo SISU.

A PROGRAD tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas na mudança do perfil dos estudantes na UFMG e divulgou a análise do perfil dos estudantes matriculados na UFMG, referente ao período de 2009 até 2018/1 (resultados mostrados no capítulo de Políticas para Estudantes). Os ingressantes com renda familiar de até cinco salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais tradicionais, como Medicina e Direito. O percentual dos estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2018, alcançou 54% de todo o corpo discente. A adesão ao SISU elevou o percentual de estudantes que nasceram em outros estados, chegando a 13,3% em 2018. Aproximadamente um terço dos estudantes matriculados nos cursos de Graduação concluíram o ensino médio fora da região metropolitana de Belo Horizonte – 25,4% são oriundos do interior de Minas e 11,3% de outros estados.

Outro relevante estudo conduzido pela PROGRAD, em 2015, evidenciou que o desempenho de estudantes que recebiam apoio social e admitidos após as políticas de bônus e cotas não diferiam significativamente dos demais, desconstruindo o argumento sobre a preocupação com a queda da qualidade acadêmica das universidades públicas com a adoção de ações afirmativas. Esses resultados foram confirmados por novo estudo realizado em 2017, que comparou o Rendimento Semestral Global Médio (RSGM) de estudantes admitidos na ampla concorrência ou na reserva de vagas (cotas) que ingressaram no mesmo ano dentro de cada curso, com dados atualizados até dezembro de 2016. Neste último estudo foi aplicado um teste estatístico que indicou não haver diferença significativa no RSGM (ao nível de 5% de significância) em 84% dos cursos avaliados. Os Gráficos 62 a 64 são exemplos do estudo mencionado de cursos de diferentes áreas.



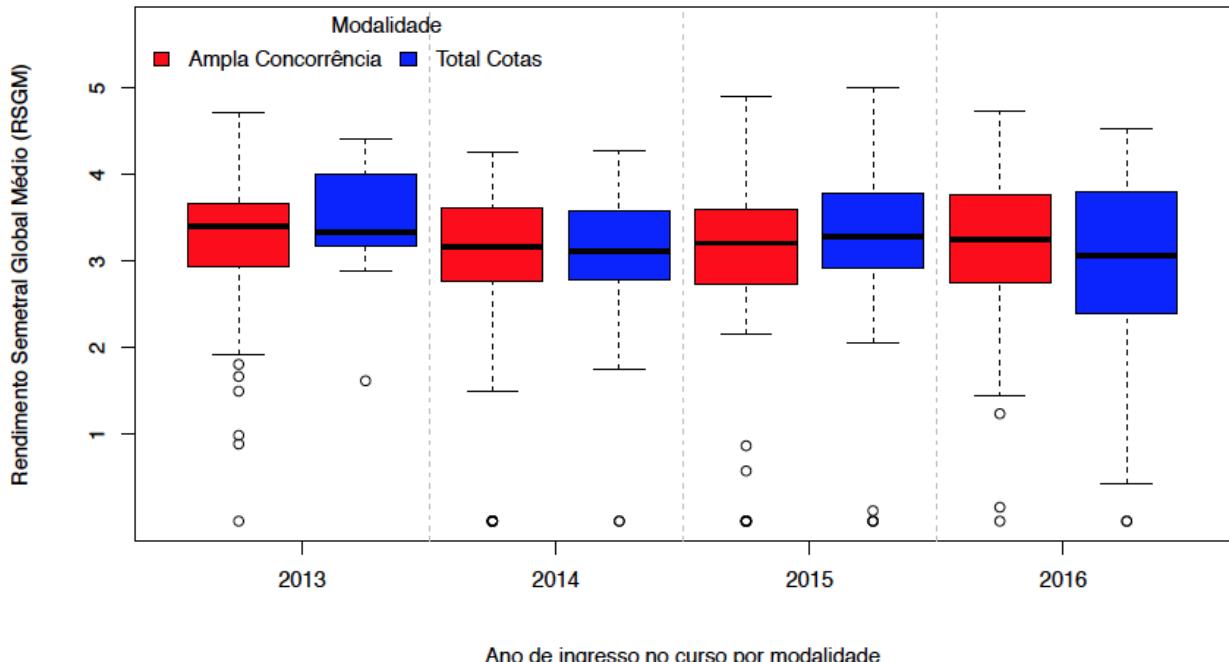


GRÁFICO 64 – Rendimento acadêmico de estudantes de Odontologia de acordo com a modalidade de entrada na UFMG

Desde 2015, a PROGRAD também disponibiliza anualmente Relatórios sobre cada curso de Graduação, que procuram auxiliar a compreensão de fenômenos relacionados com os fluxos de discentes na UFMG. Esses fluxos são observados sob a ótica da entrada e saída de estudantes dos cursos e de fenômenos internos aos cursos que interagem com tais fluxos de entrada e saída. Cada relatório faz a análise referente a um curso de Graduação e são padronizados, tendo sido construídos automaticamente a partir da base de dados de registros acadêmicos da UFMG. A finalidade principal é que esses relatórios colaborem com projetos do curso que buscam reduzir a retenção e a evasão dos estudantes. Existem atualmente três tipos de Relatório:

- I. Análise das disciplinas e cursos ofertados por Unidade Acadêmica. O objetivo desse relatório é avaliar a taxa de retenção das principais atividades acadêmicas curriculares de cada Unidade e também analisar a taxa de saída dos estudantes dos cursos vinculados à Unidade.
- II. Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de Graduação. O objetivo desse relatório é avaliar a dificuldade das principais atividades acadêmicas curriculares de cada curso de Graduação e também analisar como ocorre a saída dos estudantes do curso (evasão, conclusão, mudança de curso, etc.).
- III. Acompanhamento dos estudantes de Graduação. O objetivo desse relatório é produzir informação sobre o desempenho dos discentes de Graduação e indicar aos coordenadores grupos de estudantes que precisariam ser acompanhados com maior atenção. Esse relatório deve ser utilizado somente no âmbito interno da coordenação do curso.

A UFMG, atenta à necessidade de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos de Graduação, instituiu, entre 2014 e 2017, diversas ações estratégicas e de fomento que, somadas às ações de assessoramento já efetivadas junto aos cursos, visam assegurar tanto o aprofundamento da

integração, nos currículos, de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental como, também, o aprimoramento da política de flexibilização curricular. Essas ações estão descritas nos capítulos de Políticas Acadêmicas deste PDI. Citam-se como exemplos: formação complementar de caráter transversal, fortalecimento das ações de extensão, integração entre Graduação e Pós-Graduação e revisão das normas de Graduação.

No sentido de aprimorar o processo de avaliação dos cursos de Graduação na UFMG, a CPA e a Câmara de Graduação/PROGRAD propuseram a revisão da composição e atuação dos Núcleos Docente Estruturante (NDE), definida na Resolução nº 15/2011 do CEPE. O conceito de NDE foi instituído pelo MEC com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação dos cursos de Graduação. Na UFMG, inicialmente, houve preocupação de que a implementação do NDE estaria se sobrepondo à função do Colegiado. Porém, nos encontros realizados pela CPA entre 2015 e 2017, a maioria dos(as) Coordenadores(as) de Colegiado relatou sentir-se sobrecarregada com as atividades técnico-administrativas e acompanhamento das demandas dos estudantes e reconheceu sentido na existência do NDE. O NDE teria a finalidade consultiva, sendo instância de reflexão sobre o curso, permanecendo o Colegiado como a instância deliberativa. Cumpre ressaltar que o instrumento de avaliação *in loco* de cursos presenciais e a distância, utilizado pelo INEP e atualizado em 2017, inclui o NDE entre os indicadores utilizados no processo de avaliação. Diante disso, a Câmara de Graduação apresentou proposta de revisão, cujas principais modificações referiam-se a exclusão do limite máximo de integrantes, considerando a diversidade de cursos, reelaboração das atribuições promovendo maior significado ao NDE e inclusão da possibilidade de que a presidência do NDE não seja exercida pelo Coordenador do Colegiado do Curso. Destaca-se que, pela nova Resolução nº 10/2018 do CEPE, aprovada em junho de 2018, o NDE deverá realizar anualmente uma atividade de avaliação do curso, com participação da Comunidade Acadêmica e produzir um relatório, aprovado pelo Colegiado, que será encaminhado à CPA. Consolida-se dessa forma a proposta de avaliação de cursos de Graduação na UFMG, articulada pela integração entre NDE/Colegiados, CPA e PROGRAD (Figura 4).

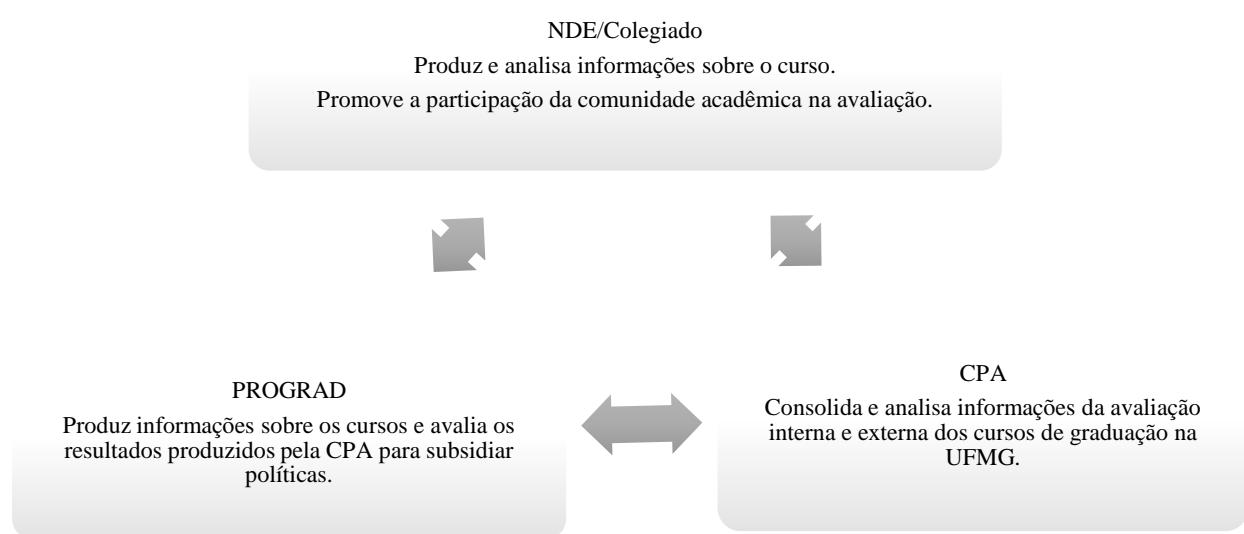


FIGURA 4 – Processo de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação na UFMG

7.4 Avaliação Externa da UFMG

A avaliação externa, realizada pelo INEP/MEC, resulta na elaboração e divulgação de indicadores de qualidade da educação superior, calculados com base nos resultados do ENADE e insumos constantes das bases de dados do MEC, assim como por meio de visitas *in loco*. Os indicadores compreendem:

- de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o Conceito Institucional (CI), resultado de visita *in loco*;
- de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Conceito de Curso (resultado de visita *in loco*);
- de desempenho de estudantes: o Conceito ENADE.

Os indicadores IGC, CPC, IDD e Conceito ENADE recebem uma nota contínua, entre 0 a 5, calculadas a partir do afastamento padronizado em relação a média de todas as notas de um mesmo curso, no Brasil. Essa nota contínua corresponde a um conceito (faixa) com valores entre 1 e 5. Conceito igual ou superior a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Todos os indicadores de qualidade da educação superior estão disponíveis para consulta pública no site do eMEC: <http://emece.mec.gov.br/>.

Os resultados da avaliação externa têm sido permanentemente analisados e discutidos pela CPA e Comunidade Acadêmica da UFMG.

7.4.1 Índice Geral de Cursos

O Índice Geral de Cursos (IGC) da UFMG tem sido 5, nota máxima, situando-a entre as cinco melhores universidades do país desde 2007 até 2016 (divulgado pelo INEP em agosto de 2017). Em 2016, apenas 12 universidades tiveram IGC igual a 5 (Tabelas 35 e 36). Entre as três maiores, a UFMG, se destaca como a que teve o maior número de cursos de Graduação avaliados.

TABELA 35
Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2016)

(continua)

Sigla	UF	Nº Cursos	Alfa	Conceito médio da Graduação	Beta	Conceito Médio do Mestrado	Gama	Conceito Médio do Doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (faixa)
UNICAMP	SP	49	0,2699	2,9772	0,2693	4,8465	0,4607	4,9170	4,3744	5
UFRGS	RS	57	0,3889	3,3327	0,2614	4,8690	0,3496	4,9462	4,2985	5
UFMG	MG	59	0,4506	3,4067	0,2319	4,8485	0,3175	4,9365	4,2268	5
UFRJ	RJ	67	0,4475	3,1768	0,2352	4,7822	0,3173	4,9190	4,1072	5
UFABC	SP	18	0,5081	3,8762	0,3269	4,2743	0,1650	4,4839	4,1066	5
UNIFESP	SP	31	0,3682	3,0605	0,3094	4,5156	0,3225	4,8104	4,0749	5
UFSC	SC	62	0,4696	3,2366	0,2504	4,7331	0,2801	4,8911	4,0747	5
UFLA	MG	23	0,5621	3,4266	0,1991	4,6098	0,2389	4,8439	4,0007	5
UFV	MG	6	0,5471	3,3579	0,2095	4,6267	0,2433	4,8997	3,9989	5

TABELA 35
Indicadores de Qualidade das IES com IGC igual a cinco (Brasil, 2016)

(conclusão)

Sigla	UF	Nº	Cursos	Alfa	Conceito médio da Graduação	Beta	Conceito Médio do Mestrado	Gama	Conceito Médio do Doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (faixa)
UFSCAR	SP	49	0,4896	3,2805	0,2262	4,5030	0,2842	4,8178	3,9940	5	
UNB	DF	63	0,5425	3,3987	0,2337	4,5397	0,2238	4,7079	3,9583	5	
UENF	RJ	14	0,5388	3,3916	0,2371	4,5820	0,2241	4,6049	3,9458	5	

N= Número de Cursos com CPC no Triênio

Alfa = Proporção de Graduandos

Beta = Proporção de Mestrados – Equivalente

Gama = Proporção de Doutorandos - Equivalente

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

TABELA 36
Tendência temporal do IGC da UFMG, 2007 a 2016

Ano	Conceito Médio Graduação	Conceito Médio Mestrado	Conceito Médio Doutorado	IGC Contínuo	IGC Faixa	Posição no Brasil
2007	-	-	-	4,14	5	4 ^a
2008	-	-	-	4,13	5	3 ^a
2009	3,76	4,69	3,73	4,17	5	4 ^a
2010	3,79	4,68	3,74	4,25	5	5 ^a
2011	3,59	4,65	3,68	4,14	5	5 ^a
2012	3,44	4,64	3,68	4,10	5	5 ^a
2013	3,38	4,74	3,90	4,14	5	5 ^a
2014	3,40	4,90	4,90	4,19	5	4 ^a
2015	3,39	4,85	4,94	4,21	5	3 ^a
2016	3,41	4,85	4,94	4,23	5	3 ^a

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

7.4.2 Conceito Preliminar de Curso, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado e Conceito ENADE

A Figura 5 mostra o desempenho dos cursos de Graduação da UFMG quanto ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), organizado por área, entre 2007 e 2016, a média na UFMG variou entre 4 e 4,3.

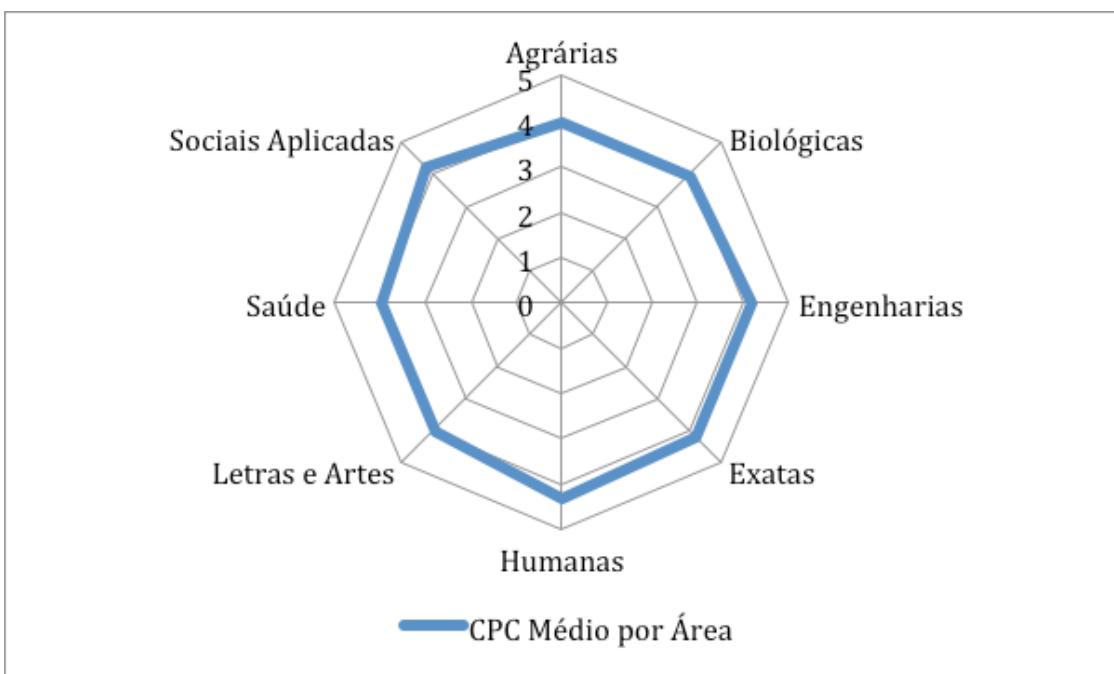


FIGURA 5 – CPC na UFMG – média por área, 2007-2016

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é composto por três dimensões: i) desempenho do estudante (55%); ii) corpo docente (30%) e iii) percepção discente sobre o processo formativo (15%). A dimensão “Desempenho dos Estudantes” envolve dois indicadores: o conceito ENADE (20% do CPC) e o IDD (35% do CPC). O Conceito ENADE se refere a média das notas dos estudantes concluintes na prova do ENADE. O IDD, indicador da diferença de desempenho observado e esperado, teria por finalidade destacar do desempenho médio dos estudantes concluintes aquilo que diz respeito especificamente ao valor agregado pelo curso ao desenvolvimento desses estudantes.

Quanto ao Conceito ENADE, a média em cada área manteve-se igual ou superior a 4 em todos os triênios de avaliação, o que é considerado um desempenho de concluintes muito bom em comparação com outros cursos no Brasil. O resultado detalhado por curso do último triênio avaliado, 2014-2016, é apresentado anexo. Observa-se que, nesse triênio, a média do Conceito ENADE na UFMG foi 4,5, do IDD foi 3 e do CPC, 4 (GRAF. 65).

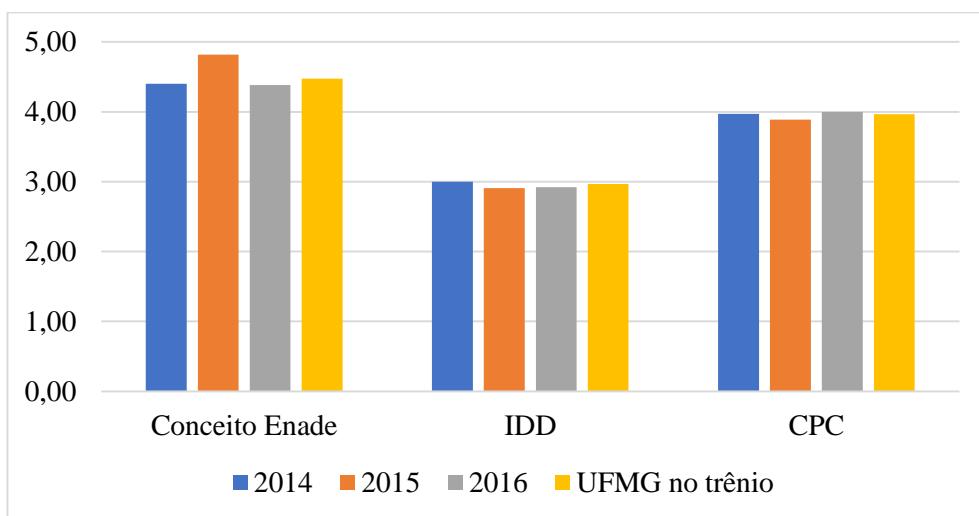


GRÁFICO 65 – Indicadores da UFMG no ENADE 2014, 2015 e 2016

A partir de 2014, o IDD passou a ser calculado subtraindo-se da nota do ENADE, a nota no ENEM. A UFMG, muito procurada no SISU, recebe estudantes com notas muito elevadas no ENEM, o que repercute negativamente no IDD e, por consequência no CPC. No último triênio 2014 -2016, com 59 cursos avaliados na UFMG, obteve-se conceito ENADE igual a 5 em 32 (54%), mas apenas quatro cursos tiveram CPC igual a 5 (8%). Todos os quatro cursos com CPC igual a 5 são do ENADE 2014, quando três destes cursos não tiveram o IDD calculado porque ainda não havia número suficiente de concluintes com nota de ENEM. Em 2016, de seis cursos com Conceito ENADE 5, todos tiveram CPC igual a 4.

O curso de Educação Física da UFMG (ENADE 2016) é um exemplo claro do efeito negativo do IDD sobre o CPC. O curso da UFMG obteve a 3^a maior Nota do ENADE no Brasil (Conceito máximo 5) e a 44^a maior nota no CPC (Conceito 4), pois o IDD obteve nota padronizada 2,28 (Nota bruta -0,39). Uma nota bruta de IDD negativa seria como se o curso não tivesse agregado valor ao estudante concluinte, que por sua vez teve um desempenho excelente na prova. A impressão da CPA da UFMG, após diversas análises, é que o método de cálculo do IDD deveria ser revisto.

Na UFMG, a segunda dimensão do CPC, “Corpo Docente”, obtém notas muito elevadas, próximas a 5, em todos os cursos, porque mais de 95% dos docentes têm Mestrado/Doutorado e 100% trabalham em regime de trabalho maior ou igual a 20 horas semanais. A terceira dimensão do CPC, “Percepção discente sobre as condições do processo formativo”, será discutida de forma detalhada a seguir.

Os resultados detalhados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG, no último triênio (2014-2016) encontram-se no Anexo I, ao final desse PDI.

7.4.3 Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo

A dimensão “Percepção discente sobre as condições do processo formativo” é avaliada no Questionário do Estudante (QE), componente obrigatório do ENADE, disponibilizado *on-line* para preenchimento pelo estudante concluinte, em torno de um mês antes da prova. O QE é composto por dados socioeconômicos e 41 assertivas que abordam a percepção dos estudantes sobre diversos aspectos relativos aos cursos e às instituições. As respostas caracterizam-se como variáveis ordinais e estão em escala Likert, onde 1 significa “Discordo Totalmente”, e 6, “Concordo Totalmente”. Quanto maior a nota, melhor a avaliação. O Gráfico 66 mostra a opinião dos estudantes concluintes da UFMG em 2014 (Ciclo Azul: Licenciaturas, Engenharias e Biológicas), 2015 (Ciclo Vermelho: Sociais e Humanas) e 2016 (Ciclo Verde: Saúde e Agrárias) e a média na UFMG, referente ao triênio avaliativo.

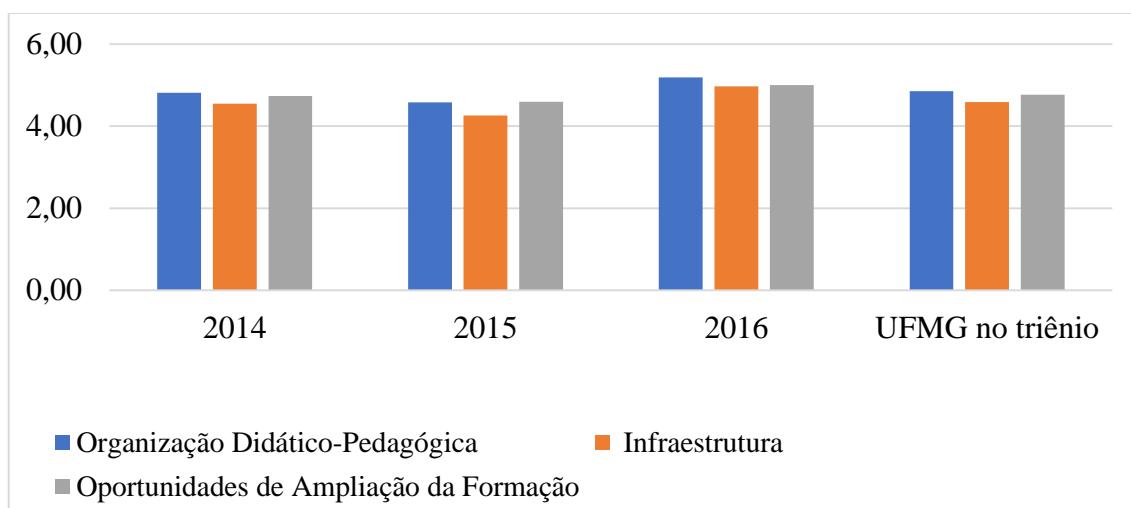


GRÁFICO 66 – Percepção discente sobre as condições do processo formativo dos cursos de Graduação na UFMG - Questionários do ENADE 2014, 2015 e 2016

Um outro olhar a respeito da opinião dos estudantes é possível a partir da análise dos Relatórios da UFMG, no ENADE, produzidos e divulgados pelo INEP/MEC. Nesses relatórios, há tabelas com itens do QE mostrando as respostas dos estudantes da UFMG de cada curso comparando com as respostas no Brasil e na mesma categoria administrativa. A análise dos resultados do ENADE exige atenção aos diferentes contextos das IES no Brasil. É comum discentes e docentes pensarem que essa avaliação não tem relevância para instituições historicamente reconhecidas como a UFMG. Soma-se a isso a possibilidade de incentivos individuais para estudantes de instituições que precisam divulgar um bom indicador para melhorar seu conceito no “mercado”. No questionário do estudante, observa-se notas muito elevadas nos três componentes (organização didática, infraestrutura e ampliação da formação), em algumas IES. Há evidências de que algumas instituições orientam seus estudantes a preencher o QE de modo a elevar a pontuação do curso no CPC. Voltando ao exemplo da Educação Física em 2016, nos resultados divulgados pelo INEP, há 14 cursos de instituições privadas em que todos os estudantes deram nota máxima 6 para todos os itens do QE. Porém nenhuma delas obteve Conceito ENADE ou CPC maior do que o da UFMG. Por esse motivo, a comparação interna, entre as áreas do conhecimento na própria UFMG e com universidades públicas federais é mais interessante do que a comparação com o Brasil.

Nas Tabelas 37 a 41, são mostrados alguns dos resultados do Relatório da UFMG no ENADE 2013 e 2014, analisados pela CPA, evidenciando a proporção de estudantes que concordou plenamente com a assertiva apresentada no Questionário do Estudante. Assim é possível perceber quais as áreas dentro da UFMG apresentam os melhores resultados em cada item e comparar os resultados de cada área do conhecimento na UFMG com outras IES da mesma categoria administrativa (universidade pública federal) e do Brasil. De maneira geral, o estudo da CPA evidenciou que a formação geral e crítica e as oportunidades de ampliação da formação (pesquisa, extensão, intercâmbios, monitorias) foram muito bem avaliadas, acima da média em outras IES. Os estudantes foram mais críticos em relação a organização didática e integração teoria e prática.

TABELA 37

Percentual de estudantes que consideram que “os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	35,76	35,21	45,44
Exatas e da Terra	30,68	33,70	40,98
Letras	35,90	32,30	36,50
Humanas	23,17	29,73	34,47
Sociais Aplicadas	24,40	25,40	35,50
Ciências Biológicas	29,70	31,20	45,10
Licenciaturas	38,62	48,52	55,65
Saúde	47,24	49,46	67,50
Medicina Veterinária	37,00	42,50	55,60

TABELA 38

Percentual de estudantes que consideram que “as metodologias de ensino utilizadas no curso os desafiaram a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	28,56	28,64	39,44
Exatas e da Terra	34,50	32,06	38,90
Letras	55,20	48,40	50,10
Humanas	50,20	50,70	54,03
Sociais Aplicadas	35,15	31,95	39,45
Ciências Biológicas	21,20	29,20	42,00
Licenciaturas	40,25	50,94	56,75
Saúde	37,60	37,99	59,51
Medicina Veterinária	26,50	27,20	43,30

TABELA 39

Percentual de estudantes que consideram que “o curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	38,76	40,94	49,41
Exatas e da Terra	41,78	35,38	41,18
Letras	52,10	61,00	61,20
Humanas	74,77	73,17	75,43
Sociais Aplicadas	66,80	59,90	62,20
Ciências Biológicas	35,30	43,00	54,70
Licenciaturas	60,68	63,35	66,18
Saúde	52,56	49,22	65,90
Medicina Veterinária	38,60	38,30	49,90

TABELA 40

Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	50,21	42,56	43,06
Exatas e da Terra	51,92	44,90	47,22
Letras	53,80	48,90	49,80
Humanas	37,67	37,17	39,93
Sociais Aplicadas	46,05	42,70	41,60
Ciências Biológicas	47,40	47,40	50,60
Licenciaturas	48,72	47,68	49,98
Saúde	59,51	53,92	61,61
Medicina Veterinária	45,80	45,50	49,80

TABELA 41

Percentual de estudantes que consideram que “foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica”

Área	UFMG (%)	Universidade Pública Federal (%)	Brasil (%)
Engenharias	54,59	45,83	44,81
Exatas e da Terra	65,16	52,26	53,44
Letras	54,30	51,30	53,90
Humanas	45,33	41,47	42,90
Sociais Aplicadas	45,85	42,90	41,75
Ciências Biológicas	66,90	57,50	57,00
Licenciaturas	46,12	44,95	47,89
Saúde	60,12	53,86	59,98
Medicina Veterinária	57,70	47,20	48,90

7.4.5 Avaliação Externa - Recredenciamento Institucional da UFMG

Em 2017 a UFMG recebeu a visita de avaliação para fins de Recredenciamento Institucional obtendo nota máxima, Conceito 5 pelo MEC. A CPA analisou os resultados do Relatório de Avaliação da Comissão do INEP/MEC que realizou a visita *in loco*. No Quadro 14 são apresentados os conceitos em cada indicador avaliado dos cinco eixos do instrumento de avaliação.

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

(continua)

EIXOS	INDICADOR	CONCEITO
1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL		
1.1.	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	4
1.2.	Projeto/processo de autoavaliação institucional.	5
1.3.	Autoavaliação institucional: participação da Comunidade Acadêmica	4
1.4.	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	5
1.5.	Elaboração do relatório de autoavaliação	4
2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
2.1.	Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	5
2.2.	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de Graduação e de Pós-Graduação.	4
2.3.	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	5
2.4.	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	5
2.5.	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	4
2.6.	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	4
2.7.	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	5
2.8.	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	5
2.9.	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).	5
3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS		
3.1.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Graduação.	5
3.2.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).	5
3.3.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós-Graduação lato sensu (aplica-se quando previsto no PDI).	4
3.4.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	5
3.5.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	5

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

(continua)

EIXOS	INDICADOR	CONCEITO
3.6.	Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	5
3.7.	Comunicação da IES com a comunidade externa.	5
3.8.	Comunicação da IES com a comunidade interna.	5
3.9.	Programas de atendimento aos estudantes.	5
3.10.	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	5
3.11.	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	3
3.12.	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	3
3.13.	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).	5

4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

- 4.1. Política de formação e capacitação docente. 5
- 4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo. 5
- 4.3. Gestão institucional. 5
- 4.4. Sistema de registro acadêmico. 4
- 4.5. Sustentabilidade financeira. 5
- 4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional. 5
- 4.7. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 5
- 4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo TAE (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 5

5 - INFRAESTRUTURA

- 5.1. Instalações administrativas. 5
- 5.2. Salas de aula. 5
- 5.3. Auditório(s). 5
- 5.4. Sala(s) de professores. 4
- 5.5. Espaços para atendimento aos estudantes. 4
- 5.6. Infraestrutura para CPA. 4
- 5.7. Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI. 4
- 5.8. Instalações sanitárias. 5

QUADRO 14
Resultado da visita de Recredenciamento Institucional da UFMG

EIXOS	INDICADOR	(conclusão)
		CONCEITO
5.9.	Biblioteca: infraestrutura física.	5
5.10.	Biblioteca: serviços e informatização.	5
5.11.	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	4
5.12.	Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	5
5.13.	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	5
5.14.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	5
5.15.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	5
5.16.	Espaços de convivência e de alimentação.	5

Na análise da CPA, o resultado da avaliação foi excelente, pois 71% (36/51) dos indicadores obtiveram conceito 5; 22% (13/51) conceito 4 e apenas 2 indicadores com conceito 3, relativos à avaliação de egressos, tema que motivou um evento de discussão em dezembro de 2017. No Resultado final, o Conceito Institucional foi 5, com médias em cada eixo avaliativo correspondendo a: Eixo 1 = 4,4; Eixo 2 = 4,7; Eixo 3 = 4,6; Eixo 4 = 4,9 e Eixo 5 = 4,7.

A CPA tem analisado também os relatórios de visita *in loco* dos cursos de Graduação, com finalidade de reconhecimento e renovação de reconhecimento. Entre 2008 e 2017, a UFMG recebeu 56 visitas *in loco*. Entre 2008 e 2013, a média do Conceito de Curso (CC) foi 4,19 (máximo possível igual a 5), sendo 89% dos conceitos maior ou igual a 4. Entre 2014 e 2017, a média do CC se elevou para 4,45, sendo 100% maior ou igual a 4.

Enfim, a UFMG é muito bem avaliada pelos procedimentos do SINAES conduzido pelo INEP/MEC, situando-se como uma das quatro universidades brasileiras com os dois indicadores de qualidade do SINAES, CI e IGC, com nota máxima. É uma das instituições de ensino superior mais procuradas pelos candidatos ao SISU, com notas de corte elevadas no ENEM³⁷. O bom desempenho da UFMG é reflexo de sua história de excelência, relevância social e inovação, marcas indispensáveis à universidade pública.

7.5 Proposta para avaliação continuada do PDI 2018-2023

A avaliação institucional tem papel importante no acompanhamento das políticas acadêmicas e na melhoria das atividades fins da Instituição, bem como de sua atividade meio e de sua infraestrutura. Configura-se como um desafio constante e tem como finalidade apresentar um olhar crítico e propositivo sobre o que acontece na Universidade, comparando o planejamento institucional com as ações implementadas. A Universidade é uma Instituição viva, dinâmica, inquieta, plural e democrática. Realizar o planejamento e a avaliação institucional nesse contexto exigem, portanto, o permanente diálogo com a Comunidade Acadêmica, com os gestores e com a sociedade.

³⁷ Disponível em: <https://www.ufmg.br/sisu/cursos-e-vagas/2017/>

A experiência de implementação dos dois PDIs anteriores sugere que esse instrumento poderia ter maior eficácia, tanto quanto elemento organizador da evolução institucional quanto como ferramenta de apoio à avaliação institucional, se for objeto de constante acompanhamento. Se por um lado a referência constante a um PDI tem como requisito o reconhecimento desse instrumento, pela Comunidade Universitária, enquanto uma adequada tradução dos anseios, dos valores e dos compromissos da Instituição, por outro lado tal reexame contínuo do PDI, à luz dos acontecimentos futuros, pode se constituir em importante mecanismo de acúmulo de conhecimento institucional. Está sendo proposta, então, o acompanhamento da aplicação do PDI, ou seja, sua avaliação continuada.

A avaliação continuada do PDI pela CPA terá como objetivo articular os processos avaliativos de diversos setores, buscando a sistematização dos dados produzidos na Universidade. A CPA reconhece a necessidade de buscar continuamente aprimorar a qualidade das informações sobre a UFMG e incentivar a participação da Comunidade Acadêmica na avaliação, construindo uma Política de Avaliação Institucional. Nos relatórios anuais e integral apresentará estudos sobre as ações implementadas pela UFMG que se articulam com os objetivos previstos em cada tema (capítulo) do PDI, estabelecendo um ciclo em que a avaliação retroalimenta o planejamento. Permanece um desafio a ser enfrentado pela CPA e pela UFMG nos próximos anos, integrar avaliação e planejamento institucional de maneira mais efetiva e abrangente.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL

Aprimorar a política de avaliação institucional, contribuindo para a melhoria da qualidade e da relevância da UFMG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Consolidar e aprimorar os processos de autoavaliação institucional, alinhados com o PDI, fortalecendo a CPA e contribuindo para que a avaliação resulte na formulação de políticas institucionais acadêmicas e administrativas.
2. Aprimorar os processos de avaliação das políticas acadêmicas com ênfase na proposição de métodos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino e extensão junto aos estudantes, Comunidade Acadêmica e sociedade.
3. Realizar a autoavaliação da Pós-Graduação para fornecer subsídios ao estabelecimento de metas de crescimento.
4. Aprimorar os métodos de avaliação da atividade de Pesquisa, incluindo análises de qualidade de produção científica, interdisciplinaridade e inovação.
5. Desenvolver estudos sobre a avaliação discente do desempenho didático docente.
6. Sistematizar a avaliação de egressos da UFMG para identificar a área de atuação, inserção no mundo do trabalho e contribuir para a reflexão sobre a formação permanente.

AÇÕES³⁸

ANO	1	2	3	4	5
1. Atuar na construção de estratégias para o fortalecimento de uma cultura de avaliação na UFMG, por meio de maior espaço de comunicação e reflexão junto à Comunidade Acadêmica.					

³⁸ Ano 1: 2018/2019; Ano 2: 2019/2020; Ano 3: 2020/2021; Ano 4: 2021/2022; Ano 5: 2022/2023.

2. Realizar seminários e dialogar com espaços existentes (Colegiados, Conselhos, eventos acadêmico-científicos) para incluir a discussão dos processos e resultados da autoavaliação.				
3. Melhorar a divulgação dos resultados e das consequências dos processos avaliativos, promovendo a devolutiva para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade.				
4. Promover maior participação da Comunidade Acadêmica na avaliação institucional e realizar a devolutiva dos resultados.				
5. Consolidar e aprimorar a avaliação das atividades de extensão.				
6. Realizar a avaliação sistematizada de cursos de Graduação, promovendo a interação entre Núcleos Docentes Estruturantes, CPA da UFMG e PROGRAD.				
7. Implementar a avaliação de egressos, em parceria entre a DAI, PROGRAD, IEAT e DRI.				
8. Realizar estudos e divulgar a interpretação crítica e formativa da avaliação discente do desempenho didático docente.				
9. Analisar criticamente e divulgar os resultados de avaliações externa e interna da Pesquisa e Pós-Graduação.				

ANEXO I

GRADUAÇÃO

- Tabela 42: Opções de ingresso em cursos de Graduação da UFMG: cidade, turno e número de vagas.
- Tabela 43: Número de vagas oferecidas nos cursos presenciais da UFMG no período de 2000-2016.
- Tabela 44: Número de estudantes de Graduação da UFMG em intercâmbio no período de 2007-2017.
- Tabela 45: Número de estudantes de Graduação de outras instituições em intercâmbio na UFMG no período de 2007-2017.
- Tabela 46: Número de egressos dos cursos de Graduação presenciais no período de 2000-2017.
- Tabela 47: Número de egressos dos cursos de Graduação noturnos no período de 2000-2017.
- Tabela 48: Número de egressos dos cursos presenciais de licenciatura no período de 2000-2017.
- Tabela 49: Resultados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG no período de 2014-2016.

TABELA 42
Opções de ingresso em cursos de Graduação em 2018

(continua)

		Curso	Turno	Vagas Anuais
	1	Administração	Diurno	50
	2	Administração	Noturno	50
	3	Antropologia	Noturno	40
	4	Aquacultura	Diurno	50
	5	Arquitetura e Urbanismo	Diurno	90
	6	Arquitetura e Urbanismo	Noturno	60
	7	Arquivologia	Noturno	40
	8	Artes Visuais	Diurno	80
	9	Biblioteconomia	Diurno	82
	10	Biblioteconomia	Noturno	40
	11	Biomedicina	Noturno	40
	12	Ciência da Computação	Diurno	80
	13	Ciências Atuariais	Diurno	25
	14	Ciências Biológicas	Diurno	100
	15	Ciências Biológicas Licenciatura	Noturno	100
	16	Ciências Contábeis	Noturno	80
	17	Ciências do Estado	Diurno	50
	18	Ciências Econômicas	Diurno	80
	19	Ciências Sociais	Diurno	80
	20	Ciências Socioambientais	Noturno	50
	21	Cinema de Animação e Artes Digitais	Noturno	40
	22	Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis	Diurno	30
	23	Controladoria e Finanças	Diurno	50
	24	Curso Superior de Tecnologia em Radiologia	Noturno	80
	25	Dança	Noturno	20
	26	Design	Noturno	60
	27	Design de Moda	Noturno	45
	28	Direito	Diurno	200
	29	Direito	Noturno	200
	30	Educação Física – Bacharelado	Diurno	60
	31	Educação Física – Bacharelado	Noturno	30
	32	Educação Física – Licenciatura	Diurno	60
	33	Enfermagem	Diurno	96
	34	Engenharia Aeroespacial	Diurno	50
	35	Engenharia Ambiental	Diurno	50
	36	Engenharia Civil	Diurno	200
	37	Engenharia de Controle e Automação	Diurno	80
	38	Engenharia de Controle e Automação	Noturno	50
	39	Engenharia de Minas	Diurno	60
	40	Engenharia de Produção	Diurno	90
	41	Engenharia de Sistemas	Noturno	50

Belo Horizonte

TABELA 42
Opções de ingresso em cursos de Graduação em 2018

(continua)

		Curso	Turno	Vagas Anuais
	42	Engenharia Elétrica	Diurno	100
	44	Engenharia Mecânica	Noturno	80
	45	Engenharia Metalúrgica	Diurno	60
	46	Engenharia Química	Diurno	60
	47	Estatística	Diurno	45
	48	Farmácia	Diurno	132
	49	Farmácia	Noturno	80
	50	Filosofia	Diurno	45
	51	Filosofia	Noturno	40
	52	Física	Diurno	80
	53	Física Licenciatura	Noturno	40
	54	Fisioterapia	Diurno	75
	55	Fonoaudiologia	Diurno	50
	56	Geografia	Diurno	40
	57	Geografia Licenciatura	Noturno	80
	58	Geologia	Diurno	35
	59	Gestão de Serviços de Saúde	Noturno	100
	60	Gestão Pública	Noturno	80
	61	História	Diurno	44
	62	História Licenciatura	Noturno	44
	63	Jornalismo	Noturno	40
	64	Jornalismo	Diurno	20
	65	Letras	Diurno	160
	66	Letras	Noturno	260
	67	Matemática	Diurno	80
	68	Matemática Licenciatura	Noturno	40
	69	Matemática Computacional	Diurno	20
	70	Medicina	Diurno	320
	71	Medicina Veterinária	Diurno	120
	72	Museologia	Diurno	40
	73	Música (Bacharelado)	Diurno	46
	74	Música (Bacharelado)	Noturno	30
	75	Música Licenciatura	Noturno	30
	76	Nutrição	Diurno	72
	77	Odontologia	Diurno	144
	78	Pedagogia	Diurno	66
	79	Pedagogia	Noturno	66
	80	Psicologia	Diurno	132
	81	Publicidade e Propaganda	Diurno	40
	82	Química	Diurno	50
	83	Química Licenciatura	Noturno	40
	84	Química Tecnológica (Bacharelado)	Noturno	40

TABELA 42
Opções de ingresso em cursos de Graduação em 2018

(conclusão)				
		Curso	Turno	Vagas Anuais
	85	Relação Públicas	Diurno	20
	86	Relações Econômicas Internacionais	Noturno	50
	87	Sistemas de Informação	Noturno	80
	88	Teatro	Diurno	40
	89	Terapia Ocupacional	Diurno	66
	90	Turismo	Diurno	60
(*)	91	Licenciatura em Educação do Campo	Diurno	35
	92	Formação Intercultural de Educadores Indígenas	Diurno	35
	93	Administração	Noturno	40
	94	Agronomia	Diurno	40
	95	Engenharia de Alimentos	Diurno	40
	96	Engenharia Agrícola e Ambiental	Diurno	40
	97	Engenharia Florestal	Diurno	40
	98	Zootecnia	Diurno	40

(*) Cursos em alternância (cursos presenciais que têm parte de sua carga horária em Belo Horizonte e parte em localidades geograficamente distribuídas).

TABELA 43
Número de vagas oferecidas nos cursos presenciais da UFMG no período de 2000-2016

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO / DIURNO	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
ADMINISTRAÇÃO / NOTURNO	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
ADMINISTRAÇÃO (MC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40
ANÁLISE DE SISTEMA E SERVIÇOS DE SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-
AQUACULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	50	50	50	50	50	50	50
ANTROPOLOGIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40
AGRONOMIA (MC)	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
ARQUITETURA E URBANISMO / DIURNO	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
ARQUITETURA E URBANISMO / NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	60	60	60	60	60
ARQUIVOLOGIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40
ARTES VISUAIS	66	66	66	66	66	66	66	66	66	80	80	80	80	80	80	80	80
BIBLIOTECONOMIA / DIURNO	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82
BIBLIOTECONOMIA / NOTURNO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
BIOMEDICINA / NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
CIÊNCIA DE ALIMENTOS / NOTURNO (MC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	-	-	-	-	-
CIÊNCIA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	50	50	50	50	50	50	50
CIÊNCIAS ATUARIAIS	-	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / DIURNO	80	80	80	80	80	80	80	80	80	100	100	100	100	100	100	100	100
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / NOTURNO	40	40	40	40	80	80	80	80	80	100	100	100	100	100	100	100	100
CIÊNCIAS CONTÁBEIS / NOTURNO	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
CIÊNCIAS SOCIAIS	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS / NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	50	50	50	50	50	50	50
CINEMA DE ANIMAÇÃO E ARTES DIGITAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40
COMUNICAÇÃO SOCIAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL(Publicidade) DIURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL (Jornalismo ou Relações Públicas) DIURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL (Jornalismo ou Relações Públicas) NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	-

TABELA 43

(continua)

TABELA 43

(continua)

TABELA 43
Número de vagas oferecidas nos cursos presenciais da UFMG no período de 2000-2016

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MÚSICA BACHARELADO/NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30	30	30	30	30
MÚSICA LICENCIATURA / NOTURNO	-	-	8	8	8	8	8	8	8	30	30	30	30	30	30	30	30
NUTRIÇÃO	-	-	-	-	60	60	60	60	60	72	72	72	72	72	72	72	72
ODONTOLOGIA	120	120	120	120	120	120	120	120	120	144	144	144	144	144	144	144	144
PEDAGOGIA DIURNO	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66
PEDAGOGIA NOTURNO	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66
PSICOLOGIA	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132
PUBLICADE E PROPAGANDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	50	50	50	50	50	50
RELAÇÕES PÚBLICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
QUÍMICA / DIURNO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50
QUÍMICA / NOTURNO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
QUÍMICA TECNOLÓGICA (BACHARELADO) / NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	80	80	80	80	80	80	80
TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	-	-	-
TEATRO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
TERAPIA OCUPACIONAL	60	60	60	60	60	60	60	60	60	66	66	66	66	66	66	66	66
TURISMO	-	-	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
ZOOTECNIA	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
TOTAL	4167	4354	4422	4422	4594	4674	4674	4674	4714	6020	6670	6680	6740	6740	6740	6740	6740

TABELA 44
Número de Estudantes de Graduação em Intercâmbio no período de 2007-2017

(continua)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	16	10	11	6	16	8	9	3	4	8	11
Administração/Noturno					1	1	3	2	4	4	4
Agronomia					2	2	1	4	6	5	1
Antropologia						2	3	4	4	4	4
Aquacultura						5	5	3	6	4	6
Arquitetura E Urbanismo	24	22	21	24	23	45	130	230	201	77	10
Arquivologia						1	2	2			
Artes Visuais	7	7	5	3	7	16	21	7	16	11	9
Biblioteconomia	1	2		2	5	1	2	2	1	6	1
Biomedicina						3	12	31	30	10	2
Cinema De Animação E Artes Digitais						1	7	7	4	4	3
Ciência Da Computação		2	4	1	1	12	32	59	60	30	2
Ciências Atuariais		2		1				3			
Ciências Biológicas	4	10	10	16	29	59	101	135	103	39	6
Ciências Contábeis		1	1		1	3			1	4	2
Ciências Do Estado						8	11	5	6	5	1
Ciências Econômicas	12	17	15	12	18	14	11	11	9	9	4
Ciências Sociais	12	14	21	11	21	21	13	12	16	13	8
Ciências Socioambientais						2	7	15	10	7	3
Comunicação Social	6	16	21	28	45	41	36	32	17	14	17
Conservação E Restauração De Bens					4	6	2		4	2	5
Culturais Móveis								2			
Controladoria E Finanças											1
Curso Superior De Tecnologia Em Radiologia								2	3	3	3
Dança						2	5	3	1	4	2
Design							5	16	58	51	12
Design De Moda					2	8	7	5	12	14	5
Direito	23	21	39	38	51	50	49	67	70	52	63
Educação Física	6	7	6	5	10	7	9	11	5	2	3
Enfermagem	1	1			2	8	22	14	7	3	2
Engenharia Aeroespacial							29	47	69	64	27
Engenharia Agrícola E Ambiental							5	5	5	4	3

TABELA 44
Número de Estudantes de Graduação em Intercâmbio no período de 2007-2017

(continua)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Engenharia Ambiental					1	14	29	62	66	18	6
Engenharia Civil	3	12	14	22	29	51	95	297	305	114	40
Engenharia De Alimentos						3	9	11	4	2	6
Engenharia De Controle E Automação	3	8	10	8	23	25	69	157	133	52	8
Engenharia De Minas	2	1	2	4	9	25	45	88	76	27	6
Engenharia De Produção	9	6	13	20	22	52	97	165	124	56	22
Engenharia De Sistemas					1	1	2	34	44	15	1
Engenharia Elétrica	10	21	29	23	21	40	80	146	131	62	16
Engenharia Florestal							4	8	6	1	2
Engenharia Mecânica	3	6	16	22	21	37	103	233	202	56	8
Engenharia Metalúrgica			6	3	3	14	40	101	84	25	1
Engenharia Química	1	2	12	21	16	28	67	101	104	43	9
Estatística		1		1		2	1	5	5	2	
Farmácia		4	5	6	12	18	31	68	78	31	3
Filosofia		5	5	5	4	3	3	3	3	2	8
Fisioterapia	2		2	2	3	7	7	16	18	4	1
Fonoaudiologia			1		1	2	4	8	9	4	2
Física	1	2			6	7	17	27	22	8	
Geografia	1	3	3	4	7	11	12	15	14	11	6
Geologia				1	2	1	6	30	32	11	8
Gestão De Serviços De Saúde						1	4	1	2		1
Gestão Pública						3	4	1	4	3	1
História	6	10	12	10	19	11	20	20	10	4	8
Letras	16	30	41	52	50	41	57	48	46	32	24
Matemática	1				3		4	6	5	3	1
Matemática Computacional					1		5	8	6	1	
Medicina	2	2		2	2	26	59	159	151	42	3
Medicina Veterinária	1	2	1	3	3	6	12	45	41	11	3
Museologia							2	7	5	3	2
Música	5	3	3	5	5	12	15	14	9	5	1
Nutrição	1	3	1	2	3	6	12	9	9	4	4
Odontologia	2		1			3	9	22	31	14	
Pedagogia	2	1	4	7	9	7	8	9	11	12	3

TABELA 44
 Número de Estudantes de Graduação em Intercâmbio no período de 2007-2017

(conclusão)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Psicologia	6	10	16	20	14	20	25	27	21	11	9
Química		5	1		2	5	17	42	24	5	
Química Tecnológica							4	16	11	1	
Relações Econômicas Internacionais						3	8	6	7	13	6
Sistemas De Informação			1		2	7	17	46	51	21	1
Teatro		1	2	1	7	8	11	6	3	12	8
Terapia Ocupacional	2		1	3		1	9	8	5	1	2
Turismo	1	5	4	1	11	7	12	12	9	7	6
Zootecnia					2		1	2	2	1	1
TOTAL	192	276	359	396	553	876	1606	2893	2642	1127	422

TABELA 45
Número de estudantes de Graduação de outras instituições em intercâmbio na UFMG

(continua)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	9	15	14	11	15	11	11	13	13	12	11
Administração/Noturno											
Agronomia				1	3	2	2	2		1	4
Antropologia					1	4	6	7	11	9	2
Aquacultura											
Arquitetura E Urbanismo	10	11	15	22	17	12	19	29	36	37	47
Arquivologia											
Artes Visuais	8	10	11	10	7	9	9	14	13	15	16
Biblioteconomia			1	2	2			1			
Biomedicina					1						1
Cinema De Animação E Artes Digitais						1		1	4	8	8
Ciência Da Computação	1		2	7	5	3	2	3	4	6	6
Ciências Atuariais										1	1
Ciências Biológicas	8	18	10	11	15	15	10	11	12	18	18
Ciências Contábeis	1	1	3	3	1	1	2	6	1	1	3
Ciências Do Estado								1	1	1	
Ciências Econômicas	4	8	10	10	9	16	13	21	13	11	11
Ciências Sociais	14	23	16	22	24	13	9	13	11	7	6
Ciências Socioambientais								4	3	1	
Comunicação Social	8	12	20	22	26	24	10	9	8	11	11
Comunicação Social-Jornalismo E Relações Públicas								1	1	1	6
Comunicação Social-Publicidade										2	5
Conservação E Restauração De Bens Culturais Móveis					1	4	1		1	3	2
Controladoria E Finanças						1	1	1	1	1	1
Curso Superior De Tecnologia Em Radiologia											
Dança									1	2	1
Design						2	4	1	3	2	3
Design De Moda							1	1	1		
Direito	7	13	16	25	26	23	23	20	29	30	20
Educação Física	4	4	7	2		2	4	3	3	3	8
Enfermagem		1	1	6	6	3	4	6	6	4	5
Engenharia Aeroespacial						2	1	4	5	10	5
Engenharia Agrícola E Ambiental								1			2

TABELA 45
Número de estudantes de Graduação de outras instituições em intercâmbio na UFMG

(continua)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Engenharia Ambiental					3	2	8	13	14	13	
Engenharia Civil	1	2	11	10	7	12	13	16	21	27	
Engenharia De Alimentos					1	1	2	3	1	4	1
Engenharia De Controle E Automação					1	1	2	3	1	4	7
Engenharia De Minas	2	2	1	1	4	3	8	8	8	18	20
Engenharia De Produção	1	1	2	7	15	15	9	8	19	23	11
Engenharia De Sistemas											
Engenharia Elétrica	5	8	5	10	9	7	5	18	20	13	10
Engenharia Florestal						1	1				
Engenharia Mecânica	1		3	8	7	6	7	6	16	22	15
Engenharia Metalúrgica				3	2	1	3	4	4	6	8
Engenharia Química		1	2	4	3	7	7	5	14	12	6
Estatística		1						1	3	2	1
Farmácia	1	2	3	1	3	4	3	3	1	8	7
Filosofia			1	1	1	2	5	7	5	4	4
Fisioterapia		2	2		2	3	6	3	2	3	6
Fonoaudiologia	1	1		1	1						
Física	1	1	1	2	2		1	1	2	2	1
Geografia	1	3	6	8	6	2	3	5	5	4	3
Geologia	1	1		2	1	4	3	1	5	10	10
Gestão De Serviços De Saúde									1		
Gestão Pública								1	4	3	1
História	6	9	8	4	3	6	5	9	9	5	7
Letras	20	23	27	36	43	42	53	47	51	35	36
Matemática				1	1			1	1	2	3
Matemática Computacional											
Medicina	2	4	9	11	8	8	16	14	10	16	17
Medicina Veterinária	5	11	13	9	12	9	11	15	11	10	20
Museologia							1	2		1	1
Música	1	4	9	5	5	5	5	7	11	8	4
Nutrição	1	2	3		3	2			2	4	3
Odontologia	3	3	1		2	2	3	4	7	9	6
Pedagogia		2	3	8	8	6	2	11	11	1	8
Psicologia	2	8	9	7	2	6	5	8	9	12	12
Publicidade E Propaganda					1	4	5	6	8	2	2
Química	3	3							6	6	4

TABELA 45
 Número de estudantes de Graduação de outras instituições em intercâmbio na UFMG

(conclusão)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Química Tecnológica											
Relações Econômicas Internacionais					3	6	6	9	6	9	12
Relações Públicas									1	1	
Sistemas De Informação				2	3	1		1	4	4	1
Teatro	3	3		1	2	1		6	8	4	4
Terapia Ocupacional											1
Turismo	1	1	1	1	1	6	5	1	1	4	5
Zootecnia											
TOTAL	135	213	237	299	329	318	322	412	469	501	495

TABELA 46
Número de egressos dos cursos de Graduação presenciais de 2000-2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	84	81	94	108	94	94	83	87	87	77	92	75	98	62	90	79	75	70
Administração/Noturno														20	20	17	33	23
Agronomia				31	37	41	31	49	30	40	40	36	31	27	32	24	41	26
Antropologia															10	13	14	24
Aquacultura														10	13	15	16	22
Arquitetura E Urbanismo	71	68	100	61	78	88	71	70	77	78	71	78	93	73	99	97	124	131
Arquivologia												2	32	33	29	30	25	24
Artes Visuais	80	56	75	64	76	67	96	50	58	58	52	53	48	46	72	71	57	63
Biblioteconomia	60	66	60	111	109	101	110	141	84	107	129	90	109	112	113	97	81	79
Biomedicina														4	17	25	37	
Cinema De Animação E Artes Digitais														3	23	17	37	32
Ciência Da Computação	64	77	70	57	53	69	78	44	75	62	63	62	49	40	48	54	48	52
Ciências Atuariais						9	19	26	23	13	15	21	19	20	14	12	9	9
Ciências Biológicas	112	139	131	117	125	122	109	127	148	121	94	160	121	141	126	149	155	157
Ciências Contábeis	72	93	81	71	65	67	79	63	49	68	78	56	36	54	52	51	55	50
Ciências Do Estado													12	14	17	22	18	22
Ciências Econômicas	71	43	83	70	63	63	54	65	66	82	52	62	66	60	55	45	63	50
Ciências Sociais	42	57	54	71	61	68	58	78	86	69	65	73	64	55	56	49	72	70
Ciências Socioambientais														3	18	25	23	26
Comunicação Social	82	74	59	45	90	109	90	94	122	102	111	110	103	96	135	143	115	109
Conservação E Restauração De Bens Culturais Móveis													7	19	20	19	17	16
Controladoria E Finanças														5	10	18	15	23
Curso Superior De Tecnologia Em Radiologia														7	31	45	58	30
Dança														2	9	9	6	
Design														19	30	50	51	
Design De Moda													3	11	31	30	25	49
Direito	303	311	320	328	323	311	312	307	328	359	373	341	367	369	363	382	398	361
Educação Física	104	121	122	126	139	118	89	155	132	163	105	112	74	79	73	85	103	94
Enfermagem	74	96	88	112	99	95	89	103	87	78	100	91	74	38	62	76	90	67
Engenharia Aeroespacial														2	22	28	22	34
Engenharia Agrícola E Ambiental													20	27	27	19	20	

TABELA 46
Número de egressos dos cursos de Graduação presenciais de 2000-2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Engenharia Ambiental															12	25	38	22	39	
Engenharia Civil	170	160	175	155	158	144	117	122	143	160	175	152	166	189	164	179	141	150		
Engenharia De Alimentos															20	22	12	21		
Engenharia De Controle E Automação			12	40	51	45	65	57	69	57	46	65	59	52	41	96	70	75		
Engenharia De Minas	28	25	36	22	15	19	22	44	39	62	53	40	63	47	49	48	49	46		
Engenharia De Produção							27	62	68	75	72	76	81	72	62	67	79	76	76	
Engenharia De Sistemas															1	6	17			
Engenharia Elétrica	64	43	86	85	88	79	88	90	79	73	63	88	82	71	63	58	72	83		
Engenharia Florestal															16	31	24	37	28	
Engenharia Mecânica	73	56	61	75	71	57	98	97	100	130	140	144	155	114	94	114	97	125		
Engenharia Metalúrgica	29	30	33	36	37	17	38	46	45	33	55	61	54	40	45	38	33	56		
Engenharia Química	42	51	50	49	53	47	56	44	43	54	54	45	54	54	31	54	45	53		
Estatística	21	14	19	26	23	38	20	27	33	24	31	24	34	20	11	19	15	24		
Farmácia	228	235	244	237	218	220	224	220	185	210	173	170	100	89	79	87	97	149		
Filosofia	45	31	24	42	38	28	32	37	46	34	29	33	25	31	34	38	37	61		
Fisioterapia	40	49	46	41	43	60	46	60	47	48	54	58	46	52	57	47	81	61		
Fonoaudiologia				18	41	51	51	45	40	43	57	49	34	29	18	41	35	32		
Formação Intercultural Para Educadores Indígenas															25	31	29	28	30	
Física	57	51	40	58	68	56	70	87	64	54	52	35	42	38	30	51	51	51		
Geografia	55	60	78	77	76	55	69	79	79	81	77	67	71	83	58	63	88	92		
Geologia	16	21	18	13	16	37	26	31	33	39	25	34	33	34	17	29	27	23		
Gestão De Serviços De Saúde															27	62	63	56	65	
Gestão Pública															3	26	27	55	48	40
História	89	89	72	61	72	86	78	64	69	89	87	67	55	56	78	65	72	62		
Letras	253	276	237	277	276	281	279	294	259	248	241	215	229	249	279	270	298	294		
Licenciatura Em Educação Do Campo															27	20	20	27		
Matemática	72	65	75	59	75	44	72	67	51	63	47	41	32	31	30	44	37	27		
Matemática Computacional		1	6	5	7	9	7	11	7	7	9	7	3	8	7	7	11	2		
Medicina	324	328	316	326	323	316	330	319	316	309	329	315	326	312	302	302	289	313		
Medicina Veterinária	108	123	118	136	116	95	107	121	118	111	111	104	95	106	81	88	110	79		
Museologia															17	26	27	18		
Música	18	36	30	48	35	42	62	38	46	37	40	50	42	55	74	58	89	89		

TABELA 46
Número de egressos dos cursos de Graduação presenciais de 2000-2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nutrição									49	54	64	44	52	67	47	61	52	54
Odontologia	110	113	124	127	108	122	122	97	110	127	116	114	108	110	70	148	119	152
Pedagogia	142	159	195	125	118	141	127	138	124	117	121	88	113	112	112	105	107	117
Psicologia	192	231	175	200	209	195	200	210	201	197	207	174	110	116	109	99	116	99
Química	52	52	63	60	45	52	52	69	56	52	45	68	73	43	28	34	39	36
Química Tecnológica												1	3	5	12	14	19	23
Relações Econômicas Internacionais															16	27	24	34
Sistemas De Informação										14	10	30	25	17	25	31	42	60
Teatro			27	28	34	34	63	28	37	29	22	16	27	34	33	32	35	17
Terapia Ocupacional	38	39	27	37	46	58	45	57	62	46	54	50	48	53	77	62	56	43
Turismo						17	36	24	39	58	44	38	29	41	44	34	23	39
Zootecnia										25	30	36	29	31	34	24	27	19
TOTAL	3485	3620	3724	3835	3881	3904	4039	4147	4106	4236	4183	4031	3911	3971	4239	4595	4727	4833

TABELA 47
Número de egressos dos cursos de Graduação noturnos no período de 2000-2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Administração	40	39	48	48	42	50	48	33	44	42	44	42	54	30	38	40	45	39		
Administração (MC)														20	20	17	33	23		
Antropologia															10	13	14	24		
Arquitetura E Urbanismo															7	37	31	37	53	
Arquivologia														2	32	33	29	30	24	
Biblioteconomia														69	27	47	57	44	33	
Biomedicina																4	17	25	37	
Cinema De Animação E Artes Digitais															3	23	17	37	32	
Ciências Biológicas	25	51	46	38	35	38	40	45	71	62	39	85	59	80	63	70	62	56		
Ciências Contábeis	72	93	81	71	65	67	79	63	49	68	78	56	36	54	52	51	55	50		
Ciências Socioambientais															3	18	25	23	26	
Comunicação Social															9	41	38	29	35	
Curso Superior De Tecnologia Em Radiologia																7	31	45	58	30
Dança																2	9	9	6	
Design																19	30	50	51	
Design De Moda																3	11	31	30	49
Direito															6	81	147	194	171	178
Educação Física																		173	167	191
Engenharia De Alimentos																		205	162	
Engenharia De Controle E Automação																		22	12	20
Engenharia De Sistemas																		1	6	17
Engenharia Mecânica															2	28	46	55	69	79
Farmácia																		47	52	41
Filosofia																		14	21	41
Física	34	32	19	38	41	27	28	33	29	23	19	12	12	9	10	25	14	12		
Geografia	23	24	35	38	32	21	27	33	40	41	42	32	27	24	11	36	38	44		
Gestão De Serviços De Saúde																	27	62	63	56
Gestão Pública																	3	26	27	55
História	41	42	40	29	36	39	39	31	33	45	38	30	25	28	44	34	38	28		
Letras	9	48	92	137	150	154	143	161	140	136	124	102	130	125	141	145	179	185		
Matemática	35	31	26	15	31	24	29	27	18	35	20	23	12	14	9	21	12	12		

TABELA 47
Número de egressos dos cursos de Graduação noturnos no período de 2000-2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Música													5	30	42	29	51	49
Pedagogia	61	77	101	63	59	72	65	63	58	58	69	43	50	66	57	45	56	56
Química	17	20	27	18	22	23	20	28	30	31	23	29	25	23	13	10	18	16
Química Tecnológica												1	3	5	12	14	19	23
Relações Econômicas Internacionais															16	27	24	34
Sistemas De Informação										14	10	30	25	17	25	31	42	60
TOTAL	357	457	515	530	550	553	582	617	673	814	848	759	815	929	1181	1356	1479	1556

TABELA 48
Número de egressos dos cursos presenciais de licenciatura no período de 2000-2017

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Artes Visuais	14	20	22	16	16	17	26	6	14	4	9	2	6	6	7	15	14	10	
Ciências Biológicas	69	97	84	70	73	79	68	86	113	84	54	103	68	103	80	82	75	70	
Ciências Sociais	15	19	20	36	19	28	19	17	20	21	21	16	4	5	7	13	21	21	
Dança															2	9	9	6	
Educação Física	79	102	87	86	95	79	60	111	81	64	31	38	23	23	30	38	36	32	
Enfermagem	11	16	12	21	22	48	38	64	33	36	17	2							
Filosofia	26	18	13	26	19	10	15	17	28	12	10	9	7	10	5	13	10	22	
Formação Intercultural Para Educadores Indígenas															25	31	29	28	30
Física	37	34	20	40	43	36	41	53	36	32	25	17	19	17	14	28	23	15	
Geografia	35	51	64	60	47	42	41	48	46	50	51	41	41	28	22	40	50	58	
História	74	71	56	49	59	70	73	60	54	80	75	55	45	45	72	52	65	51	
Letras	230	235	214	231	226	239	225	233	215	197	191	154	156	158	197	176	236	221	
Licenciatura Em Educação Do Campo															27	20	20	27	
Matemática	69	61	67	48	68	38	66	58	48	58	43	33	27	26	25	35	30	21	
Música	2	6	2	9	8	9	13	7	12	8	8	9	5	12	22	14	26	22	
Pedagogia	142	159	195	125	118	141	127	138	124	117	121	88	113	112	112	105	107	117	
Psicologia	15	25	11	20	11	8	17	11	20	22	17	10	5	6	2				
Química	33	45	55	47	42	41	43	40	40	34	26	33	31	26	15	13	19	18	
Teatro				9	13	16	22	30	16	28	16	15	8	17	16	17	13	5	
TOTAL	851	959	931	897	882	907	902	965	912	835	714	618	567	618	687	695	782	746	

TABELA 49
Resultados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG no período de 2014-2016

(continua)

Curso de Graduação	Formação Geral*	Conhecimento Específico*	ENADE Contínuo#	ENADE Conceito	IDD	Organização Didático-Pedagógica**	Infraestrutura e Instalações físicas**	Oportunidades de Ampliação da Formação**	CPC Contínuo#	CPC Conceito
ENADE 2016										
Educação Física (Bacharelado)	51,89	60,33	4,75	5	3	4,85	4,35	4,54	3,45	4
Biomedicina	68,64	56,61	4,63	5	3	5,29	5,15	5,65	3,73	4
Enfermagem	54,04	58,68	4,48	5	3	5,61	5,63	5,45	3,75	4
Farmácia	57,49	64,69	4,20	5	3	5,06	4,90	5,01	3,49	4
Medicina Veterinária	54,51	58,72	4,19	5	3	4,87	4,59	4,76	3,33	4
Nutrição	53,24	65,15	4,08	5	3	4,97	4,90	4,58	3,39	4
Fisioterapia	54,69	44,85	3,72	4	3	5,29	4,96	4,90	3,39	4
Fonoaudiologia	55,01	63,85	3,71	4	3	5,57	5,27	5,17	3,58	4
Medicina	67,56	70,82	3,52	4	3	5,18	4,92	5,13	3,26	4
Agronomia	53,84	64,17	3,37	4	3	4,96	4,79	4,78	3,24	4
Odontologia	60,12	61,37	3,32	4	2	5,25	4,94	5,29	3,09	4
Tecnologia em Radiologia	44,65	48,74	3,16	4	3	5,35	5,31	4,89	3,27	4
Zootecnia	47,37	41,62	2,68	3	3	5,19	4,94	4,92	3,30	4
ENADE 2015										
Administração (BH)	69,38	58,48	5,00	5	3	4,27	4,26	4,50	3,52	4
Administração (Montes Claros)	67,69	52,22	4,46	5	4	4,98	4,73	5,04	3,75	4
Ciências Contábeis	64,30	54,45	4,66	5	3	4,52	4,49	4,44	3,63	4
Ciências Econômicas	69,09	52,59	4,52	5	3	4,49	4,93	4,67	3,36	4

TABELA 49
 Resultados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG no período de 2014-2016

(continua)

Curso de Graduação	Formação Geral*	Conhecimento Específico*	ENADE Contínuo [#]	ENADE Conceito	IDD	Organização Didático-Pedagógica**	Infraestrutura e Instalações físicas**	Oportunidades de Ampliação da Formação**	CPC Contínuo [#]	CPC Conceito
Design	61,94	53,32	3,11	4	3	4,35	3,27	4,34	2,73	3
Direito	70,20	55,38	4,26	5	2	4,21	3,45	4,53	3,17	4
Jornalismo	71,76	54,95	4,43	5	3	4,71	4,13	4,56	-	-
Psicologia	70,86	54,56	4,19	5	3	4,68	4,00	4,52	3,40	4
Publicidade e Propaganda	73,11	66,54	4,90	5	3	4,58	3,99	4,48	-	-
Relações Internacionais	72,54	50,85	3,48	4	2	4,72	5,04	4,89	3,06	4
Turismo	63,72	67,67	4,17	5	3	4,92	4,62	4,58	3,38	4
ENADE 2014										
Arquitetura E Urbanismo	62,93	52,5	3,58	4	2	4,80	4,30	5,10	3,08	4
Matemática (Bacharelado)	66,7	48,06	3,06	4	3	4,70	4,70	5,10	3,47	4
Matemática (Licenciatura)	56,8	37,25	3,54	4	3	4,50	4,40	4,40	3,19	4
Letras-Português (Bacharelado)	63,45	48,63	3,28	4	2	5,10	4,90	4,90	3,12	4
Letras-Português (Licenciatura)	62,58	51,99	4,67	5	3	5,10	4,90	4,90	3,58	4
Física (Bacharelado)	62,81	41,62	3,75	4	3	4,70	4,60	4,90	3,32	4
Física (Licenciatura)	59,96	55,51	4,07	5	3	4,70	4,70	5,00	3,44	4
Química (Bacharelado)	69,12	52,57	4,16	5	3	4,60	4,60	4,70	3,42	4
Química (Licenciatura)	61,08	48,37	3,33	4	4	4,90	4,80	4,10	3,63	4
Ciências Biológicas (Bacharelado)	71,31	62,84	4,88	5	3	4,80	4,50	4,60	3,83	4
Ciências Biológicas (Licenciatura)	64,99	50,78	3,47	4	3	4,96	4,60	4,50	3,46	4

TABELA 49
Resultados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG no período de 2014-2016

(continua)

Curso de Graduação	Formação Geral*	Conhecimento Específico*	ENADE Contínuo#	ENADE Conceito	IDD	Organização Didático-Pedagógica**	Infraestrutura e Instalações físicas**	Oportunidades de Ampliação da Formação**	CPC Contínuo#	CPC Conceito
Pedagogia (Licenciatura)	59,61	58,77	3,94	5	3	5,37	5,20	4,80	3,47	4
História (Bacharelado)	65,68	53,3	3,26	4	1	4,70	3,90	4,60	2,24	3
História (Licenciatura)	68,38	60,9	4,43	5	3	5,30	4,20	4,90	3,64	4
Artes Visuais (Licenciatura)	64,47	56,79	4,04	5	3	4,90	4,00	4,40	3,26	4
Geografia (Bacharelado)	62,57	48,79	3,27	4	3	5,10	4,70	4,10	3,23	4
Geografia (Licenciatura)	62,45	46,29	3,73	4	3	4,70	4,40	4,30	3,21	4
Filosofia (Bacharelado)	63,83	54,25	3,76	4	3	5,10	4,40	4,40	3,53	4
Filosofia (Licenciatura)	50,98	45,64	2,95	4	2	4,60	3,80	4,00	2,85	3
Educação Física (Licenciatura)	55,33	54,46	3,81	4	3	5,00	4,60	5,10	3,37	4
Ciência da Computação (Bacharelado)	69,68	61,78	4,67	5	2	4,70	4,70	5,00	3,38	4
Sistemas de Informação	66,76	53,74	4,32	5	5	4,50	4,50	4,90	4,19	5
Música (Licenciatura)	60,08	40,01	1,56	2	2	5,30	4,60	4,80	2,64	3
Ciências Sociais (Bacharelado)	62,46	51,61	3,76	4	3	4,70	4,00	4,50	3,22	4
Ciências Sociais (Licenciatura)	61,71	51,93	4,01	5	5	4,30	3,60	4,10	3,79	4
Engenharia Civil	58,51	53,57	3,98	5	2	4,80	4,90	4,90	3,18	4
Engenharia Elétrica	70,72	60,66	4,63	5	5	4,40	4,80	5,00	4,35	5
Engenharia de Controle E Automação	72,72	58,66	4,31	5	5	4,60	4,90	5,00	4,14	5
Engenharia Mecânica	63,63	54,17	3,52	4	4	4,50	4,60	4,80	3,70	4
Engenharia Química	74,78	61,01	4,93	5	4	4,70	5,00	5,10	4,00	5

TABELA 49
Resultados do ENADE dos cursos de Graduação da UFMG no período de 2014-2016

(conclusão)

Curso de Graduação	Formação Geral*	Conhecimento Específico*	ENADE Contínuo [#]	ENADE Conceito	IDD	Organização Didático-Pedagógica**	Infraestrutura e Instalações Físicas**	Oportunidades de Ampliação da Formação**	CPC Contínuo [#]	CPC Conceito
Engenharia de Produção	69,9	55,54	3,98	3	3	5,00	4,90	5,20	2,92	3
Engenharia Ambiental	73,73	61,1	4,1	5	3	5,00	4,90	5,10	3,56	4
Engenharias	71,71	59,75	3,97	5	2	4,50	4,70	4,80	3,09	4
Engenharia de Alimentos	59,15	46,43	2,19	5	3	4,90	4,70	4,90	3,68	4
Engenharia Florestal	65,54	44,8	2,93	4	1	4,90	4,30	5,00	2,57	3
Média da UFMG	63,28	54,66	3,88	4,47	2,97	4,85	4,59	4,78	3,39	3,96

*Nota Bruta na parte de formação geral e na parte de componente específico na prova do ENADE corresponde a nota em 100 pontos.

**Nota Bruta na Organização didático-pedagógica, infraestrutura e ampliação da formação corresponde à média da nota na escala Likert, entre 1 e 6, no questionário do estudante, onde 6 = concordo plenamente.

#Nota contínua ENADE e CPC variam entre 0 a 5.

Conceito ENADE, IDD e CPC valores 1, 2, 3, 4 ou 5.

CPC: Conceito Preliminar de Curso IDD: Indicador da Diferença de desempenho Observado e Esperado.

ANEXO II

PÓS-GRADUAÇÃO

- Tabela 50: Número de teses de Doutorado defendidas de 2000 a 2017, por programa.
- Tabela 51: Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017, por programa.
- Tabela 52: Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017, por curso.
- Tabela 53: Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017, por programa.
- Tabela 54: Número de matrículas em cursos de Doutorado, de 2000 a 2017, por programa.
- Tabela 55: Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018.

TABELA 50
Número de teses de Doutorado defendidas de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	7	7	1	5	10	4	6	6	7	6	6	8	13	19	30	23	12	22
Análises Clínicas E Toxicológicas																	1	3
Arquitetura E Urbanismo													2	5	13	9	14	9
Artes									1		7	15	19	13	18	11	15	29
Bioinformática							1	7	5	8	3	6	8	4	9	17	12	10
Biologia Celular	4	9	2	6	1	3	6	4	7	11	7	14	10	9	12	22	23	12
Biologia Vegetal						2	4	6	7	4	7	3	5	2	17	13	9	9
Bioquímica E Imunologia	10	19	12	10	8	22	15	16	18	12	21	19	10	21	24	22	25	23
Ciência Animal	19	31	34	29	25	31	30	17	27	17	9	17	29	26	26	21	22	25
Ciência Da Computação	4	10	9	6	8	9	9	10	12	9	8	8	15	10	10	15	13	11
Ciência Da Informação	3	1	6	5	4	13	5	8	9	9	5	14	10	20	12	11	13	11
Ciência De Alimentos							4	4	3	4	4	4	6	7	7	7	14	2
Ciência Política									2	8	4	7	9	8	10	12	11	9
Ciências Aplicadas À Cirurgia E À Oftalmologia	9	13	4	5	7	3	3	6	12	7	9	7	18	18	14	9	2	15
Ciências Aplicadas À Saúde Do Adulto							2	3	4	1	14	3	4	7	10	11	5	6
Ciências Biológicas - Fisiologia E Farmacologia	8	7	12	8	15	19	7	20	15	16	21	13	15	17	27	14	20	21
Ciências Biológicas: Farmacologia Bioquímica E Molecular				1	4	7	6	6	7	6	9	2	2	3	2			
Ciências Da Reabilitação										4	4	6	10	5	14	10	11	10
Ciências Da Saúde - Infectologia E Medicina Tropical	2	4	3	7	4	2	2	5	7	7	8	8	6	7	12	10	9	6
Ciências Da Saúde - Saúde Da Criança E Do Adolescente	12	8	5	9	4	8	17	7	10	17	18	12	25	16	21	12	19	14
Ciências Do Esporte												2	3	2	9	10	7	17
Ciências E Técnicas Nucleares									1	2	7	1	7	5	11	7	11	12

TABELA 50
Número de teses de Doutorado defendidas de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ciências Farmacêuticas		2	1	2	1	5		6	9	10	10	3	11	10	17	16	12	4
Ciências Humanas: Sociologia E Política	1	3	2	4	3	8	2	9	6	14								
Comunicação Social								1	5	3	5	5	5	3	14	10	10	11
Demografia	1	7	5	1	1	10	4	3	8	10	8	7	5	8	11	7	9	9
Direito	14	31	23	22	23	17	30	28	24	13	8	12	11	14	14	17	32	40
Ecologia, Conservação E Manejo Da Vida Silvestre		9	6	4	6	6	5	6	17	8	9	7	11	14	11	12	17	15
Economia						4	2	3	7	5	6	11	9	7	21	9	9	5
Educação - Conhecimento E Inclusão Social	8	14	15	9	21	14	13	26	28	51	54	38	24	43	76	73	56	61
Enfermagem									3	5	6	5	13	9	12	11	18	18
Engenharia De Estruturas					2	2	4	6	7	5	1	3	5	2	5	4	3	7
Engenharia De Produção															4	9	6	7
Engenharia Elétrica	11	11	3	8	7	12	13	14	16	13	12	19	14	19	24	26	26	17
Engenharia Mecânica		2	6	3	9	7	10	15	10	18	9	7	11	9	10	6	13	14
Engenharia Metalúrgica, Materiais E De Minas	16	16	15	16	12	19	8	15	14	8	12	18	19	11	15	14	14	16
Engenharia Química										2	2	2		3	4	8	6	5
Estatística										4	6	6	2	2	5	10	9	4
Estudos Do Lazer																10	20	
Estudos Linguísticos	4	12	14	13	10	16	18	17	24	21	18	33	32	30	45	39	31	32
Filosofia	5	5	3	4	3	3	7	6	5	4	5	9	8	6	12	11	13	18
Física	11	12	8	10	11	12	16	9	18	16	11	14	13	17	23	17	17	18
Genética							2	9	3	2	3	6	16	11	12	14	13	8
Geografia									3	11	6	6	9	14	12	10	15	10
Geologia						1	3	6	4	3	3	2	2	2	2	3	3	5

TABELA 50
Número de teses de Doutorado defendidas de 2000 a 2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Gestão E Organização Do Conhecimento																		5
História				1	3	4	8	14	7	7	14	7	8	7	18	14	25	22
Letras: Estudos Literários	19	11	7	7	18	21	18	26	24	15	17	16	14	21	33	25	29	24
Matemática				2	1	2	2	1	4	6	7	7	8	3	6	11	13	15
Medicamentos E Assistência Farmacêutica																1	6	4
Medicina - Gastroenterologia	2			3	2	6	2	5	1	4		3	1					
Medicina Molecular													1	6	6	11	8	7
Microbiologia	8	9	12	13	8	16	14	14	16	13	15	13	13	18	17	30	18	18
Música	1															5	15	
Neurociências												1	3	3	11	3	11	8
Odontologia								5	10	5	7	14	14	16	17	20	29	21
Oftalmologia	9	18	3	9	11	1	5	2	7	1								
Parasitologia	6	12	6	11	8	3	7	17	8	8	10	15	12	7	19	22	13	17
Patologia	4	4	6	3	6	3	1	5	3	4	10	4	5	2	9	13	7	8
Psicologia														12	11	18	16	12
Química	19	14	18	11	15	28	13	25	38	18	29	27	35	31	24	34	26	34
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos					6	6	8	4	9	4	6	8	15	16	7	13	10	18
Saúde Da Mulher	2	6	7	3	8	3	5	5	8	2	2	6	8	4	6	5	3	3
Saúde Pública						1	6	6	8	4	1	8	6	6	8	15	6	7
Sociologia											7	8	4	6	5	7	6	8
Zoologia																3	5	7
Zootecnia									10	18	14	22	13	12	10	28	18	22
TOTAL	219	307	254	256	292	360	352	450	525	487	528	539	633	630	911	869	862	878

TABELA 51
Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Administração	37	48	13	19	38	19	15	16	27	24	15	22	22	23	25	24	25	33	
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável									5	8	14	19	13	18	17	20	22	21	
Antropologia									10	9	9	11	12	8	16	12	17	15	
Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais									5	4	11	7	6	9	13	13	4	18	
Análises Clínicas e Toxicológicas															15	8	7		
Arquitetura E Urbanismo	11	12	14	9	8	13	14	17	15	21	14	15	12	10	18	21	18	16	
Artes		12	12	22	12	21	28	35	18	26	30	38	26	17	25	24	21	28	
Bioinformática														1	3	12	14	14	
Biologia Celular	3	8	4	10	15	11	7	23	8	18	6	16	25	5	20	13	15	11	
Biologia Vegetal		4	9	4	4	10	8	7	6	16	13	12	10	2	22	13	8	10	
Bioquímica e Imunologia	10	16	10	10	17	17	13	16	17	18	20	11	16	19	21	17	18	16	
Ciência Animal								17	37	39	65	55	41	22	52	38	39	37	
Ciência da Computação	28	74	35	32	38	37	35	28	26	53	46	51	43	44	51	57	67	66	
Ciência da Informação	26	30	11	12	19	27	18	22	24	21	20	16	14	23	25	31	24	14	
Ciência de Alimentos	14	16	13	10	13	17	13	16	12	15	18	17	13	13	21	11	13	16	
Ciência Política	10	10	7	9	11	9	9	11	11	12	9	13	15	14	20	11	19	14	
Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia	6	11	4	9	9	14	6	18	10	15	15	16	14	17	20	18	12	6	
Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto					8	9	8	13	10	12	18	36	13	17	22	15	21	14	
Ciências Biológicas - Fisiologia e Farmacologia	14	17	19	8	11	23	10	17	22	20	20	24	16	17	29	17	20	16	
Ciências Biológicas: Farmacologia Bioquímica e Molecular				7	11	2	9	3	7	2	8	2	2						
Ciências da Reabilitação						20	22	31	20	25	17	21	11	31	5	20	17	14	13
Ciências da Saúde - Saúde da Criança e do Adolescente	11	19	21	14	15	23	34	41	43	42	41	38	32	15	26	26	15	17	

TABELA 51
Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ciências da Saúde - Infectologia e Medicina Tropical	2	9	8	9	9	6	12	14	16	25	17	14	24	9	23	12	22	17
Ciências do Esporte	3	12	9	12	15	14	8	22	16	18	8	14	21	10	6	21	21	19
Ciências e Técnicas Nucleares	9	10	10	7	10	17	14	14	13	8	8	11	9	5	2	4	13	9
Ciências Farmacêuticas	10	14	23	17	20	10	22	26	31	14	13	15	15	2	22	19	16	11
Ciências Fonoaudiológicas															7	17	22	15
Comunicação Social	13	15	3	13	14	15	9	16	10	14	9	11	9	15	15	17	19	19
Construção Civil							5	12	13	20	12	9	11	9	10	16	22	17
Controladoria e Contabilidade										5	12	11	7	5	8	6	8	12
Demografia	7	9	4	4	7	8	6	6	14	9	12	8	6	8	11	11	7	9
Dermatologia	3	2																
Direito	46	95	81	70	77	71	47	22	10	39	29	37	53	23	83	26	79	65
Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre	10	20	13	9	10	9	12	18	30	21	15	18	10	16	29	25	15	6
Economia	5	19	15	12	7	12	14	11	14	7	8	8	12	5	17	12	14	6
Educação - Conhecimento E Inclusão Social	31	42	49	87	44	25	27	51	71	72	76	59	50	58	69	47	40	50
Educação E Docência															40	48	40	
Enfermagem	34	35	27	38	12	18	21	22	27	31	24	36	37	29	36	27	41	35
Engenharia De Estruturas	9	39	19	15	15	16	20	10	8	9	13	3	8	11	12	18	16	19
Engenharia De Produção	15	27	10	16	20	23	21	22	20	18	12	16	9	14	9	24	11	11
Engenharia Elétrica	36	38	25	15	34	47	30	46	38	46	70	61	45	31	51	51	63	70
Engenharia Mecânica	19	28	21	22	22	15	28	18	18	19	19	13	14	11	19	26	41	42
Engenharia Metalúrgica, Materiais E De Minas	16	23	50	13	14	26	23	42	25	25	42	32	39	22	33	41	29	34
Engenharia Química	6	9	7	3	10	16	8	13	9	8	19	7	16	16	18	19	11	14
Estatística	8	20	9	8	14	20	12	18	19	12	15	13	8	12	6	17	7	7
Estudos Do Lazer									2	9	16	15	21	14	7	14	17	15

TABELA 51
Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Estudos Linguísticos	32	59	24	48	43	46	40	39	60	47	41	38	42	30	41	50	37	41	
Filosofia	7	19	12	16	4	18	14	14	16	17	15	12	13	16	27	13	21	20	
Física	10	27	15	17	17	17	22	16	15	29	32	15	21	22	24	15	26	17	
Genética	9	7	8	5	4	9	9	13	9	31	22	21	29	16	18	15	17	21	
Geografia	16	41	20	12	25	17	24	22	26	20	14	22	18	21	25	14	33	20	
Geologia	8	9	4	3	7	1	6	8	5	6	12	7	8	13	9	8	14	11	
Geotecnica e Transportes											2	10	6	16	16	14	7	10	
Gestão e Organização do Conhecimento																	2	6	
História	6	11	15	13	20	21	34	25	22	24	15	19	15	20	24	20	22	22	
Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual												5	7	6	6	8	8	12	13
Letras																	12	17	13
Letras: Estudos Literários	58	53	17	28	31	46	41	70	46	43	52	38	46	30	45	42	24	39	
Matemática	5	10	8	3	9	17	11	11	14	12	12	14	10	18	18	21	20	14	
Medicamentos e Assistência Farmacêutica																17	20	16	19
Medicina - Gastroenterologia	4	8	7	2	7	4	7			3				7	11	10	11	12	8
Medicina Molecular																			
Medicina Veterinária	46	49	43	21	45	57	41	30	2										
Microbiologia	19	21	28	24	21	25	6	22	24	20	22	15	24	11	26	18	16	18	
Microbiologia Aplicada																	1	1	
Música	5	4	7	3	20	22	32	17	15	19	26	30	29	27	23	15	28		
Neurociências									3	11	13	17	13	15	24	20	20	11	
Nutrição E Saúde																2	15	7	
Odontologia	11	30	22	35	7	27	18	6	11	14	22	21	24	18	14	15	23	19	
Odontologia em Saúde Pública																20	10	1	

TABELA 51
Número de dissertações de Mestrado defendidas de 2000 a 2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Parasitologia	5	5	7	12	9	8	13	9	9	14	12	4	22	5	21	11	13	11	
Patologia	9	7	8	7	6	8	11	19	12	11	16	10	9	8	12	8	8	16	
Produção Animal																9	15	20	
Produção Vegetal									4	12	9	19	23	43	1	15	19	17	
Promoção de Saúde e Prevenção da Violência														1	28	27	30	36	29
Psicologia	20	27	21	20	26	44	61	24	30	36	30	28	42	26	64	36	40	44	
Química	11	19	23	15	29	23	9	16	31	23	20	15	19	18	44	47	32	33	
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	25	24	21	29	31	29	29	40	30	28	27	14	20	21	29	26	27	29	
Saúde da Mulher	10	14	8	15	7	3	13	13	11	9	10	11	18	8	7	15	10	9	
Saúde Pública	7	30	16	12	17	14	8	8	14	7	22	21	17	4	19	13	11	10	
Sociedade, Ambiente e Território																		15	
Sociologia	7	13	6	8	16	12	14	13	16	20	14	25	8	9	17	9	11	9	
Zoologia														2	2	3	6	11	
Zootecnia	26	26	18	14	16	24	20	14	24	21	23	31	32	18	30	37	27	19	
TOTAL	799	1253	918	920	989	1142	1061	1202	1196	1297	1347	1312	1347	1063	1621	1564	1639	1564	

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analise Urbana	5	1																
Análise e Dimensionamento de Estruturas de Concreto Armado e Aço																	7	25
Análises Clínicas e Toxicológicas										28	19		37	24	3			
Assessoria Técnico-Legislativa Avançada	27																	
Assistência de Enfermagem de Média e Alta Complexidade		26	3	10	18	47	39	25	98	52		46	42	29	30	3	47	
Atenção Básica em Saúde da Família									84	294	500	244	304	496	7			
Auditória Externa e Interna	66	69	55	43	58	61	85	43	5	29	23	30	47	24	24	27	11	12
Automação Industrial		17		14		18	7	15	16	15	13	5	3		6	5	4	
Avanços Clínicos em Fisioterapia	97	91	72	113	94	103	97	94	87	87	64	88	63	20		54	93	64
Cardiologia Pediátrica									1		1	2	2	3	2			1
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial com Práticas Hospitalares Avançadas	4		5	11		6	5	5	9	6	4	5	7	8	7	7	1	8
Citopatologia	3	4																
Colposc,e Pat, Cerv., Uterina	7	6		1	5													
Comunicação: Processos Comunicativos e Dispositivos Midiáticos						35	54	37	24	34	26	29	19					
Condicionamento de Ambientes e Refrigeração													13					
Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis	2	9	8	6		10	2	9	4									
Construção Civil	16	17	42	53	114	104	100	48	63	38	42	64	46	61	53	83	34	4
Contabilidade em Ifrs e Controladoria																1	9	13
Contabilidade Governamental						35	50	26	13	14	16	1						
Culturas Políticas, História e Historiografia						4	29	20	34	36	28	15	18	5	14	5		
Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais									59		142	2	76	1	61	3		

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(continua)

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ensino na Educação Básica															136			
Epidemiologia em Servicos de Saúde		20		19														
Epidemiologia: Investigação de Surtos em Serviços de Saúde										28		1						
Ergonomia						27	22	53			20	20	25	18	19	18		
Especialidades Pediátricas	9	4	3	6	4	1												
Estatística	22						5	4	16	8	22	36	3	11	17	19	19	15
Estomatologia										5		6			4			
Estruturas	8	4	6	5	10	3	9	9	6	16	5	10	9	20	15	24	17	3
Estudos Avançados em Lazer								32	1									
Estudos de Criminalidade e Segurança Pública	3	13	35	35	1	31	34	61	51	26	9				32	37		
Farmacologia															1	14		8
Farmacoquímica	4	2																
Fonoaudiologia															13			
Formação de Educadores em Saúde			102	134						1	125	8	91	54	19	182	173	2
Formação de Educadores para a Educação Básica								156	273	30	187		195			227		
Gastroenterologia Pediátrica							2	3	2	2	1	2	2		3	2	3	3
Geoprocessamento	28	24	31	30	26	27	26	20	18		29	29		28	30			21
Geotecnica Ambiental			12	20		13												
Gerenciamento de Recursos Hídricos								32	13		13			10	13		10	
Gestão de Informação e Pessoas															8	21	18	
Gestão de Instituições Federais de Educação Superior														94		6	62	1

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde															17			
Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde				40	39					34								
Gestão do Cuidado em Saúde da Família															60	603	304	67
Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural														25				
Gestão e Arquitetura da Informação								5	14	16	14	2	14	2	27			
Gestão Escolar											305	200	115		310	2	228	13
Gestão Estratégica	171	467	436	340	326	353	226	172	201	117	73	53	67	62	43	31	24	38
Gestão Estratégica da Informação	34		6	38	41	50	51	57	37	36	37	26	27	35	32	30	11	
Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde														37	176	14		
Gramática e Ensino: Tradição Gramatical e Abordagens Contemporâneas																13	12	12
Gênero e Diversidade na Escola																20	72	
História da Ciência			22	26	20	12	16											
História da Cultura e da Arte				43	29	35	35	35	29	38	23							
Implantodontia						12		12			12	15			14		15	10
Informática		16	42	34	92	55	80	52	50	24	35	25	10	1		6	3	
Lazer	13	24	16		21	20	15	4	15	7	6	11					7	
Linguagem, Tecnologia e Ensino														15	19	23	15	20
Logística Estratégica e Sistemas de Transporte							16	13	22	48	23	33	30	16	16	20		
Língua Inglesa		42	45	41	59	50	64	55	65	18	73	34	17	17	33	22	34	33
Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos									1	64	26	32	58	19	14	8	4	
Marketing Político, Opinião Pública e Comportamento Eleitoral													8	1	6	13	4	5
																11	12	

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(continua)

TABELA 52

(continua)

TABELA 52
Número de egressos da Especialização, de 2000 a 2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Temas Filosóficos	19	30	33	26	26	28	18	24	28	19	9	13	14	8				
Teoria Psicanalítica	5	6	7	8	9	21	10	9	24	14	27	9	23		24	20	6	18
Terapia Ocupacional					6	107	83	42	38	23	51	21	18					
Toxicologia Ocupacional		2																
Turismo e Desenvolvimento Sustentável			22	33	35	30	34	24	27									
Urbanismo		2																
TOTAL	835	1237	1231	2115	2003	1694	1664	1985	2108	2186	2402	2014	1839	1792	1613	2416	1340	858

TABELA 53
Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Administração	90	62	67	71	50	40	45	50	49	45	48	52	50	47	50	55	67	73	
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável									12	24	31	38	45	50	50	51	55	68	49
Antropologia							10	19	23	32	32	31	31	36	41	39	30	34	
Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais								9	17	18	21	16	18	27	22	24	36	44	
Análises Clínicas e Toxicológicas														14	23	27	31	39	
Arquitetura e Urbanismo	35	28	28	28	33	41	49	53	41	44	48	39	41	47	59	61	61	63	
Artes	29	49	52	66	85	94	90	98	89	95	92	73	63	61	58	55	70	64	
Bioinformática														12	25	33	36	38	
Biologia Celular	14	12	18	22	25	32	35	30	24	21	28	37	38	27	27	34	27	28	
Biologia Vegetal	8	15	12	14	18	16	19	23	21	21	26	24	23	30	24	26	21	26	
Bioquímica e Imunologia	21	20	20	27	32	31	26	27	33	37	36	36	40	47	36	37	41	45	
Ciência Animal								71	114	128	112	90	81	79	73	74	79	98	
Ciência da Computação	114	118	93	90	96	93	83	94	111	124	123	100	118	146	167	182	201	198	
Ciência da Informação	53	34	37	51	55	58	61	66	66	59	53	48	57	72	76	70	47	32	
Ciência de Alimentos	25	27	30	30	35	35	36	30	34	38	36	38	39	31	36	35	39	42	
Ciência Política	38	32	27	31	33	31	28	27	31	35	35	38	43	39	37	37	41	37	
Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia	23	22	9	22	24	36	39	25	32	40	40	44	48	56	49	28	19	34	
Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto			9	18	23	24	28	32	32	62	59	45	49	50	42	53	61	62	
Ciências Biológicas - Fisiologia e Farmacologia	44	43	30	32	38	40	46	55	61	61	64	60	66	64	72	67	66	87	
Ciências Biológicas: Farmacologia Bioquímica e Molecular		3	17	11	11	14	12	15	10	11	16	11							
Ciências da Reabilitação			17	38	39	45	45	44	42	37	41	44	39	37	32	36	50	56	
Ciências da Saúde - Saúde da Criança e do Adolescente	34	48	44	47	82	93	95	88	85	79	75	64	52	51	44	37	32	42	
Ciências da Saúde - Infectologia e Medicina Tropical	21	23	20	23	18	29	41	36	35	34	39	44	42	41	43	34	39	35	

TABELA 53
Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ciências do Esporte	25	30	27	40	27	33	38	42	41	36	43	39	21	27	44	46	48	50
Ciências e Técnicas Nucleares	27	27	38	46	54	49	38	25	20	25	21	27	13	5	10	21	29	26
Ciências Farmacêuticas	48	56	54	42	55	66	64	57	33	19	24	28	29	32	35	28	29	33
Ciências Fonoaudiológicas														18	33	35	46	43
Comunicação Social	27	26	30	30	31	29	29	21	33	25	21	24	31	34	36	41	42	43
Construção Civil						14	32	37	36	38	32	30	31	35	47	43	45	53
Controladoria e Contabilidade								3	16	31	28	23	18	19	21	22	30	26
Demografia	16	12	17	23	20	17	24	29	29	26	22	23	24	30	25	17	20	23
Dermatologia	5	2																
Direito	183	196	202	202	160	123	75	61	71	105	117	153	164	139	140	152	151	192
Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre	29	30	23	24	25	38	54	62	42	37	34	31	38	43	46	34	20	26
Economia	37	42	29	29	30	33	30	24	24	20	25	30	29	28	34	38	36	42
Educação - Conhecimento e Inclusão Social	146	161	146	124	102	105	156	198	210	191	175	166	162	158	144	125	102	128
Educação e Docência															49	91	88	105
Enfermagem	76	69	53	51	38	47	51	50	56	63	70	76	75	57	72	78	73	76
Engenharia de Estruturas	69	74	40	40	48	44	46	40	38	31	37	28	33	36	47	56	55	61
Engenharia de Produção	48	52	43	47	47	47	49	45	39	32	36	35	31	36	43	42	45	35
Engenharia Elétrica	93	70	88	118	148	151	157	156	180	189	186	152	146	140	162	185	197	214
Engenharia Mecânica	75	78	77	58	65	63	57	44	45	53	58	68	39	55	75	97	109	116
Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas	58	92	74	45	48	66	70	60	62	84	77	61	62	66	70	78	76	130
Engenharia Química	18	15	22	34	39	39	36	40	37	35	41	52	56	46	44	40	37	40
Ensino de Biologia																		48
Estatística	31	30	31	35	34	37	42	35	28	27	27	29	20	18	25	23	17	19
Estudos do Lazer								8	26	31	27	40	37	25	32	37	32	24
Estudos Linguísticos	121	107	114	114	107	95	141	144	128	102	104	105	94	85	91	107	100	92

TABELA 53
Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Filosofia	46	45	38	34	40	46	43	41	47	45	48	44	53	59	63	55	61	57	
Física	46	46	42	39	42	45	38	56	61	58	67	55	58	49	59	51	51	54	
Genética	15	16	11	13	18	21	23	24	51	57	57	63	54	38	36	38	45	43	
Geografia	71	71	46	49	54	51	56	57	47	40	45	48	53	47	65	60	59	40	
Geologia	19	20	20	16	13	17	21	24	24	27	25	27	27	24	30	40	42	35	
Geotecnologia e Transportes										12	23	35	45	53	32	33	25	28	
Gestão e Organização do Conhecimento																	26	38	
História	41	45	49	55	68	86	76	66	62	57	54	54	67	78	70	66	61	54	
Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual											11	20	18	23	24	23	38	52	48
Letras															12	30	24	36	35
Letras: Estudos Literários	141	94	91	101	92	138	135	127	110	114	114	97	98	92	82	79	76	74	
Matemática	15	14	14	22	32	28	26	25	29	31	30	37	45	47	46	49	46	44	
Medicamentos e Assistência Farmacêutica														15	36	50	50	44	46
Medicina - Gastroenterologia	14	16	19	14	16	21	18	9	5	3									
Medicina Molecular														16	27	20	25	31	27
Medicina Veterinária	87	84	78	106	120	96	90	3											
Microbiologia	58	58	52	39	38	38	37	40	35	40	43	44	46	38	38	46	40	47	
Microbiologia Aplicada																1	3	4	10
Música	10	11	10	18	38	52	54	45	41	49	76	87	87	77	66	60	67	66	
Neurociências								6	22	29	34	41	43	44	46	50	49	61	
Nutrição e Saúde																15	18	21	23
Odontologia	44	45	57	50	39	37	29	28	40	48	48	43	35	30	42	49	43	47	
Odontologia em Saúde Pública																20	30	24	28
Parasitologia	12	16	20	21	22	23	19	19	20	20	22	30	35	32	26	28	27	32	
Patologia	14	15	15	14	22	29	27	23	23	26	25	21	19	18	18	23	27	26	
Produção Animal															16	42	44	45	

TABELA 53
Número de matrículas em cursos de Mestrado, de 2000 a 2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Produção Vegetal							9	16	22	39	51	61	46	19	33	40	35	33		
Promoção de Saúde e Prevenção da Violência												30	60	69	92	95	61	59		
Psicologia	70	67	80	98	119	105	82	74	76	71	71	102	113	98	84	86	87	77		
Psicologia: Cognição e Comportamento																		30		
Química	45	60	56	56	51	37	44	54	46	49	39	45	60	85	90	87	74	67		
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	63	75	82	83	99	104	112	96	91	64	57	58	57	62	69	77	79	77		
Saúde da Mulher	19	24	21	19	12	29	40	31	27	28	24	36	29	21	29	27	21	26		
Saúde Pública	52	47	28	34	29	24	22	16	18	29	35	39	28	25	28	21	24	33		
Sociedade, Ambiente e Território																	16	33	37	
Sociologia	32	40	45	50	51	51	50	46	43	44	39	27	27	25	25	24	18	29		
Zoologia														5	11	13	16	11	20	19
Zootecnia	48	46	47	47	45	38	35	38	48	45	55	62	61	47	61	64	43	32		
TOTAL	2643	2660	2559	2701	2835	2964	3063	3049	3156	3288	3369	3424	3463	3478	3838	4046	4086	4398		

TABELA 54
Número de matrículas em cursos de Doutorado, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Administração	20	23	24	28	27	24	24	28	36	59	77	86	91	89	89	99	106	106	
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável																	12	24	
Antropologia																10	24	31	41
Análises Clínicas e Toxicológicas															4	12	15	17	18
Arquitetura e Urbanismo														8	17	33	46	50	47
Artes														42	54	75	76	87	79
Bioinformática														13	24	30	32	33	46
Biologia Celular	17	14	16	15	17	26	32	37	42	47	46	52	63	68	78	82	75	68	
Biologia Vegetal														5	9	16	20	24	23
Bioquímica e Imunologia	51	58	61	73	77	80	81	83	78	86	94	96	102	108	98	96	96	95	
Ciência Animal	114	141	133	126	144	138	132	77	87	82	88	96	96	97	103	104	92	103	
Ciência da Computação	40	51	54	64	59	65	62	61	59	65	82	94	89	93	102	114	150	166	
Ciência da Informação	19	22	27	31	37	39	38	45	55	57	62	68	64	66	68	72	77	48	
Ciência de Alimentos														8	11	15	17	19	22
Ciência Política															11	23	32	38	43
Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia	24	21	8	18	18	22	29	23	37	57	64	74	64	62	49	32	36	45	
Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto														2	5	7	10	18	20
Ciências Biológicas - Fisiologia e Farmacologia	44	50	55	60	62	60	72	73	76	83	74	85	98	106	115	104	111	108	
Ciências Biológicas: Farmacologia Bioquímica e Molecular														4	15	21	23	21	24
Ciências da Reabilitação															4	10	18	30	31
Ciências da Saúde - Infectologia e Medicina Tropical	13	14	13	16	11	18	23	26	28	31	33	34	36	38	45	39	41	50	
Ciências da Saúde - Saúde da Criança e do Adolescente	26	28	30	34	41	50	53	62	68	85	82	79	78	77	64	59	54	48	
Ciências do Esporte																7	8	15	25
																25	38	40	46
																	50	48	

TABELA 54

(continua)

TABELA 54
Número de matrículas em cursos de Doutorado, de 2000 a 2017

(continua)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Geologia	2	5	13	17	21	19	16	12	13	11	14	17	20	20	18	22	27	
Gestão e Organização do Conhecimento																48	60	
História	6	20	32	35	44	53	48	45	46	50	61	85	103	109	114	118	106	102
Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica																20	29	
Letras: Estudos Literários	64	64	79	95	101	98	93	83	68	87	98	104	115	121	116	119	131	120
Matemática	4	8	9	12	12	17	26	33	32	36	39	48	61	69	76	83	101	109
Medicamentos e Assistência Farmacêutica														5	14	22	30	36
Medicina - Gastroenterologia	6	9	14	15	13	12	13	11	8	6	4	1						
Medicina Molecular												13	32	37	39	30	31	33
Microbiologia	45	52	53	57	64	66	65	61	60	67	76	83	85	91	92	89	85	88
Música														22	32	43	60	78
Neurociências									4	9	18	24	35	36	39	47	47	52
Odontologia					20	20	37	44	48	67	68	81	92	89	90	83	85	82
Oftalmologia	48	42	27	26	23	25	28	23	19	4								
Parasitologia	44	43	36	43	39	40	46	51	53	52	58	53	71	80	76	77	73	66
Patologia	17	21	20	17	17	14	17	20	23	23	30	34	38	41	38	39	35	36
Produção Vegetal										14	22	37	50	66	61	66	75	88
Psicologia																8	21	
Psicologia: Cognição e Comportamento																	11	
Química	91	89	96	99	126	130	120	134	132	135	138	153	143	136	145	148	149	149
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	8	20	25	35	35	31	32	45	53	54	58	59	70	72	76	77	82	84
Saúde da Mulher	13	18	16	16	20	20	25	21	18	22	18	23	22	20	28	26	25	24
Saúde Pública					15	23	30	31	22	21	17	23	34	41	41	40	30	35
Sociologia									17	26	33	33	28	32	35	37	38	43

TABELA 54
Número de matrículas em cursos de Doutorado, de 2000 a 2017

(conclusão)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Zoologia												6	11	19	21	30	27	27	
Zootecnia												61	52	60	69	72	83	88	95
TOTAL	1241	1410	1502	1748	1961	2106	2261	2399	2516	2872	3199	3598	3894	4087	4224	4339	4600	4806	

TABELA 55
Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018

(continua)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Administração	23	18	21	21	26	24	24	28	25
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável	15	10	12	14	13	14	16	17	17
Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais	12	12	11	11	11	12	11	12	15
Análises Clínicas e Toxicológicas/D	-	-	-	-	14	14	15	15	15
Antropologia	11	11	11	11	15	15	15	15	17
Arquitetura e Urbanismo	18	18	18	18	19	18	20	24	24
Artes	26	26	25	29	29	28	24	32	33
Artes / Mp	-	-	-	-	6	7	15	15	15
Bioinformatica	17	16	23	19	17	23	22	25	22
Biologia Celular	23	27	23	27	23	26	26	26	25
Biologia Vegetal	15	15	14	18	18	17	16	19	19
Bioquímica e Imunologia	25	24	24	26	28	27	31	31	31
Ciência Animal	49	50	52	54	53	55	51	45	46
Ciência da Computação	32	25	33	43	42	36	38	42	38
Ciência da Informação	22	21	23	22	22	20	27	16	15
Ciência de Alimentos	13	11	12	17	14	13	14	15	15
Ciência Política	13	16	19	17	16	15	17	17	19
Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia	22	15	20	22	28	27	23	19	15
Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto	22	23	18	22	25	28	25	23	20
Ciências da Reabilitação	16	16	17	17	21	26	20	24	20
Ciências da Saúde - Infectologia e Medicina Tropical	16	14	18	18	14	18	19	22	23
Ciências da Saúde - Saúde da Criança e do Adolescente	36	35	37	37	28	38	33	27	24
Ciências do Esporte	14	10	12	16	16	17	18	18	21
Ciências e Técnicas Nucleares	9	9	11	12	11	9	11	11	11
Ciências Farmacêuticas	17	17	16	15	17	17	15	24	20

TABELA 55
Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018

(continua)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ciências Fonoaudiológicas	-	-	-	11	14	12	12	12	13
Comunicação Social	12	13	17	18	13	18	19	20	18
Construção Civil	14	13	7	11	13	12	18	20	17
Controladoria e Contabilidade/D	9	10	9	11	11	13	11	16	16
Demografia	13	17	17	19	16	17	16	15	18
Direito	38	46	45	41	36	42	55	56	57
Ecologia, Conservacao e Manejo da Vida Silvestre	27	26	24	26	25	25	22	25	14
Economia	27	25	26	24	27	27	32	28	32
Educação - Conhecimento e Inclusão Social	68	51	75	76	84	81	86	92	89
Educação e Docência/Mp	-	-	-	-	36	38	43	30	64
Enfermagem	22	19	21	20	24	24	31	31	16
Engenharia de Estruturas	15	15	15	12	15	16	15	18	18
Engenharia de Produção	16	15	15	17	15	17	15	16	13
Engenharia Elétrica	52	51	55	61	63	64	60	71	69
Engenharia Mecanica	31	34	34	22	26	28	32	31	31
Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas	20	21	21	21	17	22	22	18	19
Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas (Mp)	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Engenharia Química	11	11	12	12	12	16	20	17	17
Ensino de Biologia	-	-	-	-	-	-	-	20	23
Estatística	17	16	16	17	21	17	18	19	17
Estudos do Lazer	13	13	13	13	18	12	13	16	17
Estudos Lingüísticos	48	50	53	54	54	54	48	53	58
Estudos Literários	48	51	50	52	51	46	43	53	53
Filosofia	20	20	20	23	25	26	27	26	24
Física	58	55	58	53	64	66	60	57	60

TABELA 55
Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018

(continua)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fisiologia e Farmacologia	25	27	29	34	34	37	40	39	31
Genética	19	19	20	17	19	23	16	25	23
Geografia	22	21	21	23	28	24	23	26	27
Geologia	15	13	10	14	14	10	16	15	16
Geotecnica e Transportes	14	14	14	9	9	8	8	12	10
Gestão de Serviços de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Gestão e Organização do Conhecimento/D	-	-	-	-	-	-	-	14	16
História	22	24	26	25	27	27	27	27	15
Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica	-	-	-	-	-	-	-	31	24
Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual (Mp)	21	20	21	18	18	21	21	22	34
Letras/Mp	-	-	-	-	12	8	15	16	15
Matemática	41	44	45	47	39	39	33	33	30
Medicamentos e Assistencia Farmacêutica	-	-	-	20	20	20	19	20	18
Medicina - Gastroenterologia	4	4	1	1	-	-	-	-	-
Medicina Molecular	16	16	17	18	21	21	21	17	17
Microbiologia	21	21	25	26	20	25	24	20	18
Microbiologia Aplicada/Mp	-	-	-	-	11	14	15	2	14
Música	20	18	20	21	20	21	22	46	28
Neurociências	18	23	28	29	24	26	30	32	34
Nutrição e Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Odontologia	27	24	28	25	28	31	36	35	41
Odontologia em Saúde Pública/Mp	-	-	-	-	16	15	16	9	18
Parasitologia	17	19	20	22	24	26	20	28	27
Patologia	15	16	16	19	17	21	22	22	19
Produção Animal/M	-	-	-	-	9	9	11	13	12

TABELA 55
Número de docentes com credenciamento permanente, de 2010 a 2018

(conclusão)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Produção Vegetal/D	30	30	18	13	9	8	8	13	15
Promoção de Saúde e Prevenção da Violência	-	12	15	18	21	18	22	24	24
Psicologia	28	28	27	28	30	29	31	29	28
Psicologia: Cognição e Comportamento/D	-	-	-	-	-	-	-	11	12
Química	44	41	55	57	59	52	52	55	48
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	16	14	18	18	22	25	23	24	23
Saúde da Mulher	12	11	13	13	13	9	13	11	8
Saúde Pública	17	16	17	17	15	16	13	14	19
Sociedade, Ambiente e Território	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Sociologia	15	13	17	17	16	16	17	16	16
Sociologia e Política	0	6	4	-	-	-	-	-	-
Zoologia	0	12	14	14	11	10	17	12	16
Zootecnia	21	22	24	24	25	23	23	21	21
TOTAL	1545	1539	1636	1707	1837	1869	1918	2056	2101

ANEXO III

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Nova Estrutura da CTIT

Em 2016 foi realizado evento na UFMG organizado pela CTIT para discutir as principais modificações sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) então recém-aprovado, com a participação de especialistas. O evento ocorreu na Escola de Engenharia e teve audiência de quase 900 (novecentas) pessoas, considerando o público que acompanhou a transmissão via web. Esse evento marcou o início das discussões, na UFMG, da formulação de uma Política Institucional de Inovação, tendo em vista o novo arcabouço legal que acabava de se configurar.

Em 2017 a UFMG aprovou as Diretrizes para a sua Política Institucional de Inovação, em atendimento ao preconizado no marco legal de CT&I, a saber Lei 13.243/16. As Diretrizes aprovadas em novembro de 2017 estabeleceram, dentre outras ações para a UFMG, que a CTIT fosse estruturada como Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS), com personalidade jurídica própria e como entidade privada sem fins lucrativos, com a finalidade de executar a Política de Inovação da Universidade.

Em 2018 a Portaria 28/2018, que trata da estrutura da CTIT, foi assinada pelo Reitor e referendada pelo Conselho Universitário da UFMG. Importante destacar que essa Portaria foi elaborada a partir do trabalho de Comissão instituída para tratar da formulação da Política Institucional de Inovação da UFMG. A Portaria nº 28/2018 prevê a possibilidade de criação de personalidade jurídica própria para a CTIT, e permite ainda modelo de parceria com a FUNDEP, para apoio à adequada implementação das competências e funcionamento da CTIT, por intermédio da celebração de instrumento jurídico específico.

Em 29 de maio de 2018, foi celebrado contrato entre UFMG e FUNDEP, que teve o objetivo de estabelecer a parceria prevista na Portaria. O objetivo do contrato celebrado foi o de aperfeiçoar e viabilizar as funções e atividades da Coordenadoria, e possibilitar sua transição para uma entidade com a personalidade jurídica própria, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 10.973/04, com a redação conferida pela Lei nº 13.243/16, e do §2º do art. 2º da Portaria do Reitor nº 28/2018 da UFMG.

O contrato da CTIT com a FUNDEP tem a vigência de três anos e foi acompanhado de Projeto Básico, para o atendimento dos seguintes objetivos estratégicos:

- I. Alinhamento das ações da CTIT aos objetivos institucionais da UFMG, conforme determina a sua Política de Inovação, de novembro de 2017, as Resoluções específicas sobre a matéria e, ainda, em observância às demais diretrizes da Universidade e leis aplicáveis.
- II. Apoio ao desenvolvimento, execução e difusão das competências necessárias e específicas para a realização das atividades previstas para a CTIT, conforme estabelecido no art. 3º da Portaria nº 28/2018 da UFMG e nas legislações que tratam dos NITs.
- III. Avaliação e acompanhamento permanente da contratação, com o intuito de apoiar a transição da CTIT para se constituir em uma entidade com personalidade jurídica própria, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 10.973/04, com a redação conferida pela Lei nº 13.243/16, e do §2º do art. 2º da Portaria nº 28/2018 da UFMG.

No processo de reestruturação da CTIT, dentro do modelo de parceria com a FUNDEP, foram estabelecidas metas e indicadores, de forma que a CTIT aprimore suas atividades, principalmente face às oportunidades trazidas pelo Marco Legal de CT&I. Por meio da parceria com a FUNDEP, espera-se o alcance de um importante ganho institucional para a UFMG. O apoio operacional da FUNDEP nas atividades da CTIT e para a análise de sua futura personalidade jurídica própria é estratégico pois permite que as atividades da CTIT se foquem na execução da política de inovação da UFMG. A futura configuração de personalidade jurídica própria para a CTIT tem potencial para incrementar as atividades da CTIT e elevar a missão institucional da UFMG em sua contribuição ao avanço do Sistema

Nacional de Inovação.

As metas e indicadores estabelecidos buscaram atender aos seguintes princípios básicos: i) gestão transitória da FUNDEP em relação às funções atuais desempenhadas pela CTIT; ii) gestão da FUNDEP no auxílio de uma maior atuação estratégica da CTIT, com o objetivo precípua de estruturar modelo jurídico para que a CTIT se constitua em uma entidade com personalidade jurídica própria, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 10.973/04, com a redação conferida pela Lei nº 13.243/16, e do §2º do art. 2º da Portaria nº 28/2018 da UFMG, e iii) transparência e governança que reflitam o objeto contratado, e retorno para a comunidade no apoio às respectivas atividades em inovação. Ademais, esforços serão envidados para transformar a execução da política de inovação da UFMG pela CTIT como referência nacional de excelência, passível de reprodução para outras instituições.

Governança da CTIT

No que tange a governança, a Portaria nº 28/2018 definiu que a CTIT será constituída de:

- a) Diretoria;
- b) Câmara;
- c) Corpo Técnico-administrativo em educação.

Além disso, ficou definido que a CTIT passaria a estar vinculada ao Gabinete da Reitoria, e não mais à PRPq.

A Câmara da CTIT é composta pelo Pró-Reitor de Pesquisa, pelo Diretor da CTIT, por um membro docente da UFMG de cada uma das seguintes áreas do conhecimento: Ciências da Vida, Ciências da Natureza, Humanidades, e ainda por três membros externos que tenham se destacado nos temas de propriedade intelectual, inovação e empreendedorismo. A Câmara da CTIT recebeu as delegações previstas no art. 7º da Portaria 28/2018.

Ainda, em relação a governança, ficou definido que a CTIT deve reportar-se anualmente ao CEPE, para acompanhamento e avaliação de suas atividades.

Projetos de Inovação Estruturantes

Para a implementação e incremento de suas atividades, e com o foco em uma atuação mais protagonista também nos âmbitos regional e nacional, a CTIT poderá articular a implementação de projetos estruturantes, com os seguintes objetivos: (i) trazer a oferta da tecnologia e pesquisa da UFMG para mais próximo a demandas de mercado, alavancada pelo capital intelectual e infraestrutura de pesquisa, (ii) desenvolver e implementar novas metodologias, práticas, sistemas de gestão e áreas expertise que sejam necessárias para a melhoria da qualidade dos seus trabalhos e da sua produtividade; e (iii) ampliar a sua atuação extramuros visando diminuir a dependência de recursos da UFMG. Os ditos projetos terão o objetivo precípua de formar alianças estratégicas da UFMG com os diversos atores que compõem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Sempre que possível, os projetos buscarão ter um viés transversal, atuando nos níveis de Graduação, desde programas de capacitação específicos até o apoio à Formação Transversal em Empreendedorismo, no nível da pesquisa, em parceira com os laboratórios multiusuários e demais instalações de pesquisa, nos programas de Pós-Graduação, em parceria com a PRPG e PRPq atendendo a editais que visem parceria com empresas, no nível de atuação interna, desenvolvendo metodologias para sensibilizar docentes e discentes quanto à importância do capital intelectual da UFMG, e por fim nas demais instâncias onde for pertinente uma participação cooperativa.

Esse projeto impacta toda a UFMG no que tange a capital intelectual, propriedade intelectual e infraestrutura de inovação, podendo também focar no desenvolvimento de metodologias, práticas e ferramentas gerenciais e estratégicas, com vistas a uma implementação mais robusta das oportunidades trazidas pelo atual contexto do SNCTI.

ANEXO IV
RESOLUÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÃO Nº 09/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a violação de direitos humanos e a erradicação de atos discriminatórios de qualquer natureza no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto da UFMG e

- considerando o papel que a Universidade exerce na sociedade, seu compromisso social com a formação acadêmica e cidadã, com a erradicação de todas as formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa;
- considerando a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme preceitua o art. 1º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CR/88);
- considerando que os direitos e garantias expressos no art. 5º, § 2º, da CR/88 não excluem outros, decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte;
- considerando que a necessidade de garantir a promoção dos direitos humanos deve ser um compromisso intrínseco às instituições educacionais;
- considerando que direitos humanos são aqueles comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, etnia, sexo, gênero, orientação sexual, condições físicas ou mentais, região ou território de origem, religião, nacionalidade, instrução, condição de inserção na UFMG, filiação ideológica ou política, ocupação ou função desenvolvida na Universidade, e que têm como pressupostos a integralidade, a interdependência e a indivisibilidade desses direitos;
- considerando que o princípio da dignidade da pessoa humana exige o firme repúdio a toda e qualquer forma de tratamento indigno e discriminatório,

RESOLVE:

Art. 1º Proibir, expressamente, quaisquer violações aos direitos humanos e promover a erradicação de atos discriminatórios no âmbito da UFMG.

§ 1º Para efeitos desta Resolução, consideram-se atos discriminatórios ou violação de direitos humanos aqueles praticados contra todo e qualquer membro da Comunidade Universitária, demais agentes públicos e o público em geral no âmbito universitário, que recorram ao uso do arbítrio da violência, incluindo-se a humilhação e o assédio moral, emocional ou psicológico.

§ 2º São atos discriminatórios ou violação de direitos humanos:

- I. Toda hierarquização, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem étnica, quer seja contra as populações de origem indígena, africana e afro-brasileira, quer seja contra outras, objetivando anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos

- e liberdades fundamentais;
- II. todo comportamento ou propagação de valores que incentivem a prepotência ou superioridade dos homens relativamente às mulheres, baseados em um conjunto de práticas e concepções consideradas ofensivas às mulheres, subjugando o sexo feminino e não admitindo a igualdade de direitos para ambos os sexos;
 - III. todo comportamento ou propagação de valores por meio dos quais sejam atribuídas determinadas disposições e capacidades a indivíduos ou grupos, por causa do sexo a que pertencem, como forma de discriminação, conduzindo à subalternização, à marginalização ou mesmo à exclusão de pessoas ou grupos com base no seu sexo, independentemente do sexo a que se refira;
 - IV. todo preconceito ou discriminação contra pessoas, em função de sua orientação sexual lésbica, homossexual, bissexual ou identidade de gênero presumidas;
 - V. toda opressão, preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência física ou mental, transtornos ou doenças;
 - VI. toda discriminação, preconceito e restrição em relação a membros da Comunidade Universitária baseados na idade, excetuando-se aquelas restrições normatizadas pela legislação vigente;
 - VII. toda discriminação contra pessoas, em função da classe social, da origem familiar, social, territorial, regional e da zona de residência;
 - VIII. todo ato de intolerância, discriminação ou preconceito que atente contra a liberdade de crença e religião, bem como contra a liberdade de não crer, em conformidade com os princípios do Estado laico;
 - IX. toda discriminação contra pessoas, em função de nacionalidade, tradições e hábitos culturais, costumes, indumentárias, sotaques e expressões linguísticas;
 - X. toda discriminação contra pessoas, em razão dos modos específicos de inserção no âmbito universitário;
 - XI. toda discriminação e opressão contra pessoas, em função da hierarquia ocupacional, funcional, e entre diferentes membros da Comunidade Universitária, no uso ou arbítrio dessa condição, como consequente exposição do subordinado pelo chefe, orientador, coordenador ou ocupante de qualquer outra posição hierárquica superior;
 - XII. toda discriminação contra pessoas, em função de ideologia, valores, opiniões, participação em organizações e movimentos sociais e sindicais, inserção político-partidária, excetuando-se ideologias, valores e opiniões que contrariem os princípios do Estado Democrático de Direito;
 - XIII. toda opressão e discriminação sistemática baseada no fato de se tratar de discente calouro na Instituição.

Art. 2º Entende-se por âmbito da UFMG qualquer local interno ou externo, onde se realizem atos ligados à Instituição ou protagonizados por membro(s) do corpo discente, docente e TAE da UFMG, na condição de integrante(s) da Comunidade Universitária ou que nela exerce(m) atividades terceirizadas.

Art. 3º As proibições constantes nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º aplicam-se a discentes e servidores da UFMG que participarem ou instigarem, de forma direta ou indireta, a prática de atos discriminatórios ou atos que violem os direitos humanos, ainda que por omissão, quando poderiam evitar o ato lesivo.

Art. 4º A prática de quaisquer dos atos previstos no art. 1º, parágrafos 1º e 2º da presente

Resolução implicará penalidades previstas na legislação vigente, aplicável aos servidores públicos e discentes da UFMG.

§ 1º Os discentes que incorrerem na prática dos atos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º da presente Resolução estarão sujeitos às medidas disciplinares previstas nas normas vigentes na UFMG e na legislação aplicável.

§ 2º Os servidores públicos da UFMG que incorrerem na prática de atos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º da presente Resolução estarão sujeitos às medidas disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90 e na legislação aplicável.

Art. 5º Mediante denúncia, formalizada por escrito e com identificação do autor, de prática de quaisquer dos atos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º da presente Resolução, caberá à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo, sendo garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O procedimento administrativo será instaurado, mediante Portaria, pelo Diretor da Unidade Acadêmica ou Especial à qual o discente ou servidor público estiver vinculado.

§ 2º O procedimento administrativo será instaurado, mediante Portaria, pelo Reitor da Universidade, nos casos que ocorram fora das Unidades Acadêmicas e nos casos que envolvam servidores e/ou discentes de mais de uma Unidade Acadêmica.

Art. 6º A UFMG deverá desenvolver, de forma progressiva, programas e ações de caráter pedagógico e permanente que visem à conscientização, promoção e efetiva garantia dos direitos humanos, bem como defesa e difusão de uma cultura de tolerância, do respeito aos direitos fundamentais, de forma a promover uma convivência solidária, ética e pacífica no âmbito institucional, em conformidade com a ordem jurídica posta.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Universitário da UFMG.

Art. 8º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professor Jaime Arturo Ramírez
Presidente do Conselho Universitário

ANEXO V

**RESUMO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO
INSTITUÍDA PELO REITOR PARA CONSTITUIR UMA AGENDA
DE DISCUSSÃO E PROPOR DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA
INSTITUCIONAL DE SAÚDE MENTAL NO ÂMBITO DA UFMG.**

COMISSÃO INSTITUCIONAL DE SAÚDE MENTAL (CISME/UFMG)

Portaria nº 079, de 7 de outubro de 2015; Portaria nº 001, de 5 de janeiro de

2016 e Portaria nº 078, de 18 de agosto de 2016.

Este Anexo ao PDI apresenta um resumo do Relatório Conclusivo que encerra um ano de trabalho da Comissão Institucional de Saúde Mental (CISME/UFMG). O conteúdo do Relatório Conclusivo tem o objetivo de sustentar urgentes iniciativas que configurem respostas ao sofrimento mental identificado na academia por meio do consequente delineamento de política específica em saúde mental.

Introdução

Antes de abordar, especificamente, as atividades e resultados da CISME/UFMG, é importante esclarecer, como ponto de partida o que entendemos por saúde mental. De acordo com a Organização Mundial de Saúde: "... saúde mental, [é] compreendida como um estado de bem-estar em que o indivíduo desenvolve suas capacidades, supera as situações estressantes normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade. Em relação às crianças, propõe-se ênfase nos aspectos do desenvolvimento, como, por exemplo, a construção da identidade, a capacidade de lidar com pensamentos e emoções, assim como a capacidade de construir relações sociais, aprender e adquirir uma educação formal o que, em última instância, os capacitará para participar ativamente da sociedade". (OMS, 2013: p. 07 – tradução nossa)³⁹. Trata-se de um conceito pragmático, que enfoca a capacidade de resposta do indivíduo e naturaliza o *stress*. A dimensão mais generosa do conceito está atrelada à infância, onde se destaca a relevância dos processos psicossociais e educacionais. Entendemos que esta perspectiva deva contemplar todos os períodos da vida e em especial os processos formativos. Mas ressalvamos caráter individualista do conceito, chamando a atenção para a necessidade de operarmos com sua dimensão institucional e coletiva que suporte a possibilidade de construção de projetos de saúde mental que desloquem a atenção para a situação de vida a ser enfrentada e superada pelas pessoas na Universidade.

O sofrimento psíquico ou mental deve ser concebido como um desafio e uma evidência do “existir”, ou seja, o comprometimento da saúde mental não se reduz aos cenários onde se identifica a emergência de psicopatologias localizáveis em indivíduos, mesmo que reconheçamos a necessidade de construção de respostas singulares. Aqui, salientamos sua dimensão intersubjetiva, social, coletiva, assim como contemplamos configurações que dizem

³⁹ Organizacion Mundial de la Salud (OMS). Plan de acción sobre salud mental 2013-2020. Ginebra. 2013. Disponible en: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/97488/1/9789243506029_spa.pdf?ua=1

respeito ao desconforto emocional; ao mal-estar psíquico; à insatisfação e à tristeza persistentes; à desmotivação; à desesperança e às dificuldades emocionais para lidar com o cotidiano da vida dinâmico e passível de transformações (sem que tenhamos que operar com um diagnóstico ou a doença). É fundamental considerar que:

a saúde engloba a doença, pois ter saúde é poder adoecer e se recuperar. Saúde significa capacidade de poder suportar embates, sofrimentos, quedas, limitações e ir adiante, construindo novas formas de existência. Na verdade, uma experiência subjetiva na qual a incerteza, a imprevisibilidade, o fracasso e o sofrimento estivessem sistematicamente afastados estaria paradoxalmente mais perto da patologia do que da saúde. (Bezerra, 2006: p. 27)⁴⁰

Foi em maio de 2015, que o óbvio veio à tona na inauguração do I “Conversatório” da UFMG. O sofrimento mental (psíquico) de estudantes, servidores, e funcionários pulsa, corrosivo, silencioso e insidioso, já há muito tempo na Universidade. O “Conversatório” configurou uma (re)invenção da prática do diálogo propositivo da Comunidade Universitária consigo mesma. Resultou de iniciativa do Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental (PASME), da então recém-criada Rede de Saúde Mental da UFMG e da sensibilidade dos gestores da PROEX, da PRAE, da PRORH e da PROGRAD. Esse primeiro encontro, ocorrido no contexto da III Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, promoveu uma radical percepção da dor e desconforto com os quais deveríamos dialogar, especialmente a partir do relato dos estudantes.

Os dados estatísticos apresentados na ocasião pela PRORH / Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador da UFMG corroboraram a concretude e a abrangência do problema, ou seja, considerando os atendimentos periciais relacionados ao transtorno de matrícula (70% das demandas) pelos estudantes da UFMG, os transtornos mentais¹³ e comportamentais apareceram em primeiro lugar com 80 casos (61%) em 2013 e 132 casos (64%) em 2014. Já os atendimentos periciais de servidores ativos da UFMG, 15,3% dos (1243 casos) diagnósticos foram relacionados aos transtornos mentais e comportamentais que foram responsáveis por 11.438 dias de afastamento (17,9% do total) em 2014. A reação a essas informações foi imediata. As narrativas explícitas de quem convive com as especificidades e o drama do confronto com episódios de transtornos psíquicos configurou a necessidade de constituição de uma política específica para a nossa Universidade. A resposta não pode mais ser a simples e pura exclusão. Somos capazes de ir além: concluiu-se.

A abordagem desses problemas requeria um conhecimento mais detalhado da múltipla causalidade dessas doenças além da elaboração de um programa de atuação no âmbito da UFMG. Seu imediato resultado foi a identificação da necessidade de uma resposta mais consistente: o fortalecimento da Rede de Saúde Mental da UFMG protagonizada pelos diversos atores sociais envolvidos nessa temática e a proposição de uma política de saúde mental da e para a UFMG.

Não é incomum imaginar que o sofrimento mental tome a forma de uma crise que delineie uma ruptura radical com o que chamamos de “realidade”, comprometendo o cotidiano, as rotinas da vida acadêmica e seus desdobramentos. No entanto, é fundamental considerar

⁴⁰ Bezerra, B. Um apelo à clínica: nem o respaldo da norma, nem o extravio na dor. In: Lobosque AM (org.). Cadernos de Saúde Mental - A Reforma Psiquiátrica que Queremos Por uma Clínica Antimanicomial. 2006. P.23-31. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>.

todo o processo que desencadeia e sustenta uma situação que exige resposta específica. Quando alguém chega ao seu limite, já carrega uma história amarga de desamparo e o ônus da falência dos projetos de vida. As sequências que projetam os sujeitos, estudantes, servidores e demais funcionários estão marcadas por insuficiências e contradições que dizem respeito a todos e que não são necessariamente patologizáveis. A “realidade” que começou a ganhar visibilidade é a de que o risco das situações de limite é naturalizado e silenciado entre nós. O sofrimento mental ganha, nesta perspectiva, múltiplas formas e dimensões, em sua abstração. Estas divagações foram fruto dos encontros que se desdobraram, sintonizando os promotores de cuidado da nossa Universidade. Daí nasceu o primeiro grande tema convergente: “Por uma vida menos solitária”. Essas palavras foram colhidas do depoimento de uma estudante e capturou a todos da Rede de Saúde Mental como a evocação: estamos sós? Deixar falar este desamparo tem sido, desde então, um objetivo.

A UFMG, com intermediação dessa Rede, criou uma Comissão Institucional para tratar do assunto: a CISME/UFMG. A Rede sugeriu em carta encaminhada ao Reitor:

- I. “Que a proposta a ser elaborada por essa Comissão atendesse aos direitos humanos, que fosse fundamentada em princípios e procedimentos não manicomiais e que estivesse em consonância com a Política Nacional de Saúde Mental.
- II. Recomendou-se, ainda, que essa Comissão realizasse seu trabalho em intenso diálogo com a comunidade da UFMG, garantindo espaços de participação e debate com os diversos sujeitos de nossa Universidade, reforçando a dimensão participativa de construção de uma política de saúde mental da e para a UFMG.”

A proposta desenhada para o trabalho dessa Comissão, CISME/UFMG, em respeito às solicitações encaminhadas, previu a constituição de agenda de discussão e a proposição, até maio de 2016, de diretrizes para a constituição de uma política de saúde mental institucional (Portaria nº 079, de 7 de outubro de 2015). A CISME/UFMG, a partir de outubro de 2015, construiu uma agenda de diálogo por meio da proposição de disponibilização de *e-mail* de contato, realização de reuniões, a chamada de “Conversatórios” e a construção de Fóruns de discussão na IV Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, ocorrida de 16 a 20 de maio de 2016.

A primeira metáfora colhida, no processo dialógico, foi a de uma “Universidade acolhedora”: palavras da PRAE. O acolhimento, por sua vez, é uma prática de muitos e se evidencia também na política de inclusão social da UFMG. Uma “Universidade para todos” foi a proposição compartilhada no diálogo com o NAI, questionando a fragmentação das inclusões seletivas. Retomando as concepções correntes na política nacional de saúde mental, podemos conceituar este acolhimento como:

Acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/ populações. Como valor das práticas de saúde, o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva.” (MS, 2013)⁴¹

⁴¹ Brasil. Ministério da Saúde. PNH – Política Nacional de Humanização. Brasília: MS, 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf
Acesso em 27 de setembro de 2016.

Reflitamos um pouco sobre o modo como a Universidade recebe seus cidadãos: vencida a batalha por uma vaga, os absorve e, não raro, exclui do pertencimento sonhado e conquistado. Constatamos que difícil é permanecer, vencer os obstáculos que vão muito além dos processos ensino/aprendizagem. Já sabemos que o impacto da chegada é imenso. Não é banal a sequência que marca todo o processo de pertencimento ao quadro funcional e na dinâmica de formação. O depoimento dos estudantes e servidores é marcante no que tange a dificuldade de consolidação do pertencimento institucional, em virtude de inúmeras dificuldades de comunicação e contato resolutivo.

Além disso, a sociabilidade se dispersa no processo de inserção, pois o convite ao desempenho enclausura os sujeitos no drama dos resultados individuais, na contramão das exigências contemporâneas de produção colaborativa. Se, no caminho, uma ocorrência mais grave detém o sujeito e ele perde o ritmo da procura, acaba entrando em silenciosa sintonia com a sensação de solidão, ecoando a lógica fria das grandes cidades. Quanto tempo se passa até que chegue a consciência da exaustão? Até que os sintomas encontrem centralidade no embate procedural? Qual é o momento em que as pessoas se permitem a consciência de que já não estão bem e precisam de um apoio específico?

Obviamente, não são todos que interrompem seu processo produtivo. No entanto, o sofrimento mental é a principal causa de afastamento identificada pelo DAST. Os relatos dos Colegiados, concernentes aos estudantes de Graduação e Pós-Graduação não são diferentes disso. Além do mais, há o silêncio. Quem pode e quer admitir que não consegue prosseguir? Quais são as artimanhas e manejos construídos para contornar e evitar o constrangimento de estar “à beira de um ataque de nervos”? Quem consegue sobreviver na academia após um diagnóstico psiquiátrico? Poderíamos evitar tantas perdas?

Todos querem fazer jus ao padrão UFMG de excelência e em algum momento devem abdicar dele. Como operar com o sofrimento cotidiano, que se naturaliza nas supostas virtudes do mérito? Na hipótese de que algo se configure no registro do insuportável, o cidadão se esgueira no contato com os chefes e coordenadores imediatos. Frequentemente, esses são impotentes diante da lógica que não contempla a possibilidade de alguém poder se deter um pouco, recuar, pausar, sem ameaçar o patrimônio institucional coletivamente conquistado: não estão formados e preparados para construir respostas no campo da saúde mental. Ao mesmo tempo, é fácil identificar as infinitas “soluções” que os demais vão inventando na luta pela sobrevivência. Mas um universo de informalidades convida a colocar em cheque os limites pessoais, subjetivos, éticos. Uma das denúncias mais grave, nessa perspectiva, é justamente a do assédio, como afirmou o SINDIFES. Todos se machucam onde o desprezo e a indiferença vicejam. Sintomática é também a denúncia dos artifícios, das vias de escape que se expressa nas ausências e nos lugares esvaziados de sentido. As pessoas, a Comunidade Universitária da UFMG, vão se amalgamando e construindo também nestes interstícios.

Mas a experiência de problematizar a saúde mental na UFMG nos nutriu com a consciência do valor da aderência ao projeto e às metas da academia. É com redobrado sofrimento que alguém se submete a uma perícia, ao risco de um afastamento, à possibilidade de uma aposentadoria, ao jubilamento, ao processo de demissão, à resposta da exclusão, muitas vezes irreversível.

Estamos, no entanto, procurando vencer nossa mudez e construindo possibilidades concretas de mudança. O sofrimento mental instaura uma incerteza dramática que só pode ser

superada se colhemos sua potência. Essa nos conduz em direção ao outro, à misteriosa alteridade da desrazão: despír o manto de invisibilidade. O rei está nu: lugar comum. Honesto é olhar para nossa própria nudez e costurar os projetos que nos (re)conduzam à busca da felicidade em nossa vida. A alegria de estar na UFMG. O orgulho por poder participar, mesmo que seja em um tempo e processos específicos. Localizar a nossa dor e aproximar as fontes de atenção e cuidado produz o necessário alento para começar a caminhada.

Princípios e diretrizes para uma política de saúde mental da UFMG

Em consonância com as expectativas de criação da CISME/UFMG, apresentamos, a seguir, os princípios e as diretrizes da e para a Política de Saúde Mental da UFMG. Esses foram objeto de discussão aprofundada e de consenso. Resultam, portanto, da agenda participativa desenvolvida ao longo de um ano de trabalho.

Como desdobramento do processo de discussão dos princípios e diretrizes, compartilharemos também um quadro em que se procura sistematizar um conjunto não conclusivo de ações, que foram sugeridas pelos participantes dos Conversatórios e dos Fóruns ao longo das atividades da CISME. Entendemos, a partir de orientação da Rede de Saúde Mental da UFMG (19 de setembro de 2016), que a tarefa de complementação e sistematização mais refinada das ações – agrupando-as e destacando os atores – compete aos gestores que delinearão o formato da Política de Saúde Mental a ser implantada.

Concluímos pelo delineamento dos seguintes princípios:

- I. Universidade para todos: acolhedora, flexível, acessível, inclusiva e solidária.
- II. Protagonismo das pessoas com a experiência de sofrimento mental.
- III. Respeito à vida e aos valores éticos da convivência humana.
- IV. Sintonia e defesa do SUS; da Política Nacional de Saúde Mental (lei 10.216/2001) e todo o arcabouço legal que compõe e orienta os Programas municipal, estadual e nacional de saúde mental para o tratamento territorial/comunitário em liberdade; da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e da Política de Direitos Humanos da UFMG (Resolução nº 09/2016 de 31 de maio de 2016).

Esses princípios orientaram a organização de quatro diretrizes – principal objetivo da CISME/UFMG:

1. Construção permanente e participativa de uma política de atenção em saúde mental capaz de:

- a) contemplar a diversidade da população alvo da política de saúde mental, ou seja, estudantes (inclusive estrangeiros), servidores (docentes e TAEs), funcionários terceirizados e substitutos e os familiares diretamente envolvidos;
- b) contemplar a diversidade de manifestações do sofrimento mental em suas variadas situações;
- c) articular estratégias de planejamento e captação de recursos para o desenvolvimento de projetos e ações;
- d) articular dispositivos e ou ações de promoção, atenção e reabilitação psicossocial em saúde mental, existentes ou a serem criados, por meio da definição de estratégias de coordenação em estreita sintonia com os Colegiados e a Rede de Saúde Mental da UFMG;
- e) integrar as ações de cuidado às redes de atenção psicossocial das Secretarias Municipal

e Estadual de Saúde de Belo Horizonte e de saúde suplementar, garantindo reinserção e continuidade do cuidado.

- 2, Promoção de desestigmatização e despatologização do sofrimento mental, de modo a:
 - a) construir uma cultura inclusiva, acolhedora, antimanicomial, humanista e não violenta;
 - b) estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de saúde mental;
 - c) fomentar maior informação e comunicação sobre o sofrimento psíquico e a saúde mental;
 - d) garantir visibilidade, efetiva participação e co-responsabilização das pessoas em sofrimento ou com transtorno mental na vida institucional, a partir de suas singularidades.
3. Promoção de qualidade de vida e ambiente não adoecedor, de modo a:
 - a) valorizar os espaços de convivência e de expressão cultural;
 - b) acolher e acompanhar as pessoas em sofrimento ou acometidas de transtornos mentais, propiciando pertencimento institucional;
 - c) reestruturar a comunicação e o sistema de informativo na UFMG para garantir conhecimento institucional, acessibilidade e efetividade tanto ao acolhimento de demandas, quanto às ações promotoras de ambiente saudável;
 - d) definir formas democráticas de avaliação permanente do sistema de informativo da Universidade e seus recursos.
4. Enfrentamento da cultura de autoritarismo, individualismo e produtivismo, de modo a:
 - a) . contemplar estratégias de resposta ao assédio e situações que contrariem os direitos humanos;
 - b) . equacionar os desafios concernentes à saúde mental nas relações educacionais e de trabalho;
 - c) . viabilizar a flexibilização nas situações regidas pelas normas e legislações por meio do incentivo ao diálogo e à participação ativa da comunidade e das pessoas com sofrimento mental.

ANEXO VI

POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 06/2018, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Estabelece os parâmetros da Política de Internacionalização da UFMG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando:

- o § 1º do art. 5º do Estatuto da UFMG, estabelecido mediante a Resolução Complementar nº 04/1999 do Conselho Universitário, de 4 de março de 1999, o qual estabelece que a Universidade constitui-se veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional;

- a Resolução Complementar do CEPE nº 02/2017, de 4 de julho de 2017, que estabelece as Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG, cujo inciso V do art. 3º determina que a internacionalização seja incluída como um dos princípios segundo os quais se organizam os cursos de Pós-Graduação;

- a Resolução do CEPE nº 04/2016, de 10 de maio de 2016, que regulamenta o funcionamento da DRI;

- a Resolução do CEPE nº 05/2016, de 10 de maio de 2016, que regulamenta o funcionamento dos centros de estudos especializados vinculados à DRI;

- a Resolução Complementar do CEPE, que estabelece as Normas Gerais de Graduação da UFMG, as quais definem que o ensino de Graduação será pautado na flexibilidade curricular que atenda tanto aos requisitos da formação específica, quanto à necessidade de diversificação na aquisição do conhecimento; na integração com o ensino de Pós-Graduação, preceitos que favorecem a formalização da internacionalização nesse nível; na análise comparativa com cursos congêneres ou afins de instituições de referência do país e o exterior, como elemento para fundamentar propostas de criação ou de reforma curricular de cursos;

- a Política de Inovação da UFMG, aprovada em 14 de novembro de 2017 pelo CEPE, cuja primeira diretriz é estruturar a atuação institucional de forma a criar alianças estratégicas com o ambiente produtivo local, regional, nacional ou internacional, que orientem a geração de inovação;

- o reconhecimento de que a internacionalização da extensão da UFMG deve ser institucionalizada e estar ancorada na troca de saberes e na proposição de práticas geradas na própria relação entre os parceiros, tendo em vista os contextos político, histórico, social e cultural dos países envolvidos;

- a existência de numerosas parcerias internacionais de origem individual não registradas oficialmente na UFMG, de lastro, portanto, temporal e cuja abrangência de resultados é desconhecida;

- a ampla gama de instituições estrangeiras que têm convênios celebrados ou parcerias firmadas com a UFMG e a necessidade de se estabelecerem políticas para eleger parcerias estrangeiras estratégicas,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros da Política de Internacionalização da UFMG.

Art. 2º A Política de Internacionalização da UFMG tem como princípios:

- I. a constante busca pela qualidade e excelência em todas as suas ações;
- II. a reciprocidade em ações com as instituições parceiras;
- III. a solidariedade institucional, em especial com a América Latina e a África;
- IV. o respeito às ações individuais, sem perder de vista o caráter institucional;
- V. a orientação democrática;
- VI. a equalização de oportunidades.

Art. 3º São objetivos da Política de Internacionalização da UFMG:

- I. fortalecer a presença da UFMG na comunidade acadêmica internacional, em todas as áreas do conhecimento;
- II. reforçar as ações de internacionalização da UFMG, realçando seus pressupostos fundamentais, explicitados no art. 2º;
- III. desenvolver, abarcando todas as áreas de conhecimento e seus domínios de atuação, ações e programas estáveis e duradouros que ocorram transversalmente na Instituição, da Graduação à residência pós-doutoral, envolvendo discentes e servidores docentes e TAEs.

Art. 4º A Política de Internacionalização da UFMG será gerida pela DRI em colaboração com a PRAE, a PROEX, a PROGRAD, a PRPq e a PRPG e com todas as Unidades Acadêmicas da UFMG.

Art. 5º Fica designado o Comitê de Política Internacional da UFMG, integrado:

- I. pelo Diretor de Relações Internacionais da UFMG, seu Presidente;
- II. pelos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, de Extensão, de Graduação, de Pesquisa e de Pós-Graduação;
- III. por um representante docente, com respectivo suplente, da EBAP, a partir de indicação do Conselho Diretor da Unidade.
- IV. por um representante docente, com respectivo suplente, de cada uma das três grandes Áreas do Conhecimento: de Humanidades, de Ciências da Vida e de Ciências Exatas e Tecnológicas, designados pelo CEPE, a partir de indicações de suas Câmaras.

Parágrafo único. Os representantes referidos nos incisos III e IV terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 6º Compete ao Comitê de Política Internacional da UFMG:

- I. elaborar plano estratégico quinquenal consoante com a presente política, que contemple as ações a serem implementadas e as metas a serem atingidas a curto (até o final do segundo ano de sua implantação) e a médio prazos (até o final do quinto ano), além de apontar as ações estratégicas prioritárias de longo prazo, submetendo-o à apreciação das Câmaras de Extensão, de Graduação, de Pesquisa e de Pós-Graduação e, finalmente à aprovação do CEPE;
- II. acompanhar a execução do plano estratégico quinquenal de internacionalização da Universidade, definindo mecanismos para o registro de todas as atividades resultantes em banco de dados a ser disponibilizado eletronicamente;

- III. elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas, submetendo-o à apreciação das Câmaras do CEPE;
- IV. elaborar, para apreciação das Câmaras e aprovação do CEPE, relatório quinquenal de atividades referentes ao plano aprovado.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ANEXO VII
RESIDÊNCIA MÉDICA E MULTIPROFISSIONAL
DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS
E OUTROS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

- Tabela 56: Programas de residência médica do Hospital das Clínicas com entrada direta, número de vagas oferecidas por ano e tempo de duração.
- Tabela 57: Programas de residência médica do Hospital das Clínicas com entrada com pré-requisito, número de vagas oferecidas por ano e tempo de duração.
- Tabela 58: Programas de residência médica do Hospital das Clínicas de ano opcional, número de vagas, pré-requisito da área básica e duração.
- Tabela 59: Programas de residência multiprofissional do Hospital das Clinicas classificados por área profissional e número de vagas.
- Tabela 60: Programas de residência integrada em Medicina Veterinária do Hospital Veterinário.

TABELA 56
 Programas de Residência Médica do Hospital das Clínicas com
 entrada direta, número de vagas oferecidas por ano e tempo de duração

Especialidade	Vagas	Duração
1. Anestesiologia	10	3 anos
2. Cirurgia Cardiovascular	1	5 anos
3. Cirurgia Geral	8	2 anos
4. Clínica Médica	12	2 anos
5. Dermatologia	4	3 anos
6. Genética Médica	2	3 anos
7. Ginecologia e Obstetrícia	10	3 anos
8. Infectologia	3	3 anos
9. Medicina de Emergência	10	3 anos
10. Medicina de Família e Comunidade	14	2 anos
11. Medicina do Trabalho	4	2 anos
12. Medicina Nuclear	2	3 anos
13. Neurocirurgia	2	5 anos
14. Neurologia	6	3 anos
15. Oftalmologia	8	3 anos
16. Ortopedia e Traumatologia	6	3 anos
17. Otorrinolaringologia	2	3 anos
18. Patologia	2	3 anos
19. Patologia Clínica/Med. Laboratorial	2	3 anos
20. Pediatria	20	3 anos
21. Psiquiatria	5	3 anos
22. Radiologia e Diagnóstico por Imagem	6	3 anos
TOTAL	139	

TABELA 57

Programas de residência médica do Hospital das Clínicas com
entrada com pré-requisito, número de vagas oferecidas por ano e
tempo de duração

Especialidade	Vagas	Duração
1. Cancerologia Clínica	2	3 anos
2. Cancerologia Pediátrica	2	2 anos
3. Cardiologia	6	2 anos
4. Cirurgia de Cabeça e PESCOÇO	1	2 anos
5. Cirurgia do Aparelho Digestivo	4	2 anos
6. Cirurgia Pediátrica	2	3 anos
7. Cirurgia Plástica	3	3 anos
8. Cirurgia Torácica	1	2 anos
9. Cirurgia Vascular	3	2 anos
10. Coloproctologia	1	2 anos
11. Endocrinologia e Metabologia	3	2 anos
12. Gastroenterologia	2	2 anos
13. Geriatria	4	2 anos
14. Hematologia e Hemoterapia	4	02 anos
15. Mastologia	2	2 anos
16. Medicina Intensiva	2	2 anos
17. Nefrologia	4	2 anos
18. Pneumologia	2	2 anos
19. Reumatologia	3	2 anos
20. Urologia	3	3 anos
TOTAL	54	

TABELA 58

Programas de residência médica do Hospital das Clínicas de ano opcional, número de vagas, pré-requisito da área básica e duração

Ano opcional / área de atuação	Vagas	Pré-requisito	Duração
1. Alergia e Imunologia Pediátrica	1	Pediatria	2 anos
2. Cardiologia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
3. Ecocardiografia	2	Cardiologia	1 ano
4. Emergência Pediátrica	2	Pediatria	1 ano
5. Endocrinologia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
6. Endoscopia Digestiva	1	Coloproctologia	1 ano
7. Endoscopia Digestiva	2	Gastroenterologia	1 ano
8. Endoscopia Digestiva	1	Cirurgia do Aparelho Digestivo	1 ano
9. Gastroenterologia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
10. Hematologia e Hemoterapia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
11. Infectologia Pediátrica	1	Pediatria	2 anos
12. Medicina do Adolescente	2	Pediatria	1 ano
13. Medicina Fetal	2	Obstetrícia e Ginecologia	1 ano
14. Medicina Intensiva Pediátrica	1	Pediatria	2 anos
15. Nefrologia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
16. Neonatologia	2	Pediatria	2 anos
17. Neurologia Pediátrica	2	Pediatria	2 anos
18. Pneumologia Pediátrica	3	Pediatria	2 anos
19. Psicogeriatría	2	Psiquiatria	1 ano
20. Psiquiatria da Infância e Adolescência	2	Psiquiatria	1 ano
21. Psiquiatria Forense	2	Psiquiatria	1 ano
22. R4 Opcional em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	3	Radiologia e Diagnóstico por Imagem	1 ano
23. Transplante de Medula Óssea	1	Hematologia e Hemoterapia	1 ano
24. Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia	1	Obstetrícia e Ginecologia	1 ano
TOTAL	41		

TABELA 59

Programas de residência multiprofissional do Hospital das Clínicas classificados por área profissional e número de vagas

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	ÁREA PROFISSIONAL	VAGAS
Saúde do Idoso	Enfermagem	04
	Farmácia	03
	Fisioterapia	04
	Fonoaudiologia	04
	Psicologia	01
	Terapia Ocupacional	02
Saúde Cardiovascular	Enfermagem	04
	Fisioterapia	04
	Psicologia	01
	Nutrição	01
Cuidado Humanizado da Criança e do Adolescente	Farmácia	02
	Nutrição	03
	Odontologia	02
TOTAL		35

TABELA 60
 Programas de Residência Integrada em Medicina Veterinária do Hospital Veterinário,
 todos com duração de dois anos

Área de Concentração	Número de residentes
Anestesiologia em Animais de Companhia	4
Clínica Cirúrgica em Animais de Companhia	10
Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	2
Clínica Médica de Animais de Companhia	10
Clínica Médica de Equinos	4
Clínica Médica de Ruminantes	4
Diagnóstico por Imagem em Animais de Companhia	4
Patologia Animal	4
Patologia Clínica Veterinária	8
Sanidade e Diagnóstico de Doenças Animais e Zoonóticas	2
Saúde Pública com ênfase em Zoonoses e Controle	2
Populacional de Cães e Gatos	
Saúde Pública com ênfase em Interface Saúde Humana e Silvestre	4
TOTAL	58